



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1666

Terça-feira - 20 de Janeiro de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2	Lages .....	351
Água Doce .....	2	Lebon Regis .....	351
Antônio Carlos .....	3	Leoberto Leal .....	352
Arroio Trinta .....	3	Luzerna .....	367
Balneário Rincão .....	5	Mafra .....	380
Bela Vista do Toldo .....	5	Maracajá .....	381
Benedito Novo .....	6	Maravilha .....	385
Biguaçu .....	6	Marema .....	391
Blumenau .....	13	Morro da Fumaça .....	392
Bom Jesus do Oeste .....	14	Navegantes .....	392
Bom Retiro .....	15	Nova Trento .....	402
Braço do Trombudo .....	17	Novo Horizonte .....	405
Brunópolis .....	19	Orleans .....	406
Brusque .....	20	Ouro .....	406
Caçador .....	21	Ouro Verde .....	407
Camboriú .....	24	Palhoça .....	408
Campo Alegre .....	25	Passos Maia .....	409
Campos Novos .....	52	Paulo Lopes .....	409
Canelinha .....	63	Penha .....	412
Canoinhas .....	63	Peritiba .....	414
Capinzal .....	75	Pinheiro Preto .....	414
Catanduas .....	76	Pomerode .....	415
Concórdia .....	77	Porto União .....	416
Cordilheira Alta .....	80	Pouso Redondo .....	418
Coronel Freitas .....	80	Rio do Sul .....	419
Coronel Martins .....	81	Santa Cecília .....	422
Curitibanos .....	82	Santa Rosa do Sul .....	441
Faxinal dos Guedes .....	83	Santa Terezinha do Progresso .....	443
Forquilha .....	84	Santiago do Sul .....	444
Fraiburgo .....	85	São Bento do Sul .....	446
Frei Rogério .....	130	São Domingos .....	449
Garopaba .....	135	São Joaquim .....	450
Garuva .....	145	São José .....	452
Gaspar .....	147	São José do Cedro .....	477
Governador Celso Ramos .....	148	São Miguel da Boa Vista .....	513
Guaramirim .....	148	São Miguel do Oeste .....	513
Herval d'Oeste .....	149	São Pedro de Alcântara .....	515
Ibiam .....	152	Schroeder .....	517
Ilhota .....	264	Serra Alta .....	520
Imarui .....	265	Siderópolis .....	526
Imbituba .....	278	Timbé do Sul .....	526
Indaial .....	283	Timbó .....	528
Iomerê .....	309	Treze Tilias .....	531
Ipumirim .....	309	Trombudo Central .....	533
Irineópolis .....	312	Tunápolis .....	542
Itá .....	312	Turvo .....	542
Itaiópolis .....	313	Urussanga .....	545
Itapoá .....	314	Vargeão .....	546
Joaçaba .....	345	Vargem Bonita .....	548

Vidal Ramos .....	548
Videira .....	549
Xavantina .....	552
Xaxim .....	553

### Associações

EGEM .....	556
FECAM .....	558

### Consórcios

AGIR .....	558
CIMVI .....	560
CIS/AMOSC .....	561
CIS/AMUREL .....	561

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Abdon Batista****PREFEITURA****PRORROGAÇÃO PP 03/2015**

A Prefeitura Municipal de Abdon Batista, comunica aos interessados do Edital de Licitação, modalidade Pregão Presencial (no 03/2015), do tipo Menor Preço por ITEM, que tornou público, com base na Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, tendo por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONTRUÇÃO DE COBERTURA EM POLICARBONATO EM ESPAÇOS ABERTOS DA CRECHE TIA HILDA DE ACORDO COM PROJETO ANEXO, conforme anexos, que está sendo PRORROGADO o prazo de recebimento e abertura dos envelopes "proposta de preço" e "documentação", para o dia 03 de fevereiro de 2015, para a entrega dos envelopes até às 09:45 horas, para o julgamento e início da disputa às 10:00 horas do mesmo dia.

Abdon Batista 19 de janeiro de 2015.  
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA  
PREFEITO MUNICIPAL

LUCIANO HERMES  
PREGOEIRO

**Água Doce****PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 3/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 1/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 3/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 1/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 3/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 1/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar, o qual será processado e julgado no dia 30 de janeiro de 2015 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 19 de janeiro de 2015  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 4/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 2/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 4/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 2/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 4/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 2/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de nitrogênio líquido, o qual será processado e julgado no dia 30 de janeiro de 2015 às 17h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Água Doce, SC, 19 de janeiro de 2015  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**Antônio Carlos****PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO N 19 DO CONCURSO PÚBLICO 001/2014**

19º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 16/01/2015 a 16/02/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 16 de janeiro de 2015.

Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: PROFESSOR LICENCIATURA PLENA - 20H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
04º	SILVIA HELENA ANDERSON DO NASCIMENTO	1900

**PORTARIA N 015/2015**

PORTARIA Nº 015/2015

Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidor FERNANDO NILO HOFFMANN, ocupante ao cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 02 de fevereiro de 2015, referente ao período aquisitivo de 02/02/2013 a 01/02/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 16 de janeiro de 2015.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de janeiro de 2015.

**Arroio Trinta****PREFEITURA****TERMO ADITIVO Nº 0001/2014**

TERMO ADITIVO Nº 0001/2014 AO CONTRATO nº 0018/2014 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE ENSINO E OUTRAS AVENÇAS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRIVADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONCERNENTE A MATERIAL DE APOIO AOS PROFESSORES, ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO, MATERIAL DE APOIO E PALESTRA AOS PAIS E OUTRAS AVENÇAS QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA VEZ - INSTITUTO UNIBRASIL P/ DES. DA CIÊNCIA E CULTURA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente Termo Aditivo, O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, sn Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e empresa VEZ - INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E CULTURA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.801.233/0001-07, com sede à Av. Senador Souza Naves 470, Bairro Alto da XV, 80.045.060, Curitiba - PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Diretor-Financeiro RUBENS VIEIRA, brasileiro, casado, Contador, portador da Cédula de Identidade nº 1.137.838-SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 070.230.579-00, residente e domiciliado na Rua Germano Beckert, 341, em Curitiba-PR e perante as testemunhas abaixo firmadas, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº0003/2014, TOMADA DE PREÇOS 0001/2014, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir, pactuam, o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, inciso II, § 1º da Lei 8.666/93 para nele promover as seguintes alterações:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA - CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

§ 1º - O presente contrato terá vigência de 12 meses, ou seja, de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

§ 2º - Conforme prevê o art. 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, à prestação de serviços a serem executadas de forma contínua, poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas a Administração Pública, limitada há sessenta meses. Portanto, desde que haja interesse de ambas as partes em prorrogar o contrato por esta licitação desenvolvido, e, seja notório o real desenvolvimento da qualidade de ensino implantada no município, nada obsta por esta prática.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA- As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual Teor e forma, na presença de duas testemunhas.

ARROIO TRINTA - SC, 30 de dezembro de 2014.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA  
CNPJ 82.826.462/0001-27  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal  
Contratante

VEZ - INSTITUTO UNIBRASIL PARA DESENVOLVIMENTO DA CI-  
ÊNCIA E CULTURA  
CNPJ 05.801.233/0001-07  
RUBENS VIEIRA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

JULIAR LUIZ MANENTI  
CPF - 036.215.649-26

ARROIO TRINTA-SC, 30 DE DEZEMBRO DE 2014.  
AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, INCISO II, § 1º, da Lei 8.666/93, A PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL NO CONTRATO ACIMA REFERIDO REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRIVADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONCERNENTE A MATERIAL DE APOIO AOS PROFESSORES, ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO, MATERIAL DE APOIO E PALESTRA AOS PAIS E OUTRAS AVENÇAS. A PRORROGAÇÃO CONSISTE NA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS.

ALCIDIR FELCHILCHER  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO ADITIVO Nº 0006/2014**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO  
TERMO ADITIVO 0006/2014, AO CONTRATO N.º 0001/2010, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2010, CARTA CONVITE Nº 0001/2010, CONSULTORIA PREVIDENCIÁRIA AO IPREARROIO.

TERMO ADITIVO 0006/2014, AO CONTRATO N.º 0001/2010, entre si celebram, de um lado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 03.548.627/0001-70, com endereço na Rua XV de Novembro, 26, Centro, no Município de Arroio Trinta - SC, neste ato representada por seu Diretor-Executivo, o Sr. MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI, brasileiro, casado, Servidor Público Municipal, inscrito no CPF sob nº 000.077.349-21 e RG nº 3.362.982, residente e domiciliado na Rua Profª Tereza M. Rovaris, 127, Centro, na cidade de Arroio Trinta - SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado a Empresa KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA, registrada no CNPJ com o nº 03.448.633/0001-55, com sede na Rua João Pinto, 30, Sala 206, na cidade de Florianópolis - SC, neste ato representada por seu representante legal a Srta ANDREA CRISTINE KRAUSE, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF sob nº 864.073.419-49 e RG nº 2/R 2.607.126 SSP/RS, residente e domiciliada à Avenida Ivo Silveira, 1413, Bl. III, Apto 203, Capoeiras, na cidade de Florianópolis - SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 0001/2010, Carta Convite nº 0001/2010, pactuam na melhor forma de direito o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93 para nele promover as seguintes alterações:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA - A CLÁUSULA III DO CONTRATO ORIGINAL Nº 0001/2010, passa a vigor da seguinte forma:

CLÁUSULA III - PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O prazo de vigência do presente Termo Aditivo inicia-se em 1º de janeiro de 2015 e vigorará até 17/03/2015.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente termo, em 03 cópias de iguais teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 30 de dezembro de 2014.  
INSTIT. DE PREV. SOC. DE ARROIO TRINTA.  
CNPJ 03.548.627/0001-70  
MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI  
Diretor Executivo  
Contratante

KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA  
CNPJ 03.448.633/0001-55  
ANDREA CRISTINE KRAUSE  
Sócia Administradora  
Contratada

TESTEMUNHAS:  
TARCÍSIO LIDANI  
CPF: 613.139.809-78

LÚCIA MARIA MANENTI  
CPF: 715.609.129-87

ARROIO TRINTA-SC, 30 DE DEZEMBRO DE 2014.  
AUTORIZAÇÃO

AUTORIZO ATRAVÉS DESTA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, INCISO II DA LEI 8.666/93, A PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL DA EMPRESA KRAUSE CONSULTORES ASSOCIADOS S/S LTDA, REFERENTE CONTRATO Nº 0001/2010.

A PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL ATENDE O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS E EM CONFORMIDADE COM A CLÁUSULA III DO CONTRATO ORIGINAL. A PRORROGAÇÃO DEVE SER ATÉ A CONCLUSÃO DE 60(SESSENTA) MESES, OU SEJA, ATÉ 17 DE MARÇO DE 2015.

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI  
PRESIDENTE DO IPREARROIO



**Balneário Rincão****PREFEITURA****DECRETO Nº 226/2015**

DECRETO Nº. 226/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2015, POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com as Lei 176/2014:

**DECRETA**

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão do Exercício de 2014 na importância de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), nas Dotações Orçamentárias abaixo discriminadas por conta do excesso de recursos de convênio:

06 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
01 – DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL		
2.019 – Manutenção do Departamento de Desenvolvimento Humano e Social		
3.3.90.00.00.00.00.1.94 (120) - Aplicações Diretas	R\$	18.000,00

Artigo 2º - O crédito a que se refere o art. 1º. ocorrerá por conta do excesso de arrecadação conforme o Termo de Convênio para Execução do Projeto de Trabalho Social com a Caixa Econômica Federal do Programa Minha Casa Minha Vida a ser creditado na conta corrente nº. 177-6, agência 1785 da CEF.

Parágrafo Único: As despesas por conta da suplementação de que trata o artigo primeiro, ficam condicionada e limitadas ao efetivo ingresso dos recursos na conta bancária vinculada ao convênio.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 02 de janeiro de 2015.  
DÉCIO GOMES GÓES  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de janeiro de 2015.

**Bela Vista do Toldo****PREFEITURA****RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001-2014**

RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

1ª RETIFICAÇÃO DO PREGÃO 001/2014 - PREFEITURA

Pelo presente termo de Retificação do edital do Pregão Presencial nº 001-2014 cujo objeto aquisição parcelada de produtos para a merenda escolar creches - PNAC, em face de modificações extremamente necessárias, vem por meio deste, RETIFICAR:  
Altera data da sessão para: 29/01/2014 às 09:00 horas.  
Os demais itens permanecem como no edital.

Bela Vista do Toldo/SC, 19 de janeiro de 2015.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

**Benedito Novo****PREFEITURA****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2015**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Processo Licitatório nº 2/2015.

Dispensa de licitação nº 2/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08).

CONTRATADO: ANTONIO CARLINHO ODORIZZI (631.410.279-00).

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CRAS.

VALOR MENSAL: R\$ 898,00 (oitocentos e noventa e oito reais).

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 10.776,00 (dez mil setecentos e setenta e seis reais).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8666/93.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 13/01/2015 a 31/12/2015.

Benedito Novo, 13 de janeiro de 2015.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito.

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2015**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Processo Licitatório nº 3/2015.

Dispensa de licitação nº 3/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08).

CONTRATADO: ANTONIO CARLINHO ODORIZZI (631.410.279-00).

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CREAS.

VALOR MENSAL: R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais).

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 8.136,00 (oito mil cento e trinta e seis reais).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8666/93.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 13/01/2015 a 31/12/2015.

Benedito Novo, 13 de janeiro de 2015.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito.

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2015**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Processo Licitatório nº 4/2015.

Dispensa de licitação nº 4/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08).

CONTRATADO: LORIVALD BEYER (180.459.529-20).

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL MOBILIADO PARA ALOJAMENTO DE PROFISSIONAL DO PROGRAMA MAIS MÉDICOS.

VALOR MENSAL: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

VALOR TOTAL: R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8666/93.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 15/01/2015 a 31/12/2015.

Benedito Novo, 15 de janeiro de 2015.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito.

**Biguaçu****PREFEITURA****A01/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 155-1/2014 - Contrato Nº: 155/2014

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada....: PROVALLE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/07/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 186/2013

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA DA ESCOLA DONATO.

Aditivo Nº ..... : 598-6/2009 - Contrato Nº: 598-5/2009

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada....: LUIZITA CARMEM DA LUZ BORBA

Valor ..... : 9.029,98 (nove mil e vinte e nove reais e noventa e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 28/11/2014 Término: 28/11/2015

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 221/2009

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL, LOCALIZADA NA RUA JOÃO BORN Nº 360 - CENTRO.

Aditivo Nº ..... : 587-6/2008 - Contrato Nº: 587/2008

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada....: MARILDA ELZA MENDES

Valor ..... : 20.031,33 (vinte mil e trinta e um reais e trinta e três centavos)

Vigência ..... : Início: 28/11/2014 Término: 28/11/2015

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 248/2008

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA A CRIAÇÃO DE UMA BASE OPERACIONAL DA POLÍCIA MILITAR NO BAIRRO JARDIM ANÁPOLIS DESTA MUNICIPALIDADE

Aditivo Nº ..... : 402-6/2014 - Contrato Nº: 402/2012

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada....: PLANECON PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA

Vigência ..... : Início: 05/12/2014 Término: 05/06/2015

Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 109/2012

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS DO PROJETO BEIRA RIO - PROGRAMA HABITAR BRASIL BID, CONTRATO DE REPASSE Nº 0118.286-36/2002.

Aditivo Nº ..... : 441-6/2012 - Contrato Nº: 441/2012

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada....: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA.

Vigência ..... : Início: 05/12/2014 Término: 05/04/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 153/2012

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE JANAÍNA.

Aditivo Nº ..... : 92-2/2013 - Contrato Nº: 092/2013

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada....: INSETILAR CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS LTDA ME

Valor ..... : 985,50 (novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 05/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 232/2012

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA.CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Aditivo Nº ..... : 53-1/2014 - Contrato Nº: 53/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MVFO - EIRELI - EPP

Vigência ..... : Início: 05/12/2014 Término: 05/12/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 136/2013

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA APOIAR A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU NA CONTINUIDADE DA IMPLANTAÇÃO DE PROJETO INTEGRADO DE URBANIZAÇÃO E ASSENTAMENTO SUBNORMAL - MACROAÇÕES MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL E GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA - PROJETO BEIRA RIO, PROGRAMA HABITAR BRASIL BID - HBB.

Aditivo Nº ..... : 352-1/2014 - Contrato Nº: 352/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP

Valor ..... : 2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 05/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 191/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA O SETOR DE EXECUTIVO FISCAL, SECON E SECRETARIA DE OBRAS.

Contrato Nº.: 395/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: GINGA EVENTOS LTDA - ME

Valor ..... : 30.000,00 (trinta mil reais)

Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 312/2014

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DO EVENTO PARADA DE NATAL.

Aditivo Nº ..... : 234-5/2012 - Contrato Nº: 234/2012

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: TERRAPRIME CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP

Vigência ..... : Início: 05/12/2014 Término: 30/03/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 65/2012

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA DESTINADOS À ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PREDIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA URBANA.

Aditivo Nº ..... : 11-4/2014 - Contrato Nº: 11/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Vigência ..... : Início: 08/12/2014 Término: 30/05/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 163/2013

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA REALIZAÇÃO DO ENTORNO DO EMPREENDIMENTO MINHA CASA MINHA VIDA

Aditivo Nº ..... : 273-1/2014 - Contrato Nº: 273/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: SAMAIA SM SEGURANCA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LT

Vigência ..... : Início: 08/12/2014 Término: 08/06/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 83/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVER E APLICAR UM MODELO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO.(PETI)

Aditivo Nº ..... : 302-1/2014 - Contrato Nº: 302/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME

Vigência ..... : Início: 08/12/2014 Término: 08/06/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 129/2014

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº ..... : 271-2/2014 - Contrato Nº: 271/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: MMB TRANSPORTE LTDA

Valor ..... : 457.350,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil trezentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 09/12/2014 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (97)

Objeto ..... : TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DAS COMUNIDADES GRACIOSA, FAZENDA, ARIAL, FAZENDA DE DENTRO, FAZENDA DE FORA, MORRO DA SOROCABA, MORRO DO TROMBUDO, BELA VISTA E TAMBÉM PARA PASSAGEIROS COM NECESSIDADES ESPECIAIS PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 374/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: SERRALHERIA CHAPECÓ LTDA ME

Valor ..... : 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)

Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 262/2014

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA PARA ATENDER A CASA LAR MUNICIPAL.

Contrato Nº.: 375/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA

Valor ..... : 8.000,00 (oito mil reais)

Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 254/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO, PARA OS PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Contrato Nº.: 376/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: LUIZ FERNANDO SEBOLD - ME

Valor ..... : 171,39 (cento e setenta e um reais e trinta e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PRATOS DE VIDRO E 01 (UMA) CAFETEIRA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Contrato Nº.: 377/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: PAULO CESAR MARANA TRANSPORTES - EPP

Valor ..... : 62.820,00 (sessenta e dois mil oitocentos e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 211/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PRATOS DE VIDRO E 01 (UMA) CAFETEIRA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Contrato Nº.: 378/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP

Valor ..... : 37.680,00 (trinta e sete mil seiscentos e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 238/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PROJETO MULTIMÍDIA DE MESA PARA AS CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E SEMED.

Contrato Nº.: 379/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: COMP1 INFORMATICA LTDA EPP

Valor ..... : 4.080,00 (quatro mil e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 231/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) TELEVISÃO LED 55 POLEGADAS, 01 (UM) SUPORTE PARA TV 55 POLEGADAS E 05 (CINCO) CONDICIONADORES DE AR DE 12.000 BTUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.  
 Contrato Nº.: 380/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS LTDA  
 Valor ..... : 8.490,00 (oito mil quatrocentos e noventa reais)  
 Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 231/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) TELEVISÃO LED 55 POLEGADAS, 01 (UM) SUPORTE PARA TV 55 POLEGADAS E 05 (CINCO) CONDICIONADORES DE AR DE 12.000 BTUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.  
 Contrato Nº.: 381/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: BMR CONDICIONADORES DE AR  
 Valor ..... : 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais)  
 Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PROCURADORIA, PRÓ-CIDADÃO, SETOR PESSOAL, GABINETE, FAZENDA E LICITAÇÕES.  
 Contrato Nº.: 382/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: JEFERSON DA SILVEIRA ME  
 Valor ..... : 17.978,00 (dezessete mil novecentos e setenta e oito reais)  
 Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PROCURADORIA, PRÓ-CIDADÃO, SETOR PESSOAL, GABINETE, FAZENDA E LICITAÇÕES.  
 Contrato Nº.: 383/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: SUPRIMOVEIS LTDA ME  
 Valor ..... : 5.478,50 (cinco mil quatrocentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 10/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PROCURADORIA, PRÓ-CIDADÃO, SETOR PESSOAL, GABINETE, FAZENDA E LICITAÇÕES.  
 Contrato Nº.: 384/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI - EPP  
 Valor ..... : 40.560,00 (quarenta mil quinhentos e sessenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/12/2014 Término: 30/12/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 279/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS  
 Contrato Nº.: 385/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: DJP CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA -ME  
 Valor ..... : 171.982,29 (cento e setenta e um mil novecentos e oitenta e dois reais e vinte e nove centavos)  
 Vigência ..... : Início: 17/12/2014 Término: 17/06/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 244/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA IMPLANTAÇÃO

DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS HEXAGONAIS DAS SEGUINTE RUAS: RUA JOÃO ALFREDO FERMIANO - BAIRRO FUNDOS, RUA FRANCISCO MANOEL MACHADO - BAIRRO FUNDOS, RUA BERTO DA CUNHA - BAIRRO RIO CAVEIRAS, RUA ALCIONEI ALCIDES - BAIRRO PRAIA JOÃO ROSA, RUA GERÔNIMO MULLER - BAIRRO PRADO DE BAIXO E RUA ANA PAULA RATIERE - BAIRRO PRADO, CONFORME PROJETOS, ORÇAMENTO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.  
 Contrato Nº.: 386/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: RAFAEL BARRETO BOSSLE  
 Valor ..... : 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 277/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DA BANDA FÓRUM PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NO RÉVEILLON 2014/2015, QUE OCORRERÁ NO BALNEÁRIO DE SÃO MIGUEL.  
 Contrato Nº.: 387/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: BANDA DE MUSICA ARTE SHOW LTDA - ME  
 Valor ..... : 1.300,00 (um mil e trezentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 276/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DA BANDA DE MÚSICA ARTE SHOW PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO DE NATAL-2014, NO CENTRO DO MUNICÍPIO.  
 Contrato Nº.: 388/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: THIAGO BERNARDINO DA SILVA - ME  
 Valor ..... : 6.660,00 (seis mil seiscentos e sessenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 272/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCERTO E INSTALAÇÃO DE AQUECEDOR DE ÁGUA DE ACUMULAÇÃO A GÁS, PARA ATENDER A CASA LAR MUNICÍPIO  
 Contrato Nº.: 389/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA  
 Valor ..... : 130.485,00 (cento e trinta mil quatrocentos e oitenta e cinco reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/12/2014 Término: 01/05/2015  
 Licitação ..... : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 269/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO, MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO EM ASFALTO DA RUA PAULO FREDERICO ALVES WILDNER.  
 Contrato Nº.: 390/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: SANTOS & SANTOS COMERCIO ATACADISTA LTDA  
 Valor ..... : 5.529,00 (cinco mil quinhentos e vinte e nove reais)  
 Vigência ..... : Início: 17/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 273/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA DISTRIBUIR AS CRIANÇAS CARENTES DO MUNICÍPIO NO EVENTO DE NATAL 2014.  
 Contrato Nº.: 391/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: FOGOS PRIMAVERA - COMERCIO E SHOW PIROTÉCNICO LTDA  
 Valor ..... : 19.450,00 (dezenove mil quatrocentos e cinquenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 18/12/2014 Término: 01/01/2015  
 Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 274/2014  
 Recursos ..... : Dotação: 2.051.3.3.90.00.00.00.00 (218)  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DO SHOW PIROTÉCNICO PARA O RÉVEILLON



Contrato Nº.: 392/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: COMP1 INFORMÁTICA LTDA EPP  
 Valor ..... : 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 271/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS E TECIDOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO INFANTIL DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 393/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: JEFERSON DA SILVEIRA ME  
 Valor ..... : 1.290,00 (um mil duzentos e noventa reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 271/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS E TECIDOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO INFANTIL DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 394/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - EPP  
 Valor ..... : 17.738,72 (dezesete mil setecentos e trinta e oito reais e setenta e dois centavos)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 271/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS E TECIDOS PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO INFANTIL DO

Contrato Nº.: 396/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP  
 Valor ..... : 18.000,00 (dezoito mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 05/03/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 250/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL. PAGAMENTOS DE 2015 CORRERÃO PELAS DOTAÇÕES 11.01.2.057.3.390.39.16.00.00.00 E 11.01.2.055.3.390.39.16.00.00.00  
 Aditivo Nº ..... : 340-1/2014 - Contrato Nº: 340/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP  
 Valor ..... : 15.000,00 (quinze mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 15/04/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 192/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO EM GERAL, PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO .  
 Aditivo Nº ..... : 195-1/2014 - Contrato Nº: 195/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: COMERCIO DE AUTO PECAS BADU LTDA - EPP  
 Valor ..... : 21.250,00 (vinte e um mil duzentos e cinquenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 25/03/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2013  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNIO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS LEVES E MOTOCICLETAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, POLÍCIA MILITAR, BOMBEIROS DE BIGUAÇU E FAMABI.  
 Aditivo Nº ..... : 196-1/2014 - Contrato Nº: 196/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: OFICINA MECANICA SILVEIRA LTDA - EPP  
 Valor ..... : 68.250,00 (sessenta e oito mil duzentos e

cinquenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 25/03/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2013  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNIO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS LEVES E MOTOCICLETAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, POLÍCIA MILITAR, BOMBEIROS DE BIGUAÇU E FAMABI.  
 Aditivo Nº ..... : 417-1/2013 - Contrato Nº: 417/2013  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: TRATOR PECAS - COM.PECAS P/ TRATOR LTDA  
 Valor ..... : 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 10/01/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 146/2013  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNIO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES ÔNIBUS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, AGRICULTURA, FUNREBOM E FAMABI.  
 Aditivo Nº ..... : 414-2/2013 - Contrato Nº: 414/2013  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: COMERCIO DE AUTO PECAS BADU LTDA - EPP  
 Valor ..... : 46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 10/01/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 146/2013  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNIO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES ÔNIBUS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, AGRICULTURA, FUNREBOM E FAMABI.  
 Aditivo Nº ..... : 415-1/2013 - Contrato Nº: 415/2013  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: SANTOMASQ SERVICOS PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LT  
 Valor ..... : 12.210,00 (doze mil duzentos e dez reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 10/01/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 146/2013  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNIO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES ÔNIBUS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, AGRICULTURA, FUNREBOM E FAMABI.  
 Aditivo Nº ..... : 416-1/2013 - Contrato Nº: 416/2013  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PECAS LTDA - EPP  
 Valor ..... : 14.800,00 (quatorze mil oitocentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 10/01/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 146/2013  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNIO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, TRATORES ÔNIBUS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, AGRICULTURA, FUNREBOM E FAMABI.



Aditivo Nº ..... : 319-4/2012 - Contrato Nº: 319/2012  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME  
 Valor ..... : 25.488,00 (vinte e cinco mil quatrocentos e oitenta e oito reais)

Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 19/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 89/2012  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, LIMPEZA DE FOSSE E CAIXA DE GORDURA A SEREM EXECUTADOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CRECHES E ESCOLAS. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Aditivo Nº ..... : 134-1/2014 - Contrato Nº: 134/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: ORLANDO COAN EPP  
 Valor ..... : 71.700,00 (setenta e um mil e setecentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 30/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÃO PARA ATENDER AS SOLICITAÇÕES DOS AGRICULTORES E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº ..... : 333-1/2014 - Contrato Nº: 333/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: SINALBLU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 19/06/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTO DE POSTES E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS, PARA AS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

Aditivo Nº ..... : 359-4/2013 - Contrato Nº: 359/2013  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 01/08/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 83/2013

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE TRÂNSITO, PARA AS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO

Aditivo Nº ..... : 256-1/2014 - Contrato Nº: 256/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: ROGERIO CAMARGO  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 30/04/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 105/2014

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE ROGÉRIO CAMARGO PARA ELABORAÇÃO DOS TRAMITES TÉCNICOS NECESSÁRIOS PARA ELABORAR O EDITAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Aditivo Nº ..... : 228-1/2014 - Contrato Nº: 228/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: PROVALLE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME  
 Valor ..... : 0,00 (zero)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/07/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 58/2014

Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA COBERTURA DA QUADRA E.B.M. FERNANDO B.VIEGAS DE AMORIM.

Aditivo Nº ..... : 357-1/2014 - Contrato Nº: 357/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 30/03/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 195/2014

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTORNO DA CRECHE JARDIM JANAÍNA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO

Aditivo Nº ..... : 307-1/2014 - Contrato Nº: 307/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: CARLINHOS & JOACIR TERRAPLANAGEM LTDA  
 Valor ..... : 124.950,00 (cento e vinte e quatro mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 30/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 164/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS DE MOTONIVELADORA, PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº ..... : 114-2/2013 - Contrato Nº: 114-1/2013  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: USINAGEM ALFLEN LTDA ME  
 Valor ..... : 63.000,00 (sessenta e três mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 30/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 209/2013  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE TORNO MECÂNICO, SOLDA MIG, FRESA E OXIGÊNIO.

Aditivo Nº ..... : 276-1/2014 - Contrato Nº: 276/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: PB & M CONSULTORIA E MEIO AMBIENTE LTDA. - EPP

Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 19/05/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 109/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA DESTINADOS A ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PREDIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA URBANA.

Aditivo Nº ..... : 103-3/2013 - Contrato Nº: 103/2013  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: CARLINHOS & JOACIR TERRAPLANAGEM LTDA  
 Valor ..... : 69.890,00 (sessenta e nove mil oitocentos e noventa reais)

Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 30/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2013  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE HORA MÁQUINA ( RETRO ESCAVADEIRA ) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Aditivo Nº ..... : 408-1/2013 - Contrato Nº: 408/2013  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP  
 Valor ..... : 25.950,00 (vinte e cinco mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 19/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 154/2013  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO , MÃO DE OBRA CÓPIAS DE CHAVES E FECHADURAS, PARA ADMINISTRAÇÃO , SECRETARIA DA FAZENDA ,PROCURADORIA ,SOL E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Aditivo Nº ..... : 181-1/2014 - Contrato Nº: 181/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: R.M. AMBIENTAL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Valor ..... : 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 167/2013  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO HIDROJATO E DE SUCCÃO PARA LIMPEZA NAS REDES PLUVIAIS NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº ..... : 92-3/2013 - Contrato Nº: 092/2013  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: INSETILAR CONTROLE DE PRAGAS E SERVIÇOS LTDA ME

Valor ..... : 3.942,00 (três mil novecentos e quarenta e dois reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 30/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 232/2012  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA.CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.  
 Aditivo Nº ..... : 371-1/2014 - Contrato Nº: 371/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: KEEP IT INFORMÁTICA LTDA - EPP  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/03/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 177/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇÃO DO FUNCIONÁRIO DO SETOR DE TI FAZEN-DÁRIO.  
 Aditivo Nº ..... : 34-4/2012 - Contrato Nº: 34/2012  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: EMPRESA BIBLIOSHOP COM. E SERV. INFORMÁTI-CA LTDA  
 Valor ..... : 5.035,14 (cinco mil e trinta e cinco reais e qua-torze centavos)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 30/12/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 283/2011  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA-DA PARA REALIZAR MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA / SUPORTE TÉCNICO DO PROGRAMA BIBLIOSHOP DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL CORONEL TEIXEIRA DE OLIVEIRA DESTA MUNICIPA-LIDADE.  
 Aditivo Nº ..... : 488-2/2012 - Contrato Nº: 488/2012  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: GESTÃO PÚBLICA - CONSULTORES ASSOC. SOC. SIMPLES  
 Valor ..... : 379.514,40 (trezentos e setenta e nove mil qui-nhentos e quatorze reais e quarenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 19/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 221/2012  
 Objeto ..... : Contratação de empresa especializada, compro-vadamente qualificada e com experiência para realizar serviços de consultoria nas áreas de planejamento orçamentário, contabilida-de pública, atendimento à Lei (federal) nº 4320/64, atendimento à Lei Complementar (federal) nº 101/2000, sistema de controle interno e capacitação de pessoal nessas áreas.  
 Aditivo Nº ..... : 324-3/2012 - Contrato Nº: 324/2012  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA  
 Valor ..... : 1.817.713,52 (um milhão oitocentos e dezessete mil setecentos e treze reais e cinquenta e dois centavos)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 30/12/2015  
 Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 70/2012  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.  
 Aditivo Nº ..... : 275-10/2005 - Contrato Nº: 275/2005  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: AÇÃO SOCIAL SÃO JOÃO EVANGELISTA  
 Valor ..... : 127.135,09 (cento e vinte e sete mil cento e trinta e cinco reais e nove centavos)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 19/12/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 85/2005  
 Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA ABRIGAR AS DE-PENDÊNCIAS DE VARIAS SECRETARIAS MUNICIPAIS (DESENVOL-VIMENTO ECONÔMICO, SOL, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL) SITUADO À RUA LUCIO BORN - CENTRO - BIGUAÇU/SC, PRÉDIO SÃO JOÃO EVANGELISTA.  
 Aditivo Nº ..... : 203-2/2014 - Contrato Nº: 203/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: DATAVOX TELEINFORMATICA LTDA EPP  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 01/03/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.:

68/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZA-DO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL COM INTUITO DE DESENVOLVER ATIVIDADES CULTURAIS.  
 Aditivo Nº ..... : 199-1/2014 - Contrato Nº: 199/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: PROVALLE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME  
 Valor ..... : 82.753,46 (oitenta e dois mil setecentos e cin-quenta e três reais e quarenta e seis centavos)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/07/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 37/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO DA E. B. M. BOM VIVER.  
 Aditivo Nº ..... : 380-1/2014 - Contrato Nº: 380/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS LTDA  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 01/03/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 231/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) TELEVISÃO LED 55 POLEGADAS, 01 (UM) SUPORTE PARA TV 55 POLEGADAS E 05 (CINCO) CONDICIONADORES DE AR DE 12.000 BTUS  
 Aditivo Nº ..... : 379-1/2014 - Contrato Nº: 379/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: COMP1 INFORMÁTICA LTDA EPP  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 01/03/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 231/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) TELEVISÃO LED 55 POLEGADAS, 01 (UM) SUPORTE PARA TV 55 POLEGADAS E 05 (CINCO) CONDICIONADORES DE AR DE 12.000 BTUS PARA ATEN-DER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MU-NICIPAL DE BIGUAÇU.  
 Aditivo Nº ..... : 383-1/2014 - Contrato Nº: 383/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: SUPRIMOVEIS LTDA ME  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 01/03/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PROCURADORIA, PRÓ-CIDADÃO, SETOR PESSOAL, GABINETE, FAZENDA E LICITAÇÕES.  
 Aditivo Nº ..... : 381-1/2014 - Contrato Nº: 381/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: BMR CONDICIONADORES DE AR  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 01/03/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PROCURADORIA, PRÓ-CIDADÃO, SETOR PESSOAL, GABINETE, FAZENDA E LICITAÇÕES.  
 Aditivo Nº ..... : 382-1/2014 - Contrato Nº: 382/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: JEFERSON DA SILVEIRA ME  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 01/03/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 199/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, PROCURADORIA, PRÓ-CIDADÃO, SETOR PESSOAL, GABINETE, FAZENDA E LICITAÇÕES.  
 Aditivo Nº ..... : 224-4/2014 - Contrato Nº: 224/2013  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA  
 Valor ..... : 1.170.000,00 (um milhão cento e setenta mil e reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 30/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2013  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA PARA LIMPEZA DE VIAS PÚBLI-CAS DO MUNICÍPIO.  
 Contrato Nº.: 397/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU

Contratada...: AMA - COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA  
 Valor ..... : 144.132,00 (cento e quarenta e quatro mil cento e trinta e dois reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 248/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM, ÁLCOOL E DIESEL PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.  
 Contrato Nº...: 398/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: ERNESTÃO COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIF. LTDA  
 Valor ..... : 447.525,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil quinhentos e vinte e cinco reais)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 248/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL TIPO GASOLINA COMUM, ÁLCOOL E DIESEL PARA USO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.  
 Aditivo Nº ..... : 361-1/2014 - Contrato Nº: 361/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: MENDES COMERCIO E DECORAÇÕES LTDA EPP  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 31/03/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 216/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE DIVISÓRIAS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO SEREM INSTALADAS NO PRÓ CIDADÃO E GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO.  
 Aditivo Nº ..... : 350-1/2014 - Contrato Nº: 350/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 30/04/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 205/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO DOS BENS DO MUNICÍPIOS CONFORME EXIGÊNCIA LEGAL.  
 Aditivo Nº ..... : 10-2/2014 - Contrato Nº: 10/2013  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: OZIAS DEODATO ALVES JUNIOR  
 Valor ..... : 21.120,00 (vinte e um mil cento e vinte reais)  
 Vigência ..... : Início: 23/12/2014 Término: 30/12/2015  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 8/2013  
 Objeto ..... : ASSINATURA MENSAL DO JORNAL BIGUAÇU EM FOCO, DE SEGUNDA A SEXTA FEIRA, PARA SEREM DISTRIBUÍDOS NAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, BIBLIOTECA PÚBLICA, CEIM'S E ESCOLAS DO MUNICÍPIO.  
 Aditivo Nº ..... : 468-3/2011 - Contrato Nº: 468/2011  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: 14 BRASIL TELECON CELULAR S/A  
 Valor ..... : 34.872,60 (trinta e quatro mil oitocentos e setenta e dois reais e sessenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 19/12/2014 Término: 19/12/2014  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 239/2011  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL CELULAR, COM FORNECIMENTO DE 25 (VINTE E CINCO) LINHAS COM OS RESPECTIVOS APARELHOS CELULARES EM COMODATO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO NO EDITAL.  
 Aditivo Nº ..... : 369-1/2014 - Contrato Nº: 369/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME  
 Vigência ..... : Início: 23/12/2014 Término: 30/12/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 201/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS COM LAJOTAS E CONCRETO ARMADO, E MANUTENÇÃO DE CALÇADAS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E DESCRIÇÃO DOS

SERVIÇOS EM ANEXO. PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.  
 Aditivo Nº ..... : 332-1/2014 - Contrato Nº: 332/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: ITUARA LTDA - ME  
 Vigência ..... : Início: 23/12/2014 Término: 30/03/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 163/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUICULTURA.  
 Aditivo Nº ..... : 409-1/2013 - Contrato Nº: 409/2013  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: METROPOLITANA VIAGENS TURISMO LTDA - ME  
 Valor ..... : 67.150,00 (sessenta e sete mil cento e cinquenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 23/12/2014 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 153/2013  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS, DESTINADAS AO TRANSPORTE DE SERVIDORES QUANDO EM VIAGENS OFICIAIS A SERVIÇO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PROMOVIDAS PELAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.  
 Contrato Nº...: 401/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: CATARINA OTÍLIA SCHMITZ  
 Valor ..... : 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 23/12/2014 Término: 30/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 252/2014  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA, PARA REALIZAR SERVIÇOS DE COZINHEIRA PARA O QUARTEL DE BOMBEIRO DE BIGUAÇU.  
 Contrato Nº...: 402/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: EDITORA NOTÍCIAS DO DIA LTDA  
 Valor ..... : 26.000,00 (vinte e seis mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 23/12/2014 Término: 30/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 249/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CENTÍMETRO DE COLUMA EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO ESTADUAL, E JORNAL LOCAL COM PUBLICAÇÃO NO MÍNIMO DE 04 VEZES POR SEMANA, OBJETIVANDO A PUBLICAÇÕES DOS AVISOS DE LICITAÇÃO, BEM COMO: CONVOCAÇÕES, CONTRATOS, DECRETOS E PORTARIAS DESTA MUNICIPALIDADE NO ANO DE 2015  
 Contrato Nº...: 404/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: COPAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP  
 Valor ..... : 503.997,00 (quinhentos e três mil novecentos e noventa e sete reais)  
 Vigência ..... : Início: 23/12/2014 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 253/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.  
 Contrato Nº...: 405/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: DIMAS COM. DE AUTOMÓVEIS LTDA  
 Valor ..... : 504.800,00 (quinhentos e quatro mil oitocentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 23/12/2014 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 253/2014  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.  
 Contrato Nº...: 406/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
 Contratada...: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA  
 Valor ..... : 379.700,00 (trezentos e setenta e nove mil e setecentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 23/12/2014 Término: 30/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 253/2014



Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.  
Aditivo Nº ..... : 149-3/2013 - Contrato Nº: 149/2013  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
Contratada...: SL VIEIRA COM. E TERRAPLANAGEM LTDA-ME  
Valor ..... : 95.992,00 (noventa e cinco mil novecentos e noventa e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 12/12/2014 Término: 13/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2013  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS PAR  
Contrato Nº...: 407/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU  
Contratada...: VD COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA  
Valor ..... : 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 23/12/2014 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 253/2014  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

BIGUAÇU, 19 DE JANEIRO DE 2015  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

## Blumenau

### CÂMARA MUNICIPAL

#### **AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO FINAL DAS PROPOSTAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40-01/2014 - TOMADA DE PREÇOS Nº 40-01/2014**

AVISO DE RESULTADO DO  
JULGAMENTO FINAL DAS PROPOSTAS  
Processo Licitatório nº 40-01/2014  
Tomada de Preços nº 40-01/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, estabelecida à Rua XV de Novembro, 55, centro, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.184.226/0001-17, em cumprimento ao disposto no inciso X do § 4º, do art. 11 da Lei 12.232/2010, torna pública o resultado do julgamento final das propostas apresentadas ao Processo Licitatório nº 40-01/2014 - Tomada de Preços nº 40-01/2014 para contratação de serviços de agência de publicidade, classificando-se em primeiro lugar a agência PENSO COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ/MF: 10.750.218/0001-17), com o total de 967,125 (novecentos e sessenta e sete vírgula cento e vinte e cinco) pontos; em segundo lugar a agência ATIVA COMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ/MF: 81.871.543/0001-86), com o total de 905,875 (novecentos e cinco vírgula oitocentos e setenta e cinco) pontos; em terceiro lugar a agência METRA PUBLICIDADE LTDA (CNPJ/MF: 81.814.527/0001-51), com o total de 883,125 (oitocentos e oitenta e três vírgula cento e vinte e cinco) pontos; e, em quarto lugar a agência SAL PROPAGANDA LTDA (CNPJ/MF: 13.343.928/0001-10), com o total de 751,875 (setecentos e cinquenta e um vírgula oitocentos e setenta e cinco) pontos.

Blumenau (SC), 16 de janeiro de 2015.  
DULCENEIA DE SOUSA ROEPKE  
Presidente da Comissão de Licitação

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 4650/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4650/2015 de 19 de Janeiro de 2015.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0102/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4641/15 de 05 de Janeiro de 2015, sob o Processo de Licitação nº 0102/2015, que tem por objeto Contratação de serviço de assistência técnica e extensão rural para o exercício de 2015.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	O objeto da presente dispensa de licitação consiste na contratação de serviços de assistência e extensão rural junto a EPAGRI( Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A), para o ano de 2015, sendo de Fevereiro a Dezembro de 2015, com o objetivo de implementação de trabalhos previstos no plano municipal de desenvolvimento rural	11,00	25.499,98

vinte e cinco mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos

25.499,98

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 19/01/15.

Elton Henrique Da Silva  
Prefeito Municipal



## Bom Retiro

### PREFEITURA

**099.01.15 - P. FÉRIAS ANT. MAX D. ROVARIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 099/15 de 15.01.15

Concede Férias Antecipadas

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias antecipadas correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário Max Demian Rovaris, Ocupante do cargo de Vigilante Sanitário - Padrão I - Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a partir de 15 de janeiro com término no dia 13 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal Resp.

IRES KAPITULA BOSQUETTI  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**100.01.15 - P. FÉRIAS MARIA M. S. GORGES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 100/15 de 15.01.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) a funcionária Maria Margarete da Silva Gorges, Ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão I - Nível 03, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a partir do dia 15 de janeiro de 2015 com término no dia 13 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal Resp.

IRES KAPITULA BOSQUETTI  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**101.01.15 - P. FÉRIAS CRISTIANO MENEGAZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 101/15 de 15.01.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) ao funcionário Cristiano Menegaz, Ocupante do cargo de Agente de Defesa e Salvamento - Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício no Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros, para gozá-las a partir do dia 15 de janeiro de 2015 com término no dia 13 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal Resp.

IRES KAPITULA BOSQUETTI  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**102.01.15 - P. FÉRIAS ANTONIO M. BRIDA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 102/15 de 15.01.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Antônio Marcos de Brida, Ocupante do cargo de Operador de Trator Agrícola - Padrão I - Nível 05, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para gozá-las a partir do dia 15 de janeiro de 2015 com término no dia 13 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal Resp.

IRES KAPITULA BOSQUETTI  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**103.01.15 - P. FÉRIAS ELIZABETE O. ALVES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 103/15 de 15.01.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) a funcionária Elizabete de Oliveira Alves, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para gozá-las a partir do dia 19 de janeiro de 2015 com término no dia 17 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

IRES KAPITULA BOSQUETTI

Prefeito Municipal Resp.

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**104.01.15 - P. FÉRIAS DULCEARA FAUSTINO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 104/15 de 15.01.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) a funcionária Dulceara Faustino, Ocupante do cargo de Assessor de Departamento - Padrão I - Nível 31, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, para gozá-las a partir do dia 19 de janeiro de 2015 com término no dia 17 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

IRES KAPITULA BOSQUETTI

Prefeito Municipal Resp.

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**105.01.15 - P. DES. FARM. MAURICIO J. GOEDERT**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 105/15 de 16.01.15

Designa Farmacêutico - Bioquímico Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso VIII da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designar em caráter emergencial Mauricio José Goedert, para exercer o cargo de Farmacêutico - Bioquímico - Nível - 12, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro - SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde, a partir do dia 16 de janeiro de 2015 até a realização do Concurso Público. Obs.: Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
16 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

IRES KAPITULA BOSQUETTI

Prefeito Municipal Resp.

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**106.01.15 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE MARIA C. PERON**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 106/15 de 19.01.15

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 15 de março de 2015, Conselheira Tutelar Maria Celeste Peron.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
19 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

IRES KAPITULA BOSQUETTI

Prefeito Municipal Resp.

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**107.01.15 - P. EXON. FABULO M. MORAES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 107/15 de 19.01.15

Exonera Servidor

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

**RESOLVE:**

Exonerar o servidor Fábulo Menegassi Moraes, do Cargo de Assessor de Departamento - Padrão I - Nível - 31, do Quadro de Pessoal Nomeado em Caráter Comissionado do Município, através da Portaria n.º 857/14 de 01.10.14, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a contar do dia 01 de janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
19 de janeiro de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal Resp.

IRES KAPITULA BOSQUETTI  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**Braço do Trombudo****PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO E DE RATEIO Nº 01/2015**

CONTRATO ADMINISTRATIVO E DE RATEIO Nº 01/2015

Contrato Administrativo e de Rateio celebrado entre o MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI.

O Município de BRAÇO DO TROMBUDO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.952.230.0001-67 Braço do Trombudo, com sede na Praça da Independência, Nº 25, neste ato representado pelo Sr. Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal, inscrito sob CPF nº 891.667.959-15 e RG sob nº 312.170.8, residente e domiciliado na Avenida Erica Hansen Joenck, 60 doravante denominado simplesmente de "MUNICÍPIO" e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, constituída sob a forma de associação pública pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto 6.017/07, inscrita no CNPJ sob nº 09.069.217/0001-22, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Bairro Centro, CEP 89160-015, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, simplesmente denominada "CIS-AMAVI", neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. Nilson Francisco Stainsack, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, inscrito no CPF/MF sob o nº 458.165.309-68 e no RG sob o nº 1.222.680 -SSP/SC, cidade de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, firmam o presente Contrato Administrativo e de Rateio, conforme cláusulas e condições a seguir expostas:

**CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente contrato:

1.1.1. A disponibilização ao MUNICÍPIO de serviços de saúde especializados de referência de média e alta complexidade e de medicamentos e suplementos alimentares, mediante a aquisição pelo CIS-AMAVI de referidos bens e serviços nos termos e condições pactuados no presente ajuste, conjugadas as demandas dos Municípios Consorciados.

1.1.2. Apoio e fomento ao intercâmbio de experiências e informações entre os Municípios Consorciados.

1.1.3. A representação dos Municípios Consorciados nos assuntos atinentes às finalidades do CIS-AMAVI perante quaisquer autoridades ou instituições.

1.1.4. O rateio das despesas administrativas e de manutenção do CIS-AMAVI para execução do objeto deste contrato, de acordo com a Resolução nº 41, de 21 de novembro de 2014, aprovada pela Assembleia Geral do Consórcio.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES E DO REPASSE**

2.1. Para execução do objeto descrito na Cláusula Primeira o MUNICÍPIO repassará ao CIS-AMAVI os valores correspondentes aos serviços ou bens efetivamente adquiridos por ele. Também repassará a importância mensal de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) a título de rateio das despesas de manutenção de pessoal e de manutenção administrativa do CIS-AMAVI, conforme Resolução nº 41, de 21 de novembro de 2014, aprovada pela Assembleia Geral do Consórcio.

2.2. Os valores individuais dos serviços especializados de saúde serão os constantes de Tabela de Valores para Credenciamento aprovada pela Assembleia Geral do CIS-AMAVI, devendo o Município promover o repasse financeiro ao CIS-AMAVI, no montante necessário à cobertura de todas as despesas vinculadas às requisições emitidas e devidamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde:

2.3. Os valores individuais dos medicamentos e suplementos alimentares serão os constantes de Ata de Registro de Preços ou Contrato decorrente de procedimento licitatório realizado pelo CIS-AMAVI, devendo o município promover o repasse financeiro ao CIS-AMAVI, no montante necessário à cobertura de todas as despesas vinculadas aos pedidos devidamente autorizados pela Secretaria de Saúde.

2.4. As despesas de manutenção de pessoal e de manutenção administrativa do CIS-AMAVI serão rateadas entre os Municípios Consorciados.

2.5. Eventuais saldos financeiros individualizados serão mantidos no CIS-AMAVI no final do exercício, sendo reprogramados para o exercício seguinte, conforme preconiza a Lei 4.320/64.

2.6. O MUNICÍPIO deverá, no ato da assinatura do presente contrato, apresentar o empenho global ao CIS-AMAVI relativo às despesas de rateio, individualizado por modalidade de aplicação específica nos termos da proposta orçamentária do município, devidamente compatibilizado com o orçamento do CIS-AMAVI.

2.7. Os Municípios Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CIS-AMAVI, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas como rateio.

2.8. Na eventual impossibilidade de Município Consorciado cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida em rateio obrigará o CIS-AMAVI a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

2.9. Para o cumprimento do art. 63 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, a liquidação da despesa em relação aos repasses destinados à cobertura dos serviços especializados de saúde e medicamentos e suplementos alimentares será considerada efetivada no momento da entrega dos bens ou da prestação efetiva dos serviços ao Município, fato constatado e registrado mediante declaração de recebimento do serviço/mercadoria por servidor previamente designado pelo Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

3.1. É de responsabilidade do CIS-AMAVI:

3.1.1. Adquirir, para disponibilizar ao MUNICÍPIO, serviços de saúde especializados de referência de média e alta complexidade mediante credenciamento, conjugando as demandas apresentadas pelos Municípios Consorciados ao CIS-AMAVI.

3.1.2. Adquirir, para disponibilizar ao MUNICÍPIO, medicamentos e suplementos alimentares, conjugando as demandas apresentadas pelos Municípios Consorciados ao CIS-AMAVI.

3.1.3. Disponibilizar ao MUNICÍPIO a relação de credenciados e gerenciar a demanda, disponibilidade, execução e pagamento.

3.1.4. Disponibilizar ao MUNICÍPIO a lista de medicamentos e suplementos alimentares disponíveis e gerenciar a demanda, disponibilidade, entrega e pagamento.

3.1.5. Deferir a aquisição de bem ou serviço demandada pelo MUNICÍPIO quando este estiver adimplente no repasse dos recursos ao CIS-AMAVI.

3.1.6. Receber e contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9.º da Lei Federal 11.107/2005.

3.1.7. Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos transferidos a título de rateio das despesas de manutenção de pessoal e de manutenção administrativa do CIS-AMAVI, para que possam ser contabilizados na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

3.1.8. Aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO exclusivamente nas ações previstas no objeto do presente contrato e do orçamento aprovado.

3.2. É de responsabilidade do MUNICÍPIO:

3.2.1. Encaminhar ao CIS-AMAVI solicitação de bem ou serviço, de acordo com a demanda pactuada entre os Municípios Consorciados ao CIS-AMAVI;

3.2.2. Responsabilizar-se pelo recebimento dos bens e serviços requeridos, devendo para tanto certificar-se da descrição do item

contratado pelo CIS-AMAVI para emissão de Declaração de Recebimento a ser enviada ao CIS-AMAVI acompanhada da respectiva Nota Fiscal emitida pelo fornecedor.

3.2.3. Receber a prestação de contas e consolidar em suas contas.

3.2.4. Apresentar os resultados da execução orçamentária e o detalhamento dos recursos aplicados, bem como as auditorias concluídas ou iniciadas no período e informações acerca da oferta e produção de serviços na rede assistencial contratada nos termos do presente instrumento.

3.2.5. Fazer o repasse dos recursos financeiros estabelecidos no presente instrumento.

3.2.6. Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas.

3.2.7. Notificar ao CIS-AMAVI, até o dia 10 (dez) de cada mês, possíveis restrições na realização da despesa, de empenhos ou de movimentação financeira, nos termos do artigo 14 do Decreto nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

4.1. As despesas decorrentes da aplicação do presente Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: Fundo Municipal de Saúde

Unidade: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

DESPESAS CORRENTES:

Para aquisição de Medicamentos:

3.3.93.00.00.00.00.00 - {Fonte de Recursos} - Aplicação Direta (Elemento 30); R\$ 120.000,00

Para aquisição de procedimentos/consultas especializadas:

3.3.93.00.00.00.00.00 - {Fonte de Recursos} - Aplicação Direta (Elemento 39); R\$ 60.000,00

Para rateio despesas correntes:

3.1.71.00.00.00.00.00 - {Fonte de Recursos} - Aplicação Direta (Elemento 70); R\$ 5.000,00

3.3.71.00.00.00.00.00 - {Fonte de Recursos} - Aplicação Direta (Elemento 70); R\$ 1.600,00

4.2. As despesas correntes com manutenção de pessoal e manutenção administrativa do CIS-AMAVI mencionadas no item anterior, obedecem o disposto no art. 2º da Resolução nº 41, de 21 de novembro de 2014, aprovada pela Assembleia Geral do Consórcio.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1. O presente contrato é firmado com fulcro no Contrato de Consórcio Público do CIS-AMAVI e na Lei Municipal que o ratifica; na Lei 11.107/2005, especialmente em seu artigo 2º, § 1º, III e seu artigo 8º; no Decreto Federal nº 6.017/2007, especialmente em seus artigos 13 e 18; bem como nas demais normas de direito público aplicáveis.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS CASOS DE RESCISÃO

6.1. As partes poderão propor a qualquer tempo a rescisão do presente Contrato, se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições ou pela superveniência de eventos ou fatos jurídicos que o tornem material ou formalmente inexecutável, ou ainda por mútuo acordo entre as partes contratadas.

6.2. Em caso de rescisão conforme previsto nesta cláusula, o saldo se positivo deverá ser devidamente devolvido ao MUNICÍPIO e se negativo, terá este a obrigação de saldar o respectivo valor.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. O presente contrato terá vigência de 15 de janeiro de 2015 até o dia 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA OITAVA - GESTOR/FISCAL CONTRATO

8.1. Fica designado a Sra. Marina Solange Gorg Erbs para fiscalizar o presente termo.



**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

8.2. Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul para dirimir questões decorrentes da execução do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, as partes rubricam e firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2015

Município de Braço do Trombudo Charles Rafael Schawambach Prefeito Municipal	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí Nilson Francisco Stainsack Prefeito de Presidente Getúlio Presidente do CIS-AMAVI
Marina Solange Gerog Erbs Secretário Municipal de Saúde	

**Testemunhas:**

	Nome: Marilei Medeiros D. de Souza CPF 037.586.189-08
Nome: Juliana do Nascimento CPF 041.750.579-51	Jean Chistian Weiss Ass.Jurídico – OAB/SC 13621

**EXTRATO DE CONTRATO 15/2015****EXTRATO DE CONTRATO 15/2015**

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,  
Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: JOSIANE CHAMPOWKI - ME  
CNPJ 13.192.425/0001-91, sito a Rua Estanislau Schumann  
Cidade de Bela Vista do Toldo-SC

Objeto: O transporte escolar de alunos da rede pública de ensino municipal e estadual do município

Valor: R\$ 248.918,70 (duzentos quarenta oito mil e novecentos e dezoito reais setenta centavos)

Vigência até 30.12.2015.

Data da assinatura: 14.01.2015  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

**Brunópolis****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 06/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS  
Processo Licitatório nº 06/2015 - Edital de Pregão Presencial nº 06/2015

Objeto: Recuperação de Veículo. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09:00min do dia 02/02/2015, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 07h00min às 13h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa  
Prefeito Municipal.



# Brusque

## PREFEITURA

### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 024/2014 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 02 AO CONTRATO 024/2014

ESPÉCIE: locação de impressoras multifuncionais. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial PROCESSO LICITATÓRIO: 078/2013. VALOR GLOBAL: R\$ 18.470,88. PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 16/01/2015; CONTRATADA: Reinkjet Tintas, Toners e Informatica Ltda EPP. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 16 de janeiro de 2015.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

### EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/2013 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 012/2013

ESPÉCIE: serviço de vigilância humana e monitoramento eletrônico. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 060/2012. VALOR GLOBAL: R\$ 177.100,56. PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 16/01/2015; CONTRATADA: Casvig Catarinense de Segurança e Vigilância Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 16 de janeiro de 2015.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

### EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 111/2013 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03 AO CONTRATO 111/2013

ESPÉCIE: serviço de conectividade (internet). MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial PROCESSO LICITATÓRIO: 042/2013. VALOR GLOBAL: R\$ 44.603,04. PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2015. DATA DA ASSINATURA: 13/01/2015; CONTRATADA: TPA Telecomunicações Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 13 de janeiro de 2015.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 204/2014

Processo Licitatório n. 204/2014. Pregão n. 121/2014. DESPACHO DE ANULAÇÃO. LOTE 05. Fundamento legal: art. 49 da Lei 8.666/93; Súmulas n. 346 e n. 473 do STF; artigos 5º e 37 da Constituição Federal. Considerando que vige na Administração Pública os princípios da economia processual e eficiência (art. 37, caput da Constituição Federal), a licitação prossegue em relação aos demais lotes. Brusque (SC), 15 de janeiro de 2015. Signatário: Rafael Luiz Pinto, Diretor Geral de Licitações e Contratos.

### PORTARIA Nº 1, DE 19 DE JANEIRO DE 2015 LEGISLATIVO

Portaria Nº 1, de 19 de janeiro de 2015.

Nomeia Comissão.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições Regimentais,

RESOLVE:

Nomear os Senhores Jefferson Silveira (Técnico Legislativo), Fábio Augusto Cardoso (Agente de Transportes) e Reinaldo dos Santos Cordeiro (Assessor Legislativo e Administrativo) para comporem a Comissão Permanente de Licitação para receber e julgar os processos licitatórios que virem a ser apresentados por esta Casa Legislativa, durante o exercício de 2015.

Aplica-se aos servidores acima nomeados o disposto no Artigo 93 c/c o Parágrafo único do Artigo 83 e seu Inciso VIII da Lei Complementar nº 147/2009, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Brusque, 19 de janeiro de 2015.

Roberto Pedro Prudêncio Neto

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba

Diretor Geral

### PORTARIA Nº 3, DE 19 DE JANEIRO DE 2015 LEGISLATIVO

Portaria Nº 3, de 19 de janeiro de 2015.

Exonera Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar do Cargo de Provisão em Comissão de Assessor de Imprensa no Quadro dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Ronei Zancanaro, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 3.191.324 e CPF nº 021.285.739-80, encerrando suas atividades funcionais em data de 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 19 de janeiro de 2015.

Roberto Pedro Prudêncio Neto
------------------------------

Presidente
------------

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
---

Rogério Gamba
---------------

Diretor Geral
---------------

**PORTARIA Nº 4, DE 19 DE JANEIRO DE 2015  
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 4, de 19 de janeiro de 2015.

Exonera Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar do Cargo em Comissão de Diretor do Departamento Jurídico/Legislativo do Quadro Único dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor CARLOS HENRIQUE WEHMUTH, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 234.822-5 e CPF nº 104.094.919-34, encerrando suas atividades funcionais em data de 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 19 de janeiro de 2015.

Roberto Pedro Prudêncio Neto
------------------------------

Presidente
------------

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
---

Rogério Gamba
---------------

Diretor Geral
---------------

**PORTARIA Nº 5, DE 19 DE JANEIRO DE 2015  
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 5, de 19 de janeiro de 2015.

Exonera Servidora.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Art. 1º Exonerar do Cargo de Provisório em Comissão de Assessoria da Comunicação da Presidência, do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, a Senhora Carina Machado Leite, brasileira, casada, portadora da CI nº 3.822.759 e CPF nº 003.928.459-03, encerrando suas atividades funcionais em data de 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 19 de janeiro de 2015.

Roberto Pedro Prudêncio Neto
------------------------------

Presidente
------------

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
---

Rogério Gamba
---------------

Diretor Geral
---------------

# Caçador

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 6.277/2015**

DECRETO nº 6.277, de 15 de janeiro de 2015.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 887,48m<sup>2</sup> (oitocentos e oitenta e sete metros e quarenta e oito décimos quadrados), objeto do Registro nº 30.450, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Alcides Tombini, nesta cidade, de propriedade de Ezilda Maria Barpp e Outros, ficando após o desmembramento constituído de 02 áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Área "A" com 300,00m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados), iniciando no marco 1=PP, situado na confrontação com o imóvel constante da matrícula nº 16.746; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 16.746 com o azimuth 34°26'23" e a distância de 22,37 metros até o marco 2; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 21.762 com o azimuth 150°42'10" e a distância de 7,60 metros até o marco 3; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 21.762 com o azimuth 67°58'47" e a distância de 5,39 metros até o marco 4; deste segue confrontando com a área "B" deste desmembramento com o azimuth 124°01'24" e a distância de 4,09 metros até o marco 5; deste segue confrontando com a área "B" deste desmembramento com o azimuth 214°09'21" e a distância de 23,27 metros até o marco 9; deste segue confrontando com a Rua Alcides Tombini com o azimuth 303°21'31" e a distância de 14,00 metros até o marco 1=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

II - Área "B" com 587,48m<sup>2</sup> (quinhentos e oitenta e sete metros e quarenta e oito décimos quadrados), iniciando no marco 9=PP, situado na confrontação com a área "A" do desmembramento; deste segue confrontando com a área "A" do desmembramento com o azimuth 34°09'21" e a distância de 23,27 metros até o marco 5; deste segue confrontando com a área "A" do desmembramento com o azimuth 304°01'24" e a distância de 4,09 metros até o marco 4; deste segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 21.762 com o azimuth 67°58'47" e a distância de 10,89 metros até o marco 6; deste segue confrontando com o imóvel constante da transcrição nº 18.303 com o azimuth 151°07'43" e a distância de 27,18 metros até o marco 7; deste segue confrontando com o imóvel constante da transcrição nº 1.913 com o azimuth 244°44'16" e a distância de 22,97 metros até o marco 8; deste segue confrontando com a Rua Alcides Tombini com o azimuth 303°21'31" e a distância de 13,94 metros até o marco 9=PP; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de

Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de janeiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **DECRETO Nº 6.278/2015**

DECRETO nº 6.278, de 15 de janeiro de 2015.

Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 6.091/14, para compor o Conselho Municipal dos Direitos de Mulher - COMDIM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro da entidade abaixo relacionada, nomeado pelo Decreto nº 6.091 de 25 de agosto de 2014, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, pelo nome subsequente, na forma que segue:

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Um (a) representante dos trabalhadores na área das mulheres:

7) Associação dos Psicólogos de Caçador e Região - APSIC

Titular: ...

Suplente: Maria Augusta Nhoato Moreira

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de janeiro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **DECRETO Nº 6.279/2015**

DECRETO nº 6.279, de 15 de janeiro de 2015.

Nomeia Comissão para Análise de Amostras.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeadas as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Análise de Amostras do Processo de Licitação nº 03/2015 - Pregão Presencial nº 05/2015, para registros de preços para aquisição de Kits escolares destinados a Rede Municipal de Ensino:

I - Luciana Maria da Costa;

II - Bartira Elisa Tomazini;

III - Andressa de Bastiani.

Parágrafo único. A entrega das amostras para análise será até as 14h05 do dia 04 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de janeiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **CÂMARA MUNICIPAL**

### **PORTARIA Nº 07, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.**

PORTARIA nº 07, de 19 de janeiro de 2015.

Interrompe as férias da servidora Stéfani Cividini Back.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004, tendo em vista a implantação do orçamento de 2015 nos sistemas e a necessidade de realização de pagamentos que aguardavam este evento, inclusive a folha de pagamento dos servidores

RESOLVE:

Art. 1º - Interromper as férias da servidora STÉFANI CIVIDINI BACK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureira, a partir do dia 21/01/2015, mediante prévia comunicação telefônica, tendo em vista a urgência que a situação demanda, permanecendo a servidora com 08 (oito) dias de férias em 'a ver' para gozo em momento oportuno;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 19 de janeiro de 2015.

Flavio Henrique dos Santos,  
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,  
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira  
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira  
2º SECRETÁRIO.

**IPASC****PORTARIA 783 DE 14 JANEIRO DE 2015**

PORTARIA n.º 783, de 14 de janeiro de 2015.  
Concede Pensão a IRMA FAGANELO DE JESUS.

A DIRETORA PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o §7º, inciso I do art. 40 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/03 c/c inciso I, §3º, do art. 38 e Parágrafo único do art. 39 da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006,

**RESOLVEM:**

Art. 1º Conceder pensão por morte a IRMA FAGANELO DE JESUS, Matrícula 5964, na condição de cônjuge do Servidor Público Municipal inativo MARIO DE JESUS, Matrícula 514, falecido em 06/01/2015, na espécie com paridade, com benefício integral, originário do valor do benefício de aposentadoria de R\$ 838,37 (oitocentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos), a serem pagos pelo IPASC, com efeitos a contar de 07 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 14 de janeiro de 2015.  
Diala Marchi Gonçalves Bridi  
DIRETORA PRESIDENTE INTERINA

Eliete Catarina D'Agostini  
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

**PORTARIA 785 DE 16 DE JANEIRO DE 2015**

PORTARIA n.º 785, de 16 de janeiro de 2015.  
Aposenta Servidora REGINA MARGARETE OLIENIK.

A DIRETORA PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, em conformidade à Constituição Federal/1988, com a redação do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, mais o previsto nos incisos I, II e III, e Parágrafo Único do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, e ainda, no art. 49, incisos I, II e III e Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 93/2006,

**RESOLVEM:**

Art. 1º Conceder aposentadoria a Servidora REGINA MARGARETE OLIENIK, a contar de 06 de janeiro de 2015, Matrícula 584 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Secretário, Referência 20, Nível 12, carga horária de 35 horas semanais, lotada na Secretaria de Fazenda, passando à Matrícula nº 3348, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de dezembro de 2014, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 2.907,23 (dois mil, novecentos e sete reais e vinte e três centavos), adicional de triênio de R\$ 697,74 (seiscentos e noventa e sete reais e

setenta e quatro centavos) e adicional de 25 anos 6ª parte de R\$ 600,95 (seiscentos reais, e noventa e cinco centavos), totalizando o benefício de aposentadoria em R\$ 4.205,92 (quatro mil, duzentos e cinco reais e noventa e dois centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 06 de janeiro de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 16 de janeiro de 2015.  
Diala Marchi Gonçalves Bridi  
DIRETORA PRESIDENTE INTERINA.

Eliete Catarina D'Agostini  
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

# Camboriú

## PREFEITURA

### DL 01/15 - FMAS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 001/2015 - FMAS  
Data: 16/01/2015

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA DE APROXIMADAMENTE 120M2, LOCALIZADO A RUA MARIA DA GLÓRIA PEREIRA, Nº158, BAIRRO CENTRO, DESTINADO A ABRIGAR A NOVA SEDE DO CONSELHO TUTELAR, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Valor total: 21.600,00 (Vinte e Um Mil e Seiscentos Reais)  
Secretaria: Secretaria Municipal de Assistência Social.  
Locador: Ivo Pereira  
Embasamento legal: artigo 24, inciso "X", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 16 de Janeiro de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
PREFEITA MUNICIPAL

### PR 02/15 - FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2015-FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.  
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 02 (Dois) de Fevereiro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 19 de Janeiro de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### TERMO DE ERRATA PR 01/15 - FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
TERMO DE ERRATA  
PREGÃO PRESENCIAL 001/2015-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 001/2015 - FMS, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ FÓRMULA LÁCTEA, PARA AS CRIANÇAS DE 0 A 06 MESES DE IDADE QUE FAZEM PARTE DO PROGRAMA DST/AIDS. DE ACORDO A PORTARIA Nº. 1071/2003 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM O ANEXO 2 QUE ESTABELECE NORMAS PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DA FÓRMULA INFANTIL PARA ÀS CRIANÇAS VERTICALMENTE EXPOSTAS AO HIV, DURANTE OS PRIMEIROS 06 MESES DE VIDA, BEM COMO AS RECOMENDAÇÕES DO CODEX ALIMENTARIUS PARA FÓRMULAS INFANTIS", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado no Aviso de Licitação:

- onde lê-se:

Pregão Presencial 001/2015 - PMC

- leia-se:

Pregão Presencial 001/2015 - FMS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 19 de Janeiro de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO Nº 015/2014

ADITIVO Nº 015/2014

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 014/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO SUELI CARDOSO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: SUELI CARDOSO, Professor III - Professor de Artes, portadora do CPF/MF nº 808.364.459-53, residente e domiciliada a Rua Benjamin Constant, Centro, Campo Alegre/SC.

#### OBJETO:

Considerando atender a necessidade de excepcional de Interesse Público, prevista no Inciso IV e XI Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;  
Considerando a necessidade de manter plantões nos Centros Municipais de Educação Infantil no período de férias coletivas dos Servidores Públicos Municipais.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 19 de dezembro de 2014.

Término: 04 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	SUELI CARDOSO Contratada
--	-----------------------------

#### Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### ADITIVO Nº 016/2014

ADITIVO Nº 016/2014

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 013/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO BIANCA KESTERING GREIPEL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: BIANCA KESTERING GREIPEL, Professor III, Professor de Artes, portadora do CPF/MF nº 005.381.459-27, residente domiciliada a Estrada Principal, Localidade de Avenquinha, Campo Alegre/SC.

#### OBJETO:

Considerando atender a necessidade de excepcional de Interesse Público, prevista no Inciso IV e XI Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;  
Considerando a necessidade de manter plantões nos Centros Municipais de Educação Infantil no período de férias coletivas dos Servidores Públicos Municipais.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 19 de dezembro de 2014.

Término: 04 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	BIANCA KESTERING GREIPEL Contratada
--	--

#### Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### ADITIVO Nº 017/2014

ADITIVO Nº 017/2014

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 059/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO CAROLINE NEUMANN.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: CAROLINE NEUMANN, Professor III, Professor de Artes, portadora do CPF/MF nº 045.626.969-07, residente e domiciliada a Rua Generoso Frago, nº 319, Distrito de Frago, Campo Alegre/SC.

#### OBJETO:

Considerando atender a necessidade de excepcional de Interesse Público, prevista no Inciso IV e XI Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;  
Considerando a necessidade de manter plantões nos Centros Municipais de Educação Infantil no período de férias coletivas dos Servidores Públicos Municipais.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 19 de dezembro de 2014.

Término: 04 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal
--

CAROLINE NEUMANN Contratada
--------------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

#### ADITIVO Nº 001/2014

ADITIVO Nº 001/2014

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 029/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO JOSÉ ANIBAL MASSANEIRO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: JOSÉ ANIBAL MASSANEIRO, Professor II - Educação Física, portador do CPF/MF nº 201.822.529-49, residente domiciliado a Rua Vinicius de Moraes, nº 93, Ponte Alta, Município de Piên/PR.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação 25 de março de 2014.

Término: 19 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 25 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal
--

JOSÉ ANIBAL MASSANEIRO Contratado
--------------------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

#### ADITIVO Nº 002/2014

ADITIVO Nº 002/2014

1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO CRISTIANO MUNHOZ.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua: Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: CRISTIANO MUNHOZ, cargo de motorista, portador do CPF nº 031.378.179-60, residente e domiciliado a Estrada Laranjeiras, Localidade Laranjeiras, Campo Alegre/SC.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 01 de abril de 2014.

Término: 01 de outubro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 31 de março de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal
--

CRISTIANO MUNHOZ Contratado
--------------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

#### ADITIVO Nº 003/2014

ADITIVO Nº 003/2014

1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO ALTAIR DA ROCHA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292 Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: ALTAIR DA ROCHA, cargo de motorista, portador do CPF/MF nº 835.944.429/34, residente domiciliado a Rua José Gomes Munhoz, nº 199, Centro, Campo Alegre/SC.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 01 de abril de 2014.

Término: 01 de outubro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 01 de abril de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal
--

ALTAIR DA ROCHA Contratado
-------------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**ADITIVO Nº 004/2014**

ADITIVO Nº 004/2014

1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO LUAN CESAR ENGELKE MOURA COSTA SABINO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua: Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: LUAN CESAR ENGELKE MOURA COSTA SABINO, Instrutor de Música, portador do CPF/MF nº 098.354.629-09, residente domiciliado a Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 337, Apto. 02, Centro, Campo Alegre/SC.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 02 de abril de 2014.

Término: 02 de outubro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 02 de abril de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	LUAN CESAR ENGELKE MOURA COSTA SABINO Contratado
--	--

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**ADITIVO Nº 005/2014**

ADITIVO Nº 005/2014

1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO VALÉRIO FELIPE CHICOVIS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, Nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: VALÉRIO FELIPE CHICOVIS, Instrutor de Música - violão, portador do CPF/MF 085.814.349-67, residente domiciliado a Rua Eugenio Duarte, nº 155, Bairro Santo Antonio, Campo Alegre/SC.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 04 de abril de 2014.

Término: 04 de outubro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/ SC, 04 de abril de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	VALÉRIO FELIPE CHICOVIS Contratado
--	---------------------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**ADITIVO Nº 006/2014**

ADITIVO Nº 006/2014

1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO CLAUDIANE GONÇALVES DE ABREU.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua: Cél. Bueno Franco, 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: CLAUDIANE GONÇALVES DE ABREU, Agente Operacional I - Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 088.917.699-08, residente e domiciliada a Rua Julia Pazda, Distrito de Bateias de Baixo, Campo Alegre/SC.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 02 de junho de 2014

Término: 02 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, em 02 de junho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CLAUDIANE GONÇALVES DE ABREU Contratada
--	--

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**ADITIVO Nº 007/2014**

ADITIVO Nº 007/2014

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 042/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO ANA CARLA HÜMMELGEN.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: ANA CARLA HÜMMELGEN, professor II, portadora do CPF/MF nº 064.719.939-43, residente e domiciliada a Rua Teodoro Kwitschal, nº 197, Bairro Pinheirinho, Rio Negrinho/SC.

OBJETO:

Considerando atender a necessidade de excepcional Interesse Público, prevista no Inciso IV e IX Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em substituição ao Professor Titular ANTONIO MAURI CHRISTOFF que se encontra em Licença Para Tratamento de Saúde.

Considerando ainda, a Exoneração do Professor EDUARDO CARVALHO e a desistência do ultimo candidato para o cargo de Professor II - Educação Física, do Concurso Publico nº 001/2012 e por não haver mais candidatos no Processo Seletivo valido para o ano de 2014, para Contratação Temporária, justifica-se a prorrogação do Contrato alem da Licença para Tratamento de Saúde do Professor Titular ANTONIO MAURI CHRISTOFF em 31/10/2014 até o final do ano letivo.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 30 de junho de 2014

Término: 19 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 30 de junho de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI	ANA CARLA HUMMELGEN
Prefeito Municipal	Contratada

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**ADITIVO Nº 008/2014**

ADITIVO Nº 008/2014

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 018/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO RAFAEL NEGHERBON.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua: Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: RAFAEL NEGHERBON, cargo de motorista, portador do CPF/MF nº 006.357.139-00, residente e domiciliado a Rua Cel. Raymundo Munhoz, nº 1023, Bairro Cascatas, Campo Alegre/SC.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 06 de agosto de 2014.

Término: 06 de fevereiro de 2015

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 06 de agosto de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI	RAFAEL NEGHERBON
Prefeito Municipal	Contratado

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**ADITIVO Nº 009/2014**

ADITIVO Nº 009/2014

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 027/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO GÉSSICA FRANCO BARBOSA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: GÉSSICA FRANCO BARBOSA, Agente Operacional I - Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 088.520.269-40, residente domiciliada a Estrada Rodeio Grande, Localidade de Rodeio Grande, Campo Alegre/SC.

PRAZO: Prorrogação: 12 de agosto de 2014

Término: 12 de fevereiro de 2015

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 12 de agosto de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI	GÉSSICA FRANCO BARBOSA
Prefeito Municipal	Contratado

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_



**ADITIVO Nº 010/2014**

ADITIVO Nº 010/2014

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 026/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO SOENI CARDOSO BORGES.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: SOENI CARDOSO BORGES, Agente Operacional I - Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 765.219.589-68, residente e domiciliada a Rod. SC-301, Localidade de São Miguel, Campo Alegre/SC.

PRAZO: Prorrogação: 12 de agosto de 2014

Término: 12 de fevereiro de 2015

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 12 de agosto de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	SOENI CARDOSO BORGES Contratado
--	------------------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**ADITIVO Nº 011/2014**

ADITIVO Nº 011/2014

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 033/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO SOLANGE APARECIDA SIMÕES DE FARIA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: SOLANGE APARECIDA SIMÕES DE FARIA, Agente Operacional I - Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 084.082.019-48, residente e domiciliada a Estrada Campinas dos Farias, Localidade de Campinas dos Farias, Campo Alegre/SC.

PRAZO: Prorrogação: 15 de agosto de 2014

Término: 15 de fevereiro de 2015

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 15 de agosto de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	SOLANGE APARECIDA SIMÕES DE FARIA Contratada
--	---

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**ADITIVO Nº 012/2014**

ADITIVO Nº 012/2014

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 049/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO FRANCILINE DERENIEVICZ.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: FRANCILINE DERENIEVICZ, Professor III - Artes, portadora do CPF/MF nº 085.683.709-18, residente e domiciliada a Rua José Endler, Distrito de Bateias de Baixo, Campo Alegre/SC.

OBJETO:

Considerando atender a necessidade de excepcional de Interesse Público, prevista no Inciso IV e XI Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

Considerando a necessidade de manter plantões nos Centros Municipais de Educação Infantil no período de férias coletivas dos Servidores Públicos Municipais.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 19 de dezembro de 2014.

Término: 04 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	FRANCILINE DERENIEVICZ Contratada
--	--------------------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**ADITIVO Nº 013/2014**

ADITIVO Nº 013/2014

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 053/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO JACINTA ZEZOTKO WOYAKEIVICZ.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: JACINTA ZEZOTKO WOYAKEIVICZ, Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 067.226.179-04 residente domiciliada a Rua João Pius Schindler, nº 623, Distrito de Bateias de Baixo, Campo Alegre/SC.

**OBJETO:**

Considerando atender a necessidade de excepcional de Interesse Público, prevista no Inciso IV e XI Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

Considerando a necessidade de manter plantões nos Centros Municipais de Educação Infantil no período de férias coletivas dos Servidores Públicos Municipais.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PAZO: Prorrogação: 19 de dezembro de 2014.

Término: 04 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	JACINTA ZEZOTKO WOYAKEIVICZ Contratada
--	---

**Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**ADITIVO Nº 014/2014**

ADITIVO Nº 014/2014

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 054/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADO: MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA, Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 051.496.089-20 residente e domiciliada a Rua Nereu Ramos, nº 446, Centro, Campo Alegre/SC.

**OBJETO:**

Considerando atender a necessidade de excepcional de Interesse Público, prevista no Inciso IV e XI Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

Considerando a necessidade de manter plantões nos Centros Municipais de Educação Infantil no período de férias coletivas dos Servidores Públicos Municipais.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PAZO: Prorrogação: 19 de dezembro de 2014.

Término: 04 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA Contratada
--	--

**Testemunhas:**

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

**ADITIVO Nº 018/2014**

ADITIVO Nº 018/2014

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 035/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO ESTELA KOHLBECK.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: ESTELA KOHLBECK, Agente Operacional I, Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 086.656.419-55, residente domiciliada a Estrada Ribeirão do Meio, Rodovia Municipal, RM-446, Campo Alegre/SC.

**OBJETO:**

Considerando atender a necessidade de excepcional de Interesse Público, prevista no Inciso IV e XI Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

Considerando a necessidade de manter plantões nos Centros Municipais de Educação Infantil no período de férias coletivas dos Servidores Públicos Municipais.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PAZO: Prorrogação: 19 de dezembro de 2014.

Término: 06 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ESTELA KOHLBECK Contratada
--	-------------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### ADITIVO Nº 0192014

ADITIVO Nº 019/2014

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 022/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO CATIA IRENE KERSCHER WEISS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: CATIA IRENE KERSCHER WEISS, Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 791.391.409-20, residente e domiciliada a Rua Olimpio Vidal Teixeira, nº 1119, São Bento do Sul/SC.

OBJETO:

Considerando atender a necessidade de excepcional de Interesse Público, prevista no Inciso IV e XI Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

Considerando a necessidade de manter plantões nos Centros Municipais de Educação Infantil no período de férias coletivas dos Servidores Públicos Municipais.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 19 de dezembro de 2014.

Término: 04 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CATIA IRENE KERSCHER WEISS Contratada
--	--

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### ATA PREGÃO 126/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 126/2014)

Aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal e Irineu Woitskovski Júnior, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 126/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a "contratação de profissional para prestação serviços técnicos relacionados ao Sistema de Abastecimento de Água - SAA e ao Sistema de Esgotamento

Sanitário - SES, deste Município". Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) dos licitantes proponentes: Abel Moro CPF: 625.415.609-15 (pessoa Física) e o licitante Diego Barbieri Cpf: 051.931.449-26 (Pessoa física). Os Sr. Abel Moro e Sr. Diego Barbieri se credenciaram para a sessão. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO UNITÁRIO. Após a fase de lances classificou-se o Sr. Diego Barbieri com o valor de R\$ 830,00 e o Sr. Abel Moro classificou-se em 2º lugar com o valor de R\$ 850,00, abriu-se o envelope contendo a Documentação do Sr. Diego Barbieri, sendo que o licitante não apresentou o atestado acompanhado da respectiva ART/AFT (CRQ) conforme exigência do item 7.1.2.9, sendo declarado Inabilitado pela pregoeira, abriu-se o envelope de Documentos do segundo colocado Sr. Abel Moro, após conferência o licitante foi considerado HABILITADO, o licitante Abel Moro foi declarado vencedor com o valor de R\$ 850,00. Não houve manifestação de Intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

### ATA PREGÃO ELETRÔNICO 130/2014

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 130/2014)

Às 10:00 do dia 19/01/2015, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de kits escolares para distribuição aos alunos da rede municipal de ensino no exercício de 2015.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

### DECRETO Nº 8.784 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº 8.784 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

NOMEIA CONSELHEIROS, RESPECTIVOS SUPLENTE E MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO COM-TUR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial o Artigo 3º Parágrafo 3º da Lei Municipal nº 2.992; alterada pela Lei Municipal nº 3.481 de 16 de junho de 2009; DECRETA:

Art.1º) Nomear os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de TURISMO - COMTUR:

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:

a) Secretaria Municipal de Administração:

Titular: LUCILAINE MOKFA SCHWARZ;

Suplente: LILIAN TEREZINHA BARTSCH.

b) Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: MARIA ELIANE FRIEDRICH;

Suplente: LUCIMARA PRESTES DE SOUZA IDALENCIO.

c) Secretaria Municipal de Educação:

Titular: LEDA CARINA MUNHOZ ODIA  
Suplente: MARIA MAURENE MAY.

d) Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer:  
Titular: ERNESTO LARSEN;  
Suplente: ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA.

e) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico:  
Titular: OLÍVIO ODIA;  
Suplente: GILSON OMAR BRUNNQUEL.

f) Representante do CMDCA:  
Titular: MARILDA SCHADECK;  
Suplente: MONIKA MERKLE.

g) Representante do Escritório local da EPAGRI:  
Titular: ROGÉRIO PIETRZACKA;  
Suplente: ILDEFONSO CARODOSO.

h) Representante do Ensino Estadual:  
Titular: MARLI DE FÁTIMA ZESZOTKO DREVECK;  
Suplente: LURDES DOROTÉIA DZIEDZIC AUGUSTIN.

I) Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras:  
Titular: JOÃO SAMUEL CUBAS;  
Suplente: ALAÉRCIO LUIS CORDEIRO.

## II - REPRESENTANTES DA INICIATIVA PRIVADA:

a) Representante do CDL - Câmara dos Dirigentes Lojistas:  
Titular: CHRISTA RUTH PFEIFFER LARSEN;  
Suplente: VANDERLEI WERLE.

b) Representante da ACIACA - Associação Empresarial de Campo Alegre:  
Titular: ELEANDRO PAULI;  
Suplente: MARIA APARECIDA SANT'ANA MARGOTTO.

c) Presidente da SACA - Sociedade Amigos de Campo Alegre:  
Titular: ALICE BAYERL GROSSKOPF;  
Suplente: ROSELI FUCKNER.

d) Presidente da Associação de Artistas, Artesãos Mãos do Campo:  
Titular: RELINDA ALANDT;  
Suplente: HERMA SCHWARZ HEINZEN.

e) Presidente da FECAMPO - Fundação Educacional de Campo Alegre:  
Titular: ELIZABETH KESTERING;  
Suplente: IVO KESTERING.

f) Produtor Rural que pratique atividade de Turismo em sua propriedade indicado pela EPAGRI:  
Titular: ROSANE KATZMANN;  
Suplente: ANGELA FARIAS.

g) Representante das Associações de Moradores escolhidos entre as mesmas:  
Titular: MARIA ROSEMAR MUNHOZ PAULI;  
Suplente: MONALIZA ANDREIA MUNHOZ.

h) Representante da ACUCA Associação Cultural de Campo Alegre:  
Titular: NÉDIA MARIA SCHEFFER;  
Suplente: SABRINA IDALÊNCIO.

i) Presidente da Associação de Comunicação Comunitária Rádio Cidade Campo Alegre 87,9 - FM:  
Titular: EDITHE MARICLER VIRMOND;  
Suplente: JEISON FABIANO DE SOUZA OSSOWSKI.

Art.2º) A Diretoria do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR será composta dos seguintes membros:

Presidente: ERNESTO LARSEN;  
Vice-Presidente: SÉRGIO LUIZ FETTBACH;  
Secretária: NÉDIA MARIA SCHEFFER.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 7.922 de 02 de Setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Janeiro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 20/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 8.785 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº 8.785 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DO FORNECIMENTO DO MATERIAL PEDAGÓGICO PARA O ANO LETIVO DE 2015, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Nomeia membros para comporem a "Comissão de Avaliação, do fornecimento dos MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, para o ano Letivo de 2015, após o Processo Licitatório nº 127/2014, do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único - A Comissão de que trata o caput deste Artigo será composta pelos seguintes membros:

MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA, Matrícula Funcional nº 000092;  
MARIA MAURENE OTTVAGEN MAY, Registro no Sistema nº 000082;  
TACIANA AMORIM CUNHA, Matrícula Funcional nº 000153.

Art.3º) É parte integrante deste Decreto o ANEXO I "TERMO de REFERÊNCIA" do Processo Licitatório nº 127/2014, o qual contem as informações necessárias dos quesitos que serão objeto de análise das amostras.

Art.2º) Dentre as atribuições da referida Comissão de Avaliação, esta deverá emitir Relatórios devidamente assinados pelos membros, acerca das avaliações realizadas.

Art.5º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Janeiro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal



MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 20/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## ANEXO I

(Processo Licitatório nº 127/2014)

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL, de acordo com as especificações constantes neste Termo.

1.2 - Abaixo estimativa da quantidade de alunos para o ano letivo 2015, e consequentemente da quantidade de materiais que serão necessários para atender ao objeto da licitação, para o ano letivo de 2015, DEVENDO A PROPOSTA SER APRESENTADA COM ESTAS QUANTIDADES:

Nível/série/segmento	Quantidade de alunos 2015
Pré 1	132
Pré 2	170
1º Ano	187
2º Ano	171
3º Ano	169
4º Ano	178
5º Ano	154
6º Ano	199
7º Ano	174
8º Ano	195
9º Ano	179

TOTAL DE ALUNOS: 1.908

1.3 - Na proposta apresentada deverá estar incluso o fornecimento de material para professores e alunos; formação pedagógica continuada aos docentes, abrangendo visitas, reuniões, oficinas, palestras e atendimento personalizado; instrumentos avaliativos de desempenho da 4ª série e 8ª série (5º e 9º ano) com a finalidade de preparação para a prova Brasil, ferramenta de acompanhamento dos indicadores e resultados educacionais do município; acesso a portal educacional para professores e alunos do ensino fundamental.

#### 2. DAS AMOSTRAS

2.1 - Para qualificação dos materiais, cuja proposta pedagógica deva estar de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, os materiais fornecidos deverão ser compostos das seguintes características e obedecer aos critérios abaixo, sob pena de desclassificação:

- 2.1 ALUNOS PRÉ I e PRÉ II DA EDUCAÇÃO INFANTIL
- Livro didático anual com ilustrações de qualidade de no mínimo 60 páginas;
- Caderno de atividades de Linguagem Escrita ilustrado, colorido no mínimo 60 páginas;
- Caderno de atividades de Matemática; ilustrado, colorido no

mínimo 60 páginas;

- Jogo de cartas do alfabeto; destacáveis nas dimensões aproximadas de no mínimo 26cm x 17 cm com folhas superior 115 gramas coloridos e ilustrados;
- Material de Apoio;
- Caixa para acondicionamento e transporte dos materiais personalizadas com logomarca da empresa contendo todas as informações do kit.

#### 2.2 PROFESSORES PRÉ I e PRÉ II DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

- Livro didático anual; contendo orientações metodológicas para o professor, conteúdos para o pré I e pré II, com ilustrações de qualidade de no mínimo 60 páginas;
- Caderno de atividades de Linguagem Escrita; ilustrado, colorido no mínimo 60 páginas;
- Caderno de atividades de Matemática; ilustrado, colorido no mínimo 60 páginas;
- Jogo de cartas do alfabeto destacáveis nas dimensões aproximadas de no mínimo 26cm x 17cm com folhas superior 115 gramas, coloridos e ilustrados;
- Material de Apoio;
- CD; cantigas de roda com orientações didáticas para professores;
- Cartaz de alfabeto ilustrado, colorido, folhas destacáveis;
- Cartaz de números ilustrado, colorido com folhas destacáveis;
- Calendário de parede ilustrado, colorido com dimensões aproximadas de 80cm x 54cm;
- Caixa para acondicionamento e transporte dos materiais personalizados com a logomarca da empresa contendo todas as informações do kit

#### 2.3 ALUNOS DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL:

-Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, a disciplina de Arte e a disciplina de Língua Inglesa, Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Obs. Para fins de apresentação de amostras do ensino fundamental, o licitante poderá entregar apenas um modelo de capa personalizada, para aprovação da equipe técnica. Caso seja sagrado vencedor do certame, a empresa contratada deverá entregar esses materiais didáticos com as capas personalizadas.

#### 2.4 PROFESSORES DO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL:

- Livros didáticos bimestrais, contendo os Eixos e Âmbitos da Educação Infantil, no formato vertical, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município. Obs. Para fins de apresentação de amostras do ensino fundamental, o licitante poderá entregar apenas um modelo de capa personalizada, para aprovação da equipe técnica. Caso seja sagrado vencedor do certame, a empresa contratada deverá entregar esses materiais didáticos com as capas personalizadas.
- Varal de Alfabeto e Números;
- Calendário de parede;
- Cartazes - Poema e Direitos da Água;
- CD contendo músicas, textos e atividades de listening explorados nas unidades de trabalho da Língua Inglesa;
- CD com músicas, histórias e sons;
- Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Língua Inglesa;
- Livros didáticos bimestrais, contendo a disciplina de Arte;
- Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, no formato vertical.

#### 2.5 ALUNOS DO 2º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL:

-Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Educação Física, Matemática, Ciências (sendo que, para o 9º ano, deverá conter proposta de currículo em Química e Física), História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material

de apoio, cuja capa seja personalizada com imagens que identifiquem o município;

-Livros Regionalizados de História e Geografia para o 4º e 5º Anos do Ensino Fundamental, organizados em volume anual, apresentados no formato vertical.

Obs. Para fins de apresentação de amostras do ensino fundamental, o licitante poderá entregar apenas um modelo de capa personalizada, para aprovação da Comissão. Caso seja sagrado vencedor do certame, a empresa contratada deverá entregar esses materiais didáticos com as capas personalizadas.

## 2.6 PROFESSORES DO 2º AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL:

-Livros didáticos bimestrais, no formato vertical, delineados pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Ciências (sendo que, para o 9º ano, deverá conter proposta de currículo em Química e Física), História, Geografia e Arte, acompanhados por páginas de material de apoio;

-Livros Regionalizados de História e Geografia para o 4º e 5º Anos do Ensino Fundamental, organizados em volume anual, apresentados no formato vertical;

-Livro didático anual com orientações para o trabalho com a disciplina de Educação Física, apresentado no formato vertical.

Obs. Para fins de apresentação de amostras do ensino fundamental, o licitante poderá entregar apenas um modelo de capa personalizada, para aprovação da equipe técnica. Caso seja sagrado vencedor do certame, a empresa contratada deverá entregar esses materiais didáticos com as capas personalizadas.

## 2.7 FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

Obs. Para fins de apresentação de amostras, o licitante deverá entregar um documento contendo a apresentação da proposta de formação pedagógica continuada aos docentes, abrangendo visitas, reuniões, oficinas, palestras e atendimentos personalizados, que deverá totalizar, no mínimo, de 88 (oitenta e oito) horas/ano presenciais.

## 2.8 INSTRUMENTOS AVALIATIVOS DE DESEMPENHO

Obs. Para fins de apresentação de amostras, o licitante deverá entregar um documento contendo a apresentação dos instrumentos avaliativos de desempenho para os alunos do 4º e 8º anos do ensino fundamental.

## 2.9 FERRAMENTA DE ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES E RESULTADOS EDUCACIONAIS

Obs. Para fins de apresentação de amostras, o licitante deverá entregar um documento contendo a apresentação da ferramenta de acompanhamento dos indicadores e resultados educacionais.

## 2.10 PORTAL EDUCACIONAL

Obs. Para fins de apresentação de amostras, o licitante deverá entregar um documento contendo a apresentação do portal educacional, para alunos e professores do ensino fundamental, além de login e senhas de acesso, para permitir a navegação e avaliação dos conteúdos.

## 2.11 DOS QUESITOS QUE SERÃO OBJETO DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS

Para efeito do julgamento da presente licitação, serão analisados os quesitos abaixo, conforme os critérios "A - Atende ao quesito"; e "NA - Não Atende ao quesito":

LIVROS DIDÁTICOS - EDUCAÇÃO INFANTIL
A concepção de ensino do material busca a capacidade e o interesse das crianças em aprender, descobrir e ampliar seus conhecimentos construídos a partir das trocas estabelecidas por meio das interações com outras pessoas, adultos e crianças?
O eixo norteador da proposta é o brincar, entendido como uma ação privilegiada no desenvolvimento humano, principalmente na infância?
A proposta pedagógica está fundamentada numa perspectiva de interação entre o ensinar e o aprender, intencionando o desenvolvimento de uma reflexão a respeito do próprio conhecimento do aluno, com o intuito de ampliar o seu universo cognitivo e relacional?
O material oferece possibilidades de desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal para o acesso aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural, na busca de sentido para interpretar o mundo e a própria ação sobre ele?
Pautados no Referencial Curricular Nacional, os recursos pedagógicos foram concebidos com base no respeito à dignidade e aos direitos das crianças?
Os recursos pedagógicos foram concebidos na aprendizagem desenvolvida com base na problematização de situações contextualizadas e no saber reflexivo, construído mediante permanente problematização da realidade?
Os materiais didáticos para o professor oferecem sugestões sobre o enfoque didático, com o intuito de contribuir com o trabalho do professor, auxiliando-o a se situar no espaço entre as suas intenções educativas e a sua prática pedagógica?
A organização didática dos materiais tem como base a mediação da aprendizagem como forma especializada de interação entre um sujeito que aprende e um sujeito que ensina?
A organização didática dos materiais tem como base princípios que privilegiam o que a criança, por si só, puder descobrir e respeitam as respostas construídas pelas crianças, encaminhando questionamentos para que, gradualmente, elas possam tomar consciência das contradições?
A organização didática dos materiais tem como base princípios que garantam o interesse das crianças pelas atividades oferecidas em sala de aula?
A articulação entre temas e seções dos materiais foi cuidadosamente pensada para que estes dialogassem com as distintas formas de expressão dos saberes, tornando a aprendizagem rica e significativa?
O desenvolvimento dos temas acontece no conjunto das atividades vivenciadas, tais como: negociação e construção coletiva de regras e normas que regulam as situações didáticas e as ações cotidianas; interação com crianças da mesma e de outra faixa etária; interação com adultos; manipulação de objetos ou materiais disponíveis; ação da criança sob a intervenção de um adulto; experiências com situações novas, conflituosas e desafiadoras, etc.?
A organização curricular foi feita com base na mediação entre a relação da realidade sociocultural das crianças (meio social em que estão inseridas, valores sociais e concepção social) e a realidade social mais ampla, trazendo novos conceitos, valores e o conhecimento de mundo?
A organização didática teve como objetivo disponibilizar instrumentos para que a criança possa sair da condição de desenvolvimento em que se encontra para outro que amplie seu potencial?

No material, existe a preocupação em trazer orientações sobre o que e como as crianças aprendem com o livro didático, fornecendo subsídios para que o professor possa ter ciência dos conhecimentos privilegiados presentes no material e, assim, significar sua prática pedagógica, reconhecendo a heterogeneidade das crianças?

Os temas trazidos nos materiais contextualizam diferentes situações didáticas, favorecendo o trabalho com o saber escolar e visando fornecer condições para um bom planejamento?

Os temas trazidos nos materiais contêm uma relação dialógica, partilhada com atividades que tratam de modo aprofundado os saberes e conhecimentos construídos historicamente e que valem a pena descobrir, conhecer, se envolver e aprender?

Os suportes pedagógicos para os professores devem ter sido recursos didáticos criados para serem utilizados na dinamização das atividades com vistas a promover o desenvolvimento do conhecimento por meio da ação construtiva, exercendo um papel decisivo na dinâmica intelectual das crianças enquanto um meio e não um fim.

As orientações metodológicas servem como indicativos de planejamento e ação, disponibilizados no livro do professor, para que cada um possa organizar a sua dinâmica de trabalho com o livro didático, apresentando informações procedimentais que ajudem na realização segura das atividades propostas no livro do aluno?

O caderno de atividades de linguagem oferece uma coletânea de atividades que privilegiam a sistematização de conteúdos conceituais e procedimentais referentes ao código alfabético, em que a identificação, o registro, a grafia, a discriminação auditiva e a relação grafema e fonema das letras sejam amplamente explorados visando à apropriação do nosso sistema de escrita?

#### LIVROS DIDÁTICOS - ENSINO FUNDAMENTAL

A proposta pedagógica que embasou a construção dos livros didáticos tem por base a apresentação de encaminhamentos metodológicos que propiciem o desenvolvimento de diferentes dimensões do ser humano, como a capacidade de realizar juízos reflexivos, habilidades investigativas, capacidade de raciocinar e de agir contextualizadamente com diversos conhecimentos, posturas capazes de lidar com mudanças e de enfrentar desafios, ações comunicativas e habilidades linguísticas, processos criativos, postura de trabalho cooperativo, o exercício da cidadania por meio de postura indagadora, da consciência dos direitos e deveres e da auto satisfação?

A proposta pedagógica que embasou a construção dos livros didáticos tem por base as construções metodológicas que desenvolvam a observação, a formulação de hipóteses, a análise, a argumentação, a compreensão, a síntese, a memória, ao mesmo tempo em que solicitem posturas que desenvolvam valores quando trabalhem com diferenças sociais?

A proposta pedagógica dos livros didáticos considera os conhecimentos prévios e aprendizagem significativa enquanto ação dos educadores e educandos na experimentação, diagnóstico, intuição, produção de saberes, o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que assenta a vida social.

As situações pedagógicas presentes nos livros didáticos evidenciam a necessidade de o professor oportunizar um espaço de interação, na resolução dos problemas, considerando a diversidade e a individualidade, os conhecimentos prévios, a proximidade com as práticas sociais na intenção da construção de uma aprendizagem significativa?

As atividades propostas nos materiais didáticos apresentam coerência com as concepções de linguagem, leitura e escrita que são enunciadas no guia do professor e favorecem o desenvolvimento da imaginação criativa dos alunos a fim de utilizar diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica, corporal – como meio para expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir as produções da cultura.?

As atividades propostas nos materiais didáticos possibilitam a compreensão dos textos trabalhados, propondo situações de leitura e escrita significativas, que permitam a compreensão da linguagem como forma de interação entre os usuários da língua?

As propostas de trabalho exploram situações cotidianas do aluno, contendo características regionais, objetivando significar e resignificar os conteúdos apresentados?

Os livros estão integrados a um portal com conteúdos educacionais, por meio de atividades que remetam os usuários aos conteúdos do portal?

Livros didáticos, constam materiais de apoio caracterizados na forma de atividades para enriquecer o trabalho em sala de aula e organização de esquemas de estudo, necessários para o desenvolvimento da autonomia dos alunos dos demais anos escolares?

#### FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

A formação pedagógica efetiva-se por meio de um programa de cursos e de atendimentos, proporcionando informações, encaminhamentos, esclarecendo dúvidas, indicando soluções, incentivando novas metodologias e propondo alternativas e adaptações?

Os cursos e atendimentos estão aptos a promover reflexões a respeito de temas educativos relevantes, associados à proposta metodológica inserida nos segmentos educacionais previstos neste edital, bem como sobre a estrutura e o funcionamento da solução educacional?

Contempla atendimentos pedagógicos permanentes por telefone, fax e e-mail, com orientação de encaminhamentos pedagógicos, esclarecimentos sobre a avaliação escolar, sugestões de sequências didáticas e orientadores metodológicos?

Os cursos e atendimentos, oferecidos para a equipe técnico-pedagógica e docente do município, são realizados por meio de especialistas em cada uma das áreas do conhecimento do Ensino Fundamental, envolvendo as áreas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Artes e Tecnologia?

A formação pedagógica também contempla atendimento na forma à distância?

#### INSTRUMENTOS AVALIATIVOS DE DESEMPENHO

Os instrumentos avaliativos de desempenho dos alunos inseridos no 4º e 8º no do Ensino Fundamental proporcionam à escola uma maior reflexão sobre suas políticas e práticas educacionais internas?

Os instrumentos avaliativos de desempenho realizam a coleta e a sistematização de informações sobre o desempenho dos alunos na área de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências?

Os instrumentos avaliativos de desempenho refletem as mesmas opções adotadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), pela Prova Brasil e pelo Programme International Student Achievement (PISA)?

Para a construção da matriz de referência dos instrumentos avaliativos de desempenho, foram consideradas estruturas básicas de conhecimento, bem como os diferentes componentes curriculares em cada etapa da escolaridade básica?

Por meio de questionários, são coletadas informações contextuais sobre alunos, professores e diretores, que auxiliarão no entendimento dos resultados obtidos?

Os resultados da aplicação dos instrumentos avaliativos de desempenho dos alunos são manifestados por meio de relatório diagnóstico educacional para cada escola?

#### FERRAMENTA DE ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES E RESULTADOS EDUCACIONAIS

A ferramenta de acompanhamento analisa os fatores do contexto em que se realizam o ensino e a aprendizagem e atende a necessidade de aperfeiçoamento sócio educacional, auxiliando os gestores na definição de estratégias que incluam como fator principal a aproximação entre a administração pública e os cidadãos?

A ferramenta de acompanhamento é disponibilizada para uso de nossos profissionais da área administrativa? E parte do pressuposto de que, para acompanhar o avanço educacional de uma realidade, não basta considerar apenas um aspecto dela, mas levar em consideração o conjunto de características que permitam compreendê-la no seu todo?

A ferramenta de acompanhamento é composta de módulos, agrupados por um conjunto de indicadores, tais como IDEB, Prova Brasil, Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono?

A ferramenta de acompanhamento possibilita a avaliação do nível de satisfação da comunidade em relação aos materiais e recursos didáticos da empresa vencedora da licitação?

Os resultados da utilização da ferramenta de acompanhamento são manifestados por meio de relatório diagnóstico, onde o município terá a possibilidade de acompanhar o desempenho das instituições escolares, em cada uma dos aspectos analisados?

#### PORTAL EDUCACIONAL

O portal educacional apresenta interação com os livros didáticos impressos do ensino fundamental?

Os conteúdos do portal educacional estão organizados por núcleos, facilitando assim o seu acesso, incluindo, pelo menos, intranet pedagógica, núcleo de conteúdo, biblioteca digital, criação e colaboração, canais de comunicação, centro de atualidades e jogos e atividades?

O portal educacional possibilita ao município a criação de uma página exclusiva para publicação de conteúdos de interesse local, bem como a inserção e retirada dos mesmos, por meio de uma senha especial?

O portal educacional contempla uma seção que disponibiliza para os professores roteiros de aula, com encaminhamentos metodológicos, passo a passo e sugestões para o desenvolvimento das atividades escolares e de avaliações?

O portal educacional disponibiliza um banco de questões de múltipla escolha e ferramenta integrada que permita a criação de provas e avaliações em diversos formatos, com e sem gabarito, por gestores, coordenadores e professores, bem como conteúdos para estudo e pesquisa direcionados a professores, coordenadores e diretor?

O portal educacional apresenta ferramentas que permitam a customização do layout do portal, para incluir as próprias marcas identificadoras da Secretaria de Educação Municipal ao usuário logado?

O portal educacional apresenta conteúdo audiovisual, incluindo podcasts, animações, slideshow, animações em stopmotion, com nível de interatividade caracterizado pela utilização de ilustrações, imagens e animações de personagens com locução, vídeos, infográficos e simulações de software de excelente qualidade gráfica, adequados à faixa etária do aluno?

2.11.1 O licitante detentor da melhor proposta será convocado, no prazo de até 3 (três) dias consecutivos, para enviar as amostras dos itens cotados, as quais serão analisadas por Comissão própria.

2.11.2 Não será aceita a proposta do licitante que tiver a amostra rejeitada, ou que não enviá-la no prazo estabelecido.

2.11.3 A apresentação de amostra falsificada, como verdadeira ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos deste Edital.

2.11.4 As amostras apresentadas deverão atender todos os quesitos de avaliação, descritos no item 2.11, sob pena de desclassificação da proposta.

2.11.5 A licitante vencedora deverá apresentar todas as amostras (referente todos os itens), não podendo ser realizado de forma parcial.

2.11.6 As amostras não serão devolvidas.

2.11.7 Em sendo aprovada a amostra, o licitante será declarado VENCEDOR e ficará obrigado a fornecer os produtos ofertados nas mesmas condições apresentadas, sob pena de sofrer as penalidades previstas no Edital.

2.11.8 Caso não seja aprovada a amostra, a Comissão solicitará as amostras subsequentes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital.



**DECRETO Nº 8.786 DE 19 DE JANEIRO DE 2015**

DECRETO Nº 8.786 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação.	
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Educação	
300000.00.519 -	Despesas Carentes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339036.00.519 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 15.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo a Educação.	
12.361.0008.2.104 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Educação	
300000.00.519 -	Despesas Carentes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339030.00.519 -	Material de Consumo	R\$ 15.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Janeiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 20/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 001/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 001/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 20 de Janeiro de 2013, no valor de R\$ 67.010,63 (sessenta e sete mil, dez reais sessenta e três centavos).

Campo Alegre/SC, 20 de Janeiro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 002/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 002/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 002/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 31 de Janeiro de 2013, no valor de R\$ 28.763,96 (vinte e oito mil, setecentos e sessenta e três reais, noventa e seis centavos).

Campo Alegre/SC, 31 de Janeiro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 003/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 003/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 20 de Março de 2013, no valor de R\$ 40.276,25 (quarenta mil, duzentos e setenta e seis reais, vinte e cinco centavos).

Campo Alegre/SC, 20 de Março de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 004/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 004/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 22 de Abril de 2013, no valor de R\$ 39.031,21 (trinta e nove mil, trinta e um reais, vinte e um centavos).

Campo Alegre/SC, 22 de Abril de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 005/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 005/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 005/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 21 de Maio de 2013, no valor de R\$ 39.077,36 (trinta e nove mil, setenta e sete reais, trinta e seis centavos).

Campo Alegre/SC, 21 de Maio de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 006/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 006/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 006/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 20 de Junho de 2013, no valor de R\$ 39.798,76 (trinta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais, setenta e seis centavos).

Campo Alegre/SC, 20 de Junho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 007/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 007/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 007/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 18 de Julho de 2013, no valor de R\$ 41.141,29 (quarenta e um mil, centos e quarenta e um reais, vinte e nove centavos).

Campo Alegre/SC, 18 de Julho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 008/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 008/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 008/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 20 de Agosto de 2013, no valor de R\$ 41.388,52 (quarenta e um mil, trezentos e oitenta e oito reais, cinquenta e dois centavos).

Campo Alegre/SC, 20 de Agosto de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 009/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 009/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 009/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 20 de Setembro de 2013, no valor de R\$ 42.066,84 (quarenta e dois mil, sessenta e seis reais, oitenta e quatro centavos).

Campo Alegre/SC, 20 de Setembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 010/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 010/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 010/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 21 de Outubro de 2013, no valor de R\$ 41.862,03 (quarenta e um mil, oitocentos e sessenta e dois reais, três centavos).

Campo Alegre/SC, 21 de Outubro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 011/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 011/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 011/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio Salário Educação, em data de 21 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 42.865,41 (quarenta e dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais, quarenta e um centavos).

Campo Alegre/SC, 21 de Novembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 012/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 012/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 012/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 02 de Abril de 2013, no valor de R\$ 7.760,00 (sete mil e setecentos e sessenta reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Abril de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 013/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 013/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 013/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 03 de Maio de 2013, no valor de R\$ 3.880,00 (três mil oitocentos e oitenta reais).

Campo Alegre/SC, 03 de Maio de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 014/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 014/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 014/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 04 de Junho de 2013, no valor de R\$ 3.880,00 (três mil oitocentos e oitenta reais).

Campo Alegre/SC, 04 de Junho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 015/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 015/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 015/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 02 de Julho de 2013, no valor de R\$ 3.880,00 (três mil oitocentos e oitenta reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Julho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 016/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 016/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 016/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 02 de Agosto de 2013, no valor de R\$ 3.880,00 (três mil oitocentos e oitenta reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Agosto de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 017/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 017/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 017/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 03 de Setembro de 2013, no valor de R\$ 3.880,00 (três mil oitocentos e oitenta reais).

Campo Alegre/SC, 03 de Setembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 018/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 018/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 018/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 02 de Outubro de 2013, no valor de R\$ 3.880,00 (três mil oitocentos e oitenta reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Outubro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 019/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 019/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 019/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 05 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 3.880,00 (três mil oitocentos e oitenta reais).

Campo Alegre/SC, 05 de Novembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 020/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 020/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 020/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEC, em data de 18 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 3.880,00 (três mil oitocentos e oitenta reais).

Campo Alegre/SC, 18 de Dezembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 021/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 021/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 021/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF, em data de 02 de Abril de 2013, no valor de R\$ 14.028,00 (quatorze mil vinte e oito reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Abril de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 022/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 022/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 022/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF, em data de 03 de Maio de 2013, no valor de R\$ 7.014,00 (sete mil e quatorze reais).

Campo Alegre/SC, 03 de Maio de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 023/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 023/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 023/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF, em data de 04 de Junho de 2013, no valor de R\$ 7.014,00 (sete mil e quatorze reais).

Campo Alegre/SC, 04 de Junho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 024/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 024/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 024/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF, em data de 02 de Julho de 2013, no valor de R\$ 7.014,00 (sete mil e quatorze reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Julho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 025/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 025/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 025/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF, em data de 02 de Agosto de 2013, no valor de R\$ 7.014,00 (sete mil e quatorze reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Agosto de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 026/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 026/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 026/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF, em data de 03 de Setembro de 2013, no valor de R\$ 7.014,00 (sete mil e quatorze reais).

Campo Alegre/SC, 03 de Setembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 027/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 027/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 027/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF, em data de 02 de Outubro de 2013, no valor de R\$ 7.014,00 (sete mil e quatorze reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Outubro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 028/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 028/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 028/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF, em data de 05 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 7.014,00 (sete mil e quatorze reais).

Campo Alegre/SC, 05 de Novembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 029/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 029/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 029/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEF, em data de 18 de Dezembro de 2013, no valor de R\$ 7.014,00 (sete mil e quatorze reais).

Campo Alegre/SC, 18 de Dezembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 030/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 030/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 030/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE, em data de 02 de Abril de 2013, no valor de R\$ 13.554,18 (treze mil quinhentos e cinquenta e quatro reais, dezoito centavos).

Campo Alegre/SC, 02 de Abril de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 031/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 031/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 031/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE, em data de 03 de Maio de 2013, no valor de R\$ 13.554,18 (treze mil quinhentos e cinquenta e quatro reais, dezoito centavos).

Campo Alegre/SC, 03 de Maio de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 032/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 032/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 032/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE, em data de 04 de Junho de 2013, no valor de R\$ 13.554,18 (treze mil quinhentos e cinquenta e quatro reais, dezoito centavos).

Campo Alegre/SC, 04 de Junho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 033/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 033/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 033/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE, em data de 28 de Junho de 2013, no valor de R\$ 3.056,48 (três mil cinquenta e seis reais, quarenta e oito centavos).

Campo Alegre/SC, 28 de Junho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 033/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 033/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 033/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE, em data de 28 de Junho de 2013, no valor de R\$ 3.056,48 (três mil cinquenta e seis reais, quarenta e oito centavos).

Campo Alegre/SC, 28 de Junho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 034/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 034/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 034/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE, em data de 02 de Julho de 2013, no valor de R\$ 10.497,70 (dez mil, quatrocentos e noventa e sete reais, setenta centavos).

Campo Alegre/SC, 02 de Julho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 035/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 035/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 035/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE, em data de 02 de Agosto de 2013, no valor de R\$ 13.554,18 (treze mil quinhentos e cinquenta e quatro reais, dezoito centavos).

Campo Alegre/SC, 02 de Agosto de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 036/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 036/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 036/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE, em data de 12 de Setembro de 2013, no valor de R\$ 13.554,18 (treze mil quinhentos e cinquenta e quatro reais, dezoito centavos).

Campo Alegre/SC, 12 de Setembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 037/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 037/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 037/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE, em data de 03 de Outubro de 2013, no valor de R\$ 3.056,48 (três mil cinquenta e seis reais, quarenta e oito centavos).

Campo Alegre/SC, 03 de Outubro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 038/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 038/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 038/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE, em data de 02 de Julho de 2013, no valor de R\$ 10.497,70 (dez mil quatrocentos e noventa e sete reais, setenta centavos).

Campo Alegre/SC, 02 de Julho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 039/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 039/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 039/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE, em data de 05 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 13.554,18 (treze mil quinhentos e cinquenta e quatro reais, dezoito centavos).

Campo Alegre/SC, 05 de Novembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 040/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 040/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 040/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNATE, em data de 17 de Dezembro de 2013, no valor de R\$ 13.554,18 (treze mil quinhentos e cinquenta e quatro reais, dezoito centavos).

Campo Alegre/SC, 17 de Dezembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 041/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 041/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 041/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEP, em data de 02 de Abril de 2013, no valor de R\$ 5.780,00 (cinco mil setecentos e oitenta reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Abril de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 042/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 042/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 042/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEP, em data de 03 de Maio de 2013, no valor de R\$ 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais).

Campo Alegre/SC, 03 de Maio de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 043/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 043/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 043/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEP, em data de 04 de Junho de 2013, no valor de R\$ 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais).

Campo Alegre/SC, 04 de Junho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 044/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 044/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 044/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEP, em data de 02 de Julho de 2013, no valor de R\$ 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Julho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 045/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 045/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 045/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEP, em data de 02 de Agosto de 2013, no valor de R\$ 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Agosto de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 046/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 046/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 046/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEP, em data de 03 de Setembro de 2013, no valor de R\$ 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais).

Campo Alegre/SC, 03 de Setembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 047/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 047/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 047/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEP, em data de 02 de Outubro de 2013, no valor de R\$ 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Outubro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 048/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 048/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 048/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEP, em data de 05 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais).

Campo Alegre/SC, 05 de Novembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 049/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 049/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 049/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEP, em data de 18 de Dezembro de 2013, no valor de R\$ 2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais).

Campo Alegre/SC, 18 de Dezembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 050/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 050/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 050/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEP, em data de 02 de Abril de 2013, no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Abril de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 051/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 051/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 051/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEAE, em data de 02 de Abril de 2013, no valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Abril de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 052/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 052/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 052/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEAE, em data de 03 de Maio de 2013, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais).

Campo Alegre/SC, 03 de Maio de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 053/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 053/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 053/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEAE, em data de 04 de Junho de 2013, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais).

Campo Alegre/SC, 04 de Junho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 054/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 054/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 054/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAEAE, em data de 02 de Julho de 2013, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Julho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 055/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 055/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 055/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste

Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAE/AEE, em data de 02 de Agosto de 2013, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Agosto de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 056/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 056/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 056/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAE/AEE, em data de 03 de Setembro de 2013, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais).

Campo Alegre/SC, 03 de Setembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 057/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 057/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 057/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAE/AEE, em data de 02 de Outubro de 2013, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais).

Campo Alegre/SC, 02 de Outubro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 058/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 058/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 058/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAE/AEE, em data de 05 de Novembro de 2013, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais).

Campo Alegre/SC, 05 de Novembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 059/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 059/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 059/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAE/AEE, em data de 18 de Dezembro de 2013, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais).

Campo Alegre/SC, 18 de Dezembro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 060/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 060/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 060/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio FNDE - PNAE/AEE, em data de 04 de Outubro de 2013, no valor de R\$ 36.997,40 (trinta e seis mil, novecentos e noventa e sete reais, quarenta centavos).

Campo Alegre/SC, 04 de Outubro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 061/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 061/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 061/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio - PAB FIXO, em data de 03 de Janeiro de 2013, no valor de R\$ 22.534,25 (vinte e dois mil trinta e quatro reais, vinte e cinco centavos).

Campo Alegre/SC, 03 de Janeiro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 062/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 062/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 062/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de

Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio - PAB FIXO, em data de 13 de Fevereiro de 2013, no valor de R\$ 22.534,25 (vinte e dois mil trinta e quatro reais, vinte e cinco centavos).

Campo Alegre/SC, 13 de Fevereiro de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 063/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 063/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 063/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio - PAB FIXO, em data de 11 de Março de 2013, no valor de R\$ 22.534,25 (vinte e dois mil trinta e quatro reais, vinte e cinco centavos).

Campo Alegre/SC, 11 de Março de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 064/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 064/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 064/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio - PAB FIXO, em data de 10 de Abril de 2013, no valor de R\$ 22.534,25 (vinte e dois mil trinta e quatro reais, vinte e cinco centavos).

Campo Alegre/SC, 10 de Abril de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 065/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 065/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 065/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio - PAB FIXO, em data de 13 de Maio de 2013, no valor de R\$ 22.534,25 (vinte e dois mil trinta e quatro reais, vinte e cinco centavos).

Campo Alegre/SC, 13 de Maio de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 066/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 066/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 066/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio - PAB FIXO, em data de 10 de Junho de 2013, no valor de R\$ 22.534,25 (vinte e dois mil trinta e quatro reais, vinte e cinco centavos).

Campo Alegre/SC, 10 de Junho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 067/2013**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO  
DE RECURSOS Nº 067/2013  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 067/2013

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do Convênio - PAB FIXO, em data de 08 de Julho de 2013, no valor de R\$ 22.534,25 (vinte e dois mil trinta e quatro reais, vinte e cinco centavos).

Campo Alegre/SC, 08 de Julho de 2013.  
José Luis Silva  
Responsável pela Tesouraria

### **PORTARIA Nº 11.684 DE 19 DE JANEIRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.684 DE 19 DE JANEIRO DE 2015  
AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS  
AO ASSESSOR DE GABINETE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao servidor público municipal, ocupante do cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo a função de Assessor de Gabinete, JOSÉ LUIS SILVA, Matrícula Funcional nº 000034, Registro no Sistema sob nº 40000, lotado no Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo 23 de Dezembro de 2013 á 22 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Janeiro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal



MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 20/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.686 DE 19 DE JANEIRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.686 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao servidor público municipal, ocupante do cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, ZENILDO PYKOZ, Matrícula Funcional nº 000745, Registro no Sistema sob nº 955290, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Janeiro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 20/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.687 DE 19 DE JANEIRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.687 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao servidor público municipal, ocupante do cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos Pesados, ADILSON

MANOEL CANDIDO, Matrícula Funcional nº 0162, Registro no Sistema sob nº 469300, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 09 de Julho de 2013 à 08 de Julho de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Janeiro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 20/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.688 DE 19 DE JANEIRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.688 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao servidor público municipal, ocupante do cargo Público e exercendo a função de Terapeuta Ocupacional, MÁRIO CÉSAR DEUNISIO, Matrícula Funcional nº 000457, Registro no Sistema sob nº 954493, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Janeiro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 20/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.689 DE 19 DE JANEIRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.688 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS  
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao servidor público municipal, ocupante do cargo Público e exercendo a função de Agente Operacional IV, LEANDRO PAGANI, Matrícula Funcional nº 000705, Registro no Sistema sob nº 955149, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Janeiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 20/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.690 DE 19 DE JANEIRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.690 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS  
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao servidor público municipal, ocupante do cargo Público e exercendo a função de Agente Operacional IV, CÉSAR ELOIR MOURA, Matrícula Funcional nº 000703, Registro no Sistema sob nº 955147, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Janeiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 20/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.691 DE 19 DE JANEIRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.691 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS  
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao servidor público municipal, ocupante do cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar Operacional, CRISTIANO CUNHA, Matrícula Funcional nº 000501, Registro no Sistema sob nº 954560, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 à 31 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Janeiro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 20/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 11.692 DE 19 DE JANEIRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.692 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS  
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao servidor público municipal, ocupante do cargo Público e exercendo a função de Agente Operacional V, CRISTIANO SLOMINSKY, Matrícula Funcional nº 000653, Registro no Sistema sob nº 955080, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento

Ambiental, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 á 31 de Dezembro de 2014, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
19 de Janeiro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 20/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.693 DE 19 DE JANEIRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.693 DE 19 DE JANEIRO DE 2015  
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 150 § 5º da Lei Complementar Municipal nº 088 de 12 de Março de 2012; alterado em seu Art. 150, § 5º da Lei Complementar Municipal nº 097 de 24 de Abril de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, Férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Agente Operacional I, exercendo a função de Auxiliar Operacional, LOURIVAL IOHANSON, Matrícula Funcional nº 000479, Registro no Sistema Sob nº 954485 lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo de 03 de Outubro de 2011 á 03 de Outubro de 2014.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 19 de Janeiro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 20/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 11.694 DE 19 DE JANEIRO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 11.694 DE 19 DE JANEIRO DE 2015  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Médico IV, exercendo a função de Médico Plantonista, TERESA CRISTINA ALVES DE MATTOS, Matrícula Funcional nº 000547, Registro no Sistema sob nº 954653, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo: 25 de Abril de 2012 a 25 de Abril de 2013, pagamento de um Terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 17 de Janeiro de 2015 á 26 de Janeiro de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
16 de Janeiro de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARIA ELIANE FRIEDRICH  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 20/01/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 03/2015**

PORTARIA Nº 03 DE 20 DE JANEIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR.

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Lei Complementar nº 064 de 30 de Abril de 2009 e suas alterações; Resolve:

Art.1º) Nomear ao quadro de Pessoal o Sr. LUZARDO CHAVES, portador da Carteira de Identidade nº 2.012.909-2 e CPF nº 652.706.499-34, contratado para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, no Departamento de Assessoramento Técnico e Administrativo, conforme Lei Complementar nº 064 de 30 de Abril de 2009, lotado na Câmara Municipal de Campo Alegre, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimento fixado conforme anexo I I da Lei Complementar 064/2009.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 20 de Janeiro de 2015.

JOSNEI ROGERIO CCHALOUPECK

Presidente da Mesa

**Campos Novos****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PP 02/2015 PREFEITURA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 30 de janeiro de 2015 às 14 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO QUE TRABALHAM COM ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM E TRANSTORNOS COMPORTAMENTAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30 às 18h30, diariamente.

Campos Novos, 19 de janeiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



**ATA REGISTRO DE PREÇO 02/2015 FERRAGENS E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/10  
Processo Nº.: 168/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2014

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2015**

No dia 9 do mês de Janeiro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 85/2014, Processo Licitatório nº. 168/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL EM 2015. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9732	ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	42, 43, 54, 59, 60, 64, 65, 67, 68, 69, 79, 81, 84, 94, 95, 96, 102, 114, 115, 117, 118, 122, 128, 136, 138
9845	HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP	141, 147, 148, 149
10467	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	4, 8, 37, 38, 70, 74, 109, 130, 131, 132, 133
10191	PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA	16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 40, 41, 48, 55, 56, 57, 62, 63, 72, 73, 99, 100
11204	PONTO ECONOMICO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	1, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 44, 47, 49, 50, 58, 61, 71, 82, 83, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 116, 121, 124, 125, 126, 127, 129, 139, 140, 142, 143, 144, 151, 152, 153
11205	SIGMA COMERCIO, REPRESENTAÇÕES E TRANSPORTES LTDA	2, 28, 31, 45, 46, 51, 52, 53, 66, 86, 101, 103, 113, 119, 120, 123, 134, 135, 137, 145, 146, 150

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	05.238.271/0004-46	JULIANO BITTENCOURT	933.954.429-34
HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP	82.977.109/0001-48		. . .
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	12.532.054/0001-87	JOSE THIAGO DE SOUZA	049.352.919-58
PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA	08.932.456/0001-00	MARCOS MIGLIOLI	527.900.709-97
PONTO ECONOMICO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	21.563.856/0001-45	LUIZ CARLOS PAGGI	569.098.459-00
SIGMA COMERCIO, REPRESENTAÇÕES E TRANSPORTES LT	18.940.035/0001-76	IVO DIAS DOS SANTOS JUNIOR	047.395.049-95

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL EM 2015.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9732 - ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
42	DISJUNTOR MONOFÁSICO 30 AMPERES	UN	FAME	40,000	7,0000	280,00
43	DISJUNTOR TRIFÁSICO 50 AMPERES	UN	FAME	20,000	17,0000	340,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 2/10  
 Processo Nº.: 168/2014  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2014

**Fornecedor: 9732 - ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
54	FIO 10 MM	M	RCM	200,000	3,7800	756,00
59	FITA ISOLANTE 20 METROS	UN	FAME	60,000	2,8000	168,00
60	FORMÃO CHANFRADO DE 1/2"	UN	TRAMONTIN <sup>A</sup>	4,000	12,7900	51,16
64	JOELHO ESGOTO 40 MM	UN	PLASTILIT	30,000	0,5800	17,40
65	JOELHO ESGOTO 50 MM	UN	PLASTILIT	50,000	1,2600	63,00
67	JOELHO SOLDAVEL 20MMX1/2"	UN	PLASTILIT	40,000	0,5500	22,00
68	JOELHO SOLDAVEL 25MM	UN	PLASTILIT	40,000	0,3000	12,00
69	LAMINADO PARA CHÃO 10MM (cor a definir conforme necessidade)	M2	FORTFLOUR	300,000	39,0000	11.700,00
79	LUVA SOLDAVEL 25MM	UN	PLASTILIT	40,000	0,2500	10,00
81	MANGUEIRA PARA JARDIM	M	VIQUA	400,000	1,6000	640,00
84	PALHETA DE BORRACHA PARA VEDAÇÃO DE PORTA	M	GASPARZINH	40,000	8,0000	320,00
94	PREGO 12X12	KG	GERDAU	6,000	8,8000	52,80
95	PREGO 17X27	KG	GERDAU	10,000	7,0000	70,00
96	PREGO 18X30	KG	GERDAU	10,000	6,8000	68,00
102	REATOR ELETRÔNICO 1 X 20	UN	TASCHIBRA	100,000	10,8000	1.080,00
114	START 20 WTS	UNI	TASCHIBRA	100,000	0,8500	85,00
115	START 40 WTS	UNI	TASCHIBRA	100,000	1,0000	100,00
117	T DE 100mm ESGOTO	UN	PLASTILIT	20,000	5,8500	117,00
118	T DE 40 mm ESGOTO	UN	PLASTILIT	40,000	1,3000	52,00
122	T SOLDAVEL 20X1/2	UN	PLASTILIT	10,000	1,5500	15,50
128	TERMINAL PARA LAMPADA FLUORESCENTE	UN	TASCHIBRA	400,000	0,9800	392,00
136	TOMADA PARA EXTENSAO	UN	TRAMONTIN <sup>A</sup>	30,000	2,9500	88,50
138	TORNEIRA GIRATÓRIA PARA PIA	UN	PLASTILIT	50,000	16,0000	800,00

**Fornecedor: 9845 - HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
141	TUBO DE ESGOTO 100mm	M		100,000	6,2800	628,00
147	TUBO SOLDAVEL 50 MM HIDRAULICO	M		100,000	7,0000	700,00
148	TUBO SOLDAVEL DE 20 MM	M		150,000	1,4000	210,00
149	TUBO SOLDAVEL DE 25mm	M		300,000	1,7800	534,00

**Fornecedor: 10191 - PIATÁ COMERCIO DE PEÇAS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	BOCAL PARA LÂMPADA INCANDESCENTE	UN	DECORLUX	50,000	1,9000	95,00
17	BROCA 10MM COM VIDIA	UN	ECCOFER	10,000	6,8000	68,00
18	BROCA 6MM COM VIDIA	UNI	ECCOFER	15,000	5,2500	78,75
19	BROCA 8MM COM VIDIA	UN	ECCOFER	10,000	6,3000	63,00
20	BROCA AÇO RÁPIDO 12 mm	PÇ	ECCOFER	10,000	15,0000	150,00
21	BROCA AÇO RÁPIDO 3MM	UN	ECCOFER	10,000	3,0000	30,00
22	BROCA AÇO RÁPIDO 5MM	UN	ECCOFER	10,000	3,4500	34,50
23	CADEADO Nº 25	UN	WORKER	40,000	9,3800	375,20
24	CADEADO N ° 35	UNI	WORKER	40,000	14,0000	560,00
40	DISCO DE CORTE PARA MADEIRA	UN	WORKER	3,000	13,5000	40,50
41	DISCO DE CORTE PARA MÁRMORE	UN	WORKER	10,000	11,2500	112,50
48	ESCADA DE FERRO COM 07 DEGRAUS - ABRE E FECHA	UNI	BOTAFOGO	1,000	105,0000	105,00
55	FIO 2,5 MM	M	PREMIUM	800,000	0,8300	664,00
56	FIO 2,5 PARALELO	M	PREMIUM	400,000	1,1500	460,00
57	FIO 4,0 MM	M	PREMIUM	400,000	1,3400	536,00
62	INTERRUPTOR DUPLO DE EMBUTIR	UN	MECTRONIC	40,000	5,5000	220,00
63	INTERRUPTOR SIMPLES DE EMBUTIR	UN	MECTRONIC	40,000	3,0500	122,00
72	LÂMPADA FLUORESCENTE 20 WATTS - TUBULAR	UNI	NSK	400,000	3,5000	1.400,00
73	LAMPADA FLUORESCENTE 40 WATTS - TUBULAR	UN	NSK	800,000	3,5000	2.800,00
99	REATOR 2X40	UNI	NSK	150,000	14,4500	2.167,50
100	REATOR DE 400WT INTERNO	UN	ALMIRANTE	70,000	48,0000	3.360,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/10  
 Processo Nº.: 168/2014  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2014

Fornecedor: 10467 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	APLICADOR DE SILICONE	UN	FIRMEX	2,000	13,0000	26,00
8	ARCO DE SERRA	UNI	DISMA	4,000	16,5000	66,00
37	COLA DE SAPATEIRO GALÃO DE 18 LITROS	UN	CASCOLA	10,000	67,0000	670,00
38	COLA PARA CANO, 200GR	UNI	AMANCO	20,000	4,9900	99,80
70	LAMPADA 40 WATTS ECONOMICA	UN	TASCHIBRA	100,000	16,7000	1.670,00
74	LONA PRETA - 200 MICRAS	M2	LONAFLEX	300,000	2,6900	807,00
109	ROLO P/ PINTURA COM CABO - 23 CM	UN	ROMA	40,000	10,0000	400,00
130	TINTA A OLEO, 3,6 LITROS, AZUL	UNI	GOLDEN	20,000	39,0000	780,00
131	TINTA A OLEO, 3,6 LITROS, BRANCA	UNI	GOLDEN	20,000	39,9900	799,80
132	TINTA ACRILICA DE 1ª LINHA DE 18 LITROS AZUL	UN	GOLDEN	10,000	175,0000	1.750,00
133	TINTA ACRILICA DE 1ª LINHA DE 18 LITROS BRANCA	UN	GOLDEN	40,000	175,0000	7.000,00

Fornecedor: 11204 - PONTO ECONOMICO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ADAPTADOR SOLDAVEL 25X3/4	UN	KRONA	30,000	0,7000	21,00
3	ANEL DE CERA PARA VEDAÇÃO SANITARIO	UN	MAXSEAL	30,000	5,2000	156,00
5	ARAME FARPADO ROLO 500 MT	UNI	GERDAU	2,000	210,0000	420,00
6	ARAME LISO	KG	GERDAU	5,000	8,0000	40,00
7	ARAME RECOZIDO	KG	BELGO	2,000	8,0000	16,00
9	AREIA MEDIA	M3	GASPAR	200,000	95,0000	19.000,00
10	ARGAMASSA C3 SACA 20 KG	UN	CERANFIX	80,000	30,0000	2.400,00
11	ASSENTO PARA SANITARIO COM TAMPA	UNI	ASTRA	30,000	10,9000	327,00
12	AZULEJO PARA PAREDE (cor a definir, conforme a necessidade)	M2	PISOFORTE	200,000	12,0000	2.400,00
13	BARRA DE FERRO 10 MM - COMPRIMENTO 12 METROS	UN	GERDAU	50,000	25,8000	1.290,00
14	BARRA DE FERRO 6MM - COMPRIMENTO 12 METROS	UN	GERDAU	30,000	10,0000	300,00
15	BARRA DE FERRO 8MM - COMPRIMENTO 12 METROS	UN	GERDAU	50,000	14,9000	745,00
25	CADEADO N ° 50	UNI	PADO	40,000	19,0000	760,00
26	CAIXA D'AGUA 1000 LITROS	UN	FIBRAOESTE	4,000	355,0000	1.420,00
27	CAIXA D'AGUA 500 LITROS	UN	FIBRAOESTE	5,000	180,0000	900,00
29	CALHA COMERCIAL 1X40	UN	TACHIBRA	100,000	20,0000	2.000,00
30	CALHA COMERCIAL 2X40	UNI	TACHIBRA	200,000	25,0000	5.000,00
32	CARRINHO DE CARGA - DE MÃO- CAPACIDADE 150KG	UN	ECOFER	2,000	90,0000	180,00
33	CERAMICA PARA CHÃO ( Cor a definir, conforme necessidade)	M2	PISOFORTE	500,000	13,0000	6.500,00
34	CHUVEIRO ELETRICO 6.000 WATTS	UNI	SINTEX	30,000	25,0000	750,00
35	CILINDRO PARA FECHADURA SOPRANO	UN	SOPRANO	100,000	9,5000	950,00
36	CIMENTO SACA 50KG	UNI	VOTORAM	100,000	26,1000	2.610,00
39	CORDA POLIDA TRANÇADA 8 MM	KG	RIUMAR	40,000	18,0000	720,00
44	DOBRADIÇA PARA PORTA	UNI	ECOFER	50,000	1,7000	85,00
47	ENXADA DE FERRO C/CABO DE MADEIRA, TAMANHO MEDIO	UNI	VONDER	20,000	21,5000	430,00
49	ESCADA EXTENSIVEL DE ALUMINIO OU MADEIRA DOBRAVEL COM 15 DEGRAUS E PÉS ANTIDERRAPANTE	UN	MOR	1,000	270,0000	270,00
50	EXTENSÃO 20 METROS, CABO PP2X2,5	UN	LORENZETI	2,000	53,0000	106,00
58	FIO 8,0 MM	M	CORFIO	400,000	1,9000	760,00
61	FURADEIRA DE IMPACTO 13mm, 700W, 220v	UN	SKILL	1,000	290,0000	290,00
71	LAMPADA 400WTS VAPOR MERCURIO	UN	TASCHIBRA	100,000	24,0000	2.400,00
82	MASSA PARA VIDRO	KG	PETRI	200,000	23,0000	4.600,00
83	PÁ COM CABO	UNI	VONDER	10,000	24,0000	240,00
85	PARAFUSO DE TELHEIRO	UN	COMERFIX	100,000	0,4000	40,00
87	PEDRA BRITA Nº1	M3	BRITASUL	200,000	58,0000	11.600,00
88	PINCEL 01 POL	UN	ASTRA	30,000	1,3000	39,00
89	PINCEL 03 POL	UN	ASTRA	20,000	4,0000	80,00
90	PLUG PARA EXTENSÃO	UN	LORENZETI	50,000	2,0000	100,00
91	PORTA DE MADEIRA EXTERNA - 90 x 2,10	UN	FRUTIMA	10,000	190,0000	1.900,00
92	PORTA DE MADEIRA INTERNA 80 x 2,10	UN	FRUTIMA	25,000	75,0000	1.875,00
93	PORTA DE MADEIRA INTERNA 90 x 2,10	UN	FRUTIMA	25,000	145,0000	3.625,00
97	PREGO GALVANIZADO DE AÇO 12X12	UN	VONDER	10,000	3,0000	30,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/10  
 Processo Nº.: 168/2014  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2014

Fornecedor: 11204 - PONTO ECONOMICO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
98	RASTEL DE 30 CM COM 12 DENTES E CABO DE MADEIRA	UNI	VONDER	20,000	20,0000	400,00
104	REFLETOR PARA LAMPADA DE 400 WT MERCURIO	UN	TASCHIBRA	50,000	29,0000	1.450,00
105	RÉGUA COM 5 TOMADAS	UN	LORENZETTI	20,000	15,5000	310,00
106	REJUNTE EMBALAGEM 1 KG (cor a definir, conforme necessidade)	UNI	CERAMFIX	100,000	2,7000	270,00
107	RIPA DE MADEIRA 2"X1"	M	CAMARGO	200,000	1,0000	200,00
108	RIPA DE MADEIRA 3"X3"	M	CAMARGO	200,000	2,6000	520,00
110	ROLO PARA PINTURA DE 5 CM COM CABO	UN	ASTRA	10,000	2,2000	22,00
111	SERRA MARMORE PROFISSIONAL 1450 WATTS, DISCO 5", ROTAÇÃO 12.000 min, PROFUNDIDADE DE CORTE 40mm, 220V, GARANTIA DE 12 MESES	UN	BOSCH	1,000	310,0000	310,00
112	SERRINHA DE AÇO RAPIDO	UN	VONDER	30,000	2,0000	60,00
116	SUPORTE PARA TRILHO	UN	SOPRANO	40,000	1,7000	68,00
121	T SOLDAVEL 20mm	UN	KRONA	20,000	0,8000	16,00
124	TELHA DE CIMENTO AMIANTO 4MM	UN	ETERNETI	200,000	11,9000	2.380,00
125	TELHA DE CIMENTO DE AMIANTO 2,44X6mm	UN	ETERNETI	200,000	43,0000	8.600,00
126	TELHA FRANCESA	UN	BELEM	500,000	1,0000	500,00
127	TELHA PORTUGUESA	UN	BELEM	500,000	1,7000	850,00
129	TIJOLOS 6 FUROS	UNI	LORENZETTI	800,000	0,5500	440,00
139	TORNEIRA PARA BANHEIRO METALICA COM REGISTRO	UN	IMPERATRIZ	60,000	23,0000	1.380,00
140	TRILHO PARA CORTINAS DUPLO	M	LORENZETTI	200,000	4,3000	860,00
142	TUBO DE ESGOTO 40mm	M	TUBOZAN	200,000	2,4000	480,00
143	TUBO DE ESGOTO 50mm	UN	TUBOZAN	200,000	21,0000	4.200,00
144	TUBO DE ESGOTO 75mm	M	TUBOZAN	100,000	5,5000	550,00
151	VENENO GLIFOSATO	L	MILENIA	200,000	27,0000	5.400,00
152	VIDRO CANELADO	M2	MICHELIN	100,000	66,0000	6.600,00
153	VIDRO LISO 3MM	M2	MICHELIN	100,000	69,0000	6.900,00

Fornecedor: 11205 - SIGMA COMERCIO, REPRESENTAÇÕES E TRANSPORTES LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ADESIVO DE SILICONE TUBO 280G	UN	MUNDIAL	50,000	9,2000	460,00
28	CAIXA DE DESCARGA PARA BANHEIRO	UN	ALUMASA	50,000	11,3000	565,00
31	CANAleta 1X2	M	ALUMBRA	200,000	3,0000	600,00
45	ENGATE FLEXIVEL PVC 50 CM	UN	PLASFAN	100,000	2,9900	299,00
46	ENGATE FLEXIVEL PVC DE 60 CM	UN	PLASFAN	100,000	4,2000	420,00
51	FECHADURA BANHEIRO	UN	SOPRANO	40,000	16,9000	676,00
52	FECHADURA DE PORTA - INTERNA	UN	SOPRANO	150,000	17,0000	2.550,00
53	FECHADURA PARA PORTA DE FERRO (COMPATIVEL PADO)	UNI	SOPRANO	50,000	29,0000	1.450,00
66	JOELHO SOLDAVEL 20MM	UN	TUBOZAN	50,000	0,3500	17,50
86	PARAFUSO PARA FIXAÇÃO DE VASO SANITÁRIO	UN	JOMARCA	60,000	1,9000	114,00
101	REATOR ELETROnico 1X40	UN	JEBI	100,000	11,9400	1.194,00
103	REATOR ELETROnico 2X20	UN	MAGNETIC	100,000	11,9000	1.190,00
113	SOLVENTE DE 5 LITROS	L	GOL	50,000	30,0000	1.500,00
119	T DE 50mm ESGOTO	UN	TUBOZAN	30,000	3,0000	90,00
120	T PARA TOMADA COM 2 ENTRADAS E 3 SAÍDAS	UN	ALUMBRA	80,000	4,5000	360,00
123	T SOLDAVEL DE 25mm	UN	TUBOZAN	20,000	0,8500	17,00
134	TOMADA DE EMBUTIR	UNI	MECTRONIC	100,000	3,8000	380,00
135	TOMADA DE SOBREPOR	UN	ILUMI	60,000	3,0000	180,00
137	TORNEIRA DE PVC - PRETA	UN	PLASFAN	60,000	1,7500	105,00
145	TUBO EXTENSIVO SANFONADO PARA PIA	UN	PLASFAN	100,000	3,5000	350,00
146	TUBO PARA CAIXA DE DESCARGA	M	PLASFAN	60,000	7,0000	420,00
150	VALVULA PARA FOGÃO	UN	ALIANÇA	40,000	16,0000	640,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/10  
Processo Nº.: 168/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2014

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/10  
Processo Nº.: 168/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2014

## CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

### 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

### 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/10  
Processo Nº.: 168/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2014

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### **CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 8/10  
Processo Nº.: 168/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2014

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 9/10  
Processo Nº.: 168/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2014

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 9 de Janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_  
NELSON CRUZ  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

ANDRADE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	CNPJ: 05.238.271/0004-46	_____
HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP	CNPJ: 82.977.109/0001-48	_____
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	CNPJ: 12.532.054/0001-87	_____
PIATÃ COMERCIO DE PEÇAS LTDA	CNPJ: 08.932.456/0001-00	_____

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 10/10  
Processo Nº.: 168/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 85/2014

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 9 de Janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_  
**NELSON CRUZ**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

PONTO ECONOMICO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME CNPJ: 21.563.856/0001-45 \_\_\_\_\_

SIGMA COMERCIO, REPRESENTAÇÕES E TRANSPORTES LTD CNPJ: 18.940.035/0001-76 \_\_\_\_\_

## Canelinha

### PREFEITURA

#### EXTRATO CONTRATO Nº 01/2015 - SEMAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA

CONTRATO Nº 01/2015. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL. CONTRATANTE: SEMAIS - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, INFRA-ESTRUTURA E SANEAMENTO DE CANELINHA. CONTRATADO: AUTO POSTO TEQUINHO LTDA. OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de 6.000 (seis mil) litros de combustível automotivo do tipo gasolina comum e 500 (quinhentos) litros de combustível automotivo do tipo etanol, para abastecimento da frota de veículos da Autarquia, no exercício 2015, conforme descrito no anexo II do Edital do Processo de Licitação nº 09/2014, Pregão Presencial nº. 07/2014 (processo administrativo nº 10/2014, licitação nº 10/2014-PR), que fica fazendo parte deste contrato. VALOR: R\$-18.695,00 (dezoito mil seiscentos e noventa e cinco reais). FONTE DO RECURSO: 3.3.90.00.00.00.00.00.00. 2000 (aplicação direta). VIGÊNCIA: O presente Contrato terá duração até 31 de dezembro de 2015, iniciado a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que previsto crédito orçamentário específico para o exercício posterior.

Canelinha (SC), 02 de janeiro de 2015.  
JOSÉ VALTERVIR TRINDADE  
DIRETOR DO SEMAIS.

#### EXTRATO CONTRATO Nº 12/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 012/2015. TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SERVIDOR Nº. 120/2013. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADO: DOMENA TECNOLOGIA LTDA-ME. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato Administrativo de Locação de Equipamento e Prestação de Serviço nº. 120/2013 fica acrescido de mais um equipamento de servidor, que equivale a 17% (dezessete por cento) do valor da parcela mensal prevista no referido contrato. Com o acréscimo quantitativo estabelecido na cláusula anterior o valor previsto no Contrato Administrativo de Locação de Equipamento e Prestação de Serviço nº. 120/2013 passa de R\$ 1.760,00 (um mil setecentos e sessenta reais), mensais para R\$ 2.059,20 (dois mil e cinquenta e nove reais e vinte centavos) mensais, sendo aditivado o valor de R\$ 299,20 (duzentos e noventa e nove reais e vinte centavos) mensais, conforme justificativa, que passa a fazer parte deste instrumento.

Canelinha/SC., 02 de janeiro de 2015.  
ELOIR JOÃO REIS  
PREFEITO DO MUNICÍPIO.

## Canoinhas

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 06/2015

DECRETO Nº. 006/2015  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 450,00 m² (Quatrocentos e cinquenta metros quadrados), procedido por PEDRO HAU FRANÇA, situado na Rua Ewaldo Kreiss, no Bairro Boa Vista, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 25.262, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 16 com área de 248,80 m² e lote nº 21 com área de 201,20 m², todos pertencentes à quadra nº 115, conforme requerimento protocolado sob nº. 3396/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de janeiro de 2015.

WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/01/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

#### DECRETO Nº 07/2015

DECRETO Nº. 007/2015  
APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

#### DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 800,00 m² (Oitocentos metros quadrados), procedido por LÚCIA KRIGINSKI PINHO MODOS situado na Rua Florentino Alves Vieira, no Bairro Alto das Palmeiras, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 29.860, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 10 com área de 400,00 m² e lote nº 28 com área de 400,00

m², todos pertencentes à quadra nº 139, conforme requerimento protocolado sob nº. 082/2015.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de janeiro de 2015.  
WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/01/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **DECRETO Nº 08/2015**

DECRETO Nº. 008/2015

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RETIFICAR O DECRETO Nº. 325/2014

Art. 1º - Fica retificado o Art. 1º do Decreto nº 325/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art.1º- Fica aprovado o remembramento de terreno urbano com área de 2.136,00m² (Dois mil, cento e trinta e seis metros quadrados), procedido por LUIZ CARLOS DE MORAES DAMASCENO E OUTRA, situado na Rua Frederico Kohler, no Bairro Campo da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob as matrículas nº. 7.991, 7.988, 7.989 e 7.985, ficando o imóvel da seguinte forma: lote nº. 09 com área de 2.136,00m² pertencente à quadra nº 1126, conforme requerimento protocolado sob nº. 6910/2014.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de janeiro de 2015.  
WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/01/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 032/2015**

PORTARIA Nº. 032/2015

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990 e da Lei Municipal nº 5.139/2013; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem - ESF, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional CINTIA INES BURGARDT BARBOSA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 1226, e convocada conforme Edital nº 067 de 24 de novembro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 19/01/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de janeiro de 2015.  
WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/01/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 033/2015**

PORTARIA Nº. 033/2015

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de férias a CARLA ADRIANA FLENIK RIBEIRO DA SILVA, concursada no cargo de Enfermeiro-Policlínica, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 21/01/2015 a 09/02/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a CLAUDIA SUDBRACK FONTANA, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 30/01/2015 a 13/02/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogadas as disposições em contrário.



Canoinhas/SC, 14 de janeiro de 2015.

WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/01/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 034/2015**

PORTARIA Nº. 034/2015

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a JULIANE SCULTETUS TOKARSKI, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 28/01/2015 a 06/02/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de janeiro de 2015.  
WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/01/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 035/2015**

PORTARIA Nº 035/2015

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, resolve:

#### **PRORROGAR LICENÇA**

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Gestação a MIRIAN TEREZINHA PRADO, comissionada no cargo de Coordenador Casa Lar do Idoso, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, cuja licença será gozada no período de 14/02/2015 a 14/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de janeiro de 2015.  
WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 14/01/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 036/2015**

PORTARIA Nº. 036/2015

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e o art. 103 § 1º da Lei nº.1.305/90, resolve:

#### **INTERROMPER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam interrompidas as Férias concedidas a JEAN CARLO DA SILVEIRA, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 15 de janeiro de 2015, conforme comunicação interna nº 014/SMAFO/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de janeiro de 2015.  
WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/01/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 037/2015**

PORTARIA Nº. 037/2015

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 25 (vinte e cinco) dias de férias a VIVIANE APARECIDA STANGE, efetiva no cargo de Assistente Social - CAPS junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo 15 dias referente ao período aquisitivo de 2010/2011 e 10 dias referente ao período aquisitivo 2011/2012, a desfrutar no período de 21/01/2015 a 14/02/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a EROS

JULINSKI, efetivo no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 21/01/2015 a 19/02/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de janeiro de 2015.

WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde Interina

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/01/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 038/2015**

PORTARIA Nº. 038/2015

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS**

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de férias em dinheiro ao servidor LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, concursado no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de janeiro de 2015.

WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/01/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 039/2015**

PORTARIA Nº. 039/2015

WILSON PEREIRA, Prefeito em exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

#### **EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido MARILENE WITTLICH, comissionada no cargo de Diretor Financeiro, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 22/01/2015, conforme comunicação interna nº 013/SMAFO/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de janeiro de 2015.

WILSON PEREIRA  
Prefeito em Exercício

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/01/2015.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-62/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-62/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-62/2014 referente ao contrato n.º PMC 62/2014. Data do Aditivo: 31/12/2014. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 05.279.711/0001-60. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-04/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-04/2014  
ACRÉSCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-04/2014 referente ao contrato n.º PMC 04/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERNET E TELECOMUNICAÇÕES DESTINADOS AOS DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, URBANOS E RURAIS, PRINCIPALMENTE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIA, BIBLIOTECA E OUTROS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIOS. Contratada: LANTEC COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA, CNPJ: 05.368.528/0001-31. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo abaixo descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 190.200,00 (cinco mil setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos). Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 190.200,00 (cinco mil setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos) passará a ser de R\$ 380.400,00 (trezentos e oitenta mil e quatrocentos reais).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-07/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-07/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-07/2014 referente ao contrato n.º PMC 07/2014. Data do Aditivo: 08/12/2014. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AGENTE DE INTEGRAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE ESTAGIÁRIOS JUNTO A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO. Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE, CNPJ: 04.610.564/0001-81. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo abaixo descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 14.230,08 (quatorze mil duzentos e trinta reais e oito centavos), sendo o valor mensal de R\$ 1.185,84 (um mil cento e oitenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos). Parágrafo Primeiro - A contratada receberá pagamento mensal correspondente a R\$ 14,64 (quatorze reais e sessenta e quatro centavos) por estudante que estiver realizando estágio em suas dependências em decorrência deste Contrato. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 13.044,24 (treze mil quarenta e quatro reais e vinte e quatro centavos) passará a ser de R\$ 27.274,32 (vinte e sete mil duzentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-102/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-102/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-102/2014 referente ao contrato n.º PMC 102/2014. Data do Aditivo: 16/12/2014. Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: COLOCAÇÃO DE MEIO FIO. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO ME, CNPJ sob n.º 11.576.185/0001-01. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O presente contrato que tinha sua vigência até 31/12/2014, passará a ter a vigência até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-111/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-111/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 82/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 58/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-111/2014 referente ao contrato n.º PMC 11/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado: PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: COLOCAÇÃO DE MEIO FIO E PAVER. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO ME, CNPJ: 11.576.185/0001-01. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-112/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-112/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 82/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 58/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-112/2014 referente ao contrato n.º PMC 112/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado: PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: COLOCAÇÃO DE MEIO FIO E PAVER. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO ME, CNPJ: 11.576.185/0001-01. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ:

83.102.384/0001-80. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-115/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-115/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-115/2014 referente ao contrato n.º PMC 115/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE ESPAÇO EM CM², DESTINADOS AS PUBLICAÇÕES OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL. Contratada: RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A, CNPJ: 92.821.701/0057-64. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica através do presente termo aditivo, acrescido ao contrato, devido a prorrogação de prazo o valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), passará a ser de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), em virtude do acréscimo supracitado.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-121/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-121/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-121/2014 referente ao contrato n.º PMC 121/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: SUBSTITUIÇÃO DE TELHADOS. Contratada: J. LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O presente contrato que tinha sua vigência até 31/12/2014, passará a ter a vigência até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-135/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-135/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-135/2014 referente ao contrato n.º PMC 135/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: SUBSTITUIÇÃO DE TELHADOS, SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURA/TELHADO COM REVISÃO DO MADEIRAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS, SUBSTITUIÇÃO DE RUFOS. Contratada: J. LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-153/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-153/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-153/2014 referente ao contrato n.º PMC 153/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: SUBSTITUIÇÃO DE TELHADOS. Contratada: J. LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ: 08.969.679/0001-33. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O presente contrato que tinha sua vigência até 31/12/2014, passará a ter a vigência até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-18/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-18/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-18/2014 referente ao contrato n.º PMC 18/2014. Data do Aditivo: 05/12/2014. Objeto Contratado: CONTRATO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI



8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS. Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, empresa pública, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do presente contrato que era até 31/12/2014 passará a ser até 31/12/2015. Fica acrescido ao contrato, em virtude da prorrogação de prazo abaixo descrita, o valor de R\$ 47.545,42 (quarenta e sete mil e quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e dois centavos). Portanto, o valor do presente contrato que era de R\$ 47.545,42 (quarenta e sete mil e quinhentos e quarenta e cinco reais e quarenta e dois centavos) passará a ser de R\$ 95.090,84 (noventa e cinco mil noventa reais e oitenta e quatro centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-21/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-21/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-21/2014 referente ao contrato n.º PMC 21/2014. Data do Aditivo: 22/12/2014. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE TORNO MECÂNICO, DE MANDRILAMENTO E SOLDA INDUSTRIAL COM POSTERIOR USINAGEM, DESTINADOS A RECUPERAÇÃO DE PEÇAS DE DIVERSOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA MUNICIPALIDADE. Contratada: RAMILIA DE OLIVEIRA & CIA LTDA- ME, CNPJ sob n.º 06.201.029/001-18. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O presente contrato que tinha sua vigência até 31/12/2014, passará a ter a vigência até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-30/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-30/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-30/2014 referente ao contrato n.º PMC 30/2014. Data do Aditivo: 29/12/2014. Objeto Contratado REGISTRO DE PREÇOS DE metro quadrado DE SERVIÇO PARA SUBSTITUIÇÃO DE TELHADOS, SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURA/TELHADO COM REVISÃO DO MADEIRAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS E RUFOS, CONSTRUÇÃO DE CALÇADA EM CONCRETO E DE CAIXAS COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, ASSENTAMENTO DE PEDRA PORTUGUESA, PARALELEPIPEDO, LAJOTA E PAVER e registro de preço de metro linear de MEIO FIO. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO, CNPJ sob n.º 11.576.185/0001-01.

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-30/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-30/2014  
ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 28/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 18/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-30/2014 referente ao contrato n.º PMC 30/2014. Data do Aditivo: 29/12/2014. Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇOS DE metro quadrado DE SERVIÇO PARA SUBSTITUIÇÃO DE TELHADOS, SUBSTITUIÇÃO DE COBERTURA/TELHADO COM REVISÃO DO MADEIRAMENTO, SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS E RUFOS, CONSTRUÇÃO DE CALÇADA EM CONCRETO E DE CAIXAS COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, ASSENTAMENTO DE PEDRA PORTUGUESA, PARALELEPIPEDO, LAJOTA E PAVER e registro de preço de metro linear de MEIO FIO. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO, CNPJ: 11.576.185/0001-01. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-38/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-38/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2014  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-38/2014 referente ao contrato n.º PMC 38/2014. Data do Aditivo: 22/12/2014. Objeto Contratado EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS JOSÉ BOITEUX, MARECHAL RONDON, JOÃO TOMASCHITZ, JOÃO DA CRUZ KREILING E FRANCISCO DE PAULA PEREIRA, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS. Contratada: AZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, CNPJ sob n.º 81.099.277/0001-15. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O presente contrato que tinha sua vigência até 31/12/2014, passará a ter a vigência até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito



**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-51/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-51/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 32/2013  
TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 02/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-51/2014 referente ao contrato n.º PMC 51/2014. Data do Aditivo: 22/12/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE APOIO A DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratada: CONCRETI COMERCIO E SERVIÇOS TECNICOS LTDA, CNPJ: 10.746.971/0001-39. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O presente contrato que tinha sua vigência até 31/12/2014, passará a ter a vigência até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-51/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-51/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2013  
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-51/2014 referente ao contrato n.º PMC 51/2014. Data do Aditivo: 22/12/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE APOIO A DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratada: CONCRETI COMERCIO E SERVIÇOS TECNICOS LTDA, CNPJ sob n.º 10.746.971/0001-39. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O presente contrato que tinha sua vigência até 31/12/2014, passará a ter a vigência até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-54/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-54/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2014  
TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-54/2014 referente ao contrato n.º PMC 54/2014. Data do

Aditivo: 16/12/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I. Contratada: ACIPRASC CONTROLE SANITÁRIO LTDA ME, CNPJ sob n.º 10.842.415/0001-66. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Dá-se à este contrato o valor de R\$ 19.238,40 (dezenove mil duzentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), referente ao valor total do serviço prevista na cláusula primeira e para sua totalidade do período mencionado na cláusula quarta, sendo R\$ 11.510,40 (onze mil quinhentos e dez reais e quarenta centavos) referente aos serviços nas escolas básicas municipais; R\$ 7.324,80 (sete mil trezentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos) referente aos serviços nos Centros de Educação Infantil e R\$ 403,20 (quatrocentos e três reais e vinte centavos) referente ao Conselho Tutelar. O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 11.222,40 (onze mil duzentos e vinte e dois reais e quarenta centavos), passará a ser de R\$ 30.460,80 (trinta mil quatrocentos e sessenta reais e oitenta centavos), em virtude do acréscimo supracitado.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-61/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-61/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-61/2014 referente ao contrato n.º PMC 61/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE PALCO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE. Contratada: REDE ENGENHARIA LTDA - ME, CNPJ: 15.404.598/0001-51. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-65/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-65/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 73/2014  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 09/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-65/2014 referente ao contrato n.º PMC 65/2014. Data do Aditivo: 31/12/2014. Objeto Contratado: EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS HILDA OSTROSK, JOÃO ALLAGE, KURT MENDES, LAZÁRO BASTOS, LOURENÇO ROLANDO MALUCELLI, VIRGILIO TREVISANI,

OTÁVIO TABALIPA, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS. Contratada: VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA- ME, CNPJ: 03.393.652/0001-21. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-78/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-78/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2014  
TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-78/2014 referente ao contrato n.º PMC 78/2014. Data do Aditivo: 05/12/2014. Objeto Contratado EXECUTAR SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NAS LOCALIDADES DE BONETES, BONETES DE BAIXO, FAZENDA MACHADO E BONETES DE CIMA (LINHA 15 - 57KM/DIA), CONFORME ESPECIFICADO NO ANEXO I DESTE EDITAL. Contratada: JOSÉ MARILDO FUCK, CNPJ sob n.º 17.380.397-0001-78. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo abaixo descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 11.132,10 (onze mil e trezentos e doze reais e dez centavos). A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 11.132,10 (onze mil e trezentos e doze reais e dez centavos) passará a ser de R\$ 22.624,20 (vinte e dois mil seiscentos e vinte e quatro reais e vinte centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-84/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-84/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-84/2014 referente ao contrato n.º PMC 84/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE ESPAÇO EM CM², DESTINADOS AS PUBLICAÇÕES OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL. Contratada: EMPRESA REGIONAL DE JORNALISMO LTDA, CNPJ: 00.513.783/0001-07. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica através do presente termo aditivo, acrescido ao contrato, devido a prorrogação de prazo o valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais). O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), passará a ser de R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), em virtude do

acréscimo supracitado

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-89/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-89/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 82/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-89/2014 referente ao contrato n.º PMC 89/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: COLOCAÇÃO DE MEIO FIO E PAVER, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, ESTADO DE SANTA CATARINA E A EMPRESA MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO, CNPJ: 11.576.185/0001-01. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-91/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-91/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-91/2014 referente ao contrato n.º PMC 91/2014. Data do Aditivo: 16/12/2014. Objeto Contratado ELABORAÇÃO DE RECORTE (CLIPPING) ELETRÔNICO DE DIÁRIOS OFICIAIS DA JUSTIÇA, COM RECORTE PESQUISANDO 4 (QUATRO) NOMES SENDO 3 (TRÊS) ADVOGADOS MUNICIPAIS (PESSOAS FÍSICAS) E O MUNICÍPIO DE CANOINHAS (PESSOA JURÍDICA). Contratada: INFODIGI- INFORMAÇÕES DIGITAIS LTDA, CNPJ sob n.º 04.196.147/0001-50. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao contrato, devido a prorrogação de prazo o valor de R\$ 2.220,00 (dois mil duzentos e vinte reais), sendo o valor mensal de R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais). O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 740,00 (setecentos e quarenta reais), passará a ser de R\$ 2.960,00 (dois mil novecentos e sessenta reais), em virtude do acréscimo supracitado.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 1-92/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 1-92/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PMC 82/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-92/2014 referente ao contrato n.º PMC 92/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado: REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: COLOCAÇÃO DE MEIO FIO. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO, CNPJ: 11.576.185/0001-01. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo de vigência do Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 10-155/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 10-155/2011  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175/2011  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 14/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 8-155/2011 referente ao contrato n.º PMC 155/2011. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À AMPLIAÇÃO DA E.B.M. AROLD CARNEIRO DE CARVALHO, COM ÁREA TOTAL DE 1.558,66 M². Contratada: ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 03.637.604/0001-31. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O presente contrato que tinha sua vigência até 30/12/2014, passará a ter a vigência até 27/02/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 13-01/2012**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 13-01/2012  
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 174/2011  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 13/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 13-01/2012 referente ao contrato n.º PMC 01/2012. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Contratada: TRANSPORTES E FRETAMENTOS SANTA CRUZ LTDA, CNPJ: 08.531.769/0001-48. Contratante: PREFEITURA DO

MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo abaixo descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 3.405.934,26 (três milhões quatrocentos e cinco mil novecentos e trinta e quatro reais e vinte e seis centavos). O valor total do presente contrato que era de R\$ 8.384.800,30 (oito milhões trezentos e oitenta e quatro mil oitocentos reais e trinta centavos), passará a ser de R\$ 11.790.734,56 (onze milhões setecentos e noventa mil setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 16-19/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 16-19/2011  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2011  
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 16-19/2011 referente ao contrato n.º PMC 19/2011. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS RELATIVOS AO ESTUDO DE CONCEPÇÃO E PROJETO BÁSICO DO SISTEMA DE COLETA E TRANSPORTE DOS ESGOTOS SANITÁRIOS DA CIDADE DE CANOINHAS. Contratada: HABITARK ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 05.269.823/0001-30. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O presente contrato que tinha sua vigência até 30/12/2014, passará a ter a vigência até 30/03/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-106/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-106/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-106/2014 referente ao contrato n.º PMC 106/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado AQUISIÇÃO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA E.B.M DR. AROLD CARNEIRO DE CARVALHO. Contratada: DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ: 02.514.780/0001-13. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente contrato que era até 31 de dezembro de 2014, passará a ser 31 de março de 2015..

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito



**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-117/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-117/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2014  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 16/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-117/2014 referente ao contrato n.º PMC 117/2014. Data do Aditivo: 31/12/2014. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA REGISTRO DE PREÇOS PARA COLOCAÇÃO E PINTURA DE 759,47 METROS LINEARES DE MURO PALITO, DESTINADOS AS ESCOLAS: G.E.M XEILA ELISABETH CORNELSEN, E.B.M JOSÉ GROSSKOPF, ANTIGO PRÉDIO DA E.B.M JOSÉ GROSSKOPF (PROJETO AABB) E E.B.M. MARIA IZABEL. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO ME, CNPJ: 11.576.185/0001-01. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O presente contrato que tinha sua vigência até 31/12/2014, passará a ter a vigência até 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-122/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-122/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 182/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-122/2014 referente ao contrato n.º PMC 122/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: COLOCAÇÃO DE PAVER, NAS ESCOLAS: G.E.M XEILA ELISABETH CORNELSEN, E.B.M AROLD CARNEIRO DE CARVALHO, E.B.M MARIA LOVATEL PIRES, E.B.M JOSÉ GROSSKOPF, ANTIGO PRÉDIO DA E.B.M JOSÉ GROSSKOPF (PROJETO AABB) E G.E.M REINALDO KRUGER. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO ME, CNPJ: 11.576.185/0001-01. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-133/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-133/2013  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2013  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo

n.º PMC 2-133/2013 referente ao contrato n.º PMC 133/2013. Data do Aditivo: 31/12/2014. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM 2 (DOIS) ELEVADORES SOCIAIS. Contratada: ELOTECH SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA - ME, CNPJ: 14.048.837/0001-15. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo para execução dos serviços que era até 31/12/2014 passará a ser até dia 30/01/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-64/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-64/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-64/2014 referente ao contrato n.º PMC 64/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES, ASSESSORIA TÉCNICA E CONSULTORIA. Contratada: CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - CIASC, CNPJ: 83.043.745/0001-65. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao presente contrato, devido a prorrogação de prazo o valor global de R\$ 4.518,95 (quatro mil quinhentos e dezoito reais e noventa e cinco centavos). A vigência do presente contrato que era até o dia 31/12/2014, passará a ser até 30/06/2015. Portanto o valor do presente contrato que era de R\$ 4.518,95 (quatro mil quinhentos e dezoito reais e noventa e cinco centavos), passará a ser R\$ 9.037,90 (nove mil trinta e sete reais e noventa centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-65/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-65/2014  
ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/2014  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 09/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-65/2014 referente ao contrato n.º PMC 65/2014. Data do Aditivo: 31/12/2014. Objeto Contratado EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS HILDA OSTROSK, JOÃO ALLAGE, KURT MENDES, LAZARO BASTOS, LOURENÇO ROLANDO MALUCCELLI, VIRGILIO TREVISANI, OTÁVIO TABALIPA, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS. Contratada: VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA- ME, CNPJ: 03.393.652/0001-21. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. De acordo com o laudo técnico exarado pelo engenheiro fiscal, fica alterada a planilha de medição que faz parte do Processo Administrativo nº 73/2014, Concorrência Pública nº 09/2014, da seguinte forma: escavação carga tr. Material 1ª cat.

DMt 1.000 a 1.200 m c/ carreg: R\$ 5.385,60(supressão); Transporte, espalhamento e compactação de rachão fornecimento pela Pref. Munic. De Canoinhas: R\$ 5.385,60 (acrécimo).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 2-75/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 2-75/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-75/2014 referente ao contrato n.º PMC 75/2014. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado REGISTRO DE PREÇOS DE HORAS DE SERVIÇO TRABALHADAS, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE: COLOCAÇÃO DE MEIO FIO E PAVER. Contratada: MARIA ECILDA GALLOTTI DE BORBA COELHO, CNPJ: 11.576.185/0001-01. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente Contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 3-39/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-39/2014  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2013  
TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-39/2014 referente ao contrato n.º PMC 39/2014. Data do Aditivo: 31/12/2014. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO E DESLOCAMENTO DE REDE ENERGIA ELÉTRICA EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Contratada: QUANTUM ENGENHARIA ELETRICA LTDA, CNPJ: 82.094.640/0001-72. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O presente contrato que tinha sua vigência até 31/12/2014, passará a ter a vigência até 30/06/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 3-73/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 3-73/2013  
ALTERAÇÃO DE PRAZO  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/2013  
TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-73/2013 referente ao contrato n.º PMC 73/2013. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DAS RECEITAS MUNICIPAIS E ELABORAÇÃO DE PROJETO DE FINANCIAMENTO DENTRO DAS DIRETRIZES PMAT, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. Contratada: GV CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELE ME, CNPJ: 18.342.698/0001-99. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para execução de todos os serviços previstos no objeto do contrato, que era de 541 (quinhentos e quarenta e um) dias consecutivos passará a ser de 631 (seiscentos e trinta e um) dias consecutivos, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço, sendo a vigência prorrogada até a data de 31/03/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

#### **PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº PMC 8-14/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 8-14/2011  
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2011  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 8-14/2011 referente ao contrato n.º PMC 14/2011. Data do Aditivo: 30/12/2014. Objeto Contratado CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO (LOCAÇÃO) DE SOFTWARE, IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS E TREINAMENTO DE PESSOAL, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO NO REGISTRO DA VIDA EDUCACIONAL DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Contratada: CONTROLLER TECNOLOGIA SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ: 04.072.953/0001-16. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica, através do presente termo aditivo, em virtude da prorrogação do prazo abaixo descrita, acrescido ao contrato, o valor de R\$ 37.181,16 (trinta e sete mil e cento e oitenta e um reais e dezesseis centavos). O prazo de vigência do presente contrato que era até 31/12/2014, passará a ser até 31/12/2015. Portanto, o valor do presente contrato, que era de R\$ 116.955,96 (cento e dezesseis mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos) passará a ser de R\$ 154.137,12 (cento e trinta e quatro mil cento e trinta e sete reais e doze centavos).

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito



# Capinzal

## PREFEITURA

### PMC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0011/2015

Pregão Presencial Nº 0011/2015

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS de valor por quilômetros de serviços de Transporte Escolar de alunos da rede de ensino municipal para o ano letivo 2015, conforme itinerário/percursos e especificações (ANEXO VI).

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 03/02/2015.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

#### INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.  
TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 20 de janeiro de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

### PMC TERMO ADITIVO CONTRATO 0003/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
-----		
Aditivo Nº.....: TA 001/2015 C03 - Contrato Nº: 0003/2014		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS L		
Valor.....: 0,00 (zero)		
Vigência.....: Início: 19/01/2015 Término: 20/02/2015		
Licitação.....: Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0006/2013 Processo_Licitatório.....: 0141 / 2013		
Recursos.....: Dotação:		
Objeto.....: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 20/02/2015, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico em anexo.		
Capinzal, 19 de Janeiro de 2015		

## SIMAE

### PORTARIA N.º 02/2015/SIMAE-CAO

PORTARIA n.º 02/2015, de 19/01/2015

Homologa o resultado do Concurso Público SIMAE/CAO/01/2014

Sidnei Penzo, Diretor do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, de Capinzal e Ouro, SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no item VI, do Edital SIMAE/CAO/01/2014 e o Relatório Final, atas e demais documentos apresentados pela Comissão do Concurso, torna público que os candidatos abaixo relacionados foram aprovados, com as seguintes notas e na seguinte ordem de classificação, observado os critérios de desempate previstos item VI, 2, do Edital SIMAE/CAO/01/2014, de preferência ao candidato com maior número de acertos de questões com valor de 0,5 pontos e, persistido o empate, de preferência ao candidato mais idoso:

#### AUXILIAR DE OPERAÇÕES:

Inscrição	Nome do Candidato	Nota Final	Classificação Final
07	André Santos Michelin	8,87	1º
20	Leonir Luiz Miqueloto	8,50	2º
52	Milton Silva Junior	8,50	3º
48	Tharik Wesley Lopes Spiassi	5,50	4º

#### AUXILIAR TÉCNICO:

Inscrição	Nome do Candidato	Nota Final	Classificação Final
29	Elias Masson	8,50	1º
35	Márcio José Gauer	8,25	2º
15	André Furtado	8,00	3º
14	Isadora Ribeiro dos Santos	7,75	4ª
09	Anderson de Matos Caliar	7,75	5º
13	Francieli Silveira de Avila Hostert	7,75	6ª
32	João Paulo de Araujo	7,50	7º
21	Antonio Ivonei de Col	7,50	8º
30	Verônica Tessmann	6,50	9ª
04	Ronan Antonio Rodrigues	6,50	10º
47	Emilson Stiirmer	6,50	11º
23	Fernanda Rossa Barcarolo	6,25	12ª
34	Meig Uana Coelli	6,00	13ª
33	Jocenéia Camila Stopassola	5,50	14ª
46	Marta Antunes	5,50	15ª
44	Neila Drun Ferreira	5,00	16ª

#### ENCANADOR:

Inscrição	Nome do Candidato	Nota Final	Classificação Final
45	Vandrigo Balbinot	9,75	1º
39	Alessandro Lopes Vieira	9,50	2º
41	Ricardo Casagrande	9,00	3º
12	Raul Durigon Vilarino Lira	8,87	4º
10	Marcos Schwingel	8,50	5º
01	Cleomar André Masson	8,12	6º

19	José Ricardo Batistelli	8,00	7º
08	Alã Claiton de Abreu	7,50	8º
43	Cleyton Luis Geronimo	7,12	9º
54	Ivonei Luiz Nora	7,00	10º
25	Nelso Ficagna Junior	6,87	11º
40	Adão Jocemar da Silva	6,75	12º
28	Altivir Lopes	6,00	13º
38	Givanildo Marcos da Rosa	5,62	14º
26	Altivir Delapasqua	5,50	15º

**ENGENHEIRO SANITARISTA:**

Inscrição	Nome do Candidato	Nota Final	Classificação Final
05	Alan Cassio Borsuk	7,50	1º
37	Natália Zimmermann Boaretto	6,50	2ª
53	Karolline Mayara Quadros	6,00	3ª
03	Tatiana Cristina Biarzi	6,00	4ª
36	Deisi Cristina Tapparo	5,75	5ª
17	Patrícia Huther Zambão	5,50	6ª
11	Luan Domingues de Arruda	5,25	7º
31	Luciano Zucchetti	5,25	8º
22	Beatriz Chinato Begnini	5,25	9ª
18	Paulo Henrique Carmo do Amaral	5,25	10º
49	Camila Maria Trein	5,00	11ª

À vista do exposto, homologo esse resultado final do Concurso SIMAE/CAO/01/2014, para todos os efeitos legais e com validade de dois anos a contar desta data.

Capinzal, 19 de janeiro de 2015.

Sidnei Penzo

Diretor do SIMAE

# Catanduvras

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº PL/073/2015, DE 13 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº PL/073/2015, de 13 de janeiro de 2015.

ADMITE SERVIDORA NA FORMA QUE ESPECIFICA

SALETE RIBEIRO CHIARELLO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvras, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

#### RESOLVE:

Art. 1º. ADMITIR no Quadro de Pessoal do Poder Legislativo de Catanduvras- SC, MARIA ALICE CASTAGNARO, para exercício do Cargo em Comissão de Assessor Jurídico, com os vencimentos de lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvras - SC, 13 de janeiro de 2015.

SALETE RIBEIRO CHIARELLO

Presidente

Registra-se e Publica-se em 13.01.2015

Salette Ribeiro Chiarello  
Presidente

Cheila Adriana Guerra Fabris  
1ª Secretária

# Concórdia

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Pregão Presencial Nº 133/2014 - PMC

#### CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar os representantes legais das empresas TRANSPORTES DELLABONA LTDA-ME, inscrita no CPNJ sob o nº83.024.257/0001-00, com sede na Rua Leonel Mosele, 62, Centro, TRANSPORTES SIDE LA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº72.243.439/0001-56, com sede na Localidade de Planalto, s/nº, Interior; RAÍSA TURISMO LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.298.981/0001-70, com sede na Localidade de Sede Brum s/ nº Interior; ROMANITUR TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº79.895.371/0001-39, com sede na Rodovia Deputado Neudi Primo Massolini, nº300, Interior

EVANDRO SIEGA-ME, inscrita no CNPJ sob nº 12.438.486/0001-23 com sede na Rua Nelson Arend, 254 no Bairro da Gruta, todas na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 16.1 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 19.1 do Edital.

Concórdia, SC, 28 de agosto de 2014.

Samira Abul El Haje Furlan

Secretária Municipal de Educação

### EXTRATO CONTRATO Nº 34/2015 -PMC

Contrato Nº : 34/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CLÍNICA PEDIATRICA MERLO &amp; SCHUMACHER SOCIEDADE SIMPLES S S

Licitação : Inexigibilidade 7/2015

Objeto : credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 05/01/2015

Valor R\$ : 55.000,00 (Cinquenta e Cinco Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 328 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

### EXTRATO CONTRATO Nº 35/2015 -PMC

Contrato Nº : 35/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA DE OLHOS NIEDERAUER LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 7/2015

Objeto : credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 05/01/2015

Valor R\$ : 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 328 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

### EXTRATO CONTRATO Nº 36/2015 -PMC

Contrato Nº : 36/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : OFTALMOCENTER CONCORDIA SOCIEDADE SIMPLES S S

Licitação : Inexigibilidade 7/2015

Objeto : credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 05/01/2015

Valor R\$ : 40.000,00 (Quarenta Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 328 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

### EXTRATO CONTRATO Nº 37/2015 -PMC

Contrato Nº : 37/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : PHYSIUS CENTRO AVANÇADO DE FISIOTERAPIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 7/2015

Objeto : credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 05/01/2015

Valor R\$ : 18.000,00 (Dezoito Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 328 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

**EXTRATO CONTRATO Nº 38/2015 -PMC**

Contrato Nº : 38/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : PICCOLI CLINICA S/S

Licitação : Inexigibilidade 7/2015

Objeto : credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 05/01/2015

Valor R\$ : 32.000,00 (Trinta e Dois Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 328 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

**EXTRATO CONTRATO Nº 39/2015 -PMC**

Contrato Nº : 39/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CLÍNICA DO APARELHO DIGESTIVO RODRIGUES E KOEFENDER

Licitação : Inexigibilidade 7/2015

Objeto : credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 05/01/2015

Valor R\$ : 60.000,00 (Sessenta Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 328 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

**EXTRATO CONTRATO Nº 40/2015 -PMC**

Contrato Nº : 40/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : SEGURMED SEGUR. MEDICINA DO TRAB.SOCIEDADE SIMPLES

Licitação : Inexigibilidade 7/2015

Objeto : credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 05/01/2015

Valor R\$ : 105.000,00 (Cento e Cinco Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 328 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

**EXTRATO CONTRATO Nº 41/2015 -PMC**

Contrato Nº : 41/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : SICAVI SERV.INTEGR.DE CIRURG.ABDOM.E VIDEO-LAPAROSCOPIA S S

Licitação : Inexigibilidade 7/2015

Objeto : credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 05/01/2015

Valor R\$ : 60.000,00 (Sessenta Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 328 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

**EXTRATO CONTRATO Nº 42/2015 -PMC**

Contrato Nº : 42/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : SURGAPED - SERVICO DE UROLOGIA, GASTROENTEROLOGIA E PEDIATRIA SOCIEDADE SIMPLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 7/2015

Objeto : credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 05/01/2015

Valor R\$ : 105.000,00 (Cento e Cinco Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 328 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

**EXTRATO CONTRATO Nº 43/2015 -PMC**

Contrato Nº : 43/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DE CONCORDIA E REGIAO

Licitação : Inexigibilidade 7/2015

Objeto : credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 05/01/2015

Valor R\$ : 350.000,00 (Trezentos e Cinquenta Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 328 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

**EXTRATO CONTRATO Nº 44/2015 -PMC**

Contrato Nº : 44/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA URONEFRO SOCIEDADE SIMPLES LTDA

Licitação : Inexigibilidade 7/2015

Objeto : credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 05/01/2015

Valor R\$: 70.000,00 (Setenta Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 328 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

**EXTRATO CONTRATO Nº 45/2015 -PMC**

Contrato Nº : 45/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA VERTIGO SOCIEDADE SIMPLES S/S

Licitação : Inexigibilidade 7/2015

Objeto : credenciamento de empresas interessadas conforme discriminado abaixo, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e correlata, na área específica de Saúde Física em Geral, em todas as especialidades e/ou subespecialidades médicas, abrangendo os procedimentos descritos na Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM e suas atualizações

Vigência : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 05/01/2015

Valor R\$: 32.000,00 (Trinta e Dois Mil Reais)

Dotação : 31 - 04.003.2603.333903950000000.01000003

Dotação : 328 - 04.003.2603.333903950000000.03000003

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2015 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 5/2015 - FMS

A Gestora em exercício do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 16 de janeiro de 2015 para Credenciamento de empresa para prestação de serviços de saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas, para atendimento à população, a favor das empresas CLÍNICA URONEFRO SOCIEDADE SIMPLES LTDA, no valor estimado de R\$ 64.991,30 (sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e um reais e trinta centavos).

MARIA CRISTINA BERTA

Gestora do FMS em exercício

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2015 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2015

A Presidente do Serviço Municipal de Assistência à Saúde, em exercício, em exercício, torna público que ratificou o ato da Senhora Tania Maria Turcatel, Encarregada da Seção, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 16 de janeiro de 2015, para o credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde aos segurados e dependentes de acordo com a Lei complementar nº 163 de 26.07.1999 e Decreto nº 4.155 de 16.09.1999, a favor das seguintes empresas: CLÍNICA MÉDICA GOCOP S/S, no valor total estimado de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais); CLÍNICA NEUROCIRÚRGICA MEIRELLES SOCIEDADE SIMPLES S/S, no valor total estimado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); BIOSEG CLÍNICA DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, no valor total estimado de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); IPUMED SERVIÇOS MÉDICOS ABULATORIAS, no valor total estimado de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MORI LTDA – ME, no valor total estimado de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais); ORTOPEDIA CONCORDIA SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA, no valor total estimado de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).

MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON

Presidente do Serviço Municipal de Assistência à Saúde, em exercício



## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

#### **EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 - TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO Nº 2**

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

TERMO ADITIVO DE RETIFICAÇÃO Nº 2

A COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta - Edital Nº 001/2014, torna público a RETIFICAÇÃO do referido edital, nos seguintes termos:

Alteração do subitem "4.3.2" que passa a ter a seguinte redação: 4.3.2. A prova escrita será aplicada no dia 01 de fevereiro de 2015, nas dependências da Escola de Educação Básica Cordilheira Alta, situada na Rua Luiz Ranzan, nº 130, Bairro Centro, CEP 89819-000, na Cidade de Cordilheira Alta/SC, das 08h30min às 11h30min. Os concorrentes deverão comparecer à referida escola com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência.

Cordilheira Alta (SC), 19 de janeiro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO PP 01/2015**

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n 01/2015

Pregão Presencial n. 01/2015

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE MATÉRIAS PARA VEICULAÇÃO NOS PROGRAMAS DE RÁDIO SEMANAL E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO EM ESTUDIO DO PROGRAMA SEMANAL DE RÁDIO E DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS, INFORMAÇÕES, AVISOS E RECADOS DE UTILIDADE PÚBLICA EM EMISSORA PADRÃO AM E FM.

Entrega dos Envelopes: até às 13:45 horas do dia 30/01/2015.

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 30/01/2015.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 05 de janeiro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

## Coronel Freitas

### PREFEITURA

#### **CANCELAMENTO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

CANCELAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 132/2014

DISPENSA Nº 32/2014

ATA DE CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2014, DISPENSA Nº 32/2014 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos Quatorze dias do mês de janeiro de Dois Mil e Quinze, as 10:00 min, na sala de reuniões da prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se a comissão para efetuar a análise do cancelamento do referido processo licitatório, tendo em vista Que a empresa não apresentou toda documentação exigida, sendo considerada inabilitada. Fica, portanto cancelado o presente processo, sendo publicado no Diário dos Municípios. Nada mais havendo a tratar encerrou-se, lavrando-se a presente ata, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Freitas (SC), 14 de janeiro de 2015

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 072 DE CONTRATO DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 072 DE CONTRATO DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

MÊS/ANO: MARÇO/2014. NÚMERO CONTRATO: 014/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/03/2014

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Sistema de informática GEDOC (Administrativo EX) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Contratos, Certidões, Ofícios / Correspondências, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Projetos de Lei / Leis, Protocolo, Portarias, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Lei Orgânica, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital;

1.2 - Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet EX) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos e Portarias no Servidor Web da CONTRATADA, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio [www.legislacaomunicipal.com](http://www.legislacaomunicipal.com) e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE.

§ 1º - O espaço em disco no servidor web da CONTRATADA referente ao item 1.2 é limitado a 3000Mb (três mil megabytes), caso haja necessidade de espaço adicional o mesmo será cobrado a parte conforme tabela de valores vigente.

1.3 - Manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento dos itens deste objeto, durante o período contratual conforme Cláusula Oitava deste contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O prazo de vigência do contrato que antecedeu a este Termo aditivo fica prorrogado até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 86.731.494/0001-08  
CONTRATADO: INFO DIGITALE

### **ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2015 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2015

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP

O Município de Coronel Martins - SC, TORNA PÚBLICO que fará realizar, com base nas Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, no dia 02 de fevereiro de 2015, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, para aquisição de material de expediente para o exercício de 2015, conforme quantitativos e detalhamentos do edital. Os envelopes deverão ser entregues até às 09:00 horas do mesmo dia. Demais informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 3459-0011.

Coronel Martins (SC), 20 de janeiro de 2015.

JONES EMANUEL MARASCHIN

Prefeito Municipal em exercício

# Curitibanos

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 306/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 306/2014

Aos dezenove dias do mês de Janeiro de 2015, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 306/2014, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVO SISTEMA DE CONFECÇÃO DE CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;

II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;

III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitibanos, 19 de Janeiro de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015.**  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015.

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS, neste ato representado por sua presidente e por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, COM RECURSOS ESTADUAL, FEDERAL, FUNDEB E RECURSOS PRÓPRIOS, CONFORME ANEXO I DO PRESENTE EDITAL, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 18:00 horas do dia 30/01/2015, no protocolo central, na Prefeitura Municipal de Curitiba, localizada na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/ SC, não sendo autorizado qualquer outro tipo de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 02/02/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas e abertura da Documentação de Habilitação, na Prefeitura Municipal de Curitiba, localizada na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/ SC. Curitiba, 19 de Janeiro de 2015.

Amaury Silva  
Presidente do Fundo e .e.

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

**Faxinal dos Guedes****PREFEITURA****EXTRATO DE EDITAL 00022015 PREGAO PRESENCIAL  
SERVIÇOS ELETRICOS E HIDRAULICOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Presencial nº 0002/2015

Processo licitatório nº: 0003/2015

Objeto: Contratação de horas de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção da rede elétrica, telefônica, internet e hidráulica para o fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes.

Data do recebimento: 11/02/2015 as 09h00minh.

Data da Abertura: 11/02/2015 as 09h15min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 19 de janeiro de 2015.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETÁRIA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL

# Forquilha

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº. 10/PMF/2015**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 10/PMF/2015.

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo, a contratação de empresa especializada para reforma e ampliação da Escola de Educação Básica José Aléssio, com área de 1.337,28 m², localizada na Rua Santa Barbara, 1.197, Cidade Alta, Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 05 de fevereiro de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 19 de janeiro de 2015.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

### **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01/FMS/20154**

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01/FMS/20154

O MUNICÍPIO DE FORQUILHA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo o chamamento para credenciamento e habilitação de interessados sediados nesta municipalidade com objetivo de prestar serviços de assistência a saúde, por meio de laboratórios especializadas na confecção de próteses dentárias, para munícipes de Forquilha/SC, conforme programa Brasil-Sorridente, para o exercício de 2015.

Os interessados deverão credenciar-se junto a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha sito a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, a partir de 20/01/2015 a 30/11/2015.

Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha/SC, 19 de dezembro de 2014.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 181/2014 - PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 32/2014**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 181/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 32/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS DIVERSAS PARA REPOSIÇÃO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO da frota de veículos leves do Município de Forquilha/SC, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 03/10/2015.

2ª Publicação.

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 188/2014 - PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 33/2014**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 188/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 33/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DIVERSOS PARA UTILIZAÇÃO NAS ESCOLAS E CRECHES da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR](http://WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA: 17/10/2015.

2ª Publicação.



# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AT15FMS01

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT15FMS01  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: KARINE DE OLIVEIRA TRANSPORTES EIRELI  
Valor ..... : 115.800,00 (cento e quinze mil oitocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 30/06/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2014  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PESSOAS A SER UTILIZADO PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DURANTE O PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2015.

Fraiburgo, 19 de Janeiro de 2015  
NILCE PINZ  
Secretária de Saúde

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003\_2015-RP 0001 PMF

Aviso do Pregão Presencial nº 0003/2015 - PMF  
Registro de Preços Nº 0001/2015 - PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de gás oxigênio industrial, gás acetileno industrial e gás para solda mig, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo). Validade da Ata de Registro de Preços: Fevereiro a Dezembro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 10:30 horas do dia 02.02.2015. Abertura: as 10:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 16 de janeiro de 2015.  
Ivo Biazolo  
Prefeito

### CT15FMS01

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15FMS01  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: CIS - AMARP CONS. INTER. DE SAÚDE DO ALTO VALE R.P.  
Valor ..... : 18.600,00 (dezoito mil seiscentos reais)  
Vigência ..... : Início: 02/01/2015 Término: 31/12/2015  
Objeto ..... : CLÁUSULA TERCEIRA - ESTE CONTRATO DE REPASSE E RATEIO TEM POR OBJETO DISCIPLINAR A ENTREGA DE RECURSOS PELO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO AO CIS - AMARP PARA ATENDIMENTO DO OBJETO DISCIPLINADO NO CONTRATO DE PROGRAMA Nº 05/2010.

Fraiburgo, 19 de Janeiro de 2015  
NILCE PINZ  
Secretária de Saúde

### CT15FMS02

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15FMS02  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: CIS - AMARP CONS. INTER. DE SAÚDE DO ALTO VALE R.P.  
Valor ..... : 180.000,00 (cento e oitenta mil e reais)  
Vigência ..... : Início: 02/01/2015 Término: 31/12/2015  
Objeto ..... : CLÁUSULA TERCEIRA - ESTE CONTRATO DE REPASSE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEM POR OBJETO DISCIPLINAR A ENTREGA DE RECURSOS PELO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO AO CIS-AMARP PARA ATENDIMENTO DO OBJETO DISCIPLINADO NO CONTRATO DE PROGRAMA Nº 05/2010.

Fraiburgo, 19 de Janeiro de 2015  
NILCE PINZ  
Secretária de Saúde

### CT15FMS03

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15FMS03  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: HGL TECNOLOGIA LTDA  
Valor ..... : 1.986,12 (um mil novecentos e oitenta e seis reais e doze centavos)  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015  
Objeto ..... : O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS AO SUPORTE E ATUALIZAÇÃO TÉCNICA PARA O SISTEMA COVS - CONTROLE OPERACIONAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

Fraiburgo, 19 de Janeiro de 2015  
NILCE PINZ  
Secretária de Saúde

### CT15FMS04

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT15FMS04  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA-PN  
Valor ..... : 4.620,00 (quatro mil seiscentos e vinte reais) Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015  
Objeto ..... : O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA UNIDADE DE SAÚDE VILA SALETE DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, NAS ÁREAS DE BIOQUÍMICA, HEMATOLOGIA, IMUNOLOGIA, MICROBIOLOGIA, PARASITOLOGIA, URINÁLISE, EDUCAÇÃO CONTINUADA DO PROGRAMA BÁSICO E HEMOGLOBINA GLICOSILADA DO PROGRAMA AVANÇADO.

Fraiburgo, 19 de Janeiro de 2015  
NILCE PINZ  
Secretária de Saúde

**CT15FMS05****EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT15FMS05

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada....: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA

Valor ..... : 5.808,06 (cinco mil oitocentos e oito reais e seis centavos).

Vigência ..... : Início: 08/01/2015 Término: 30/06/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2014

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA AS PESSOAS QUE FREQUENTAM O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS, NO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2015.

Fraiburgo, 19 de Janeiro de 2015

NILCE PINZ

Secretária de Saúde

**EXTRATO EDITAL EDUCAÇÃO AAN ATÉ DEZEMBRO 2015**

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0002 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área da Educação do Município de Fraiburgo, na função pública de Auxiliar de Alimentação e Nutrição. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 20 de janeiro a 9 de dezembro de 2015, das 08:00 as 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábado, domingo, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**EXTRATO EDITAL EDUCAÇÃO SERVIÇOS GERAIS ATÉ DEZEMBRO 2015**

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0003 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público na área da educação do Município de Fraiburgo, na função pública de Agente de Serviços Gerais. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão

realizadas no período de 20 de janeiro a 9 de dezembro de 2015, das 08:00 as 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábado, domingo, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0179/2015**

PORTARIA Nº 0179, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0178/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARIA SERLEI HOLEK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 384.847.069-15, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0180/2015**

PORTARIA Nº 0180, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0179/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCIMARA DE MELLO GOETTEN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 042.843.579-30, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS,

com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 02 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0181/2015**

PORTARIA Nº 0181, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0180/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANETE CORTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 044.199.979-40, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0182/2015**

PORTARIA Nº 0182, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SIMONE FERREIRA DA CRUZ RICHTER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 050.019.239-13, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0183/2015**

PORTARIA Nº 0183, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0181/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DANIELA VANESSA LE-ANDRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.773.169-63, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0184/2015**

PORTARIA Nº 0184, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0182/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANIZERA APARECIDA DE CORDUVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 928.515.769-68, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0185/2015**

PORTARIA Nº 0185, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0183/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário EDIR TEREZINHA NEU-JHOZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 781.785.509-97, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0186/2015**

PORTARIA Nº 0186, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0034, de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0184/2015 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUCIANA SILVEIRA PALHANO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 031.472.349-83, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0187/2015**

PORTARIA Nº 0187, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal;

e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0047, de 24 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 17/2015 da Secretaria de Infraestrutura Urbana

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALCEU JOSÉ PINTO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 573.744.229-20, na função de OPERADOR DE MÁQUINA - MOTONIVELADORA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 30 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0188/2015**

PORTARIA Nº 0188, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora ELENICE ANGELICA ZANELLA PERACHI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 040.250.139-08, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de janeiro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0189/2015**

PORTARIA Nº 0189, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de CAROLINE ISRAEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 005.020.469-61, contratada em caráter temporário na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 30 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Fraiburgo, 19 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 0190/2015

PORTARIA Nº 0190, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040, de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 022/2015 da Secretaria Municipal de Saúde;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CAROLINE ISRAEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.020.469-61, na função de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de fevereiro de 2015 até 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de janeiro de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### REC.FEDERAIS 19.01.2015

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS				
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:				
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)	
13/01/2015	FNS	PSF	46.345,00	
13/01/2015	FNS	PSF	20.000,00	
13/01/2015	FNS	SAUDE BUCAL	6.690,00	
13/01/2015	FNS	PMAQ	43.900,00	

Secretaria de Finanças

### TA;AT14FMS01 EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT14FMS01 - Contrato Nº: AT14FMS10  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: POSTO GALO LTDA  
Vigência ..... : Início: 05/01/2015 Término: 31/01/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE MAIO DE 2015.

Fraiburgo, 19 de Janeiro de 2015

NILCE PINZ  
Secretária de Saúde



**DECRETO Nº 009/2015**

**DECRETO Nº. 009, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.**

**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0050, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0050 de 09 de dezembro de 2014, conforme listas anexas.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 19 DE JANEIRO DE 2015.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo:	Agente Comunitário de		Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	1	Área de Atuação:		Geral					
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - São Miguel/ Nossa Sra. Aparecida - ESF 1/2								
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Critérios de Desempate					
				1º	2º	3º	4º	5º	6º
1	105	JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA	20	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
2	24	SUZANE NOIA FERREIRA	12	3	0	NÃO	1	30/05/1977	0
3	158	LUCIANA DOMINGUES	12	5	1	NÃO	0	08/11/1985	2
4	48	MARIANGELA BEONI AMARAL DE ALMEIDA	12	4	1	NÃO	1	06/12/1980	3
5	129	MISCHELI FAGUNDES	12	3	2	NÃO	1	13/11/1966	0
6	47	MARIZA APARECIDA DE SOUZA	11	3	2	NÃO	1	15/05/1987	1
7	51	ELI CORDEIRO DE MELO DOS SANTOS	11	3	2	NÃO	0	10/10/1970	0
8	49	MARTA RIBEIRO STAGE DE SOUZA	11	3	2	NÃO	0	15/10/1971	0
9	67	LILIAN OLIVEIRA DE ALMEIDA	11	3	1	NÃO	1	14/02/1978	3
10	13	SOLANGE MARIA COSTA	10	3	0	NÃO	1	26/10/1993	0
11	90	CHIRLE SOUZA DOS ANJOS	10	3	0	NÃO	1	21/02/1972	1
12	92	ELENICE ANGÉLICA ZANELLA PERACHI	10	2	2	NÃO	0	24/11/1980	1
13	128	LUCIANE APARECIDA KEHRWALDT	10	2	2	NÃO	0	04/05/1984	2
14	116	ANA PAULA SBARDELLA	10	2	1	NÃO	1	16/11/1980	2
15	113	MILENA MAYARA FURLAN	8	2	1	NÃO	1	29/06/1981	0
16	91	SIMONE RIBEIRO DE SOUZA VALDAMERI	8	1	1	NÃO	0	25/07/1994	0
17	1	MARILDA APARECIDA BACH	8	1	0	NÃO	1	14/07/1981	2
18	108	ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	7	1	0	NÃO	1	27/07/1983	1
19	149	FRANCIELI FELIZ VARELA	7	1	0	NÃO	0	26/01/1986	1
20	153	CLAUDETE FERNANDES DE OLIVEIRA	7	1	0	NÃO	0	29/09/1994	0
21	114	CÉLIA APARECIDA CORREA DE SOUZA	7	0	0	NÃO	1	07/02/1978	3
22	16	JOSIANE ORTIZ DA SILVA	7	0	0	NÃO	1	10/11/1982	3
				0	0	NÃO	1	14/06/1988	0

segunda-feira, 19 de janeiro de 2015

Página 1 de 2

23	14	SABRINA APARECIDA CAMPOS DE LIMA	7	0	0	NÃO	1	15/09/1996	0
24	137	DIANA RIBEIRO FURLAN	7	0	0	NÃO	1	26/10/1996	0
25	20	MARGARETH DE FATIMA ROSA	6	0	0	NÃO	0	15/10/1964	0
26	18	RENILDA APARECIDA BORBA	6	0	0	NÃO	0	13/02/1968	0
27	59	CLAUDETE ALVES SANTOS RODRIGUES	6	0	0	NÃO	0	26/04/1970	0
28	58	JANILDES PIRES RIBEIRO RODRIGUES	6	0	0	NÃO	0	17/03/1971	0
29	121	JOSIELE GUETTEN DE OLIVEIRA	6	0	0	NÃO	0	11/12/1984	1
30	136	MARCIA TEREZINHA HUNING	6	0	0	NÃO	0	10/02/1987	1
31	32	ELIZETE DE OLIVEIRA	6	0	0	NÃO	0	13/06/1992	0
32	133	ANA PAULA MEIRELES	6	0	0	NÃO	0	25/06/1992	0
33	152	DAIANE DOS SANTOS CRESTANI	6	0	0	NÃO	0	24/09/1992	1
34	41	KARINE MULLER BARTOLOMEU	6	0	0	NÃO	0	01/08/1995	0
35	43	LUANA BUSSATO	6	0	0	NÃO	0	29/05/1996	0
36	50	JANDIRA APARECIDA MARQUES DA SILVA	4	2	1	NÃO	1	08/12/1970	0
37	45	NEIDE APARECIDA TIEQUIN	2	1	0	NÃO	1	30/01/1982	3
38	63	GLEISEN KELIN OSÓRIO DE OLIVEIRA	1	1	0	NÃO	0	14/10/1982	1
39	87	MARIA CATRINE GONÇALVES SILVEIRA PELENTIR	1	1	0	NÃO	0	25/01/1985	2
40	77	MARIA JOSÉ DO AMARAL DE OLIVEIRA	1	0	0	NÃO	1	21/09/1960	0
41	104	CLEONICE FRANCINE	1	0	0	NÃO	1	30/09/1980	2
42	7	CARLA DORVILA LUCAS MORAES	1	0	0	NÃO	1	11/08/1986	3
43	38	KELLY DE OLIVEIRA GRANEMANN	1	0	0	NÃO	1	09/10/1996	0
44	8	MARILDA FATIMA DA ROSA	0	0	0	NÃO	0	03/07/1974	2
45	84	ROSANGELA APARECIDA SILVANO	0	0	0	NÃO	0	24/08/1980	3
46	97	GISLAINE CONCI	0	0	0	NÃO	0	29/06/1981	3
47	23	ELIZA ANDREA NÓIA	0	0	0	NÃO	0	04/08/1982	3
48	102	JOSIANE RIBEIRO	0	0	0	NÃO	0	23/09/1984	1
49	74	ROSELI APARECIDA DA SILVA	0	0	0	NÃO	0	16/03/1988	1
50	139	DAIANA CAMARGO DOS SANTOS	0	0	0	NÃO	0	06/03/1989	2
51	148	TANIA JANAINÉ ALVES	0	0	0	NÃO	0	19/04/1993	1
52	61	DEISE FERREIRA	0	0	0	NÃO	0	16/02/1994	0
53	111	SONIA MARIA ALVES PEREIRA	0	0	0	NÃO	0	07/11/1994	0
54	106	MILANE DE CARVALHO	0	0	0	NÃO	0	22/12/1994	0
55	120	DENISE FATIMA PINHEIRO	0	0	0	NÃO	0	27/01/1995	0
56	109	SAMARA RAMOS	0	0	0	NÃO	0	09/11/1995	0
57	11	SABRINA DO NASCIMENTO	0	0	0	NÃO	0	12/07/1996	1

segunda-feira, 19 de janeiro de 2015

Página 2 de 2



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde - Bairro Nações - ESF 3**

*Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	66	EDENILCE DALAGNOL	24	5	2	NÃO	1	29/09/1980	0
2	138	MARLENE HAMMES	12	4	2	NÃO	0	28/10/1961	0
3	107	MARLENE DOMINGUES DA SILVA PEREIRA	11	3	2	NÃO	0	14/03/1968	0
4	141	HELENA CORREA MASSAROLI	11	2	2	NÃO	1	29/09/1968	1
5	126	EUNICE PEDROZO MASSAROLI	10	3	1	NÃO	0	18/09/1969	1
6	28	IDINEZ CATARINA VIEIRA MAZZUCCO	7	1	0	NÃO	0	25/11/1969	0
7	157	NILZA APARECIDA GONÇALVES	6	0	0	NÃO	0	13/11/1966	1
8	6	MARINES ZONTA RAMALHO	6	0	0	NÃO	0	07/09/1976	3
9	72	OTÁVIO HENRIQUE CORREA DE JESUS	6	0	0	NÃO	0	11/09/1994	0



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Comunitário de		Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	10	Área de Atuação:		Geral					
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Bairro São Sebastião/ Mirassol - ESF 6								

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Critérios de Desempate					
				1º	2º	3º	4º	5º	6º
1	70	LUCIANE APARECIDA MORAES	12	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
2	15	JOSIANI TIBOLA	11	5	0	NÃO	1	21/10/1985	1
3	19	CAMILA SUELEN TIBOLA DE ALMEIDA	10	3	1	NÃO	1	30/06/1979	1
4	57	FATIMA PAULINO IESBIK	10	3	1	NÃO	0	27/01/1995	0
5	21	ANA PAULA MACIEL DE MELO	9	2	2	NÃO	0	27/12/1972	3
6	9	NOELI RICHTER DE SOUZA	7	3	0	NÃO	0	27/06/1994	1
7	115	LUANA PADILHA DE OLIVEIRA	7	1	0	NÃO	0	03/10/1973	1
8	145	ANGELITA APARECIDA MOREIRA DOS SANTOS	6	0	0	NÃO	1	13/03/1996	0
9	62	SIMONE DOS SANTOS	6	0	0	NÃO	0	30/06/1973	0
10	132	JOCIANE DA APARECIDA DOS SANTOS	6	0	0	NÃO	0	07/09/1976	3
11	12	FABIANA DE LARA	0	0	0	NÃO	0	26/09/1987	2
12	17	TATIANE OLIVEIRA DA ROSA	0	0	0	NÃO	0	20/11/1991	2
13	146	PATRICIA DOS SANTOS	0	0	0	NÃO	0	24/01/1992	1
14	99	MONIQUE SEMAM	0	0	0	NÃO	0	21/05/1992	1
			0	0	0	NÃO	0	24/12/1996	0





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: 

Agente Comunitário de Saúde

Código: 

11

Disciplina: 

Agente Comunitário de Saúde - Localidade Dez de Novembro - ESF 6

Quadro: 

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Área de Atuação: 

Geral

1º

2º

3º

4º

5º

6º

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	69	FATIMA APARECIDA CAMARGO	12	5	0	NÃO	1	30/07/1990	1
2	22	DAIANE DANIELE DOS SANTOS	6	0	0	NÃO	0	22/06/1990	1



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **11** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde - Localidade Dez de Novembro - ESF 6**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
156	MARINEZ GODOSKI		Não preenche pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Comunitário de	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	12	Área de Atuação:	Geral					
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Localidade Dandara e Barro Preto - ESF 6							

Critérios de Desempate									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º			
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	122	CATIA ALVES VIEIRA	10	3	1	NÃO	0	15/09/1984	1



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	13 - Agente Comunitário de Saúde - Localidade Linha Baia e Baia I								
Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO								
Código:	13	Área de Atuação:	Geral						
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Localidade Linha Baia e Baia I - ESF 6								
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 13 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - LOCALIDADE LINHA BAIA E BAIA I - ESF 6									

Critérios de Desempate



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: 

Agente Comunitário de Saúde

Código: 

14

Disciplina: 

Agente Comunitário de Saúde - Bairro Bela Vista - EACS

Quadro: 

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Área de Atuação: 

Geral

1º

2º

3º

4º

5º

6º

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	36	CINTIA APARECIDA OLIVIO	9	2	1	NÃO	0	15/12/1974	1
2	163	LINDANIR SONDA ZONTA	6	0	0	NÃO	0	14/11/1962	0
3	112	KELLY DOS SANTOS GERMANO	6	0	0	NÃO	0	14/06/1995	0





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Comunitário de	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	15	Área de Atuação:	Geral					
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Bairro Roland Mayer/ Vila Nova - EACS							

		Critérios de Desempate					
		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	40	1	0	NÃO	0	25/06/1985	1
2	68	2	1	NÃO	0	05/08/1993	1

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	40	CLARISSE MOREIRA	7
2	68	ANGELICA ANA DA SILVA	3



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de Saúde** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **16** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde - Bairro Santa Mônica - EACS**

*Critérios de Desempate*

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	103	2	0	NÃO	0	15/03/1972	2
2	143	1	0	NÃO	0	20/11/1996	0

		Soma de Pontos
1	MARLI SCHARBELE BILIK	8
2	PAULA REGINA GATTI	7



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: 

Agente Comunitário de Saúde

Código: 

17

Disciplina: 

Agente Comunitário de Saúde - Bairro São Cristóvão - EACS

Quadro: 

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Área de Atuação: 

Geral

1

2

3

4

5

6

1º

2º

3º

4º

5º

6º

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	82	ELIDIOMARA DE MORAES MELO PRATES	10	3	0	NÃO	1	05/05/1984	1
2	144	CRISTIANE DUARTE MANFIOLETTI	8	2	0	NÃO	0	09/08/1984	3
3	162	CATIANE GERMANO	6	0	0	NÃO	0	31/03/1985	2
4	110	CLEUDIANE SIRQUEIRA DA SILVA	6	0	0	NÃO	0	19/07/1993	0
5	5	ANELA FERREIRA	6	0	0	NÃO	0	10/02/1995	1
6	3	IVONE MOREIRA DE SOUZA SANTOS	0	0	0	NÃO	0	08/09/1974	5
7	81	JOCIANE FRANCESKI	0	0	0	NÃO	0	12/04/1994	2
8	80	GISLAINE DE ALCANTARA FRANCESCHI	0	0	0	NÃO	0	30/08/1996	1



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: 

Agente Comunitário de

Código: 

18

Disciplina: 

Agente Comunitário de Saúde - Bairro Vila Salete - EACS

Quadro: 

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Área de Atuação: 

Geral

1º

2º

3º

4º

5º

6º

Cursos Área Esp.

Tempo Serviço

Portador Defic.

Cursos Outras Áreas

Data Nascimento

Núm. Filhos

5

0

NÃO

1

08/11/1973

1

2

1

NÃO

0

17/08/1974

1

0

0

NÃO

0

23/06/1988

1

Ordem Classific.

Número Inscrição

Nome do Candidato

Soma de Pontos

1

78

SIRLEI TITTON VICENTE

12

2

52

SUZI ABIGAIL RONNAU

9

3


134

SILVANA COSTA MOREIRA

0

segunda-feira, 19 de janeiro de 2015

Página 1 de 1

DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	19 - Agente Comunitário de Saúde - Localidade Butiá Verde Setor I									
Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO									
Código:	19	Área de Atuação: Geral								
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Localidade Butiá Verde Setor I e Vila Reflor									
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º	
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 19 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - LOCALIDADE BUTIÁ VERDE SETOR I E VILA REFLOR - EACS										

Critérios de Desempate





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:  Quadro:  I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código:  20 Área de Atuação:  Geral

Disciplina:  Agente Comunitário de Saúde - Localidade Campina do Serro/ Assentamento Contestado/ Sta

Critérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	119	4	2	NÃO	0	28/03/1974	2
2	154	1	0	NÃO	0	16/10/1975	1

		Soma de Pontos
1	LENIR APARECIDA BLASIUS	12
2	LUCIANA SILVEIRA	7



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Comunitário de	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	21	Área de Atuação:	Geral					
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Localidade Faxinal dos Domingues - EACS							

Critérios de Desempate									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º			
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	140	ROSEMILDA APARECIDA STANIASKI	11	3	2	NÃO	0	14/11/1967	1



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **22** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde - Localidade Faxinal dos Domingues I e II - EACS**

*Critérios de Desempate*

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	64	3	2	NÃO	0	06/07/1978	1
2	26	1	0	NÃO	0	05/09/1963	0
		Soma de Pontos					
		11					
		7					



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:

Quadro:

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código:

23

Área de Atuação:

Geral

Disciplina:

Agente Comunitário de Saúde - Localidade Gruta Nossa Sra. de Lourdes/ Fazenda Conte - EA

1

Ordem Classific.

60

Número Inscrição

60

Nome do Candidato

ANGELITA LOURDES CAMPAGNARO

Soma de Pontos

9

1º

Cursos Área Esp.

2

2º

Tempo Serviço

1

3º

Portador Defic.

NÃO

4º

Cursos Outras Áreas

0

5º

Data Nascimento

11/02/1981

6º

Núm. Filhos

2

</



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Comunitário de	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	24	Área de Atuação:	Geral					
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Localidade Lau Mello - EACS							
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato		Soma de Pontos				
1	93	IRMA MORAES		20				

Critérios de Desempate						
1º	2º	3º	4º	5º	6º	
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos	
3	1	NÃO	0	12/08/1962	0	





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Comunitário de	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	25	Área de Atuação:	Geral					
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Localidade Rio Mansinho Fischer - EACS							

Critérios de Desempate									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º			
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	54	MARCIA APARECIDA MOREIRA DE MELLO	11	3	2	NÃO	0	28/11/1968	1



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Comunitário de	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	26	Área de Atuação:	Geral					
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Localidade Taquaruçu de Cima - EACS							
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato		Soma de Pontos				
1	65	ANA PAULA PALHANO DE ALMEIDA		9				

Critérios de Desempate					
1º	2º	3º	4º	5º	6º
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
2	1	NÃO	0	11/12/1985	2



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: 

Agente Comunitário de Saúde

Código: 

27

Disciplina: 

Agente Comunitário de Saúde - Assentamento Butiá Verde - EACS

Quadro: 

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Área de Atuação: 

Geral

1º

2º

3º

4º

5º

6º

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	46	ANGELA MARIA RIBEIRO DE SOUZA	11	3	2	NÃO	0	06/07/1972	1
2	44	MARLI APARECIDA DOS SANTOS	11	3	2	NÃO	0	16/10/1979	3



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **27** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde - Assentamento Butiá Verde - EACS**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
118	ELISANGELA DA COSTA		Não preenche pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Comunitário de	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	28	Área de Atuação:	Geral					
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Localidade Rio Mansinho - EACS							
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato		Soma de Pontos				
1	95	LEONILDA ANTUNES PEREIRA		11				

Critérios de Desempate						
1º	2º	3º	4º	5º	6º	
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos	
3	2	NÃO	0	08/10/1952	0	





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Comunitário de	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	28	Área de Atuação:	Geral					
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Localidade Rio Mansinho - EACS							
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato		Soma de Pontos				
1	95	LEONILDA ANTUNES PEREIRA		11				

Critérios de Desempate						
1º	2º	3º	4º	5º	6º	
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos	
3	2	NÃO	0	08/10/1952	0	



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Comunitário de	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	3	Área de Atuação:	Geral					
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Bairro Portal - ESF 3							
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato		Soma de Pontos				
1	76	JAQUELINE LEANDRO GONÇALVES		6				

Critérios de Desempate					
1º	2º	3º	4º	5º	6º
Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
0	0	NÃO	0	27/09/1996	0



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Comunitário de	Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	3	Área de Atuação:	Geral					
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Bairro Portal - ESF 3							

Critérios de Desempate						
	1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	0	0	NÃO	0	27/09/1996	0

Soma de Pontos	6
----------------	---

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	76	JAQUELINE LEANDRO GONÇALVES	6



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de Saúde** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **4** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde - Bairro Santo Antônio - ESF 3**

*Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	131	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	17	0	0	NÃO	1	30/10/1979	2
2	124	ROSILENE SCHEFFMACHER FERNANDES	13	5	2	NÃO	0	12/01/1969	0
3	71	SIRLEI SCHABERLE GATTI	11	5	0	NÃO	0	07/03/1966	0
4	37	NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZO	9	2	1	NÃO	0	23/12/1970	0
5	127	SOLANGE GRANEMANN PRESTES	9	2	1	NÃO	0	16/07/1979	2
6	135	FRANCINALDA RODRIGUES CIRINO	7	0	0	NÃO	1	26/04/1974	1
7	98	LUANA RIERGET PADILHA	6	0	0	NÃO	0	03/12/1996	0



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de Saúde** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **4** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde - Bairro Santo Antônio - ESF 3**

*Critérios de Desempate*

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	131	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	17	0	0	NÃO	1	30/10/1979	2
2	124	ROSILENE SCHEFFMACHER FERNANDES	13	5	2	NÃO	0	12/01/1969	0
3	71	SIRLEI SCHABERLE GATTI	11	5	0	NÃO	0	07/03/1966	0
4	37	NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZO	9	2	1	NÃO	0	23/12/1970	0
5	127	SOLANGE GRANEMANN PRESTES	9	2	1	NÃO	0	16/07/1979	2
6	135	FRANCINALDA RODRIGUES CIRINO	7	0	0	NÃO	1	26/04/1974	1
7	98	LUANA RIERGET PADILHA	6	0	0	NÃO	0	03/12/1996	0





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Comunitário de		Quadro:		I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO					
Código:	5		Área de Atuação:		Geral					
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Bairro São José - ESF 4									

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Critérios de Desempate					
				1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	31	MARIA ZULEIDE DE LARA CIRINO	13	5	1	NÃO	1	30/08/1972	2
2	94	ANACI APARECIDA RIBEIRO	10	4	0	NÃO	0	17/07/1973	1
3	123	CINTIA RAMOS	10	2	2	NÃO	0	11/09/1974	0
4	85	DENISE CARDOZO FREDERICK	10	2	2	NÃO	0	15/10/1985	1
5	53	ENAILE PALHANO	10	2	2	NÃO	0	29/12/1993	0
6	125	JOELMA VICENTINA DOS SANTOS	9	2	0	NÃO	1	23/03/1996	0
7	2	DELIR MORAES FANTIN	8	1	1	NÃO	0	11/02/1957	0
8	35	KETINA PRISCILA FERREIRA DOS SANTOS GUETT	8	1	1	NÃO	0	14/01/1999	3
9	86	PRISCILA LUCIANO FRANÇA	7	0	1	NÃO	0	08/01/1991	2
10	27	ELAINE RODRIGUES	7	0	0	NÃO	1	16/04/1982	3
11	4	BRENDA DE MOURA GOMES	6	0	0	NÃO	0	08/10/1978	1
12	100	RENATA APARECIDA ALVES	6	0	0	NÃO	0	10/03/1988	3
13	155	ADRIANA TIBES	0	0	0	NÃO	0	08/09/1974	3
14	96	IVONETE RIBEIRO DA SILVA PIRES	0	0	0	NÃO	0	31/07/1985	0
15	161	ANGÉLICA TONCHACK GRANDO	0	0	0	NÃO	0	26/10/1989	2
16	160	ALINE SHIRLEI DOS SANTOS SOARES	0	0	0	NÃO	0	07/11/1995	0



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Comunitário de		Quadro:		I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO									
Código:	5		Área de Atuação:		Geral									
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Bairro São José - ESF 4													

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Critérios de Desempate							
				1º	2º	3º	4º	5º	6º		
				Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos		
1	31	MARIA ZULEIDE DE LARA CIRINO	13	5	1	NÃO	1	30/08/1972	2		
2	94	ANACI APARECIDA RIBEIRO	10	4	0	NÃO	0	17/07/1973	1		
3	123	CINTIA RAMOS	10	2	2	NÃO	0	11/09/1974	0		
4	85	DENISE CARDOZO FREDERICK	10	2	2	NÃO	0	15/10/1985	1		
5	53	ENAILE PALHANO	10	2	2	NÃO	0	29/12/1993	0		
6	125	JOELMA VICENTINA DOS SANTOS	9	2	0	NÃO	1	23/03/1996	0		
7	2	DELIR MORAES FANTIN	8	1	1	NÃO	0	11/02/1957	0		
8	35	KETINA PRISCILA FERREIRA DOS SANTOS GUETT	8	1	1	NÃO	0	14/01/1999	3		
9	86	PRISCILA LUCIANO FRANÇA	7	0	1	NÃO	0	08/01/1991	2		
10	27	ELAINE RODRIGUES	7	0	0	NÃO	1	16/04/1982	3		
11	4	BRENDA DE MOURA GOMES	6	0	0	NÃO	0	08/10/1978	1		
12	100	RENATA APARECIDA ALVES	6	0	0	NÃO	0	10/03/1988	3		
13	155	ADRIANA TIBES	0	0	0	NÃO	0	08/09/1974	3		
14	96	IVONETE RIBEIRO DA SILVA PIRES	0	0	0	NÃO	0	31/07/1985	0		
15	161	ANGÉLICA TONCHACK GRANDO	0	0	0	NÃO	0	26/10/1989	2		
16	160	ALINE SHIRLEI DOS SANTOS SOARES	0	0	0	NÃO	0	07/11/1995	0		



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **6** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde - Bairro Jardim América - ESF 4**

*Critérios de Desempate*

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
		Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	89	JÉSSICA FERRAZ DE OLIVEIRA	0	NÃO	0	23/07/1993	0
2	42	LILIANI RUTE DA LUZ WEICH	0	NÃO	1	03/08/1975	1
3	30	JÉSSICA RODRIGUES BELLO	0	NÃO	1	09/05/1996	0
4	55	MARIA DE FÁTIMA BORGES DO AMARAL	0	NÃO	0	13/05/1977	0
5	159	THAMYLLA CHRISTINA BELTRAMI DOS SANTOS	0	NÃO	0	12/01/1994	1
6	33	CINTIA TATIANA CORDEIRO WOJAKIEWICZ	0	NÃO	0	16/04/1981	1
7	130	MIRIELE APARECIDA ALVES KLIN	0	NÃO	0	04/05/1988	2
8	151	DRIELI SCHONS	0	NÃO	0	28/04/1992	1
9	39	THAYSE MARIA DA SILVA	0	NÃO	0	05/11/1993	0
10	147	ELOYSE SANTANA NASCIMENTO	0	NÃO	0	07/02/1994	0
11	29	IARA DE FÁTIMA BIANEX MARQUES	2	NÃO	0	24/10/1970	1
12	150	SUELI MARGARETE ANTUNES DE LIMA	0	NÃO	0	01/09/1976	2
13	79	HANDREIA APARECIDA KOENE	0	NÃO	0	11/10/1986	1
14	10	CINTIA TATIANA MELLO PRATES	0	NÃO	0	09/09/1991	2



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Agente Comunitário de		Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO						
Código:	6		Área de Atuação:	Geral						
Disciplina:	Agente Comunitário de Saúde - Bairro Jardim América - ESF 4									

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Critérios de Desempate						
				1º	2º	3º	4º	5º	6º	
1	89	JÉSSICA FERRAZ DE OLIVEIRA	8	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos	
2	42	LILIANI RUTE DA LUZ WEICH	8	1	0	NÃO	0	23/07/1993	0	
3	30	JÉSSICA RODRIGUES BELLO	8	1	0	NÃO	1	03/08/1975	1	
4	55	MARIA DE FÁTIMA BORGES DO AMARAL	7	1	0	NÃO	0	09/05/1996	0	
5	159	THAMYLLA CHRISTINA BELTRAMI DOS SANTOS	7	1	0	NÃO	0	13/05/1977	0	
6	33	CINTIA TATIANA CORDEIRO WOJAKIEWICZ	6	0	0	NÃO	0	12/01/1994	1	
7	130	MIRIELE APARECIDA ALVES KLIN	6	0	0	NÃO	0	16/04/1981	1	
8	151	DRIELI SCHONS	6	0	0	NÃO	0	04/05/1988	2	
9	39	THAYSE MARIA DA SILVA	6	0	0	NÃO	0	28/04/1992	1	
10	147	ELOYSE SANTANA NASCIMENTO	6	0	0	NÃO	0	05/11/1993	0	
11	29	IARA DE FÁTIMA BIANEX MARQUES	5	3	2	NÃO	0	07/02/1994	0	
12	150	SUELI MARGARETE ANTUNES DE LIMA	0	0	0	NÃO	0	24/10/1970	1	
13	79	HANDREIA APARECIDA KOENE	0	0	0	NÃO	0	01/09/1976	2	
14	10	CINTIA TATIANA MELLO PRATES	0	0	0	NÃO	0	11/10/1986	1	
			0	0	0	NÃO	0	09/09/1991	2	



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: 

Agente Comunitário de Saúde

Código: 

7

Disciplina: 

Agente Comunitário de Saúde - Bairro Macieira - ESF 5

Quadro: 

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Área de Atuação: 

Geral

1º

2º

3º

4º

5º

6º

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	83	CARINA CRISTINA ALEXANDRE	11	3	2	NÃO	0	05/02/1979	1
2	25	LUZIANE DE OLIVEIRA	10	3	1	NÃO	0	04/06/1983	1
3	56	ELIANE GARCIA DE ALMEIDA	6	0	0	NÃO	0	26/06/1999	1



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: 

Agente Comunitário de Saúde

Código: 

7

Disciplina: 

Agente Comunitário de Saúde - Bairro Macieira - ESF 5

Quadro: 

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Área de Atuação: 

Geral

1º

2º

3º

4º

5º

6º

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	83	CARINA CRISTINA ALEXANDRE	11	3	2	NÃO	0	05/02/1979	1
2	25	LUZIANE DE OLIVEIRA	10	3	1	NÃO	0	04/06/1983	1
3	56	ELIANE GARCIA DE ALMEIDA	6	0	0	NÃO	0	26/06/1999	1





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: 

Agente Comunitário de Saúde

Código: 

8

Disciplina: 

Agente Comunitário de Saúde - Bairro Liberata/ São Luiz - ESF 5

Quadro: 

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Área de Atuação: 

Geral

Critérios de Desempate

	1º	2º	3º	4º	5º	6º			
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	88	MARIA HELENA DOS SANTOS	11	3	2	NÃO	0	27/11/1979	2
2	101	SILVIA APARECIDA MARQUES	6	0	0	NÃO	0	25/02/1981	1
3	34	LENIDA SILVA COELHO	5	3	2	NÃO	0	10/08/1972	0



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: 

Agente Comunitário de

Código: 

8

Disciplina: 

Agente Comunitário de Saúde - Bairro Liberata/ São Luiz - ESF 5

Quadro: 

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Área de Atuação: 

Geral

1º

2º

3º

4º

5º

6º

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	88	MARIA HELENA DOS SANTOS	11	3	2	NÃO	0	27/11/1979	2
2	101	SILVIA APARECIDA MARQUES	6	0	0	NÃO	0	25/02/1981	1
3	34	LENIDA SILVA COELHO	5	3	2	NÃO	0	10/08/1972	0



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **9** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde - Localidade Faxinal dos Carvalhos - ESF 5**

*Critérios de Desempate*

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	117	3	1	NÃO	1	27/05/1978	2
2	73	2	1	NÃO	0	30/04/1994	1
		Soma de Pontos					
		11					
		9					



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0050 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **9** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde - Localidade Faxinal dos Carvalhos - ESF 5**

*Critérios de Desempate*

		1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Cursos Área Esp.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Cursos Outras Áreas	Data Nascimento	Núm. Filhos
1	117	3	1	NÃO	1	27/05/1978	2
2	73	2	1	NÃO	0	30/04/1994	1
		Soma de Pontos					
		11					
		9					

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### CRENCIAMENTO 01/2015

EDITAL DE CRENCIAMENTO Nº 01 DE 19 DE JANEIRO DE 2015, F.M.S

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa, na Rua Adolfo Soletti, 750, Centro, inscrito no CNPJ 01 616 039 0001 09, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, senhor OSNY BATISTA ALBERTON, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, comunica que está procedendo ao Chamamento Público para fins de CRENCIAMENTO de pessoas físicas e ou jurídicas interessadas na prestação de serviços médicos no âmbito da Secretaria municipal de Saúde de Frei Rogério, conforme relacionados e descritos no anexo I do decreto 690/2015 de 14 de janeiro de 2015, nos termos da ata do Conselho Municipal de Saúde, onde constam os respectivos valores a serem pagos para cada especialidade médica.

#### 1 - DO OBJETO

1.1 - CRENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E OU JURÍDICAS INTERESSADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS NAS ESPECIALIDADES DE:

ANESTESIOLOGISTA;

CLINICO CIRURGIÃO;

OFTALMOLOGISTA;

PSIQUIATRA;

ENDOCRINOLOGIA;

PEDIATRIA E

ORTOPEDIA;

SERVIÇOS DE EXAMES DE:

AUDIOMETRIA TONAL ADULTO;

AUDIOMETRIA TONAL INFANTIL;

AUDIOMETRIA COMPORTAMENTAL;

IMITANCIOMETRIA;

TESTE DA ORELHINHA;

PROCESSAMENTO AUDITIVO;

PROTESE DENTARIA E OS EXAMES LABORATORIAIS ABAIXO RELACIONADOS/DISCRIMINADOS, APROVADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E HOMOLOGADOS PELO DECRETO Nº 690/2015, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, DEVENDO OS CRENCIADOS EFETUAREM OS SERVIÇOS DIRETAMENTE EM SEUS CONSULTÓRIOS EM DIAS E HORÁRIOS PRÉ DEFINIDOS ENTRE AS PARTES, EXCETO OS EXAMES LABORATORIAIS, CUJOS MATERIAIS DEVERÃO SEREM COLHIDOS PELO (S) CRENCIADO (S) NO MÍNIMO DUAS VEZES POR SEMANA JUNTO AO POSTO DE SAÚDE DE FREI ROGÉRIO.

1.2 - O número de consultas, exames diversos, prótese dentária e exames laboratoriais, mensais é ilimitado devendo atender a demanda do município, a critério da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

#### 2 - DAS CONDIÇÕES PARA CRENCIAMENTO

2.1 - Os interessados deverão apresentar a seguinte documentação:

2.1.1 - Carta de apresentação onde conste a razão social da empresa, o local, o horário e os dias da semana que será oferecido o atendimento, bem como o telefone, fac-símile e e-mail, se houver, para contato, devendo conter o nome e a assinatura do responsável pelo contrato;

2.1.2 - Relação dos serviços que se propõe a realizar, de acordo com os itens e regras constante do Decreto nº 690/2015, contendo a descrição e o valor;

2.1.3 - Relação nominal dos profissionais (no caso de pessoa física), que compõem a equipe técnica e as respectivas cargas horárias, anexando cópia dos diplomas e títulos de especialidade e cópia dos registros profissionais nos respectivos conselhos.

2.1.4 - A Pessoa física deverá apresentar para se cadastrar a Certidão negativa da: RECEITA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, CERTIFICADO DE FORMAÇÃO, CPF e RG, PIS/PASEP OU INSCRIÇÃO NO INSS.

2.1.5 - A pessoa jurídica deverá apresentar Certidão Negativa do INSS, FGTS, RECEITA FEDERAL, MUNICIPAL, ESTADUAL E TRABALHISTA, CERTIFICADO DE FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE.

2.2 - Os documentos apresentados para o credenciamento deverão estar em nome da empresa ou pessoa física responsável pelo contrato com o número do CNPJ ou CPF e endereço respectivo;

2.3 - As empresas participantes do presente credenciamento deverão obedecer ao que determina a legislação específica da sede da empresa;

2.4 - Os documentos fotocopiados devem ser autenticados em Cartório ou pelo servidor responsável pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

#### 3 - DO CRENCIAMENTO

3.1 - O período para credenciamento inicia-se em 19 de janeiro 2015 e encerra-se em 31 de dezembro de 2015.

3.2 - Estarão credenciados a realizar os serviços médicos, as empresas ou pessoas físicas que apresentarem corretamente a documentação exigida, concordando com os valores e regras, propostos pelo Município, os quais foram aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde e homologados pelo Decreto nº 690/2015.

#### 4 - DAS CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - Os serviços contratados serão prestados através dos profissionais do estabelecimento ou pessoa física que foi credenciado (a); em seus consultórios

4.2 - O documento fiscal deverá ser entregue no setor de compras e licitações da prefeitura municipal até o 5º dia útil do mês subsequente a execução dos serviços, devendo conter em anexo as autorizações do Município para a realização do respectivo serviço;

4.3 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ou CPF - Cadastro de Pessoa Física - constante da Nota Fiscal/Fatura deverá ser fornecido na fase de credenciamento;

4.4 - O pagamento será efetuado até o final da primeira quinzena do mês subsequente da realização dos serviços, sem que haja incidência de juros ou correção monetária;

4.5 - O Contratado não poderá cobrar do paciente (município) ou de seu responsável, qualquer complementação de valores dos serviços prestados;

4.6 - É de responsabilidade exclusiva e integral do contratado a utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o município.

4.7 - Os demais direitos e obrigações das partes serão objetos de contrato de prestação de serviço, na forma de minuta de contrato que faz parte deste edital.

4.8- Outras informações poderão ser obtidas junto a Prefeitura Frei Rogério, sito a Rua Adolfo Soletti, 750, Setor de Licitações e Contratos.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Frei Rogério - SC, 19 de janeiro de 2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### ANEXO I

#### MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº xx/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI

**CELEBRAM:**

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, E A EMPRESA:  
XXXXXX

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Adolfo Soletti, 750, inscrito na CNPJ sob nº 01 616 039/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor, OSNY BATISTA ALBERTON, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado a empresa XXXX, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, estabelecida a Rua:xxxxxx, na cidade de xxxxxxxx, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas -CNPJ sob o nº 00 000 000 0000 00, neste ato representada pelo sócio/administrador, senhor, xxxxx, abaixo assinado em conformidade com a Lei 8.666/93 e com o Edital de Credenciamento nº 04/2014, têm, entre si justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.2 O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETIVO CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E OU JURÍDICAS INTERESSADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES DE:

ANESTESISTA;  
CLÍNICO CIRURGIÃO;  
OFTALMOLOGISTA;  
PSQUIATRA;  
ENDOCRINOLOGIA;  
PEDIATRIA E ORTOPEDIA;  
SERVIÇOS DE EXAMES DE:  
AUDIOMETRIA TONAL ADULTO;  
AUDIOMETRIA TONAL INFANTIL;  
AUDIOMETRIA COMPORTAMENTAL;  
IMITANCIOMETRIA;  
TESTE DA ORELHINHA;  
PROCESSAMENTO AUDITIVO;  
PROTESE DENTÁRIA E OS EXAMES LABORATORIAIS ABAIXO RELACIONADOS/DISCRIMINADOS, APROVADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E HOMOLOGADOS PELO DECRETO Nº 690/2015, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, DEVENDO OS CREDENCIADOS EFETUAREM OS SERVIÇOS DIRETAMENTE EM SEUS CONSULTÓRIOS EM DIAS E HORÁRIOS PRÉ DEFINIDOS ENTRE AS PARTES, EXCETO OS EXAMES LABORATORIAIS, CUJOS MATERIAIS DEVERÃO SEREM COLHIDOS PELO (S) CREDENCIADO (S) NO MÍNIMO DUAS VEZES POR SEMANA JUNTO AO POSTO DE SAÚDE DE FREI ROGERIO.

**CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO**

2.1. O prazo da vigência do presente contrato inicia-se no dia xxx de xxxxx de 2015, com duração até o dia 31 de dezembro de 2015.  
2.2. Durante este prazo a CONTRATADA realizará os serviços em seu consultório, em data e horário pré-agendado entre as partes.  
2.3 - O número de consultas... mensais, é ilimitado devendo atender a demanda do município, a critério da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

**CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS FINANCEIROS**

3.1. As despesas para Execução do objeto do presente Edital estão previstos e garantidos no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Frei Rogério, com a seguinte classificação:  
3.1.1. Órgão 03 - Fundos Municipais  
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde.  
Projeto Atividade 2.076 - Manutenção do Fundo Municipal da Saúde  
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0153, aplicações diretas  
Código Reduzido - 2

**CLÁUSULA QUARTA - VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO**

4.1. Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ xxxx (xxxxxxxxx), por consulta/

exame/prótese.

4.2. Os recursos financeiros serão provenientes de recursos próprios do município, e os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

4.2.1. Os pagamentos serão de forma mensal, e serão efetuados até o 10º dia do mês subsequente aos serviços prestados, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, por meio de crédito em conta bancária, e ou boleto.

4.3. No valor ajustado deverão estar inclusos todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste contrato.

**CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

5.1. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações do MUNICÍPIO:

5.1.1. Efetuar o pagamento ajustado;

5.1.2. Comunicar quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados a este CONTRATO;

5.1.3. Fiscalizar a execução do objeto do CONTRATO;

5.1.4. Notificar a CONTRATADA por escrito da aplicação de eventual penalidade, nos termos deste CONTRATO;

**CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

6.1.1. Prestar os serviços na forma ajustada;

6.1.2. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo município, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS;

6.1.3. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

**CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIAS DOS MATERIAIS E OU SERVIÇOS**

7.1. A CONTRATADA obriga-se a garantir os serviços prestados conforme determina a lei.

**CLÁUSULA OITAVA - ÔNUS FISCAIS**

8.1. Constitui, também, obrigação da CONTRATADA o pagamento de todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre este CONTRATO ou seu objeto, podendo o município, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade. Fica, desde logo, convencionado que o município poderá descontar, de qualquer crédito da CONTRATADA a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza, que venha a efetuar por imposição legal.

**CLÁUSULA NONA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO**

9.1. Este CONTRATO obrigará e disciplinará os contratantes, seus sucessores e eventuais cessionários, porém, nenhum deles poderá ceder ou transferir este CONTRATO ou quaisquer direitos dele decorrentes.

9.1.2 É vedada a cessão de qualquer crédito decorrente do presente CONTRATO e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterá necessariamente, a cláusula "Não a Ordem", tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o município, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente CONTRATO e, em hipótese



alguma, o município aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - RESPONSABILIDADE TRABALHISTA

10.1. Fica estabelecido que a CONTRATADA seja considerada, para todos os fins e efeitos jurídicos, como única e exclusiva empregadora, afastando o município, em qualquer hipótese, da responsabilidade trabalhista e previdenciária.

10.2. A CONTRATADA se obriga a reembolsar o município de todas as despesas que este tiver, decorrente de:

10.2.1 reconhecimento judicial de indenização administrativa.

10.2.2 reconhecimento judicial ou administrativo de solidariedade ou subsidiariamente do município, no cumprimento das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias da CONTRATADA;

10.2.3 indenização, inclusive a terceiros, em consequência de eventuais danos, materiais ou institucionais, causados pela CONTRATADA ou seus prepostos na execução dos serviços objeto deste CONTRATO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES

11.1. Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

11.1.1. Multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do termo contratual, para o caso de ocorrer recusa injustificada ou desinteresse para assinatura do mesmo.

11.1.2. No caso de atraso ou negligência na execução do objeto licitado, será aplicada multa diária de 0,1% (zero vírgula um por cento) calculado sobre o valor global do termo contratual.

11.2. Em caso de inexecução parcial ou total do termo contratual, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

11.2.1 Advertência;

11.2.2. Multa de 10% (dez por cento) do valor global do Termo Contratual;

11.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

11.2.5. Os valores das multas serão descontados de qualquer fatura ou crédito existente no Órgão, não se efetuando qualquer pagamento de fatura, enquanto a referida multa não houver sido paga ou relevada à penalidade aplicada, ou se for o caso, cobradas judicialmente,

11.2.6. Nenhum pagamento será feito a licitante, se contratada, que tenha sido multada, antes de paga ou relevada à multa.

11.2.7. A aplicação das penalidades estabelecidas no presente instrumento é de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal.

11.2.8. As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo que deverá assegurar o contraditório e a ampla defesa.

11.2.9. As penalidades previstas nos incisos 11.2.1 e 11.2.3 poderão ser aplicadas juntamente com o inciso 11.2.2.

11.2.10. Quando da aplicação da penalidade prevista no item 11.2.2, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos da CONTRATADA, o valor da multa devida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

12.1. O presente CONTRATO poderá ser rescindido:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito pelo município, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das

penalidades previstas na Cláusula anterior;

12.1.2. Por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzido a termo, e desde que haja conveniência para o município;

12.1.3. Por via judicial, nos termos da legislação.

12.2 Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, a CONTRATADA obriga-se ao pagamento de multa compensatória correspondente a até 10% (dez por cento) do valor total global atualizado deste CONTRATO, considerada dívida líquida e certa, autorizando o município a aplicar o disposto no artigo 80, incisos I a IV, da Lei 8.666/93, no que couber.

12.2.1 Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Este CONTRATO representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

13.2. Qualquer ajuste complementar que crie ou altere direitos e obrigações há de ser efetuado por escrito e assinado pelos representantes de ambas as partes.

13.3 Integram o presente CONTRATO todo o processo de credenciamento n.º 01/2015 que lhe deu causa e a proposta de preços acompanhado de todos os anexos.

13.4. A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente do CONTRATO não constituirá renúncia ou novação nem impedirá a parte de exercer seu direito a qualquer tempo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO

14.1. Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Frei Rogério-SC xx de xxxxx de 2015

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratante Contratada

ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal Nº 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

VALMOR ANGELO TAGLIARI

Assessor Jurídico OAB 21 301

TESTEMUNHAS:

1) 2)

#### JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

##### 1 - JUSTIFICATIVAS:

1.3 CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E OU JURÍDICAS INTERESSADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS ESPECIALIDADES DE: ANESTESIOLOGISTA;

CLÍNICO CIRURGIÃO;

OFALMOLOGISTA;

PSIQUIATRA;

ENDOCRINOLOGIA;

PEDIATRIA E

ORTOPEDIA;

SERVIÇOS DE EXAMES DE:

AUDIOMETRIA TONAL ADULTO;

AUDIOMETRIA TONAL INFANTIL;

AUDIOMETRIA COMPORTAMENTAL;

IMITANCIOMETRIA;

TESTE DA ORELHINHA;

PROCESSAMENTO AUDITIVO;  
 PROTESE DENTARIA E OS EXAMES LABORATORIAIS ABAIXO  
 RELACIONADOS/DISCRIMINADOS, APROVADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E HOMOLOGADOS PELO DECRETO Nº 690/2015, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, DEVENDO OS CREDENCIADOS EFETUAREM OS SERVIÇOS DIRETAMENTE EM SEUS CONSULTÓRIOS EM DIAS E HORÁRIOS PRÉ DEFINIDOS ENTRE AS PARTES, EXCETO OS EXAMES LABORATORIAIS, CUJOS MATERIAIS DEVERÃO SEREM COLHIDOS PELO (S) CREDENCIADO (S) NO MÍNIMO DUAS VEZES POR SEMANA JUNTO AO POSTO DE SAÚDE DE FREI ROGERIO.

O Poder Público Municipal apresentou interesse na Contratação de SERVIÇOS MÉDICOS NAS ÁREAS DE: DE ENDOCRINOLOGIA E CLÍNICA GERAL, aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde Conforme Edital de Credenciamento nº 01/2015 para contratação de pessoa física e ou jurídica para prestação de serviços de consultas médicas, procedimentos estes aprovados pelo "Conselho Municipal de Saúde" e homologados pelo Decreto nº 690/2015.

Sobre a matéria já se manifestou positivamente nosso Tribunal de Contas do Estado, através do Prejulgado nº 0579: "Pode a Administração buscar na iniciativa privada a contratação de serviços privados para atender as necessidades da rede pública da saúde, conforme dispõe o artigo 197 da Constituição Federal e a Lei Federal nº 8.080/90". A contratação deverá ser precedida de licitação ou, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, diretamente, através de dispensa ou inexigibilidade.

A inexigibilidade de licitação decorre da inviabilidade de competição e tem fundamento no artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93. A necessidade de contratação de todo o universo de interessados, para executar determinado objeto, por preço certo e prefixado pela Administração, caracteriza situação de inexigibilidade de licitação. O credenciamento não pode ser utilizado em substituição à licitação ou ao contrato. Quando o FM SAÚDE pretende contratar determinado objeto com todo o universo de interessados, estando caracterizada a situação de inexigibilidade de licitação, é recomendável a utilização do credenciamento como mecanismo de seleção dos possíveis interessados. No caso da adoção do credenciamento, os preços devem ser previamente definidos pela Administração, nos termos do artigo 26 da Lei Federal nº 8.080/90. "O documento a ser emitido por pessoa física e ou jurídica referente a serviços prestados é a nota fiscal ou o recibo, conforme o enquadramento fiscal em que o profissional se encontra, e conseqüentemente, este será o documento de comprovação da despesa pública". Desta forma, nos termos do art. 25 da Lei Federal n. 8666/93, somos pela inexigibilidade de procedimento licitatório.

## 2 - DELIBERAÇÃO:

Consoante justificação acima a Comissão Permanente de Licitação, aprovou nos termos em que se encontra, ficando o órgão de Compras incumbido da publicação desta justificativa, bem como a exatidão dos documentos respectivos nos moldes das orientações emanada pelo Tribunal de Contas do Estado, para a plena consolidação do previsto, cumprida as formalidades legais.

Frei Rogério - SC, 19 de janeiro de 2015

Comissão de Licitação:

GENÉSIO RINALDI

Presidente da Comissão de Licitação

MARCOS RIBEIRO

Secretário

ANDERSON XAVIER DE LIZ

Membro

JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

DO OBJETO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2015.

1 - CONTRATADO, PREÇO e OBJETO:

1.1 - CONTRATADOS: XXXXXXXXXXXXXXX.

1.4 - Valores dos serviços médicos dos exames e das próteses dentárias e dos exames laboratoriais aprovado pelo conselho Municipal de Saúde e homologado pelo Decreto nº 690/2015 e seus anexos, conforme descrito abaixo:

1.2.1 - MÉDICOS:

1.2.1.1 - ANESTESIOLOGISTA ; R\$ 200,00

1.2.1.2 - CLÍNICO CIRURGIÃO, R\$ 140,00

1.2.1.3 - OFTALMOLOGISTA, R\$ 200,00

1.2.1.4 - PSIQUIATRA, R\$ 100,00;

1.2.1.5 - ENDOCRINOLOGISTA, R\$ 70,00

1.2.1.6 - PEDIATRIA, R\$ 100,00

1.2.1.7 - ORTOPEDIA R\$ 133,00

1.2.2 - EXAMES DIVERSOS

1.2.2.1 - AUDIOMETRIA TONAL ADULTO, R\$ 80,00

1.2.2.2 - AUDIOMETRIA TONAL INFANTIL, R\$ 80,00

1.2.2.3 - AUDIOMETRIA COMPORTAMENTAL, R\$ 80,00

1.2.2.4 - IMITANCIOMETRIA R\$ 80,00

1.2.2.5 - TESTE DA ORELHINHA, R\$ 60,00

1.2.2.6 - PROCESSAMENTO AUDITIVO, R\$ 250,0

1.2.3 - PROTESE DENTARIA

1.2.3.1- PROTESE DENTARIA, R\$ 200,00

1.2.4 - EXAMES LABORATORIAIS

1.2.4.1 - ANT-ESTREPTOLICINAASLO R\$ 9,00

1.2.4.2 - BAV-BACTERIOSCOPIA, R\$ 15,30

1.2.4.3 - BTF-BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES, R\$ 6,30

1.2.4.4 - CA 125, R\$ 55,00

1.2.4.5 - CA 153, R\$ 55,00

1.2.4.6 - CA 199, R\$ 55,00

1.2.4.7 - COL-COLESTEROL TOTAL, R\$ 10,99

1.2.4.8 - HDL-COLESTEROL, R\$ 9,90

1.2.4.9 - LDL-COLESTEOL, R\$ 10,80

1.2.4.10 - CP-CONTAGEM DE PLAQUETAS, R\$ 4,50

1.2.4.11 - RET-CONTAGEM DE RETICULOCITOS, R\$ 5,50

1.2.4.12 - CRE-CREATINA, R\$ 5,40

1.2.4.13 - CPK-CREATINO FOSFOQUINASE, R\$ 15,30

1.2.4.14 - HT-DETERMINAÇÃO DE HEMATOCRITO, R\$ 0,92

1.2.4.15 - EFP-ELETROFORESE DE PROTEÍNAS, R\$ 27,48

1.2.4.16 - FRH-FATOR RH, R\$ 13,74

1.2.4.17 - FBT-FENOBARBITAL, R\$ 40,00

1.2.4.18 - FER-FERRETINA, R\$ 24,00

1.2.4.19 - FES-FERRO SERICO, R\$ 7,20

1.2.4.20 - GLI-GLICOSE, R\$ 9,16

1.2.4.21 - BHG-GONADOTROFINA CORIONICA, R\$ 16,20

1.2.4.22 - GOT, R\$ 6,00

1.2.4.23 - GPT, R\$ 6,00

1.2.4.24 - GRS-GRUPO SANGUÍNEO, R\$ 10,80

1.2.4.25 - HGB-HEMOGLOBINA GLICOSILADA, R\$ 19,00

1.2.4.26 - HEG-HEMOGRAMA COMPLETO, R\$ 14,66

1.2.4.27 - VHS-HEMOSEDIMENTAÇÃO, DETERMINAÇÃO, R\$ 6,00

1.2.4.28 - KPTT, R\$ 8,10

1.2.4.29 - FATOR REUMATOIDE-LATEX, R\$ 10,08

1.2.4.30 - TOXOPLASMOSE IGG, R\$ 18,00

1.2.4.31 - TOXOPLASMOSE IGM, R\$ 18,00

1.2.4.32 - ANTI HIV, R\$ 45,00

1.2.4.33 - ANTI HBSAG, R\$ 25,20

1.2.4.34 - ACIDO VALPROICO, R\$ 48,00

1.2.4.35 - ANTI HCV, R\$ 50,38

1.2.4.36 - DOSAGEM VITAMINA D, R\$ 145,00

1.2.4.37 - ESPERMOGRAMA, R\$ 15,30  
 1.2.4.38 - MCA-MICROALBUMINURIA, R\$ 30,00  
 1.2.4.39 - MUC-MUCOPROTEINAS, R\$ 6,41  
 1.2.4.40 - PA1-PARASITOLOGICO(DIRETO E, R\$ 7,00  
 1.2.4.41 - PA2-PARASITOLOGICO(DIRETO E, R\$ 7,00  
 1.2.4.42 - PA3-PARASITOLOGICO(DIRETO E, R\$ 7,00  
 1.2.4.43 - PAT-PARASITOLOGICO(DIRETO E, R\$ 7,00  
 1.2.4.44 - PUR-PARCIAL DE URINA, R\$ 7,00  
 1.2.4.45 - POT-POTASSIO, R\$ 9,16  
 1.2.4.46 - PCR-PROTEINA C REATIVA QUALITATIVA, R\$ 6,30  
 1.2.4.47 - PCQ-PROTEINA C REATIVA QUANTITATIVA, R\$ 25,00  
 1.2.4.48 - PRU-PROTEINA DE 24 HORAS, R\$ 7,33  
 1.2.4.49 - PRV-PROVA DE LAÇO, R\$ 3,66  
 1.2.4.50 - PSL-PSA LIVRE, R\$ 40,00  
 1.2.4.51 - PSA-PSA TOTAL, R\$ 35,00  
 1.2.4.52 - WID-REAÇÃO DE VIDAL, R\$ 9,16  
 1.2.4.53 - SOD-SODIO, R\$ 4,00  
 1.2.4.54 - SL-SORO LUES, R\$ 8,24  
 1.2.4.55 - T3, R\$ 18,00  
 1.2.4.56 - T4, R\$ 18,00  
 1.2.4.57 - F4-T4LIVRE, R\$ 18,00  
 1.2.4.58 - TC-TEMPO DE COAGULAÇÃO, R\$ 3,09  
 1.2.4.59 - TAP-TEMPO DE PROTOMBINA, R\$ 13,74  
 1.2.4.60 - TS-TEMPO DE SANGRAMENTO TS-TEMPO DE SANGRAMENTO, R\$ 10,99  
 1.2.4.61 - TPG-TESTE PARA GRAVIDEZ, R\$ 8,00  
 1.2.4.62 - TRI-TRIGLICERIDEOS, R\$ 9,16  
 1.2.4.63 - TSH, R\$ 15,00  
 1.2.4.64 - URE-UREIA, R\$ 8,00  
 1.2.4.66 - CUR-URUCULTURA-CULTURA DE URINA, R\$ 10,00

1.3 - OBJETO: Credenciamento para realização dos procedimentos acima citados, aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde e homologadas pelo Decreto nº 690/2015

## 2 - RAZÃO DA ESCOLHA E JUSTIFICATIVA:

2.1. Ao credenciado é necessário à consecução dos serviços da saúde, onde manifestou interesse no credenciamento nos termos do „Edital de Credenciamento nº 01/2015“.

2.2. Os serviços são necessários à consecução dos objetivos da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social em proporcionar a excelência no atendimento da saúde com serviços médicos especializados para nossa população.

2.3. Os valores correspondem aos padrões regionais de mercado aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde e são compatíveis com a capacidade de endividamento do Município.

2.4. O credenciado preencheu os requisitos do Edital de Credenciamento nº 01/2015 para contratação de pessoa física e ou jurídica para prestação dos serviços acima citados e aprovados pelo conselho Municipal de Saúde e homologados pelo Decreto nº 690/2015, estando caracterizada a situação de inexigibilidade de licitação.

## 3 - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Órgão 03 - Fundos Municipais  
 Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde.  
 Projeto Atividade 2.076 - Manutenção do Fundo Municipal da Saúde  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0153, aplicações diretas  
 Código Reduzido - 2  
 Frei Rogério - SC, 19 de janeiro de 2015

Comissão de Licitação:

GENÉSIO RINALDI  
 Presidente da Comissão de Licitação

MARCOS RIBEIRO  
 Secretária

ANDERSON XAVIER DE LIZ  
 Membro

## 4 - ASSESSOR JURÍDICO

Cuida-se de procedimento administrativo que tem por objeto a inexigibilidade licitatória para contratação de profissional da área da saúde através da modalidade de credenciamento como mecanismo de seleção dos possíveis interessados.

No caso em tela, os preços e serviços foram previamente definidos pela Administração, conforme „Edital de Credenciamento nº 01/2015“ para contratação de pessoa física para prestação de serviços especializados em consultas médicas aprovadas pelo „Conselho Municipal de Saúde“ e homologados pelo Decreto nº 690/2015, estando caracterizada a situação de inexigibilidade de licitação.

Releva-se que o documento a ser emitido pelo credenciado referente a serviços prestado é a nota fiscal ou o recibo, conforme o enquadramento fiscal em que o profissional se encontra, sendo este o documento de comprovação da despesa pública.

Desta forma, S. M. J, o presente edital cumpre as exigências legais estando em conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, pelo que de acordo com o artigo 38 parágrafo único e art. 25 ambos da referida lei, e dou como aprovado.

Frei Rogério - SC, 19 de janeiro de 2015

VALMOR ÂNGELO TAGLIARI  
 Assessor Jurídico  
 OAB/SC 21 301

## CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Nome do médico ou da empresa  
 Rua: , Nº  
 Cidade, CEP

Para realizar os serviços relacionados abaixo e de acordo com o Edital de Credenciamento nº 01.

Descrição do procedimento	R\$
Consulta	,00

Para a realização de serviços identificados segue a relação membros que compõem a equipe Técnica:

- NOME DO PROFISSIONAL - CRM

A NOME DO PROFISSIONAL, se disponibiliza a atender aos pacientes devidamente encaminhados pela Prefeitura Municipal de Frei Rogério mediante agendamento prévio, no seu consultório médico, sito a Rua:, durante o horário comercial.

CIDADE(SC), DATA.

Nome do médico ou da empresa

CPF /CNPJ

Rua:, CEP

Cidade -SC CEP

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE 001/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº. 001/2015

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, através de sistema de registro de preços, pretendendo aquisição de peças de reposição e acessórios para mini carregadeiras Bob Cat S130 e S175, utilizadas pela Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Urbanos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h00min do dia 30/01/2015. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 30/01/2015, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 19 de janeiro de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PE 002/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº. 002/2015

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de eletrodomésticos para serem utilizados pelas secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 15h00min do dia 30/01/2015. A sessão pública será realizada a partir das 15h10min do dia 30/01/2015, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 19 de janeiro de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 012/2015

DECRETO N.º 012 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação do saldo do empenho a pagar do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, abaixo relacionado:

EMPENHO	DATA	CREDOR	VALOR R\$
1675/2014	23/09/2014	MUCCI & RIO ANALIZES E DIAGNOSTICOS CLINICOS S/S	5.667,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de janeiro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/01/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2015

Considerando, que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando que os Centros de Atenção Psicossocial I - CAPS - tem por objetivo oferecer atendimento à população, realizar o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários.

Considerando, que a Estratégia da Saúde da Família (ESF) e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) têm por objetivo oferecer atendimento à população, realizar o trabalho preventivo, de promoção à saúde e quando necessário o trabalho curativo;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX - Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

1.3. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.4. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

### **2. DA INSCRIÇÃO**

2.1. As inscrições serão recebidas de 20/01/2015 à 03/02/2015, das 13h às 18h, na Secretaria Municipal de Saúde de Garopaba, situada na Rua Antonio José Botelho - Prédio do ESF, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

2.2. Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

*ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ESF	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade – Ensino Fundamental (1º Grau); Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
VIGILANTE	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade – Ensino Fundamental (1º Grau); Comprovante do Curso de formação de vigilante com carga horária mínima de 110 horas /aula. Comprovante de tempo mínimo de exercício profissional 2 (dois) anos) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.

*ODONTÓLOGO – ESF	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
*AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade – Ensino Fundamental (1º Grau); Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
*AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade – Ensino Fundamental (1º Grau); Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
Professor de Educação Física - NASF	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
MONITOR DE OFICINA TERAPÊUTICA - CAPS	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade – Ensino Médio Completo (2º Grau); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
Artesanato	
Esportes	
Musica	
FISIOTERAPEUTA - NASF	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Curriculum vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de Classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.

### 3. DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

3.1. Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicados no quadro que se apresenta a seguir:



CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
*ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO – ESF	Habilitação: Ensino Fundamental completo (1º Grau); Atribuições: proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados; sob supervisão do odontólogo, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidênciação de placa bacteriana, a escovação supervisionada, orientação de escovação, uso de fio dental etc.; preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda etc.) necessários para o trabalho; instrumentalizar o cirurgião-dentista durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mãos); agendar o paciente e orientá-lo ao retorno e à preservação do tratamento; acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de Saúde da Família no tocante à saúde bucal; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.	40 horas	803,84	01
VIGILANTE	Habilitação profissional: Ensino Fundamental completo (1º Grau). Curso de formação de vigilantes com carga horária mínima de 110 horas/aula (Comprovante de tempo mínimo de exercício profissional 2 (dois) anos) Atribuições: Exercer guarda e inspeção diurna e/ou noturna nas dependências dos próprios municipais, evitando roubos, entrada de pessoas estranhas, incêndios ou outras anormalidades, preservando a integridade do estabelecimento e do patrimônio; exercer a ronda nos imóveis, verificando o fechamento de portas, janelas e outras vias de acesso; vigiar veículos e máquinas nos pátios observando a entrada e saída de pessoas e bens; informar à Chefia imediata das irregularidades observadas, para que sejam tomadas as devidas providências; exercer outras atividades correlatas com as especificadas.	40 horas	R\$ 907,10	01
*ODONTÓLOGO – ESF	Habilitação profissional: Graduação em Odontologia e Registro na entidade de Classe. Atribuições: Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adstrita; realizar os procedimentos clínicos definidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde; NOB/SUS - e na Norma Operacional Básica da Assistência à Saúde (NOAS); realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica, para a população adstrita; encaminhar e orientar os usuários que apresentam problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento; realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências; realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados; emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência; executar as ações de assistência integral, aliando a atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com o planejamento local; coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal; programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas; capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal; supervisionar o trabalho desenvolvido pelo ACD; Executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.	40 horas	3.539,19	01

<p>*AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS</p> <p>ÁREA 01</p>	<p>Habilitação profissional: Ensino Fundamental completo (1º Grau). Atribuições: exercer atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob a supervisão do gestor municipal; utilizar instrumentos para vigilância, prevenção e controle de doenças; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento, vigilância, prevenção, controle de doenças e promoção da saúde junto às famílias na área de abrangência determinada, conforme estabelecido em seu plano de trabalho, elevando sua frequência nos domicílios que apresentem situações de risco e ou requeiram atenção especial; participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; realizar o cadastramento dos domicílios de sua respectiva base geográfica e o acompanhamento das micro-áreas de risco; promover o saneamento domiciliar, de forma a descobrir, destruir e evitar a formação e reprodução de focos e criadouros; Orientar a comunidade quanto aos meios para evitar a proliferação de vetores, visando o combate aos mesmos; realizar o combate aos vetores, conforme orientação técnica do Município de Garopaba/SC, utilizando equipamentos de proteção individual -- EPI, quando necessário e conforme determinado; deixar no PA -- ponto de apoio -- o itinerário a ser cumprido no dia; receber e cumprir as programações estabelecidas, observando a produção e qualidade exigida; ser cordial no trato com a comunidade, de modo a não gerar conflitos; utilizar instrumentos para diagnósticos demográficos e sócio-culturais da comunidade de sua atuação; Realizar ações e atividades definidas no planejamento local; Realizar borrifação com inseticidas; exercer outras funções correlatas.</p>	40 horas	803,82	01
<p>* AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF</p> <p>ÁREA 01 (CENTRO) Micro Área 03</p> <p>ÁREA 04 (PALHOCINHA) Micro Área 03 e 05</p> <p>ÁREA 05 (ENCANTADA) Micro Área 02</p>	<p>Habilitação profissional: Ensino Fundamental completo (1º Grau) e residir na área da comunidade em que for atuar. Atribuições: Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS; utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; identificar área de risco; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; realizar ações, atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.</p>	40 horas	803,84	04

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NASF	<p>Habilitação profissional: Bacharelado segundo Resolução CONFEF 07/2004 e registro no Conselho da Classe.</p> <p>Atribuições: Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada envolvendo atividades no campo da educação física, integrando o Núcleo de Apoio a Saúde da Família.</p>	20 horas	938,50	01
MONITOR DE OFICINA TERAPÊUTICA - CAPS  Artesanato  Esportes  Musica	<p>Habilitação profissional: Idade mínima: 18 anos; Instrução: Ensino Médio Completo; Atribuições: Compreende a força de trabalho que se destina a executar tarefas grupais, que auxiliam a promover a socialização, expressão e inserção do indivíduo na sociedade, junto com a equipe de Saúde Mental.</p> <p>a) Gerais: Conhecer os princípios e diretrizes do SUS, da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica; Relacionar-se de forma amistosa, gentil e respeitosa com usuários, familiares e servidores; Mediar às relações individuais e/ ou grupais de forma ética, resgatando o direito à cidadania, a integralidade da assistência e o controle social; Supervisionar a inclusão e participação dos usuários da Saúde Mental, fora da crise, em atividades intersectoriais visando à proteção do usuário e a consolidação das ações intersectoriais; Responsabilizar-se como técnico de referência junto ao usuário, à família, à comunidade e à Equipe de Saúde Mental, construindo e reavaliado o Projeto Terapêutico Individual; Propor oficinas terapêuticas articuladas aos momentos diversos do Processo saúde-doença (prevenção, promoção, tratamento e reabilitação); Participar das Assembléias de Usuários e trabalhadores de Saúde Mental; Participação em atividades coletivas da Equipe de Saúde Mental (Reuniões de Equipe, reuniões diárias e Supervisão) socializando os acontecimentos e produções dos usuários;</p> <p>b) Específicas: Oferecer oficinas, na sua área de conhecimento e experiência no CAPS; Coordenar as atividades grupais, estruturadas e não estruturadas, com a finalidade de promover: socialização, expressão e inserção social; Coordenar e orientar atividades de pintura, música, expressão corporal, artesanato, artes plásticas, cerâmicas e outras afins, de acordo com núcleos de saber específico; Desenvolver Oficinas de geração de renda, de acordo com os princípios da Economia Solidária; Propiciar oficinas, atividades e estratégias de inclusão social e cultural dos usuários, valorizando as intervenções que fazem parte da Agenda da Saúde Mental; Ampliar as autonomias e habilidades dos usuários, respeitando a diversidade e multiplicidade de ritmo dos mesmos; Elaborar lista de materiais e quantitativos necessários para o bom funcionamento de suas atividades; Organizar, cuidar e responsabilizar-se pelos materiais de uso diário das oficinas e das atividades realizadas pelos usuários; Elaborar e manter exposições dos trabalhos realizados nas oficinas; Registrar os fazeres e acontecimentos ocorridos na Oficina.</p>	8 horas	580,55	01

FISIOTERAPEUTA - NASF	Habilitação profissional: Idade mínima de 21 anos; Instrução: Curso Superior em Fisioterapia; Registro no órgão de Classe. Atribuições: realizar avaliação diagnóstica utilizando-se de atividades técnicas apropriadas; tratar de problemas que interferem na atuação funcional de pessoas debilitadas por doenças físicas ou mentais, distúrbios emocionais, incapacidades congênitas ou de desenvolvimento e envelhecimento. Ensina exercícios corretivos a pacientes. Promover a reintegração de pacientes à família e outros grupos familiares. Elaborar pareceres, informes técnicos, relatórios, realizando pesquisas e entrevistas. Participa de atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Participar de grupos de trabalho para fins de formulação de diretrizes, planos e programas afetos ao Município. Executar quaisquer outras atividades correlatas; coordenar, planejar, executar e avaliar as atividades de assistência em saúde ligadas à problemáticas específicas, físicas, motoras, sensoriais, psicológicas, mentais e sociais; intervir terapêuticamente, utilizando-se de técnicas específicas, em atividades individuais e/ou coletivas, nos níveis preventivo, curativo, reabilitação e inclusão social; promover a adaptação de recursos de materiais para adequação de posturas e atividades diversas, nos ambientes em que o paciente se estabeleça; desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, no nível individual e coletivo.	20 hs	R\$ 894,26	01
-----------------------	---	-------	------------	----

\* Atribuições comuns a todos os Profissionais das Equipes ESF: Conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas; Identificar os problemas de saúde e situações de risco mais comuns aos quais aquela população está exposta; elaborar com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde; executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo de vida; valorizar a relação com o usuário e com a família para a criação de vínculo de confiança, de afeto, de respeito; realizar visitas domiciliares de acordo com o planejamento; resolver os problemas de saúde do nível de atenção básica; garantir acesso à continuidade do tratamento dentro de um sistema de referência e contra-referência para os casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar; prestar assistência integral à população adscrita, respondendo à demanda de forma contínua e racionalista; coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde; Promovendo ações intersetoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados; fomentar a participação popular discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direitos à saúde e suas bases legais; Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde e no Conselho Municipal de Saúde; auxiliar na implantação do Cartão Nacional de Saúde; identificar pessoas portadoras de hipertensão, diabetes, tuberculose, hanseníase para alimentar aos respectivos bancos de dados.

#### 4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

##### 4.1. O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

4.1.1. Análise dos documentos apresentados;

4.1.2. Entrevista.

4.1.3. Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

#### 5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

5.1. Consiste na observância da entrega dos documentos, dos títulos acadêmicos, da experiência profissional e do perfil para desempenho na atenção aos serviços de saúde.

#### 6. DA ENTREVISTA

6.1. A entrevista será realizada com os(as) candidatos (as) selecionados (as) no exame de currículos, através de Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria, composta por profissionais da Secretaria Municipal de Saúde.

6.2. Essa etapa consiste na aplicação de entrevista visando a identificar a postura profissional, o grau de conhecimento e as perspectivas do (a) candidato (a);

6.3. A data, local e horário da entrevista serão divulgados, após finalizadas as inscrições na página oficial da Prefeitura Municipal de Garopaba ([www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)).

#### 7. DO DESEMPATE:

7.1. Em caso de empate, será classificado (a) e posteriormente contratado (a) o (a) candidato (a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

a. mais idoso.

#### 8. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

8.1. Os (as) candidatos (as) classificados (as) no Processo Seletivo, dada a necessidade de serviço, deverão assumir sua função no prazo imediato, após sua convocação devidamente comprovada por correio eletrônico ou carta registrada com Aviso de Recebimento - (ECT-AR).

8.2. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.3. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

- a. Classificação no processo seletivo simplificado;
- b. Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- c. Cédula de Identidade;
- d. Inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;
- e. Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;
- f. Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);
- g. Carteira de Trabalho;
- h. Prova de inscrição no PIS/PASEP;
- i. Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;
- j. Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- k. Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- l. Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);
- m. Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);
- n. Comprovante de residência;
- o. Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- p. Uma foto 3X4, de frente e recente;
- q. Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade;
- r. Declaração de bens;
- s. Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

#### 9. DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

##### 9.1. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- a. pelo término do prazo contratual;
- b. por iniciativa do contratado;
- c. por conveniência e oportunidade do serviço público;
- d. pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

9.2. Os candidatos(as) aprovados(as) que virem a ser contratados(as) pela Secretaria Municipal de Saúde em face do presente Processo Seletivo Simplificado, pelo princípio Constitucional da eficiência, bem como pelo interesse público, só poderá deixar suas atribuições mediante notificação prévia por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, à Diretoria competente, sob pena de abandono de emprego, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis pelo respectivo Conselho de Classe.

#### 10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1.1. DOS RECURSOS Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

10.1.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a. Nº do Processo Seletivo;
- b. Cargo a que concorre;
- c. Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d. Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);
- e. Identificação do candidato.

10.1.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

10.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

10.3. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

10.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

10.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 19 de Janeiro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/01/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

#### ANEXO

#### AVALIAÇÃO CARGO: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	3 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto	2 pontos
Curso de Auxiliar de Consultório Dentário	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

**AVALIAÇÃO CARGO: VIGILANTE**

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,25 ponto (por ano)	5 pontos
Entrevista	5 pontos	5 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

**AVALIAÇÃO CARGO: ODONTÓLOGO - ESF**

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização em Atenção Básica	1 ponto	1 ponto
Curso na área de Atenção Básica - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

**AVALIAÇÃO CARGOS: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS**

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,25 ponto (por ano)	5 pontos
Entrevista	5 pontos	5 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

**AVALIAÇÃO CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto	2 pontos
Entrevista	4 pontos	4 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

\* O quesito "residência na micro área de atuação" será considerado na pontuação final para os cargos a ACS.

**AVALIAÇÃO CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NASF**

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

**AVALIAÇÃO CARGOS: MONITOR DE OFICINA TERAPEUTICA - CAPS**

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,25 ponto (por ano)	5 pontos
Entrevista	5 pontos	5 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

**AVALIAÇÃO CARGOS: FISIOTERAPEUTA - NASF**

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos



## ANEXO II

## FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA  
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL N. 001/2015

Formulário de inscrição nº:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias conforme item 2. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba - SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 02 DE 05 DE JANEIRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 02 DE 05 DE JANEIRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Luiz Bernardo, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal nº 1000/2005, ao Servidor Lucas Santana Furtado, Matrícula Funcional nº 110, referente a 2013/2014, no período de 01/01/2015 à 31/01/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 05 de janeiro de 2015.

Luiz Bernardo

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Portaria, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze.

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho

Diretor Administrativo

Câmara Municipal de Garopaba

# Garuva

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO 01/2015

CONTRATO Nº 001/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE ALARME

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviço, de um lado, na qualidade de CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE GARUVA, inscrita no CNPJ sob nº 81.144.610/0001-60, com sede à Rua Castro Alves - Nº: 44 - Bairro: Centro - CEP: 89.248-000 Cidade de Garuva - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Presidente da Mesa Diretora, Sr. Reginaldo Mews Rosa, portador do CPF 006.063.009-45.

E de outro lado: RHONDA MONITORAMENTO LTDA - ME, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF: 07.718.751/0001-97, com sede na Rua Carlos Borgenhausen, 610, Centro, Garuva/SC, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo sócio sr. Natanael José Verediana, portador do CPF 068.595.169-33, têm, entre si, justo e contratado o presente contrato de prestação de serviços de monitoramento eletrônico, regido pelas seguintes cláusulas e condições.

#### 1 - DO OBJETO - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de monitoramento eletrônico de alarmes pela CONTRATADA com verificação in loco em caso de violação do sistema instalado nas dependências da CONTRATANTE no endereço citado no preâmbulo.

Parágrafo Primeiro - O MONITORAMENTO ELETRÔNICO em caráter preventivo consiste na conexão dos equipamentos de segurança eletrônica instalados nas dependências da CONTRATANTE com a central de monitoramento da CONTRATADA, a qual passará a receber os sinais emitidos informando eventuais violações do patrimônio da CONTRATANTE. Esses sinais, chamados "eventos", serão recebidos, analisados e filtrados pelo operador de plantão na central de monitoramento da CONTRATADA e retransmitidos a um agente de atendimento que comparecerá no local para realizar uma vistoria externa no patrimônio da CONTRATANTE. Constatada qualquer anomalia no local, a CONTRATADA comunicará a CONTRATANTE para dar-lhe ciência do ocorrido e para tomar as medidas que julgar necessária.

Parágrafo Segundo - Fica expressamente esclarecido que a CONTRATANTE é a única responsável pela correta ativação do dispositivo de alarme e pelo acompanhamento do perfeito funcionamento dos equipamentos de segurança eletrônica instalados nas suas dependências, condições indispensáveis para viabilizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA mediante o presente instrumento.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATANTE declara estar ciente que se após a ativação do dispositivo de que trata o parágrafo anterior, POR QUALQUER MOTIVO (corte de energia elétrica linha telefônica fixa ou celular gprs, descarregamento de bateria, etc.) seja interrompido o sinal emitido pelos equipamentos instalados no patrimônio monitorado pela CONTRATADA - fator indispensável à comunicação com a central de monitoramento eletrônico - ou ocorra falha no equipamento em decorrência da falta de autorização para manutenção e/ou troca de equipamentos de segurança eletrônica, responsabilidade da CONTRATANTE (parágrafo quarto da cláusula décima quarta), a central de monitoramento da CONTRATADA não será acionada, impossibilitando a mesma de tomar as providências mencionadas no caput da presente cláusula, ficando livre de quaisquer responsabilidades pelo não atendimento do evento, DESDE QUE A CONTRATADA COMPROVE QUE COMUNICOU

FORMALMENTE À CONTRATANTE A RESPEITO DA AUSÊNCIA DE SINAL EMITIDOS PELOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS NO PATRIMÔNIO DA CÂMARA COM A CENTRAL DE MONITORAMENTO. CLÁUSULA SEGUNDA - A CONTRATADA EXECUTARÁ O SERVIÇO OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO CONTRATUAL DURANTE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS DO DIA ININTERRUPTAMENTE, TODOS OS DIAS DA SEMANA.

#### 2 - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços prestados o VALOR MENSAL de R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais), totalizando o valor do contrato, cuja vigência será de 05/01/2015 até 04/01/2016, de R\$ 3.420,00 (Três mil, quatrocentos e vinte reais).

CLÁUSULA QUARTA - O pagamento da mensalidade deverá ser efetuado até o dia 28 (vinte e oito) do mês corrente da prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal eletrônica pela CONTRATADA, cuja entrega se dará até o dia 20 (vinte) do mês de competência.

CLÁUSULA QUINTA - Em caso de atraso no pagamento da fatura, o valor vencido será acrescido de 02% (dois por cento), correção monetária aplicando-se para tanto o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas e juros de 1% (um por cento) ao mês pro rata die, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais aplicáveis à espécie. Caso o referido índice seja extinto, a correção monetária será realizada por outro que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA SEXTA - Os valores estipulados neste contrato serão reajustados com base no índice INPC do IBGE acumulado nos últimos 12 (doze) meses, variação esta a ser aplicada em qualquer época da vigência deste contrato, atendida sempre a menor periodicidade que venha a ser admitida em lei e que, no momento, é de 12 (doze) meses, a contar do mês de assinatura deste contrato.

#### 3 - DO PRAZO E DA RESCISÃO

CLÁUSULA SÉTIMA - O presente contrato entra em vigência na data de sua assinatura e terá a duração de 12 (doze) meses, ou seja, de 05/01/2015 à 04/01/2016, podendo após este período ser renovado mediante Termo Aditivo ou formalização de novo contrato.

CLÁUSULA OITAVA - Qualquer das partes poderá rescindir o presente contrato livre de qualquer ônus ou penalidade mediante concessão de aviso prévio de 30 (trinta) dias.

#### 4 - DAS OBRIGAÇÕES E ENCARGOS DA CONTRATADA

CLÁUSULA NONA - Para o perfeito cumprimento das obrigações assumidas no presente instrumento a CONTRATADA obriga-se a atender os eventos com o emprego de agentes devidamente qualificados e treinados, dotados de veículos automotores e equipamentos adequados ao serviço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - A CONTRATADA se compromete a atender as ocorrências citadas na cláusula primeira nas dependências patrimoniais da CONTRATANTE imediatamente após a central de monitoramento registrar o evento, salvo motivos de força maior ou de danos provenientes de fatores climáticos ou físicos tais como: vendavais, inundações, descargas elétricas atmosféricas, fatores de calamidade pública, corte do sinal dos equipamentos instalados nas dependências da CONTRATANTE previamente comunicado pela CONTRATADA ou falha dos equipamentos, esta última decorrente da não realização da manutenção preventiva autorizada pela CONTRATANTE nos termos do parágrafo quarto da cláusula décima quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A CONTRATADA é a única responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, relativos aos empregados encarregados da execução dos serviços objeto deste contrato, sendo considerada a única empregadora para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A CONTRATANTE fica ciente que o início da atuação da CONTRATADA pressupõe a ocorrência de uma ação criminosa em desenvolvimento, ou seja, a prestação dos serviços ora contratados visa exclusivamente evitar que tal ação criminosa prolongue-se no tempo de forma indeterminada aumentando os prejuízos da CONTRATANTE, PORTANTO, A CONTRATADA

NÃO ASSUME PERANTE A CONTRATANTE QUALQUER OBRIGAÇÃO DE RESULTADOS NO SENTIDO DE ELIMINAR COMPLETA E TOTALMENTE A AÇÃO DE MARGINAIS OU DE INDENIZÁ-LA NO CASO DE ROUBO, FURTO OU DANO DE QUALQUER NATUREZA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Como a prestação dos serviços objeto do contrato é considerada uma atividade meramente preventiva à preservação do patrimônio da CONTRATANTE, pois pressupõe uma ação criminosa em desenvolvimento, a CONTRATADA somente arcará com a responsabilidade pela reparação civil acerca dos prejuízos que a CONTRATANTE possa sofrer no caso de restar comprovada a sua culpa.

Parágrafo Primeiro - As partes convencionam em caráter irrevogável e irretratável que a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais reparações acerca de prejuízos materiais e imateriais que a CONTRATANTE venha a sofrer em decorrência de ações criminosas decorrente de sua culpa comprovada no evento está limitada a um valor anual não cumulativo equivalente a 10 (dez) vezes o preço mensal do monitoramento da época do evento danoso, sem prejuízo das indenizações/reparações devidas. As partes declaram ter plena consciência de que a presente norma contratual é uma cláusula limitativa da responsabilidade da CONTRATADA considerando a natureza dos serviços contratados, não se caracterizando como "cláusula de não indenizar".

Parágrafo Segundo - As reparações civis tratadas na presente cláusula estão condicionadas à conclusão de um processo de sindicância realizado por representantes de ambas as partes, no qual será obrigatória: (a) comprovação, por parte da CONTRATANTE, do montante do dano sofrido, através da apresentação das notas fiscais de aquisição dos bens furtados e do boletim de ocorrência prestado perante a autoridade policial; (b) comprovação de dolo ou culpa (negligência, imperícia ou imprudência) da CONTRATADA no cumprimento das obrigações assumidas neste contrato.

Parágrafo Terceiro - AS PARTES CONVENCIONAM QUE NÃO SERÃO RESSARCIDOS, EM HIPÓTESE ALGUMA: TÍTULOS DE CRÉDITO DE QUALQUER NATUREZA, VALOR EM ESPÉCIE (DINHEIRO), JÓIAS.

#### 5 - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A CONTRATANTE fornecerá todas as informações, normas e diretrizes, inclusive de acesso ao imóvel objeto do contrato, necessárias para que os serviços sejam desempenhados de acordo com as condições e peculiaridades dos locais a serem atendidos pelo monitoramento eletrônico.

Parágrafo Único - A CONTRATANTE obriga-se a informar imediatamente a CONTRATADA sobre qualquer alteração na disposição de suas dependências (mobiliário/imobiliário), ampliações e/ou reformas de qualquer natureza (mudança de paredes, divisórias, etc.) para que seu plano de segurança seja reavaliado e readequado para respeitar a quantidade e capacidade técnica dos equipamentos utilizados em seu sistema de alarmes. Obriga-se, igualmente, a informar de imediato eventuais mudanças de números telefônicos, dados cadastrais (endereços, pessoas responsáveis pela empresa etc.) e telefones de emergência a serem utilizados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A CONTRATANTE obriga-se, assumindo todas as despesas, a realizar a instalação, manutenção, reparos e reposição de peças de seus equipamentos do sistema eletrônico de alarme através de técnico, possibilitando o correto funcionamento de tais equipamentos.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATANTE fica ciente que ao autorizar a realização dos serviços de manutenção mencionados no caput desta cláusula, a cobrança poderá ser efetuada diretamente pela CONTRATADA juntamente com o valor da mensalidade descrita na cláusula terceira.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA e/ou terceirizada indicada pela CONTRATADA, estará obrigada a prestar garantia de 90 (noventa) dias de todos os serviços realizados, salvo nos casos de inundações, descargas elétricas e problemas decorrentes de uso incorreto pela CONTRATANTE ou pessoas não autorizadas pela CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro - Caso a CONTRATANTE necessite retirar ou reinstalar os equipamentos por motivo de reforma ou mudança de endereço ou queira modificar a disposição dos equipamentos instalados por motivos de seu interesse, os custos por esses serviços serão suportados única e exclusivamente pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - A CONTRATANTE é a única responsável pela manutenção do sinal emitido pelos equipamentos de alarme monitorado, fator indispensável para a comunicação com a central de monitoramento da CONTRATADA.

Parágrafo Quinto - A CONTRATANTE deverá, ainda, realizar manutenções preventivas em todos os seus equipamentos de monitoramento eletrônico, através de técnico. Tais manutenções deverão ocorrer, no mínimo, uma vez a cada 12 (doze) meses. Em caso de não o fizer, deverá a CONTRATADA, comunicar a CONTRATANTE formalmente, como forma de se eximir de quaisquer responsabilidades.

#### 6 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Todos os atos contrários ao disposto no presente instrumento e suportados pelas partes, serão considerados como mera liberalidade não caracterizando novação.

#### 7 - DO FÓRUM

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - As partes em comum acordo elegem o Fórum da Comarca de Garuva, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para serem resolvidas questões ou atos oriundos do presente instrumento.

#### 8 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Os recursos necessários ao cumprimento dos encargos decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação 33.000000000000 - sub item 3.3.3.9.39 - Outras Despesas Correntes (Serviços Terceiros Pessoa Jurídica), do orçamento do exercício de 2015.

#### 9 - DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Fica designada o servidor JOSÉ CARLOS SCHUTZ para acompanhamento do referido contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento contratual em duas vias de igual forma e teor.

Garuva, SC, 05 de janeiro de 2015.

Câmara Municipal de Garuva Reginaldo Mews Rosa CONTRATANTE	Rhonda Monitoramento Ltda ME Natanael José Verediana CONTRATADA
--	---

José Carlos Schutz Testemunha	Adriana Machado Rochadel Testemunha
----------------------------------	--

Dr. Orides Negrello Filho  
Advogado OAB/PR 38.463

# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.170, DE 13 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº 6.170, DE 13 DE JANEIRO DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA SANDRA LUCIA CORDEIRO PEREIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a servidora SANDRA LUCIA CORDEIRO PEREIRA, portadora do CPF nº 687.124.729-72, ocupante do cargo de Merendeira/Servente, a qual foi nomeada pelo Decreto 3245/2009, a partir de 02/01/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 02/01/2015.

Gaspar, 13 de janeiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### PORTARIA Nº 3.548, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.548, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO À SERVIDORA MÁRCIA DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei 1.305/1991,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a pedido, licença sem vencimento à servidora MÁRCIA DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de Professora de Português, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir de 01/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de janeiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

### PORTARIA Nº 3.549, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 3.549, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO À SERVIDORA ALBERTINA TERESINHA KARSTEDT.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei 1.305/1991,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a pedido, licença sem vencimento à ALBERTINA TERESINHA KARSTEDT, ocupante do cargo efetivo de Professora

de Ciências, lotada na Secretaria Municipal de Educação com 30 horas semanais, pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir de 01/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de janeiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

## SAMAE - GASPAR

### PORTARIA N. 04 DE 15 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA N. 04 DE 15 DE JANEIRO DE 2015

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL TÉCNICO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR MARCELO POFFO

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado, a partir do dia 01 de janeiro de 2015, o servidor MARCELO POFFO, portador do CPF nº. 935.479.609-59 e da CI nº. 3/R 3279.627 do cargo em comissão de Direto Geral Técnico do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 64, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de janeiro de 2015.

Gaspar (SC) em, 15 de janeiro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

### PORTARIA N. 05 DE 15 DE JANEIRO DE 2015

PORTARIA N. 05 DE 15 DE JANEIRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO AO SERVIDOR MARCELO POFFO

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem remuneração ao servidor MARCELO POFFO, ocupante do cargo efetivo de Almoxarife, para tratar de interesse particular, pelo período de até 02 (dois) anos, a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01 de janeiro de 2015.

Gaspar (SC), 15 de janeiro de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente



**Governador Celso Ramos****SAMAE - Gov. CELSO RAMOS****PORTARIA Nº 007/2015**

PORTARIA Nº 007/2015

O DIRETOR DO SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

**RESOLVE:**

Conceder Licença Prêmio, de direito adquirido para o funcionário JOÃO BATISTA POLICARPO, matrícula nº 90, sendo convertido em dinheiro, conforme Lei nº 478/92.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 16 de Janeiro de 2015.

ALCIDES PEREIRA

Diretor Geral do Samae

**Guaramirim****PREFEITURA****PORTARIA Nº. 005/2015**

PORTARIA Nº. 005/2015

HOMOLOGA Processo Seletivo 004/2014.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a realização do Processo Seletivo nº. 004/2014, conforme o Edital nº. 004/2014, de 30 de outubro de 2014, para provimento de cargos da Prefeitura Municipal de Guaramirim;

CONSIDERANDO, ainda, a conclusão dos trabalhos da Comissão Municipal de Processo Seletivo, nomeada através da Portaria nº. 424/2014, de 30 de outubro de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica homologado o Processo Seletivo nº. 004/2014, para provimento de cargos da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 13 de janeiro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 006/2015**

PORTARIA Nº 006/2015

CONCEDE LICENÇA SAÚDE para Valdirene Kaleski.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença saúde para Valdirene Kaleski, na função de Agente de Serviços Gerais, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 19 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de janeiro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

José Olívio Papp

Secretário de Gestão Estratégica

**PORTARIA Nº. 007/2015**

PORTARIA Nº 007/2015

EXONERA Dalva Borba.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar Dalva Borba, da função de Cuidadora de Criança e/ou Adolescente, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 15 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de janeiro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

# Herval d'Oeste

**PREFEITURA****EDITAL Nº 001/2015/SMECE**

EDITAL Nº 001/2015/SMECE

Dispõe sobre a escolha de vagas para preenchimento de Cargos Efetivos na forma do Concurso Público Nº 01/2012, homologado pelo Decreto Nº 3.039 de 24 de maio de 2012.

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste, Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e de conformidade com a Lei Complementar nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013, torna público o seguinte:

**Art. 1º - DAS VAGAS DISPONÍVEIS**

Cargo: Professor de Educação Infantil

Lotação/Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
CMEI Criança Feliz	Mat/Vesp	40h	01
CMEI Professora Tania Regina Piovesan Bortoluz	Mat/Vesp	40h	01
Total			02

Cargo: Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais

Lotação/Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
CME Pequeno Príncipe	Matutino	20h	01
EBM Cruz e Sousa	Vespertino	20h	01
ERM Prof. Alcino Fernandes	Vespertino	20h	02
Total			04

**Art. 2º - DA DIVULGAÇÃO**

A divulgação oficial das informações referentes a este Edital será efetuada por intermédio de publicação no Mural Público da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Rua Nereu Ramos, 389, Centro e no Diário Oficial dos Municípios [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Art. 3º - Este Edital terá validade a partir da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste, 19 de Janeiro de 2015.

LOURDES FERREIRA BRANDÃO

Sec. Munic. de Educação, Cultura e Esportes

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 077/2015**

PORTARIA Nº 077/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 789/2014, da Servidora FABIANA FABRIN POZZA (Matr. 2745), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de junho de 2012 e 22 de junho de 2013, para serem gozadas a contar de 16 de janeiro de 2015 a 04 de fevereiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 078/2015**

PORTARIA Nº 078/2015

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

RETIFICAR e dar nova redação à Portaria nº 1030/2015, onde se lê: "DÉBORA RIBEIRO DA SILVA"; leia-se: "DÉBORA RIBEIRO DA SILVEIRA".

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2015.

NELSON GUINDANI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 079/2015**

PORTARIA Nº 079/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 10 (dez) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1223/2014, da Servidora GELCI DE GIACOMETTI (Matr. 337), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Telefonista, Nível - 6/2, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2012 e 31 de outubro de 2013, para serem gozadas a contar de 19 de janeiro de 2015 a 28 de janeiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 080/2015**

PORTARIA Nº 080/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 19 (dezenove) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 825/2013, do Servidor WILLIAM SHI SENG YEH (Matr. 2745), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Odontólogo, Nível - 13/1, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 13 de março de 2012 e 12 de março de 2013, para serem gozadas a contar de 19 de janeiro de 2015 a 06 de fevereiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 081/2015**

PORTARIA Nº 081/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora FRANCINE BULH LORASCHI (Matr. 2676), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, Nível - 12/1, Referência "B", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 19 de janeiro de 2015 a 30 de janeiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 082/2015**

PORTARIA Nº 082/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 20 (vinte) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 1243/2014, do Servidor ADRIANO JOSÉ DE ARAÚJO (Matr. 2867), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de dezembro de 2012 e 16 de dezembro de 2013, para serem gozadas a contar de 19 de janeiro de 2015 a 07 de fevereiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 083/2015**

PORTARIA Nº 083/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR por término de contrato, a Servidora SUZANA APARECIDA NIKOSEIT RUPPENTHAL (Matr. 3729), a contar de 19 de janeiro de 2015, a qual exerce a função de Monitor Social, Nível - 4/2 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 313/2013. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 084/2015**

PORTARIA Nº 084/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

NOMEAR a Senhora GABRIELLA BRESSAN (Matr. 4058), a partir de 19 de janeiro de 2015, aprovada e classificada em 5º lugar através do Concurso Público 001/2014, de conformidade com o Decreto Nº 3.322/2014 de 12 de agosto de 2014, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Monitor Social - Abrigo Anjos da Luz,

Nível - 4/2, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, para atuar junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, no Programa de Acolhimento Institucional - ABRIGO, de conformidade com a LC Nº 292/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 085/2015**

PORTARIA Nº 085/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor JOÃO OLIVIO NEVES DOS SANTOS (Matr. 197), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Téc. de Edificações e Manutenção, Nível - 5, Referência "H", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 19 de janeiro de 2015 a 30 de janeiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 086/2015**

PORTARIA Nº 086/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora ADRIANA CELESTINA DE ALMEIDA PRIMO (Matr. 02), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível - 12/1, Referência "E", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2012 a 18 de agosto de 2013, para serem gozadas a contar de 19 de janeiro de 2015 a 30 de janeiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2015.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 087/2015**

PORTARIA Nº 087/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora KÁTIA FÁTIMA GIACOMELLI HACK (Matr. 1392), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Procurador, Nível - 12/2, Referência "E", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 19 de janeiro de 2015 a 30 de janeiro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2015.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 088/2015**

PORTARIA Nº 088/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, ao Servidor IVO GUINDANI (Matr. 2562), nascido aos 01/01/1961, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/D, anexo XI, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência - 6/E, anexo XI, a partir de 19 de janeiro de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Janeiro de 2015 .  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**Ibiam****PREFEITURA****ADITIVO 001 ATA RP 016 2014**

TERMO ADITIVO Nº 001/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 016/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 049/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N. 035/2014  
SRP Nº 018/2014

Termo aditivo a ata de registro de preços nº 016/2014, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 76.578.202/0001-87, com sede no Acesso SC 480 Nº 941 Chapecó -SC CEP 89.801-970, neste ato representado por seu Gerente o Sr. RENI PERIZZOLO, CPF:097.840.980-91, CI:5.581.909-SSP-SC, com amparo no Art. 65,"d" da Lei 8666/93, pactuam este Aditivo nas seguintes condições:

Cláusula Primeira - Conforme pedido do contratado com a devida comprovação, e mediante o de acordo do Prefeito Municipal concede-se a revisão do valor pago por litro do óleo diesel comum e do óleo S10 em mais 5%, conforme notas fiscais anexas a solicitação do contratado, conforme segue tabela a baixo.

Item	Objeto	Valor atual	Valor com aumento de 5%
25	Óleo diesel S10	R\$ 2,58	2,71
24	Óleo Diesel comum	R\$ 2,33	2,48

Cláusula Segunda - Este Aditivo terá sua vigência com início em 11/11/2014, e término previsto para 31/12/2014.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas da ata de registro de preços nº 016/2014 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 11 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO	SAFRA DIESEL LTDA
Prefeito Municipal	CNPJ: 76.578.202/0001-87
CONTRATANTE	Gerente: RENI PERIZZOLO
	CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Gelson L. Trevisol  
CPF: 674.951.179-15

Melzi Cavazzola  
Advogado- OAB/SC 3.076

**ADITIVO 001 C002 2014**

TERMO ADITIVO Nº 001/2014 - FMS

CONTRATO Nº 003/2014 - FMS  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 056/2013  
PREGÃO PRESENCIAL N. 043/2013

Termo aditivo ao Contrato nº 003/2014, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 11.250.761/0001-18, com sede na Avenida 20 de Julho, Centro, Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e a empresa CLÍNICA CLIMAD LTDA com sede à Rua Padre Anchieta, nº 579 Bairro Matriz, Videira/SC,, CNPJ: 04.472.781/0001-78, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Heriberto Agudelo Enriquez , portador do CPF nº 942.279.699-72, documento de identidade nº 25/R 4.978.333, Conforme pedido da Secretária municipal de saúde, com amparo no Art. 65,"d" § 1º da Lei 8666/93, pactuam este Aditivo de ampliação de quantidade licitada, nas seguintes condições:

Cláusula Primeira - Fica a partir desta ampliada a quantidade inicialmente licitada de consultas em mais 13%(treze por cento), conforme segue tabela a baixo.

Item	Objeto	Valor por consulta conforme contrato	Quantidade de consultas licitadas	13% a mais de consultas	Valor total deste aditivo
1	Contratação de Clínica para prestação de serviços profissionais de Médico CLÍNICO GERAL para atendimento na Unidade Básica de Saúde de Ibiã (Posto de Saúde), durante o ano de 2014 (Janeiro à dezembro). Devem ser realizadas aproximadamente 120 consultas mensais, perfazendo um total de aproximadamente 1300 consultas durante o ano; sendo distribuídas nos dias que a secretaria de saúde achar necessário.	R\$ 42,00	1300	169	R\$ 7.098,00

Cláusula Segunda - Este Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com termino em 30/12/2014. A pós 30/12/2014 os saldos restantes serão desconsiderados.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas do contrato 003/2014 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 04 de Dezembro de 2014.

Clovis Jose Busatto	Clínica Climad Ltda
Prefeito Municipal	CNPJ: 04.472.781/0001-78
CONTRATANTE	Soc. Adm.: Dr. Heriberto Agudelo Enriquez
	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Erica Thome Laidnes  
CPF: 006.854.259-32

Melzi Cavazzola  
Advogado- OAB/SC 3.076

**ADITIVO 001 C011 2014**

TERMO ADITIVO Nº 001/2014.

CONTRATO Nº 011/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014

Termo aditivo ao Contrato nº 011/2014, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiã, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e a empresa MAZP DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 85.050.474/0001-09, com sede na Rua LIDIA CAMARGO ZAMPIERI Nº 1438/ARAUCÁRIA-PR CEP 83.708-135 neste ato representado por seu Gerente o Sr. IDIOMAR ZANELLA, CPF nº: 815.440.659-49, CI nº 5.099.325-6/SSP/PR, com amparo no Art. 65, "d" da Lei 8666/93, pactuam este Aditivo nas seguintes condições:

Cláusula Primeira - Conforme pedido do contratado com a devida comprovação, e mediante o de acordo do Prefeito Municipal fica reajustado o valor pago por litro da gasolina em mais 3%, conforme notas fiscais anexas a solicitação do contratado, conforme segue tabela a baixo.

Item	Objeto	Valor atual	Valor com aumento de 3%
1	Gasolina comum	R\$ 2,85	2.9350

Cláusula Segunda - Este Aditivo terá sua vigência com início em 11/11/2014, e término previsto para 31/12/2014.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas do contrato 011/2014 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 11 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

MAZP DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA  
CNPJ: 85.050.474/0001-09  
Gerente: IDIOMAR ZANELLA  
CONTRATADA



## TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Gelson L. Trevisol  
CPF: 674.951.179-15

Melzi Cavazzola  
Advogado- OAB/SC 3.076

**ADITIVO 001 C014 2014**

TERMO ADITIVO Nº 001/2014  
CONTRATO Nº 014/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 011/2014  
PREGÃO PRESENCIAL No 009/2014

Termo aditivo ao Contrato nº 014/2014, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiã, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e a empresa ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 17.301.930/0001-88, com sede na Rua da Consolação, 317, Sala 3, Bairro Martinho, Xanxerê/SC, neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. Loacir Milto Fin, CPF: 540.520.259-20, CI 902.056, celebram o presente termo aditivo de prorrogação de vigência para o exercício financeiro de 2015 do contrato 014/2014, com amparo na Cláusula Terceira do contrato original c/c Art. 57 da Lei 8666/93. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 014/2014 da Prefeitura de Ibiã, para o exercício financeiro de 2015, compreendido de 01/01/2015 até 31/12/2015.

Cláusula Segunda - Este Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto em 31/12/2015.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas do contrato 014/2014 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiã, 11 de Novembro de 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA  
CNPJ: 17.301.930/0001-88  
Sócio Adm: Loacir Milto Fin  
CONTRATADA

Testemunhas  
Laelcio Antônio Gasaniga  
CPF: 807.451.729-20

Irley Lampertti  
CPF: 572.241.539-15

MELZI CAVAZZOLA  
Advogado - OAB/SC 3.076

**ADITIVO 001 C027 2013**

TERMO ADITIVO Nº 001/2014  
CONTRATO Nº 027/2013  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 035/2013  
PREGÃO PRESENCIAL No 028/2013

Termo aditivo ao Contrato nº 027/2013, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiã, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e a empresa FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA, CNPJ: 07.753.029/0001-93, pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua da Consolação, 317, Sala 1, Edifício Bossini, na cidade de Xanxerê/SC, CEP: 89.820-000, neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. Edson Antonio Valgoi, CPF: 579.791.039-04, CI 1.783.138, celebram o presente termo aditivo de prorrogação de vigência de contrato para o exercício financeiro de 2015, com amparo na Cláusula Terceira do contrato original c/c Art. 57 da Lei 8666/93. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 027/2013 da Prefeitura de Ibiã, para o exercício financeiro de 2015, compreendido de 01/01/2015 até 31/12/2015.

Cláusula Segunda - Este Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto em 31/12/2015.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas do contrato 027/2013 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiã, 24 de Novembro de 2014.  
Clovis José Busatto  
Prefeito Municipal  
Contratante

FAEE SUPRIM. E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA  
CNPJ: 07.753.029/0001-93  
Diretor: Edson Antonio Valgoi  
Contratada

Testemunhas  
Laelcio Antônio Gasaniga  
CPF: 807.451.729-20

Gelson Luiz Trevisol  
CPF: 674.951.179-15

**ADITIVO 002 C004 2014**

TERMO ADITIVO Nº 002/2014. FMS  
CONTRATO Nº 004/2014 -FMS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 055/2013  
PREGÃO PRESENCIAL No 042/2013

Termo aditivo ao Contrato nº 002/2014, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, Estado de Santa Catarina, com sede à pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 11.250.761/0001-74, com sede na Avenida 20 de Julho, Centro, Ibiã - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, pessoa Jurídica

de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 76.578.202/0001-87, com sede no Acesso SC 480 Nº 941 Chapecó -SC CEP 89.801-970, neste ato representado por seu Gerente o Sr. RENI PERIZZOLO, CPF:097.840.980-91, CI:5.581.909-SSP-SC, com amparo no Art. 65,"d" da Lei 8666/93, pactuam este Aditivo nas seguintes condições:

Cláusula Primeira - Conforme pedido do contratado com a devida comprovação, e mediante o de acordo do Prefeito Municipal fica reajustado o valor pago por litro do óleo diesel comum e do óleo S10 em mais 5%, conforme notas fiscais anexas a solicitação do contratado, conforme segue tabela a baixo.

Item	Objeto	Valor atual	Valor com aumento de 5%
1	Óleo diesel S10	R\$ 2,58	2,71
2	Óleo Diesel comum	R\$ 2,33	2,48

Cláusula Segunda - Este Aditivo terá sua vigência com início em 11/11/2014, e término previsto para 31/12/2014.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas do contrato 004/2014 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 11 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

SAFRA DIESEL LTDA  
CNPJ: 76.578.202/0001-87  
Gerente: RENI PERIZZOLO  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Erica Thome Laidnes  
CPF: 006.854.259-32

Melzi Cavazzola  
Advogado- OAB/SC 3.076

#### ADITIVO 002 C005 2013

TERMO ADITIVO Nº 002/2014

CONTRATO Nº 005/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2013

PREGÃO PRESENCIAL No 001/2013

Termo aditivo ao Contrato nº 0005/2013, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 00.456.865/0001-67, com sede na Rua João Pessoa, 134, 10º Andar, Centro, Criciúma/SC, neste por Procuração o Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior, CPF: 004.770.259-19, celebram o presente termo aditivo de prorrogação de vigência para o exercício financeiro de 2015 do contrato 005/2013, com amparo na Cláusula Terceira do contrato original c/c Art. 57 da Lei 8666/93. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 005/2013

da Prefeitura de Ibiam, para o exercício financeiro de 2015, compreendido de 01/01/2015 até 31/12/2015.

Cláusula Segunda - Este Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto em 31/12/2015.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas do contrato 005/2013 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 11 de Novembro de 2014.

Clovis José Busatto  
Prefeito Municipal  
Contratante

BETHA SISTEMAS LTDA  
CNPJ:00.456.865/0001-67  
P/Procuração: Ernesto M. de Souza Junior  
Contratada

Testemunhas

Laelcio Antônio Gasaniga  
CPF: 807.451.729-20

Gelson Luiz Trevisol  
CPF: 674.951.179-15

MELZI CAVAZZOLA

Advogado - OAB/SC 3.076

#### ADITIVO 002 C010 2014

TERMO ADITIVO Nº 002/2014.

CONTRATO Nº 010/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 054/2013

PREGÃO PRESENCIAL No 041/2013

Termo aditivo ao Contrato nº 010/2014, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 76.578.202/0001-87, com sede no Acesso SC 480 Nº 941 Chapecó -SC CEP 89.801-970, neste ato representado por seu Gerente o Sr. RENI PERIZZOLO, CPF:097.840.980-91, CI:5.581.909-SSP-SC, com amparo no Art. 65,"d" da Lei 8666/93, pactuam este Aditivo nas seguintes condições:

Cláusula Primeira - Conforme pedido do contratado com a devida comprovação, e mediante o de acordo do Prefeito Municipal fica reajustado o valor pago por litro do óleo diesel comum e do óleo S10 em mais 5%, conforme notas fiscais anexas a solicitação do contratado, conforme segue tabela a baixo.

Item	Objeto	Valor atual	Valor com aumento de 5%
2	Óleo diesel S10	R\$ 2,58	2,71
3	Óleo Diesel comum	R\$ 2,33	2,48

Cláusula Segunda - Este Aditivo terá sua vigência com início em 11/11/2014, e término previsto para 31/12/2014.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas do contrato 010/2014 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual



teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 11 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SAFRA DIESEL LTDA

CNPJ: 76.578.202/0001-87

Gerente: RENI PERIZZOLO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga

CPF - 807.451.729-20

Gelson L. Trevisol

CPF: 674.951.179-15

Melzi Cavazzola

Advogado- OAB/SC 3.076

#### **ADITIVO 002 C17 2013**

TERMO ADITIVO Nº 003/2014

CONTRATO Nº 017/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N. 012/2013

PREGÃO N. 009/2013

Termo aditivo ao Contrato nº 017/2013, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e a empresa DARCI ZANCANELLI GALAFASSI MEI, CNPJ: 12.946.263/0001-77, estabelecida na AVENIDA 20 DE JULHO, 79 CEP:89652-000 na cidade de IBIAM, representada por seu Administrador o Sr. DARCI ZANCANELLI GALAFASSI, CPF: 508.421.539-34, CI.: 1.702.376, celebram o presente, presente termo aditivo de prorrogação de vigência para o exercício financeiro de 2015 do contrato 017/2013, com amparo na Cláusula Terceira do contrato original c/c Art. 57 da Lei 8666/93. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 017/2013 da Prefeitura de Ibiam, para o exercício financeiro de 2015, compreendido de 01/01/2015 até 30/12/2015.

Cláusula Segunda - Este Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto em 30/12/2015.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas do contrato 17/2013 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 18 de Dezembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

DARCI ZANCANELLI GALAFASSI MEI

CNPJ: 12.946.263/0001-77

Sócio Adm: Darci Z. Galafassi

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio Antônio Gasaniga

CPF: 807.451.729-20

Luciana Balen

CPF: 042.307.839-90

Melzi Cavazzola

Advogado - OAB/SC 3.076

#### **ADITIVO 002 C17 2013**

TERMO ADITIVO Nº 003/2014

CONTRATO Nº 017/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N. 012/2013

PREGÃO N. 009/2013

Termo aditivo ao Contrato nº 017/2013, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e a empresa DARCI ZANCANELLI GALAFASSI MEI, CNPJ: 12.946.263/0001-77, estabelecida na AVENIDA 20 DE JULHO, 79 CEP:89652-000 na cidade de IBIAM, representada por seu Administrador o Sr. DARCI ZANCANELLI GALAFASSI, CPF: 508.421.539-34, CI.: 1.702.376, celebram o presente, presente termo aditivo de prorrogação de vigência para o exercício financeiro de 2015 do contrato 017/2013, com amparo na Cláusula Terceira do contrato original c/c Art. 57 da Lei 8666/93. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 017/2013 da Prefeitura de Ibiam, para o exercício financeiro de 2015, compreendido de 01/01/2015 até 30/12/2015.

Cláusula Segunda - Este Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto em 30/12/2015.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas do contrato 17/2013 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 18 de Dezembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

DARCI ZANCANELLI GALAFASSI MEI

CNPJ: 12.946.263/0001-77

Sócio Adm: Darci Z. Galafassi

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio Antônio Gasaniga

CPF: 807.451.729-20

Luciana Balen

CPF: 042.307.839-90

Melzi Cavazzola

Advogado - OAB/SC 3.076

#### **ADITIVO 002 C18 2013**

TERMO ADITIVO Nº 002/2014

CONTRATO Nº 018/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N. 012/2013

PREGÃO N. 009/2013

Termo aditivo ao Contrato nº 018/2013, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e a empresa LEONARDO DANIELEVIZ CALAI MEI, CNPJ: 17.471.662/0001-42, estabelecida na comunidade de LINHA NOVA, interior do Município de IBIAM,

CEP: 89.652-000, representada por seu Administrador o Sr. LEONARDO DANIELEVIZ CALAI, CPF: 083.288.249-65, CI.: 5.173.202, celebram o presente termo aditivo de prorrogação de vigência para o exercício financeiro de 2015 do contrato 018/2013, com amparo na Cláusula Terceira do contrato original c/c Art. 57 da Lei 8666/93. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 018/2013 da Prefeitura de Ibiã, para o exercício financeiro de 2015, compreendido de 01/01/2015 até 30/12/2015.

Cláusula Segunda - Este Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto em 30/12/2015.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas do contrato 018/2013 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiã, 18 de Dezembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO	LEONARDO DANIELEVIZ CALAI MEI
Prefeito Municipal	CNPJ: 17.471.662/0001-42
CONTRATANTE	Sócio Adm: Leonardo D. Calai
	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio Antônio Gasaniga	Luciana Balen
CPF: 807.451.729-20	CPF: 042.307.839-90

Melzi Cavazzola  
Advogado - OAB/SC 3.076

### ADITIVO 1 2014 C001 2013 FMS

TERMO ADITIVO Nº 001/2014-FMS  
CONTRATO 001/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2013 - DISPENSA Nº 010/2013

Termo aditivo ao contrato público administrativo 001/2014, que entre si fazem O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM/SC, sito a Avenida 20 de Julho, nº 20, Centro, CEP: 89.652-000, CNPJ Nº: 11.250.761/0001-18, por intermédio do Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 80.640.782/0001-62, com sede na Rua Rio de Janeiro, nº22, Centro, em Tangará - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal de Tangará/SC o Sr. Euclides Cruz, CPF: 560.161.669-87, RG 1.880.336. Resolvem pactuar este termo aditivo de prorrogação de vigência, com amparo na Cláusula Sexta do contrato original, pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 001/2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, para o exercício financeiro de 2015, compreendido o período de 01/01/2015 até 31/12/2015. Podendo, à critério de Administração, ser rescindido antes do término da vigência acima estipulada, sem direito a indenização por parte do contratado. A partir de 01/01/2015, o valor mensal pago pelo Fundo Municipal de Saúde, ao HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, passa a ser de R\$ 6.300,00(Seis mil e trezentos reais), perfazendo nos 12 meses do ano um total de R\$ 75.600,00(Setenta e cinco mil e trezentos reais).

Cláusula Segunda: Para próximo exercício financeiro, serão utilizadas as rubricas orçamentárias do orçamento de ano de 2015. As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiã, 14 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO	HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO
PREFEITO MUNICIPAL	CNPJ: 80.640.782/0001-62
Contratante	Euclides Cruz - Prefeito de Tangará
Contratado	

TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga	Erica Thome Laidnes
CPF - 807.451.729-20	CPF: 006.854.259-32

Melzi Cavazzola  
Advogado - OAB/SC 3.076

### ADITIVO 1 2014 C002 2013 FMS

TERMO ADITIVO Nº 001/2014-FMS  
CONTRATO Nº 002/2014 FMS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2013 - DISPENSA Nº 011/2013

Termo aditivo ao contrato público administrativo 018/2012, que entre si fazem O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM/SC, sito a Avenida 20 de Julho, nº 20, Centro, CEP: 89.652-000, CNPJ Nº: 11.250.761/0001-18, por intermédio do Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de Contratante e, do outro lado o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST, mantido pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 84.592.369/0009-88 estabelecido na Travessa Domingos Floriani Bonato, nº 37, centro, no Município de Joaçaba, SC, neste ato representado pelo Dr. Adgar Zeferino Bittencourt Diretor Geral do HUST, inscrito no CPF sob o nº 003.141.299-87, residente e domiciliado à Rua Carlos Zimmer, 14, apto. 301 - Joaçaba - SC,, de ora em diante denominado de Contratado. Resolvem pactuar este termo aditivo de prorrogação de vigência, com amparo na Cláusula Sexta do contrato original, pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 002/2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, para o exercício financeiro de 2015, compreendido o período de 01/01/2015 até 31/12/2015. Podendo, à critério de Administração, ser rescindido antes do término da vigência acima estipulada, sem direito a indenização por parte do contratado. A partir de 01/01/2015, o valor mensal pago pelo Fundo Municipal de Saúde, ao Hospital Univ. Santa Terezinha, conforme proposta apresentada pelo hospital, e aprovada pelo Executivo Municipal, passa a ser de R\$ 4.860,00(Quatro mil, oitocentos e sessenta reais), perfazendo nos 12 meses do ano um total de R\$ 58.320,00(Cinquenta e oito mil, trezentos e vinte reais).

Cláusula Segunda: Para próximo exercício financeiro, serão utilizadas as rubricas orçamentárias do orçamento de ano de 2015. As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 29 de Outubro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

HOSPITAL UNIV. SANTA TEREZINHA - HUST  
Diretor Geral: Dr. Adgar Zeferino Bittencourt  
Contratado

**TESTEMUNHAS:**

Laelcio A. Gasaniga      Erica Thome Laidnes  
CPF - 807.451.729-20      CPF: 006.854.259-32

Melzi Cavazzola  
Advogado - OAB/SC 3.076

**ADITIVO 1 2014 C006 2014 FMAS**

TERMO ADITIVO Nº 001/2014  
CONTRATO Nº 006/2014 FMAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 051/2013  
PREGÃO PRESENCIAL No 039/2013

Termo aditivo ao Contrato nº 0006/2013, que entre si celebram O Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiam - FMAS, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CNPJ: sob nº 14.760.897/0001-66, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e o Sr. Francisco Gheno, CPF N.º 032.647.429-34, RG Nº 3.828.524, residente na Avenida 20 de Julho, 461, Centro, Ibiam/SC,, celebram o presente termo aditivo de prorrogação de vigência para o exercício financeiro de 2015 do contrato 006/2014 do FMAS, com amparo na Cláusula Terceira do contrato original c/c Art. 57 da Lei 8666/93. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 006/2014 do FMAS de Ibiam, para o exercício financeiro de 2015, compreendido de 01/01/2015 até 30/12/2015.

Cláusula Segunda - Este Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto em 30/12/2015.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas do contrato 006/2014 FMAS permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 18 de Dezembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO      Francisco Gheno  
Prefeito Municipal      CPF: 032.647.429-34  
CONTRATANTE      Contratado

**TESTEMUNHAS:**

Laelcio Antônio Gasaniga      Erica Thome Laidnes  
CPF: 807.451.729-20      CPF: 006.854.259-32

Melzi Cavazzola  
Advogado - OAB/SC 3.076

**ADITIVO 1 2014 C011 2013 FMS**

TERMO ADITIVO Nº 001/2014-FMS  
CONTRATO Nº 011/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 039/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N. 026/2014

Termo aditivo ao contrato público administrativo 018/2012, que entre si fazem O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM/SC, sito a Avenida 20 de Julho, nº 20, Centro, CEP: 89.652-000, CNPJ Nº: 11.250.761/0001-18, por intermédio do Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e a empresa CLINICA MÉDICA TORRICO LTDA ME, CNPJ: 04.703.487/0001-20, estabelecida a Rua Ademir de Barros, 37, Centro, Tangará/SC, CEP: 89.642-000, representada neste ato por seu Sócio Administrador o SR. Oscar Guido Navia Torrico, Médico, com Registro no CRMSC nº 2.911, Cédula de Identidade permanente do estrangeiro nº W603408-P, CPF: 276.231.730-49, residente na cidade de Tangará/SC. Resolvem pactuar este termo aditivo de prorrogação de vigência, com amparo na Cláusula Terceira do contrato original, pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 011/2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, para o exercício financeiro de 2015, compreendido o período de 02/01/2015 até 31/12/2015. Podendo, à critério de Administração, ser rescindido antes do término da vigência acima estipulada, sem direito a indenização por parte do contratado.

Cláusula Segunda: Para próximo exercício financeiro, serão utilizadas as rubricas orçamentárias do orçamento de ano de 2015. As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 05 de Dezembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO      Clínica Médica Torrico Ltda ME  
Prefeito Municipal      CNPJ: 04.703.487/0001-20  
Contratante      Sócio Adm. Oscar Guido Navia Torrico  
Contratado

**TESTEMUNHAS:**

Laelcio A. Gasaniga      Erica Thome Laidnes  
CPF - 807.451.729-20      CPF: 006.854.259-32

Melzi Cavazzola  
Advogado - OAB/SC 3.076

**ADITIVO ATAS**

TERMO ADITIVO Nº 001/2014.  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 005/2014/2014 - FMS  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 050/2014 - PREGÃO PRESENCIAL N. 036/2014  
SRP Nº 019/2014

Termo aditivo a ata de registro de preços nº 005/2014 , que entre

si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n. 11.250.761/0001-18, situado na Avenida 20 de Julho, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 76.578.202/0001-87, com sede no Acesso SC 480 Nº 941 Chapecó -SC CEP 89.801-970, neste ato representado por seu Gerente o Sr. RENI PERIZZOLO, CPF:097.840.980-91, CI:5.581.909-SSP-SC, com amparo no Art. 65,"d" da Lei 8666/93, pactuam este Aditivo nas seguintes condições:

Cláusula Primeira - Conforme pedido do contratado com a devida comprovação, e mediante o de acordo do Prefeito Municipal concede-se a revisão do valor pago por litro do óleo diesel comum e do óleo S10 em mais 5%, conforme notas fiscais anexas a solicitação do contratado, conforme segue tabela a baixo.

Item	Objeto	Valor atual	Valor com aumento de 5%
12	Óleo diesel S10	R\$ 2,58	2,71
11	Óleo Diesel comum	R\$ 2,33	2,48

Cláusula Segunda - Este Aditivo terá sua vigência com início em 11/11/2014, e término previsto para 31/12/2014.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas da ata de registro de preços nº 016/2014 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 11 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

SAFRA DIESEL LTDA  
CNPJ: 76.578.202/0001-87  
Gerente: RENI PERIZZOLO  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Erica Thome Laidnes  
CPF: 006.854.259-32

Melzi Cavazzola  
Advogado- OAB/SC 3.076

#### ATA 001 2015 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 001/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 076/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N. 053/2014  
SRP Nº 026/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos Quatorze dias do mês de Janeiro, do ano de dois mil e quinze, o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam/SC, inscrito no CNPJ sob n. 11.250.761/0001-18, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, Nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal

n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 053/2014, Processo Licitatório 076/2014, SRP 026/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) GRÁFICA BOSCARDIN LTDA-EPP, CNPJ: 08.933.626/0001-62, situada na Rua Vicente Dutra, 121, Casa, Bairro Fátima, Frederico Westphalen/RS, CEP: 98.400-000, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Nelson Boscardin, CPF: 056.243.200-00, RG: 7012850769SSP/RS, residente na cidade de Frederico Westphalen de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de:

Item	Quantidade estimada	Valor unitário	Descrição do item	Unidade
1	2000	0,80	Envelopes saco branco 18x25 cm, personalizados em seleção de cores, papel 115 grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
2	1000	0,93	Envelopes saco branco 20x28 cm, personalizados em seleção de cores, papel 115 grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset.FMS	UN



3	1000	5,31	Envelopes saco prata 24x34 cm, personalizados em seleção de cores, papel 115 grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
4	1000	5,41	Envelopes saco prata 26x36 cm, personalizados em seleção de cores, papel 115 grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
5	500	2,16	Envelopes saco branco 37x47 cm, personalizados em seleção de cores, papel 115 grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN

6	5000	0,31	Pastas personalizadas impressão em papel triplex 350 grs em seleção de cores, verniz UV total, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset, em duas partes sendo capa e contra capa com 2 vincos no tamanho de 28,5x34 cm, frente e verso para o setor da Educação	UN
7	3000	0,31	Folhas ofício A4 personalizadas em seleção de cores, papel 90 grs, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset - Assistência Social	UN

8	1000	4,25	Pastas personalizadas impressão em papel triplex 350 grs em seleção de cores, verniz UV total, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset, em duas partes sendo capa e contra capa com 2 vincos no tamanho de 28,5x34 cm, frente e verso para o setor da Saúde	UN
9	1000	2,86	Pastas personalizadas impressão em papel triplex 300 grs em seleção de cores, verniz UV total, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset, com bolso interno sendo a impressão terá impressão em cima do bolso	UN
10	400	0,52	Folha MS -HIPERDIA , tamanho 20x30cm, impressão em preto, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN

11	10	16,4	Declaração de comparecimento personalizado em seleção de cores papel 90 grs, tamanho 14x18 cm, blocos com 100 folhas, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
12	10	16,4	Atestado médico personalizado em seleção de cores papel 90 grs, tamanho 15x20 cm, blocos com 100 folhas, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
13	200	1,08	Relatório da situação de saúde e acompanhamento das famílias na área, tamanho 20x30cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN



14	200	3,23	Relatório mensal - coordenação PACS, tamanho 20x30cm, impressão em preto, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
15	200	1,49	Carteira de agente comunitário da saúde para PSF papel cartolina 180 grs, personalizado em seleção de cores, tamanho 20x8 cm, bloco com 100 folhas, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
16	400	0,83	Carteirinha programa as saúde da família PSF papel cartolina 180 grs, personalizado em seleção de cores, tamanho 8,5x16 cm, impressão frente e verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN

17	20	30,42	Requisição de exame cito patológico do colo do útero papel 90 grs, impressão na cor violeta frente e verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
18	850	0,49	Cartão do hipertenso e diabéticos papel cartolina 180 grs, personalizado em seleção de cores, tamanho 9,5x31 cm, impressão frente e verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
19	2000	0,43	Cartão da família personalizado em seleção de cores papel cartolina 180 grs, tamanho 18,5x25 cm, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN

20	150	19,93	Receituário médico personalizado em seleção de cores papel copiativo, 2x50, sendo primeira via branca e segunda via verde, tamanho 15x20 cm, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
21	100	19,93	Receituário controle especial personalizado papel copiativo, 2x50, sendo primeira via branca e segunda via rosa, tamanho 15x20 cm, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
22	100	16,02	Requisição de exame personalizado impressão em preto, papel 90 grs, tamanho 15x20 cm, blocos com 100 folhas, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN

23	200	7,48	Caderneta da saúde da criança - menino, capa no papel couche 250 grs personalizada em seleção de cores, sendo parte interna em uma cor (8 paginas em colorido) com 26 folhas no papel 90 grs, tamanho 15,5x12,5 cm fechada, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
24	200	7,48	Caderneta da saúde da criança - menina, capa no papel couche 250 grs personalizada em seleção de cores, sendo parte interna em uma cor (8 paginas em colorido) com 26 folhas no papel 90 grs, tamanho 15,5x12,5 cm fechada, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
25	3000	0,31	Cadastro domiciliar impresso no papel 75 grs em uma cor, 1x100	UN

26	6000	0,31	Cadastro individual impresso no papel 75 grs em uma cor, 1x100, frente e verso	UN
27	500	0,41	Ficha de serviço de odontologia papel offset 180 grs, tamanho 21x14 cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
28	500	0,41	Fichas programa saúde da família papel offset 180 grs, tamanho 15x20cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
29	500	0,41	Fichas de atendimento - Criança papel offset 180 grs, tamanho 15x20cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN

30	500	0,41	Fichas de atendimento - Adulto papel offset 180 grs, tamanho 15x20cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
31	2000	0,31	Relatório de visita domiciliar papel offset 90 grs impressão em preto frente e verso, tamanho 21x30, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
32	200	1,08	Fichas B-GES papel 90 grs, tamanho 20x30cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
33	500	0,44	Fichas B-HA papel 90 grs, tamanho 20x30cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN

34	200	1,08	Fichas B-DIA papel 90 grs, tamanho 20x30cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da grá- fica e deverá ser apresen- tado modelo impresso em offset	UN
35	500	0,44	Fichas A papel 90 grs, tamanho 20x30cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da grá- fica e deverá ser apresen- tado modelo impresso em offset	UN
36	5000	0,31	Ficha de visi- ta domiciliar impresso no papel 75 grs em uma cor, 1x100	UN
37	5000	0,31	Ficha de atendimento individual impresso no papel 75 grs em uma cor, 1x100, frente e verso	UN
38	5000	0,31	Ficha de atendimento odontológico individual impresso no papel 75 grs em uma cor, 1x100, frente e verso	UN
39	3000	0,31	Ficha de ativi- dade coletiva impresso no papel 75 grs em uma cor, 1x100, frente e verso	UN
40	4000	0,31	Ficha de pro- cedimentos impresso no papel 75 grs em uma cor, 1x100	UN

41	2500	2,56	Cartilha infor- mativa, tama- nho: aberta 30 x 21cm, com capa e contra-capas colorida e confeccio- nada em papel colche 150Gr. Parte interna(folhas internas), em papel 75Gr, impressão interna em uma cor. Com 20 páginas	UN
----	------	------	---	----

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(dozes) meses, contados a partir da data da sua publicação.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

## 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Manutenção das Ativadas da Saúde: Reduzido 9 - Complemento do Detalhamento: 339039630000 - Serviços Gráficos e Editoriais.

## 8 - DO CONTRATO, DO PAGAMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA:

8.1. A critério do FMS de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante recebimento pelo setor de compras do Município de Ibiam da nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: [compras@ibiam.sc.gov.br](mailto:compras@ibiam.sc.gov.br) e [nfe@ibiam.sc.gov.br](mailto:nfe@ibiam.sc.gov.br).

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora

junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas, para fornecer os itens conforme AF. Para cada dia de atraso no fornecimento dos itens, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20(vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constatare que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

8.8. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.9. Após a solicitação o fornecedor terá um prazo de até 5(cinco) dias corridos, para fornecimento do material, sob pena de cancelamento da presente ata e aplicação das penalidades cabíveis.

8.10 A Administração não efetuará pagamento de itens não autorizadas pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 053/2014 sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 076/2014, Pregão Presencial 053/2014, SRP 026/2014 será exercida pelo Secretário de Saúde conforme Portaria Municipal

0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- 10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.
- 10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.
- 10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.
- 10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.
- 10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.
- 11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 053/2014 e Ata do respectivo processo.
- 11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.
- 11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.
- 11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 053/2014

#### 12- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

e) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações

contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO SEGUNDA** - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SÉXTO** - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

#### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

#### 14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO E DA RESCISÃO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:



a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;  
c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;  
d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

14.3. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurando o contraditório e a ampla defesa, com as consequências previstas abaixo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A rescisão contratual poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II - amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

III - judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78da Lei nº 8.666/93;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido e, ainda, terá direito a devolução de garantia e pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

**PARÁGRAFO QUARTO** - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

## 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Oficial dos Municípios - DOM;

## 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DOS CASOS OMISSOS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 075/2014; o Edital do Pregão n. 052/2014, SRP 025/2014 as propostas com preços e especificações.

16.2. A execução deste contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93 e Lei 10.520/02.

## 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 14 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO      GRÁFICA BOSCARDIN LTDA-EPP  
Prefeito Municipal      CNPJ: 08.933.626/0001-62  
Município de Ibiam      Sócio Adm.: Nelson Boscardin  
Fornecedor

**TESTEMUNHAS:**

Laelcio A. Gasaniga      Erica Thome Laidenes  
CPF - 807.451.729-20      CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005 2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 005/2014/2014 - FMS  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 050/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N. 036/2014  
SRP Nº 019/2014  
VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 3(três) dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatorze, o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 11.250.761/0001-18, situado na Avenida 20 de Julho, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 036/2014, Processo Licitatório 050/2014, SRP 019/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), SAFRA DIESEL LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 76.578.202/0001-87, com sede na Rodovia Acesso SC 480 Nº 941 Chapecó/SC, CEP 89.801-970 neste ato representado por seu Gerente o Sr. Reni Perizzolo, CPF: 097.840.980-91, CI:5.581.909-SSP-SC, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

## 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de:

Item	Quantidade estimada	Valor unit.	Objeto	Unid.
1	70	53,41	OLEO SEMISSINTÉTICO API SN, EMBALAGEM C/ 3 LITRO.	EMB

2	2	294,6	OLEO FTA, EMBALAGEM COM 20 LITROS	EMB
3	2	230,33	OLEO SAE 90API GL 5, E,MBALAGEM COM 20 LITROS	EMB
4	8	17,23	DOT 4, FLUIDO DE FREIO, EMBALAGEM COM 500 ML	EMB
7	2	321,66	GRAXA COMUM, CA 2, EMBALAGEM COM 20KG.	EMB
11	9000	2,33	Óleo Diesel Comum	LT
12	4000	2,58	Óleo Diesel S10	LT

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiã reserva-se o direito de solicitar apenas a quantidade necessária para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã. Após o término da vigência da ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial 036/2014-Processo Licitatório 050/2014 - SRP 019/2014 e a proposta apresentada pelo fornecedor, acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima. e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEUS ANEXOS.

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 90 dias, podendo sua vigência, ser prorrogada mediante termo aditivo, até o limite máximo de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da ata de registro de preços.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

b) A licitante vencedora obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões de 25% (vinte cinco por cento), conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretário Solicitante do item, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de

forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

## 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Destinação	Complemento do detalhamento
9	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE	33903001000000
9	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE	33903022000000
27	MANUT. VIGILANCIA SAÚDE SANITÁRIA	33903001000000

## 8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.1. O preço total ajustado para possíveis aquisições é de R\$ ..... Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para

retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: [compras@ibiam.sc.gov.br](mailto:compras@ibiam.sc.gov.br) e [nfe@ibiam.sc.gov.br](mailto:nfe@ibiam.sc.gov.br).

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito Federais e Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS, e Falência e Concordata, e CNDT.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48(Quarenta e oito) horas, para entregar os itens constantes na respectiva AF - Autorização de Fornecimento. Os itens(exceto gasolina, óleo diesel e óleo S10), devem estar acondicionado em embalagem original do produto, devidamente lacrado, com rotulo ou impressão na própria embalagem contendo no mínimo os seguintes dados: marca, ficha técnica do produto, data de fabricação, data de validade, lote, API(conforme o caso), responsável técnico, registro no órgão competente, entre outros. Para cada dia de atraso na entregar do item o Município cobrará multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20(vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. No momento do recebimento do item, caso a administração constate que o mesmo não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços, e será cobrada a multa acima estipulada por dia de atraso na substituição do produto.

Todos os itens constantes neste edital estão sujeitos a serem encaminhados para análise em laboratório. Sendo realizada a análise e constatado alteração no(s) produto(s), será aplicada uma multa de R\$ 10.000,00(dez mil reais) por item adulterados,(que não atenda as normas e legislação em vigor) e demais penalidades legais.

Todos os itens constantes neste processo devem ser entregues na garagem de máquinas da Prefeitura de Ibiam, durante horário de expediente, sob pena de não serem recebidos, e sem custos adicionais para o Município de Ibiam.

8.8 - Condições de fornecimento Para os itens Gasolina, óleo diesel e óleo S10 a forma de fornecimento é a seguinte:

O combustível, gasolina, diesel, e diesel S10, devem ser fornecidos no prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas contados do encaminhamento da Autorização de Fornecimento, no e-mail indicado pelo proponente na proposta comercial, o não fornecimento no prazo indicado, enseja na aplicação de multa diária de 300,00(Trezentos reais), por dia de atraso. O combustível será depositado em tanque e bomba de abastecimento fornecidos pela empresa vencedora. Além do fornecimento de tanque e bomba de abastecimento a empresa vencedora é responsável em providenciar totalmente a suas custas as respectivas bacias de contenção para cada tanque/bomba), também é por conta da empresa vencedora todos os custos de instalação do equipamento em local indicado pela administração, manutenção/assistência técnica do equipamento(tanque e bomba), bem como providenciar todas as placas de advertência que devem ser afixadas no local, conforme legislação em vigor. A assistência técnica, quando solicitada pelo Município de Ibiam, deve ocorrer em no máximo 4(quatro) horas, sob pena de execução do contrato.

O equipamento(tanque com sua respectiva bomba de abastecimento), devem atender plenamente as normas da ABNT, do INMETRO e demais legislação pertinente a matéria e estarem em excelentes condições de uso.

Os tanques devem ter no mínimo as seguintes capacidades:

Mínimo 7.000(sete mil litros), para óleo diesel s10,

Mínimo 10.000(dez mil litros), para óleo diesel comum.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externem(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 050/2014, Pregão Presencial 036/2014, SRP 019/2014 será exercida pelos Secretários usuários dos itens licitados, conforme Termos de Referência anexos ao respectivo processo, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 036/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 036/2014

11.6. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), estipulado no Edital n. 019/2014, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou

pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

#### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.



13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

#### 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina;

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 050/2014; o Edital do Pregão n. 036/2014, SRP 019/2014 as propostas com preços e especificações.

#### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 03 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SAFRA DIESEL LTDA

CNPJ: 76.578.202/0001-87

Gerente: RENI PERIZZOLO  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio Gasaniga

CPF: 807.451.729-30

Erica Thomé Laidnes

CPF: 006.854.259-32

Melzi Cavazzola

Advogado - OAB/SC 3.076

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006 2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 006/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 057/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 042/2014

SRP Nº 023/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos Onze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze, o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 11.250.761/0001-18, situado na Avenida 20 de Julho, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 042/2014, Processo Licitatório 057/2014, SRP 023/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) SAFRA DIESEL LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 76.578.202/0001-87, com sede na Rodovia Acesso SC 480 Nº 941 Chapecó/SC, CEP 89.801-970 neste ato representado por seu Gerente o Sr. Reni Perizzolo, CPF: 097.840.980-91, CI:5.581.909-SSP-SC de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de:

item	qtde_item	Valor unit.	Objeto	un_codi
3	15	717,81	GRAXA GRAFITADA, LLHT/GRF 2, EMBALAGEM COM 20KG	EMB
4	3	492,61	SODA DE-SENGRAXANTE, EMBALAGEM COM 200 LITROS.	EMB
5	8	492,5	ALUMÍNIO EMBALAGEM COM 200 LITROS.	EMB
6	8	400	SHAMPOO, EMBALAGEM COM 200 LITROS.	EMB

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, reserva-se o direito de solicitar apenas a quantidade necessária para suprir as necessidades das Secretarias requisitantes. Após o término da vigência da ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial 042/2014-Processo Licitatório 057/2014 e a proposta apresentada pelo fornecedor, acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima. e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEUS ANEXOS.

#### 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 90 dias, podendo, a critério da Administração,

ser prorrogado por igual período ou até o limite máximo de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente ata de registro de preços.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

b) A licitante vencedora obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões de 25% (vinte cinco por cento), conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretario Solicitante do item, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

### 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a

contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido Complemento do Detalhamento Destinação

9 339030010000 Combustível e lubrificantes  
9 339030220000 Mat. De Limp. E Higienização  
27 339030010000 Comb. E Lubrific. Vigilância Sanitária

### 8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.1. O preço total ajustado para possíveis aquisições é de R\$ 19.367,00(Dezenove mil, trezentos e sessenta e sete reais) Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: [compras@ibiam.sc.gov.br](mailto:compras@ibiam.sc.gov.br) e [nfe@ibiam.sc.gov.br](mailto:nfe@ibiam.sc.gov.br).

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito Federais e Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS, e Falência e Concordata, e CNDT.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Os itens(exceto gasolina), devem estar acondicionado em embalagem original do produto, devidamente lacrado, com rotulo ou impressão na própria embalagem contendo no mínimo os



seguintes dados: marca, ficha técnica do produto, data de fabricação, data de validade, lote, responsável técnico, registro no órgão competente, entre outros. Para cada dia de atraso na entregar do item o Município cobrará multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20(vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. No momento do recebimento do item, caso a administração constate que o mesmo não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços, e será cobrada a multa acima estipulada por dia de atraso na substituição do produto. Todos os itens constantes neste edital estão sujeitos a serem encaminhados para análise. Sendo realizada a análise e constatado alteração no(s) produto(s), será aplicada um multa de R\$ 10.000,00(dez mil reais) por item adulterado, e demais penalidades legais. Todos os itens constantes neste processo devem ser entregues na garagem de máquinas da Prefeitura de Ibiam, durante horário de expediente, sob pena de não serem recebidos, e sem custos adicionais para o Município de Ibiam.

11.8 - Condições de fornecimento para o item Gasolina, a forma de fornecimento é a seguinte:

A gasolina, deve ser fornecida no prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas contados do encaminhamento da Autorização de Fornecimento, no e-mail indicado pelo proponente na proposta comercial, o não fornecimento no prazo indicado, enseja na aplicação de multa diária de 300,00(Trezentos reais), por dia de atraso. A gasolina será depositado em tanque e bomba de abastecimento fornecidos pela empresa vencedora. Além do fornecimento de tanque e bomba de abastecimento a empresa vencedora é responsável em providenciar totalmente a suas custas as respectivas bacias de contenção para cada tanque/bomba), também é por conta da empresa vencedora todos os custos de instalação do equipamento em local indicado pela administração, manutenção/assistência técnica do equipamento(tanque e bomba), bem como providenciar todas as placas de advertência que devem ser afixadas no local, conforme legislação em vigor. A assistência técnica, quando solicitada pelo Município de Ibiam, deve ocorrer em no máximo 4(quatro) horas, sob pena de execução do contrato.

O equipamento(tanque com sua respectiva bomba de abastecimento), devem atender plenamente as normas da ABNT, do INMETRO e demais legislação pertinente a matéria e estarem em excelentes condições de uso.

O tanque devem ter no mínimo a seguinte capacidade:

Mínimo 7.000(sete mil litros), para gasolina comum,

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renovação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 057/2014, Pregão Presencial 042/2014, SRP 023/2014 será exercida pelo Secretário solicitante, conforme Termos de Referência anexos ao respectivo processo, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 042/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 042/2014

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE,

desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

## II - multas:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.
- b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.
- c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.
- d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.
- g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO SEGUNDA** - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEXTA** - As multas não têm caráter indenizatório e

seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

## 14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

## 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC;

## 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 057/2014; o Edital do Pregão n. 042/2014, SRP 023/2014 as propostas com preços e especificações.

## 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 11 de Dezembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

SAFRA DIESEL LTDA  
CNPJ: 76.578.202/0001-87  
Gerente: Reni Perizzolo  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:  
Laelcio Gasaniga  
CPF: 807.451.729-30

Irley Lamperti  
CPF: 572.241.539-15

Melzi Cavazzola  
Advogado - OAB/SC 3.076

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 007 2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 007/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 057/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 042/2014

SRP Nº 023/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos Onze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze, o Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, inscrito no CNPJ sob n. 11.250.761/0001-18, situado na Avenida 20 de Julho, Centro, Ibiã, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 042/2014, Processo Licitatório 057/2014, SRP 023/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) MAZP DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 85.050.474/0001-09, com sede na Rua LIDIA CAMARGO ZAMPIERI Nº 1438/ARAUCÁRIA-PR CEP 83.708-135 neste ato representado por seu Gerente o Sr. IDIOMAR ZANELLA, CPF nº: 815.440.659-49, CI nº 5.099.325-6/SSP/PR de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL**

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de:

item	Quant. estimada	Objeto	Valor Unit.
8	30000	Gasolina Comum	2,95

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, reserva-se o direito de solicitar apenas a quantidade necessária para suprir as necessidades das Secretarias requisitantes. Após o término da vigência da ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial 042/2014-Processo Licitatório 057/2014 e a proposta apresentada pelo fornecedor, acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima, e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEUS ANEXOS.

**2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE**

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 90 dias, podendo, a critério da Administração, ser prorrogado por igual período ou até o limite máximo de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente ata de registro de preços.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

b) A licitante vencedora obriga-se a aceitar os acréscimos ou

supressões de 25% (vinte cinco por cento), conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

**3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretario Solicitante do item, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

**4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

**5. DOS PREÇOS REGISTRADOS**

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

**6. DO CONTRATO**

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

**7 - DA DESPESA:**



7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido Complemento do Detalhamento Destinação

9 339030010000 Combustível e lubrificantes  
9 339030220000 Mat. De Limp. E Higienização  
27 339030010000 Comb. E Lubrific. Vigilância Sanitária

#### 8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.1. O preço total ajustado para possíveis aquisições é de R\$ 88.500,00(Oitenta e oito mil e quinhentos reais) Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: [compras@ibiam.sc.gov.br](mailto:compras@ibiam.sc.gov.br) e [nfe@ibiam.sc.gov.br](mailto:nfe@ibiam.sc.gov.br).

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito Federais e Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS, e Falência e Concordata, e CNDT.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Os itens(exceto gasolina), devem estar acondicionado em embalagem original do produto, devidamente lacrado, com rotulo ou impressão na própria embalagem contendo no mínimo os seguintes dados: marca, ficha técnica do produto, data de fabricação, data de validade, lote, responsável técnico, registro no órgão competente, entre outros. Para cada dia de atraso na entregar do item o Município cobrará multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20(vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. No momento do recebimento do item, caso a administração constate que o mesmo não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta

no edital e respectiva ata de registro de preços, e será cobrada a multa acima estipulada por dia de atraso na substituição do produto. Todos os itens constantes neste edital estão sujeitos a serem encaminhados para análise. Sendo realizada a análise e constatado alteração no(s) produto(s), será aplicada um multa de R\$ 10.000,00(dez mil reais) por item adulterado, e demais penalidades legais. Todos os itens constantes neste processo devem ser entregues na garagem de máquinas da Prefeitura de Ibiã, durante horário de expediente, sob pena de não serem recebidos, e sem custos adicionais para o Município de Ibiã.

11.8 - Condições de fornecimento para o item Gasolina, a forma de fornecimento é a seguinte:

A gasolina, deve ser fornecida no prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas contados do encaminhamento da Autorização de Fornecimento, no e-mail indicado pelo proponente na proposta comercial, o não fornecimento no prazo indicado, enseja na aplicação de multa diária de 300,00(Trezentos reais), por dia de atraso. A gasolina será depositado em tanque e bomba de abastecimento fornecidos pela empresa vencedora. Além do fornecimento de tanque e bomba de abastecimento a empresa vencedora é responsável em providenciar totalmente a suas custas as respectivas bacias de contenção para cada tanque/bomba), também é por conta da empresa vencedora todos os custos de instalação do equipamento em local indicado pela administração, manutenção/assistência técnica do equipamento(tanque e bomba), bem como providenciar todas as placas de advertência que devem ser afixadas no local, conforme legislação em vigor. A assistência técnica, quando solicitada pelo Município de Ibiã, deve ocorrer em no máximo 4(quatro) horas, sob pena de execução do contrato.

O equipamento(tanque com sua respectiva bomba de abastecimento), devem atender plenamente as normas da ABNT, do INMETRO e demais legislação pertinente a matéria e estarem em excelentes condições de uso.

O tanque devem ter no mínimo a seguinte capacidade: Mínimo 7.000(sete mil litros), para gasolina comum,

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 057/2014, Pregão Presencial 042/2014, SRP 023/2014 será exercida pelo Secretário solicitante, conforme Termos de

Referencia anexos ao respectivo processo, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 042/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 042/2014

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de

atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

#### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.



13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

#### 14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC;

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 057/2014; o Edital do Pregão n. 042/2014, SRP 023/2014 as propostas com preços e especificações.

#### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 11 de Dezembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO	MAZP DISTRIB. DE PETRÓLEO LTDA
Prefeito Municipal	CNPJ: 85.050.474/0001-09
CONTRATANTE	Gerente: IDIOMAR ZANELLA
	CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Laelcio Gasaniga	Irley Lamperti
CPF: 807.451.729-30	CPF: 572.241.539-15

Melzi Cavazzola  
Advogado - OAB/SC 3.076

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014 2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º /14  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 055/2014.  
PREGÃO PRESENCIAL N. 040/2014  
SRP Nº 021/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois

mil e quatorze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 040/2014, Processo Licitatório 055/2014, SRP 021/2014, RESOLUÇÃO: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), ..... de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de ...

.....  
e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

#### 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 60(sessenta) dias, podendo a critério da Administração, ser sua vigência prorrogada até o limite máximo de 12(doze) meses, contados a partir da data da assinatura da presente ata.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

#### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

#### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

#### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

#### 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
Reduzido	Atividade	Complemento do Detalhamento
29	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903999000000
53	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903999000000
69	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903999000000
120	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903999000000

#### 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal,

aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo decreto municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório de horas executadas, assinado pelo secretário de obras, e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado mediante apresentação por parte do contratado das seguintes Certidões negativas de Débitos: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, e CNDT devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiam, mediante envio da Autorização de Fornecimento - AF, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24 horas, para retirar da garagem de máquinas do Município de Ibiam os pneus que serão recapados/vulcanizados ou consertados e terão o prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas(contadas do envio da AF), para devolvê-los na garagem de máquinas do Município de Ibiam, após a realização do serviço solicitado para o item. Somente será aceito matéria prima(borracha) de primeira linha e de primeira qualidade, e que atenda as normas da ABNT em vigor. A empresa deve possuir a certificação do INMETRO. A não observância do contido neste item enseja na aplicação das penalidades constantes no edital e na Ata de registro de Preço decorrentes do Processo Licitatório 055/2014. Na entrega da mercadoria a empresa deve apresentar a nota fiscal de compra da matéria prima(borracha), que utilizou nos pneus da Prefeitura de Ibiam, sob pena de cancelamento da presente ata. A empresa que não cumprir os prazos de retirada e entrega da mercadoria além das sanções constantes no processo 055/2014 também será penalizada com multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) de multa por dia de atraso.

8.8. A Administração não efetuará pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 040/2014 sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam

mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renovação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 055/2014, Pregão Presencial 040/2014, SRP 021/2014 será exercida pelo Secretário de: Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, Secretário de Agricultura e pelo Secretário de Educação (conforme o Item) do Município de Ibiá, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 040/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 040/2014.

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues em desacordo e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto

da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEXTA** - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

### 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas, no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios do estado de Santa Catarina;

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 055/2014; o Edital do Pregão n. 040/2014, SRP 021/2014 as propostas com preços e especificações.

### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, em ..., de ..... de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO PROPONENTE VENCEDOR  
 Prefeito Municipal CNPJ: .....  
 CONTRATANTE Gerente: .....  
 CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Luciana Balem Irley Lampertti  
 CPF: 042.307.839-90 CPF: 572.241.539-15

Melzi Cavazzola  
 Advogado - OAB/SC 3.076

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016 2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 016/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 049/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 035/2014

SRP Nº 018/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 03 dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatorze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 035/2014, Processo Licitatório 049/2014, SRP 018/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) SAFRA DIESEL LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 76.578.202/0001-87, com sede na Rodovia Acesso SC 480 Nº 941 Chapecó/SC, CEP 89.801-970 neste ato representado por seu Gerente o Sr. Reni Perizzolo, CPF: 097.840.980-91, CI:5.581.909-SSP-SC, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de:

Item	Quantidade estimada	Valor Unit.	Objeto	Unid.
1	20	187,30	OLEO ISSO V668 HI-DRÁULICO EMBALAGEM COM 20L	EMB
2	80	230,00	OLEO API CG4 - OLEO MOTOR, EMBALAGEM C/ 20LITROS	EMB



3	54	53,41	OLEO SEMISSINTE- TICO API SN, EMBALAGEM C/ 3 LITRO.	EMB
4	23	247,24	OLEO TH 20W30, THF 11, EMBA- LAGEM COM 20 LITROS	EMB
5	29	294,60	OLEO FTA, EMBALAGEM COM 20 LITROS	EMB
6	17	230,33	OLEO SAE 90API GL 5, EMBALAGEM COM 20 LITROS	EMB
7	14	220,43	OLEO 140, API GL 5, EMBALAGEM COM 20 LITROS.	EMB
8	5	330,00	OLEO TRANS- MISSÃO MAT 3505, EMBA- LAGEM COM 20 LITROS.	EMB
9	50	17,23	DOT 4, FLUIDO DE FREIO, EMBALAGEM COM 500 ML	EMB
10	28	7,50	OLEO 2 TEMPOS, EMBALAGEM COM 500ML	EMB
11	33	6,50	DESINGRI- PANTE, EMBALAGEM COM 500 ML.	EMB
12	16	129,00	NH 610, ÓLEO FREIO MINE- RAL(AMBRA), EMBALAGEM C/ 1 LITRO	EMB
13	10	255,00	VG 46, OLEO H046MVG, EMBALAGEM COM 20 LITROS	EMB
14	5	580,00	ADITIVO RA- DIADORES, EMBALAGEM COM 50 LITROS	EMB
15	46	5,00	AGUA BATE- RIA, EMBA- LAGEM COM 1 LITRO	EMB
16	15	717,81	GRAXA GRAFITADA, LLHT/GRF 2, EMBALAGEM COM 20KG	EMB

17	15	321,66	GRAXA CO- MUM, CA 2, EMBALAGEM COM 20KG.	EMB
18	3	492,61	SODA DE- SENGRAXAN- TE, EMBA- LAGEM COM 200 LITROS.	EMB
19	8	492,50	ALUMÍNIO EMBALAGEM COM 200 LITROS.	EMB
20	7	550,00	SHAMPOO, EMBALAGEM COM 200 LITROS.	EMB
21	7	200,00	LÍQUIDO MECÂNICO, EMBALAGEM COM 200 LITROS.	EMB
22	60	85,55	ARLA 32, EMBALAGEM COM 20 LITROS.	EMB
23	28000	2,85	Gasolina Comum	LT
24	134000	2,33	Óleo Diesel Comum	LT
25	72000	2,58	Óleo Diesel S10	LT
Valor total estimado: R\$ 557.640,00(Quinhentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais)				

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiara reserva-se o direito de solicitar apenas a quantidade necessária para suprir as necessidades das Secretarias requisitantes. Após o término da vigência da ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial 035/2014-Processo Licitatório 049/2014 e a proposta apresentada pelo fornecedor, acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima. e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEUS ANEXOS.

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 90 dias, podendo, a critério da Administração, ser prorrogado por igual período ou até o limite máximo de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente ata de registro de preços.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

b) A licitante vencedora obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões de 25% (vinte cinco por cento), conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretario



Solicitante do item, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

#### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

#### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

#### 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

REDUZIDO	ATIVIDADE	COM.. DO DETALHAMENTO
2	MANUT. DAS ATIV. DO GABINETE DO PREFEITO E VICE	33903001000000
12	MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	33903022000000
12	MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	33903001000000
16	MANUT. CONVÊNIO SECRET. SEGURANÇA PÚBLICA	33903001000000
29	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903022000000
29	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903001000000
53	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903039000000
53	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903001000000
54	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903001000000
55	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903001000000
69	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903001000000
76	APOIO AO ENSINO MÉDIO	33903001000000
83	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	33903001000000
90	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	33903001000000
120	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903001000000
126	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903022000000
126	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903001000000

#### 8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.1. O preço total ajustado para possíveis aquisições é de R\$ 557.640,00 (Quinhentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais). Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho,

sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: [compras@ibiam.sc.gov.br](mailto:compras@ibiam.sc.gov.br) e [nfe@ibiam.sc.gov.br](mailto:nfe@ibiam.sc.gov.br).

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a empresa enviar, ao Setor de compras da Prefeitura de Ibiã, as Certidões Negativas de Débito Federais e Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS, e Falência e Concordata, e CNDT.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48(Quarenta e oito) horas, para entregar os itens constantes na respectiva AF - Autorização de Fornecimento. Os itens(exceto gasolina, óleo diesel e óleo S10), devem estar acondicionado em embalagem original do produto, devidamente lacrado, com rotulo ou impressão na própria embalagem contendo no mínimo os seguintes dados: marca, ficha técnica do produto, data de fabricação, data de validade, lote, API(conforme o caso), responsável técnico, registro no órgão competente, entre outros. Para cada dia de atraso na entrega do item o Município cobrará multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20(vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. No momento do recebimento do item, caso a administração constate que o mesmo não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços, e será cobrada a multa acima estipulada por dia de atraso na substituição do produto.

Todos os itens constantes neste edital estão sujeitos a serem encaminhados para análise. Sendo realizada a análise e constatado alteração no(s) produto(s), será aplicada uma multa de R\$ 10.000,00(dez mil reais) por item adulterado,(que não atenda as normas e legislação em vigor) e demais penalidades legais.

Todos os itens constantes neste processo devem ser entregues na garagem de máquinas da Prefeitura de Ibiã, durante horário de expediente, sob pena de não serem recebidos, e sem custos adicionais para o Município de Ibiã.

8.8 - Condições de fornecimento Para os itens Gasolina, óleo diesel e óleo S10 a forma de fornecimento é a seguinte:

O combustível diesel, e diesel S10, devem ser fornecidos no prazo

máximo de até 48(quarenta e oito) horas contados do encaminhamento da Autorização de Fornecimento, no e-mail indicado pelo proponente na proposta comercial, o não fornecimento no prazo indicado, enseja na aplicação de multa diária de 300,00(Trezentos reais), por dia de atraso. O combustível será depositado em tanque e bomba de abastecimento fornecidos pela empresa vencedora. Além do fornecimento de tanque e bomba de abastecimento a empresa vencedora é responsável em providenciar totalmente a suas custas as respectivas bacias de contenção para cada tanque/bomba), também é por conta da empresa vencedora todos os custos de instalação do equipamento em local indicado pela administração, manutenção/assistência técnica do equipamento(tanque e bomba), bem como providenciar todas as placas de advertência que devem ser afixadas no local, conforme legislação em vigor. A assistência técnica, quando solicitada pelo Município de Ibiã, deve ocorrer em no máximo 4(quatro) horas, sob pena de execução do contrato.

O equipamento(tanque com sua respectiva bomba de abastecimento), devem atender plenamente as normas da ABNT, do INMETRO e demais legislação pertinente a matéria e estarem em excelentes condições de uso.

Os tanques devem ter no mínimo as seguintes capacidades:

Mínimo 7.000(sete mil litros), para óleo diesel S10,

Mínimo 10.000(dez mil litros), para óleo diesel comum.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4. consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 049/2014, Pregão Presencial 035/2014, SRP 018/2014 será exercida pelos Secretários usuários dos itens licitados, conforme Termos de Referência anexos ao respectivo processo, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigará-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 035/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 035/2014

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento

de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

#### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

#### 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;  
d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina;

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 049/2014; o Edital do Pregão n. 035/2014, SRP 018/2014 as propostas com preços e especificações.

#### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 03 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO                      SAFRA DIESEL LTDA  
Prefeito Municipal                      CNPJ: 76.578.202/0001-87  
CONTRATANTE                      Gerente: RENI PERIZZOLO  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:  
Laelcio A. Gasaniga                      Irley Lamperti  
CPF - 807.451.729-20                      CPF: 572.241.539-15

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 017 2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 017/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 051/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N. 037/2014  
SRP Nº 020/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos 3(três) dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatorze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 037/2014, Processo Licitatório 051/2014, SRP 020/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) COR URBANA INDUSTRIA E COMERCIO

DE CONFECÇÕES LTDA EPP, CNPJ: 06.057.694/0001-80, estabelecida na Rua Padre 365, Centro, Tangará/SC, CEP: 89.642-000, representada neste ato por seu Sócio Adm. o Sr. Paulo Roberto Coser, CPF: 051.560.299-06, RG 4.150.189, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que é parte integrante este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de peças de vestuário padronizado(uniforme escolar), que serão distribuídos gratuitamente para os alunos da rede municipal de ensino, conforme segue:

Item	Qtde_item	Preço Init.	Descrição do Objeto	un_codi
1	33	9,50	Camiseta Manga curta malha PV (67% poliéster e 33% Viscose), Com gramatura de 160 g/m2, anti pilling, com branca, com logo do Município, estampado no lado esquerdo, gola redonda com ribana vermelha e costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho de 0 a04.	UN
2	101	12,00	Camiseta Manga curta malha PV (67% poliéster e 33% Viscose), Com gramatura de 160 g/m2, anti pilling, com branca, com logo do Município, estampado no lado esquerdo, gola redonda com ribana vermelha e costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho de 06 a 08.	UN



3	44	12,50	Camiseta Manga curta malha PV (67% poliéster e 33% Viscose), Com gramatura de 160 g/m2, anti pilling, com branca, com logo do Município, estampado no lado esquerdo, gola redonda com ribana vermelha e costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho de 10 a 12.	UN
4	21	13,50	Camiseta Manga curta malha PV (67% poliéster e 33% Viscose), Com gramatura de 160 g/m2, anti pilling, com branca, com logo do Município, estampado no lado esquerdo, gola redonda com ribana vermelha e costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho de 14 a 16.	UN
5	33	28,45	Jaqueta em Malha Colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, com cinza, 2 bolsos na frente, zíper até a gola 2 filetes em cada braço com logo do Município estampado no lado esquerdo e estampa em arco nas costas. Costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho de 0 a 04.	UN

6	101	39,45	Jaqueta em Malha Colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, com cinza, 2 bolsos na frente, zíper até a gola 2 filetes em cada braço com logo do Município estampado no lado esquerdo e estampa em arco nas costas. Costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho de 06 a 08.	UN
7	44	40,45	Jaqueta em Malha Colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, com cinza, 2 bolsos na frente, zíper até a gola 2 filetes em cada braço com logo do Município estampado no lado esquerdo e estampa em arco nas costas. Costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho de 10 a 12.	UN
8	21	44,45	Jaqueta em Malha Colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, com cinza, 2 bolsos na frente, zíper até a gola 2 filetes em cada braço com logo do Município estampado no lado esquerdo e estampa em arco nas costas. Costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho de 14 a 16.	UN



9	33	18,45	Calça em malha colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor cinza, 2 bolsos na frente, elástico na cintura e 2 filetes nas pernas, costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho 0 a 04..	UN
10	101	23,45	Calça em malha colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor cinza, 2 bolsos na frente, elástico na cintura e 2 filetes nas pernas, costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho 06 a 08.	UN
11	44	24,45	Calça em malha colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor cinza, 2 bolsos na frente, elástico na cintura e 2 filetes nas pernas, costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho 10 a 12.	UN
12	21	26,95	Calça em malha colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor cinza, 2 bolsos na frente, elástico na cintura e 2 filetes nas pernas, costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho 14 a 16.	UN

13	35	15,45	Calção masculino em malha colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor cinza, 2 bolsos na frente, elástico na cintura e 2 filetes nas pernas, costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho 0 a 04.	UN
14	65	17,45	Calção masculino em malha colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor cinza, 2 bolsos na frente, elástico na cintura e 2 filetes nas pernas, costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho 06 a 08.	UN
15	35	18,45	Calção masculino em malha colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor cinza, 2 bolsos na frente, elástico na cintura e 2 filetes nas pernas, costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho 10 a 12.	UN
16	30	20,45	Calção masculino em malha colegial 60% poliéster e 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor cinza, 2 bolsos na frente, elástico na cintura e 2 filetes nas pernas, costuras com fios e linhas 100% poliéster. Tamanho 14 a 16.	UN

17	12	15,50	Shorts- saia, em malha colegial 100% poliéster, 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor verde utopia, sem bolos, elástico na cintura e 1 filete nas laterais. Costuras com fios de linhas 100% poliéster. Tamanho 0 a 04.	UN
18	35	18,00	Shorts- saia, em malha colegial 100% poliéster, 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor verde utopia, sem bolos, elástico na cintura e 1 filete nas laterais. Costuras com fios de linhas 100% poliéster. Tamanho 06 a 08.	UN
19	40	19,50	Shorts- saia, em malha colegial 100% poliéster, 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor verde utopia, sem bolos, elástico na cintura e 1 filete nas laterais. Costuras com fios de linhas 100% poliéster. Tamanho 10 a 12.	UN
20	25	23,00	Shorts- saia, em malha colegial 100% poliéster, 40% algodão, com gramatura de 295g/m2, cor verde utopia, sem bolos, elástico na cintura e 1 filete nas laterais. Costuras com fios de linhas 100% poliéster. Tamanho 14 a 16.	UN
Valor total estimado: R\$: 19.197,10(Dezenove mil, cento e noventa e sete reais)				

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIA E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data da sua publicação.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretário Solicitante, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas

à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

##### RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Cod.Red.	Un.Orç.	Proj./Ativ.	Elemento Despesa	Compl.do Elemento	Valor Previsto
69	02.06	2.026	33900000000000	33903299000000	37.520,00

#### 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo decreto municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório de horas executadas, assinado pelo secretário de obras, e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado mediante apresentação, por parte do contratado da documentação que comprove a regularidade obrigatória da licitante vencedora junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiam, o fornecedor terá um prazo máximo de até 5 dias, para fabricar e entregar no Centro Educacional Eliziane Titon os itens solicitados na AF.(contados do recebimento da respectiva Autorização de Fornecimento, a qual será encaminhada por e-mail ou fax). A empresa fica obrigada a substituir as peças que por ventura apresente defeito de fabricação ou no próprio tecido, sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 48 horas. Para cada dia de atraso no fornecimento da mercadoria será cobrado multa de R\$ 500,00(quinhetos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 5(cinco) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o material utilizado na fabricação dos uniformes é de qualidade inferior ao das amostras os mesmos serão devolvidos para a empresa e o Município não realizará o pagamento das peças que foram confeccionadas em material que não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), sofrendo também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

8.9. A Administração não efetuara pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 037/2014 sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 047/2014 Pregão Presencial 037/2014, SRP 020/2014 será exercida pelo Secretário de: Secretário de Educação do Município de Ibiá, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 037/2013 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 037/2014

11.6. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), estipulado no Edital n. 037/2014, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 5 (cinco) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

e) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

### 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina;

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 051/2014; o Edital do Pregão n. 037/2014, SRP 020/2014 as propostas com preços e especificações.

### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 03 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

COR URBANA IND. E COM. DE CONF. LTDA EPP  
CNPJ: 06.057.694/0001-80  
Sócio Adm: Paulo Roberto Coser  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:  
Catarina Borsoi                      Luciana T. Balem  
CPF: 572.246.259-49              CPF: 042.307.839-90

Melzi Cavazzola  
Advogado - OAB/SC 3.076

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 018 2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 018/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 055/2014.  
PREGÃO PRESENCIAL N. 040/2014  
SRP Nº 021/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos três dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatorze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 040/2014, Processo Licitatório 055/2014, SRP 021/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), FM PNEUS LTDA, CNPJ: 81.374.845/0004-91, Estabelecida, na Rod. SC, KM 52,9, CX. P. 165, Bairro Ind. Videira/SC, representada neste ato, por seu Gerente, o Sr. Marcio Vitor Marcon, CPF: 746.745.790-15, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de:

Item	Quant.	Valor Unit.	Objeto
2	16	1.340,00	RECAPAGEM DE PNEU 1400 X 24 - BORRACHUDO
3	8	506,00	RECAPAGEM DE PNEU 275/80-R22.5 - BORRACHUDO - CAMINHÃO WW.
6	18	312,00	RECAPAGENS DE PNEUS 215.75-R17.5 - BORRACHUDO
7	18	340,00	VULCANIZAÇÃO PNEU 1400 - 24



10	18	115,00	VULCANIZAÇÃO PNEU 275/80R22.5
12	58	32,00	CONCERTO VD Nr. 04
14	58	42,60	CONCERTO VD Nr. 06
16	58	68,00	CONCERTO VD Nr. 08
17	58	97,00	CONCERTO VD Nr. 09
19	58	28,00	CONCERTO Nr. RAC 20
20	43	31,50	CONCERTO Nr. RAC 24
21	43	53,00	CONCERTO Nr. RAC 40
Total estimado R\$: 52.246,00(cinquenta e dois mil, duzentos e quarenta e seis reais)			

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIA E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 60(sessenta) dias, podendo a critério da Administração, ser sua vigência prorrogada até o limite máximo de 12(doze) meses, contados a partir da data da assinatura da presente ata.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento

do registro.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

## 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
Reduzido	Atividade	Complemento do Detalhamento
29	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903999000000
53	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903999000000
69	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903999000000
120	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903999000000

## 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo decreto municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório de horas executadas, assinado pelo secretário de obras, e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado mediante apresentação por parte do contratado das seguintes Certidões negativas de Débitos: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, e CNDT devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiam, mediante envio da Autorização de Fornecimento - AF, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24 horas, para retirar da garagem de máquinas do Município de Ibiam os pneus que serão recapados/vulcanizados ou consertados e terão o prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas(contadas do envio da AF), para devolvê-los na garagem de máquinas do Município de Ibiam, após a realização do serviço solicitado para o item. Somente será aceito matéria prima(borracha) de primeira linha e de primeira qualidade, e que atenda as normas da ABNT em vigor. A empresa deve possuir a certificação do INMETRO. A não observância do contido neste item enseja na aplicação das penalidades constantes no edital e na Ata de registro de Preço decorrentes do Processo Licitatório 055/2014. Na entrega da mercadoria a empresa deve apresentar a nota fiscal de compra da matéria prima(borracha), que utilizou nos pneus da Prefeitura de Ibiam, sob pena de cancelamento da presente ata. A empresa que não cumprir os prazos de retirada e entrega da mercadoria além das sanções constantes no processo 055/2014 também será penalizada com multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) de multa por dia de atraso.

8.8. A Administração não efetuará pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 040/2014 sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de

renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 055/2014, Pregão Presencial 040/2014, SRP 021/2014 será exercida pelo Secretário de: Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, Secretário de Agricultura e pelo Secretário de Educação(conforme o Item) do Município de Ibiam, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 040/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 040/2014.

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades,

isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues em desacordo e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO SEGUNDA** - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA

pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEXTA** - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

### 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas, no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios do estado de Santa Catarina;

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 055/2014; o Edital do Pregão n. 040/2014, SRP 021/2014 as propostas com preços e especificações.

### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 03 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

FM PNEUS LTDA

CNPJ: 81.374.845/0004-91

Gerente: Marcio Vitor Marcon  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luciana Balem

CPF: CPF: 042.307.839-90

Irley Lampertti

CPF: 572.241.539-15

Melzi Cavazzola

Advogado - OAB/SC 3.076

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019 2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 019/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 055/2014.

PREGÃO PRESENCIAL N. 040/2014

SRP Nº 021/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos três dias do mês de Novembro do ano de dois mil e quatorze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 040/2014, Processo Licitatório 055/2014, SRP 021/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), RECAUCHUTADORA RODA LTDA, CNPJ: 83.512.624/0001-15, estabelecida na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba/SC, CEP: 89.600-000, representada neste ato, por seu Sócio Gerente o Sr. Marcos Neuhauser, CPF: 461.469.899-91, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de:

Item	Quantid.	Valor Unit.	Objeto
1	26	469,00	RECAPAGEM DE PNEU 1000 X 20 - BORRACHUDO
4	10	1.015,00	RECAPAGENS DE PNEUS 12.5/80-18 - DIANTEIRO RETRO
5	10	1.860,00	RECAPAGENS DE PNEUS 19.5L-24 - TRASEIRO RETRO
8	30	356,00	VULCANIZAÇÃO PNEU 19.5-24
9	18	115,00	VULCANIZAÇÃO PNEU 1000-20
11	58	29,60	CONCERTO VD Nr. 03

13	58	37,00	CONCERTO VD Nr. 05
15	58	55,00	CONCERTO VD Nr. 07
18	58	126,00	CONCERTO VD Nr. 10
22	43	60,00	CONCERTO Nr. RAC 42
23	43	77,00	CONCERTO Nr. RAC 46
Total estimado R\$ 67.209,00(Sessenta e sete mil, duzentos e nove reais)			

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

### 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 60(sessenta) dias, podendo a critério da Administração, ser sua vigência prorrogada até o limite máximo de 12(doze) meses, contados a partir da data da assinatura da presente ata.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto



Federal n. 3.931/2001.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

## 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS		
Reduzido	Atividade	Complemento do Detalhamento
29	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903999000000
53	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903999000000
69	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903999000000
120	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903999000000

## 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo decreto municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório de horas executadas, assinado pelo secretário de obras, e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado mediante apresentação por parte do contratado das seguintes Certidões negativas de Débitos: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, e CNDT devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiam, mediante envio da Autorização de Fornecimento - AF, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24 horas, para retirar da garagem de máquinas do Município de Ibiam os pneus que serão recapados/vulcanizados ou consertados e terão o prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas(contadas do envio da AF), para devolvê-los na garagem de máquinas do Município de Ibiam, após a realização do serviço solicitado para o item. Somente será aceito matéria prima(borracha) de primeira linha e de primeira qualidade, e que atenda as normas da ABNT em vigor. A empresa deve possuir a certificação do INMETRO. A não observância do contido neste item enseja na aplicação das penalidades constantes no edital e na Ata de registro de Preço decorrentes do Processo Licitatório 055/2014. Na entrega da mercadoria a empresa deve apresentar a nota fiscal de compra da matéria prima(borracha), que utilizou nos pneus da Prefeitura de Ibiam, sob pena de cancelamento da presente ata. A empresa que não cumprir os prazos de retirada e entrega da mercadoria além das sanções constantes no processo 055/2014 também será penalizada com multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) de multa por dia de atraso.

8.8. A Administração não efetuará pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 040/2014 sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis



alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 055/2014, Pregão Presencial 040/2014, SRP 021/2014 será exercida pelo Secretário de: Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, Secretário de Agricultura e pelo Secretário de Educação (conforme o Item) do Município de Ibiá, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 040/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 040/2014.

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE,

desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

#### II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues em desacordo e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e

seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

### 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas, no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios do estado de Santa Catarina;

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 055/2014; o Edital do Pregão n. 040/2014, SRP 021/2014 as propostas com preços e especificações.

### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 03 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO	Recauchutadora Roda Ltda
Prefeito Municipal	CNPJ: 83.512.624/0001-15
CONTRATANTE	Sócio Gerente: Marcos Neuhauser
	CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:

Luciana Balem  
CPF: CPF: 042.307.839-90

Irley Lampertti  
CPF: 572.241.539-15

Melzi Cavazzola  
Advogado - OAB/SC 3.076

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 020/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 056/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N. 041/2014  
SRP Nº 022/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos Onze dias do mês de Dezembro, do ano de dois mil e quatorze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 041/2014, Processo Licitatório 056/2014, SRP 022/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), MAZP DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 85.050.474/0001-09, com sede na Rua LIDIA CAMARGO ZAMPIERI Nº 1438/ARAUCÁRIA-PR CEP 83.708-135 neste ato representado por seu Gerente o Sr. IDIOMAR ZANELLA, CPF nº: 815.440.659-49, CI nº 5.099.325-6/SSP/PR, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de:

Item	Quantidade	Valor Un	Objeto	UN	Valor Total estimado
8	30000	2,95	Gasolina Comum	LT	R\$ 88.500,00

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiam reserva-se o direito de solicitar apenas a quantidade necessária para suprir as necessidades das Secretarias requisitantes. Após o término da vigência da ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial 041/2014-Processo Licitatório 056/2014 e a proposta apresentada pelo fornecedor, acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima. e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEUS ANEXOS.

### 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 90 dias, podendo, a critério da Administração, ser prorrogado por igual período ou até o limite máximo de 12

meses, contados a partir da data de assinatura da presente ata de registro de preços.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

b) A licitante vencedora obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões de 25% (vinte cinco por cento), conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretario Solicitante do item, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

### 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

REDUZIDO	ATIVIDADE	COM.. DO DETALHAMENTO
2	MANUT. DAS ATIV. DO GABINETE DO PREFEITO E VICE	33903001000000
12	MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	33903022000000
12	MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	33903001000000
16	MANUT. CONVÊNIO SECRET. SEGURANÇA PÚBLICA	33903001000000
29	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903022000000
29	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903001000000
53	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903039000000
53	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903001000000
54	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903001000000
55	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903001000000
69	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903001000000
76	APOIO AO ENSINO MÉDIO	33903001000000
83	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	33903001000000
90	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	33903001000000
120	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903001000000
126	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903022000000
126	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903001000000

### 8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.1. O preço total ajustado para possíveis aquisições é de R\$ R\$ 88.500,00(Oitenta e oito mil e quinhentos reais) Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: compras@ibiam.sc.gov.br e nfe@ibiam.sc.gov.br.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito Federais e Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS, e Falência e Concordata, e CNDT.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Os itens(exceto gasolina), devem estar acondicionado em embalagem original do produto, devidamente lacrado, com rotulo ou impressão na própria embalagem contendo no mínimo os seguintes dados: marca, ficha técnica do produto, data de fabricação, data de validade, lote, responsável técnico, registro no órgão competente, entre outros. Para cada dia de atraso na entregar do item o Município cobrará multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20(vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. No momento do recebimento do item, caso a administração constate que o mesmo não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços, e será cobrada a multa acima estipulada por dia de atraso na substituição do produto. Todos os itens constantes neste edital estão sujeitos a serem encaminhados para análise. Sendo realizada a análise e constatado alteração no(s) produto(s), será aplicada uma multa de R\$ 10.000,00(dez mil reais) por item adulterado, e demais penalidades legais. Todos os itens constantes neste processo devem ser entregues na garagem de máquinas da Prefeitura de Ibiã, durante horário de expediente, sob pena de não serem recebidos, e sem custos adicionais para o Município de Ibiã.

11.8 - Condições de fornecimento para o item Gasolina, a forma de fornecimento é a seguinte:

A gasolina, deve ser fornecida no prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas contados do encaminhamento da Autorização de Fornecimento, no e-mail indicado pelo proponente na proposta comercial, o não fornecimento no prazo indicado, enseja na aplicação de multa diária de 300,00(Trezentos reais), por dia de atraso. A gasolina será depositado em tanque e bomba de abastecimento fornecidos pela empresa vencedora. Além do fornecimento de tanque e bomba de abastecimento a empresa vencedora é responsável em providenciar totalmente a suas custas as respectivas bacias de contenção para cada tanque/bomba), também é por conta da empresa vencedora todos os custos de instalação do equipamento em local indicado pela administração, manutenção/assistência técnica do equipamento(tanque e bomba), bem como providenciar todas as placas de advertência que devem ser afixadas no local, conforme legislação em vigor. A assistência técnica, quando

solicitada pelo Município de Ibiã, deve ocorrer em no máximo 4(quatro) horas, sob pena de execução do contrato.

O equipamento(tanque com sua respectiva bomba de abastecimento), devem atender plenamente as normas da ABNT, do INMETRO e demais legislação pertinente a matéria e estarem em excelentes condições de uso.

O tanque devem ter no mínimo a seguinte capacidade:

Mínimo 7.000(sete mil litros), para gasolina comum,

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 056/2014, Pregão Presencial 041/2014, SRP 022/2014 será exercida pelos Secretários usuários dos itens licitados, conforme Termos de Referência anexos ao respectivo processo, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.



## 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 041/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 041/2014

11.6. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), estipulado no Edital n. 022/2014, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que

será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

## 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer



a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

## 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC;

## 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 056/2014; o Edital do Pregão n. 041/2014, SRP 022/2014 as propostas com preços e especificações.

## 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 11, de Dezembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO      MAZP DISTRIB. DE PETRÓLEO LTDA  
Prefeito Municipal      CNPJ: 85.050.474/0001-09  
CONTRATANTE      Gerente: IDIOMAR ZANELLA  
CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:

Laelcio Gasaniga      Irley Lamperti  
CPF: 807.451.729-30      CPF: 572.241.539-15

Melzi Cavazzola  
Advogado - OAB/SC 3.076

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 021/2014  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 056/2014  
PREGÃO PRESENCIAL N. 041/2014  
SRP Nº 022/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos Onze dias do mês de Dezembro, do ano de dois mil e quatorze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 041/2014, Processo Licitatório 056/2014, SRP 022/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), SAFRA DIESEL LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 76.578.202/0001-87, com sede na Rodovia Acesso SC 480 Nº 941 Chapecó/SC, CEP 89.801-970 neste ato representado por seu Gerente o Sr. Reni Perizzolo, CPF: 097.840.980-91, CI:5.581.909-SSP-SC, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas

as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

## 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados de:

_item	qtde_estimada	Valor unit.	Objeto	un_codi	
3	15	717,81	GRAXA GRAFITADA, LLHT/GRF 2, EMBALAGEM COM 20KG	EMB	
4	3	492,61	SODA DE-SENGRAXANTE, EMBALAGEM COM 200 LITROS.	EMB	
5	8	492,5	ALUMÍNIO EMBALAGEM COM 200 LITROS.	EMB	
6	8	400,00	SHAMPOO, EMBALAGEM COM 200 LITROS.	EMB	

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiam reserva-se o direito de solicitar apenas a quantidade necessária para suprir as necessidades das Secretarias requisitantes. Após o término da vigência da ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial 041/2014-Processo Licitatório 056/2014 e a proposta apresentada pelo fornecedor, acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo fornecedor vencedor dos itens acima. e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEUS ANEXOS.

## 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 90 dias, podendo, a critério da Administração, ser prorrogado por igual período ou até o limite máximo de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente ata de registro de preços.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

b) A licitante vencedora obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões de 25% (vinte cinco por cento), conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretário Solicitante do item, conforme conste no respectivo Termo de Referência,

anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

#### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

#### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

#### 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

REDUZIDO	ATIVIDADE	COM.. DO DETALHAMENTO
2	MANUT. DAS ATIV. DO GABINETE DO PREFEITO E VICE	33903001000000

12	MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	33903022000000
12	MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	33903001000000
16	MANUT. CONVÊNIO SECRET. SEGURANÇA PÚBLICA	33903001000000
29	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903022000000
29	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903001000000
53	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903039000000
53	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903001000000
54	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903001000000
55	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903001000000
69	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903001000000
76	APOIO AO ENSINO MÉDIO	33903001000000
83	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	33903001000000
90	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	33903001000000
120	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903001000000
126	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903022000000
126	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903001000000

#### 8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.1. O preço total ajustado para possíveis aquisições é de R\$ R\$ 19.367,00(Dezenove mil, trezentos e sessenta e sete reais) Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: [compras@ibiam.sc.gov.br](mailto:compras@ibiam.sc.gov.br) e [nfe@ibiam.sc.gov.br](mailto:nfe@ibiam.sc.gov.br).

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora

junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito Federais e Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS, e Falência e Concordata, e CNDT.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Os itens(exceto gasolina), devem estar acondicionado em embalagem original do produto, devidamente lacrado, com rotulo ou impressão na própria embalagem contendo no mínimo os seguintes dados: marca, ficha técnica do produto, data de fabricação, data de validade, lote, responsável técnico, registro no órgão competente, entre outros. Para cada dia de atraso na entregar do item o Município cobrará multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20(vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. No momento do recebimento do item, caso a administração constatare que o mesmo não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços, e será cobrada a multa acima estipulada por dia de atraso na substituição do produto. Todos os itens constantes neste edital estão sujeitos a serem encaminhados para análise. Sendo realizada a análise e constatado alteração no(s) produto(s), será aplicada uma multa de R\$ 10.000,00(dez mil reais) por item adulterado, e demais penalidades legais. Todos os itens constantes neste processo devem ser entregues na garagem de máquinas da Prefeitura de Ibiam, durante horário de expediente, sob pena de não serem recebidos, e sem custos adicionais para o Município de Ibiam.

11.8 - Condições de fornecimento para o item Gasolina, a forma de fornecimento é a seguinte:

A gasolina, deve ser fornecida no prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas contados do encaminhamento da Autorização de Fornecimento, no e-mail indicado pelo proponente na proposta comercial, o não fornecimento no prazo indicado, enseja na aplicação de multa diária de 300,00(Trezentos reais), por dia de atraso. A gasolina será depositado em tanque e bomba de abastecimento fornecidos pela empresa vencedora. Além do fornecimento de tanque e bomba de abastecimento a empresa vencedora é responsável em providenciar totalmente a suas custas as respectivas bacias de contenção para cada tanque/bomba), também é por conta da empresa vencedora todos os custos de instalação do equipamento em local indicado pela administração, manutenção/assistência técnica do equipamento(tanque e bomba), bem como providenciar todas as placas de advertência que devem ser afixadas no local, conforme legislação em vigor. A assistência técnica, quando solicitada pelo Município de Ibiam, deve ocorrer em no máximo 4(quatro) horas, sob pena de execução do contrato.

O equipamento(tanque com sua respectiva bomba de abastecimento), devem atender plenamente as normas da ABNT, do INMETRO e demais legislação pertinente a matéria e estarem em excelentes condições de uso.

O tanque devem ter no mínimo a seguinte capacidade:

Mínimo 7.000(sete mil litros), para gasolina comum,

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 056/2014, Pregão Presencial 041/2014, SRP 022/2014 será exercida pelos Secretários usuários dos itens licitados, conforme Termos de Referência anexos ao respectivo processo, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 041/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das

condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 041/2014

11.6. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), estipulado no Edital n. 022/2014, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

## 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

## 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC;

## 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 056/2014; o Edital do Pregão n. 041/2014, SRP 022/2014 as propostas com preços e especificações.

## 17. DO FORO



As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 11, de Dezembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO	SAFRA DIESEL LTDA
Prefeito Municipal	CNPJ: 76.578.202/0001-87
CONTRATANTE	Gerente: Reni Perizzolo
	CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio Gasaniga	Irley Lamperti
CPF: 807.451.729-30	CPF: 572.241.539-15

Melzi Cavazzola  
Advogado - OAB/SC 3.076

### **CIGA DOM 2015 009**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2015

Contrato de Prestação de Serviços relativo ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina celebrado entre o Município de Ibiam e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para o exercício de 2015.

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Ibiam, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, com sede administrativa na Trav. Leoniza Carvalho Agostini, 20, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1 e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

Das disposições gerais

Cláusula primeira - Aplicam-se ao presente contrato de prestação de serviços as disposições da Lei Federal nº 11.107/05 e da Lei Municipal nº 463 de 29/04/2011.

Cláusula segunda - É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e no artigo 2º, inciso III, da Lei nº 11.107/05.

Do objeto

Cláusula terceira - Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Ibiam no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

Parágrafo primeiro - A publicação no DOM/SC substituirá a publicação impressa e será veiculada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet.

Parágrafo segundo - A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

Da prestação do serviço

Cláusula quarta - O CIGA será responsável pela execução do objeto deste contrato, cuja prestação do serviço observará:

1. A disponibilização de sistema de gerenciamento das publicações do Município;

2. A implantação e capacitação sobre os sistemas;

3. A manutenção e suporte técnico;

4. A pesquisa em novas tecnologias da informação e comunicação e sua aplicação ao sistema do DOM/SC;

5. A aquisição dos bens e serviços complementares à execução do objeto; e

6. A autenticidade, integridade, validade jurídica das publicações e a interoperabilidade do sistema, de acordo com as regras da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

Dos direitos e deveres dos entes consorciados

Cláusula quinta - São direitos do ente consorciado:

1. Acompanhar os trabalhos do consórcio, mediante recebimento de informações conforme a cláusula quinta;

2. Receber capacitação para utilização dos sistemas desenvolvidos pelo consórcio;

3. Receber suporte técnico;

4. Requisitar correções e ajustes, cuja execução será atendida após aprovação dos técnicos do consórcio;

Cláusula sexta - São deveres do ente consorciado:

1. Prestar as informações solicitadas pelo CIGA;

2. Zelar pela correta execução dos serviços;

3. Autorizar o fornecimento de senhas, de uso pessoal e intransferível, de acesso ao sistema de publicações no DOM/SC;

4. Responsabilizar-se pelos atos oficiais publicados pelos servidores por meio das senhas fornecidas pelo CIGA;

5. Transferir os recursos financeiros necessários à execução do objeto deste contrato.

Da transparência da gestão econômica e financeira

Cláusula sétima - A fim de garantir a transparência da gestão administrativa, econômica e financeira dos objetivos e metas previstos neste contrato, serão observadas as disposições constantes no Contrato de Consórcio Público, sendo que o CIGA deverá, especialmente:

1. elaborar e encaminhar ao Município a Prestação de Contas anual quanto aos serviços contratados, fazendo neles constar um resumo geral das atividades e valores;

2. disponibilizar ao Município as informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segundo a legislação pertinente, relativos ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Do preço e do pagamento

Cláusula oitava - Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 295,00, totalizando o valor de R\$ 3.540,00 (Três mil, quinhentos e quarenta reais).

Cláusula nona - Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

Da rubrica orçamentária

Cláusula décima - A despesa decorrente deste contrato de prestação de serviços correrá de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal 0559 de 27 de Novembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual).

Da prestação de contas

Cláusula décima primeira - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio do presente contrato.

Cláusula décima segunda - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente contrato, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.



**Das penalidades**

Cláusula décima terceira - O consorciado inadimplente com o CIGA será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

Cláusula décima quarta - Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

Cláusula décima quinta - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**Da vigência**

Cláusula décima sexta - O presente contrato de prestação de serviços entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de dezembro de 2015.

**Do foro**

Cláusula décima sétima - Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato

**Das disposições finais**

Cláusula décima oitava - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Ibiam, 14 de Janeiro de 2015 .

CLOVIS JOSE BUSATTO Prefeito de Ibiam	Gilsoni Lunardi Albino Diretor Executivo do CIGA
--	---

**TESTEMUNHAS:**

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Erica Thome Laidenes  
CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

**CIGA PGT 2015 CONTRATO 010**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2015

Contrato de Prestação de Serviços relativo ao Programa de Gestão Tributária celebrado entre o Município de Ibiam e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação que celebram entre si o Município de Ibiam, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 01.612.745/0001-74, com sede administrativa na Trav. Leoniza Carvalho Agostini, 20, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1 e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Cláusula primeira. Aplica-se ao presente contrato de prestação de serviços as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da Lei Municipal nº 463, de 29/04/2011.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida legislação, recorrendo-se aos princípios gerais do direito administrativo.

Cláusula segunda. É dispensada a realização de licitação pública para a celebração deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; no artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07; e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

**DO OBJETO**

Cláusula terceira. Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:

I - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais;

II - Simples Nacional: gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010, permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional. Cláusula quarta. A prestação dos serviços definidos na cláusula anterior envolve:

I - Capacitação e orientações dos procedimentos a serem adotados em relação a cada um dos programas, inclusive quanto às adaptações legislativas e procedimentais necessárias à correta implantação dos programas;

II - Definição e implementação de procedimentos para a operacionalização de tarefas relacionadas ao ambiente computacional, especificamente aqueles relacionados aos programas contratados;

III - Prestação de suporte técnico e operacional, em especial o atendimento às dúvidas sobre as características e a utilização dos programas;

IV - Intermediação entre o MUNICÍPIO e a(s) empresa(s) que prestem serviços ao CIGA em relação aos programas, no âmbito da solicitação de melhorias e evoluções tecnológicas;

**DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**  
Cláusula quinta. São obrigações e responsabilidades do MUNICÍPIO:

I - garantir condições, informações e recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, repassando ao CONSÓRCIO as sugestões e críticas aos serviços objeto deste contrato;

II - transmitir os dados e informações necessárias ao funcionamento adequado dos aplicativos envolvidos, restando autorizado ao CONSÓRCIO a transmissão de tais dados e informações a terceiros, desde que preservado o sigilo fiscal;

III - empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da mensalidade dos serviços prestados;

IV - publicar o extrato do contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO;

V - acompanhar a execução do contrato.

Cláusula sexta. São obrigações e responsabilidades do CONSÓRCIO:

I - executar os serviços nas condições estipulados neste contrato;

II - garantir a integridade e consistência do banco de dados em processos de atualização do sistema e ações executadas automaticamente pelo mesmo;

III - manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte ao MUNICÍPIO em prazo razoável;

IV - preservar o sigilo fiscal de informações de contribuintes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

V - comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, sempre que verificar condições inadequadas de execução do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação do mesmo.

VI - disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pelo

MUNICÍPIO sem custo adicional.

#### DO PREÇO E DO PAGAMENTO

Cláusula sétima. Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará mensalmente ao consórcio a importância de R\$ 285,00(duzentos e oitenta e cinco reais), que no decorrer dos doze meses representam um valor total de R\$ 3.420,00(Três mil, quatrocentos e vinte reais).

Parágrafo primeiro. Quando solicitado pelo MUNICÍPIO, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte do MUNICÍPIO, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,60/Km) e diárias (R\$ 210,00/diária) do(s) técnico(s).

Parágrafo segundo. A customização dos programas contratados pelo MUNICÍPIO, em aspectos não previstos na cláusula sexta do presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica no valor de R\$ 106,00 por hora.

Cláusula oitava. Fica o CIGA autorizado através do Banco do Brasil, a debitar até o último dia útil de cada mês da seguinte conta bancária - agência nº 0737-4 e conta corrente nº 612.163-2 o valor mensal estabelecido na cláusula anterior.

Cláusula nona. O CIGA deverá manter controle do pagamento das mensalidades e disponibilizar recibos de cada um dos pagamentos efetuados pelo MUNICÍPIO.

#### DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

Cláusula décima. A despesa decorrente deste contrato de prestação de serviços correrá de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 0559 de 27 de Novembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual).

#### DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula décima primeira. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

#### DA VIGÊNCIA

Cláusula décima segunda. Este contrato terá prazo de vigência até 31 de dezembro de 2015, sendo iniciado a partir de sua assinatura, admitida a prorrogação, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, mediante termo aditivo.

#### DO FORO

Cláusula décima terceira. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula décima quarta. Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Ibiam, 14 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO Prefeito de Ibiam	Gilsoni Lunardi Albino Diretor Executivo do CIGA
--	---

#### TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Erica Thome Laidenes  
CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

#### CONTRATO Nº 001

CONTRATO Nº 001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 074/2014

PREGÃO PRESENCIAL No 051/2014

Que entre si fazem o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam-SC,

pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 11.250.761/0001-18, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 61.198.164/0001-60, com sede na Avenida Rio Branco, 1.489, Rua Guaianases, 1238, Bairro Campos Eliseus, CEP: 01.205.001, São Paulo/SP, neste ato representado por seu Procurador o Sr. Angelo Augusto de Almeida, CPF: 108.762.208-55 CI 2.142.418-6, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 074/2014 e Pregão Presencial nº 051/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto a Contratação de Seguro para a Frota do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, conforme tabela abaixo:

Lote	Descrição do Objeto	Valor da Franquia	Valor do Seguro
1	Saveiro CS ST M, 0 km, marca Volkswagen, 2 portas, cor branca, Pot. 103HP, Chassi 9BWKB45U-3FP111184, Renavam 1022596796. Ano/modelo: 2014/2015. Para cobertura mínima de: Casco: 100% tabela FIPE, Franquia: Indicar o valor em moeda corrente, não em percentuais. DMT: 150.000,00 DCT: 150.000,00 DMO: 50.000,00 Morte: 30.000,00 Invalidez: 30.000,00 Sem Franquia: Assistência técnica 24 horas sem limite de quilometragem, para cada sinistro, e para cada veículo, carro reserva por 15 dias, Proteção sem franquia a vidros(Vidro, retrovisor, Farol e Lanterna);	R\$ 1.300,00	R\$ 1.135,21

**CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA**

Os prazos são os seguintes:

- a) Para entrega da proposta da seguradora: é de, no máximo, 05 (cinco) dias após recebimento da autorização de fornecimento emitida pela Diretoria de Compras do Município e para a entrega das apólices é de, no máximo, 15 (quinze) dias a contar da aceitação da propostas da seguradora.
- b) Para apresentação do laudo de avaliação do perito, do carro sinistrado indicando se o mesmo tem conserto e se é caso de perca total: de até 48(quarenta e oito horas), contadas do comunicado do sinistro a empresa contratada.
- c) Para fornecimento do carro reserva: de até 24(vinte e quatro horas), contadas do comunicado do sinistro a empresa contratada, o carro reserva deve ser entregue no Município de Ibiam(Prefeitura), sem custos adicionais.
- d) Para Liberação do seguro: de até 36 horas contadas do comunicado do sinistro a empresa contratada.
- e) Para Conserto do veículo: de até 15 dias, contadas do comunicado do sinistro a empresa contratada.
- f) Para assistência técnica, serviço de guincho de até 2(duas) hora após a comunicação do acidente para a empresa contratada.

O atraso ou descumprimento nos prazos estabelecidos no item 9.1 deste edital, acarretará ao contratado multa diária e por item não cumprido de R\$ 1.000,00(um mil reais), salvo justificativa apresentada por escrito, protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura de Ibiam, devidamente comprovada e aceita pela Administração Municipal.

A vigência do Contrato firmado com o proponente vencedor entra em vigor na data de sua assinatura vigência até 02/09/2015, esta data também será considerada como vigência da apólice. Portanto a vigência da apólice é até 02/09/2015, podendo a critério da administração ser renovado ou prorrogado, conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93. No primeiro ano os preços são fixos e irrevogáveis; após decorridos 12 meses contados da apresentação da proposta os valores podem ser reajustados, conforme planilha apresentada pelo vencedor e mediante o aceite do Executivo Municipal. Durante a vigência da apólice decorrente deste processo, caso algum item/veículo constante na relação dos segurados, seja leiloadado, a apólice, mediante solicitação por escrito por parte do Executivo Municipal poderá sofrer o endosso para outro veículo que venha a ser adquirido.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Comissão Especial ou servidor, designado pelo Município de Ibiam, conforme portaria 185/2011, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para contestação de multas ou penalidades aplicadas em razão de atraso na entrega da mercadoria ou em desacordo com o solicitado nas respectivas A. Fs.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE EMISSÃO DA RESPECTIVA AF-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, EMITIDA PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICIPIO DE IBIAM.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta:

**CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros serão próprios do Município do orçamento do exercício financeiro de 2014, conforme segue:

Despesas	Elementos	Descricao	C. ementos
09	33900000000000	Man. Das ativ. Do F. M. de Saúde	3390396900000

**CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O preço total ajustado para o objeto deste contrato é de R\$ 1.135,21(Um mil, cento e trinta e cinco reais e vinte e um centavos) O valor unitário que será pago para cada veículo bem como o valor da franquia deve estar discriminado na apólice e deve ser o mesmo constante na ata da sessão do pregão de declarou a empresa vencedora. O pagamento pelo fornecimento do objeto deste Processo Licitatório será liberado após o recebimento da apólice e conforme decreto municipal 2567/2013, mediante apresentação de nota fiscal impressa e eletrônica devidamente liquidada pelo Secretário responsável, e apresentação de todas as Certidões negativas de débito exigidas na habilitação, item 6.2 e 6.3 letra "a" deste edital. A empresa vencedora deve encaminhar o arquivo XML no seguinte endereço eletrônico: nfe@ibiam.sc.gov.br. O pagamento somente será liberado mediante transferência bancária conforme indicado na proposta da empresa vencedora(nº de Banco, agência, conta corrente), não será impresso pelo FMS Boleto Bancário, somente será aceito se vir impresso junto com a nota fiscal.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE**

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.



**CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA**

A vigência do Contrato firmado com o proponente vencedor entra em vigor na data de sua assinatura vigência até 02/09/2015, esta data também será considerada como vigência da apólice. Portanto a vigência da apólice é até 02/09/2015, podendo a critério da administração ser renovado ou prorrogado, conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93. No primeiro ano os preços são fixos e irrevogáveis; após decorridos 12 meses contados da apresentação da proposta os valores podem ser reajustados, conforme planilha apresentada pelo vencedor e mediante o aceite do Executivo Municipal. Durante a vigência da apólice decorrente deste processo, caso algum item/veículo constante na relação dos segurados, seja leilado, a apólice, mediante solicitação por escrito por parte do Executivo Municipal poderá sofrer o endosso para outro veículo que venha a ser adquirido.

**CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO**

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 051/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES**

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a

Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 051/2014, Processo Licitatório nº 074/2014, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 07 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

PORTO SEGURO COMP. DE SEG. GERAIS  
CNPJ: 61.198.164/0001-60  
P/P: Angelo Augusto de Almeida  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Irley Lampertti  
CPF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

#### CONTRATO Nº 001 2015

CONTRATO Nº 001/2015

Processo Licitatório nº 071/2014 - Dispensa nº 008/2014

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM VINCULO EMPREGATÍCIO QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE IBIAM, E A EMPRESA GESTÃO PUBLICA ON LINE LTDA ME.

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Ibiam, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam - SC, CNPJ nº. 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa GESTÃO PUBLICA ON LINE LTDA ME, CNPJ: 07.682.209/0001-21, pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Avenida Professor Othon Gama D'Eça, nº 900, Centro Executivo Casa do Barão, Sala 610, CEP: 88.015-240 na cidade de Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. Noel Antônio Baratieri, brasileiro, Advogado Inscrição na OAB/SC sob nº 16.462, CPF nº: 829.004.779-72, CI 2.824.307 residente na cidade de Florianópolis/SC, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 071/2014, Dispensa de Licitação nº 008/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:



**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATADO**

Item	Objeto	Quantidade	Valor mensal	Valor Total
1	Assinatura mensal da Revista Digital Gestão Pública Online: contendo no mínimo as últimas novidades em informação, legislação, jurisprudência, artigos, pareceres e assuntos relacionados ao dia a dia da Administração Pública. Agenda de Obrigações Tributárias e de Incidências fiscais; Informativos e newsletter via mala direta por e-mail contendo as mais recentes notícias sobre a Gestão Pública Municipal. Orientações para defesas perante o Tribunal de Contas; Cursos e treinamentos com descontos exclusivos; Banco de dados com toda a legislação atualizada permanentemente; artigos científicos, textos, estudos dirigidos e entrevistas, e encomenda de pareceres jurídicos e informações técnicas em número ilimitado, sobre todos os ramos de Gestão Pública, serviços públicos, licitações e contratos, tributos, servidores públicos, Direito Público e contabilidade pública. O acesso aos itens acima descrito se dará por meio de senha exclusiva. A solicitação/encomenda de pareceres e informações técnicas em número ilimitado, via e-mail, telefone, fax, ou outro meio de comunicação existente.	12 meses	R\$ 665,00	R\$ 7.980,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO**

A contratada compromete-se em executar o objeto constante na Cláusula Primeira deste contrato utilizando os diversos meios de comunicação hoje existentes, respondendo com pareceres devidamente fundamentados, sempre que solicitado por membro da administração e/ou funcionários do Município de Ibiã. O contratado tem um prazo de até 3 dias para encaminhar resposta de consultas efetuadas. Os serviços devem ser iniciados de forma imediata, após a assinatura do contrato de do recebimento da respectiva AF- Autorização de Fornecimento. O não cumprimento dos prazos enseja na aplicação das penalidades constantes no respectivo contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E****REAJUSTE**

a) O valor total ajustado para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira deste contrato é de R\$ 7.980,00(Sete mil, novecentos e oitenta reais), que correspondem ao valor mensal de R\$ 665,00(Seiscentos e sessenta e cinco reais).

b) O pagamento mensal será efetuado conforme Cronograma Municipal de Pagamentos, fixado pelo Decreto 2.567/2013, após a prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica(nfe@ibiam.sc.gov.br) e a liquidação do setor competente, e ocorrerá somente através de transferência bancária. A prestação dos serviços devem iniciar de forma imediata, após o recebimento da respectiva AF-Autorização de Fornecimento.

Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

O presente entra em vigor na data de sua assinatura, com término em 30/12/2015.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão por conta do orçamento financeiro do ano de 2015, conforme segue:

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Complemento do Detalhamento: 339039010000

Reduzido. 12 - Atividade: 2018 - Manutenção das Atividades Administrativas

**CLÁUSULA SEXTA - EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO**

Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo Município serão remunerados a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SETIMA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) A CONTRATADA prestará os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.
- b) A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.
- c) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- d) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

**CLÁUSULA OITAVA - DOS ILÍCITOS PENAIIS**

- a) As infrações penais tipificadas na Lei Federal n.º 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

À contratada total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/93, isolada ou conjuntamente, a critério da Administração, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa, o equivalente a 10% do valor da proposta;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

A rescisão contratual poderá ocorrer por não cumprimento do mesmo, por iniciativa da parte que se sentir prejudicada, comunicando

a outra parte com 10 (dez) dias de antecedência, independentemente do previsto na cláusula nona deste contrato.

A execução deste contrato será fiscalizada pelo Secretário de Administração do Município de Ibiam, conforme Portaria Municipal 185/2011, de acordo com Art. 67 da Lei 8.666/93.

Parágrafo único. Reconhece-se os direitos da contratante, previstos no artigo 77 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, em caso de rescisão administrativa.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS E DA PUBLICAÇÃO**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito. A Administração municipal, providenciara a publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5 do mês subsequente, a contar da data de assinatura do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato esta vinculado ao Processo Licitatório nº 071/2014, Dispensa de Licitação nº 008/2014. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir possíveis questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes subscrevem este, para que produza os legais e desejados efeitos, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Ibiam (SC) 06 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO	GESTÃO PUBLICA ON LINE LTDA ME
Prefeito Municipal	CNPJ: 07.682.209/0001-21
Contratante	Sócio Adm. Noel A. Barateri
	Contratada

Testemunhas  
Laelcio Antônio Gasaniga  
CPF: 807.451.729-20

Irley Lampertti  
PF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

**CONTRATO Nº 002**

CONTRATO Nº 002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 081/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 056/2014

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM VINCULO EMPREGATÍCIO QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE IBIAM, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E CLINICA CLIMAD LTDA

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Ibiam, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida 20 de Julho, 649, Ibiam - SC, CNPJ

n. 11.250.761/0001-18, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis Jose Busatto, brasileiro casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e a empresa CLÍNICA CLIMAD LTDA, com sede à Rua Padre Anchieta, nº 579 Bairro Matriz, Videira/SC, CNPJ: 04.472.781/0001-78, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Heriberto Agudelo Enriquez, portador do CPF nº 942.279.699-72, documento de identidade nº 25/R 4.978.333, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços médicos em decorrência do Processo Licitatório n. 081/2014, na Modalidade de Pregão Presencial n. 056/2014 mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

I - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

I - O presente Contrato tem por objeto a Contratação de Clínica para prestação de serviços profissionais de Médico

Item	Valor mensal	Objeto	Quantidade
2	R\$ 6.000,00	Contratação de Clínica para prestação de serviços profissionais de Médico Clínico Geral, para atendimento na Unidade Básica de Saúde de Ibiam(Posto de Saúde), durante o ano de 2015. O profissional deve prestar os serviços à população, duas vezes por semana. Os dias da semana e o período serão determinados pela Secretaria Municipal de Saúde de Ibiam, no mínimo duas horas semanais. O contratado prestará atendimento, com equipamentos, aparelhagens, materiais e afins de propriedade do contratante.	12 meses

#### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PRAZOS

I - Das Condições da Prestação de Serviços

a) Os serviços deverão ser prestados utilizando-se as dependências físicas do Posto de Saúde de Ibiam, situado na Avenida 20 de Julho, 649, Ibiam - SC, equipamentos, aparelhagens e materiais

afins, de propriedades do contratante. Em dias a serem definidos pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam.

II - Da Vigência do Contrato - A contagem do prazo passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 30/12/2015. Podendo ser renovado por iguais períodos até o limite de 48 meses, por interesse da Administração e com anuência do Contratado, se houver interesse de ambas as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

a) - No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo. Após será corrigido pela variação do INPC ou outro indexador que vier a substituí-lo, dos últimos doze meses. Na indisponibilidade do INPC de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado, para o período de Janeiro até Dezembro, do ano de 2015, é de R\$ 72.000,00(Setenta e dois mil reais). O pagamento será realizado após a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal eletrônica acompanhada de relatório das consultas realizadas no período, devidamente assinado pelo profissional(Médico), e pelo Secretário de Saúde de Ibiam. E mediante apresentação de todas as certidões negativas de débitos de regularidade fiscal exigidas no respectivo edital O pagamento será efetuado conforme fixado no Decreto Municipal 2.567/2013(cronograma de pagamento), através de crédito em conta no banco indicado pela contratada na respectiva proposta. A contratada deverá encaminhar para a Prefeitura o arquivo XML da nota eletrônica, no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br. E no compras@ibiam.sc.gov.br.

II - A nota fiscal eletrônica deverá conter todas as especificações do objeto, conforme itens, deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento dos serviços, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, no mínimo os seguintes dizeres:

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVENIDA 20 DE JULHO, 649, IBIAM - SC

CNPJ - 11.250.761/0001-18

Banco, contra corrente, nº do Processo e nº do contrato

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea

econômica extraordinária e extracontratual.  
(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO EVENTUAL ATRASO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

I - Na eventualidade do Fundo Municipal de Saúde não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

I - As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

##### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aplicação: 39900000 - Red. 14

Complemento do Detalhamento: 319034010000 - Substituição de Mão de Obra

##### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aplicação: 39900000 - Red. 6

Complemento do Detalhamento: 319034010000 - Substituição de Mão de Obra

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Constitui direito da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições estabelecidas pelo edital e pelo presente Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

I - Efetuar o pagamento à Contratada de acordo as condições estabelecidas no Edital e as efetivas retenções de acordo com as legislações vigentes.

II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

III - Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos materiais com vistas à execução do objeto deste Contrato.

IV - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação dos serviços, objeto desta licitação, bem como por quaisquer danos decorrentes da prestação dos serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato, e deverá iniciar os serviços no ato da assinatura do contrato e término no dia 30 de dezembro de 2015.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento

do mesmo.

III - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Saúde, de maneira a atender as necessidades.

IV - A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

V - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

VI - Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

VII - Fornecer ao Município, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

VIII - O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com a contratada.

IX - É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES

I - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Secretário de Saúde do Município de Ibiá (Gestor do FMS), nos termos do Art. 67, § 1º e § 2º da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, c/c Portaria 0185/2011.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

Parágrafo Primeiro - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas no Edital e neste



Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na cláusula nona, deste contrato.

Parágrafo Segundo - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

I - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material lícitado;

b) Entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste Edital;

c) A subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

f) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) A dissolução da empresa;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

j) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

II - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Terceiro - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

Parágrafo Quarto - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

Parágrafo Quinto - O presente contrato poderá ser rescindido por ambas as partes, por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, à respectiva comunicação deverá ser feita com 30 (trinta) dias de antecedência, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou

qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório n. 081/2014, Pregão Presencial n. 056/2014, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n. 1.351, de 07 de dezembro de 2005.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DA PUBLICAÇÃO

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

II - A Administração municipal, providenciará à publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5(cinco) do mês subsequente a data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiam - (SC), 14 de Janeiro de 2015.

Clovis Jose Busatto

Clínica Climad Ltda

Prefeito Municipal

CNPJ: 04.472.781/0001-78

CONTRATANTE

Soc. Adm.: Dr. Heriberto Agudelo Enriquez  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga

Erica Thome Laidnes

CPF - 807.451.729-20

CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos

Advogado - OAB/SC 13.747



**CONTRATO Nº 002 2015**

CONTRATO Nº 002/2015

Processo Licitatório nº 072/2014 - Dispensa nº 009/2014

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM VINCULO EMPREGATÍCIO QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE IBIAM, E A EMPRESA GESTÃO PUBLICA ON LINE LTDA ME.

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Ibiã, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiã - SC, CNPJ nº. 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa GESTÃO PUBLICA ON LINE LTDA ME, CNPJ: 07.682.209/0001-21, pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Avenida Professor Othon Gama D'Eça, nº 900, Centro Executivo Casa do Barão, Sala 610, CEP: 88.015-240 na cidade de Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. Noel Antônio Baratieri, brasileiro, Advogado Inscrição na OAB/SC sob nº 16.462, CPF nº: 829.004.779-72, CI 2.824.307 residente na cidade de Florianópolis/SC, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 072/2014, Dispensa de Licitação nº 009/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustadas as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATADO**

Item	Objeto	Quantidade Mínima	Valor Total
1	<p>Palestra motivacional para os Servidores Públicos e Secretários Municipais, com o objetivo de desenvolver as habilidades e competências fundamentais para o aumento do desempenho dos funcionários públicos, com no mínimo o seguinte conteúdo programático:</p> <p>Objetivos bem definidos; Motivação e liderança; Aumento do comprometimento; Desenvolvimento de competências; Trabalho em equipe; Produtividade pessoal; Sensibilização para mudanças; Foco no contribuinte; Visão sistêmica. Carga horária mínima 10 horas, assim distribuídas:</p> <p>Dia 02/02/2015, início as 08h:30min - 01º dia - Palestra de orientação profissional, papel do Servidor Público, atribuições e responsabilidades - duração mínima 01h:30min para cada grupo de trabalho.</p> <p>GRUPO 01(período da manhã das 08h:30min as 10:00h aproximadamente) - Secretaria de Infraestrutura, Obras e Transportes, Secretaria de Agricultura e Secretaria De Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes;</p> <p>GRUPO 02(período da manhã das 10h:30min as 12:00h aproximadamente) - Secretaria de Administração;</p> <p>GRUPO 03(período da tarde das 13h:30min as 15:00h aproximadamente) Secretaria de Educação;</p> <p>GRUPO 04 (período da tarde das 15:00h as 16:30h aproximadamente) Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social;</p> <p>Dia 03/02/2015 - 02º dia(período da manhã das 08h:30min as 10:00hs aproximadamente) GRUPO 05 - Secretários Municipais.</p> <p>Dia 03/02/2015 as 10h:15min - Palestra motivacional para todos os servidores, com duração aproximada de 01h:30min.</p>	10 horas	R\$ 7.500,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO**

A contratada compromete-se em executar o objeto constante na Cláusula Primeira deste contrato com profissional(is), devidamente habilitado(s), com experiência na área de atuação. O Serviço deve ser prestado na sede da contratante, nos dias e horários estabelecidos na cláusula primeira. A contratante fica responsável em disponibilizar um local adequado para a realização do evento. O não cumprimento dos prazos enseja na aplicação das penalidades constantes no respectivo contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE**

a) O valor total ajustado para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira deste contrato é de R\$ 7.500,00(Sete mil e quinhentos reais).

b) O pagamento mensal será efetuado conforme Cronograma Municipal de Pagamentos, fixado pelo Decreto 2.567/2013, após a prestação

dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica(n-fe@ibiam.sc.gov.br) e a liquidação do setor competente, e ocorrerá somente através de transferência bancária. A prestação dos serviços devem iniciar de forma imediata, após o recebimento da respectiva AF-Autorização de Fornecimento.

Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente entra em vigor na data de sua assinatura, com término em 28/02/2015.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão por conta do orçamento financeiro do ano de 2015, conforme segue:

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
Complemento do Detalhamento: 339039010000  
Reduzido. 12 - Atividade: 2018 - Manutenção das Atividades Administrativas

#### CLÁUSULA SEXTA - EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo Município serão remunerados a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### CLÁUSULA SETIMA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado,

b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) A CONTRATADA prestará os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

b) A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

c) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

d) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

a) As infrações penais tipificadas na Lei Federal n.º 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

À contratada total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/93, isolada ou conjuntamente, a critério da Administração, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa, o equivalente a 10% do valor da proposta;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO E DA FISCALIZAÇÃO

A rescisão contratual poderá ocorrer por não cumprimento do mesmo, por iniciativa da parte que se sentir prejudicada, comunicando a outra parte com 10 (dez) dias de antecedência, independentemente do previsto na cláusula nona deste contrato.

A execução deste contrato será fiscalizada pelo Secretário de Administração do Município de Ibiã, conforme Portaria Municipal 185/2011, de acordo com Art. 67 da Lei 8.666/93.

Parágrafo único. Reconhece-se os direitos da contratante, previstos no artigo 77 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, em caso de rescisão administrativa.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS E DA PUBLICAÇÃO

Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito. A Administração municipal, providenciara a publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5 do mês subsequente, a contar da data de assinatura do presente contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato esta vinculado ao Processo Licitatório nº 072/2014, Dispensa de Licitação nº 009/2014. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir possíveis questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes subscrevem este, para que produza os legais e desejados efeitos, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Ibiam (SC) 06 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO	GESTÃO PUBLICA ON LINE LTDA ME
Prefeito Municipal	CNPJ: 07.682.209/0001-21
Contratante	Sócio Adm. Noel A. Baratieri
	Contratada

## Testemunhas

Laelcio Antônio Gasaniga  
CPF: 807.451.729-20

Irley Lamperti

CPF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

**CONTRATO N° 003**

CONTRATO Nº 003/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 070/2014

PREGÃO PRESENCIAL No 049/2014

Que entre si fazem o Município de Ibiã-SC., pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiã - SC, neste ato representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa FLORKAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 81.331.308/0001-11, pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Rod. SC 453, Km 537, Bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Videira/SC, neste ato representado por seu Administrador o Sr. Josi de Oliveira Sinzker, CPF: 813.703.189-87, CI 863.466-1SSP/SC, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 070/2014 e Pregão Presencial nº 049/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto o fornecimento do(s) item(ns) conforme segue:

Item	Objeto	Quantidade	Marca	Valor Unitário
1	Colhedora de forrageiras, nova, acoplável, a trator agrícola, plataforma de corte com capacidade para colher uma linha de plantio de forrageiras, rotor em aço carbono com 12 facas, 6 lançadores com rotação em ate 1470 RPM, afiador de facas com pedra circular giratória na mesma extensão das facas, dispositivo hidráulico na bica de saída, cardam de acionamento que permita alinhamento entre os garfos internos e externos. Rotação mínima na TDP 540 RPM, produção mínima de 20 ton./hora.	1	Nogueira	R\$ 16.700,00

CLÁUSULA TERCEIRA: DA CONDIÇÕES DE ENTREGA E DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Os itens, objeto desta licitação, devem ser entregues enfrente a sede administrativa, sito a Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam/SC, observadas as especificações mínimas descritas no item 2 e anexo I deste edital, no prazo de até 24(vinte e quatro) horas, contados após o envio da Autorização de Fornecimento pelo setor de compras no e-mail indicado pela empresa vencedora, conforme esta tenha indicado em sua proposta. Para cada dia de atraso na entrega da mercadoria poderá o Município cobrar multa de R\$ 1.000,00(Um mil reais). A vigência do contrato de garantia é pelo período mínimo de 12 meses. A Proponente tem um prazo máximo de até 24 horas, para prestar assistência técnica, contados do envio da comunicação no e-mail da empresa. O não cumprimento do prazo para prestar os serviços de assistência técnica implica em multa diária de R\$ 1.000,00(Um mil reais). Combinado com as demais sanções constantes no edital e contrato deste processo.

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura de Ibiam e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura de Ibiã e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE SOLICITAÇÃO FEITA POR ESCRITO PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO E MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA RESPECTIVA NOTA FISCAL DEVIDAMENTE LIQUIDADA PELA SECRETARIA COMPETENTE.

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta:

Despesas	valor previsto	Elementos	Descricao	Complemento do detalhamento
24	11.600,00	44900000000000	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905240000000
117	59.400,00	44900000000000	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905240000000

#### CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são próprios do Orçamento do exercício financeiro de 2014.

#### CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 O Preço total ajustado para a aquisição do objeto constante na cláusula primeira, deste contrato é de R\$ 16.700,00(Dezesseis mil e setecentos reais). O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados após o recebimento do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br e compras@ibiam.sc.gov.br. O Pagamento ocorrerá conforme Decreto Municipal 2.567/2013. A nota deve ser liquidada pelo secretário responsável.

10.2 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato,

evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, poderá proceder a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

Este contrato de garantia entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência de no mínimo 12 meses, contados do recebimento dos itens.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 048/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

II Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade no equipamento/máquina Administração definirá, a seu critério, o índice



de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 3% (três por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues em desacordo e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 6% (seis por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

e) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c Portaria Municipal 185/2011 do Orçamento do exercício financeiro de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

a dissolução da empresa;

a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PÚBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 049/2014, Processo Licitatório nº 070/2014, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.



**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 06 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO FLORKAR MÁQUIN. E EQUIP. LTDA  
 Prefeito Municipal CNPJ: 81.331.308/0001-11  
 CONTRATANTE Adm.. Josi de Oliveira Sinzker  
 CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

Irley Lamperti Sergio Ramos  
 CPF - 572.241.539-15 CPF: 693.254.489-04

Evandro Carlos dos Santos  
 Advogado - OAB/SC 13.747

**CONTRATO Nº 003**

CONTRATO Nº 003/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 081/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 056/2014

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM VINCULO EMPREGATÍCIO QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE IBIAM, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E CLINICA MÉDICA DR. MADEIRA LTDA

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Ibiam, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida 20 de Julho, 649, Ibiam - SC, CNPJ n. 11.250.761/0001-18, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis Jose Busatto, brasileiro casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e a empresa CLÍNICA MÉDICA DR. MADEIRA LTDA, com sede à Rua Veneriano dos Passos, 213, Sala 03, Centro, Videira/SC, CNPJ: 05462.961/0001-31, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Luciano Madeira da Silveira, portador do CPF nº 900.179.780-68, documento de identidade nº 6.739.187, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços médicos em decorrência do Processo Licitatório n. 081/2014, na Modalidade de Pregão Presencial n. 056/2014 mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS**

I - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

I - O presente Contrato tem por objeto a Contratação de Clínica para prestação de serviços profissionais de Médico

Item	Valor mensal	Objeto	Quantidade
1	R\$ 4.000,00	Contratação de Clínica para prestação de serviços profissionais de Médico Pediatra, para atendimento na Unidade Básica de Saúde de Ibiam(Posto de Saúde), durante o ano de 2015. O profissional deve prestar os serviços à população, duas vezes por mês. Os dias do mês e o período serão determinados pela Secretaria Municipal de Saúde de Ibiam, no mínimo seis horas mensais. O contratado prestará atendimento, com equipamentos, aparelhagens, materiais e afins de propriedade do contratante.	12 meses

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PRAZOS****I - Das Condições da Prestação de Serviços**

a) Os serviços deverão ser prestados utilizando-se as dependências físicas do Posto de Saúde de Ibiam, situado na Avenida 20 de Julho, 649, Ibiam - SC, equipamentos, aparelhagens e materiais afins, de propriedades do contratante. Em dias a serem definidos pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam.

II - Da Vigência do Contrato - A contagem do prazo passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 30/12/2015. Podendo ser renovado por iguais períodos até o limite de 48 meses, por interesse da Administração e com anuência do Contratado, se houver interesse de ambas as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

a) - No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo. Após será corrigido pela variação do INPC ou outro indexador que vier a substituí-lo, dos últimos doze meses. Na indisponibilidade do INPC de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

I - O preço total ajustado, para o período de Janeiro até Dezembro, do ano de 2015, é de R\$ 48.000,00(Quarenta e oito mil reais). O pagamento será realizado após a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal eletrônica acompanhada de relatório das consultas realizadas no período, devidamente assinado pelo profissional(Médico), e pelo Secretário de Saúde de

Ibiam. E mediante apresentação de todas as certidões negativas de débitos de regularidade fiscal exigidas no respectivo edital O pagamento será efetuado conforme fixado no Decreto Municipal 2.567/2013( cronograma de pagamento), através de crédito em conta no banco indicado pela contratada na respectiva proposta. A contratada deverá encaminhar para a Prefeitura o arquivo XML da nota eletrônica, no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br. E no compras@ibiam.sc.gov.br.

II - A nota fiscal eletrônica deverá conter todas as especificações do objeto, conforme itens, deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento dos serviços, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, no mínimo os seguintes dizeres:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVENIDA 20 DE JULHO, 649, IBIAM - SC  
CNPJ - 11.250.761/0001-18  
Banco, contra corrente, nº do Processo e nº do contrato

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);  
II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO EVENTUAL ATRASO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

I - Na eventualidade do Fundo Municipal de Saúde não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

I - As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Aplicação: 39900000 - Red. 14  
Complemento do Detalhamento: 319034010000 - Substituição de Mão de Obra  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aplicação: 39900000 - Red. 6

Complemento do Detalhamento: 319034010000 - Substituição de Mão de Obra

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Constitui direito da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições estabelecidas pelo edital e pelo presente Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

I - Efetuar o pagamento à Contratada de acordo as condições estabelecidas no Edital e as efetivas retenções de acordo com as legislações vigentes.

II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

III - Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos materiais com vistas à execução do objeto deste Contrato.

IV - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação dos serviços, objeto desta licitação, bem como por quaisquer danos decorrentes da prestação dos serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato, e deverá iniciar os serviços no ato da assinatura do contrato e término no dia 30 de dezembro de 2015.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Saúde, de maneira a atender as necessidades.

IV - A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

V - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

VI - Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

VII - Fornecer ao Município, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

VIII - O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com a contratada.

IX - É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades,

isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES

I - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Secretário de Saúde do Município de Ibiá (Gestor do FMS), nos termos do Art. 67, § 1º e § 2º da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, c/c Portaria 0185/2011.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

Parágrafo Primeiro - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas no Edital e neste Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na cláusula nona, deste contrato.

Parágrafo Segundo - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

I - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) Entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste Edital;

c) A subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

f) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) A dissolução da empresa;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

j) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

II - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Terceiro - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

Parágrafo Quarto - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

Parágrafo Quinto - O presente contrato poderá ser rescindido por ambas as partes, por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, à respectiva comunicação deverá ser feita com 30 (trinta) dias de antecedência, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório n. 081/2014, Pregão Presencial n. 056/2014, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n. 1.351, de 07 de dezembro de 2005.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DA PUBLICAÇÃO

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

II - A Administração municipal, providenciará à publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5(cinco) do mês subsequente a data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiam - (SC), 14 de Janeiro de 2015.

Clovis Jose Busatto	Clínica Médica Dr. Madeira Ltda
Prefeito Municipal	CNPJ: 05.462.961/0001-31
CONTRATANTE	Soc. Adm.: Lucino Madeira da Silveira
	CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga	Erica Thome Laidnes
CPF - 807.451.729-20	CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

#### CONTRATO Nº 004

CONTRATO Nº 004/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 070/2014  
PREGÃO PRESENCIAL No 049/2014

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC., pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa AGROPRATA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 20.963.380/0001-77, pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Linha Senador União da Serra, nº 50, Bairro Caravágio, na cidade de Nova Prata/RS, neste ato representado por seu Administrador o Sr. Altair Fabro, CPF: 587.244.600-44, CI 1039589815SJR/RS, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 070/2014 e Pregão Presencial nº 049/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto o fornecimento do(s) item(ns) conforme segue:

Item	Objeto	Quantidade	Marca	Valor Unitário
2	Grade aradora 16 disco, 28mm x 6mm, com comado hidráulico com mancal de rolamento a graxa, com pneus novos.	1	Cervo	R\$ 20.900,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DA CONDIÇÕES DE ENTREGA E DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Os itens, objeto desta licitação, devem ser entregues enfrente a sede administrativa, sito a Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam/SC, observadas as especificações mínimas descritas no item 2 e anexo I deste edital, no prazo de até 24(vinte e quatro) horas, contados após o envio da Autorização de Fornecimento pelo setor de compras no e-mail indicado pela empresa vencedora, conforme esta tenha indicado em sua proposta. Para cada dia de atraso na entrega da mercadoria poderá o Município cobrar multa de R\$ 1.000,00(Um mil reais). A vigência do contrato de garantia é pelo período mínimo de 12 meses. A Proponente tem um prazo máximo de até 24 horas, para prestar assistência técnica, contados do envio da comunicação no e-mail da empresa. O não cumprimento do prazo para prestar os serviços de assistência técnica implica em multa diária de R\$ 1.000,00(Um mil reais). Combinado com as demais sanções constantes no edital e contrato deste processo.

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura de Ibiam e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura de Ibiam e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

**O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE SOLICITAÇÃO FEITA POR ESCRITO PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO E MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA RESPECTIVA NOTA FISCAL DEVIDAMENTE LIQUIDADA PELA SECRETARIA COMPETENTE.**

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta:



Des- pe- sas	valor_previsto	Elementos	Descricao	Complemento do detalhamento
24	11.600,00	44900000000000	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905240000000
117	59.400,00	44900000000000	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905240000000

#### CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são próprios do Orçamento do exercício financeiro de 2014.

#### CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 O Preço total ajustado para a aquisição do objeto constante na cláusula primeira, deste contrato é de R\$ 20.900,00 (vinte mil e novecentos reais). O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados após o recebimento do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br e compras@ibiam.sc.gov.br. O Pagamento ocorrerá conforme Decreto Municipal 2.567/2013. A nota deve ser liquidada pelo secretário responsável.

10.2 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, poderá proceder a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

Este contrato de garantia entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência de no mínimo 12 meses, contados do recebimento

dos itens.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 048/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

II Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade no equipamento/máquina Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 3% (três por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues em desacordo e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 6% (seis por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

e) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações



contratuais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c Portaria Municipal 185/2011 do Orçamento do exercício financeiro de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

a dissolução da empresa;

a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 049/2014, Processo Licitatório nº 070/2014, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 06 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO Agroprata Com. De Equip. Ltda ME  
 Prefeito Municipal CNPJ: 20.963.380/0001-77  
 CONTRATANTE Adm.. Altair Fabro  
 CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Irley Lamperti Sergio Ramos  
 CPF - 572.241.539-15 CPF: 693.254.489-04

Evandro Carlos dos Santos  
 Advogado - OAB/SC 13.747

### CONTRATO Nº 005

CONTRATO Nº 005/2015  
 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 070/2014  
 PREGÃO PRESENCIAL No 049/2014

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC., pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa RICARDO MARCELO EBERT EPP, CNPJ: 10.611.293/0001-05, pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Avenida Sete de Setembro, 580 - Sala 03, Centro, na cidade de Maravilha/SC, neste ato representado por seu Administrador o Sr. Ricardo Marcelo Ebert, CPF: 814.056.189-49, CI 2438447/SC, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 070/2014 e Pregão Presencial nº 049/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto o fornecimento do(s) item(ns) conforme segue:

Item	Objeto	Quantidade	Marca	Valor Unitário
3	Carreta agrícola capacidade de carga 6(seis) toneladas rodado tande, com pneus novos aro 16, com pistão hidráulico, com abertura automática, dimensões mínimas 3,6m de comprimento e 2,00m de largura e 0,92m de altura de descarga a 45 graus.	2	Matalmax	R\$ 15.700,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DA CONDIÇÕES DE ENTREGA E DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Os itens, objeto desta licitação, devem ser entregues enfrente a sede administrativa, sito a Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam/SC, observadas as especificações mínimas descritas no item 2 e anexo I deste edital, no prazo de até 24(vinte

e quatro) horas, contados após o envio da Autorização de Fornecimento pelo setor de compras no e-mail indicado pela empresa vencedora, conforme esta tenha indicado em sua proposta. Para cada dia de atraso na entrega da mercadoria poderá o Município cobrar multa de R\$ 1.000,00(Um mil reais). A vigência do contrato de garantia é pelo período mínimo de 12 meses. A Proponente tem um prazo máximo de até 24 horas, para prestar assistência técnica, contados do envio da comunicação no e-mail da empresa. O não cumprimento do prazo para prestar os serviços de assistência técnica implica em multa diária de R\$ 1.000,00(Um mil reais). Combinado com as demais sanções constantes no edital e contrato deste processo.

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura de Ibiam e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura de Ibiam e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE SOLICITAÇÃO FEITA POR ESCRITO PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO E MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA RESPECTIVA NOTA FISCAL DEVIDAMENTE LIQUIDADA PELA SECRETARIA COMPETENTE.

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta:

Despesas	valor_previsto	Elementos	Descricao	Complemento do detalhamento
24	11.600,00	44900000000000	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905240000000
117	59.400,00	44900000000000	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905240000000

#### CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são próprios do Orçamento do exercício financeiro de 2014.

#### CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1 O Preço total ajustado para a aquisição do objeto constante na cláusula primeira, deste contrato é de RS 31.400,00(Trinta e um mil e quatrocentos reais). O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados após o recebimento do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.

br e compras@ibiam.sc.gov.br. O Pagamento ocorrerá conforme Decreto Municipal 2.567/2013. A nota deve ser liquidada pelo secretário responsável.

10.2 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, poderá proceder a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

Este contrato de garantia entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência de no mínimo 12 meses, contados do recebimento dos itens.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 048/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

II Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade no equipamento/máquina Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 3% (três por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues em desacordo e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 6% (seis por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

e) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c Portaria Municipal 185/2011 do Orçamento do exercício financeiro de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do

disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

a dissolução da empresa;

a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 049/2014, Processo Licitatório nº 070/2014, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 06 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

RICARDO MARCELO EBERT EPP  
CNPJ: 10.611.293/0001-05  
Adm.. Ricardo Marcelo Ebert  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Irley Lamperti  
CPF - 572.241.539-15

Sergio Ramos  
CPF: 693.254.489-04

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

#### CONTRATO Nº 006

CONTRATO Nº 006/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 069/2014  
PREGÃO PRESENCIAL No 048/2014

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC., pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa



PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 85.199.578/0001-71, pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Avenida Leopoldo Sander, 400 E, CEP: 89.810-000, na cidade de Chapecó/SC, neste ato representado por seu Procurador o Sr. Aldo Junior Camatti, CPF: 054.482.949-28, CI 4.534.225, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 069/2014 e Pregão Presencial nº 048/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto o fornecimento do(s) item(ns) a seguir relacionado, conforme segue e de conformidade com o disposto no item 2.1 do respectivo edital.

Item	Objeto	Quantidade	Marca	Valor Unitário
2	Rolo compactador, vibratório de solos, novo, motor a diesel turbo de 06 cilindros. Potência mínima de 145 HP, tração dianteira do tambor. Duas frequências de vibração, cabine fechada com ar condicionado, capacidade mínima do tanque de combustível 300 litros, peso operacional mínimo de 13.000 kg. No mínimo 12 meses de garantia. Recursos Financeiros do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA, contrato de repasse 807277/2014.	1	Liugong 612H	R\$ 319.000,00

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA CONDIÇÕES DE ENTREGA E DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O objeto deste contrato deve ser entregue enfrente a sede administrativa, sito a Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiã/SC, conforme descrito no item 2 e anexo I deste edital, no prazo de até 2(dois) dias corridos, contados após o envio da Autorização de Fornecimento pelo setor de compras no e-mail indicado pela empresa vencedora, conforme esta tenha indicado em sua proposta. Para cada dia de atraso na entrega da mercadoria poderá o Município cobrar multa de R\$ 500,00(Quinhentos reais). A vigência do contrato de garantia é pelo período mínimo de 12 meses. A Proponente tem um prazo máximo de até 24 horas, para prestar assistência técnica, contados do envio da comunicação no e-mail da empresa. O não cumprimento do prazo para prestar os serviços de assistência técnica implica em multa diária de R\$ 500,00(Quinhentos reais). Combinado com as demais sanções constantes no edital e contrato deste processo.

O proponente vencedor deve fornecer o objeto deste licitação, na sede Administrativa, sem custos com transporte, combustível e/ou qualquer outro que venha a ter em decorrência do transporte do equipamento até o Município de Ibiã. No momento da entrega o

proponente deve encaminhar um funcionário devidamente qualificado, para demonstrar como funciona o equipamento/máquina e deve dar treinamento para o funcionário que irá operar o equipamento/máquina, sem custos adicionais.

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura de Ibiã e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE SOLICITAÇÃO FEITA POR ESCRITO PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO E MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA RESPECTIVA NOTA FISCAL DEVIDAMENTE LIQUIDADA PELA SECRETARIA COMPETENTE.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta:

Despesas	Valor previsto	Elementos	Descrição	Complemento do detalhamento
51	250.000,00	44900000000000	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905240000000
125	70.000,00	44900000000000	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905240000000
25	100.000,00	44900000000000	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905240000000
117	12.000,00	44900000000000	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905240000000

**CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros são MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA, contrato de repasse nº 804760/2014 e contrato de Repasse nº 807277/2014, do Orçamento do exercício financeiro de 2014.

**CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato, é R\$ 319.000,00(Trezentos e dezenove mil reais). O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) será(ão) efetuados após autorização da CAIXA e somente após o recebimento do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br e compras@ibiam.sc.gov.br. O Pagamento ocorrerá conforme liberação por parte do convênio. A nota deve ser liquidada pelo secretário responsável.

Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado



a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, poderá proceder a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

Este contrato de garantia entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência de no mínimo 12 meses, contados do recebimento dos itens.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 048/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade no equipamento/máquina Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

- a) 3% (três por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues em desacordo e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.
- b) 6% (seis por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.
- c) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.
- d) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c Portaria Municipal 185/2011, BEM COMO PELO MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA, contrato de repasse nº 804760/2014 e contrato de Repasse nº 807277/2014, do Orçamento do exercício financeiro de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

a dissolução da empresa;

a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 048/2014, Processo Licitatório nº 069/2014, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO  
Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 07 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PAVIMÁQUINAS COM. DE PEÇAS E SERV. LTDA

CNPJ: 85.199.578/0001-71

P/P: Aldo Junior Camatti

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Irley Lamperti

CPF - 572.241.539-15

Sergio Ramos

CPF: 693.254.489-04

Evandro Carlos dos Santos

Advogado - OAB/SC 13.747

#### CONTRATO Nº 007

CONTRATO Nº 007/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2014

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC., pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa SPERANDIO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ: 83.516.070/0001-24, pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede no Acesso BR 282, Km 342, S/N, CEP: 89.620-000, na cidade de Campos Novos/SC, neste ato representado por seu Procurador o Sr. Salmir Cardoso Cristiano., CPF: 494.847.029-53., CI

1.690.027SSP/SC, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 069/2014 e Pregão Presencial nº 048/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustadas as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto o fornecimento do(s) item(ns) a seguir relacionado, conforme segue e de conformidade com o disposto no item 2.1 do respectivo edital.

Item	Objeto	Quantidade	Marca	Valor Unitário
1	Trator Agrícola novo, de pneus, 4 x 4, ano/ modelo 2015, com 4 pneus novos. Dimensões mínimas dos pneus: dianteiros 12.4 x 24 e traseiros 18.4 x 30 – R 1, motor diesel, potencia mínima 85 CV, 04 cilindros, equipado com comando duplo(quatro saídas); equipado com transmissão sincronizada, seleção de marchas sincronizada, com no mínimo 9 velocidades a frente e três a ré; capacidade mínima do tanque de combustível 80 litros; freios disco em banho de óleo; teto, caixa de ferramenta, chave de rodas, pesos dianteiros e traseiros, fabricação nacional, código do FINAME. No mínimo 12 meses de garantia. Recursos Financeiros do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA, contrato de repasse 804760/2014.	1	Massey Ferguson Mod. MF 4283/4	R\$ 109.500,00

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA CONDIÇÕES DE ENTREGA E DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O objeto deste contrato deve ser entregue enfrente a sede administrativa, sito a Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiã/SC, conforme descrito no item 2 e anexo I deste edital, no prazo de até 2(dois) dias corridos, contados após o envio da Autorização de Fornecimento pelo setor de compras no e-mail indicado pela empresa vencedora, conforme esta tenha indicado em sua proposta. Para cada dia de atraso na entrega da mercadoria poderá o Município cobrar multa de R\$ 500,00(Quinhentos reais). A vigência do contrato de garantia é pelo período mínimo de 12 meses. A Proponente tem um prazo máximo de até 24 horas, para prestar assistência técnica, contados do envio da comunicação no

e-mail da empresa. O não cumprimento do prazo para prestar os serviços de assistência técnica implica em multa diária de R\$ 500,00(Quinhentos reais). Combinado com as demais sanções constantes no edital e contrato deste processo.

O proponente vencedor deve fornecer o objeto deste licitação, na sede Administrativa, sem custos com transporte, combustível e/ou qualquer outro que venha a ter em decorrência do transporte do equipamento até o Município de Ibiã. No momento da entrega o proponente deve encaminhar um funcionário devidamente qualificado, para demonstrar como funciona o equipamento/máquina e deve dar treinamento para o funcionário que irá operar o equipamento/máquina, sem custos adicionais.

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura de Ibiã e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE SOLICITAÇÃO FEITA POR ESCRITO PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO E MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA RESPECTIVA NOTA FISCAL DEVIDAMENTE LIQUIDADA PELA SECRETARIA COMPETENTE.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta:

Despesas	Valor previsto	Elementos	Descrição	Complemento do detalhamento
51	250.000,00	44900000000000	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905240000000
125	70.000,00	44900000000000	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905240000000
25	100.000,00	44900000000000	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905240000000
117	12.000,00	44900000000000	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905240000000

**CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros são MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA, contrato de repasse nº 804760/2014 e contrato de Repasse nº 807277/2014, do Orçamento do exercício financeiro de 2014.

**CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato, é R\$ 109.500,00(Cento e nove mil e quinhentos reais). O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) será(ão) efetuados após autorização da CAIXA e somente após o recebimento do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br e compras@ibiam.sc.gov.br. O Pagamento ocorrerá conforme liberação por parte do convênio. A nota deve ser liquidada pelo secretário responsável.

Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei

N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, poderá proceder a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

Este contrato de garantia entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência de no mínimo 12 meses, contados do recebimento dos itens.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 048/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade no equipamento/máquina Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

a) 3% (três por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues em desacordo e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

b) 6% (seis por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

c) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

d) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c Portaria Municipal 185/2011, BEM COMO PELO MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário/CAIXA, contrato de repasse nº 804760/2014 e contrato de Repasse nº 807277/2014, do Orçamento do exercício financeiro de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.



O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do

§ 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

a dissolução da empresa;

a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 048/2014, Processo Licitatório nº 069/2014, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 07 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

SPERANDIO MÁQ. E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 83.516.070/0001-24

P/P: Salmir Cardoso Cristiano

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Irley Lamperti

CPF - 572.241.539-15

Sergio Ramos

CPF: 693.254.489-04

Evandro Carlos dos Santos

Advogado - OAB/SC 13.747

#### CONTRATO Nº 008

CONTRATO Nº 008/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 073/2014

PREGÃO PRESENCIAL No 050/2014

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa PORTO



SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 61.198.164/0001-60, com sede na Avenida Rio Branco, 1.489, Rua Guaianases, 1238, Bairro Campos Eliseus, CEP: 01.205.001, São Paulo/SP, neste ato representado por seu Procurador o Sr. Angelo Augusto de Almeida, CPF: 108.762.208-55 CI 2.142.418-6, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 073/2014 e Pregão Presencial nº 050/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto a Contratação de Seguro para a Frota do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, conforme proposta anexa ao processo e conforme tabela abaixo:

Gol TL MB S,0 km, marca Volkswagen, 4 portas, cor branca, Pot. 75HP, Chassi 9BWAA45U9FP541557, Renavam 16066004. Ano/modelo: 2014/2015.

Para cobertura mínima de: Casco: 100% tabela FIPE,  
Franquia: Indicar o valor em moeda corrente, não em percentuais.  
DMT: 150.000,00  
DCT: 150.000,00  
DMO: 50.000,00  
Morte: 30.000,00  
Invalidez: 30.000,00

Sem Franquia: Assistência técnica 24 horas sem limite de quilometragem, para cada sinistro, e para cada veículo, carro reserva por 15 dias, Proteção sem franquia a vidros(Vidro, retrovisor, Farol e Lanterna);

Valor do seguro R\$ 1.100,00, Valor da Franquia R\$: 1.150,00

Gol TL MC, 0 km, marca Volkswagen, 4 portas, cor branca, Pot. 103HP, Chassi 9BWAB45U6FP513499, Renavam 15484804. Ano/modelo: 2014/2015. Para cobertura mínima de: Casco: 100% tabela FIPE,

Franquia: Indicar o valor em moeda corrente, não em percentuais.  
DMT: 150.000,00  
DCT: 150.000,00  
DMO: 50.000,00  
Morte: 30.000,00  
Invalidez: 30.000,00

Sem Franquia: Assistência técnica 24 horas sem limite de quilometragem, para cada sinistro, e para cada veículo, carro reserva por 15 dias, Proteção sem franquia a vidros(Vidro, retrovisor, Farol e Lanterna);

Valor do seguro R\$ 1.100,00, Valor da Franquia R\$: 1.150,00

Saveiro CS ST M, 0 km, marca Volkswagen, 2 portas, cor branca, Pot. 103HP, Chassi 9BWKB45U3FP065307, Renavam 20347604. Ano/modelo: 2014/2015. Para cobertura mínima de: Casco: 100% tabela FIPE,

Franquia: Indicar o valor em moeda corrente, não em percentuais.  
DMT: 150.000,00  
DCT: 150.000,00  
DMO: 50.000,00  
Morte: 30.000,00  
Invalidez: 30.000,00

Sem Franquia: Assistência técnica 24 horas sem limite de quilometragem, para cada sinistro, e para cada veículo, carro reserva por 15 dias, Proteção sem franquia a vidros(Vidro, retrovisor, Farol e Lanterna);

Valor do seguro R\$ 1.300,00, Valor da Franquia R\$: 1.135,21

Gol TL MB S,0 km, marca Volkswagen, 4 portas, cor branca, Pot. 75HP, Chassi 9BWAA45U4FP116957, Renavam 16066004. Ano/modelo: 2014/2015. Para cobertura mínima de: Casco: 100% tabela FIPE,

Franquia: Indicar o valor em moeda corrente, não em percentuais.  
DMT: 150.000,00  
DCT: 150.000,00  
DMO: 50.000,00  
Morte: 30.000,00  
Invalidez: 30.000,00

Sem Franquia: Assistência técnica 24 horas sem limite de quilometragem, para cada sinistro, e para cada veículo, carro reserva por 15 dias, Proteção sem franquia a vidros(Vidro, retrovisor, Farol e Lanterna);

Valor do seguro R\$ 1.100,00, Valor da Franquia R\$: 1.150,00

Saveiro CS ST M, 0 km, marca Volkswagen, 2 portas, cor branca, Pot. 103HP, Chassi 9BWKB45U5FP125944, Renavam 20347604. Ano/modelo: 2014/2015. Para cobertura mínima de: Casco: 100% tabela FIPE,

Franquia: Indicar o valor em moeda corrente, não em percentuais.  
DMT: 150.000,00  
DCT: 150.000,00  
DMO: 50.000,00  
Morte: 30.000,00  
Invalidez: 30.000,00

Sem Franquia: Assistência técnica 24 horas sem limite de quilometragem, para cada sinistro, e para cada veículo, carro reserva por 15 dias, Proteção sem franquia a vidros(Vidro, retrovisor, Farol e Lanterna);

Valor do seguro R\$ 1.300,00, Valor da Franquia R\$: 1.135,21

Seguro do Prédio da Prefeitura, construído em alvenaria, com divisórias de Eucatex e vidro, forro de PVC, com dois pavimentos, área total aproximada de 350m², cobertura de Eternit. Valores mínimos admitidos: vendaval, impacto de veículos e queda de aeronave: R\$ 100.000,00 - valor máximo admitido para franquia é de até 10% do valor das indenizações.

Incêndio, raio, explosão e fumaça: 700.000,00 - Sem franquia

Perda de aluguel: 30.000,00 - Sem franquia

Danos Elétricos: 30.000,00 - valor máximo admitido para franquia é de até 10% do valor das indenizações

Responsabilidade civil: 30.000,00 - Sem franquia

Valor do Seguro R\$ 1.291,25

#### CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA

Os prazos são os seguintes:

a) Para entrega da proposta da seguradora: é de, no máximo, 05 (cinco) dias após recebimento da autorização de fornecimento emitida pela Diretoria de Compras do Município e para a entrega das apólices é de, no máximo, 15 (quinze) dias a contar da aceitação da propostas da seguradora.

b) Para apresentação do laudo de avaliação do perito, do carro sinistrado indicando se o mesmo tem conserto ou se é caso de perca total: de até 48(quarenta e oito horas), contadas do comunicado do sinistro a empresa contratada.

c) Para fornecimento do carro reserva: de até 24(vinte e quatro horas), contadas do comunicado do sinistro a empresa contratada, o carro reserva deve ser entregue no Município de Ibiã(Prefeitura), sem custos adicionais.

d) Para Liberação do seguro: de até 36 horas contadas do comunicado do sinistro a empresa contratada.

e) Para Conserto do veículo: de até 15 dias, contadas do comunicado do sinistro a empresa contratada.

f) Para assistência técnica, serviço de guincho de até 2(duas) hora após a comunicação do acidente para a empresa contratada.

O atraso ou descumprimento nos prazos estabelecidos no item 9.1 deste edital, acarretará ao contratado multa diária e por item não cumprido de R\$ 1.000,00(um mil reais), salvo justificativa apresentada por escrito, protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura de Ibiã, devidamente comprovada e aceita pela Administração Municipal.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE EMISSÃO DA RESPECTIVA AF-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, EMITIDA PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE IBIAM.

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta:

#### CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão próprios do Município do orçamento do exercício financeiro de 2014, conforme segue:

_despesas	_elementos	Descricao	C. ementos
12	3390000000000000	Man. Das ativ. Administrativas	3390396900000

53 3390000000000000 Man.DaSec.De Inf. Obras e Transp. 3390396900000  
69 3390000000000000 Man. Das Ativ. Do Ensino Fundamen- 3390396900000  
tal  
29 3390000000000000 Man. Das Atividades de Apoio ao Agricultor 3390396900000

#### CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o objeto deste contrato é de R\$ 7.997,58(Seze mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e oito centavos). O valor unitário que será pago para cada veículo bem como o valor da franquia deve estar discriminado na apólice e deve ser o mesmo constante na ata da sessão do pregão de declarou a empresa vencedora. O pagamento pelo fornecimento do objeto deste Processo Licitatório será liberado após o recebimento da apólice e conforme decreto municipal 2567/2013, mediante apresentação de nota fiscal impressa e eletrônica devidamente liquidada pelo Secretário responsável, e apresentação de todas as Certidões negativas de débito exigidas na habilitação, item 6.2 e 6.3 letra "a" deste edital. A empresa vencedora deve encaminhar o arquivo XML no seguinte endereço eletrônico: nfe@ibiam.sc.gov.br. O pagamento somente será liberado mediante transferência bancária conforme indicado na proposta da empresa vencedora(nº de Banco, agência, conta corrente), não será impresso pelo FMS Boleto Bancário, somente será aceito se vir impresso junto com a nota fiscal.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à

Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

A vigência do Contrato firmado com o proponente vencedor entra em vigor na data de sua assinatura vigência até 02/09/2015, esta data também será considerada como vigência da apólice. Portanto a vigência da apólice é até 02/09/2015, podendo a critério da administração ser renovado ou prorrogado, conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93. No primeiro ano os preços são fixos e irrevogáveis; após decorridos 12 meses contados da apresentação da proposta os valores podem ser reajustados, conforme planilha apresentada pelo vencedor e mediante o aceite do Executivo Municipal. Durante a vigência da apólice decorrente deste processo, caso algum item/veículo constante na relação dos segurados, seja leiloado, a apólice, mediante solicitação por escrito por parte do Executivo Municipal poderá sofrer o endosso para outro veículo que venha a ser adquirido.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Comissão Especial ou servidor, designado pelo Município de Ibiã, conforme portaria 185/2011, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para contestação de multas ou penalidades aplicadas em razão de atraso na entrega da mercadoria ou em desacordo com o solicitado nas respectivas A. Fs.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 050/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do

material lícitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

a) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PÚBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 050/2014, Processo Licitatório nº 073/2014, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que

constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 07 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PORTO SEGURO COMP. DE SEG. GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

P/P: Angelo Augusto de Almeida

CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga

Irley Lampertti

CPF - 807.451.729-20

CPF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos

Advogado - OAB/SC 13.747

#### CONTRATO Nº 011

CONTRATO Nº 011/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 077/2014

PREGÃO PRESENCIAL No 054/2014

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC., pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa, LORISNEI FRANÇA ME, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 16.454.243/0001-30, com sede na Rua Guilherme Tessmann, Centro, na cidade de Alto Bela Vista, CEP: 89.730-000, neste ato representado por sua Sócia Administradora, a Sra. Lorisnei França, CPF: 594.303.039-53, CI 1.874.829-5, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 077/2014 e Pregão Presencial nº 054/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a contratação de:

Item	Unidade	Valor mensal	Objeto
			SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, COMPREENDENDO:
			- Reparos físicos em computadores, "in loco".
			- Reparos físicos em impressoras, no-breaks, formatações de computadores, instalações de aplicativos e sistemas, cabeamentos, configurações de estações de trabalho, instalações de redes novas, manutenções de redes de acesso a internet, servidores de dados, gerenciamentos de senhas de usuários de acesso via remoto.
			NOTAS: 1- Os serviços serão requisitados em conformidade com as necessidades e deverão ser prontamente atendidos, sendo que sua remuneração dar-se-á por valor fixo mensal.
1	12 meses	R\$ 1750,00	2- Estão excluídos dos valores mensais os materiais necessários ao cumprimento do objeto deste contrato, devendo a administração municipal disponibilizá-los.
2	50	95,00	Serviços que eventualmente poderão, mediante prévia autorização da Administração, devidamente justificada a necessidade por parte do contratado, serem realizados na sede do contratado: Formatação de máquinas;
3	30	135,00	Serviços que eventualmente poderão, mediante prévia autorização da Administração, devidamente justificada a necessidade por parte do contratado, serem realizados na sede do contratado: Limpeza impressora;
4	30	35,00	Serviços que eventualmente poderão, mediante prévia autorização da Administração, devidamente justificada a necessidade por parte do contratado, serem realizados na sede do contratado: Manutenção nobreak;
5	50	120,00	Serviços que eventualmente poderão, mediante prévia autorização da Administração, devidamente justificada a necessidade por parte do contratado, serem realizados na sede do contratado Instalação e configuração programas (saúde)
6	30	437,50	Chamado técnico adicional (quando ultrapassar o limite de 4 visitas durante a semana.)



**CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA**

Os serviços devem ser prestados diretamente na sede administrativa e nos órgãos a ela ligados (todas as secretarias), conforme horário de atendimento da administração, de segunda a sexta-feira, e também diretamente na sede da proponente e via telefone e através de acesso remoto. O não cumprimento do constante neste item enseja na rescisão do contrato e aplicação das penalidades conforme Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02. O profissional deve iniciar as atividades, no máximo no dia seguinte à Emissão da AF, sob pena de rescisão contratual.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE EMISSÃO DA RESPECTIVA AF-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, EMITIDA PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE IBIAM.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do exercício financeiro de 2015.

**CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros serão próprios do Município do orçamento do exercício financeiro de 2015, conforme segue:

Reduzido	_unidades	_elementos	descricao	C. ementos
12	02	33900000000000	MANUT. DAS ATIV. ADMI- NISTRATIVAS	33903999000000

**CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O preço total ajustado para a prestação dos serviços é de R\$ 49.975,00 (Quarenta e nove mil, novecentos e setenta e cinco reais). valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA conforme decreto municipal 2567/2013, mediante apresentação relatório das atividades realizadas no período e da nota fiscal eletrônica devidamente liquidada pelo Secretário responsável pela secretaria. A empresa vencedora deve encaminhar o arquivo XML no seguinte endereço eletrônico: nfe@ibiam.sc.gov.br. O pagamento somente será liberado mediante transferência bancária conforme indicado na proposta da empresa vencedora (nº de Banco, agência, conta corrente).

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE**

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

**CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA**

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 31 de dezembro de 2015. A municipalidade reserva-se o direito de retirar apenas parte dos serviços licitados, independentemente das quantidades licitadas. Após 31/12/2015 os saldos restantes serão desconsiderados.

**CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO**

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 054/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES**

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas



neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO  
Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 054/2014, Processo Licitatório nº 077/2014, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO  
Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 14 de Janeiro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

LORISNEI FRANÇA ME  
CNPJ: 16.454.243/0001-30  
Soc. Adm: Lorisnei França  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Erica Thome Laidnes  
CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

**CONTRATO Nº 013 2015**

CONTRATO Nº 013/2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR

A Prefeitura Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiã, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.072.953/0001-16, localizada na Rua Major Navarro Lins, 692 - Joinville - SC, neste ato representada por KARLA JANZ, brasileira, divorciada, pedagoga, portadora da carteira de identidade nº 5552294 e inscrita no CPF sob nº 773.570.609-00, doravante denominado CONTRATADA, tem entre si ajustado o presente Contrato que se regerá pelas cláusulas e condições adiante aduzidas:

**1. DO OBJETO**

A CONTRATADA, na qualidade de única proprietária dos direitos do software descrito em sua proposta comercial em anexo de ESCOLAVIANET® - SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR, confere à CONTRATANTE a licença de uso por prazo determinado, bem como, se obriga a prestar os serviços de suporte, atualização e atendimento técnico conforme especificado neste Contrato.

Parágrafo 1º: Entende-se por Software, o conjunto de programas executáveis por computador, e respectiva documentação técnica que acompanham o produto.

**2. DO PRAZO**

O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, com término em 31/12/2015.

**3. DOS MÓDULOS CONTRATADOS**

Pedagógico (Cadastro Escolar e Secretaria, para o Centro Educacional Eliziane Titon e Para o Centro de Educação Infantil Jose Atílio Grassi); suporte e manutenção ao sistema de Gestão Escolar "Escola Via Net".

**4. DO VALOR DO CONTRATO**

O presente Contrato terá valor global de R\$ 3.961,68 (Três mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos) divididos em 12 parcelas mensais, no valor de R\$ 330,14 (Trezentos e trinta reais e quatorze centavos) correspondente à Manutenção e Suporte.

Os pagamentos serão efetuados conforme decreto Municipal que fixa o cronograma de pagamentos na Prefeitura de Ibiã, mediante apresentação de nota fiscal eletrônica (devidamente liquidada) e mediante o recebimento do arquivo XML (nfe@ibiam.sc.gov.br), após a prestação dos serviços.

Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados ou sem existência da correspondente prestação dos serviços. O valor da mensalidade para manutenção do sistema, somente será reajustado, após o primeiro ano contratual, com base no índice IGP-M FGV, ou na falta desses, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento da CONTRATADA, com o prazo de até 30 (trinta) dias anteriores aos reajustes anuais.

À CONTRATADA fica vedado negociar, o efetuar a cobrança ou o

desconto da duplicata emitida através de rede bancária ou com terceiros permitindo-se, tão somente, cobranças em carteira simples, ou seja, diretamente na CONTRATANTE.

A CONTRATANTE poderá descontar dos pagamentos, importância que, a qualquer título, lhe sejam devidas pela CONTRATADA por força deste Contrato.

A CONTRATADA não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, nem poderá subcontratar os serviços relativos ao seu objeto, sem o expresse consentimento da CONTRATANTE, dado por escrito, sob pena de rescisão do ajuste.

A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução do objeto deste Contrato e, conseqüentemente responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha direta e indiretamente, a provocar ou causar para CONTRATANTE ou para terceiros.

Não existirá qualquer vínculo Contratual entre eventuais subcontratadas e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste Contrato será sempre a CONTRATADA.

**5. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

5.1 Os preços serão reajustados a cada doze meses de acordo com o IGP-M (FGV), publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou qualquer outro índice oficial que vier a substituí-lo, em decorrência de política econômica governamental.

5.2 Em ocorrendo fatos ou atos que possam prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (inclusive impossibilidade de reajustamento adequado em razão de desvalorização da moeda ou aumento de custos), a CONTRATADA poderá negociar novos valores estimados na proposta e o CONTRATANTE concorda desde já em avaliar a proposta de reajuste, desde que esclarecida a fórmula de cálculo utilizada para a atualização, a fim de evitar qualquer perda de natureza econômica, financeira ou outra. Em nenhum caso a CONTRATADA será obrigada a subsidiar ou fornecer os serviços por valor inferior ao custo, principalmente se o desequilíbrio contratual resultar de evento posterior à assinatura da proposta e fora do controle das partes.

**6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Proj/Atividade: 2026 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Reduzido: 71

Modalidade de Aplicação: 33900000 - Comp. Do Detalhamento: 339039110000-Locação de Softwares

**7. DAS APLICAÇÕES GERAIS**

A prestação dos serviços de atualização se dará nas seguintes modalidades:

a) Corretiva, que visa corrigir erros e defeitos de funcionamento do Software, podendo a critério da empresa, limitar-se à substituição da cópia com falhas por uma cópia corrigida;

b) Adaptativa, visando adaptações legais para adequar o Software a alterações da Legislação, desde que não impliquem em desenvolvimento de novos relatórios/telas, novas funções ou rotinas ou ainda, alterações na estrutura de arquivos do Software;

c) Evolutiva, que visa garantir a atualização do Software, mediante aperfeiçoamento das funções existentes ou adequação às novas tecnologias, obedecendo aos critérios da metodologia de desenvolvimento CONTRATADA.

Entende-se por atendimento técnico os serviços prestados através de meios de comunicação ou assessorias técnicas, para identificação de problemas ligados diretamente ao uso do Software.

Atendimento técnico remoto - Esse atendimento será feito por técnico da CONTRATADA, por meio de ferramenta específica, indicada por esta e se dará através da conexão de equipamento da CONTRATADA com equipamento da CONTRATANTE.

A CONTRATANTE obriga-se a disponibilizar equipamento/plataforma de hardware e conexão de origem idônea, inclusive no caso de ambiente web/internet, que possibilite a instalação e correta utilização do Software objeto do presente contrato, bem como mantê-lo atualizado, de forma a possibilitar a instalação de novas versões do Software lançada.

Atualização de Software motivada por alterações no ambiente operacional, plataforma de hardware ou na estrutura organizacional da CONTRATANTE, deverá ser solicitada formalmente, podendo ser executada após estudo prévio e orçamento da CONTRATADA e aprovação da CONTRATANTE.

Adaptações de Software, ainda que impliquem em novos relatórios, novas funções, novas rotinas ou alterações nos arquivos, serão orçadas e cobradas, caso a caso, mediante aprovação da CONTRATANTE.

Para a inclusão de novas Unidades Escolares e/ou novos Módulos e/ou aumento de nº de alunos proveniente de migração de outra mantenedora no decorrer do vigente contrato, a CONTRATANTE receberá a proposta de investimento de Adesão e/ou Manutenção/ Suporte da CONTRATADA cujos valores respeitarão a tabela do ano corrente, obrigando-se, assim, a CONTRATANTE de emitir o Aditamento Contratual para formalizar a entrega do login e senha de cada nova Unidade Escolar a ser incluída na Rede Municipal e/ ou a liberação de acesso aos novos módulos e/ou a migração de dados.

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária na Secretaria de Educação.

## 8- DA RESCISÃO

O presente Contrato somente poderá ser rescindido pela CONTRATANTE, e a qualquer tempo, mediante aviso prévio e expresso de 30 (trinta) dias.

O Contrato poderá ser rescindido, independente de notificação judicial ou extrajudicial, no caso de descumprimento de uma de suas cláusulas, não sanada pela parte inadimplente no prazo de notificação enviada pela outra parte.

Ao término ou rescisão do presente instrumento, cessará de pleno direito, o uso do ESCOLAVIANET® pelo CONTRATANTE, bem como a prestação dos serviços de hospedagem, suporte e manutenção, objetos deste contrato, obrigando-se a CONTRATADA a entregar os dados em formato universal.

A entrega da base de dados estará condicionada à quitação das parcelas vencidas.

## 9- DAS OBRIGAÇÕES

A CONTRATANTE obriga-se a Lei da Licitações, qual seja a Lei

8.666/93 em seu total cumprimento especialmente os requisitos exigidos para habilitação e manutenção do Contrato.

## 10- DAS RETENÇÕES

### 10.1 NÃO HÁ HIPÓTESE DE RETENÇÃO DE 11% DE INSS POR:

a) Os serviços não são prestados mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada.

b) Não há segurados à disposição da contratante, em suas dependências ou nas de terceiros.

Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 - Art. 112, 115 e 116.

10.2 NÃO HÁ RETENÇÃO DE ISS - Conforme a Lei Complementar nº 116/03, em seu artigo 3º, o local de recolhimento do Imposto Sobre Serviços - ISS é devido no local do estabelecimento prestador (sede da empresa Controller T.S.I. Ltda.). Seus incisos I a XXII trazem as exceções, sendo que em nenhum momento descrevem os serviços de informática como tal.

10.3 RETENÇÃO DE 1,5% (hum e meio por cento) de IR NA FONTE na emissão de nota fiscal no valor acima de R\$ 666,66. Diante desta hipótese a CONTRATADA receberá da CONTRATANTE o valor descontando 1,5% (hum e meio por cento) correspondente à nota fiscal emitida.

## 11- FORO

As partes elegem o foro da Comarca da cidade de Tangará/SC, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam e rubricam o presente instrumento em três vias de igual teor e para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

Ibiam, 19 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CONTROLLER TEC. E SIST. DE INF. LTDA ME

CNPJ: 04.072.953/0001-16

Sócio Adm: KARLA JANZ

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHAS:

Catarina D. Borsoi

CPF - 572.246.259-49

Luciana T. Balen

CPF: 042.307.839-90

Evandro Carlos dos Santos

Advogado - OAB/SC 13.747

## CONTRATO Nº 014 2014

CONTRATO Nº 014/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 052/2014

PREGÃO PRESENCIAL No 038/2014

Que entre si fazem o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 11.250.761/0001-18, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº

1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa BABINSKI BOLSAS EIRELI EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 19.106.828/0001-57, com sede na Rua Dirceu Giordani, 1135, Fundos, Jardim Taruma, Xanxerê/SC, CEP: 89.820-000, neste ato representado por seu Administrador o Sr. Luiz Alexandre Babinski, CPF: 077.326.149-41, CI 5.072669SSP/SC, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 052/2014 e Pregão Presencial nº 038/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustadas as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de brindes, para distribuição gratuita, em campanhas da Unidade Básica de Saúde do Município de Saúde de Ibiam, conforme segue:

Item	Quantidade	Valor Unitário	Descrição do Objeto	Unidade
1	400	10,34	Estojo para medicamento. Confeccionada em poliéster 600. Três faixas identificadas (manhã, tarde e noite) onde cada faixa mede 5cm de largura em zíper nº06. Uma alça de mão de 20cm. Tamanho total do estojo 23x12x15cm. Porta documento em PVC cristal. Personalização em estampa.	UN
2	20	24,17	Bolsa térmica, para acondicionamento de insulina confeccionada em poliéster 600 impermeável, forrada com manta térmica e PVC. Uma alça de mão. Personalizada com estampa.	UN

3	20	29,67	Bolsa para gestante confeccionada em poliéster 600, totalmente revestida com PVC Cristal gramatura 20. Abertura superior com zíper nº06 100% Poliéster. Duas alças em polipropileno, com cadarço inferior de reforço. Bolso frontal com abertura em zíper nº06 100% Poliéster. Medidas totais da bolsa 38cmx-28cmx11cm. Personalização em estampa.	UN
---	----	-------	--	----

#### CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA

A entrega dos itens, deve ocorrer no prazo máximo de até 4(quatro) dias, contados do envio da AF, no e-mail indicado na proposta do fornecedor. Os itens devem ser fornecidos na Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiam, sem custos adicionais para o Município. Empresas que não cumprirem o prazo, serão punidas com multa diária de R\$ 300,00(trezentos reais), por dia de atraso. Após 10 dias de atraso, o contrato será rescindido, e além da multa a contratada sofrerá também as demais penalidades e sanções legais, conforme edital, Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/02 e demais legislação em vigor.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE EMISSÃO DA RESPECTIVA AF-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, EMITIDA PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE IBIAM.

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta:

#### CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão próprios do Município do orçamento do exercício financeiro de 2014, conforme segue:

_despesas	_unidades	_elementos	descricao	C. ementos
09	01	33900000000000	MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE	339039690000

#### CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais é de R\$ 5.190,00(Cinco mil, cento e noventa reais). O pagamento pelo



fornecimento do objeto deste Processo Licitatório será liberado conforme decreto municipal 2567/2013, mediante apresentação de nota fiscal impressa e eletrônica devidamente liquidada pelo Secretário responsável, e apresentação de todas as Certidões negativas de débito exigidas na habilitação, item 6.2 e 6.3 letra "a" deste edital. A empresa vencedora deve encaminhar o arquivo XML no seguinte endereço eletrônico: nfe@ibiam.sc.gov.br. O pagamento somente será liberado mediante transferência bancária conforme indicado na proposta da empresa vencedora (nº de Banco, agência, conta corrente), não será impresso pelo FMS Boleto Bancário, somente será aceito se vir impresso junto com a nota fiscal.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

Os itens licitados, são para fornecimento imediato, e devem ser fornecidos num prazo máximo de 4(quatro) dias, contados do envio da Autorização de Fornecimento - AF, no e-mail indicado pela empresa, em sua proposta. O contrato entra em vigor na data de assinatura com termino previsto para 20/12/2014.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária de Saúde, do Município de Ibiã, conforme portaria 185/2011, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para contestação de multas ou penalidades aplicadas em razão de atraso na entrega da mercadoria ou em desacordo com o solicitado nas respectivas

A. Fs.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 038/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas



e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 038/2014, Processo Licitatório nº 052/2014, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de

2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 03 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

BABINSKI BOLSAS EIRELI EPP  
CNPJ: 19.106.828/0001-57  
Sócio Adm. Luiz Alexandre Babinski  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Erica T. Laidnes  
CPF: 006.854.259-3

#### CONTRATO Nº 028 2014

CONTRATO 028/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SEM VINCULO EMPREGATÍCIO.

O Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza carvalho Agostini, nº 20, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Clovis José Busatto, brasileiro casado, residente nesta cidade inscrito no CPF/MF sob nº 497.720.319-49 e CI 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA, CNPJ: 12.967.590/0001-05, com sede na Avenida XV de Novembro, 376, sala 02, Sij, B Centro, Videira/

SC, CEP; 89.560-000, representada neste ato por seu Administrador o Sr. Antonio Gonçalves Dias Junior, CPF: 047.042.019-70, RG 4.443.275SSP/SC, denominada neste instrumento CONTRATADA, celebram o presente contrato, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, sujeitando-se às normas do supra mencionado diploma legal, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

**Cláusula Primeira - DO OBJETO** - Este contrato tem por objeto a execução de sistema Preventivo de Incêndio para o CEET - Centro Educacional Eliziane Titon do Município de Ibiam, conforme Memorial Descritivo, Projeto, Plantas e RRT. A contratada obriga-se a fornecer ART ou RRT de Execução, antes do fim da obra. Sem a apresentação da ART/RRT, o pagamento não será liberado.

**Cláusula Segunda** - Faz parte integrante deste contrato independente de sua transcrição os itens que compõem o orçamento elaborado pelo Engenheiro da AMARP, anexo ao presente contrato.

**Cláusula Terceira - DO PRAZO PARA EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA**

A contratada tem o prazo de 5 (cinco) dias corridos, para executar os serviços previsto no Memorial Descritivo, projeto, plantas e RRT. Podendo este prazo ser prorrogado por igual período na ocorrência de fato que justifique esta prorrogação.

**Cláusula Quarta - DO PREÇO**

O valor total ajustado para a construção da passarela é de R\$ 14.997,00 (Quatorze mil e novecentos e noventa e sete reais).

**Cláusula Quinta - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em parcela única, conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.567/2013, após a conclusão dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal liquidada pela Secretária de Educação.

**Cláusula Sexta** - A aceitação do bem, por ocasião da entrega, está condicionado a correta observação das especificações do objeto.

**Cláusula Sétima - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Projeto/Atividade 1008 - Ampliação da rede física fundamental 44900000 - Aplicações diretas, Complemento do Detalhamento: 449051070000

**Cláusula Oitava** - Todos e quaisquer custos decorrentes do registro deste instrumento no cartório competente, correrão por conta da contratante.

**Cláusula Nona - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A contratada garante o fornecimento de peças de reposição, que apresentem defeito pelo período mínimo de UM ANO.

**Cláusula Décima - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos nos termos estabelecidos neste contrato, conforme disposto no Processo Licitatório.

**Cláusula Décima Primeira - DAS RESPONSABILIDADES**

São de exclusiva responsabilidade da contratada :

a) As despesas decorrentes do seguro, transporte, manutenção da estrutura e demais encargos, impostos e obrigações até a entrega do equipamento na cidade de Ibiam, Estado de Santa Catarina;

b) A fiscalização do perfeito cumprimento do objeto deste contrato, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente, independentemente da exercida pelo contratante;

c) Responderá por eventuais prejuízos causados a contratante e/ou a terceiros provocados por insuficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados filiados ou propostos, na execução dos serviços de assistência técnica ;

d) Será de inteira responsabilidade da contratada, as despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis, e qualquer outra que forem devidas a empregados da contratada para a execução do objeto deste contrato, ficando ainda a contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

**Cláusula Décima Segunda - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei 8.666/93 .

**Cláusula Décima Terceira - DAS PENALIDADES**

As penalidades decorrentes da inadimplência total ou parcial do presente contrato por parte da contratada, seguirá a disciplina dos artigos 86 a 99 da Lei 8.666/93.

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais a saber:

a) advertência;

b) multa administrativa, graduável, conforme a gravidade da infração, não excedendo em seu total o equivalente a 10% (Dez por cento) do valor do contrato, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de não superior a 2 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**Cláusula Décima Quarta - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Da penalidade aplicada caberá recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior aquele que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

**Cláusula Décima Quinta - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da contratante, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93, c/c portaria municipal 0185/2011.

**Cláusula Décima Sexta - DA PUBLICAÇÃO**

Incumbirá a contratante providenciar publicação deste contrato, por extrato, em jornal de circulação, até o dia 5 (cinco) do mês subsequente a data de sua assinatura.

**Cláusula Décima Sétima - DA ALTERAÇÃO**

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no artigo 65 da Lei 8.666/93, sempre através de termo aditivo.

**Cláusula Décima Oitava - DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização dos serviços será de responsabilidade da Secretaria de Educação do Município de Ibiam.

Cláusula Decima Nona - Nos casos em que este contrato for omisso, prevalecerá o disposto na Lei 8666/93 e alterações.

Cláusula Décima - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.

Ibiam (SC), 29 de Outubro de 2014.

Clovis José Busatto Construtora Edificação Ltda  
 Prefeito Municipal CNPJ: 12.967.590/0001-05  
 Contratante Adm. Antonio Gonçalves Dias Junior

Catarina Borsoi Luciana Balen  
 CPF - 572.246.259-49 CPF: 042.307.839-90

## CONTRATO Nº 029

CONTRATO Nº 029/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 054/2014  
 PREGÃO PRESENCIAL No 039/2014

Que entre si fazem o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa Auto Elite Ltda, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 83.270.397/0009-16, com sede na Rua Rodovia BR 282, Km 343,6, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Campos Novos SC, CEP: 89620-000, neste ato representado por seu Gerente o Sr. Jeferson Moura, CPF: 006.348.869-83, CI 3.986.704, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 054/2014 e Pregão Presencial nº 039/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de veículos para as secretarias municipais, conforme tabela abaixo:

Item	Objeto	Quantidade	Valor unitário
1	Veículo novo, utilitário, zero km, tipo pick-up, no mínimo dois lugares, motor no mínimo 1.6, Airbag duplo, bicomustível, freios ABS, equipada com direção hidráulica, ar quente, Rádio, CD Player MP3 com entrada USB, no mínimo 2 alto falantes, antena no teto, proteção do motor, pneus e rodas no mínimo aro 14, 4 pneus novos, mais 1 pneus novo no mínimo aro 14 para estepe, tapetes, garantia de 3 anos. Ano/modelo: 2014/2015. Conforme convenio SC nº 2014TR002539.	2	R\$ 39.850,00

2	Veículo novo, zero km, motor no mínimo 1.0, bicomustível, Airbag, freios ABS, equipado com direção hidráulica, quatro portas, ar quente, limpador traseiro, 4 tapetes, capacidade mínima do tanque 50 litros, pneus e rodas no mínimo aro 14, 4 pneus novos, mais 1 pneus novo no mínimo aro 14 para estepe, vidro elétrico, proteção do motor, garantia mínima de 3 anos. equipado com GPS, Rádio, CD Player MP3 com entrada USB, no mínimo 4 alto falantes, antena no teto chave com controle, Ano/modelo: 2014/2015. Conforme convenio SC nº 2014TR002539.	2	R\$ 36.850,00
3	Veículo novo, zero km, motor no mínimo 1.6, bicomustível, Airbag, freios ABS, equipado com direção hidráulica, quatro portas, ar condicionado(quente/frio), limpador traseiro, capacidade mínima do tanque 50 litros, pneus e rodas no mínimo aro 14, 4 pneus novos, mais 1 pneus novo no mínimo aro 14 para estepe, vidros elétricos, proteção do motor, equipado com GPS. Rádio, CD Player MP3 com entrada USB, no mínimo 4 alto falantes, antena no teto, chave com controle, garantia mínima de 3 anos. Ano/modelo: 2014/2015. Conforme convenio SC nº 2014TR002539.	1	R\$ 42.850,00
4	Veículo novo, utilitário, zero km, tipo pick-up, no mínimo dois lugares, motor no mínimo 1.6, Airbag duplo, bicomustível, freios ABS, equipada com direção hidráulica, ar quente, Rádio, CD Player MP3 com entrada USB, no mínimo 2 alto falantes, antena no teto, proteção do motor, pneus e rodas no mínimo aro 14, 4 pneus novos, mais 1 pneus novo no mínimo aro 14 para estepe, tapetes, garantia de 3 anos. Ano/modelo: 2014/2015. Conforme convenio SC nº 2014TR002499.	1	R\$ 39.850,00

## CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA

Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiam, com o envio da respectiva Autorização de Fornecimento-AF, no e-mail constante na proposta vencedora, o fornecedor terá um prazo máximo de até 2(dois) dias, para fornecer os itens que foi vencedor. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 24 horas.

Para cada dia de atraso poderá ser cobrado multa de R\$ 500,00(quinhentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 15(quinze) dias o presente contrato será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Comissão Especial ou servidor, designado pelo Município de Ibiã, conforme Art. 67 da Lei 8666/93 e portaria 185/2011, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para contestação de multas ou penalidades aplicadas em razão de atraso na entrega da mercadoria ou em desacordo com o solicitado nas respectivas A. Fs.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE EMISSÃO DA RESPECTIVA AF-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, EMITIDA PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE IBIAM.

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de recursos de convênios com o estado de SC e próprios do Município de Ibiã.

#### CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão próprios do Município do Orçamento do exercício financeiro de 2014 e dos CONVÊNIOS COM O ESTADO DE SC Nº 2014TR002539 - R\$ 150.000,00, contrapartida do Município de Ibiã R\$ 30.722,89 E CONVENIO Nº 2014TR002499 - R\$ 30.000,00, contrapartida do Município de Ibiã R\$ 10.000,00, conforme segue:

Reduzido	Valor	Destinação	Complemento do Detalhamento
24	14.000,00	Aquisição de Veículos, Máquinas, implementos agric	44905252000000
25	63.000,00	Aquisição de Veículos, Máquinas, implementos agric	44905252000000
50	1.000,00	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905252000000
51	80.000,00	Aquisição de Máquinas e Veículos	44905252000000
64	1.000,00	Aquisição de Veículos Educação	44905252000000
65	37.000,00	Aquisição de Veículos Educação	44905252000000
118	51.000,00	MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	44905252000000

#### CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento do objeto deste contrato é de R\$ 236.100,00(Duzentos e trinta e seis mil, e cem reais). O valor unitário esta descrito na Cláusula Segunda deste contrato. O pagamento pelo fornecimento do objeto deste contrato será efetuado conforme liberação dos recursos financeiros por parte dos convênios estaduais. Deixando desde já todos cientes que esta liberação não depende do Município e que o pagamento pode demorar para ocorrer, sem que caiba direitos a reclamações ou indenizações aos vencedores deste processo. A empresa vencedora deve encaminhar a nota fiscal impressa via correio ou pessoalmente, e também nos seguintes endereços: nfe@ibiam.sc.gov.br,compras@ibiam.sc.gov.br. O arquivo XML deve ser enviado no primeiro e-mail(nfe@ibiam.sc.gov.br) O pagamento somente

será liberado mediante transferência bancária conforme indicado na proposta da empresa vencedora(nº de Banco, agência, conta corrente), não será impresso pela Prefeitura de Ibiã Boleto Bancário, somente será aceito se vir impresso junto com a nota fiscal.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

O(s) item(n)s, objeto deste contrato tem garantia mínima, contra defeitos de fabricação por um período mínimo de 3 anos. O contratado deve prestar assistência técnica imediata, num prazo máximo de até 24 horas, sempre que constatado problemas mecânicos decorrentes de defeitos de fabricação, o não cumprimento do previsto nesta cláusula pode ensejar a aplicação de multa diária de R\$ 500,00(quinhetos reais) por dia de atraso.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO



I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 039/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do

material lícitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PÚBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 039/2014, Processo Licitatório nº 054/2014, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que



constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 31 de Outubro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

AUTO ELITE LTDA  
CNPJ: 83.270.397/0009-16  
Gerente: Jeferson Moura  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Irley Lamperti  
CPF: 572.241.539-15

### CONTRATO Nº 030 2014

CONTRATO 030/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS, SEM VINCULO EMPREGATÍCIO.

O Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza carvalho Agostini, nº 20, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Clovis José Busatto, brasileiro casado, residente nesta cidade inscrito no CPF/MF sob nº 497.720.319-49 e CI 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e REGIANE SCU-SIATTO PARISE, CPF: 078.660.529-48, RG 5.520.531, Corretora de Imóveis, com Registro no COFECI/CRECI Nº 027143, residente na Rua Leoniza Gonzatto, nº 40, Centro, Ibiam/SC denominada neste instrumento CONTRATADA, celebram o presente contrato, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, sujeitando-se às normas do supra mencionado diploma legal, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

Cláusula Primeira - DO OBJETO - Este contrato tem por objeto a avaliação dos Imóveis a seguir relacionados, pertencentes ao Município de Ibiam, conforme segue:

Terreno de 120 m onde está localizada estação de tratamento de esgoto.

- Matrícula 7363: Terreno Permutado Adilson Cenatti.
- Matrícula 5981: Terreno e Prédio da Escola Linha Santo Alécio.
- Matrícula 5980: Terreno e Prédio da Escola Linha São Sebastião.

- Matrícula 1614: Terreno e Prédio da Escola Linha São Pascoal.
- Prédio da Escola Tiradentes Linha Gaúcha.
- Matrícula 3833: Terreno e Prédio da Escola Linha Trevisol.
- Matrícula 1468: Terreno e Prédio da Escola Linha Cerro Azul.
- Matrícula 6585: Terreno e Prédio da Escola Linha Nossa Senhora de Fátima.
- Matrícula 7492: Distrito Industrial Lote 01 Terreno e Barracão.
- Matrícula 7493: Distrito Industrial Lote 02 Terreno e Barracão.
- Matrícula 7494: Distrito Industrial Lote 03 Terreno e Barracão.
- Distrito Industrial Lote 04 Sem Benfeitorias.
- Distrito Industrial Lote 05 Área Remanescente.
- Matrícula 6992: Terreno e Prédio da Câmara Municipal.
- Matrícula 6943: Terreno e Prédio da Capela Mortuária.
- Matrícula 2429: Terreno e Prédio do Posto de Saúde.
- Matrícula 7461: Terreno Indústria Linha União.
- Matrícula 0427: Dois terrenos mais o Prédio da Delegacia e casa.
- Matrícula 7113: Terreno Lote 1 e Prédio da Prefeitura.
- Matrícula 7114: Terreno Lote 2 atrás da Prefeitura.
- Matrícula 7115: Terreno Lote 3 e Prédio da Escola e do Ginásio.
- Matrícula 7116: Terreno Lote 4 e Academia de Saúde.
- Matrícula 7117: Terreno Lote 5 e Prédio da Creche.
- Matrícula 7118: Terreno Lote 6 e Prédio da Garagem de Maquinas.
- Matrícula 7119: Terreno Lote 7 e Prédio da Casa dos Idosos.
- Matrícula 7120: Terreno Lote 8 e Prédio da Rodoviária.
- Matrícula 7121: Terreno Lote 9 Praça.
- Área Remanescente 24.245,25m² e Reserva APP 2.713,01m².

Cláusula Segunda - Faz parte integrante deste contrato independente de sua transcrição a proposta comercial apresentada pela contratada e aprovada pela Administração Municipal.

#### Cláusula Terceira - DO PRAZO PARA EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

A contratada tem o prazo de até 30(trinta) dias corridos, para executar os serviços previsto na Cláusula Primeira deste contrato.

#### Cláusula Quarta - DO PREÇO

O valor total ajustado para a execução dos serviços contratados é de R\$ 7.500,00(Seze mil e quinhentos reais).

#### Cláusula Quinta - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em parcela única, conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.567/2013, após a conclusão dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal liquidada pela Secretária de Educação.

Cláusula Sexta - A aceitação do bem, por ocasião da entrega, está condicionado a correta observação das especificações do objeto.

#### Cláusula Sétima - DA CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Projeto/Atividade 2018 - Manut. Das Atividades Administrativas 3390000000 - Aplicações diretas, Compl. do Detalham.: 339036040000 - Comissões e Corretagens

Cláusula Oitava - Todos e quaisquer custos decorrentes do registro deste instrumento no cartório competente, correrão por conta da contratante.

#### Cláusula Nona - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Prestar os serviços conforme cláusula primeira deste contrato, fornecendo relatório contendo valor de cada imóvel avaliado.

#### Cláusula Décima - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos nos termos estabelecidos neste contrato, conforme disposto no Processo Licitatório.

**Cláusula Décima Primeira - DAS RESPONSABILIDADES**

São de exclusiva responsabilidade da contratada :

- a) As despesas decorrentes do seguro, transporte, manutenção da estrutura e demais encargos, impostos e obrigações até a entrega do equipamento na cidade de Ibiom, Estado de Santa Catarina;
- b) A fiscalização do perfeito cumprimento do objeto deste contrato, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente, independentemente da exercida pelo contratante;
- c) Responderá por eventuais prejuízos causados a contratante e/ou a terceiros provocados por insuficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados filiados ou propostos , na execução dos serviços de assistência técnica ;
- d) Será de inteira responsabilidade da contratada, as despesas diretas ou indiretas tais como: encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis, e qualquer outra que forem devidas a empregados da contratada para a execução do objeto deste contrato, ficando ainda a contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

**Cláusula Décima Segunda - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL**

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei 8.666/93.

**Cláusula Décima Terceira - DAS PENALIDADES**

As penalidades decorrentes da inadimplência total ou parcial do presente contrato por parte da contratada, seguirá a disciplina dos artigos 86 a 99 da Lei 8.666/93.

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais a saber:

- a) advertência;
- b) multa administrativa, graduável, conforme a gravidade da infração, não excedendo em seu total o equivalente a 10% (Dez por cento) do valor do contrato, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de não superior a 2 (dois) anos; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinados da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**Cláusula Décima Quarta - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Da penalidade aplicada caberá recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior aquele que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

**Cláusula Décima Quinta - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da contratante, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93, c/c portaria municipal 0185/2011.

**Cláusula Décima Sexta - DA PUBLICAÇÃO**

Incumbirá a contratante providenciar publicação deste contrato, por extrato, em jornal de circulação, até o dia 5(cinco) do mês subsequente a data de sua assinatura.

**Cláusula Décima Sétima - DA ALTERAÇÃO**

Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no artigo 65 da Lei 8.666/93, sempre através de termo aditivo.

**Cláusula Décima Oitava - DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização dos serviços será de responsabilidade da Secretaria de Administração do Município de Ibiom.

Cláusula Decima Nona - Nos casos em que este contrato for omissivo, prevalecerá o disposto na Lei 8666/93 e alterações.

Cláusula Décima - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará , Estado de Santa Catarina , com exclusão de qualquer outro , por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.

Ibiom (SC), 14 de Novembro de 2014.

Clovis José Busatto	Regiane Scuciatto Parise
Prefeito Municipal	CPF: 078.660.529-48
Contratante	Contratado

Laelcio A. Gasaniga	Irley Lamperti
CPF - 807.451.729-20	CPF: 572.241.539-15

**CONTRATO Nº 031 2014**

CONTRATO Nº 031/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 058/2014

PREGÃO PRESENCIAL No 043/2014

Que entre si fazem o Fundo Municipal de Saúde de Ibiom-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 11.250.761/0001-18, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiom - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiom - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa DIDATICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA ME, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 08.985.825/0001-14, com sede na Rua Santa Terezinha, 87, Centro, Jaborá/SC, CEP: 89.677-00, representada neste ato por sua Administradora a Sra. Josiane Poyer Pasqualotto, CPF: 790.106.019-00, CI 11/R 1.889.557, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 058/2014 e Pregão Presencial nº 043/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto a Contratação de Seguro para a Frota do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição dos itens que compõem o Kit	Valor total do kit
1	<p>Kit de brinquedos para playground, atendendo no mínimo as seguintes especificações: colorido com estrutura principal de colunas em alumínio colorido medindo no mínimo 0,11 x 0,11 metros com cantos ovalizados e acabamento em pintura eletrostática, contendo no mínimo os seguintes itens, com no mínimo as seguintes especificações:</p> <p>07 plataformas medindo 1,05 x 1,05m, estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo 1/8x2" revestido com madeira plástica, cobertura superior em plástico rotomoldado;</p> <p>01 torre sextavada de 2,00 x 2,00m c/ cobertura em plástico rotomoldado, com estrutura principal (colunas) de madeira plástica medindo 12, 5x12,50cm e parede de 20mm;</p> <p>02 escadas em aço tubular retangular galvanizado de 0,30m x 0,70m e 1,80m de comprimento, com 7 degraus em madeira, medindo 0,72 m de comprimento x 0,15m de largura e 0, 20m de espessura;</p> <p>01 balanço com 02 assentos em plástico maciço rotomoldado, correntes medindo 1,52 metros de comprimento, assento medindo 50 cm de comprimento x 20 cm de largura. estrutura de cano de 1 1/4";</p> <p>01 passarela convexa com estrutura e barras verticais tubulares de aço. medindo 1, 95m de comprimento x 0,94m de largura e altura de 0,80m. assoalho em madeira plástica com travessas de itaúba;</p> <p>01 tubo curvado em plástico rotomoldado medindo 1,30m de comprimento x 0,80m de abertura; 08 fechamento alambrado de proteção lateral confeccionado em tubo metálico 1" galvanizado a fogo e pintura a pó; 01 cano escalada com estrutura de aço tubular de diâmetro 31,75mm com parede de 2,00mm, degraus em aço diâmetro de 25,4mm e parede de 1,55mm;</p> <p>02 kit jogo da velha com estrutura de aço tubular e plástico rotomoldado;</p> <p>01 rampa com corda de nós medindo 2m de comprimento x 0,92m de largura, rampa com assoalho e travessas em itaúba, corrimões em aço tubular diâmetro de 31, 75mm e parede de 2,00mm, corda de nylon de 14,00mm de diâmetro com nós;</p> <p>01 passarela ripada de 3m comprimento x 94cm largura, com base de itaúba e laterais fechadas com ripas coloridas de 2cm espessura x 10cm largura x 80cm altura.;</p> <p>01 tobogã em plástico rotomoldado, com 2,60m de comprimento x 0,76m de diâmetro, fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída em plástico rotomoldado;</p> <p>01 tobogã em plástico rotomoldado, com 2m de comprimento x 0, 76m de diâmetro, fixado a torre com painel de plástico rotomoldado.;</p> <p>01 tubo horizontal em plástico rotomoldado medindo 2m de compr x 0,80 m de abertura;</p> <p>01 escorregador caracol em fibra de vidro (revestido com camada de gel coat), seção de deslizamento com 1,5m x 0,54m de largura.</p> <p>01 deck auxiliar em madeira de itaúba com medidas de 1x1m.</p> <p>02 guarda corpos com altura de 0,67m em aço tubular de diâmetro de 25,4mm com parede de 1,55mm e hastes de 12,7mm.;</p> <p>01 passarela côncava com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 31,75mm e parede de 2,00mm, barras verticais de diâmetro 9,525mm. medindo 1,95m de comprimento x 0,94m de largura e altura de 0,80m. assoalho em madeira plástica com travessas de itaúba.;</p> <p>01 escorregador reto em plástico rotomoldado com 2,80 metros de comprimento x 0,42 metros de largura;</p> <p>01 rampa de cordas com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 42,60mm e 31,75mm e parede de 2,00mm. corda de nylon de diâmetro 14,00mm e uniões em plástico injetado.;</p> <p>01 passarela de cordas com cordas de polietileno 14 mm tecidas em formato de losangos sem nó, com corrimão em itaúba, medindo 3m de comprimento x 0,94m de largura.</p> <p>01 escada curvada com arco de 2,56m de comprimento x 0,63m de largura. estrutura e 7 degraus tubulares em aço galvanizado;</p> <p>01 passarela reta medindo 1,95m de comprimento x 0,94m de largura e altura de 0,80m. estrutura e assoalho em itaúba;</p> <p>01 escorregador curvo em fibra de vidro (revestido com camada de gel coat) seção de deslizamento com 3m x 0,42m de largura;</p> <p>01 escada bombeiro em aço tubular de diâmetro 42,6mm x 2800mm de altura com parede de 2,00mm. 8 degraus de diâmetro 25,4mm com parede de 2,00mm.</p> <p>01 torre de 1,05 x 1,05m sem cobertura; 04 bancos em madeira itaúba, estrutura metálica, medindo 1,5m.</p> <p>01 carrossel confeccionado em ferro de 1" ¼, galvanizado e pintado, com no mínimo oito lugares, e no mínimo 2 metros de diâmetro.</p> <p>01 gangorra dupla, confeccionada em ferro 1" ¼, galvanizado e pintado e assentos de madeira, tratada de no mínimo 5cm de espessura, com pegadores de ferro, com no mínimo 2 metro de comprimento.</p> <p>4 banco de concreto, com encosto e pernas, com no mínimo 1,20m de comprimento.</p> <p>Os itens que compõem o kit parque infantil, deve ser entregue e montado por conta do contratado. todos os itens devem atender plenamente a NBR 16.071/12-ABNT.</p>	R\$ 66.300,00

### CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA

A proponente vencedora, tem prazo de 24(vinte e quatro) horas após o envio da Autorização de Fornecimento, no e-mail indicado pela empresa em sua proposta vencedora, para entregar todos os itens que compõem o kit, em local que será definido pela Administração Municipal, no Município de Ibiã, sem custos adicionais, e um prazo de até 48(quarenta e oito horas, após a entrega, para montar todos os itens do kit. Para cada dia de atraso, na entrega ou na montagem, será cobrado multa de R\$ 1.000,00(Mil Reais). A proponente dará garantia total dos itens que compõem o kit, por um período mínimo de 5(cinco) anos, repondo as peças que apresentarem defeito, sem custos adicionais para o município de Ibiã.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Comissão Especial ou servidor, designado pelo Fundo Municipal de Saúde, conforme portaria 185/2011, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando

o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para contestação de multas ou penalidades aplicadas em razão de atraso na entrega da mercadoria ou em desacordo com o solicitado nas respectivas A. Fs.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE EMISSÃO DA RESPECTIVA AF-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, EMITIDA PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE IBIAM.

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta:

#### CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão próprios do Município do orçamento do exercício financeiro de 2014, conforme segue:

Reduzido	Projeto/Atividade	C. do detalhamento
138	Obras e Infraestrutura Urbana	4490521000000
37	Obras e Infraestrutura Urbana	4490521000000

#### CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço total ajustado para o fornecimento dos itens que compõem o Kit é de R\$ 66.300,00(Sessenta e seis mil e trezentos reais). O pagamento pelo fornecimento do objeto deste Processo Licitatório será liberado conforme decreto municipal 2567/2013, mediante apresentação de nota fiscal impressa e eletrônica devidamente liquidada pelo Secretário responsável, e apresentação de todas as Certidões negativas de débito exigidas na habilitação, item 6.2 e 6.3 letra "a" deste edital. A empresa vencedora deve encaminhar o arquivo XML no seguinte endereço eletrônico: nfe@ibiam.sc.gov.br. O pagamento somente será liberado mediante transferência bancária conforme indicado na proposta da empresa vencedora(nº de Banco, agencia, conta corrente), não será impresso pelo Município de Ibiã Boleto Bancário, somente será aceito se vir impresso junto com a nota fiscal.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

A empresa vencedora deve fornecer garantia total para todos os itens que compõem o kit, por um período mínimo de 5(cinco) anos, repondo as suas custos as peças que apresentem defeito, sob pena de aplicação multa de R\$ 500,00(quinhetos reais), por dia de atraso na assistência técnica e na substituição dos itens com problema. Bem como aplicação das demais sanções e penalidades constantes neste contrato e no respectivo edital.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 043/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.



**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impositivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PÚBLICAÇÃO**

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 043/2014, Processo Licitatório nº 058/2014, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO**

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 1.351/05.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 28 de Novembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Didática Livraria e Brinquedos Ltda ME  
CNPJ: 08.985.825/0001-14  
Sócio Adm: Josiane P. Pasqualotto  
CONTRATADA



## TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Irley Lamperti  
CPF: 572.241.539-15

**CONTRATO Nº 033 2014**

CONTRATO Nº 033/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 065/2014

PREGÃO PRESENCIAL No 047/2014

Que entre si fazem o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa Carneiro Tendas Ltda ME, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 13.771.729/0001-03, com sede na Rua Frederico Mayer, 549, Terreo, Bairro Flor da Serra, Joaçaba/SC, neste ato representado por seu Administrador o Sr. Gilmar da Silveira, CPF: 294.824.029-87, CI 741.321/SSPSC, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 065/2014 e Pregão Presencial nº 047/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de veículos para as secretarias municipais, conforme tabela abaixo:

Item	Objeto	Quantidade	Valor total
1	3 TENDAS 5X5 6 TENDAS 10X10 1 PALCO 6X8 4 BANHEIRO QUIMICOS 1 MÁQUINA DE NEVE 1 CARRINHO DE PIPOCA 1 CARRINHO DE ALGODÃO DOCE 1 CASTELO INFLAVEL 2 CAMA ELASTICA 2 PISCINA DE BOLINHA 1 TOURO MECÂNICO 1 TOBOGA A proponente vencedora é responsável em fornecer inteiramente por conta da empresa, no mínimo um monitor devidamente treinado e qualificado por brinquedo. Este monitor será responsável pela seguranças das crianças que estiverem utilizando os mesmos. Todos os itens devem estar em perfeitas condições de uso garantindo o conforto e segurança dos usuários.	1	R\$ 18.000,00

**CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA**

Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiam, com

o envio da respectiva Autorização de Fornecimento-AF, no e-mail constante na proposta vencedora, o fornecedor terá um prazo máximo de até 2(dois) dias, para entregar e montar os itens que foi vencedor no pátio da prefeitura de Ibiam. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 24 horas.

Para cada dia de atraso poderá ser cobrado multa de R\$ 5.000,00(cinco mil reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 3(três) dias o presente contrato será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Comissão Especial ou servidor, designado pelo Município de Ibiam, conforme Art. 67 da Lei 8666/93 e portaria 185/2011, que anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para contestação de multas ou penalidades aplicadas em razão de atraso na entrega da mercadoria ou em desacordo com o solicitado nas respectivas A. Fs.

**O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE EMISSÃO DA RESPECTIVA AF-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, EMITIDA PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICIPIO DE IBIAM.**

**CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de recursos de convênios com o estado de SC e próprios do Município de Ibiam.

**CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros serão próprios do Município do Orçamento do exercício financeiro de 2014, conforme segue:

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta:

Reduzido	Destinação	Complemento do Detalhamento
94	Manut. Das Festiv. E Ativ. Culturais	3390392300000

**CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O preço total ajustado para o fornecimento do objeto deste contrato é de R\$ 18.000,00(Dezoito mil reais) O valor unitário esta descrito na Cláusula Segunda deste contrato. O pagamento pelo fornecimento do objeto deste contrato será efetuado conforme liberação dos recursos financeiros por parte dos convênios estaduais. Deixando desde já todos cientes que esta liberação não depende do Município e que o pagamento pode demorar para ocorrer, sem que caiba direitos a reclamações ou indenizações aos vencedores deste processo. A empresa vencedora deve encaminhar a nota fiscal impressa via correio ou pessoalmente, e também nos seguintes endereços: nfe@ibiam.sc.gov.br,compras@ibiam.sc.gov.br. O arquivo XML deve ser enviado no primeiro e-mail(nfe@ibiam.sc.gov.br) O pagamento somente será liberado mediante transferência bancária conforme indicado na proposta da empresa vencedora(nº de Banco, agencia, conta corrente), não será

impresso pela Prefeitura de Ibiom Boletão Bancário, somente será aceito se vir impresso junto com a nota fiscal.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

O presente contrato tem vigência até 23/12/2014.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 047/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade

designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 047/2014, Processo Licitatório nº 065/2014, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO

ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 18 de Dezembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

CARNEIRO TENDAS LTDA ME  
CNPJ: 13.771.729/0001-03  
Adm. Gilmar da Silveira  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Irley Lampertti  
CPF: 572.241.539-15

**CONTRATO Nº 034 2014**

CONTRATO Nº 032 /2014

Processo Licitatório nº 062/2014 - Dispensa nº 007/2014

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM VINCULO EMPREGATÍCIO QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE IBIAM, E A EMPRESA BANDA INFINITY LTDA ME.

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Ibiã, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiã - SC, CNPJ nº. 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa BANDA INFINITY LTDA ME, CNPJ: 17.213.569/0001-38, pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua XV de Novembro 799, casa, Centro, Arroio Trinta/SC, CEP: 89.590-000, neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. Aislan Serigheili, CPF nº: 006.044.909-84, CI 3.535.555-7 residente na cidade de Arroio Trinta/SC, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 062/2014, Dispensa de Licitação nº 007/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustadas as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO CONTRATADO**

O presente Contrato tem por objeto a contratação de Show musical, para animar evento natalino, na praça municipal de Ibiã, com início previsto para as 16:00 horas com duração mínima de 4(quatro) horas, O evento será no domingo, dia 21/12/2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO**

A contratada compromete-se em executar o objeto constante na Cláusula Primeira deste contrato. Os serviços devem ser prestados diretamente na sede do Município de Ibiã. O não cumprimento dos prazos enseja na aplicação das penalidades constantes no respectivo contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE**

a) O valor total ajustado para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira deste contrato é de R\$ 6.500,00(seis mil e quinhentos reais), que serão pagos em parcela única, após a prestação dos serviços constantes na Cláusula Primeira deste contrato.

b) O pagamento será efetuado conforme Cronograma Municipal de Pagamentos, fixado pelo Decreto 2.567/2013, após a prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica(nfe@ibiam.sc.gov.br e compras@ibiam.sc.gov.br) e a liquidação do setor competente, e ocorrerá somente através de transferência bancária. A prestação dos serviços devem iniciar de forma imediata, após o recebimento da respectiva AF-Autorização de Fornecimento.

Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando

a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

O presente entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto para 24/12/2014.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, CULTURA E ESPORTES

Órgão: 02 Chefia do Executivo

Proj./Atividade: 2032 - MANUTENÇÃO DE FESTIVIDADES E ATIV. ESPORTIVAS

Aplicação: 33900000 - APLICAÇÕES DIRETAS - Red. 94

Complemento do Detalhamento: 339039220000

**CLÁUSULA SEXTA - EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO**

Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo Município serão remunerados a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SETIMA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento ajustado,
- Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.
- Efetuar o pagar do ECAD na forma da lei.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:



a) A CONTRATADA prestará os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade, bem como obter todas as licenças necessárias para a prestação do objeto constante na cláusula primeira deste contrato.

b) A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços, bem como é responsável pelas despesas com transporte, combustível, alimentação e outros que decorram do deslocamento da banda da cidade sede até o Município de Ibiom e vice versa..

c) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

d) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

a) As infrações penais tipificadas na Lei Federal n.º 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

À contratada total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/93, isolada ou conjuntamente, a critério da Administração, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa, o equivalente a 10% do valor da proposta;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO E DA FISCALIZAÇÃO

A rescisão contratual poderá ocorrer por não cumprimento do mesmo, por iniciativa da parte que se sentir prejudicada, comunicando a outra parte com 20 (dez) dias de antecedência, independentemente do previsto na cláusula nona deste contrato.

A execução deste contrato será fiscalizada pelo Secretário de Administração do Município de Ibiom, conforme Portaria Municipal 185/2011, de acordo com Art. 67 da Lei 8.666/93.

Parágrafo único. Reconhece-se os direitos da contratante, previstos no artigo 77 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, em caso de rescisão administrativa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS E DA PUBLICAÇÃO

Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito. A Administração municipal, providenciara a publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5 do mês subsequente, a contar da data de assinatura do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato esta vinculado ao Processo Licitatório nº 062/2014, Dispensa de Licitação nº 007/2014. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir possíveis questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes subscrevem este, para que produza os legais e desejados efeitos, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Ibiom (SC) 01 de Dezembro de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
Contratante

BANDA INFINITY LTDA ME  
CNPJ: 17.213.569/0001-38  
Sócio Adm. Aislan Serigueli  
Contratada

Testemunhas  
Laelcio Antônio Gasaniga  
CPF: 807.451.729-20

Gelson Luiz Trevisol  
CPF: 674.951.179-15

Melzi Cavazzola

Procurador do Município- OAB/SC 3.076

#### CONVOCAÇÃO

Ibiom - SC, 03 de Novembro de 2014.  
CONVOCAÇÃO

PARA:

Recauchutadora Roda Ltda  
Joaçaba SC

O Município de Ibiom/SC, através do Prefeito Municipal, Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, no intuito de atender aos preceitos legais, CONVOCA Vossa Senhoria a comparecer no prazo de até 3 (TRÊS) dias, contados do recebimento desta, para assinatura do Contrato, referente ao Processo Licitatório n. 055/2014, Pregão Presencial 040/2014 da Prefeitura de Ibiom, do qual foi vencedor.

Sendo o que se apresenta, subscrevemo-nos.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 292/2014

PORTARIA Nº 292, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiom, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; ; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado



com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor WALDIR ANTONIO RAMPON, servidor efetivo no cargo de Operador de Máquinas - Nível 4 - Referência E, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Heriberto Agudelo Enriquez - CRM/SC 5858, para o período de 29 dezembro de 2014 a 12 de janeiro de 2015.

§1º. Durante os primeiros 15 (quinze) dias consecutivos ao do afastamento do servidor, a remuneração será a cargo do órgão público.

§ 2º. A partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade, o servidor estará em auxílio doença (INSS), a contar da data de 17 de novembro e enquanto ela permanecer incapaz, de conformidade com o comunicado de resultado de avaliação da Previdência Social.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de dezembro de 2014.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 30 DE DEZEMBRO DE 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

## Ilhota

### PREFEITURA

#### AVISO LICITAÇÃO PRG 009 - 2015 FMS - REGISTRO DE PREÇO - MATERIAL HOSPITALAR

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2015 - FMS

REGISTRO DE PREÇO

Fundo Municipal de Saúde

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO	Registro de Preço para aquisição de Material Hospitalar, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 02/02/2015 às 09:00 hs (nove horas), Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 02/02/2015 às 09:00 hs (nove horas), após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

#### MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

ALEX MIRANDA  
PREGOEIRO OFICIAL

Ilhota, 20 de janeiro de 2015.

# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 008, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

DECRETO Nº. 008, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

INSTITUI A COMISSÃO JULGADORA DO PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACTs E DEMAIS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO, PREVISTOS NO EDITAL Nº. 001/2015 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e

Considerando que o Processo Seletivo necessita de acompanhamento para a correta aplicação das regras constantes no Edital Nº. 001/2015, e para que pautado na legalidade sejam dirimidas dúvidas e casos omissos que possam ocorrer durante o Processo Seletivo.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Julgadora do Processo Seletivo para a Contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário - ACTs e demais Profissionais em Educação, previstos no Edital Nº 001/2015, Da Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, será composta pelos seguintes membros:

I - Maria do Carmo Crescêncio - Presidente;

II - Lélia Regina de Souza Raimundo - Secretária;

III - Vanderléia Ivete Marques Mattos - Membro;

IV - Marta da Silva Maia - Suplente

Art. 2º Compete a Comissão Julgadora do Processo Seletivo:

I - cumprir e fazer cumprir as obrigações objeto do Edital Nº. 001/2015 e seus termos;

II - praticar todos os atos necessários para a consecução do Processo Seletivo;

III - contribuir com sugestões, visando o bom andamento dos trabalhos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 19 de janeiro de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

### PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 01/2015 EDITAL N.º 01/2015 – ABERTURA E INSCRIÇÕES

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 01/2015  
EDITAL N.º 01/2015 - ABERTURA E INSCRIÇÕES

O Prefeito Municipal de Imaruí/SC, Sr. Manoel Viana de Sousa, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará Processo Seletivo Público destinado ao provimento de vagas e cadastro reserva para contratação em caráter temporário, em conformidade

com as Leis Municipais nº 03/2007, 04/2007, 005/2008, 789/2000, 012/2011, 015/2012, 019/2013, 1.666/2013, 1.684/2013, 1.685/2013, 1.696/2013, 1.697/2013, certame que observará o disposto neste edital de abertura, tudo sob a coordenação técnico-administrativa da empresa Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo Seletivo será composto das seguintes etapas:

- Prova teórico objetiva para todos os cargos;
- Prova de títulos para os cargos de professor;
- Prova prática para o cargo de motorista.

#### 1.1 DO QUADRO DE VAGAS E CADASTRO RESERVA

CARGO	C.H.	VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	REMUNERAÇÃO
Professor de Educação Infantil	30h	08	- Licenciatura em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil. - Curso Normal Superior com habilitação em Educação Infantil. - Formação no ensino médio em Magistério, com habilitação em Educação Infantil.	HABILITADO R\$ 1.311,76 R\$ 874,50 R\$ 437,24
	20h	05	- Declaração de matrícula e frequência na 3ª fase, no mínimo, curso Pedagogia.	NÃO HABILITADO R\$ 1.273,04 R\$ 848,69 R\$ 424,35
	10h	06		
Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Nivelamento do EJA	20h	08	- Licenciatura em Pedagogia com Habilitação em anos iniciais (conforme área de atuação). - Curso Normal Superior com habilitação em Anos iniciais (conforme área de atuação). - Formação no ensino médio em Magistério, com habilitação em Anos iniciais (conforme área de atuação). - Declaração de matrícula e frequência na 3ª fase, no mínimo, curso respectivo.	HABILITADO R\$ 874,50 NÃO HABILITADO R\$ 848,69
	20h-EJA	CR		
Professor de Língua Inglesa – Ensino Fundamental e EJA	40h	02	- Formação no ensino médio em Magistério. - Licenciatura no curso da área respectiva.	HABILITADO R\$ 1.748,99 R\$ 1.311,76 R\$ 874,50 R\$ 437,24
	30h	01	- Declaração de matrícula e frequência na 3ª fase, no mínimo, curso respectivo.	NÃO HABILITADO R\$ 1.697,38 R\$ 1.273,04 R\$ 848,69 R\$ 424,35
	20h	02		
	10h-EJA	01		

Professor de Língua Portuguesa – Ensino Fundamental e EJA	40h 30h 20h 10h-EJA	01 01 01 01	- Formação no ensino médio em Magistério. - Licenciatura no curso da área respectiva. - Declaração de matrícula e frequência na 3ª fase, no mínimo, curso respectivo.	HABILITADO R\$ 1.748,99 R\$ 1.311,76 R\$ 874,50 R\$ 437,24 NÃO HABILITADO R\$ 1.697,38 R\$ 1.273,04 R\$ 848,69 R\$ 424,35
Professor de Matemática – Ensino Fundamental e EJA	30h 20h 10h-EJA	02 01 CR	- Formação no ensino médio em Magistério. - Licenciatura no curso da área respectiva. - Declaração de matrícula e frequência na 3ª fase, no mínimo, curso respectivo.	HABILITADO R\$ 1.311,76 R\$ 874,50 R\$ 437,24 NÃO HABILITADO R\$ 1.273,04 R\$ 848,69 R\$ 424,35
Professor de Ciências – Ensino Fundamental e EJA	40h 20h 10h-EJA	01 02 01	- Formação no ensino médio em Magistério. - Licenciatura no curso da área respectiva. - Declaração de matrícula e frequência na 3ª fase, no mínimo, curso respectivo.	HABILITADO R\$ 1.748,99 R\$ 874,50 R\$ 437,24 NÃO HABILITADO R\$ 1.697,38 R\$ 848,69 R\$ 424,35
Professor de História – Ensino Fundamental e EJA	20h 10h-EJA	03 01	- Formação no ensino médio em Magistério. - Licenciatura no curso da área respectiva. - Declaração de matrícula e frequência na 3ª fase, no mínimo, curso respectivo.	HABILITADO R\$ 874,50 R\$ 437,24 NÃO HABILITADO R\$ 848,69 R\$ 424,35
Professor de Geografia – Ensino Fundamental e EJA	20h 10h-EJA	03 01	- Formação no ensino médio em Magistério. - Licenciatura no curso da área respectiva. - Declaração de matrícula e frequência na 3ª fase, no mínimo, curso respectivo.	HABILITADO R\$ 874,50 R\$ 437,24 NÃO HABILITADO R\$ 848,69 R\$ 424,35

Professor de Educação Física - Educação Infantil e Ensino Fundamental e EJA	40h 30h 20h 10h 10h-EJA	04 01 03 01 01	- Formação no ensino médio em Magistério. - Licenciatura no curso da área respectiva com registro no Conselho Regional de Educação Física. - Declaração de matrícula e frequência na 3ª fase, no mínimo, curso respectivo.	HABILITADO R\$ 1.748,99 R\$ 1.311,76 R\$ 874,50 R\$ 437,24 NÃO HABILITADO R\$ 1.697,38 R\$ 1.273,04 R\$ 848,69 R\$ 424,35
Professor de Artes – Ensino Fundamental e EJA	40h 20h 10h 10h-EJA	01 04 03 01	- Formação no ensino médio em Magistério. - Licenciatura no curso da área respectiva. - Declaração de matrícula e frequência na 3ª fase, no mínimo, curso respectivo.	HABILITADO R\$ 1.748,99 R\$ 874,50 R\$ 437,24 NÃO HABILITADO R\$ 1.697,38 R\$ 848,69 R\$ 424,35
Professor de Ensino Religioso – Ensino Fundamental	30h 10h	01 03	- Formação no ensino médio em Magistério. - Licenciatura no curso da área respectiva. - Declaração de matrícula e frequência na 3ª fase, no mínimo, curso respectivo.	HABILITADO R\$ 1.311,76 R\$ 437,24 NÃO HABILITADO R\$ 1.273,04 R\$ 424,35
Professor Auxiliar de Educação Especial	20h	07	- Curso de licenciatura em Pedagogia com complementação em Educação Especial, com participação em curso de aperfeiçoamento em educação especial ou inclusiva com carga horária mínima de 300 horas.	HABILITADO R\$ 874,50 NÃO HABILITADO R\$ 848,69
Professor de Educação Especial em Braille	20h	01	- Curso de licenciatura em Pedagogia com complementação em educação especial e aperfeiçoamento em Braille.	HABILITADO R\$ 874,50 NÃO HABILITADO R\$ 848,69
Pedagogo	40h	01	Licenciatura em Pedagogia.	R\$ 1.732,40
Fonoaudiólogo	20h	01	Curso Superior em Fonoaudiologia, com registro no Conselho ou Órgão competente.	R\$ 1.282,31

Psicólogo	40h	01	Curso Superior em Psicologia, com registro no Conselho ou Órgão competente.	R\$ 1.567,24
Nutricionista	20h	01	Curso Superior em Nutrição, com registro no Conselho ou Órgão competente.	R\$ 1.282,31
Motorista de Transporte Escolar	40h	07	4ª Série do Ensino Fundamental; Carteira Nacional de Habilitação "D".	R\$ 926,11
Auxiliar de Serviços Gerais	40h	10	Alfabetizado.	R\$ 788,00
Agente Educador	40h	11	Ensino Médio.	R\$ 788,00

CR: Cadastro Reserva.

1.2 Todos os cargos da planilha acima que contem a sigla CR, que indica que servirá para cadastro reserva para a modalidade do EJA (Educação de Jovens e Adultos), bem como todos os classificados servirão como cadastro reserva para o ano letivo de 2015.

1.3 A comprovação da formação/habilitação deverá ser apresentada na data de admissão para o cargo.

1.4 Os candidatos chamados para exercer a função, terão remuneração conforme especificada no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Municipal de Imaruá/SC.

1.5 Os candidatos aprovados neste Processo Seletivo, quando da sua convocação, serão admitidos pelo regime Estatutário.

#### 1.6 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

PROCEDIMENTO	DATA
Publicação do Edital do Processo Seletivo	19/01/2015
Prazo para impugnação do Edital	20 e 21/01/2015
Período de inscrições	20 ao 29/01/2015
Período de inscrições com pedido de isenção de taxa	22 ao 27/01/2015
Publicação da lista de inscritos com pedido de isenção de taxa deferidos	28/01/2015
Último dia para o pagamento do boleto	30/01/2015
Publicação da lista de inscritos	02/02/2015
Prazo para recurso do indeferido das inscrições	03/02/2015
Homologação das inscrições	05/02/2015
Realização da Prova teórico objetiva, Prova de Títulos e Prova Prática	08/02/2015
Divulgação do Gabarito da Prova teórico objetiva	09/02/2015
Prazo para recursos da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova escrita e aplicação da prova prática	09 e 10/02/2015
Publicação do Gabarito Definitivo e da lista de classificação com a nota da prova escrita, da prova de títulos e da prova prática	11/02/2015
Prazo para recurso contra a lista de classificação e resultados	12/02/2015

Publicação dos resultados finais com a respectiva classificação final dos aprovados	13/02/2015
Homologação do resultado final	13/02/2015
Escolha de Vagas	18/02/2015

1.7 Todas as publicações serão divulgadas até as 23h59min, na data estipulada neste cronograma, no site [www.legalleconcursos.com.br](http://www.legalleconcursos.com.br).

1.8 O cronograma de execução do Processo Seletivo poderá ser alterado pela Comissão Responsável pelo Processo Seletivo/2015, a qualquer momento, havendo justificadas razões, sem que caiba aos interessados qualquer direito de se opor ou algo a reivindicar em razão de alguma alteração. Será dada publicidade caso venha ocorrer.

#### 2. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1 Ter idade mínima de 18 (anos) na data da admissão;

2.2 Ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas de legislação específica;

2.3 Estar quite com as obrigações eleitorais;

2.4 Estar quite e liberado do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;

2.5 Possuir documento oficial de identidade e CPF;

2.6 Não ter antecedentes criminais, achando-se em pleno exercício de seus direitos civil e político, a ser comprovado no ato de admissão através de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Fórum;

2.7 Não ter sofrido, nos últimos 3 (três) anos, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público por justa causa, fato a ser comprovado no ato de admissão através de Declaração assinada pelo candidato;

2.8 Estar registrado no respectivo Conselho de Classe, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e regulador do exercício profissional, especificamente para professor de Educação Física, Psicólogo, Fonoaudiólogo e Nutricionista;

2.9 Possuir escolaridade e habilitação legal para o exercício do cargo pretendido, na data da contratação;

2.10 Gozar de boa saúde, condição esta que será comprovada quando do processo de admissão através de atestado médico (médico do trabalho ou clínico geral) confirmando a capacidade física e mental para o exercício do cargo de Professor, expedido há no máximo 30 (trinta) dias;

2.11 Os requisitos deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado para a contratação.

#### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 O candidato poderá se inscrever para até 2 (dois) cargos diferente, efetuando o pagamento referente a inscrição de cada cargo, desde que os cargos pretendidos tenham provas teórico-objetivas aplicadas em turnos diferentes.

3.2 Os valores referente a taxa de inscrição são:

Para os cargos de nível básico: R\$ 20,00 (vinte reais).

Para os cargos de nível médio: R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).

Para os cargos de nível superior: R\$ 30,00 (trinta reais).

3.3 As inscrições serão realizadas no período determinado no cronograma de execução, exclusivamente pela internet, no endereço [www.legalleconcursos.com.br](http://www.legalleconcursos.com.br).

3.4 Procedimentos para Inscrições - Acessar o endereço [www.legalleconcursos.com.br](http://www.legalleconcursos.com.br), a partir do dia da publicação do Edital determinado no cronograma e acessar "Processo Seletivo - Prefeitura Municipal de Imaruá/SC". O candidato encontrará o Edital Nº. 01/2015 - Abertura e Inscrições. Deverá ler o Edital de Abertura para conhecimento das normas reguladoras do Processo Seletivo.

3.5 As inscrições serão submetidas ao sistema até às 23 horas e 59 minutos do último dia determinado no cronograma de execução.



Durante o processo de inscrição, será emitido o boleto bancário com a taxa de inscrição, sendo que o pagamento deverá ser feito em qualquer banco, até o dia do vencimento indicado no boleto.

3.5.1 O candidato deverá ficar atento ao dia de vencimento do boleto bancário, que será fixado para o primeiro dia útil posterior ao encerramento das inscrições. Não serão aceitos pagamentos efetuados posteriormente a esta data.

3.5.2 Não serão aceitos pagamentos com taxas inferiores às estipuladas.

3.5.2.1 Será cancelada a inscrição com pagamento efetuado por valor menor do que o estabelecido e as solicitações de inscrições cujo pagamento forem efetuados após a data do último dia do pagamento, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga.

3.6 Não serão considerados os pedidos de inscrição via internet que deixarem de ser concretizados por falhas de computadores, congestionamento de linhas ou outros fatores de ordem técnica.

3.7 Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF).

3.7.1 Poderá ter a sua inscrição cancelada e eliminada do Processo Seletivo o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

3.8 O candidato inscrito terá exclusiva responsabilidade sobre as informações cadastrais fornecidas, sob as penas da lei.

3.9 A Legalle Concursos encaminha ao candidato e-mail meramente informativo, ao endereço eletrônico fornecido na ficha de inscrição, não isentando o candidato de buscar as informações nos locais informados no Edital. O site da Legalle Concursos, [www.legalleconcursos.com.br](http://www.legalleconcursos.com.br), será fonte permanente de comunicação de avisos e editais, além das publicações em jornal local dos extratos do Edital de Abertura.

3.10 O candidato poderá inscrever-se para o Processo Seletivo Público nº. 01/2015 da Prefeitura Municipal de Imaruí/SC, mediante a inscrição pela internet e o pagamento do valor correspondente, desde que atenda às exigências do cargo, conforme especificado neste Edital e seus anexos.

3.11 Não serão aceitas inscrições por via postal ou fac-símile, nem em caráter condicional.

3.12 O candidato é responsável pelas informações prestadas na ficha de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento daquele documento. A opção de cargo não poderá ser trocada após a efetivação do pagamento do boleto bancário.

3.13 O candidato deverá identificar claramente na ficha de inscrição o nome do cargo para o qual concorre, sendo de sua inteira responsabilidade o preenchimento correto.

3.14 Não serão restituídos valores de inscrição pagos a maior.

3.15 Pagamentos em duplicidade (mesmo nº de boleto) não serão devolvidos.

3.16 A opção pelo cargo deve ser efetivada no momento da inscrição, sendo vedada ao candidato qualquer alteração posterior ao pagamento da taxa de inscrição.

3.16.1 Serão canceladas as inscrições pagas com cheque, agendamentos bancários e outros meios, sem a devida provisão de fundos. Não serão homologadas as inscrições cujos boletos não forem pagos.

3.17 É vedada a transferência do valor pago a título da taxa para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outrem.

3.18 Caso necessite de condições especiais para a realização da prova, o candidato deverá formalizar o pedido por escrito pela ficha eletrônica de inscrição e entregar o laudo médico que deverá ser encaminhado, juntamente com o Formulário de Requerimento - Pessoas com Deficiência ou Necessidades Especiais, conforme Anexo III, até o último dia do período de pagamento das inscrições, remetê-lo por SEDEX para a Legalle Concursos, Caixa Postal 135, Santa Maria/RS, CEP 97010-970, até o dia 27/01/2015. Se houver necessidade de tempo adicional, a justificativa deverá conter parecer emitido por especialista da área de deficiência. A Comissão de Concursos examinará a possibilidade operacional de

atendimento à solicitação.

3.19 Não será homologado o pedido de necessidades especiais para a realização da prova do candidato que descumprir quaisquer das exigências aqui apresentadas. Os laudos médicos terão valor somente para este Processo Seletivo, não sendo devolvidos aos candidatos.

3.20 A candidata que tiver necessidade de amamentar deverá entregar o atestado de amamentação, juntamente com o requerimento do Anexo III, remetê-lo por SEDEX para a Legalle Concursos, Caixa Postal 135, Santa Maria/RS, CEP 97010-970, até o dia 27/01/2015. Durante a realização da prova, deverá levar acompanhante, maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova. A Legalle Concursos e a Prefeitura Municipal Imaruí/SC não se responsabilizarão por acompanhantes menores de idade durante a realização das provas.

3.21 Caso haja algum erro ou omissão detectada (nome, número de documento de identidade, sexo, data de nascimento e endereço etc.) ou mesmo ausência na listagem oficial de inscritos, o candidato terá o prazo de 48 horas após a divulgação para entrar em contato com a Legalle Concursos, mediante contatos disponíveis no site.

#### 4. DOS PROCEDIMENTOS PARA PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

4.1 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos amparados pelo Decreto n. 6.593/2008.

4.2 Estará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato que:

- a) estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto n. 6.135/2007;
- b) for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto n. 6.135/2007; ou
- c) for doador de sangue.

4.3 A isenção deverá ser solicitada no ato da inscrição no endereço eletrônico [www.legalleconcursos.com.br](http://www.legalleconcursos.com.br), no período compreendido entre o dia 22 de janeiro de 2015 a 27 de janeiro de 2015, anexando, à sua inscrição, o documento, conforme situação:

- a) declaração ou comprovação de cadastro no CadÚnico;
- b) declaração, assinada pelo candidato, de que é membro de família de baixa renda, com cópia da Carteira de Trabalho comprovando a condição;
- c) comprovação ou cópia da carteira de doador de sangue.

4.4 As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo responder este, a qualquer momento, por crime contra a fé pública, o que acarreta sua eliminação do concurso, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10, do Decreto n. 83.936/1979.

4.5 Não será concedida isenção de pagamento de taxa de inscrição ao candidato que:

- a) omitir informações e(ou) torná-las inverídicas;
- b) fraudar e(ou) falsificar documentação;
- c) não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos neste edital.

4.6 A relação dos candidatos que tiveram o seu pedido de isenção deferido será divulgada na data de 28 de janeiro de 2015, no endereço eletrônico [www.legalleconcursos.com.br](http://www.legalleconcursos.com.br).

4.7 Não haverá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

4.8 Os candidatos que tiverem o seu pedido de isenção indeferido, deverão acessar o endereço eletrônico [www.legalleconcursos.com.br](http://www.legalleconcursos.com.br) e imprimir o boleto, por meio da página de acompanhamento do candidato, para pagamento até o dia 30 de janeiro de 2015, conforme procedimentos descritos neste Edital.

4.9 O interessado que não tiver o seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecido no subitem anterior, estará automaticamente



excluído do Processo Seletivo.

## 5. DAS VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

5.1 Neste Processo Seletivo não há percentual de vaga especial disponível para pessoas com deficiência, devido ao número de vagas, que aplicado ao percentual disposto em lei, não atinge o total de 01 (um) vaga.

5.2 A pessoa com deficiência poderá se inscrever e participar do certame em igualdade com os demais candidatos.

## 6. DA PROVA OBJETIVA

6.1 A Prova Teórico-objetiva de cada cargo será classificatória, constituída de 30 (trinta) questões para os todos os cargos. Todas as questões serão elaboradas com base nos Programas de Provas (Anexo I). O candidato terá 03 (três) horas para a resolução da Prova e preenchimento do Cartão Resposta.

6.2 As questões da Prova Teórico-objetiva serão de múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas cada (A, B, C, D e E) e 1 (uma) única resposta correta.

6.3 O local da prova escrita será na Escola de Ensino Fundamental Municipal Prefeito Portinho Bittencourt, localizado na rua Antônio Bintercourt Capanema, s/n, Centro no município de Imaruí/SC.

6.4 O ingresso na sala de provas será permitido somente ao candidato que apresentar documento de identidade: Cédula de Identidade ou Carteira expedida pelos Comandos Militares ou pelas Secretarias de Segurança Pública; pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; Órgãos fiscalizadores de exercício profissional ou Conselho de Classe; Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Carteira Nacional de Habilitação - modelo novo; Passaporte (no prazo de validade); Carteira Funcional do Ministério Público.

6.4.1 O documento de identidade deverá estar em perfeitas condições de uso, inviolado e com foto que permita o reconhecimento do candidato.

6.4.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteira de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade. Não será aceito cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

6.4.3 Identificação especial: Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio, assim como apresentação de outro documento com foto e assinatura.

6.4.3.1 A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

6.4.3.2 A identificação especial será exigida também no caso do documento de identidade que estiver violado ou com sinais de violação.

6.4.3.3 A identificação especial será julgada pela Comissão do Concurso. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.5 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identificação original e/ou a identificação especial não for favorável pela Comissão do Concurso, poderá ser eliminado automaticamente do Processo Seletivo Público em qualquer etapa.

6.6 O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de trinta minutos, munido de documento de identidade, caneta tipo esferográfica de material transparente, com tinta azul ou preta de ponta grossa.

6.7 Não será permitida a entrada no prédio da realização das

provas do candidato que se apresentar após dado o sinal sonoro indicativo de fechamento dos portões.

6.8 Ao entrar na sala de realização de prova, o candidato não poderá manusear e consultar nenhum tipo de material.

6.9 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de provas.

6.10 Em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, tampouco será aplicada prova fora do local e horário designado.

6.11 Nas salas de prova e durante a realização desta, não será permitido ao candidato: manter em seu poder relógios, armas (de fogo e/ou brancas) e aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, calculadora, agenda eletrônica, MP3, tablets, etc.), devendo acomodá-los no saco plástico fornecido pelo aplicador para este fim. O candidato que estiver portando qualquer desses instrumentos durante a realização da prova será eliminado do Processo Seletivo.

6.11.1 O candidato que necessitar utilizar prótese auditiva deverá solicitar previamente o atendimento de sua necessidade especial conforme o previsto neste Edital. O candidato utilizará a prótese somente quando for necessário, sendo avisado pelo fiscal.

6.11.2 Todo e qualquer pertence pessoal deverá ser depositado pelos candidatos em local indicado pelo fiscal do Concurso.

6.11.3 A Legalle Concursos ou a Prefeitura Municipal de Imaruí/SC não se responsabilizam por perdas, extravios ou danos que ocorrerem.

6.11.4 O controle e o aviso do horário são de responsabilidade do fiscal de sala.

6.12 O candidato receberá o caderno de provas com o número de questões no total de 30 (trinta). Detectado qualquer divergência, deverá comunicar ao fiscal e solicitar novo documento, sendo de sua responsabilidade esta confirmação.

6.13 Ao candidato, durante a realização da prova, não será permitido utilizar óculos escuros, boné, boina, chapéu, gorro, touca, lenço ou qualquer outro acessório que lhe cubram a cabeça, ou parte desta.

6.13.1 Não será permitido o uso de lápis, borracha, lapiseiras, marca-textos, rótulo de garrafas, squeeze, latas e garrafas térmicas, sendo permitido somente garrafas transparentes, sem rótulo.

6.14 Em cima da classe o candidato deverá ter somente caneta esferográfica de material transparente de cor azul ou preta e documento de identidade.

6.15 O candidato só poderá retirar-se do recinto da prova após 1 (uma) hora do início da mesma e em nenhuma hipótese será permitido levar consigo o Caderno de Provas.

6.16 Ao término da prova, o candidato entregará ao fiscal da sala a Grade de Respostas devidamente preenchida. A não entrega da Grade de respostas implicará em automática eliminação do candidato do certame. A falta de assinatura na Grade implicará em eliminação do candidato do certame. Tendo em vista o processo eletrônico de correção, não será utilizado processo de desidentificação de provas.

6.17 O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta azul ou preta de ponta grossa. O preenchimento da Grade de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de acordo com as instruções específicas contidas neste edital, na prova e na grade de respostas.

6.18 Em hipótese alguma haverá substituição da Grade de Respostas por erro ou desatenção do candidato.

6.18.1 Não serão computadas as questões não assinaladas na Grade de Respostas e nem as questões que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

6.18.2 É vedado ao candidato amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua Grade de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes da impossibilidade de realização da leitura digital.

6.18.3 É responsabilidade do candidato a conferência de seus dados pessoais, em especial o nome, o número de inscrição, o

número de seu documento de identificação e o cargo de sua opção impressos na Grade de Respostas.

6.19 Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo nas dependências do local onde for aplicada a prova, exceto nos casos do item 3.18.

6.20 Ao final da prova, os 02 (dois) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar a Ata de Prova, atestando a idoneidade da fiscalização da mesma, retirando-se todos da sala ao mesmo tempo.

6.21 Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

a) Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos examinadores, executores, fiscais ou autoridades presentes;

b) For surpreendido, em ato flagrante, durante a realização da prova, comunicando-se com outro candidato, bem como utilizando-se de consultas não permitidas, de celular ou de outro equipamento de qualquer natureza;

c) Utilizar-se de quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos, em qualquer etapa de sua realização;

d) Ausentar-se da sala sem o acompanhamento do fiscal, antes de ter concluído a prova e entregue a grade de respostas;

e) Recusar-se a entregar ou continuar a preencher o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

f) Descumprir as instruções contidas no caderno de provas e na folha de respostas;

g) Não permitir ser submetido ao detector de metal (quando aplicável);

h) Não permitir a coleta de sua assinatura e/ou se recusar a realizar qualquer procedimento que tenha por objetivo comprovar a autenticidade de identidade e/ou de dados;

i) Fumar no ambiente de realização das provas;

j) Manter em seu poder relógios, armas e aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, calculadora, agenda eletrônica, MP3, tablets, etc.);

k) For surpreendido com materiais com conteúdo de prova.

6.22 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo, a Legalle Concursos poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos os candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

6.23 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou a critérios de avaliação/classificação.

6.24 O Cronograma de Execução aponta a data de execução das provas, que poderá ser adiada por imperiosa necessidade, decidida pela Comissão de Concurso da Legalle Concursos, bem como a Comissão do Processo Seletivo do Município de Imarú/SC.

6.25 As questões da prova teórico objetiva versarão sobre as seguintes áreas de conhecimento correspondente aos seguintes níveis:

6.25.1 CARGOS NÍVEL BÁSICO: Língua Portuguesa, Legislação, Conhecimentos gerais e Conhecimentos específicos.

6.25.2 CARGO NÍVEL MÉDIO: Língua Portuguesa, Legislação, Conhecimentos gerais e Conhecimentos específicos.

6.25.3 CARGOS NÍVEL SUPERIOR: Língua Portuguesa, Legislação, Informática e Conhecimentos específicos.

6.26 A prova teórico objetiva será realizada no dia 08/02/2014 das 9h00min às 12h00min, para os seguintes cargos:

- Auxiliar de Serviços Gerais
- Fonoaudiólogo
- Nutricionista
- Professor de Anos Iniciais e Nivelamento EJA
- Professor de Arte - EJA
- Professor de Braille

- Professor de Ciências - EJA
- Professor de Educação Física - EJA
- Professor de História - EJA
- Professor de Língua Inglesa - EJA
- Motorista (teórica)

E das 14h00min às 17h00min para os cargos de:

- Pedagogo
- Professor de Educação Infantil
- Professor Auxiliar de Educação Especial
- Professor de Ensino Religioso
- Professor de Geografia - EJA
- Professor de Língua Portuguesa - EJA
- Professor de Matemática - EJA
- Psicólogo
- Agente Educador
- Motorista (prática)

6.27 A Prova escrita constará de 30 (trinta) questões objetivas, cada uma delas com 5 (cinco) alternativas, das quais uma única será correta, conforme o quadro abaixo:

ÁREA	Nº DE QUESTÕES
Língua Portuguesa	05 Questões
Legislação	05 Questões
Conhecimentos gerais/Informática	05 Questões
Conhecimentos específicos	15 Questões

6.28 As questões objetivas de múltipla escolha terão o mesmo valor.

6.29 A nota da prova teórico objetiva será somada com a nota da prova de títulos ou prova prática para fins de obtenção da nota final.

6.30 Serão considerados aprovados, para o cômputo de pontos na Prova de Títulos, somente os candidatos que não zerarem na prova escrita, tendo em vista que o processo seletivo é de caráter classificatório e eliminatório.

## 7. DA PROVA DE TÍTULOS

7.1 Haverá prova de títulos, para todos os cargos de professor, de caráter exclusivamente classificatório.

7.2 Os títulos deverão ser apresentados por meio de cópia autenticada, em envelope tamanho A4, acompanhada de 2 (duas) vias da respectiva relação discriminativa, conforme Anexo II, disponibilizada no site da Legalle Concursos, [www.legalleconcursos.com.br](http://www.legalleconcursos.com.br), firmadas pelo candidato, sendo que uma delas deverá estar colada como capa do envelope.

7.2.1 Serão aceitos certificados digitais que contenham a possibilidade da autenticação eletrônica.

7.3 Os títulos deverão ser entregues no mesmo dia da realização da prova teórico-objetiva. Após o término da prova, os candidatos serão orientados a se dirigir até a Comissão de Concurso que receberá o envelope e firmará o recebido de entrega. A documentação não será conferida no ato, devendo o candidato apresentar o envelope lacrado e rubricado no fecho.

7.4 A atribuição de pontuação aos títulos servirá apenas para efeito de classificação dos candidatos.

7.5 O preenchimento correto do formulário de relação de títulos é de inteira responsabilidade do candidato.

7.6 O curso que concedeu direito à inscrição do Processo Seletivo Público não será avaliado como título. Entretanto, o curso deverá ser nominado na relação de documentos. Não há necessidade de anexar o comprovante desse curso.

7.6.1 Não serão pontuados quaisquer títulos mencionados nos requisitos dos cargos deste Edital.

7.7 Os títulos, quando aplicável, deverão ser entregues em fotocópia autenticada frente e verso.

7.8 Não serão recebidos títulos fora do prazo estabelecido ou em desacordo com o previsto neste Edital.

7.9 Por ocasião de recursos referentes aos títulos, somente serão aceitos documentos que sirvam para esclarecer ou complementar dados relativos a títulos já entregues.

7.10 Os títulos deverão guardar relação direta com as atribuições do cargo correspondente à respectiva inscrição e serão avaliados conforme previsto neste Edital.

7.11 Os documentos representativos de títulos, que não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, ainda que entregues, não serão avaliados.

7.11.1 Certificados de estágios e cursos preparatórios não serão considerados como títulos.

7.12 Serão considerados apenas os títulos obtidos até a data fixada para o recebimento dos mesmos.

7.13 Se o nome do candidato nos documentos apresentados para a Prova de Títulos for diverso do nome que constar no Requerimento de Inscrição, deverá ser anexado o comprovante da alteração do nome (Certidão de Casamento ou de Divórcio, ou de retificação do respectivo registro civil), sob pena de invalidação da pontuação ao candidato.

7.14 Não serão computados os títulos que excederem os valores máximos expressos na tabela de pontuação.

7.15 Serão considerados apenas os títulos obtidos desde 2010, à exceção de Especialização, Mestrado, Doutorado, Licenciatura Plena, com data de expedição até a data fixada para o recebimento dos mesmos.

7.16 Todo e qualquer certificado de título em língua estrangeira somente será aceito se acompanhado da tradução por Tradutor Público Juramentado (tradução original), e, no caso de Graduação e Pós-Graduação, da revalidação de acordo com a Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

7.17 Os títulos relativos a cursos de Especialização deverão ter carga mínima de 360 horas.

7.18 Os títulos para comprovação de participação em cursos, seminários, simpósios, congressos, oficinas, workshops só serão considerados se estiverem relacionados com o cargo no qual o candidato está inscrito, com carga horária mínima de 16 horas. Esses títulos só serão pontuados se o candidato tiver participado como ouvinte/aluno/participante/palestrante/apresentação de trabalho.

7.18.1 Não será pontuado tempo de experiência profissional na função.

7.19 O candidato que estiver aguardando diplomas e/ou certificados de cursos concluídos poderá apresentar certidão de conclusão expedida pela respectiva instituição.

7.20 Cada título será considerado e avaliado uma única vez, vedada a cumulatividade de pontos.

7.21 Caso, no mesmo documento, conste a comprovação de mais de um título referente ao mesmo evento, será considerado apenas o de maior valoração para fins de pontuação.

7.22 Diplomas e certificados deverão estar devidamente registrados nos órgãos competentes. Quando aplicável, deverão ser entregues em fotocópia autenticada frente e verso ou Declaração oficial, em papel timbrado da instituição de Ensino Superior, contemplando todos os requisitos para a obtenção do título.

7.23 Os documentos comprobatórios dos títulos, sob pena de não serem aceitos, não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas.

7.24 Os documentos entregues como títulos não serão devidos aos candidatos.

7.25 Comprovada, a qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação; e, comprovada a respectiva culpa, será excluído do Processo Seletivo.

7.26 Todos os títulos apresentados devem ser relativos à cursos da área da Educação ou da área de formação do cargo pretendido.

7.27 Os títulos apresentados receberão pontuação unitária,

conforme o demonstrativo a seguir:

DA TITULAÇÃO		
1	Licenciatura – CURSANDO A PARTIR DO 3º PERÍODO/FASE*	0,5 pontos por semestre/período cursados
2	Licenciatura na área específica.	1 (um) ponto
3	Pós-Graduação lato sensu– Especialização.	2 (dois) pontos
4	Pós-Graduação stricto sensu– Mestrado.	3 (três) pontos
5	Pós-Graduação stricto sensu– Doutorado.	4 (quatro) pontos
DOS CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA		
1	Certificado com carga horária igual ou superior a 16 horas	0,5 (meio) ponto por certificado apresentado

\*Não inclui o 3º período/fase.

7.28 A pontuação máxima de títulos será de até 10 pontos por cargo, o que exceder será desconsiderado.

7.29 Para pontuação dos períodos/semestres/fases cursados em Curso de Licenciatura, o candidato deverá apresentar Histórico Escolar acompanhado da Matriz Curricular do respectivo curso, expedido pela Instituição correspondente.

#### 8. DA PROVA PRÁTICA

8.1 A prova prática, de caráter eliminatório e classificatório, para o cargo de Motorista, será realizada no dia 08 de fevereiro de 2015, no turno da tarde.

8.2 A Prova Prática destina-se a avaliar os conhecimentos práticos que os candidatos possuem no desempenho de atividades que são inerentes ao cargo pleiteado, constando de demonstração prática de sua habilitação na execução das atribuições do cargo.

8.3. Todos os candidatos iniciarão a prova prática de Motorista com 10 (dez) pontos.

8.3.1. Durante a prova prática, os candidatos serão avaliados por profissionais que registrarão, quando for o caso, o cometimento de faltas conforme os critérios e valores pré-estabelecidos para aferição final do resultado.

8.3.2. O cometimento de faltas, conforme os critérios estabelecidos, implicarão no lançamento de pontos negativos que resultarão na redução da nota final do candidato.

8.3.3. O candidato deverá concluir a avaliação com o mínimo de 06 (seis) pontos. Ou seja, não poderá exceder ao limite de lançamento de mais de -4,00 (quatro pontos negativos), sob pena de eliminação.

8.4. A prova prática de direção veicular consistirá na condução de veículo do tipo ônibus e será composta de verificação de itens de segurança, verificação da condição do veículo e manutenção preventiva, avaliação da habilidade na condução dos veículos (manobras em local determinado e percurso na via pública), em consonância com as normas do Código de Trânsito Brasileiro, avaliação da habilidade no estacionamento do veículo conforme o balizamento demarcado, bem como avaliação da completa execução do percurso estipulado.

8.5. Na aplicação da prova, com utilização de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município de Imaruí/SC ou da Legalle Concursos, poderá ser procedida, a critério da Comissão de aplicação da Prova Prática, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, sem risco de danificá-los.

8.6. Haverá tempo máximo, igual para todos os participantes, para a realização da prova, sendo que o candidato disporá de 05 (cinco)



minutos para iniciar a tarefa. Todos os candidatos realizarão o mesmo percurso, que será fixado pela Comissão de aplicação de Prova Prática.

8.7. O candidato, ao terminar a prova prática, deverá retirar-se do local de aplicação da prova a fim de não prejudicar o andamento do processo avaliatório, bem como não intervir psicologicamente na avaliação do próximo candidato.

8.8. Todos os candidatos deverão apresentar-se com trinta minutos de antecedência, em trajes apropriados para o teste, portando cédula de identidade e Carteira Nacional de Habilitação - CNH válida e compatível com o veículo a ser utilizado na realização dos testes (Não serão aceitos protocolos ou encaminhamentos da CNH).

8.9. Caso se verifique a inviabilidade técnica para realização da Prova Prática na data fixada para sua realização, tendo em vista as condições meteorológicas do clima (chuva, tempestades, neve, etc.), a Legalle Concursos reserva-se o direito de transferir a realização dos testes e fixará a nova data para a realização das provas.

8.10. A avaliação da presente prova não será feita considerando-se o processo de desidentificação.

8.11 A prova prática será realizada na Escola de Ensino Fundamental Municipal Prefeito Portinho Bittencourt, localizada na Rua Antônio Bittencourt Capanema, s/n, Centro, município de Imaruí/SC, a partir das 14h.

8.12 O não comparecimento do candidato na Prova Prática implicará na sua desclassificação do Processo Seletivo.

8.13 Ao final da prova prática, todos os candidatos serão informados de sua pontuação, para que, querendo, possam formular motivadamente recurso da avaliação da prova prática, que será imediatamente decidido pela Comissão Avaliadora, que optará pelo deferimento ou indeferimento do recurso.

#### 9. DOS RECURSOS

9.1 Haverá recurso da homologação das inscrições, do gabarito preliminar e notas preliminares da Prova Teórico-objetiva, da Prova prática e da Prova de títulos que terão o prazo previsto no cronograma de execução.

9.2 Os recursos e pedidos de revisão deverão ser dirigidos por Formulário Eletrônico que será disponibilizado no site [www.legalleconcursos.com.br](http://www.legalleconcursos.com.br), obedecendo aos mesmos regramentos contidos neste Edital.

9.2.1 Para interpor recursos eletrônicos, o candidato deverá ter endereço eletrônico, e-mail, para confirmar o protocolo de recebimento.

9.2.2 Não serão considerados os recursos eletrônicos que deixarem de ser concretizados por falhas de computadores, congestionamento de linhas ou outros fatores de ordem técnica.

9.3 Recursos e argumentações apresentados fora das especificações e do prazo estabelecidos neste edital serão indeferidos.

9.3.1 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu recurso.

9.3.2 Recursos com teor idêntico/assemelhado ou ofensivo serão preliminarmente indeferidos.

9.4 Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de publicação definitiva ou oficial.

9.5 Os pontos relativos à questão eventualmente anulada da Prova Teórico-objetiva serão atribuídos a todos os candidatos que realizaram a prova.

9.6 Provido o pedido de alteração do gabarito, não serão mantidos os pontos obtidos dos candidatos que tiverem respondido a questão conforme alternativa divulgada no gabarito preliminar.

9.7 Se houver alteração do gabarito preliminar da Prova Teórico-objetiva, por força de impugnações ou correção, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo, salvo quando aplicados os critérios do item anterior.

9.8 Todos os recursos serão analisados e as justificativas da manutenção/alteração não serão encaminhadas individualmente aos candidatos.

9.9 Não serão aceitos recursos administrativos de revisão de

gabarito e notas interpostos por fac-símile, telex, telegrama, e-mail ou outro meio que não o especificado neste Edital.

9.10 Em caso de alteração de gabarito oficial preliminar de questão de prova, em virtude dos recursos interpostos, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem ou não recorrido.

9.11 A Legalle Concursos se reserva no direito de anular questões ou de alterar gabarito, independentemente de recurso, visto ocorrência de equívoco na formulação de questões ou respostas.

#### 10. DO RESULTADO FINAL

10.1 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente, de acordo com a pontuação final obtida.

10.2 A pontuação final será a soma da (Prova teórico objetiva + Prova de Títulos) ou (Prova teórico objetiva + Prova Prática para motorista) ou somente a nota da Prova Escrita para os cargos que apenas se enquadram na primeira etapa da prova de Auxiliar de Serviços Gerais, Agente Educador.

10.3 Em caso de empate na classificação dos candidatos, serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios:

- a) idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição neste processo seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do artigo 27, da Lei nº. 10.741, de 01/10/2003 (Estatuto do Idoso);
- b) maior pontuação na prova de Conhecimentos Específicos;
- c) maior pontuação na prova de Língua Portuguesa.
- d) candidato com maior tempo de serviço no magistério computado em anos.
- e) Sorteio.

#### 11. DA ESCOLHA DE VAGAS

11.1 As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem de classificação por área.

11.2 A escolha de vagas deverá ser feita pessoalmente ou através da apresentação de procuração com poderes específicos para tanto, e ainda mediante comprovação da formação mínima exigida para a área e com todos os seguintes documentos:

- a) Certidão de Casamento ou Nascimento (com data de emissão não superior a 90 dias);
- b) Carteira de Identidade;
- c) Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- d) Título de Eleitor;
- e) Certidão relativa à quitação eleitoral;
- h) Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- j) PIS/PASEP (frente e verso);
- m) Declaração de bens;
- n) Número da conta corrente, no Banco do Brasil ou Banco Bradesco;
- o) Comprovante de endereço e telefone, atualizados;
- p) 1 (uma) fotografia 3x4, recente;
- q) Atestado médico admissional;
- r) Diploma de graduação na área específica de atuação, devidamente reconhecido pelo MEC;
- s) Carteira de registro no órgão de classe, para os cargos de Educação Física, Psicólogo, Fonoaudiólogo e Nutricionista;
- t) Para o cargo de motorista apresentar o curso de Transporte Escolar, obrigatório nos termos da Lei;
- u) Atestado de Boa Conduta;
- v) Declaração que certifique a ausência de acumulação indevida de cargos públicos, prevista no artigo 37, CF/88.

11.2.1 O candidato que não comprovar a formação mínima exigida para a área, na data da admissão e não apresentar a documentação exigida será desclassificado.

11.3 O candidato que não se apresentar no local, data e horário determinado para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da

lista de candidatos para uma nova chamada.

11.4 Fica a cargo da Secretaria Municipal de Educação proceder a chamada e contratação dos candidatos, mediante vagas que surgirem no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação.

11.4.1 O início das atividades será especificado no ato da escolha de vaga.

11.5 O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga.

11.6 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro da Prefeitura Municipal de Imaruí/SC. A admissão é de competência da Secretária Municipal de Educação, dentro do interesse e conveniência da mesma, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

11.7 O processo de escolha de vagas será de competência e responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Imaruí/SC.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Este processo seletivo terá validade para o ano letivo de 2015, podendo ser prorrogado a critério da Administração Pública Municipal, diante da comprovação da necessidade pública e/ou enquanto esta perdurar, desde que devidamente fundamentada e motivada, limitado ao prazo não superior a 2 (dois) anos.

12.2 O candidato que apresentar incompatibilidade de horários, por ter escolhido mais de uma vaga ou ter outro vínculo empregatício, terá sua portaria cancelada.

12.3 O candidato que venha a não corresponder as atribuições inerentes ao cargo terá sua portaria cancelada, mediante parecer da Comissão Geral de Avaliação de Desempenho, instituída pela Secretaria Municipal de Educação.

12.3.1 A comissão expedirá Relatórios semestrais relativos ao desempenho dos funcionários.

12.4 Será excluído do processo seletivo o candidato que:

a) apresentar, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;

b) ser autor e/ ou de qualquer forma responsável por agressões ou descortesias para com quaisquer membros da equipe encarregada de realização das provas;

c) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

d) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;

e) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal;

f) faltar ou chegar com atraso a qualquer das etapas previstas no presente edital.

12.5 Este edital poderá sofrer alterações, retificações, emendas ou erratas.

12.6 As demais dúvidas e a não previsão de ocorrências relativas a este Edital, deverão ser revistas pelo setor de RH da Secretaria Municipal de Educação de Imaruí/SC, que fará o acompanhamento de todos os atos.

## 13. O FORO JUDICIAL

13.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o processo seletivo e que trata este edital é da comarca de Imaruí/SC.

MANOEL VIANA DE SOUSA  
PREFEITO MUNICIPAL

## ANEXO I

### PROGRAMA DE PROVA

CONHECIMENTOS COMUNS A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR:

LÍNGUA PORTUGUESA (Não inclui a reforma ortográfica)

Leitura e compressão de textos: gêneros textuais de base

descritiva, narrativa e/ou dissertativa; aspectos contextuais; ideias principais e ideias secundárias; objetivo do texto; temática; estrutura composicional; uso do discurso direto e discurso indireto; mecanismos coesivos (referenciais e sequenciais); recursos linguísticos; efeitos de sentido; figuras de linguagem; níveis e variedades da linguagem. Léxico: significação de palavras e expressões no contexto, campo semântico. Fonética e fonologia: fonema e letra; encontros vocálicos; encontros consonantais; dígrafos; separação de sílabas. Acentuação tônica e acentuação gráfica. Ortografia oficial; uso do hífen. Morfologia: elementos mórficos; estruturas das palavras; processos de formação das palavras; classes de palavras, emprego e flexões (substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, reposição, conjunção, advérbio e interjeição). Sintaxe: frase, oração e período simples; padrões frasais; regência verbal e nominal; crase, disposição dos termos na oração (ordem direta X ordem indireta); vozes verbais. Período composto por coordenação e subordinação; orações reduzidas. Pontuação no período simples e no período composto. Concordância nominal e verbal.

## LEGISLAÇÃO

BRASIL. Lei Federal nº 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 8.069/90 (arts 1º ao 140). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 16 jul. 1990.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil (art. 205 a 217). Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 05 out. 1988.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 13.005. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação - razões, princípios e programas. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

## INFORMÁTICA

Noções sobre Sistemas Operacionais (Windows); Conhecimentos de Teclado; Conhecimentos sobre: Word, Excel e Power Point; Internet; Uso do correio eletrônico (Outlook).

## CONHECIMENTOS COMUNS A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO:

LÍNGUA PORTUGUESA (Não inclui a reforma ortográfica).

Leitura e compressão de textos: gêneros textuais de base descritiva, narrativa e/ou dissertativa; níveis e variedades da linguagem. Significação de palavras e expressões no contexto. Fonética e fonologia: fonema e letra; encontros vocálicos; encontros consonantais; dígrafos; separação de sílabas. Acentuação tônica e acentuação gráfica. Ortografia oficial. Morfologia: classes de palavras (substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, conjunção). Sintaxe: sujeito, predicado e objetos. Uso do acento indicativo de crase. Orações coordenadas e subordinadas. Pontuação.

## LEGISLAÇÃO

BRASIL. Lei Federal nº 9.394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 8.069/90 (arts 1º ao 140). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 16 jul. 1990.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil (art. 205 a 217). Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 05 out. 1988.

## CONHECIMENTOS GERAIS

Cultura e sociedade brasileira. Meio ambiente e cidadania. Posição geográfica e limites do Brasil, Santa Catarina e Imaruí/SC. Atualidades do Brasil e do mundo. História do município de Imaruí/SC e do Estado de Santa Catarina.



**CONHECIMENTOS COMUNS A TODOS OS CARGOS DE NÍVEL BÁSICO:****LÍNGUA PORTUGUESA**

Compreensão básica de textos. Emprego de letras maiúsculas. Separação silábica. Grafia correta de palavras. Acentuação.

**LEGISLAÇÃO**

BRASIL. Lei Federal nº 8.069/90 (arts. 1º ao 140). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 16 jul. 1990.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil (art. 205 a 217). Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 05 out. 1988.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

Fatos históricos no âmbito da política, cultural, religião e meio ambiente em uma perspectiva global, nacional e local.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO:****PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

História da criança e da família. Desenvolvimento infantil. Organização do trabalho pedagógico na educação infantil. A organização do espaço na Educação Infantil. Rotinas na educação infantil. Projetos pedagógicos e planejamento para o trabalho em Educação Infantil. Avaliação na educação infantil. Teorias educacionais. Concepções Pedagógicas. O desenho infantil. Limites. O lúdico como instrumento de aprendizagem. O jogo e o brincar. Sexualidade. Família. Educação Inclusiva. Mídia e Educação. Referencial curricular nacional para educação infantil. Linguagens e linguagens geradoras. Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. Práticas promotoras de igualdade racial.

**PROFESSOR DE ANOS INICIAIS**

O Desenvolvimento da Criança. Projetos Pedagógicos e Planejamento de Aula. Teorias Educacionais. Concepções Pedagógicas. Mediação da Aprendizagem. Avaliação. Currículo. Fracasso Escolar. A Prática Educativa. Formação de Professores. Mídia e Educação. Disciplina e Limites. Cidadania. Fundamentos da Educação Inclusiva. Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. Diretrizes Curriculares Nacionais. Práticas promotoras de igualdade racial.

**PEDAGOGO**

História da Criança e da Família. Concepções Pedagógicas. Teorias Educacionais. Projetos Pedagógicos e Planejamento para o Trabalho em Educação Infantil e Anos Iniciais. Disciplina e Limites. Avaliação. Alfabetização. Educação Inclusiva. Mídia e Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Linguagens e Linguagens Geradoras. Ensino Fundamental de Nove Anos. Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. Práticas promotoras de igualdade racial.

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS**

Ambiente e recursos naturais: Fatores Abióticos do ambiente - Ar, Água, Rochas e Solo; Os Recursos Naturais e sua Utilização pelo Homem e demais Seres vivos; Noções de Ecologia; Problemas ambientais; Características dos ecossistemas brasileiros. Seres vivos: Propriedades, Nomenclaturas e Classificação dos Seres Vivos; Níveis de Organização dos Seres Vivos; Anatomia, Morfologia e Fisiologia dos Seres Vivos; Noções de Evolução. Corpo Humano: Anatomia, Morfologia e Fisiologia dos Sistemas: Digestivo, Respiratório, Circulatório, Excretor, Locomotor, Sensorial, Nervoso, Endócrino e Reprodutor; Noções de Embriologia e Hereditariedade; Doenças humanas virais, bacterianas e parasitárias; Relação entre Hábitos Alimentares e Comportamentais do Homem e sua saúde; Adolescência e sexualidade. Metodologias no Ensino de Ciências e a organização da prática educativa. Parâmetros Curriculares

Nacionais.

**PROFESSOR DE ARTES**

História da Arte. Ensino da arte e novas tecnologias da comunicação e informação. Didática e Tendências do Ensino de Artes. A linguagem artística. Produção de Artes. Aprendizagem Artística. Metodologia de ensino e aprendizagem em Artes. O ensino de Artes e o cotidiano escolar contemporâneo. Arte e Sociedade. Parâmetros Curriculares Nacionais.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Movimentos, Esportes e Jogos na Infância; A transformação didática do esporte; A formação do professor de educação física e a importância da escola; fundamentos pedagógicos para o trato do conhecimento esporte; práticas didáticas para um conhecimento de si de crianças e jovens na educação física. Cognição; motricidade. Lazer e Cultura; Conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer; vivência lúdica no lazer: humanização pelos jogos; brincadeiras e brincadeiras. Exercício físico e cultura esportiva; Esporte e mídia: do jogo ao telespetáculo; o discurso midiático sobre exercício físico, saúde e estética - implicações na educação física escolar; a televisão e a mediação tecnológica do esporte; Concepção crítica emancipatória da educação física. O treinamento esportivo precoce; o talento esportivo na escola; o fenômeno esportivo enquanto realidade educacional; estudo do movimento humano; as diferentes interpretações do movimento humano; o interesse na análise do movimento pelas atividades lúdicas: brinquedo e jogo; o interesse pedagógico-educacional no movimento humano; os interesses da educação física no ensino do movimento, interesse na análise do movimento dança; o interesse na análise do movimento na aprendizagem motora; o interesse na análise do movimento nos esportes. Didática das aulas abertas na educação física escolar; a experiência como elemento essencial ao ensino na educação física escolar; a educação física no currículo escolar; metodologia e mudança metodológica do ensino de educação física; visão pedagógica do movimento; educação/esporte/aula de educação física; o conteúdo esportivo na aula de educação física; avaliação do processo ensino-aprendizagem nas aulas de educação física. Educação física e esporte; reflexões sobre a escola capitalista e a educação física escolar; o lugar e o papel do esporte na escola; gênese esportiva e seus laços com a educação física escolar. Primeiros socorros para as aulas de educação física; atividades esportivas e acidentes durante as aulas; acidentes e primeiros socorros nas aulas de educação física; acidentes mais comuns em aulas de educação física. Parâmetros Curriculares Nacionais.

**PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO**

Os objetivos Gerais do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental. Culturas e Tradições Religiosas: filosofia da tradição religiosa; história e tradição religiosa; sociologia e tradição religiosa; psicologia e tradição religiosa. Escrituras Sagradas e ou Tradições orais: Revelação; história das narrativas sagradas; contexto cultural; exegese. Teologias: Divindades; verdades de fé; vida além morte. Ritos: Rituais; símbolos e espiritualidades. Despertar o aluno para a fé e para valores que o conduzem a uma vida mais feliz. Respeito a pluralidade cultural e religiosa. Os Fundamentos Cristãos. Ecu-menismo. Desvendar os caminhos da convivência, da Solidariedade, do respeito mútuo e do amor. Senso Ético. Preparação para a cidadania. Parâmetros Curriculares Nacionais.

**PROFESSOR DE GEOGRAFIA**

Meio Ambiente: A questão ambiental e as relações entre a natureza e a sociedade; As perspectivas e desafios da sociedade atual com relação ao meio ambiente; Mudanças Climáticas; Evolução da humanidade e o clima; Fontes de energia no mundo; Políticas Nacionais e Internacionais sobre mudanças climáticas; O Brasil e o meio ambiente Antártico. Recursos naturais: localização e potencialidades; Os recursos energéticos (biomassa, hidroeletricidade, outras fontes de energia, etc.) e os recursos naturais; Geografia e

educação ambiental. Climatologia: camadas da atmosfera; caracterização, funções, processos e composição da atmosfera. Meio Físico: Forma, dimensões, movimentos e estrutura do Planeta Terra; Caracterização do meio físico (geologia, geomorfologia, vegetação, domínios, biomas; processos erosivos e de formação do solo; transformações naturais e antrópicas, etc); As paisagens naturais; Áreas degradadas: identificação e recuperação; Climatologia. Geografia da População: aspectos demográficos, estrutura, dinâmica, migrações e distribuição da população; Geografia dos espaços rural e urbano; Geografia Econômica: as atividades econômicas, os blocos econômicos, a questão da globalização e a crise do capitalismo internacional no início do século XXI; Geografia política: Os conjuntos de países e as relações de poder; a geopolítica mundial no início do século XXI. Cartografia: Meios de orientação e de representação cartográfica; Localização de pontos por coordenadas geográficas; Transformação e cálculo de escalas; Sistemas de projeções; Cartografia digital; A Cartografia e o ensino de Geografia. Recursos Hídricos: O ciclo da água; Identificação de bacias hidrográficas; Identificação de sistemas de drenagem. O ecossistema costeiro e o uso racional do mar; Fenômenos oceanográficos e climatológicos no Brasil; Abundância e distribuição da água doce no Planeta; Demanda da água; A água subterrânea; Processos aluviais; Atividades antrópicas nos recursos hídricos. Ensino de Geografia: Práticas de ensino de Geografia; Estrutura dos PCN e o ensino de Geografia. Parâmetros Curriculares Nacionais.

#### PROFESSOR DE HISTÓRIA

Processo Civilizatório: Pré-história da América, Pré-história do Brasil. Civilizações da Antiguidade Oriental e Ocidental. Idade Média: Europa, Ásia e África. Transição Idade Média / Idade Moderna. História da África. As Revoluções Burguesas. Idade Contemporânea: o Brasil e o Mundo nos Séculos XIX, XX e XXI. História do Rio Grande do Sul. Conhecimento sobre as Teorias da História, historiografia, autores fundamentais e intérpretes do Brasil. Parâmetros Curriculares Nacionais.

#### PROFESSOR DE INGLÊS

Compreensão e Interpretação de Textos. Vocabulário. Estruturas gramaticais. Listening, Speaking, Reading and Writing. Wh-questions. Prática pedagógica de inglês como segunda língua. Teorias de aquisição da linguagem. Parâmetros Curriculares Nacionais.

#### PROFESSOR - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Papel do professor frente aos alunos com necessidades educacionais especiais. Metodologias de ensino e aprendizagem. Educação inclusiva e práticas pedagógicas. A inserção escolar - relações entre família e escola. Inclusão e escolarização. Fundamentos da Educação Inclusiva. Organização do tempo e espaço físico na escola. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Deficiência auditiva, Deficiência Física, Deficiência Mental, Deficiência Visual, Transtornos globais do Desenvolvimento. Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. Desenvolvimento global da criança e do adolescente. Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Educação e Diversidade. Práticas pedagógicas. Parâmetros Curriculares Nacionais.

#### PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Aritmética e Conjuntos: Os conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais); operações básicas, propriedades, divisibilidade, contagem e princípio multiplicativo. Proporcionalidade. Álgebra: Equações de 1º e 2º grau; funções elementares, suas representações gráficas e aplicações: lineares, quadráticas, exponenciais, logarítmicas e trigonométricas; progressões aritméticas e geométricas; polinômios; números complexos; matrizes, sistemas lineares e aplicações na informática; fundamentos de matemática financeira. Espaço e Forma: Geometria plana, planuras e mapas; geometria espacial; geometria métrica; geometria analítica. Tratamento de Dados: Fundamentos de estatística; análise combinatória e probabilidade; análise e interpretação de

informações expressas em gráficos e tabelas; Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Matemática).

**PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS PORTUGUÊS**  
Fonética e Fonologia: Fonema e Sílabas; Encontro Vocálicos e Consonantais e Dígrafo; Ortografia; Acentuação. Morfologia: Estrutura das Palavras; Formação das Palavras; Classificação e Flexão das Palavras; Classe de Palavras. Sintaxe: Frase, Oração, Período; Termos Essenciais da Oração; Termos Integrantes da Oração; Termos Acessórios da Oração; Período; Sinais de Pontuação; As Palavras "Que" e "Se"; Uso dos porquês; Sintaxe de Concordância; Sintaxe de Regência; Sintaxe de Colocação; Crase; Uso do hífen; Problemas Gerais da Língua Culta; Significação das Palavras. Estilística: Figuras de Linguagem; Vícios de linguagem. Redação: Tipos de Composição: Descrição, Narração, Dissertação; Tipos de Discurso; Análise e Interpretação de Textos; As qualidades e defeitos de um texto. Literatura: Literatura Brasileira. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Língua Portuguesa).

#### FONOAUDIÓLOGO

Audiologia: anatomia e fisiologia da audição; audiolgia clínica e imitanciometria; prótese auditiva e reabilitação do deficiente auditivo; otoneurologia; potenciais evocados auditivos. Voz: anatomia e fisiologia laríngea; avaliação e tratamento das disfonias; avaliação e tratamento fonoaudiológico dos pacientes submetidos à cirurgia de cabeça e pescoço. Motricidade orofacial: anatomia e fisiologia do sistema estomatognático; avaliação e tratamento dos distúrbios da motricidade orofacial; avaliação e tratamento dos distúrbios da fala - desvios fonético e fonológico. Linguagem: desenvolvimento cognitivo; bases neurológicas do desenvolvimento da linguagem e da aprendizagem; alterações do desenvolvimento de linguagem - princípios, avaliação e tratamento; avaliação e tratamento dos distúrbios da linguagem oral e escrita. O trabalho da Fonoaudiologia na Saúde Mental.

#### PROFESSOR DE BRAILLE

Legislação específica sobre o uso do Sistema Braille no Brasil: Lei Federal Nº. 9610, de 19 de fevereiro de 1998; portarias ministeriais Nº 319, de 26 de fevereiro de 1999; Nº 872 de 01 de junho de 1999; Nº 554 de 26 de Abril de 2000; Sistema Braille: histórico e Aplicação à Língua Portuguesa; O código Braille na Grafia da Língua Portuguesa: valor dos sinais e normas de aplicação; Simbologia aplicada à Matemática: prefixos alfabéticos e sinais unificadores; índices, números e operações aritméticas fundamentais; frações, potências e raízes; teoria de conjuntos; Escrita Braille aplicada em Contexto Informático; Disposição do texto Braille: título e subtítulos, parágrafo, paginação, separadores de textos, destaque de textos. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução CNE - CEB nº 2 de 11/09/2001.

#### NUTRICIONISTA

Ética Profissional e Legislação. Conceitos básicos de nutrição. Nutrição nas diferentes fases da vida. Dietoterapia. Microbiologia de alimentos. Controle Higiênico Sanitário dos Alimentos. Técnicas dietéticas de pré-preparo e preparo de alimentos. Conceitos de Administração. Desnutrição. Fundamentos sobre as principais leis de Alimentos/Vigilância Sanitária (hortifrutigranjeiros, enlatados, embutidos, carnes). Concepções de programas de merenda escolar e suplementação alimentar em escolas, elaborando sugestões de cardápios específicos a diferentes necessidades.

#### PEDAGOGO DE SÉRIES INICIAIS E DE NIVELAMENTO EM EJA

Além dos conhecimentos específicos por disciplina já mencionado anteriormente nas disciplinas do Ensino Fundamental: Trajetória da EJA no Brasil. Fundamentação legal para o trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos. Objetivos gerais da EJA. Funções da EJA. Perfil do aluno da EJA. Perfil do professor da EJA. Idade, flexibilidade e organização da EJA. Concepção de aprendizagem. Concepção de conhecimento. O currículo na Educação de

Jovens e Adultos. Organização curricular na EJA. EJA e a Educação Especial. Planejamento na EJA. Projetos de trabalho na EJA. Avaliação na EJA. Temas transversais na EJA. Alfabetização de jovens e adultos. Resolução CNE/CEB nº 1 de julho de 2000, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

#### PSICÓLOGO

Psicologia e Educação. Transtornos mentais de comportamento, da infância, da adolescência e de adultos. Transtornos: de ansiedade, somatoformes e dissociativos, de humor, esquizofrênicos e de personalidade. Dependência e abuso de substâncias de substâncias psicoativas. A saúde mental no Brasil, reformulações e programas. Legislação. O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas (infância e adolescência). Modelos de psicoterapia. Aplicações clínicas das psicoterapias. Avaliação, métodos e técnicas psicoterápicas. Manejo clínico das técnicas psicoterápicas. Conhecimentos gerais e específicos dos conceitos clínicos e terapêuticos fundamentais na psiquiatria e na saúde mental. Modelos de Psicologia do Desenvolvimento, Psicanalítico, Piagetiano, Aprendizagem Social. Epidemiologia social das desordens mentais; Saúde mental e trabalho; As Reformas Psiquiátricas; Legislação em Saúde Mental; Nosologia, Nosografia e psicopatologia: a clínica da Saúde Mental. Articulação entre clínica e reabilitação psicossocial.

#### AGENTE EDUCADOR

Itens relacionados a função do cargo. Cuidados com a segurança do aluno e do ambiente escolar. Cuidados no transporte escolar. Disciplina e limites. Fatos do cotidiano escolar. Ética. Atividades letivas. Hierarquia. Apoio aos professores. Entrada e saída da aula. Espaços de recreação. Atividades livres. Ambiente escolar e manutenção predial.

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Limpeza de pisos, tapetes, móveis, equipamentos, paredes, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças, vasos, pias e objetos diversos. Uso e cuidados com materiais de limpeza e higiene. Noções de Segurança no trabalho.

#### MOTORISTA

Direção Defensiva. Primeiros Socorros. Cargas Perigosas. Placas de Sinalização. Equipamentos obrigatórios. Código de Trânsito Brasileiro. Manutenção e reparos no veículo. Avarias, sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnóstico de falhas. Engrenagens. Simbologia. Código de Trânsito Brasileiro.

#### ANEXO II

FORMULÁRIO DE ENTREGA, AVALIAÇÃO E ANÁLISE DE RECURSOS DA PROVA DE TÍTULOS  
PROCESSO SELETIVO Nº. 01/2015 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IMARUÍ/SC

Nome do candidato: \_\_\_\_\_  
Inscrição: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_  
Data de formação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Formação: \_\_\_\_\_

Está encaminhando documento comprovando alteração de nome?  
SIM ( ) NÃO ( )

Declaro ter lido o Edital de Abertura do presente Processo Seletivo e de serem verdadeiras as informações aqui descritas e válidos os documentos encaminhados.

ASSINATURA DO CANDIDATO

Obs.: Os documentos deverão ter numeração nas páginas.

ITEM	ESPAÇO PARA PREENCHIMENTO DO CANDIDATO			PREENCHIMENTO DA BANCA AVALIADORA	
	Nº da página	NOME DO CURSO	Data de conclusão	Carga Horária	Pontuação
Doutorado					
Mestrado					
Especialização					
Especialização					
Licenciatura na área específica					
Licenciatura – Cursando a partir do 3º período ou fase			x x x x x		
CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA					
Certificados com carga horária igual ou superior a 16 horas					

#### ANEXO III

#### FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADES ESPECIAIS

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

Nº da inscrição: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

Venho por meio deste solicitar condições especiais para o dia de prova.

Necessidades de Condições Especiais para o Dia de Prova:

- ( ) Acesso facilitado  
( ) Auxílio para preenchimento da grade de respostas  
( ) Caderno de Prova ampliado (ampliação padrão A3)  
( ) Caderno de Prova ampliado (Fonte 24)  
( ) Guia intérprete  
( ) Intérprete de Libras  
( ) Ledor  
( ) Leitura labial  
( ) Mesa para Cadeirante/Adaptada  
( ) Sala climatizada  
( ) Sala para Amamentação  
( ) Sala próxima ao banheiro  
( ) Sala térrea ou acesso com uso de elevador



- ( ) Sistema de Leitura de Texto (JAWS)  
 ( ) Tempo adicional de 1 hora  
 ( ) Uso de cadeira acolchoada ou uso de almofada  
 ( ) Uso de computador - prova eletrônica: possibilidade de ampliação da fonte ou uso da lupa eletrônica para a leitura do caderno de prova.  
 ( ) Uso de prótese auditiva  
 ( ) Outra adaptação: Qual? \_\_\_\_\_

Motivo/Justificativa: \_\_\_\_\_

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID \_\_\_\_\_

Nome do Médico Responsável pelo laudo: \_\_\_\_\_

É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID, junto a esse requerimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

Assinatura do Candidato

#### ANEXO IV ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

##### Agente Educador

Cuidar da segurança do aluno nas dependências e proximidades da escola e durante o transporte escolar. Inspeccionar o comportamento dos alunos no ambiente escolar e durante o transporte escolar. Orientar alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvir reclamações e analisar fatos. Prestar apoio às atividades letivas; auxiliar o corpo docente naquilo que lhe for requisitado; controlar as atividades livres dos alunos, orientando entrada e saída de alunos, fiscalizando espaços de recreação, definindo limites nas atividades livres. Organizar ambiente escolar e providenciar manutenção predial.

##### Auxiliar de Serviços Gerais

Em unidades escolares: executa trabalho de limpeza em geral, atendimento de telefone, anotação e transmissão de recados, serviços de copa-cozinha, na elaboração da merenda escolar e no preparo de alimentos, em geral; prepara refeições, temperando os alimentos, refogando-os, assando-os, cozendo-os, fritando-os ou tratando-os de outro modo para atender a exigências de cardápios solicitados; leva e traz documentos, transporta volumes; cuida da horta escolar e da limpeza dos pátios escolares, e outras tarefas inerentes ao cargo. Em unidades de saúde: executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas das unidades, limpeza de jardins, pátios e garagens; orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão; atender telefone e transmitir ligações; receber, protocolar e entregar correspondências internas e externas; requisitar material necessário aos serviços; processar cópias de documentos. No setor de obras: executar limpeza em garagens e seus veículos; executar serviços de limpeza e manutenção de praças, ruas, rodovias municipais e ajardinamento de canteiros públicos; executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das placas; manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão; encarregar-se da limpeza e polimento dos veículos e máquinas; relatar as anormalidades verificadas; realiza pequenos trabalhos relacionados à construção civil, tais como: alvenaria em geral, reparos hidráulicos, serviço de pavimentação, pintura, carpintaria.

##### Fonoaudiólogo

Avaliar as deficiências e ou limitações do educando/paciente,

realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, gravação e outras técnicas próprias, para estabelecer o plano de treinamento ou terapêutico; encaminhar educando/paciente ao especialista, orientando este e fornecendo-lhe indicações, para solicitar parecer quanto ao melhoramento ou possibilidade de reabilitação; emitir parecer quanto ao aperfeiçoamento ou à praticabilidade da reabilitação fonoaudiológica, elaborando relatórios para complementar o diagnóstico; programar, desenvolver e supervisionar o treinamento de voz, fala, linguagem, expressão de pensamento verbalizado, compreensão do pensamento verbalizado e outros, orientando e fazendo demonstrações de respiração funcional, empostação de voz, treinamento fonético, auditivo, de dicção e organização do pensamento em palavras, para reeducar e/ou reabilitar o cliente; opinar quanto às possibilidades fonatórias e auditivas do indivíduo, fazendo exames e empregando técnicas de avaliação específicas, para possibilitar a seleção profissional ou escolar; participar de equipes multiprofissionais para identificação de distúrbios de linguagem em suas formas de expressão e audição, emitindo parecer de sua especialidade, para estabelecer o diagnóstico e tratamento; assessorar autoridades da instituição, preparando informes e documentos em assuntos de fonoaudiologia, a fim de possibilitar subsídios para elaborar pareceres, portarias e outros; colaborar, quando solicitado, com as equipes de atuação-supervisão do estágio supervisionado em psicologia para efeitos diagnósticos, de tratamento, de planejamento e de programação de ações destinadas a atender necessidades das populações atendidas, em sua área de conhecimento; efetuar exames audiológicos; providenciar, recomendar e/ou realizar tratamentos especializados; participar de reuniões médicas, cursos e palestras sobre medicina preventiva nas entidades assistenciais e comunitárias; preencher os relatórios de comprovação de atendimentos; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho; desempenhar outras tarefas afins.

##### Motorista

Direção de veículos automotores, transporte de pessoas e materiais em transporte municipal e fora do município; transportar alunos das unidades escolares municipais; realizar o abastecimento, a conservação e manutenção do veículo verificando o óleo, água, estado de funcionamento e dos pneus; realização de serviços de transporte e entrega de documentos, materiais e volumes em expedientes externos junto a estabelecimentos e repartições diversas; comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com o veículo sob a sua responsabilidade; proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; auxiliar na carga e descarga de materiais ou equipamentos; tratar os passageiros com respeito e urbanidade; manter atualizado o documento de habilitação profissional e informar ao chefe imediato a regularidade da documentação do veículo; executar as tarefas em conformidade com a legislação pertinente respondendo pelas infrações cometidas; executar outras tarefas afins.

##### Nutricionista

Planejar, coordenar e supervisionar serviços ou programas de nutrição e alimentação da coletividade no âmbito da saúde pública, desenvolvendo campanhas educativas e outras atividades correlatas, a fim de contribuir para a criação de hábitos e regimes alimentares adequados entre a população e consequente melhoria da saúde coletiva; examinar o estado de nutrição do indivíduo ou do grupo, avaliando os diversos fatores relacionados com problemas de alimentação, como classe social, meio de vida e outros, para aconselhar e instruir a população; proceder ao planejamento e elaboração de cardápios e dietas especiais, baseando-se na observação da aceitação dos alimentos pelos comensais e no estudo dos meios e técnicas de introdução gradativa de produtos naturais mais nutritivos e econômicos, para oferecer refeições

balanceadas; exercer as atividades e funções inerentes à profissão, de acordo com as normas técnicas; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho; desempenhar outras tarefas afins.

**Pedagogo**

Receber os pedidos das unidades escolares, agendar e promover a triagem de atendimento; atender ao educando com dificuldade de aprendizagem e adequar as atividades educacionais conforme as especificidades, de acordo com as orientações do fonoaudiólogo e do psicólogo; acompanhar o aluno na sala multifuncional, quando for necessário; averiguar junto as escolas o atendimento dispensado ao educando em atendimento no NAE; Promover a comunicação entre família/Escola/NAE; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho; desempenhar outras tarefas afins.

**Professor**

Desenvolver o exercício da docência nas unidades escolares do sistema municipal de ensino.

**Professor Auxiliar da Educação Especial**

Atuação no Atendimento Educacional Especializado para as deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Super-dotação, produção de materiais e acompanhamento do uso destes e de outros recursos para alunos com deficiência na sala de aula do ensino regular, orientação às famílias e aos professores; assumir uma postura ética e respeitosa com os alunos, pais e os demais profissionais; participar das discussões educativas/pedagógicas propostas pela unidade educativa.

**Professor de Braille**

Promovem a educação de alunos com necessidades educativas especiais ensinando-os a ler e escrever em braille e em português, calcular, expressar-se, resolver problemas e as atividades da vida diária, desenvolver habilidades, atitudes e valores; desenvolvem atividades funcionais e programas de estimulação essencial e de educação de jovens e adultos, avaliando as necessidades educacionais dos alunos; realizam atividades como: planejar, avaliar, elaborar materiais, pesquisar e divulgar conhecimentos da área; podem dirigir e coordenar estabelecimentos de educação especial; assumir uma postura ética e respeitosa com os alunos, pais e os demais profissionais; participar das discussões educativas/pedagógicas propostas pela unidade educativa.

**Psicólogo**

Prestar orientação à clientela educacional, de modo que a psicologia possa auxiliar em suas vidas ou tratamentos, especialmente os de natureza neurótica; prestar serviços de âmbito da saúde pública, executando atividades de esclarecimentos e orientação aos alunos e pais, incentivando a higiene, e outras coisas mais; efetuar a orientação e desenvolvimento profissional, realizar estudos e aplicações práticas da psicologia na área de educação; atender aos alunos com problemas psicológicos e encaminhando-os para tratamento adequado; executar outras tarefas correlatas mediante determinação superior; atuar também na área de saúde, procedendo ao exame de pessoas que apresentam problemas intra e interpessoais, de comportamento familiar ou social ou distúrbios psíquicos, e ao respectivo diagnóstico e terapêutica, empregando enfoque preventivo ou curativo e técnicas psicológicas adequadas a cada caso, a fim de contribuir para a possibilidade de o indivíduo elaborar sua inserção na vida comunitária e educacional; dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das demais atividades; manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho.

# Imbituba

## PREFEITURA

**EDITAL SEAGP Nº 001/2015**

EDITAL SEAGP Nº 001/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, divulgado através do Edital nº 18/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 06 de Janeiro a 05 de Fevereiro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 06 de Janeiro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 001/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Auxiliar de Serviços Gerais

Patrícia de Sa Fernandes Gonçalves

Cintia de Jesus



**EDITAL SEAGP Nº 002/2015**

EDITAL SEAGP Nº 002/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 06 de Janeiro a 05 de Fevereiro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 06 de Janeiro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 002/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Fiscal de Transporte

Maiko Bispo Araujo

**EDITAL SEAGP Nº 003/2015**

EDITAL SEAGP Nº 003/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2013.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2013, divulgado através do Edital nº 001/2013, de 09 de outubro de 2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL

DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2013, de 10 de Janeiro de 2014, que homologou os resultados do referido Concurso.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2013, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 05 de Janeiro a 04 de Fevereiro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 05 de Janeiro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 003/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Carpinteiro

Tony Anderson Rocha Carvalho

Encanador

Moises Vicente Carvalho

**EDITAL SEAGP Nº 004/2015**

EDITAL SEAGP Nº 004/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, divulgado através do Edital nº 18/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 18/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Processo.

**RESOLVE:**

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao

final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 18/2014, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 20 de Janeiro a 19 de Fevereiro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 20 de Janeiro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 004/2015  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Auxiliar de Serviços Gerais  
Rosiane Pereira Martins

### EDITAL SEAGP Nº 005/2015

EDITAL SEAGP Nº 005/2015  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2014.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2014, divulgado através do Edital nº 001/2014, de 10 de outubro de 2014, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014, de 05 de Janeiro de 2015, que homologou os resultados do referido Concurso.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2014, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 20 de Janeiro a 19 de Fevereiro de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento

convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 20 de Janeiro de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 005/2015  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

Professor de Ciências  
Paola Lucchese Accorsi Fernandes

Professor de Educação Física  
Suelen Cardoso  
Fábio Oltramari  
Rafaela da Rosa Oliveira  
Thales Bayard de Quadros Tartari

Professor de Geografia  
Gabriela Rosa dos Passos

Professor de Matemática  
Andreia Freitas dos Santos

### EXTRATO: FMS 2014/26 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/26 A01

Contratada: TECOMINI LTDA ME

C.N.P.J: 13.794.058/0001-04

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 31/12/2015.

Fundamento: Processo nº. 33/2014 Carta Convite 02/2014

Imbituba, 30 de dezembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal da Saúde  
Contratante

Tecomini Ltda Me  
Representante Legal  
Contratada

**EXTRATO: FMS 2015/04 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2015/04 A00

Contratada: ADELIR PEREIRA DOS SANTOS

C.N.P.J: 290.249.009-72

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL MEDINDO NO TOTAL 417,01 M2 NO PISO SUPERIOR SITUADA À RUA NEREU RAMOS, Nº 316 E PISO TÉRREO COM 197M2 NA RUA DUQUE DE CAXIAS Nº 316 CENTRO PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE CAPACITAÇÃO E SALA DE APOIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor: R\$ 3.500,00 Prazo: 12 meses

Fundamento: Processo nº. 07/2015 Dispensa 02/2015

Imbituba, 15 de janeiro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal da Saúde

Contratante

Adelir Pereira dos Santos

Representante Legal

Contratada

**PORTARIA PMI SEAGP Nº 001.2015**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 001, DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;

Considerando as informações no Processo nº 495/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, constituído pela área situada em frente à Colônia Z13 e Creche localizada na Rua 03 de outubro nº 870, Centro, a Colônia de Pescadores Z13 sob CNPJ nº 82909227000119, representada pelo Senhor Volnei Silveira, inscrito no CPF nº 55742599900, com a finalidade de explorar a área no período de 16 a 18 de janeiro de 2015 para estacionamento com o objetivo de angariar fundos a entidade supra citada.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de 16 a 18 de janeiro de 2015 das 18h às 03h, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesse

restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de janeiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública - Interino

Claudia Jeremias Ávila

Assessora do Departamento de Documentação e Patrimônio

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

**PORTARIA PMI SEAGP Nº 002.2015**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 002, DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;

Considerando as informações no Processo nº 594/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública situada em frente ao prédio da Prefeitura Municipal localizada na Rua Ernani Cotrim, Centro, à entidade Lanche da Amizade de Imbituba, CNPJ nº 78624947/0001-60 representada pela Sra. Doroti Martins, inscrito no CPF nº 313.536.229-91, residente a Rua Brailino Miranda Quadra nº 18 Lote nº 26, Vila Nova Alvorada, Imbituba/SC, para explorar a referida área no período de 16 a 18 de janeiro de 2015, com a finalidade de angariar fundos para a entidade supra citada.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de 16 a 18 de janeiro de 2015 das 18h às 03h, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária devesse

restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de janeiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública - Interino

Claudia Jeremias Ávila

Assessora do Departamento de Documentação e Patrimônio

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

### PORTARIA PMI/GGP Nº 30/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 30, de 19 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a Demissão por Término de Contrato de Professora de Educação Física NASF, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, com carga horária de 40 horas semanais, admitida através da PORTARIA PMI/DGP Nº 233/2014, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Francielle Nunes Mendes	Professora de Educação Física NASF	072.880.599-52	23/01/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de janeiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública (Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

### PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 30 de janeiro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de material gráfico para o uso da Secretaria Municipal de Saúde.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 20 de janeiro de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretario Interino Municipal de Saúde

# Indaial

## PREFEITURA

### **TERMO ADITIVO Nº 008 DO CONTRATO Nº 022/2010**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 022/2010

TERMO ADITIVO Nº 008

CONTRATADA: BACK SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância patrimonial armada com locação de sistema de segurança por circuito fechado de TV - Digital, vigilância eletrônica Alarme, monitorada através de telefone, bem como a respectiva manutenção e assistência sem ônus para a CONTRATANTE, a ser instalado em unidades da Prefeitura Municipal de Indaial, a serem executados de forma contínua, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Anexo IV do Processo Licitatório nº 003/2010 - Edital de Pregão (Presencial) nº 001/2010-10430.

PRAZO: 13 de dezembro de 2014 a 13 de março de 2015.

ASSINATURA: 13/12/2014.



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1599/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1599/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AXI9560	55486159E	5967/0	18/09/2014	R\$ 191,53	203 * V
CKF0608	55486087E	5185/2	11/09/2014	R\$ 127,69	167
ITR7810	55486004E	5185/1	28/08/2014	R\$ 127,69	167
KLI3060	55720560E	7366/2	26/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LCP2863	55486116E	5193/0	19/09/2014	R\$ 191,53	168
LXR2248	55486161E	5460/0	19/09/2014	R\$ 85,12	181 * IX
LZG5539	54430678E	5185/1	01/10/2014	R\$ 127,69	167
LZL1458	55720901E	5185/1	21/09/2014	R\$ 127,69	167
MAW9906	55721011E	5193/0	11/10/2014	R\$ 191,53	168
MBE0144	55485610E	5452/5	26/09/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MBU9752	55486094E	5207/0	11/09/2014	R\$ 53,20	169
MCX7920	55486083E	5193/0	09/09/2014	R\$ 191,53	168
MDB9300	55486123E	5452/2	30/09/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MDC7176	55720828E	5193/0	07/10/2014	R\$ 191,53	168
MDG7772	55720829E	6041/2	07/10/2014	R\$ 127,69	207
MDQ6707	55486002E	5452/5	28/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MES1800	55486170E	7366/2	24/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHD4586	55486125E	5452/3	30/09/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MIG9062	54430672E	5347/0	31/08/2014	R\$ 85,12	178
MJW8031	55720731E	5207/0	21/09/2014	R\$ 53,20	169
MKK8896	55485607E	5746/1	22/09/2014	R\$ 85,12	187 * I
MKW4034	55485769E	5967/0	18/09/2014	R\$ 191,53	203 * V
MKX4193	55486119E	5568/0	29/09/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
NRW1352	55486118E	7366/2	25/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE JANEIRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1603/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1603/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZV4491	54429541E	6947/1	10/11/2014	R\$ 127,69	235
LZY1359	55486199E	5185/1	10/10/2014	R\$ 127,69	167
MCP4015	54428062E	5738/0	08/05/2014	R\$ 191,53	186 * II
MEM6129	55486053E	7102/1	29/08/2014	R\$ 127,69	244 * VIII
MGX1964	55720532D	5215/2	16/12/2013	R\$ 191,53	170
MGX9997	55721414D	7234/0	28/11/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
MIF1510	55722411D	6009/1	28/02/2014	R\$ 191,53	206 * II
MJK9713	55720597E	7030/1	05/11/2014	R\$ 191,53	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE JANEIRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 218/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 218/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACS0372	8789042899	7455/0	14/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
AEX2906	8789043074	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
AGZ0202	8789042907	7455/0	14/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHO1274	8789042989	7455/0	17/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
AIY0979	8789043055	7455/0	18/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALD5379	8789042701	7463/0	09/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
AQT1495	8789043247	7455/0	24/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATX7944	8789043236	7455/0	23/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
AUH2679	8789042997	7455/0	03/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
AVQ9755	8789042621	7455/0	07/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
BBU4000	8789043090	7463/0	19/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
BEJ2709	8789043025	7455/0	13/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
BPJ0237	8789042461	7455/0	01/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
BTF8361	8789042870	7455/0	14/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
CDL0246	8789042068	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CEJ1818	8789042192	7455/0	25/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CLT2577	8789042952	7455/0	16/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
DDG0438	8789043193	7455/0	22/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
DEA3489	8789043241	7455/0	23/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
DFS4555	8789042974	7455/0	17/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
DMB2463	8789041503	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DWT5517	8789042975	7455/0	17/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
EBM8495	8789042896	7455/0	14/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
EVZ7016	8789043031	7455/0	14/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
GNH4736	8789042271	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
HKV5759	8789042367	7455/0	30/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ICL0729	8789041624	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
IJU9148	8789042614	7455/0	07/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
JTA6578	8789042584	7455/0	06/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
KIS1273	8789043204	7455/0	22/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
KML8379	8789043277	7463/0	25/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
LBV4914	8789042182	7463/0	24/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
LSW0114	8789043189	7455/0	22/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWZ6555	8789042789	7455/0	12/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXH3320	8789042786	7455/0	11/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXI8601	8789042981	7455/0	17/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXR7879	8789042854	7455/0	13/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYM4952	8789042229	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYS0236	8789041408	7455/0	05/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZG1868	8789043169	7455/0	21/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZO5420	8789042720	7463/0	09/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZQ1243	8789042600	7455/0	06/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZT8428	8789042145	7455/0	24/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZU6173	8789042831	7455/0	13/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZX2182	8789042610	7455/0	06/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZY1997	8789042149	7455/0	24/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZY1997	8789042176	7455/0	24/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAD6668	8789042217	7455/0	25/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAE9487	8789042432	7455/0	01/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAL7895	8789043124	7455/0	20/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAQ0912	8789043113	7463/0	20/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAR0851	8789043201	7455/0	22/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAR8089	8789042151	7455/0	24/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAS6737	8789042356	7455/0	29/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAV3836	8789042565	7455/0	05/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAV5819	8789042425	7455/0	01/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAW5830	8789043181	7455/0	21/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAW8231	8789042851	7455/0	13/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAX2322	8789042504	7455/0	03/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBB6342	8789042744	7455/0	10/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBB9583	8789043233	7471/0	23/09/2014	R\$ 574,61	218 * III
MBC2805	8789043231	7455/0	23/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBG7923	8789042049	7463/0	22/08/2014	R\$ 127,69	218 * II



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBI5821	8789042579	7455/0	05/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBJ7800	8789042845	7455/0	13/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBL9100	8789042950	7455/0	16/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBN5518	8789042492	7455/0	03/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBP7079	8789042809	7455/0	13/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBV7072	8789042608	7455/0	06/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBW5170	8789042087	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCB9830	8789043276	7455/0	25/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCC8793	8789041229	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCH5252	8789042902	7471/0	14/09/2014	R\$ 574,61	218 * III
MCH5252	8789042922	7455/0	15/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCH5252	8789043207	7463/0	22/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCJ0711	8789042595	7455/0	06/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCM6592	8789043202	7455/0	22/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCR2545	8789043135	7455/0	20/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCX7367	8789043279	7455/0	25/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCY5265	8789042561	7455/0	04/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCY5917	8789042051	7463/0	22/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDB4805	8789042023	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDF7334	8789043261	7455/0	25/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDG3191	8789042663	7455/0	08/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDM9197	8789042797	7455/0	12/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDN1093	8789043221	7455/0	23/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDN4419	8789043089	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDO6342	8789042559	7455/0	04/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDP0274	8789043283	7455/0	25/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDP2190	8789043139	7455/0	20/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDP7887	8789042991	7455/0	17/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDR9127	8789043199	7455/0	22/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDT7619	8789042940	7455/0	15/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDY1236	8789042233	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDZ4630	8789042916	7455/0	15/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEA1206	8789043225	7463/0	23/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEB0475	8789042352	7455/0	29/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEC7275	8789043075	7463/0	19/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEE7949	8789042376	7463/0	30/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEG6663	8789042890	7455/0	14/09/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEH9134	8789042765	7455/0	11/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEI4671	8789043223	7455/0	23/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEM4672	8789043111	7455/0	20/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEM5912	8789042397	7471/0	30/08/2014	R\$ 574,61	218 * III
MEN2351	8789042338	7455/0	29/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEN2351	8789042434	7455/0	01/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEQ5504	8789043273	7455/0	25/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MET5557	8789042064	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFB4962	8789042702	7455/0	09/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFC0166	8789042615	7455/0	07/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFD1612	8789043140	7455/0	20/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFE3285	8789042468	7455/0	02/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFG2620	8789042393	7455/0	30/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFO1103	8789042446	7455/0	01/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFR3370	8789042549	7455/0	04/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFR5455	8789043200	7455/0	22/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFV5720	8789042632	7455/0	07/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFV2231	8789042937	7455/0	15/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGD0103	8789043257	7455/0	25/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGD6939	8789042550	7455/0	04/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGJ8902	8789042894	7455/0	14/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGM1794	8789041479	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGM7618	8789042313	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGN1954	8789043246	7455/0	24/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGO6411	8789042563	7455/0	04/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGO6411	8789042837	7463/0	13/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGO7641	8789041315	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGR1394	8789043212	7455/0	22/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGR1919	8789042881	7455/0	14/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHE2941	8789043203	7455/0	22/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHL2225	8789043205	7455/0	22/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHL7663	8789043052	7463/0	18/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHL7663	8789043185	7455/0	21/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHP4488	8789042575	7455/0	05/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHU0848	8789041511	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHX7694	8789042730	7455/0	10/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIA4248	8789043178	7455/0	21/09/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIB2167	8789042947	7455/0	16/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB5526	8789027199	7455/0	02/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIH1996	8789042292	7463/0	28/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIH2337	8789042521	7471/0	03/09/2014	R\$ 574,61	218 * III
MIH7092	8789043104	7455/0	20/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIJ8132	8789042103	7455/0	23/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIM8439	8789041613	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIP5456	8789042683	7455/0	09/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIQ8797	8789042699	7455/0	09/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIS6651	8789042684	7455/0	09/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT9978	8789042533	7455/0	04/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIV0089	8789042838	7455/0	13/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ2798	8789042693	7455/0	09/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ2798	8789043250	7455/0	24/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJB6943	8789043190	7455/0	22/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJE6974	8789042616	7455/0	07/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ5585	8789042526	7471/0	04/09/2014	R\$ 574,61	218 * III
MJL7973	8789043265	7455/0	25/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJZ5997	8789043095	7455/0	20/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC7417	8789042286	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKH1700	8789042467	7455/0	02/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKM1690	8789042942	7455/0	16/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKN0097	8789042146	7471/0	24/08/2014	R\$ 574,61	218 * III
MKO0064	8789042959	7455/0	16/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKR4038	8789042829	7455/0	13/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKV7755	8789042935	7455/0	15/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLB2993	8789041495	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLB2993	8789042062	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLB6319	8789042431	7455/0	01/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLD4246	8789042796	7455/0	12/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLG2326	8789042623	7455/0	07/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLH2107	8789043237	7455/0	23/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLK1675	8789042808	7455/0	13/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLO9229	8789043118	7455/0	20/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLP2686	8789042932	7455/0	15/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLW4195	8789042986	7455/0	17/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLX8836	8789042939	7471/0	15/09/2014	R\$ 574,61	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MMC3226	8789043211	7463/0	22/09/2014	R\$ 127,69	218 * II
MMC3612	8789042240	7455/0	26/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMF7231	8789042382	7455/0	30/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMF9373	8789042777	7455/0	11/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MYN0649	8789042193	7463/0	25/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MYN0649	8789042262	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
NRW1352	8789043254	7455/0	24/09/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE JANEIRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 220/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 220/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGD1606	8789041816	7455/0	15/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHU5985	8789044023	7463/0	18/10/2014	R\$ 127,69	218 * II
AHU5985	8789044024	7471/0	18/10/2014	R\$ 574,61	218 * III
AHU5985	8789044056	7471/0	19/10/2014	R\$ 574,61	218 * III
AHU5985	8789044058	7471/0	19/10/2014	R\$ 574,61	218 * III
CXN5966	8789042722	7455/0	09/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
CYU3626	8789044297	7455/0	25/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
EAQ6054	8789043539	7455/0	04/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
HIO6338	8789044076	7455/0	19/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
HNG5032	8789044697	7455/0	04/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
IJR6224	8789043610	7455/0	05/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWV8805	8789044514	7455/0	30/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYQ9204	8789043532	7455/0	03/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYR4422	8789041743	7455/0	13/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZR9023	8789043331	7455/0	27/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAB2794	8789043642	7463/0	06/10/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAS1062	8789042527	7455/0	04/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBC5157	8789043685	7455/0	07/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBN7575	8789044219	7455/0	23/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBS6228	8789044581	7455/0	01/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBZ4612	8789044205	7455/0	23/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBZ8166	8789044196	7455/0	22/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCS5462	8789029314	7463/0	25/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
MDA3361	8789043384	7455/0	28/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDE9610	8789043417	7455/0	29/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDJ0060	8789042654	7463/0	08/09/2014	R\$ 127,69	218 * II



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDJ6136	8789044018	7455/0	18/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDV3015	8789043614	7455/0	05/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEE4908	8789043571	7455/0	04/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEF1584	8789043363	7455/0	28/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEF1584	8789043644	7471/0	06/10/2014	R\$ 574,61	218 * III
MEF1584	8789043645	7471/0	07/10/2014	R\$ 574,61	218 * III
MEF1584	8789043654	7463/0	07/10/2014	R\$ 127,69	218 * II
MEO0192	8789044173	7455/0	22/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEU9541	8789044411	7455/0	27/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEV2223	8789043266	7455/0	25/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFC0991	8789043443	7455/0	30/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFN7904	8789044599	7455/0	01/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFP9408	8789041684	7455/0	11/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGG0765	8789034429	7455/0	14/03/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIO9078	8789030300	7455/0	08/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIP0490	8789042268	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIW0286	8789043338	7455/0	27/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJA1340	8789044120	7455/0	20/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJE7203	8789044472	7455/0	28/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJK4673	8789043398	7455/0	28/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJP1350	8789043550	7455/0	04/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJX9622	8789043486	7455/0	01/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKG1335	8789043620	7463/0	06/10/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKO0426	8789044598	7455/0	01/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKO0517	8789043494	7455/0	02/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLB0745	8789042620	7455/0	07/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLU8174	8789043591	7455/0	05/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMB2996	8789044254	7463/0	24/10/2014	R\$ 127,69	218 * II
MMB2996	8789044432	7455/0	28/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
OOG3188	8789043322	7455/0	26/09/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE JANEIRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1597/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 206 1597/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJW5060	55486309E	5185/1	18/11/2014	167
GSH4762	55486227E	5541/1	14/11/2014	181 * XVII
GSH4762	55486228E	5452/1	14/11/2014	181 * VIII
IES8446	55486507E	5185/1	27/11/2014	167
JDW7411	55486222E	6050/2	13/11/2014	208
LXI2216	55486571E	5541/1	12/12/2014	181 * XVII
LXL6642	55486577E	5541/1	12/12/2014	181 * XVII
LXQ4751	55486231E	5452/3	17/11/2014	181 * VIII
LYL3000	55485796E	5185/1	24/11/2014	167
LYY6406	55486279E	5185/1	21/11/2014	167
LYZ9578	55485790E	5541/1	19/11/2014	181 * XVII
LZP1130	55485529E	5207/0	12/11/2014	169
LZS8208	55486225E	5452/3	14/11/2014	181 * VIII
MCC7181	55720623E	5940/1	08/11/2014	203 * III
MEO3114	55486280E	5819/4	21/11/2014	193
MEO3114	55486282E	5835/0	21/11/2014	195
MF3762	55486271E	5967/0	18/11/2014	203 * V
MGJ4848	55486277E	5185/1	21/11/2014	167
MGQ9763	55486243E	6068/1	18/11/2014	209
MGQ9763	55486244E	5720/0	18/11/2014	186 * I
MHC9656	55486322E	6130/0	19/11/2014	214 * II
MIA8357	55486307E	5185/1	18/11/2014	167
MIK6154	55486226E	5991/0	14/11/2014	206 * I
MLD1477	55486576E	5541/1	12/12/2014	181 * XVII
MLQ7081	55486213E	5541/1	13/11/2014	181 * XVII
MMA4721	54430174E	5940/1	07/11/2014	203 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MMM4728	55486336E	7366/2	19/11/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE JANEIRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1601/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 206 1601/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADT5687	54430699E	5185/1	29/11/2014	167
AFY0446	55486607E	5967/0	15/12/2014	203 * V
ANI2049	54430376E	6050/1	15/12/2014	208
ATK4345	54430179E	7366/2	16/12/2014	252 * VI
AUX0025	55486586E	5541/1	17/12/2014	181 * XVII
BAX1950	55486601E	5452/3	13/12/2014	181 * VIII
DIR8117	55720781E	6270/0	14/12/2014	220 * II
GVM7236	55486394E	5541/5	05/12/2014	181 * XVII
LZD2918	54430178E	7315/0	15/12/2014	252 * I
MAC4102	55721457E	5185/1	21/12/2014	167
MAN3384	55486293E	5185/1	25/11/2014	167
MBG3601	55486547E	5185/1	04/12/2014	167
MBI7410	55486541E	6947/3	04/12/2014	235
MEB6605	55721046E	5835/0	20/12/2014	195
MEB6605	55721169E	5835/0	20/12/2014	195
MEB6605	55721170E	6270/0	20/12/2014	220 * II
MEE1287	55486605E	5967/0	15/12/2014	203 * V
MGN1244	55486512E	5207/0	28/11/2014	169
MHV5054	55486604E	5967/0	15/12/2014	203 * V
MJR9723	55485538E	7080/0	04/12/2014	244 * VI
MJW6098	55486292E	5568/0	24/11/2014	181 * XIX
MLJ1023	55486381E	5541/1	04/12/2014	181 * XVII
MLN0955	55486611E	5185/1	15/12/2014	167



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE JANEIRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 217/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 789 217/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABW4857	8789045182	7455/0	19/11/2014	218 * I
ACX3682	8789044783	7455/0	07/11/2014	218 * I
ADS3408	8789044972	7455/0	12/11/2014	218 * I
AFH6729	8789044985	7455/0	13/11/2014	218 * I
AIC7797	8789045040	7463/0	15/11/2014	218 * II
AID9324	8789045098	7455/0	16/11/2014	218 * I
AIP3505	8789045063	7455/0	16/11/2014	218 * I
AJV4044	8789044735	7455/0	01/11/2014	218 * I
AOZ0021	8789045269	7455/0	23/11/2014	218 * I
APW3217	8789044948	7455/0	12/11/2014	218 * I
APW9186	8789045052	7455/0	16/11/2014	218 * I
ARO5116	8789044765	7455/0	06/11/2014	218 * I
AVU3602	8789045252	7455/0	22/11/2014	218 * I
CCC3925	8789045204	7455/0	20/11/2014	218 * I
DBE9653	8789045167	7455/0	18/11/2014	218 * I
ELQ3612	8789045202	7455/0	20/11/2014	218 * I
FGU6734	8789044135	7455/0	25/10/2014	218 * I
GHY0077	8789045086	7455/0	16/11/2014	218 * I
IVI2323	8789045210	7455/0	21/11/2014	218 * I
KEW0304	8789045157	7455/0	18/11/2014	218 * I
KNW2379	8789044821	7455/0	08/11/2014	218 * I
LXN6603	8789044875	7455/0	09/11/2014	218 * I
LXR5131	8789044891	7455/0	10/11/2014	218 * I
LYM2696	8789044858	7455/0	09/11/2014	218 * I
LYR2418	8789044996	7455/0	13/11/2014	218 * I
LZB1286	8789045028	7455/0	14/11/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZD4248	8789045233	7455/0	22/11/2014	218 * I
LZH0451	8789044811	7455/0	08/11/2014	218 * I
LZL0859	8789044899	7455/0	10/11/2014	218 * I
LZP1130	8789044994	7463/0	13/11/2014	218 * II
LZP1130	8789045027	7463/0	14/11/2014	218 * II
LZP1130	8789045267	7463/0	23/11/2014	218 * II
MAM1077	8789044988	7455/0	13/11/2014	218 * I
MAM1077	8789044991	7455/0	13/11/2014	218 * I
MAM5074	8789045207	7455/0	21/11/2014	218 * I
MBB9437	8789045194	7455/0	19/11/2014	218 * I
MBD4883	8789045118	7455/0	17/11/2014	218 * I
MBE4094	8789045200	7455/0	20/11/2014	218 * I
MBJ8928	8789044824	7455/0	08/11/2014	218 * I
MBU0093	8789045235	7455/0	22/11/2014	218 * I
MBU4569	8789045128	7455/0	17/11/2014	218 * I
MBZ6092	8789044796	7455/0	08/11/2014	218 * I
MCU0565	54003243N	5002/0	25/11/2014	257 § 8º
MCU7959	8789045103	7455/0	13/11/2014	218 * I
MDU8672	8789045282	7455/0	23/11/2014	218 * I
MEH0278	8789044900	7455/0	10/11/2014	218 * I
MEH0639	8789044869	7455/0	09/11/2014	218 * I
MEW5247	8789044793	7455/0	07/11/2014	218 * I
MGL9703	8789045137	7455/0	17/11/2014	218 * I
MGR5578	8789045071	7455/0	16/11/2014	218 * I
MGR8669	8789045256	7463/0	22/11/2014	218 * II
MHG0617	8789045078	7455/0	16/11/2014	218 * I
MHN4236	8789044777	7455/0	07/11/2014	218 * I
MHQ8260	8789045186	7455/0	19/11/2014	218 * I
MHS5425	8789044902	7455/0	10/11/2014	218 * I
MHV8219	8789045150	7455/0	17/11/2014	218 * I
MIA1059	8789044759	7455/0	06/11/2014	218 * I
MIH6773	8789045254	7455/0	22/11/2014	218 * I
MIO7792	8789045196	7455/0	20/11/2014	218 * I
MIT0355	8789045049	7455/0	15/11/2014	218 * I
MJL8636	8789045242	7455/0	22/11/2014	218 * I
MJT9135	8789045263	7455/0	22/11/2014	218 * I
MJY7821	8789044809	7455/0	08/11/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKF6200	8789044843	7463/0	08/11/2014	218 * II
MKH0784	8789044955	7455/0	12/11/2014	218 * I
MKJ8152	8789044890	7455/0	09/11/2014	218 * I
MKK3489	8789044977	7455/0	13/11/2014	218 * I
MKO0426	54009331N	5002/0	16/12/2014	257 § 8º
MLA8795	8789045066	7455/0	16/11/2014	218 * I
MLS4504	8789045185	7455/0	19/11/2014	218 * I
MLT2137	8789044946	7455/0	12/11/2014	218 * I
MLW1988	8789045080	7455/0	16/11/2014	218 * I
MMC8697	54009324N	5002/0	16/12/2014	257 § 8º
MMM3643	8789044964	7455/0	12/11/2014	218 * I
MZB2004	8789045249	7455/0	22/11/2014	218 * I
OKG0455	8789044860	7455/0	09/11/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE JANEIRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 219/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 789 219/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFN0282	8789045799	7455/0	07/12/2014	218 * I
AFY0446	8789045615	7455/0	03/12/2014	218 * I
AKK8232	8789046298	7455/0	21/12/2014	218 * I
ALO3232	8789045936	7455/0	06/12/2014	218 * I
AON2848	8789045562	7455/0	01/12/2014	218 * I
ARO4394	54014719N	5002/0	30/12/2014	257 § 8º
BJJ3133	8789045736	7455/0	06/12/2014	218 * I
BKP3376	8789045918	7455/0	11/12/2014	218 * I
CEJ1818	8789045750	7455/0	06/12/2014	218 * I
CFC7560	8789046225	7455/0	19/12/2014	218 * I
CJZ0124	8789046187	7455/0	18/12/2014	218 * I
CWK4809	8789045714	7455/0	06/12/2014	218 * I
DAK6497	8789045695	7455/0	05/12/2014	218 * I
DCA6762	8789046249	7455/0	20/12/2014	218 * I
DLA0033	8789045399	7463/0	27/11/2014	218 * II
DLA0033	8789045400	7463/0	27/11/2014	218 * II
DLJ0043	8789045947	7455/0	13/12/2014	218 * I
DNK1770	8789045940	7455/0	10/12/2014	218 * I
DQB3100	8789045923	7455/0	13/12/2014	218 * I
DSE7073	8789045378	7455/0	26/11/2014	218 * I
DZK8667	8789046173	7455/0	18/12/2014	218 * I
GVR1253	8789045870	7455/0	10/12/2014	218 * I
HMV7453	8789045965	7455/0	19/12/2014	218 * I
IBZ5975	8789046256	7455/0	20/12/2014	218 * I
ICQ5710	8789045588	7455/0	02/12/2014	218 * I
IFX1836	8789046293	7455/0	21/12/2014	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IGX7262	8789046035	7455/0	13/12/2014	218 * I
IHE7884	8789045528	7455/0	28/11/2014	218 * I
INJ9392	8789046075	7455/0	14/12/2014	218 * I
JMP8050	8789045454	7455/0	29/11/2014	218 * I
KIK1264	8789045879	7455/0	10/12/2014	218 * I
KMZ6430	8789046222	7455/0	19/12/2014	218 * I
LVO4227	8789045723	7455/0	06/12/2014	218 * I
LWT8440	8789046252	7455/0	20/12/2014	218 * I
LWW8203	8789046258	7455/0	20/12/2014	218 * I
LXD0304	8789045374	7455/0	26/11/2014	218 * I
LXI6682	8789045440	7455/0	28/11/2014	218 * I
LXO9470	8789045927	7455/0	16/12/2014	218 * I
LXP0910	8789045875	7455/0	10/12/2014	218 * I
LXU1706	8789045609	7455/0	03/12/2014	218 * I
LXX2409	8789045671	7455/0	04/12/2014	218 * I
LXX8902	8789046048	7455/0	14/12/2014	218 * I
LYC1938	8789046103	7455/0	15/12/2014	218 * I
LYH7799	8789045499	7455/0	30/11/2014	218 * I
LYH7799	8789046015	7455/0	13/12/2014	218 * I
LYH7799	8789046087	7463/0	14/12/2014	218 * II
LYH7799	8789046188	7463/0	18/12/2014	218 * II
LYM8153	8789045556	7455/0	01/12/2014	218 * I
LZC9106	8789045826	7455/0	08/12/2014	218 * I
LZD1461	8789045848	7455/0	09/12/2014	218 * I
LZI7180	8789046047	7455/0	14/12/2014	218 * I
LZJ5430	8789045703	7455/0	05/12/2014	218 * I
LZM8823	8789045922	7455/0	12/12/2014	218 * I
LZN9728	8789046092	7455/0	14/12/2014	218 * I
LZV5309	8789045690	7455/0	05/12/2014	218 * I
MAB2116	8789045779	7455/0	07/12/2014	218 * I
MAB5615	8789045809	7455/0	08/12/2014	218 * I
MAC0620	8789045385	7455/0	27/11/2014	218 * I
MAC7970	8789045393	7455/0	27/11/2014	218 * I
MAG1133	8789045575	7455/0	02/12/2014	218 * I
MAG8444	8789046247	7455/0	20/12/2014	218 * I
MAG8444	8789046248	7455/0	20/12/2014	218 * I
MAZ8641	8789045807	7455/0	08/12/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBD7213	8789045567	7455/0	01/12/2014	218 * I
MBG2081	8789045357	7455/0	26/11/2014	218 * I
MBG7923	8789045899	7455/0	11/12/2014	218 * I
MBH5642	8789046063	7455/0	14/12/2014	218 * I
MBI4461	8789045466	7455/0	29/11/2014	218 * I
MBJ7800	8789046129	7455/0	15/12/2014	218 * I
MBK4523	8789045410	7455/0	27/11/2014	218 * I
MBL3270	8789045449	7463/0	29/11/2014	218 * II
MBP3962	8789045766	7455/0	07/12/2014	218 * I
MBQ6143	8789045702	7455/0	05/12/2014	218 * I
MBR4939	8789046030	7455/0	13/12/2014	218 * I
MCJ0609	8789045729	7455/0	06/12/2014	218 * I
MCN5145	54003250N	5002/0	25/11/2014	257 § 8º
MCO5036	8789045755	7455/0	06/12/2014	218 * I
MCT3494	8789045917	7455/0	11/12/2014	218 * I
MCW2073	8789045419	7455/0	28/11/2014	218 * I
MCW8342	8789045926	7455/0	15/12/2014	218 * I
MCW8342	8789046109	7455/0	15/12/2014	218 * I
MCY5045	8789046054	7455/0	14/12/2014	218 * I
MDA0360	8789046154	7455/0	17/12/2014	218 * I
MDC0964	8789045639	7455/0	04/12/2014	218 * I
MDF3539	8789046259	7455/0	20/12/2014	218 * I
MDI2860	8789046245	7455/0	20/12/2014	218 * I
MDK9297	8789045354	7455/0	26/11/2014	218 * I
MDK9994	8789045549	7455/0	01/12/2014	218 * I
MDN0117	8789046253	7455/0	20/12/2014	218 * I
MDQ3344	8789045491	7455/0	30/11/2014	218 * I
MDQ7343	8789046088	7455/0	14/12/2014	218 * I
MDR5019	8789045421	7463/0	28/11/2014	218 * II
MDX2142	8789045395	7455/0	27/11/2014	218 * I
MDX2142	8789045396	7455/0	27/11/2014	218 * I
MDY9854	8789045709	7455/0	05/12/2014	218 * I
MDZ2561	8789046295	7455/0	21/12/2014	218 * I
MEJ8714	8789045860	7455/0	09/12/2014	218 * I
MEL8306	8789045661	7455/0	04/12/2014	218 * I
MEP4312	8789045897	7455/0	10/12/2014	218 * I
MER8931	8789046140	7455/0	16/12/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MES3325	8789045858	7455/0	09/12/2014	218 * I
MEU1728	8789046223	7455/0	19/12/2014	218 * I
MEZ3293	8789046142	7455/0	16/12/2014	218 * I
MFA7500	8789045737	7455/0	06/12/2014	218 * I
MFB4120	8789045418	7455/0	28/11/2014	218 * I
MFB4340	8789045785	7455/0	07/12/2014	218 * I
MFB9443	8789045980	7455/0	11/12/2014	218 * I
MFB9443	8789046275	7471/0	20/12/2014	218 * III
MFC4899	8789045473	7455/0	29/11/2014	218 * I
MFH7146	8789045797	7455/0	07/12/2014	218 * I
MF7157	8789045752	7455/0	06/12/2014	218 * I
MFN3784	8789045371	7455/0	26/11/2014	218 * I
MFO3785	8789046153	7455/0	17/12/2014	218 * I
MFR3370	8789045415	7463/0	28/11/2014	218 * II
MFS4164	8789045862	7455/0	10/12/2014	218 * I
MFT4718	8789046133	7463/0	16/12/2014	218 * II
MFU8584	8789045629	7455/0	03/12/2014	218 * I
MFV5720	8789046019	7455/0	13/12/2014	218 * I
MGC0524	8789046244	7455/0	20/12/2014	218 * I
MGC2007	8789045476	7455/0	29/11/2014	218 * I
MGD4558	8789046184	7455/0	18/12/2014	218 * I
MGE9368	8789045921	7463/0	11/12/2014	218 * II
MGI4920	8789046228	7455/0	19/12/2014	218 * I
MGQ8028	8789046172	7455/0	18/12/2014	218 * I
MG7453	8789045531	7455/0	01/12/2014	218 * I
MGV3636	8789045484	7455/0	30/11/2014	218 * I
MGV7197	8789045545	7455/0	01/12/2014	218 * I
MGZ0294	8789046169	7455/0	18/12/2014	218 * I
MGZ3152	8789045470	7455/0	29/11/2014	218 * I
MHD1339	8789046110	7455/0	15/12/2014	218 * I
MHG6685	8789045987	7455/0	12/12/2014	218 * I
MHH4067	8789045844	7455/0	09/12/2014	218 * I
MHJ2047	8789045443	7463/0	28/11/2014	218 * II
MHN0890	8789045444	7455/0	28/11/2014	218 * I
MHO5454	8789045699	7463/0	05/12/2014	218 * II
MHP7065	8789045951	7455/0	14/12/2014	218 * I
MHU4478	8789045719	7455/0	06/12/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHV0333	8789045412	7455/0	28/11/2014	218 * I
MHW0477	8789045700	7455/0	05/12/2014	218 * I
MIH1909	8789045867	7455/0	10/12/2014	218 * I
MIK4561	54014720N	5002/0	30/12/2014	257 § 8º
MIS7777	8789045843	7455/0	09/12/2014	218 * I
MIT7771	8789046167	7455/0	17/12/2014	218 * I
MIV2653	8789045492	7463/0	30/11/2014	218 * II
MIV4417	8789045646	7455/0	04/12/2014	218 * I
MIZ1189	8789046097	7455/0	15/12/2014	218 * I
MJB0409	8789045687	7455/0	05/12/2014	218 * I
MJB0409	8789045906	7455/0	11/12/2014	218 * I
MJH2177	8789045982	7455/0	12/12/2014	218 * I
MJI3753	8789045604	7455/0	02/12/2014	218 * I
MJJ8052	8789045988	7455/0	12/12/2014	218 * I
MJK3655	8789045854	7455/0	09/12/2014	218 * I
MJK3807	8789044951	7455/0	12/11/2014	218 * I
MJL0586	8789045881	7455/0	10/12/2014	218 * I
MJL4594	8789046289	7455/0	21/12/2014	218 * I
MJN7564	8789045978	7455/0	11/12/2014	218 * I
MJP9001	8789045643	7455/0	04/12/2014	218 * I
MJQ2827	8789046299	7455/0	21/12/2014	218 * I
MJT7751	8789045667	7455/0	04/12/2014	218 * I
MJY2042	8789046053	7455/0	14/12/2014	218 * I
MJZ1195	8789045637	7455/0	04/12/2014	218 * I
MJZ9316	8789046024	7455/0	13/12/2014	218 * I
MKB9936	8789045516	7455/0	30/11/2014	218 * I
MKF5121	8789045846	7455/0	09/12/2014	218 * I
MKG1397	8789045814	7455/0	08/12/2014	218 * I
MKH4713	8789045414	7455/0	28/11/2014	218 * I
MKJ8152	8789046201	7463/0	19/12/2014	218 * II
MKM2258	8789045891	7455/0	10/12/2014	218 * I
MKM7345	8789045741	7463/0	06/12/2014	218 * II
MLE9781	8789045976	7455/0	11/12/2014	218 * I
MLN1345	8789045791	7455/0	07/12/2014	218 * I
MLN5368	8789045855	7455/0	09/12/2014	218 * I
MLO4646	8789045758	7455/0	07/12/2014	218 * I
MLW7343	8789046100	7455/0	15/12/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLW7343	8789046212	7455/0	19/12/2014	218 * I
MLX2772	8789046007	7455/0	13/12/2014	218 * I
MMH2496	8789046112	7455/0	15/12/2014	218 * I
MMM2992	8789045572	7455/0	02/12/2014	218 * I
NLX0191	8789045427	7455/0	28/11/2014	218 * I
OKG5124	8789045621	7455/0	03/12/2014	218 * I
OKG6168	8789045968	7471/0	20/12/2014	218 * III
OPF0750	8789045543	7455/0	01/12/2014	218 * I
QHD5384	8789045472	7455/0	29/11/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE JANEIRO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO



**Iomerê****PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015**

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 03/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 03/2015 para aquisição de sêmen, nitrogênio, luvas e bairhas. A abertura das propostas se dará no dia 02/02/2015 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 19 de janeiro de 2015

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

**Ipumirim****PREFEITURA****PORTARIA Nº. 090/2015 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR NO CARGO COMISSONADO DE SUPERVISOR GERAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A HILDO CARLOS SABADIN, matrícula 2112, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 2014 a 2015 e gozo de 19/01/2015 a 07/02/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19/01/2015.

Ipumirim - SC, 19 de janeiro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 091/2015 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR NO CARGO POLITICO DE SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A GILMAR BIFFI, matrícula 1.330-5, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2014 a 2015 e gozo de 19/01/2015 a 17/02/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19/01/2015.

Ipumirim - SC, 19 de janeiro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 092/2015 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR NOMEADO POR CONCURSO PUBLICO NO CARGO DE VIGILANCIA SANITÁRIA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da

Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A JANIEL GIRON, matrícula 1727-2, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 14/10/2013 a 13/10/2014 e gozo de 19/01/2015 a 07/02/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19/01/2015.

Ipumirim - SC, 19 de janeiro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 093/2015 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR NO CARGO COMISSONADO DE DIRETOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A JOSE CARLOS TECHIO, matrícula 2130 - 0, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 2014 a 2015 e gozo de 19/01/2015 a 17/02/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19/01/2015.

Ipumirim - SC, 19 de janeiro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 094/2015 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A JAKLINE FRACASSO, matrícula 2062-1, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 10/09/2013 a 09/09/2014 e gozo de 26/01/2015 a 04/02/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19/01/2015.

Ipumirim - SC, 19 de janeiro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 095/2015 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A EDNA LUCIANE SARTORI, matrícula 491-0, férias de 10 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/08/2013 a 31/07/2014 e gozo de 26/01/2015 a 04/02/2015.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19/01/2015.

Ipumirim - SC, 19 de janeiro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 096/2015 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A JUCILENE GOLDONI CALIARI, matrícula 492-8, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 03/02/2012 a 02/02/2013 e gozo de 26/01/2015 a 14/02/2015 e, conforme previsto no art. 127, § 1º da Lei Complementar 01/2002, 10 dias convertidos em pecúnia relativo ao período de 15/02/2015 a 24/02/2015.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19/01/2015.

Ipumirim - SC, 19 de janeiro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 097/2015 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A MAURO ANTONIO GABARDO, matrícula 100-7, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 11/04/2012 a 10/04/2013 e gozo de 19/01/2015 a 07/02/2015 e, conforme previsto no art. 127, §

1º da Lei Complementar 01/2002, 10 dias convertidos em pecúlio relativo ao período de 08/02/2015 a 17/02/2015.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 19/01/2015.

Ipumirim - SC, 19 de janeiro de 2015.  
Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 098/2014 DE 20 DE JANEIRO DE 2015.**

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

**CONCEDE:**

A CLAUDINEI SGANZERLA, matrícula 544-4, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 24/02/2012 a 23/02/2013 e gozo de 26/01/2015 a 14/02/2015 e, conforme previsto no art. 127, § 1º da Lei Complementar 01/2002, 10 dias convertidos em pecúlio relativo ao período de 15/02/2015 a 25/02/2015.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 26/01/2015.

Ipumirim - SC, 20 de janeiro de 2015.  
Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 099/2015 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.**

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE ZELADORA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

**CONTRATA**

ADELITA DECKER APPELT, sob a Matrícula 2355-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3188281 e do CPF 017.722.539-44, para ocupar o cargo em caráter temporário de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial Nível 10, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 19/01/2015 a 30/12/2015. Ou até o preenchimento da vaga por concurso Publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 19/01/2015.

Ipumirim - SC, 19 de janeiro de 2015.  
Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015/FMS**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2015

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 03/02/2015, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 03/02/2015. Objeto da licitação: Contratação de serviços de ultrassonografia a serem realizados com equipamentos do Município na Unidade Básica de Saúde, serviço de consulta cardiológicas e serviço de consulta Psiquiátrica. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 19/01/2015  
JACIR LIRIO BONISSONI  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**Irineópolis****PREFEITURA****RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015****RETIFICAÇÃO**

Onde lê-se:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 02 de fevereiro de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para registro de preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando aquisição de materiais de higiene e limpeza para o exercício de 2015, para manutenção das unidades escolares da rede de ensino do município, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 15 de janeiro de 2015.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício

Leia-se:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 02 de fevereiro de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para registro de preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando aquisição de materiais de higiene e limpeza para o exercício de 2015, para manutenção das unidades escolares da rede de ensino do município, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 15 de janeiro de 2015.

CIRCE NEPPEL SFAIR

Prefeita Municipal em Exercício

**Itá****PREFEITURA****AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

IVO BRUCKMANN, Prefeito Municipal em Exercício de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema de registro de preços, no dia 02 de fevereiro de 2015, para a possível locação de banheiros portáteis (banheiros químicos), com serviços de higienização, sucção de dejetos, materiais de higiene pessoal e material de higiene e limpeza dos banheiros. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 02 de fevereiro de 2015 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "[www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br)" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá-SC, 20 de Janeiro de 2015.

IVO BRUCKMANN

Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO N.006/2015**

DECRETO N.º 006, de 14 de Janeiro de 2015.

**"DELEGA COMPETÊNCIAS A SERVIDOR QUE IDENTIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal em exercício de Itá - SC, no uso das atribuições de seu cargo, em conformidade com o Art. 70 c/c o Art. 69, Incisos VII, IX, XV e XXIV da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de se manter o pagamento de pequenas despesas em forma de adiantamento;

Considerando a necessidade de para tanto, ser necessária a abertura de uma Conta Corrente bancária específica para este fim;

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam designado os servidores senhor JOCIAS ANDRÉ KURMANN, ocupante do cargo permanente de Auxiliar Administrativo e do senhor GIOVANI DOUGLAS TOALDO, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a praticar todos atos inerentes a movimentação da conta corrente bancária "Conta Adiantamento" junto a agências do Banco do Brasil S/A, de Itá - SC

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itá - SC, 14 de Janeiro de 2015.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que este decreto foi registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## Itaiópolis

### PREFEITURA

#### EXTRATO DE EDITAL - PR Nº 5/2015

Processo Licitatório nº 5/2015 - Pregão Presencial nº 5/2015 - Objeto: aquisição de Gêneros Alimentícios (Merenda Escolar) para as Escolas da Rede Municipal de Ensino, Pré-Escolas e Centros de Educação Infantil do Município, para o primeiro semestre letivo de 2015. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 02 de fevereiro de 2015, até às 09hs10min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 02 de fevereiro de 2015, às 09hs20min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaiopolis.sc.gov.br](http://www.itaiopolis.sc.gov.br). Itaiópolis, 19 de janeiro de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

#### EXTRATO EDITAL - CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2015

CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2015 - Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Entrega dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 09 de fevereiro de 2015, no Departamento de Compras e Licitações. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaiopolis.sc.gov.br](http://www.itaiopolis.sc.gov.br). Itaiópolis, 19 de janeiro de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal



# Itapoá

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015  
PROCESSO Nº 01/2015

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de dispensa através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando que o local atende o interesse público por se tratar de local adequado conforme justificativa.

Considerando que o imóvel atende aos interesses da Secretaria quanto a sua estrutura e espaço físico.

Considerando o Parecer Jurídico nº 06/2015 da Procuradoria Jurídica desta municipalidade.

Considerando que o valor a ser pago a título de aluguel é compatível com o preço de mercado, conforme 03 (três) avaliações realizadas pelos corretores: Alexandre Kummrow, Creci nº 23.795/SC, no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais); Ivo Alcides Cezarotto, Creci nº 8854/SC, no valor de R\$ 1.430,00 (um mil quatrocentos e trinta reais) e Aparecido de Cássio Ferreira de Souza, Creci nº 22.661/SC, no valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais);

Autoriza a locação do objeto abaixo descrito:

1. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei n 8.666/93.
2. OBJETO: Locação de uma sala comercial em alvenaria, com aproximadamente 180m2, localizado no Balneário Jardim Pérola do Atlântico, para a instalação do Conselho Municipal de Saúde.
3. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: Imóvel em alvenaria, contendo 01 (uma) sala comercial, com 02 (dois) banheiros, em pavimento térreo, totalizando uma área construída aproximadamente 180m2, localizado a Rua do Príncipe, nº 2169, Lote nº 011 da Quadra nº 037, no loteamento Jardim Pérola do Atlântico, registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá, sob a Matrícula nº 19.390 - Livro nº 02 - Ficha nº 01;
4. VALOR E CONDIÇÃO DE PAGAMENTO E FUNDAMENTO DAS DESPESAS: O preço total para locação deste imóvel, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais) que será pago em 12 (doze) parcelas de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) mensais.
5. DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS: Correrá pela dotação orçamentária conta:  
Fundo Municipal de Saúde - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Órgão nº 14 - Unidade nº 01 - Ação nº 118 - Referência nº 277 - Elemento nº 3390.
6. PRAZO DE VIGÊNCIA: Inicia em 20/01/2015, finalizando-se em 20/01/2016, podendo ser prorrogado ou renovado, ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da administração pública.
7. CONTRATADO: LUIZ TRE, brasileiro, divorciado, empresário,

portador do CI.RG nº 40927344 SESP/PR, e do CNPF/MF nº 441.430.369-91, residente e domiciliado a Rua do Príncipe, nº 2169, 1º andar, Balneário Jardim Pérola do Atlântico, neste Município de Itapoá/SC.

Itapoá, 19 de janeiro de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Município de Itapoá  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015 PROCESSO Nº03/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015  
PROCESSO Nº03/2015

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:-00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 02 de fevereiro de 2015, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Contratação de empresa de mão de obra especializada para prestação de serviços de locação, montagem, e manutenção de estruturas para realização de Carnaval de Rua, ano 2015 do Município de Itapoá, conforme projeto básico e especificações constantes anexos partes integrantes do edital. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 19 de janeiro de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Município de Itapoá/SC  
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
PREGÃO Nº 01/2015  
PROCESSO Nº03/2015

OBJETO: Contratação de empresa de mão de obra especializada para prestação de serviços de locação, montagem, e manutenção de estruturas para realização de Carnaval de Rua, ano 2015 do Município de Itapoá, conforme projeto básico e especificações constantes anexos partes integrantes do edital.

### EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015 – PROCESSO Nº03/2015 - Contratação de empresa de mão de obra especializada para prestação de serviços de locação, montagem, e manutenção de estruturas para realização de Carnaval de Rua, ano 2015 do Município de Itapoá, conforme projeto básico e especificações constantes anexos partes integrantes do edital.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº03/2015.

**PREÂMBULO**

Modalidade: PRESENCIAL
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM (Lote único)
Data Abertura: 02/02/2015.
Horas: 09h00min
Local: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ – SALA LICITAÇÕES E CONTRATOS.

O Município de Itapoá, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, através da Secretaria de Administração e Finanças, por intermédio de sua Pregoeira Oficial, Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA, designada pelo Decreto nº 2192/2014 de 09/05/2014, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinada ao recebimento de propostas para Contratação de empresa de mão de obra especializada para prestação de serviços de locação, montagem, e manutenção de estruturas para realização de Carnaval de Rua, ano 2015 do Município de Itapoá, conforme projeto básico e especificações constantes anexos partes integrantes do edital, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, que regulamentam o art. 37, inc. XXXI da Constituição Federal de 1988.

**1. DO OBJETO E DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

1.1. Contratação de empresa de mão de obra especializada para prestação de serviços de locação, montagem, e manutenção de estruturas para realização de Carnaval de Rua, ano 2015 do Município de Itapoá, conforme projeto básico e especificações constantes anexos partes integrantes do edital.

1.2. Informações sobre especificações técnicas do objeto disponíveis para averiguação: Secretaria de Turismo, cultura, Meio ambiente, telefone (47) 3443-0244, das 08h às 14h.

1.3. É de responsabilidade da licitante interessada o acompanhamento do processo pelo site: [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), até a data de divulgação do resultado da sessão pública, não se aceitando desconhecimento de publicações pertinentes.

1.4. As sessões públicas deste Pregão ocorrerão na sala da Administração, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mariana Michels Borges, nº 201, em Itapoá (SC), nas seguintes datas e horários:

1.4.1. Impreterivelmente até às 09h00min do dia 02/02/2015, para recebimento e protocolo no órgão tributário da Prefeitura de Itapoá dos envelopes nº 01 (Proposta de Preços/Termo de Referência), nº 02 (Documentos de Habilitação), no setor de Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá.

1.4.2. Às 09h30min do dia 02/02/2015, exclusivamente para o credenciamento e início da sessão de abertura dos envelopes de proposta e sessão de lances livres.

1.5. Os dois envelopes com os documentos deverão ser entregues e protocolados no Órgão Tributário da Prefeitura Municipal de Itapoá na data e horário definidos no item 1.4.1. ou remetidos por qualquer outro meio desde que respeitados a data e horário estabelecidos, não assumindo o Município de Itapoá qualquer responsabilidade por entrega fora do prazo no que importará em desclassificação para o certame.

1.6. Será encaminhado, via e-mail, para cada empresa presente na primeira sessão cópia da Ata correspondente.

1.7. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), link "pregão", e o extrato do edital na imprensa oficial do Município site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

**2. PEDIDO E ENTREGA DO OBJETO**

2.1. A empresa vencedora deverá fornecer o objeto licitado pelo município não podendo estipular em sua proposta de preço, cotas mínimas ou máximas, para remessa do objeto, respeitadas as quantidades mínimas de transporte inerentes ao objeto do presente processo licitatório.

2.2 A entrega do objeto dar-se-á após a assinatura do contrato e da ordem de entrega emitida pela Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente em até 03 (três) dias corridos.

2.3. O Contratante poderá determinar a substituição do objeto devido a danos causados pelo transporte, defeitos de fabricação, má fé do fornecedor, qualquer fato que comprometa a integridade do produto, ou desatendimento às especificações técnicas contratuais, desde que devidamente comprovados, devendo ser substituído em até 36 (trinta e seis) horas, sob pena de rescisão contratual e aplicação das sanções cabíveis.

2.4. Todas as despesas inerentes ao cumprimento do disposto neste Edital são de responsabilidade exclusiva da empresa licitante, tais como: transporte, taxas e impostos, encargos e benefícios trabalhistas, estadia, alimentação, outros insumos, eventuais danos e/ou prejuízos que venha a causar à Contratada ou a terceiros.

2.5. A Prefeitura Municipal de Itapoá não tem responsabilidade direta, indireta ou solidária em qualquer ônus que a licitante venha a incorrer no cumprimento do contrato decorrente deste processo licitatório.

**3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. A despesa decorrente da presente licitação corre por conta de dotação orçamentária:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Turismo	90	10	01	23	695	006	2054	010000	344905199

**4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão empresas com ramo de atividade pertinente ao seu objeto e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4.2. A participação implica, na aceitação integral dos termos deste Edital e seus Anexos e leis aplicáveis.

4.3. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não incorrendo a Prefeitura Municipal de Itapoá em nenhum ônus, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

4.4. É vedada a participação nesta licitação, de empresa:

4.4.1. Suspensa ou impedida de licitar com a Administração;

4.4.2. Aquelas declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública;

4.4.3. Que estiverem em regime de falência;

4.4.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários (Art. 9º):

4.4.4.1. Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (inciso III).

4.5. Considera-se participação indireta, para fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários (§ 3º).

#### 5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. No dia, horário e local designados para recebimento dos envelopes, as empresas participantes deverão se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira com apenas um representante legal, o qual deverá estar munido da sua carteira de identidade (RG, CNH ou Carteira de Categoria Profissional) e dos documentos abaixo relacionados:

5.1.1. A legitimidade da representação será demonstrada por um dos documentos abaixo, no seu prazo de validade e na abrangência de seu objeto:

a) Se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa (todos os documentos relacionados abaixo deverão ser apresentados por meio de cópia autenticada):

a.1) Pela Empresa Comercial: o contrato social vigente, com as alterações anteriores, se houver; ou

a.2) Pela Sociedade Civil: a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado; ou

a.3) Pela Sociedade Anônima: a Ata da Assembleia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembleia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal; ou

a.4) As Firmas Individuais: o Registro Comercial ou Declaração de Firma Individual.

b) Se representante legal:

b.1) Procuração (pública ou particular) da licitante, com poderes para que o procurador possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão, COM FIRMA RECONHECIDA, anexando o original ou cópia autenticada de um dos documentos citados na alínea "a" ("a.1" a "a.4"), que comprove autoridade para credenciar, assim como o ramo de atividade da empresa; ou,

b.2) documento equivalente (Termo de Credenciamento - Anexo I) da licitante, com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase deste Pregão, COM FIRMA RECONHECIDA, anexando o original ou cópia autenticada de um dos documentos citados na alínea "a" ("a.1" a "a.4"), que comprove autoridade para credenciar, assim como o ramo de atividade da empresa.

5.1.2. Declaração de Habilitação, na forma do Anexo II.

5.1.3. Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo, na forma do Anexo III.

5.1.4. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem postergar a comprovação da regularidade fiscal limitado a 02 (dois) dias úteis e ter preferência no critério de desempate no julgamento das propostas, nos termos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, DECLARAÇÃO que estão enquadradas como microempresa e empresa de pequeno porte (conforme o caso) juntamente com a Certidão da Junta Comercial que comprove a situação, para que exerçam a preferência no critério de desempate no julgamento das propostas de preços, conforme modelo ANEXO VII.

5.1.4.1. As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e uma vez declarada vencedora do certame (Art. 43 § 1º), terá prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério

da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.1.4.1.1. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação (Art.42 § 2º), sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.666/93.

5.2. Disposições gerais sobre o Credenciamento:

5.2.1. NÃO SERÃO AUTÊNTICADOS DOCUMENTOS NO ATO DA SESSÃO.

5.2.2. Na apresentação do Estatuto, Contrato Social ou inscrição do ato constitutivo em vigor e última alteração, se houver, deverá constar, além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.

5.2.3. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

5.2.4. Será desconsiderado o documento de credenciamento remetido dentro dos envelopes de "Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação".

5.2.5. A licitante que não se fizer representar na Sessão Pública do pregão deverá entregar na forma estabelecida, sob pena de não aceitação da proposta, um 3º (terceiro) envelope, intitulado "CREDENCIAMENTO" contendo os documentos descritos nos itens 3.1.1, alíneas "a.1" a "a.4" e as Declarações que tratam os itens 3.1.2 e 3.1.3 (Declaração de Habilitação, na forma do Anexo II e Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo, na forma do Anexo III) contendo a mesma apresentação da cláusula 4.1. deste edital.

5.2.6. Caso o Contrato Social ou o Estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a procuração (Pública ou Particular) ou o documento de credenciamento (Anexo I), a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste Pregão, sendo a empresa desclassificada na fase de "Credenciamento".

5.2.7. Somente as licitantes que atenderem aos requisitos dos itens 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3 terão poderes para formular verbalmente, na sessão, novas propostas e lances de preços, manifestar, após a declaração do vencedor, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões da Pregoeira, assinar a ata da sessão pública, e praticar todos os demais atos inerentes ao certame em nome da licitante.

5.2.8. O representante legal da licitante que não se credenciar perante a Pregoeira ficará impedido de participar da fase de lances verbais, da negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos e de representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "Proposta" ou "Documentação" relativa a este Pregão.

5.2.8.1. Nesse caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração da maior oferta.

5.2.9. A licitante que se retirar antes do término da sessão considerar-se-á que tenha renunciado ao direito de oferecer lances e recorrer dos atos do Pregoeiro, ficando tácita sua concordância com os registros lançados na Ata.

5.2.10. Declarado encerrado o procedimento de credenciamento, não mais será admitida a participação de outras licitantes mesmo com envelopes protocolados no prazo.

#### 6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. As licitantes deverão entregar os dois envelopes, devidamente fechados e identificados, até às 09h:00min do dia 02/02/2015 diretamente no Protocolo do Órgão Tributário da Prefeitura M. de Itapoá, ou remetidos por qualquer outro meio desde que respeitados a data e horário estabelecidos, não assumindo o Município de Itapoá qualquer responsabilidade por entrega fora do prazo, com os seguintes dizeres na parte externa e frontal:

ENVELOPE 1: PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015 - PROCESSO Nº03/2015 - Contratação de empresa de mão de obra especializada para prestação de serviços de locação, montagem, e manutenção de estruturas para realização de Carnaval de Rua,



ano 2015 do Município de Itapoá, conforme projeto básico e especificações constantes anexos partes integrantes do edital.

**"PROPOSTA DE PREÇO"**

(Razão Social da licitante)

Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

ENVELOPE 1: PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015 - PROCESSO Nº03/2015 - 1.1. Contratação de empresa de mão de obra especializada para prestação de serviços de locação, montagem, e manutenção de estruturas para realização de Carnaval de Rua, ano 2015 do Município de Itapoá, conforme projeto básico e especificações constantes anexos partes integrantes do edital.

**"HABILITAÇÃO"**

(Razão Social da licitante)

Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

6.2. NO ENVELOPE 1 "PROPOSTA DE PREÇO" a empresa licitante deverá apresentar o Anexo V (Proposta de Preço/Termo de Referência) preenchido.

6.3. O Anexo V "TERMO DE REFERÊNCIA" deverá:

a) Contemplar o valor unitário inicial do item em que a licitante participe, utilizando o modelo do anexo ou reproduzindo-o com fidelidade e com preenchimento dos dados por datilografia, impresso via microcomputador, ou manuscrito redigido com clareza, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datado, assinado e rubricado em todas as folhas pelo representante legal da licitante, contendo, em obediência à Lei Federal nº 9.069/95, os preços em moeda corrente nacional utilizando duas casas decimais, sendo permitido até quatro casas decimais quando o valor do lance inicial for inferior a R\$ 0,50 (cinquenta centavos).

b) No preço ofertado deverão estar incluídas todas e quaisquer despesas que, diretas ou indiretas, incidam ou venham a incidir à empresa para o competente cumprimento do estabelecido neste Edital e contrato decorrente, sejam quais forem, constituindo assim o valor proposto, e sua eventual alteração através do processo licitatório, a única remuneração pelo objeto a ser contratado.

c) Quaisquer custos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o produto ser fornecido sem ônus adicional.

d) As Propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais serão corrigidos da seguinte forma:

o Erro na transcrição do produto: a redação será corrigida, mantendo-se o preço do item e a quantidade;

o Erros de transcrição da quantidade prevista no item: o valor da quantidade será corrigido, mantendo-se o preço unitário do item e a descrição do produto.

6.4. Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar os trabalhos por parte do Pregoeiro, solicita-se às licitantes que encaminhem suas propostas nos moldes do Anexo V.

6.5. NO ENVELOPE 2, "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" a licitante apresentará os documentos de habilitação, conforme solicitado abaixo.

6.6. A habilitação da licitante será comprovada mediante apresentação dos documentos abaixo relacionados para verificação de sua regularidade, com validade vigente se for o caso, e que passarão a compor o processo licitatório, devendo ser apresentados no documento por qualquer processo de cópia desde que autenticada via Cartório ou na Prefeitura Municipal de Itapoá (por funcionário público municipal), ou ainda, quando publicados em órgão da imprensa oficial (NÃO SERÃO AUTÊNTICADOS DOCUMENTOS NO ATO DA SESSÃO):

a) Para comprovação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto do Pregão, deverá ser apresentado:

o Pela empresa comercial o contrato social vigente, com a alteração

anterior, se houver;

o Pela sociedade civil a inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício, devidamente registrado;

o Pela sociedade anônima a ata da Assembleia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembleia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal;

o As firmas individuais o Registro Comercial ou Declaração de Firma Individual.

o Os licitantes que apresentarem os documentos acima no credenciamento não será necessária a apresentação nesta fase.

b) Certidão conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal;

c) Certidão Negativa da Fazenda Estadual;

d) Certidão Negativa Municipal de Tributos, da sede da empresa licitante;

e) Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeitos de Negativa, da Seguridade Social (INSS);

f) Certidão de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). OBS: A obtenção da certidão é eletrônica e gratuita, e encontra-se disponível no site [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br) e em todos os demais portais da Justiça do Trabalho disponíveis na internet (Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho);

6.7. Na apresentação do Estatuto, Contrato Social ou inscrição do ato constitutivo em vigor, e todas as alterações se houver, ou contrato consolidado, e deverá constar, além da denominação social, a identificação do ramo de atividade da empresa, que deverá ser compatível com o objeto licitado.

6.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

6.9. Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação da licitante, e as certidões emitidas sem prazo de validade expresse, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias anterior à data de abertura do Pregão.

6.10. O documento extraído via Internet deverá ser apresentado no original e será conferido junto ao site correspondente, ficando inabilitada a empresa licitante se comprovado informação incorreta.

6.11. Se a documentação de habilitação da licitante vencedora do item não estiver de acordo com qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro a considerará inabilitada podendo a mesma ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e poderá ser descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato, e das demais cominações legais, considerando que através da Declaração de Habilitação (Anexo II) ela declarou estar devidamente habilitada para o certame na fase de credenciamento.

**7. DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006)

7.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponde ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais

certidões negativas ou positivas com efeitos de certidão negativa.

7.1.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no item 7.1.1. implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.2. É assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006).

7.3. Na modalidade "Pregão", entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada realizada por empresa de grande porte.

7.3.1. Para efeito do disposto no item 7.2., caracterizado o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5(cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

b) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada apresentando proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame terá a adjudicação daquele objeto em seu favor;

c) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.2., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no item 7.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.3.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 7.3.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.3.3. O disposto neste item 7.3 será aplicado quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

#### 8. DA SESSÃO DO PREGÃO

8.1. Na data e horário designados neste Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, a Pregoeira declarará aberta a sessão, anunciará as empresas que apresentaram os envelopes nº1 (Proposta de Preços/Termo de Referência), e nº2 (Documentos de habilitação) e dará início à fase de verificação dos documentos, inabilitando as empresas que as apresentarem divergente do solicitado.

8.2. A proposta de preço (Anexo V - Termo de Referência/Proposta de Preços), após abertura do certame, é considerada imutável não sendo possível qualquer tipo de correção e/ou alteração em suas informações, com exceção do previsto no item 6.3 "d". Será feita a devida conferência e análise da sua conformidade com as exigências do Edital e seus Anexos, sendo estas, na sequência, rubricadas pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes credenciadas.

8.3. Na análise das propostas de preços, será desclassificada a empresa que:

8.3.1. Tiver a elaborado em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;

8.3.2. Apresentar preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação comprovando que os custos são coerentes com os de mercado;

8.3.3. Apresentar proposta alternativa tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem, baseada na proposta das demais licitantes.

8.4. A desclassificação da proposta da licitante importa sua preclusão na fase de lances verbais.

8.5. Definido a relação das licitantes credenciadas a Pregoeira fará divulgação verbal destas, lançando em ata.

8.6. Para fins de classificação das propostas, será considerado o menor preço por Item.

8.7. A Pregoeira procederá à classificação da proposta de menor preço item e daquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participarem dos lances verbais.

8.8. Caso não haja pelo menos três propostas nas condições definidas no item 8.5, serão classificadas as propostas subsequentes que apresentarem os menores preços, até o máximo de três, já incluída a de menor preço, qualquer que tenham sido os valores oferecidos. (Inc. IX, art. 4º, da Lei 10.520/2002).

8.9. Na ocorrência de empate no valor ofertado, a ordem de lances será definida através de sorteio.

8.10. Às licitantes proclamadas classificadas será dada oportunidade para nova disputa por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, em relação à de menor preço, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor.

8.11. A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, o que definirá a sequência dos lances seguintes.

8.12. O lance sempre deverá ser inferior ao anterior ou da proposta de menor preço, podendo a Pregoeira, quando a seu critério julgar necessário, determinar o valor mínimo aceitável de redução dos lances, de forma a evitar lances de valores ínfimos que implicariam em demasiado tempo para definição do licitante vencedor.

8.13. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pela Pregoeira, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do seu último preço para efeito de ordenação das propostas.

8.14. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pela Pregoeira, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.15. Encerrada a etapa de lances a Pregoeira aplicará as disposições legais previstas às microempresas e empresas de pequeno porte, verificará a aceitabilidade do melhor preço ofertado, comparando-o com os praticados no mercado, estimando-se este por meio do custo médio obtido com os orçamentos previamente realizados para compor o preço médio.

8.16. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com as licitantes vencedoras objetivando melhor preço.

8.17. Se, na negociação não for obtido preço compatível com o praticado no mercado, a licitante que ofertou o melhor preço será declarada vencedora e, após encerramento do certame a Pregoeira consultará o titular da Secretaria responsável pela licitação, para que se manifeste formal e motivadamente sobre a adjudicação do item, pela Pregoeira que, juntamente com a Equipe de Apoio registrará a aceitação do item em nova ata.

8.18. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas inclusive na fase de amostras, a Pregoeira poderá fixar prazo de até oito dias úteis para a apresentação de novos documentos, eliminando-se as causas referidas no ato inabilitatório ou desclassificatório.

8.19. Não poderá haver desistência ou alteração de lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às sanções cabíveis.

8.20. Caso não ocorram lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, hipótese em que a Pregoeira poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

8.21. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a licitante como vencedora, sendo-lhe adjudicado a "posteriori" o item, em documento próprio, condicionada a adjudicação à apreciação dos recursos sobre a sessão pública que porventura sejam impetrados, e cumprimento das condições habilitatórias.

8.22. A Pregoeira, sempre que julgar necessário negociará diretamente com a licitante para obtenção de melhor preço.



8.23. Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, por razões fundamentadas, a Pregoeira determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato as empresas licitantes presentes e credenciadas no certame, e será lavrada ata, a ser assinada por todos os presentes, relatando todos os atos e fatos ocorridos até o momento da suspensão da sessão pública, inclusive os motivos do adiamento.

8.24. Encerrada a fase de lances, amostras e de habilitação lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pela Pregoeira, licitantes credenciados presentes e membros da Equipe de Apoio. Os envelopes contendo documentos das licitantes inabilitadas ficarão de posse da licitadora, que os devolverá após consecução do processo licitatório ou os incinerará caso não sejam retirados no prazo fixado pelo Pregoeiro.

8.25. O resultado final do certame será disponibilizado no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) e afixado no mural da Prefeitura Municipal de Itapoa, para intimação e conhecimento dos interessados.

## 9. DOS RECURSOS DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. Qualquer licitante, desde que motivadamente e ao final da sessão, após a Pregoeira abrir o tempo para recursos, poderá manifestar a intenção de recorrer de atos da Pregoeira, sendo suas justificativas aceitas, estas serão registradas resumidamente em ata e lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas a apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. A falta de manifestação importará a decadência do direito de recurso.

9.2. O recurso contra a decisão da Pregoeira deverá ser apresentado em original, devidamente assinado pelo representante legal da empresa ou que possua poderes para tal, sob protocolo no Setor de protocolo do Município, e importará a invalidação apenas dos atos insusceptíveis de aproveitamento, sendo adjudicado os itens não recorridos.

9.3. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora, comunicando a empresa que recorreu, ou, se procedente o recurso a Pregoeira e a Equipe de Apoio providenciarão as correções necessárias através de nova ata, comunicando as empresas envolvidas na solução.

9.4. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento às empresas interessadas, através de publicação na imprensa oficial do Município através do site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e ficará a cargo da licitante o seu acompanhamento. Quando for o caso também será publicada no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), e para que nenhuma licitante ainda alegue desconhecimento poderá também a pedido do licitante ser enviada via e-mail.

9.5. A homologação da presente licitação compete ao Prefeito Municipal ou a pessoa cuja esta competência tenha sido delegada.

## 10. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1. Decairá do direito de solicitar esclarecimento ou providência e de impugnar o Edital, aquele que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil anterior à data de abertura do Pregão, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição nos prazos previstos em lei.

10.2. Pedido de impugnação ao Edital deverá ser em original e formal, devidamente assinado pelo representante legal da empresa ou pessoa que comprove poderes para tal, e protocolado no Setor de protocolo do Município e endereçado ao Pregoeiro em até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. Se remetido via postal, com AR, deverá obedecer ao mesmo prazo. Será ignorado pedido de impugnação que não atenda ao prazo legal, ou que se fizer via fax, e-mail.

10.3. Acolhida à petição será cancelado o processo licitatório, com publicação de novo Edital com as correções necessárias, reiniciando o prazo legal, ou publicado "errata" do Edital com as adequações desde que o erro não afete a formulação das propostas através do Anexo V.

10.4. A solução do pedido de impugnação será comunicada ao

requerente através de publicação na imprensa oficial do Município através da imprensa oficial do Município, site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e ficará a cargo da licitante o seu acompanhamento. Quando for o caso também será publicada no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), e mural da Prefeitura, e para que nenhuma licitante ainda alegue desconhecimento poderá também a pedido do licitante ser enviada via e-mail.

## 11. DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

11.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de vigência do Contrato Administrativo decorrente deste processo licitatório.

11.2. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

11.3. Homologada a licitação e assinado o Contrato Administrativo, a Adjudicatária fará entrega do produto conforme solicitado por pessoa credenciada, juntamente com Nota fiscal eletrônica correspondente ao objeto.

11.4. O prazo de pagamento será de até 10 (dez) dias úteis após a apresentação e aceitação da nota fiscal eletrônica pelo fiscal do contrato.

11.5. Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Para efeito de emissão da nota fiscal eletrônica, esta deverá ser emitida em nome da "Prefeitura Municipal de Itapoa", Rua Mariana Michels Borges, nº 201, Itapema do Norte, Itapoa (SC), C.N.P.J. nº 81.140.303/0001-01, constando no corpo da nota a expressão PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015 - PROCESSO Nº03/2015 - Contratação de empresa de mão de obra especializada para prestação de serviços de locação, montagem, e manutenção de estruturas para realização de Carnaval de Rua, ano 2015 do Município de Itapoa, conforme projeto básico e especificações constantes anexos partes integrantes do edital.

## 12. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Se a Adjudicatária não celebrar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inconveniente na sessão pública, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, poderá sofrer sanção de advertência, suspensão temporária de participar em licitação ficando impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Itapoa, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.2. Além das penalidades citadas, a licitante/contratada ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura e, no que couber, às demais penalidades referidas no capítulo IV da Lei nº 8.666/1993 e na minuta contratual em anexo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato (ou instrumento equivalente) e das demais cominações legais.

12.3. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado sujeitará a Adjudicatária à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor contratado.

12.4. Se o total da multa atingir um valor igual ou superior a 10% (dez por cento) da contratação, a Adjudicatária poderá ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.

12.5. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital e seus Anexos, sujeitará a licitante às sanções legais cabíveis.

12.6. Antes da aplicação de qualquer penalidade serão garantidos ampla defesa e o contraditório à licitante, por período a ser estabelecido, antes que haja decisão definitiva da Prefeitura Municipal de Itapoá.

12.7. Acerca das multas a serem aplicadas à contratada, ficará retida a parte do pagamento a ela correspondente, sendo, posteriormente liberado em caso de absolvição e, definitivamente descontado do pagamento em caso de condenação na esfera administrativa.

### 13. DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

#### Responsabilidade Técnica

13.1.1A empresa vencedora do Lote 1(um) deverá indicar, no prazo de 24h (vinte e quatro horas) após a notificação de fim de prazo de recurso, o responsável técnico que se responsabilizará pelos trabalhos. O profissional deverá apresentar prova de registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia) da jurisdição da licitante, através da apresentação da Certidão de Pessoa Jurídica, dentro do prazo de validade.

13.1.2 Quando a Empresa Licitante for de outro Estado, deverá obrigatoriamente apresentar o visto para licitar no CREA-SC após declarada vencedora; ou em seu respectivo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo- CAU conforme Lei nº 12.378/2010;

13.1.3 Da Certidão acima deve figurar como responsável técnico pela empresa proponente, Engenheiro Civil, ou arquiteto. No caso do Técnico Profissional de Nível Superior responsável pelos serviços e pela empresa ser proprietário/sócio da empresa, deverá comprovar o vínculo por meio da "Certidão Simplificada" emitida pela Junta Comercial do Estado ou do Contrato Social ou alteração contratual, em vigor;

13.1.4 Se o Técnico Profissional de nível superior responsável pelos serviços e pela empresa não for proprietário/sócio, deverá comprovar o vínculo por meio de: Cópia do registro na Carteira de Trabalho, consistindo na apresentação das partes referentes à identificação do profissional e do contrato de trabalho, ou; de prestação de serviços firmado com a proponente.

13.2 Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 02 (dois) dias a partir da notificação, assinar o contrato, na forma do Anexo VI, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado.

13.3 Quando a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou recusar-se a assiná-lo, o Pregoeiro a desclassificará, registrando na Ata pertinente, e convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão, para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação". Respeitado os procedimentos já definidos neste Edital, será declarada a (s) nova (s) adjudicatária (s) dos itens homologados à licitante desclassificada.

13.3.1 Neste caso, a recusa injustificada da adjudicatária, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade de suas propostas.

13.4 Fará parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

#### 14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.1. O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado à entrega do objeto, ou até 30 (trinta) dias corridos.

14.2. A licitante vencedora deverá manter, na vigência do Contrato Administrativo, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, podendo a Prefeitura, a qualquer tempo, solicitar documentos que comprovem regularidade da Adjudicatária.

#### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Empresas licitantes que retirarem o Edital através do site

[www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), deverão, para possibilitar comunicações consideradas importantes por parte da Pregoeira, informar pelo fax (47) 3443-8828, os dados na forma do Anexo IV.

15.2. Antes de aberta a sessão pública da licitação, o presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados pela licitadora, no interesse público por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para início do certame aqui regulamentado.

15.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

15.4. É facultado a Pregoeira ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato inicial da sessão pública.

15.5. Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Itapoá, nos casos previstos em Lei e motivadamente, o direito de a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte, bem como a sua homologação, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a indenização.

15.6. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.7. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

15.8. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte da execução do contrato, sem expressa anuência da Prefeitura Municipal de Itapoá e, em sendo autorizado não existirá qualquer vínculo contratual ou de responsabilidade entre eventuais empresas subcontratadas e a Prefeitura, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste Contrato será sempre a Adjudicatária vencedora deste certame licitatório.

15.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local retro estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

15.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

15.11. Só se iniciam e vencem prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Itapoá.

15.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

15.12.1. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processualização, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento dos demais.

15.13. A Adjudicatária é obrigada a aceitar, nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões, nos termos estabelecidos no § 1º do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

15.14. A Administração poderá, até a assinatura do contrato ou outro documento equivalente, inabilitar a licitante sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da licitante. Neste caso, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação", respeitando os procedimentos já descritos neste Edital até que seja o objeto adjudicado à licitante declarada

vencedora.

15.15. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado a Pregoeira, por escrito e através do Protocolo oficial do Município, no endereço: Rua Mariana Michels Borges, nº 187, em Itapoá (SC), ou pelo telefone (47) 3443-8800, ramal 203 e 215.

15.16. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Itapoá (SC), com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

#### 16. DOS ANEXOS

São partes integrantes deste Edital, os seguintes anexos:

- 16.1. Anexo I - Credenciamento;
  - 16.2. Anexo II - Declaração de Habilitação;
  - 16.3. Anexo III - Declaração da Inexistência de Fato Impeditivo;
  - 16.4. Anexo IV - Recibo de Retirada do Edital (via Internet);
  - 16.5. Anexo V - Termo de Referência (Proposta de Preços);
  - 16.6. Anexo VI - Minuta Contratual;
  - 16.7. Anexo VII - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- Itapoá, 19 de janeiro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR  
SECRETÁRIO DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE.

#### ANEXO I - CREDENCIAMENTO

À  
Prefeitura Municipal de Itapoá  
Rua Mariana Michels Borges, nº 201  
Itapoá (SC)

#### C R E D E N C I A M E N T O

Empresa: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_

Na qualidade de responsável legal pela empresa acima qualificada credenciamos o Sr. \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade com RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito no C.P.F./M.F. sob nº \_\_\_\_\_ a nos representar no PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015 - PROCESSO Nº03/2015 - Contratação de empresa de mão de obra especializada para prestação de serviços de locação, montagem, e manutenção de estruturas para realização de Carnaval de Rua, ano 2015 do Município de Itapoá, conforme projeto básico e especificações constantes anexos partes integrantes do edital, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer de decisões do Pregoeiro, renunciar a recurso, assinar o contrato decorrente do certame, e praticar demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

Carimbo, nome e assinatura do representante legal  
(com firma reconhecida em cartório)

#### ANEXO II - DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

À  
Prefeitura Municipal de Itapoá  
Rua Mariana Michels Borges, nº 201  
Itapoá (SC)

#### DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Empresa: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_

A empresa acima qualificada DECLARA, sob as penas cabíveis, que possui todos os requisitos exigidos no presente Edital, para a habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal para participar do Pregão nº01/2015 DECLARANDO ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação constante do Edital ensejará exclusão do certame e aplicação de penalidades.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal

#### ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À  
Prefeitura Municipal de Itapoá  
Rua Mariana Michels Borges, nº 201  
Itapoá (SC)

Ref. PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015 - PROCESSO Nº03/2015 - Contratação de empresa de mão de obra especializada para prestação de serviços de locação, montagem, e manutenção de estruturas para realização de Carnaval de Rua, ano 2015 do Município de Itapoá, conforme projeto básico e especificações constantes anexos partes integrantes do edital.

#### DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Empresa: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_

DECLARAMOS não haver superveniência impeditiva, e que não estamos impedidos de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da administração pública direta Federal, Estadual ou Municipal, e de que estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, assinada pelo Responsável Técnico Administrador e pelo Representante legal da licitante.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Carimbo, nome e assinatura do representante legal

#### ANEXO IV - RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL VIA INTERNET

À  
Prefeitura Municipal de Itapoá  
Rua Mariana Michels Borges, nº 201  
Itapoá (SC)

#### RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL VIA INTERNET

Informamos haver interesse em participar do Pregão nº01/2015 e para tanto registramos os dados de nossa empresa para eventuais contatos pela Pregoeira:

Nome:		
Endereço:		
CEP:	Cidade:	Estado:
CNPJ/MF:		Telefone: ( )

Fax: ( )	E-mail:
Pessoa para contato:	

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)

(Remeter fax através do telefone (47) 3443-8828 - das 08h às 14h)

#### ANEXO V - TERMO DE REFERENCIA - MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015 - PROCESSO Nº03/2015 - Contratação de empresa de mão de obra especializada para prestação de serviços de locação, montagem, e manutenção de estruturas para realização de Carnaval de Rua, ano 2015 do Município de Itapoá, conforme projeto básico e especificações constantes anexos partes integrantes do edital.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SC		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
PREGÃO Nº01/2015	PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº03/2015	
MODALIDADE: PRESENCIAL	ABERTURA: 02/02/2015	
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM (Lote único)	HORA: 09h00min entrega envelopes	
Proponente:		
CNPJ/MF:	Inscrição Estadual:	
Endereço:	E-mail:	
Cidade/UF:		
Fone:	Fax:	
Banco para receber crédito:	Conta Corrente:	Agencia:
Representante Legal/Procurador:	CNPJ/MF nº:	CI.RG. nº:

1. OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015 - PROCESSO Nº03/2015 - Contratação de empresa de mão de obra especializada para prestação de serviços de locação, montagem, e manutenção de estruturas para realização de Carnaval de Rua, ano 2015 do Município de Itapoá, conforme projeto básico e especificações abaixo descritas:

LOTE Nº01 (único)		LOCAÇÃO ESTRUTURA CARNAVAL DE RUA 2015 MONTAGEM, E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS.			
Item	Quant.	Unid	Descrição	Valor máx. unitário	Valor máx. total

1.1.	1	unid	Palco em estrutura de ferro ou alumínio medindo 10m X 10m com pé direito de altura de 06 metros e gradeado nas laterais e parte frontal superior, possibilitando colocação de propagandas, tablado com aproximadamente 1,30m do chão, formado por chapas de assoalho naval ou similar, com fechamento nos quatro lados e cobertura e, lona na cor preta ou branca e camarim acoplado para músicos.	6.250,00	6.250,00
1.2	8	Unid	Tendas em formato de pirâmide medindo 4m X 4m em estruturas de ferro ou alumínio com cobertura de lona galvanizada anti-chamas na cor branca e altura aproximada de 2,50m e no centro com altura aproximada de 4,00m, com parapeito nos quatro lados e todas com sistema de calhas para chuvas.	440,00	3.520,00



1.3	2	Unid	Camarotes de 4m X 8m em estruturas de ferro ou alumínio com tablado de aproximadamente 1,30m do chão em assoalho naval com calhas para chuva, paraquitos nos quatro lados e fechamento para três lados para contenção de chuvas.	4.125,00	8.250,00
1.4	220	Metro/linear	Grade de isolamento para público 1 metro de comprimento x 0,20 de altura em ferro ou alumínio na cor prata.	21,50	4.730,00
1.5	1	Unid	Gerador de energia de 135 a 160 KV silencioso, com combustível e quaisquer despesas com manutenção ou funcionamento por conta da CONTRATADA.	13.500,00	13.500,00
TOTAL DO LOTE ÚNICO:					36.250,00

#### 1 Da Responsabilidade Técnica

1.1 A empresa vencedora do Lote 1(um) deverá indicar, no prazo de 24h (vinte e quatro horas) após a notificação de fim de prazo de recurso, o responsável técnico que se responsabilizará pelos trabalhos. O profissional deverá apresentar prova de registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia) da jurisdição da licitante, através da apresentação da Certidão de Pessoa Jurídica, dentro do prazo de validade.

1.2 Quando a Empresa Licitante for de outro Estado, deverá obrigatoriamente apresentar o visto para licitar no CREA-SC após declarada vencedora; ou em seu respectivo Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo- CAU conforme Lei nº 12.378/2010;

1.3 Da Certidão acima deve figurar como responsável técnico pela empresa proponente, Engenheiro Civil, ou arquiteto. No caso do Técnico Profissional de Nível Superior responsável pelos serviços e pela empresa ser proprietário/sócio da empresa, deverá comprovar o vínculo por meio da "Certidão Simplificada" emitida pela Junta Comercial do Estado ou do Contrato Social ou alteração contratual, em vigor;

1.4 Se o Técnico Profissional de nível superior responsável pelos serviços e pela empresa não for proprietário/sócio, deverá comprovar o vínculo por meio de: Cópia do registro na Carteira de Trabalho, consistindo na apresentação das partes referentes à identificação do profissional e do contrato de trabalho, ou; de prestação de serviços firmado com a proponente.

1.5 A montagem e instalação de todos os itens contratados deverá ser realizada até dia 03 (três) dias antes da realização do evento.

1.6 É de inteira responsabilidade da empresa contratada o deslocamento dos equipamentos até o local da realização do "Carnaval de Rua 2015", a montagem, desmontagem bem como a manutenção e eventuais reparos no decorrer do evento que se fizerem necessário em razão de ventanias, avarias, má instalação, desabamento, e segurança do objeto, e sua instalação terminada com pelo menos 03 (três) de antecedência da data do início do evento.

1.7 É de inteira responsabilidade da empresa contratada a solicitação e pagamento de ART's (Anotação de responsabilidade técnica) emitida pela CREA/SC através do técnico responsável pela empresa, quanto à instalação do palco, camarim, camarotes e tendas, bem como de eventuais taxas, Alvará de liberação do Corpo de Bombeiros e adequações que possam surgir com as fiscalizações dos órgãos competentes que deverá ser apresentada antes da realização do evento.

1.8 É de inteira responsabilidade da empresa a devida sinalização do palco, camarim, camarotes, tendas com placas indicativas das entradas e saídas e demais sinalizações obrigatórias.

1.9 A estrutura metálica deve possuir tubulação em aço, para sustentação, que deverão estar em perfeito estado de uso e conservação.

1.10 É de inteira responsabilidade da empresa contratada as despesas deslocamento, alimentação, hospedagem, da equipe.

1.11 Também é de responsabilidade da empresa contratada os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários com as pessoas que prestarem o referido serviço.

Declaro que cumpro todos os itens estabelecidos em edital e especificações constantes neste anexo e na minuta contratual.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015.

Carimbo, nome e assinatura

ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015

PROCESSO Nº03/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2015

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 187, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Turismo Meio Ambiente e Cultura, o Sr. CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR, portador do CI.RG nº 42501407 SSP SC e do CNPF/MF: 802.858.999-53, e pelo Prefeito Municipal SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPF/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, neste Município de Itapoá/SC, e, de outro lado a Empresa \_\_\_\_\_ com sede à Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_ e Inscrição Estadual \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo sócio, o Sr. \_\_\_\_\_, portador do CNPF/MF nº \_\_\_\_\_ e do CI.RG nº \_\_\_\_\_ aqui denominada CONTRATADA, ajustam a Contratação de empresa de mão de obra especializada para prestação de serviços de locação, montagem, e manutenção de estruturas para realização de Carnaval de Rua, ano 2015 do Município de Itapoá, conforme projeto básico e especificações constantes anexos partes integrantes do edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015 - PROCESSO Nº03/2015 de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal nº 8.078/90 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem :

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

2. Contratação de empresa de mão de obra especializada para prestação de serviços de locação, montagem, e manutenção



de estruturas para realização de Carnaval de Rua, ano 2015 do Município de Itapoá, conforme projeto básico e especificações abaixo descritas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR MÁX. UNITÁRIO	VALOR MÁX. TOTAL

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

2.1 O contrato iniciará na data da assinatura e o seu término de vigência em até 30 (trinta) dias corridos, o prazo de execução está condicionado à prestação dos serviços nos dias 14,15,16,17 de fevereiro de 2015. A disponibilidade dos objetos será conforme solicitação e indicação apresentada pela Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, devendo ser entregue em 3 (três) dias corridos após a solicitação e ordem de entrega.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO

3.1 O preço total para o fornecimento do objeto deste contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pela CONTRATANTE, o qual para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ).

3.2. Os preços serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses, sendo vedado qualquer tipo de reajuste com periodicidade inferior a tal período, de acordo com a Lei n 10.192/2001.

#### CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 Para fins de controle de consumo e orçamentário, a CONTRATADA encaminhará a CONTRATANTE, a Nota Fiscal eletrônica, sendo que o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil posterior à data de apresentação da Nota Fiscal eletrônica e entrega do objeto.

#### CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS

5.1. A despesa decorrente da presente licitação corre por conta de dotação orçamentária:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Turismo	90	10	01	23	695	006	2054	010000	344905199

#### CLÁUSULA SEXTA: DAS RESPONSABILIDADES

6.1 - A CONTRATADA é a responsável direta pela EXECUÇÃO do objeto deste contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos e prejuízos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros até a entrega do objeto.

6.2 - A CONTRATADA é também responsável por quaisquer diferenças, erros ou omissões na efetivação do serviço, inclusive no ato da entrega.

6.3 - Não existirá qualquer vínculo contratual entre eventuais subcontratadas e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento deste contrato, será sempre a CONTRATADA.

6.4 - Os produtos a serem fornecidos deverão estar de acordo com as normas estabelecidas neste edital de licitação e órgãos competentes fiscalizadores como Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e (INMETRO), CREA/SC, e as Normas de segurança exigidas por lei, no que diz respeito à segurança e qualidade.

6.5 - É de inteira responsabilidade da empresa contratada o deslocamento dos equipamentos até o local da realização do "Carnaval de Rua 2015", a montagem, desmontagem bem como a manutenção e eventuais reparos no decorrer do evento que se fizerem necessário em razão de ventanias, avarias, má instalação, desabamento, e segurança do objeto, e sua instalação terminada com pelo menos 03 (dias) de antecedência da data do início do evento.

6.6 - É de inteira responsabilidade da empresa contratada a solicitação e pagamento de ART's (Anotação de responsabilidade técnica) emitida pela CREA/SC através do técnico responsável pela empresa, quanto à instalação das tendas, palco, camarim, camarotes, bem como de eventuais taxas, alvará de liberação do Corpo de Bombeiro e adequações que possam surgir com as fiscalizações dos órgãos competentes que deverá ser apresentada até 13/02/2015.

6.7 - É de inteira responsabilidade da empresa a devida sinalização do palco, camarim, camarote, tendas com placas indicativas das entradas e saídas e demais sinalizações obrigatórias.

6.8 - É de inteira responsabilidade da empresa contratada as despesas deslocamento, alimentação, hospedagem, da equipe de montagem, instalação e manutenção.

6.9 - A CONTRATADA se obriga a comunicar antecipadamente a data e horário da entrega que deverá ser acompanhado pelo fiscal do contrato, Sr. CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR, portador do CI.RG nº 42501407 SSP SC e do CNPF/MF: 802.858.999-53, não sendo aceito o objeto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

6.10 - Somente poderá celebrar contrato ou instrumento equivalente com o Município de Itapoá, o adjudicatário CONTRATADA que, nos termos do parágrafo 3º do Art. 195 da Constituição Federal, comprove até a data da contratação, estar regular perante a Previdência Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e as esferas Federais, Estaduais, Municipais, mediante, respectivamente, a apresentação, em original ou cópia autenticada, da Certidão Negativa de Débito - CND, em vigor.

6.11 - A CONTRATADA se obriga a dar garantia do objeto ofertado, nos termos da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de defesa do Consumidor).

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES

7.1 - O fornecimento do (OBJETO) fora das suas características originais, ocasionará a incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do produto fornecido, pois nessa situação a desconformidade de especificações equivalerá ao não fornecimento.

7.2 - As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração de rescisão do pacto em apreço.

7.3 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito.

7.4 - A não assinatura do contrato, por parte da CONTRATADA em qualquer motivo, dentro do prazo fixado, implicará em eliminação, além da incidência de multa de 2,0% (dois por cento) do valor estimado do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

7.5 - A CONTRATANTE através da Secretaria de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Itapoá, convocará a licitante vencedora para assinar o Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei 8.666/93;

7.6 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, conforme estabelecido no subitem anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades a que se refere a Lei 8.666/93;

7.7 - Compete a CONTRANTE efetuar o pagamento devido a CONTRATADA de forma regular e pontual, mas se incorrer em atrasos fica estipulada a multa de 1,0% (um por cento) se exceder o prazo fixado, calculado sobre a fatura.

7.7.1. A correção monetária será pelo INPC (IBGE), ou por outro índice oficial que venha a substituí-lo em caso de extinção.

#### CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão contratual pode ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE;

c) A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78 e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei 8.666/93;

d) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido;

8.2 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da CONTRATANTE, a rescisão importará em multa de 10% (dez) por cento do valor estimado do contrato.

a) Aplicação de pena de suspensão do direito de licitar com a CONTRATANTE e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

b) Declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo da CONTRATANTE. Apenas de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada a defesa à infratora, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

8.3 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do artigo 65, seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA: - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

9.1. O recebimento, a aceitação e a fiscalização do objeto deste contrato serão realizados pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo através do engenheiro responsável o Sr. NEUSON HARRES E PIRES GODOY, portador do CNPF/MF: 321.060.509-25 e matrícula nº 164-3, e/ou pelo Secretário de Planejamento, MÁRCIO ROBERTO GONZATTO, portador do CNPF/MF: 452.547.969-87 e C.I. RG nº 49539990, e pela Secretário de Turismo Meio Ambiente e Cultura, o Sr. CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR, portador do CI.RG nº 42501407 SSP SC e do CNPF/MF: 802.858.999-53, ou pessoa designada pelo Contratante, sendo a mesma realizada, individual ou conjuntamente, para todos os efeitos, nos termos do art. 67

da Lei nº 8.666/93.

9.2 - A verificação e a confirmação da efetiva realização do objeto contratados serão feitas mediante registro pelo MUNICÍPIO em boletim de inspeção de serviços nos termos da letra "b" inciso II do Art. 73, da Lei nº 8.666/93, com ciência da contratada, elaborado pelo fiscal de contrato, que identificará, quando for o caso, para efeito de glosa de fatura, a irregularidade cometida durante a entrega do objeto.

9.3 - Caso o objeto recebido não atenda as especificações estipuladas neste Contrato e no respectivo processo licitatório, ou ainda, não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, o órgão responsável pelo recebimento expedirá ofício à CONTRATADA(O), comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 03 (três) dias corridos, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis, ou devolver o objeto no ato do recebimento.

9.4 - Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o órgão solicitante dará ciência à Procuradoria Jurídica Municipal, através de Comunicação Interna - C.I, a fim de que se proceda a devida instauração procedimental, de acordo com as normas contidas na Lei 8.666/93 e alterações, para aplicação das penalidades previstas neste edital e no presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

Para dirimir questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente conjuntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2015.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA
CONRADO SCHNEIDER JÚNIOR SECRETÁRIO DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE	
Testemunhas:  NOME : CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

#### ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

À

Prefeitura Municipal de Itapoá  
Rua Mariana Michels Borges, nº 201  
Itapoá (SC)

REF. PREGÃO Nº01/2015 – PROCESSO Nº03/2015 – Contratação de empresa de mão de obra especializada para prestação de serviços de locação, montagem, e manutenção de estruturas para realização de Carnaval de Rua, ano 2015 do Município de Itapoá, conforme projeto básico e especificações constantes anexos partes integrantes do edital.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº03/2015.

#### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO

**PORTE**

Empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Declaramos, para efeito de participação no Pregão nº01/2015, que nossa empresa tem enquadramento como ( ) microempresa ( ) empresa de pequeno porte e, que em cumprimento ao § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006:

I. Em nosso capital não participa outra pessoa jurídica;

II. Não somos filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III. Não temos no capital pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar 123/2006, em que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;

IV. Não temos titular ou sócio que participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;

V. Não possuímos sócio ou titular que seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da lei acima citada;

VI. A empresa não é constituída sob a forma de cooperativa, (exceção às de consumo);

VII. Não temos participação em capital de outra pessoa jurídica;

VIII. Não exercemos atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX. A empresa não é resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X. Não somos constituídos sob a forma de sociedade por ações.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

(Carimbo, nome e assinatura do representante legal)

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratado: SIMÕES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ/MF: 95.686.374/0001-19, com sede à Rua Jacob Holzmann, nº 167, Bairro: Centro na cidade de Ponta Grossa/PR, CEP: 84035-300, neste ato representada pelo sócio gerente Sr. ADILSON VIEIRA SIMÕES, portador da CI.RG nº3.097.981-8 e do CNPJ/MF:411.546.499-20.

Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 01/2015 - PROCESSO Nº02/2015;

Objeto: Contratação de empresa do ramo artístico visando à realização de evento show-baile durante festividades do carnaval 2014, do Município de Itapoá/SC.

Valor total: R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

Data da assinatura: 19/12/2014;

Data vigência contratual: O presente contrato terá seu prazo de vigência a iniciar no dia da assinatura do contrato com término previsto em 30 (trinta) dias corridos após término evento, o prazo de execução é partir de 14/02/2015 o término previsto para

17/02/2015. O início dos trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço.

Itapoá, 19 de janeiro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratado: LUIZ TRE, brasileiro, divorciado, empresário, portador do CI.RG nº 40927344 SESP/PR, e do CNPJ/MF nº 441.430.369-91, residente e domiciliado a Rua do Príncipe, nº 2169, 1º andar, Balneário Jardim Pérola do Atlântico, neste Município de Itapoá/SC.

Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 - PROCESSO Nº 01/2015;

Objeto: Constitui o objeto deste contrato a locação de um Imóvel em alvenaria, contendo 01 (uma) sala comercial, com 02 (dois) banheiros, em pavimento térreo, totalizando uma área construída aproximadamente 180m2, localizado a Rua do Príncipe, nº 2169, Lote nº 011 da Quadra nº 037, no loteamento Jardim Pérola do Atlântico, registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá, sob a Matrícula nº 19.390 - Livro nº 02 - Ficha nº 01.

Valor total: R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais)

Data da assinatura: 19/01/2015;

Data vigência contratual: O presente contrato terá início em 20/01/2015, finalizando-se em 20/01/2016, podendo ser prorrogado, renovado ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da Administração Pública.

Itapoá, 19 de janeiro de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2015  
PROCESSO Nº 02/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

PROCESSO Nº 02/2015

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de inexigibilidade através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando que a empresa SIMÕES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ/MF: 95.686.374/0001-19 é detentora notória especialização profissional, e atua no mercado desde 1993, e mantém sua carreira de sucesso consagrada pela mídia e pelo público em toda região, conforme prevê o art. 25 III c/c §1º da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Considerando que a empresa supra mencionada quanto à documentação apresentada demonstrou total regularidade fiscal perante as esferas municipal, estadual e federal demonstrando estar à mesma bem estruturada com equipe técnica apta e especializada para realização do evento (show baile - carnaval 2015) com qualidade;

Considerando a manifestação do Secretário de turismo, meio ambiente e cultura que explana amplamente a necessidade desta contratação a fim de fomentar nossa cidade com atrativos aos turistas e veranistas que procuram diversão nas regiões litorâneas;

Considerando que a contratação da banda para realização do evento majorará o comércio local consequentemente beneficiando os municípios de Itapoá.

Considerando o Parecer jurídico nº04/2015 da Diretoria jurídica desta municipalidade.

Considerando que foram realizados os orçamentos de preços para comprovação do real do valor de mercado e devidas justificativa do preço conforme se depreende o art. 26, III da Lei nº 8.666/93, entre as Empresas:

- a.) AFD- COM. E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA-ME, CNPJ/MF: 04.664.344/0001-56 - BANDA OMEGA 3 PRODUÇÕES, que orçou o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);  
b.) SIMÕES PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA, CNPJ/MF: 95.686.374/0001-19- BANDA SAGITTARIUS, que orçou o valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais);  
c.) ANA LUCIA CORREA-ME - CNPJ/MF: 13.965.095/0001-20- BANDA EVIDENCE BAND SHOW , orçou o valor de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais).

Autoriza a contratação do objeto abaixo descrito:

1. Fundamento Legal: Artigo 25, III c/c §1º, combinado com art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e Lei Municipal nº 036/1990.

2. Objeto: Contratação de empresa do ramo artístico visando à realização de evento show-baile durante festividades do carnaval 2014, do Município de Itapoá/SC;

3. Valor e condição de pagamento: A prestação de serviço terá o valor total de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), pagáveis em até 05 (cinco) dias da realização do evento.

4. Prazo: O prazo de duração do contrato é de 30 (trinta) dias a partir da assinatura, a prestação do serviço terá início em 14/02/2015 até dia 17/02/2015 com duração de 04:00 (Quatro horas), início às 23h:30min e término às 03h:30min.

5. Contratada: SIMÕES PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA, CNPJ/MF: 95.686.374/0001-19, com sede à Rua Jacob Holzmann, nº 167, Bairro: Centro na cidade de Ponta Grossa/PR, CEP: 84035-300, neste ato representada pelo sócio gerente, Sr. ADILSON VIEIRA SIMÕES, portador da CI.RG nº3.097.981-8 e do CNPJ/MF:411.546.499-20.

6. Fundamento da Despesa: As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Descrição	Código	Unid.	Função	Sub- função	Programa	Proj. ativ	FR	Sub elemento
Departamento turismo	103	10	003	695392	8	2070	10000	3390323

Por ser expressão da verdade firmo o presente.

Itapoá, 19 de janeiro de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
Prefeito Municipal

## **RH - PORTARIA Nº 0001/2015**

PORTARIA Nº 0001/2015  
De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

### **RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Claiton Almir Hermes (20hs) e tendo ficado à disposição da Secretaria de Educação (20hs), o (a) servidor (a) RENATA MARIA MILDEMBERGER, matrícula 1221620, investido (a) no cargo de Professor I, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal



PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0002/2015**

PORTARIA Nº 0002/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) das Unidades Escolares João Monteiro Cabral (20hs) e Ayrton Senna (20hs), o (a) servidor (a) ANDRÉ VINICIUS ARAÚJO, matrícula 585297, investido (a) no cargo de Professor II, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0003/2015**

PORTARIA Nº 0003/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) das Unidades Escolares Alberto Speck (30hs) e EJA (10hs), o (a) servidor (a) LUCIANA FERNANDES COAN, matrícula 2135, investido (a) no cargo de Professor II, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0004/2015**

PORTARIA Nº 0004/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) das Unidades Escolares Frei Valentin (20hs) e Ayrton Senna (20hs), o (a) servidor (a) CLAUDINEI FERREIRA MENDES, matrícula 580236, investido (a) no cargo de Professor II, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0005/2015**

PORTARIA Nº 0005/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) das Unidades Escolares Gente Feliz (20hs) e Palhacinho Feliz (20hs), o (a) servidor (a) ELAINE MACHADO DA SILVA, matrícula 606170, investido (a) no cargo de Professor II, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**RH - PORTARIA Nº 0006/2015**

PORTARIA Nº 0006/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) das Unidades Escolares Gente Feliz (20hs) e Palhacinho Feliz (20hs), o (a) servidor (a) ANA PAULA DUTKA DE MIRANDA, matrícula 562203, investido (a) no cargo de Professor I, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0007/2015**

PORTARIA Nº 0007/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Gente Feliz (40hs), o (a) servidor (a) SILVANA DE SOUZA SPECK, matrícula 585246, investido (a) no cargo de Administrador Escolar I, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0008/2015**

PORTARIA Nº 0008/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) das Unidades Escolares Euclides Emídio da Silva (20hs) e EJA (20hs), o (a) servidor (a) MARTA RE-JANE OLIVEIRA ROCHA, matrícula 618454, investido (a) no cargo de Professor II, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0009/2015**

PORTARIA Nº 0009/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) das Unidades Escolares Ayton Senna (20hs) e EJA (10hs), o (a) servidor (a) AMANDA FEHRMANN GERN, matrícula 619809, investido (a) no cargo de Professor I, com carga horária de 30hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0010/2015**

PORTARIA Nº 0010/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital

044/2014 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica removido (a) das Unidades Escolares João Monteiro Cabral (20hs) e Monteiro Lobato (20hs), o (a) servidor (a) CRISTIANE DA SILVA, matrícula 617377, investido (a) no cargo de Professor I, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 0011/2015**

PORTARIA Nº 0011/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Pequeno Aprendiz (40hs), o (a) servidor (a) CATIA HUEBNER, matrícula 722235, investido (a) no cargo de Professor I, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 0012/2015**

PORTARIA Nº 0012/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Pequeno Aprendiz (40hs), o (a) servidor (a) JANAÍNA SARTOR, matrícula 607924, investido (a) no cargo de Professor I, com carga horária de 40hs,

integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 0013/2015**

PORTARIA Nº 0013/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Primeiros Passos (40hs), o (a) servidor (a) LUCÉLIA RANATA BORGES, matrícula 626082, investido (a) no cargo de Professor I, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 0014/2015**

PORTARIA Nº 0014/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Primeiros Passos (40hs), o (a) servidor (a) ANA PAULA VIEIRA, matrícula 1211153, investido (a) no cargo de Professor I, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

**RH - PORTARIA Nº 0015/2015**

PORTARIA Nº 0015/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Mundo Encantado (40hs), o (a) servidor (a) ROSANA AMARAL DE LIMA, matrícula 607614, investido (a) no cargo de Supervisor Escolar I, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

**RH - PORTARIA Nº 0016/2015**

PORTARIA Nº 0016/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Mundo Encantado (40hs), o (a) servidor (a) REGIANE KOVALCZYK, matrícula 592765, investido (a) no cargo de Professor I, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

**RH - PORTARIA Nº 0017/2015**

PORTARIA Nº 0017/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Mundo Encantado (40hs), o (a) servidor (a) TATIANA GALLINA BARBOSA, matrícula 591700, investido (a) no cargo de Professor I, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

**RH - PORTARIA Nº 0018/2015**

PORTARIA Nº 0018/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Mundo Encantado (40hs), o (a) servidor (a) ELAINE NUNES NEVES BURBELLO, matrícula 616427, investido (a) no cargo de Professor II, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

**RH - PORTARIA Nº 0019/2015**

PORTARIA Nº 0019/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Mundo Encantado (40hs), o (a) servidor (a) ELENITA SEBEN REICHARDT JUNG, matrícula 605557, investido (a) no cargo de Professor II, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0020/2015**

PORTARIA Nº 0020/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar João Monteiro Cabral (40hs), o (a) servidor (a) MICHELLE RODRIGUES DA VEIGA, matrícula 606219, investido (a) no cargo de Professor II, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0021/2015**

PORTARIA Nº 0021/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Monteiro Lobato (40hs), o (a) servidor (a) ELENICE CARDOSO DE OLIVEIRA, matrícula 606600, investido (a) no cargo de Professor II, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0022/2015**

PORTARIA Nº 0022/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Monteiro Lobato (40hs), o (a) servidor (a) ROSEMERI DE FÁTIMA FÁVERO, matrícula 615927, investido (a) no cargo de Professor I, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0023/2015**

PORTARIA Nº 0023/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Ayrton Senna (40hs), o (a) servidor (a) JULIANA YUMI MORI GALLÉAS, matrícula 1211048, investido (a) no cargo de Supervisor Escolar I, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0024/2015**

PORTARIA Nº 0024/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Frei Valentim (40hs), o (a) servidor (a) SIMONE DE OLIVEIRA, matrícula 619639, investido (a) no cargo de Administrador Escolar II, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0025/2015**

PORTARIA Nº 0025/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II

da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Frei Valentim (40hs), o (a) servidor (a) ANGELA MARIA MACHADO DA SILVA, matrícula 616966, investido (a) no cargo de Supervisor Escolar I, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0026/2015**

PORTARIA Nº 0026/2015

De: 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 25 Incisos I e II da Lei Municipal nº 75/2001 e 153/2003 e Considerando o edital 044/2014 da Secretaria de Educação;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica removido (a) da Unidade Escolar Frei Valentim (40hs), o (a) servidor (a) ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO, matrícula 587699, investido (a) no cargo de Orientador Escolar II, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0027/2015**

PORTARIA Nº 0027/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**



ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) RENATA MARIA MIL-DEMBERGER, matrícula 1221620, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Claiton Almir Hermes, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 0028/2015**

PORTARIA Nº 0028/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANDRÉ VINICIUS ARAÚJO, matrícula 585297, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Unidade Escolar Monteiro Lobato, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 0029/2015**

PORTARIA Nº 0029/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LUCIANA FERNANDES COAN, matrícula 2135, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Unidade Escolar Ayrtton Senna, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 0030/2015**

PORTARIA Nº 0030/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CLAUDINEI FERREIRA MENDES, matrícula 580236, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Unidade Escolar Frei Valentim, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 0031/2015**

PORTARIA Nº 0031/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ELAINE MACHADO DA SILVA DE FREITAS, matrícula 606170, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Unidade Escolar Gente Feliz, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0032/2015**

PORTARIA Nº 0032/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANA PAULA DUTKA DE MIRANDA, matrícula 562203, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Palhacinho Feliz, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0033/2015**

PORTARIA Nº 0033/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SILVANA DE SOUZA SPECK, matrícula 585246, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR I, na Unidade Escolar Alberto Speck, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0034/2015**

PORTARIA Nº 0034/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARTA REJANE OLIVEIRA ROCHA, matrícula 618454, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Unidade Escolar Euclides Emídio da Silva, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0035/2015**

PORTARIA Nº 0035/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) AMANDA FEHRMANN GERN, matrícula 619809, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, nas Unidades Escolares Ayrton Senna (20hs) e EJA (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0036/2015**

PORTARIA Nº 0036/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CRISTIANE DA SILVA, matrícula 617377, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar João Monteiro Cabral (40hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **RH - PORTARIA Nº 0037/2015**

PORTARIA Nº 0037/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) CATIA HUEBNER, matrícula 722235, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Primeiros Passos, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **RH - PORTARIA Nº 0038/2015**

PORTARIA Nº 0038/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JANAÍNA SARTOR, matrícula 607924, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Palhacinho Feliz, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **RH - PORTARIA Nº 0039/2015**

PORTARIA Nº 0039/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) LUCÉLIA RANATA BORGES, matrícula 626082, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Palhacinho Feliz, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **RH - PORTARIA Nº 0040/2015**

PORTARIA Nº 0040/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANA PAULA VIEIRA, matrícula 1211153, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Claiton Almir Hermes, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

**RH - PORTARIA Nº 0041/2015**

PORTARIA Nº 0041/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ROSANA AMARAL DE LIMA, matrícula 607614, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, na Unidade Escolar Gente Feliz, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0042/2015**

PORTARIA Nº 0042/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) REGIANE KOVALCZYK, matrícula 592765, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Mundo Encantado, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0043/2015**

PORTARIA Nº 0043/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) TATIANA GALLINA BARBOSA, matrícula 591700, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Mundo Encantado, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0044/2015**

PORTARIA Nº 0044/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ELAINE NUNES NEVES BURBELLO, matrícula 616427, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Unidade Escolar Gente Feliz, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0045/2015**

PORTARIA Nº 0045/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ELENITA SEBEN REICHARDT JUNG, matrícula 605557, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Unidade Escolar Claiton Almir Hermes, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **RH - PORTARIA Nº 0046/2015**

PORTARIA Nº 0046/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MICHELLE RODRIGUES DA VEIGA, matrícula 606219, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Unidade Escolar Frei Valentim, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **RH - PORTARIA Nº 0047/2015**

PORTARIA Nº 0047/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ELENICE CORDEIRO DE OLIVEIRA, matrícula 606600, investido (a) no cargo de PROFESSOR II, na Unidade Escolar Palhacinho Feliz, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **RH - PORTARIA Nº 0048/2015**

PORTARIA Nº 0048/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ROSEMERI DE FÁTIMA FÁVERO, matrícula 615927, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, nas Unidades Escolares EJA (10hs) e Monteiro Lobato (30hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **RH - PORTARIA Nº 0049/2015**

PORTARIA Nº 0049/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JULIANA YUMI MORI GALLÉAS, matrícula 1211048, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR I, na Unidade Escolar Palhacinho Feliz, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

### **RH - PORTARIA Nº 0050/2015**

PORTARIA Nº 0050/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas



atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) SIMONE DE OLIVEIRA, matrícula 619639, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR II, na Unidade Escolar Mundo Encantado, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 0051/2015**

PORTARIA Nº 0051/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANGELA MARIA MACHADO DA SILVA, matrícula 616966, investido (a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR I, na Unidade Escolar EJA, com carga horária de 20hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 0052/2015**

PORTARIA Nº 0052/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO, matrícula 587699, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 0053/2015**

PORTARIA Nº 0053/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ELIZABETE ROSA ZAKALUK, matrícula 588504, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR I, na Unidade Escolar Palhacinho Feliz, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

### **RH - PORTARIA Nº 0054/2015**

PORTARIA Nº 0054/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) KELI ADRIANA DE SOUZA SPECK, matrícula 588490, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Alberto Speck, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0055/2015**

PORTARIA Nº 0055/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) NADIRLAINE PEPPE DOS SANTOS SILVA, matrícula 606421, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, nas Unidades Escolares Palhacinho Feliz (20hs) e João Monteiro Cabral (20hs), com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0056/2015**

PORTARIA Nº 0056/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MAHARA HERMÓGENES, matrícula 1181025, investido (a) no cargo de PROFESSOR I 20HS, na Unidade Escolar João Monteiro Cabral, com carga horária de 20hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0057/2015**

PORTARIA Nº 0057/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ELIZABETH BORSATTO, matrícula 618365, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Alberto Speck, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0058/2015**

PORTARIA Nº 0058/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANA PAULA SOUZA DE OLIVEIRA MATTOSO, matrícula 624942, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR I, na Unidade Escolar EJA, com carga horária de 20hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0059/2015**

PORTARIA Nº 0059/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) JOVITA MÁRCIA DA SILVA, matrícula 616419, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR I, na Unidade Escolar Ayrton Senna, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0060/2015**

PORTARIA Nº 0060/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ELIANA APARECIDA KRAUSE DA CRUZ, matrícula 621641, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Claiton Almir Hermes, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0061/2015**

PORTARIA Nº 0061/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANA CRISTINA CORDEIRO MARCONDES, matrícula 605336, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Claiton Almir Hermes, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0062/2015**

PORTARIA Nº 0062/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANDREIA BALTAZAR RODRIGUES, matrícula 604801, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR I, na Unidade Escolar Monteiro Lobato, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**RH - PORTARIA Nº 0063/2015**

PORTARIA Nº 0063/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARIANA BESTEL PAWLINA, matrícula 589950, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Frei Valentim, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

**RH - PORTARIA Nº 0064/2015**

PORTARIA Nº 0064/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) TATIANA CORDEIRO DA SILVA, matrícula 616907, investido (a) no cargo de PROFESSOR I, na Unidade Escolar Frei Valentim, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

**RH - PORTARIA Nº 0065/2015**

PORTARIA Nº 0065/2015.

De: 02 de janeiro de 2015.

Dispõe sobre a ampliação de Lotação ao Servidor (a) Público Municipal, conforme Edital 44/2014 da Secretaria de Educação,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) ANA MARILSA REINERT, matrícula 1213652, investido (a) no cargo de ADMINISTRADOR ESCOLAR I, na Unidade Escolar Frei Valentim, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de janeiro de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

**SECRETARIA DE SAÚDE: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 003/2015 - AGENTE COMUNITÁRIO DO SAÍ MIRIM**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 003/2015

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) DA LOCALIDADE DO SAÍ MIRIM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização de Processo Seletivo Simplificado 003/2015, destinado a selecionar candidato(s) para contratação de Agente Comunitário de Saúde, da localidade do Saí Mirim, em conformidade com a Lei Municipal Nº 018/2007, Lei Complementar Nº 34/2012 e em consonância com as normas aplicáveis para o procedimento e pelo que dispõe o presente Edital.

**1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar 01 (um) candidato, mais cadastro de reserva, para ser(em) contratado(s), para o cargo de Agente Comunitário de Saúde.

1.2 - As atribuições da função são: I - Trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea; II - Cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os cadastros atualizados; III - Orientar as famílias quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis; IV - Realizar atividades programadas e de atenção à demanda espontânea; V - Acompanhar, por meio de visitas domiciliares, todas as famílias e indivíduos sob sua responsabilidade. As visitas deverão ser programadas em conjunto com a equipe, considerando os critérios de risco e vulnerabilidade de modo que famílias com maior necessidade sejam visitadas mais vezes, mantendo como referência a média de 1 (uma) visita/família/mês; VI - desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividade; VII - Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção das doenças e agravos e de vigilância à saúde, por meio de visitas domiciliares e de ações educativas, individuais

e coletivas nos domicílios e na comunidade, como por exemplo, combate à Dengue, malária, leishmaniose, entre outras, mantendo a equipe informada, principalmente a respeito das situações de risco; e VIII - Estar em contato permanente com as famílias, desenvolvendo ações educativas, visando à promoção da saúde, à prevenção das doenças, e ao acompanhamento das pessoas com problemas de saúde, bem como ao acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família ou de qualquer outro programa similar de transferência de renda e enfrentamento de vulnerabilidades implantado pelo Governo Federal, Estadual e Municipal de acordo com o planejamento da equipe. É permitido ao ACS desenvolver outras atividades nas unidades básicas de saúde, desde que vinculadas às atribuições acima.

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental, comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pela Prefeitura; b) disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Prefeitura.

1.4 - O contratado terá direito a remuneração inicial bruta mensal: R\$ 1.014,00 (Hum mil e quatorze reais), e cumprirá jornada de trabalho de 40 horas semanais. O contratado fará jus ao pagamento de férias e 13º salário proporcionais.

1.5 - O prazo do contrato com o profissional selecionado será com investidura temporária, pelo prazo de duração máxima do convênio firmado com o Ministério da Saúde, conforme Lei Municipal Nº 018/2007.



1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, aplicando-se ao contrato quanto aos vencimentos e concessões de direito de petição, adiantamentos, proibições, responsabilidades e penalidades contidas nas Leis Municipais nº 76/2001 e 018/2007 e Lei Complementar Nº 34/2012, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social.

## 2 - DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

2.1 - O candidato deverá atender, cumulativamente, no ato da contratação, aos seguintes requisitos: a) estar quite com as obrigações eleitorais; b) estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino; c) estar em pleno gozo de seus direitos políticos; d) não estar incompatibilizado com o disposto no art. 6º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que proíbe a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas. São aplicadas também as restrições à contratação de aposentados previstas no artigo 37, § 10 da CRFB/88; e) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função; g) ser aprovado no Processo Seletivo Simplificado; h) Ter concluído o 1º grau (Ensino Fundamental) i) Morar no bairro que irá atuar, por no mínimo dois anos comprovados em comprovante de residência nominal do candidato, ou declaração firmada em cartório, nos termos da cláusula 3.3.

## 3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições serão efetuadas, nos dias 05 e 06 de Fevereiro de 2015, exclusivamente na forma descrita neste Edital.

3.2 - As inscrições deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no horário das 08:00 às 13:00 horas, mediante o pagamento da taxa de protocolo no valor de R\$ 12,00 (doze reais).

3.3 - No ato da inscrição os candidatos deverão entregar cópia dos documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, devendo constar a identificação do candidato, na seguinte forma:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 003/2015  
NOME:  
CPF:  
TELEFONE:

- a) Carteira de identidade;
- b) CPF;
- c) Certificado de conclusão do 1º Grau (Ensino Fundamental);
- d) Título de eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral emitida no site do TRE-SC [www.tre-sc.gov.br/](http://www.tre-sc.gov.br/);
- e) Quitação com as obrigações militares (masculino);
- f) Comprovante de que o candidato reside na localidade do Sai Mirim, por período superior a dois anos, podendo ser: conta de água, luz, telefone, boleto bancário ou contrato de aluguel (com firma reconhecida contemporânea a data do contrato).
- g) Comprovante de residência atual, podendo ser: conta de água, luz, telefone, boleto bancário ou contrato de aluguel (com firma reconhecida contemporânea a data do contrato).
- h) Não possuindo comprovante nominal, deverá o candidato apresentar uma Declaração firmada em cartório, de que reside no local em período superior a 02 (dois) anos, assinado conjuntamente com duas testemunhas.

3.4 - A entrega da cópia dos documentos para a inscrição é de inteira responsabilidade do candidato. O candidato que não entregar

a documentação solicitada terá sua inscrição indeferida.

3.5. A falha, omissão ou incorreção nas informações constantes no Requerimento de Inscrição, será considerada falta grave e tornará nula a inscrição em qualquer fase do processo seletivo.

## 4 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

4.1 - O Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 003/2015 - Secretaria de Saúde, consistirá na realização de prova objetiva.

4.2 - A prova objetiva será de caráter eliminatório e classificatório, sendo que o candidato será classificado no presente processo seletivo simplificado se obtiver nota mínima de 60 (sessenta) pontos na prova objetiva.

4.3 - Caso ocorra empate na pontuação, serão utilizados os seguintes critérios para desempate:

PRIMEIRO	Maior nota na prova de Ações de Saúde Pública e Conhecimentos Específicos
SEGUNDO	Maior idade.

## 5 - DA PROVA OBJETIVA

5.1 - A prova será composta de questões de múltipla escolha.

5.2 - Serão 30 (trinta) questões. Sendo 20 (vinte) questões em Ações de Saúde Pública e Conhecimentos Específicos, com valor de cada questão 4,0 (quatro pontos), 10 (dez) questões em Língua Portuguesa com valor de cada questão de 2,0 (dois pontos).  
5.2.1 - Cada questão apresentará quatro alternativas (A, B, C e D) e uma única resposta correta.

5.3 - O conteúdo programático para a prova objetiva será:

5.3.1 - AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - a) Sistema Único de Saúde: 1 Definição. 2. Princípios 3. Participação e Controle social. 5. Responsabilidades. 6. Direção e articulação do SUS. b) Política Nacional de Atenção Básica: 1. Fundamentos 2. Das responsabilidades. 3. Do processo de trabalho das equipes de atenção básica. 4. Das especificidades da Estratégia da Saúde da Família. 5. Do processo de trabalho das Equipes da Saúde da Família. c) Política Nacional de Promoção da Saúde: 1. Objetivos. 2. Diretrizes. 3. Estratégias de implementação. 4. Ações específicas; d) Fatores influentes no crescimento e desenvolvimento do corpo humano; e) A sexualidade e as doenças sexualmente transmissíveis; f) Educação Sexual; g) Educação Alimentar: os alimentos e a saúde, aleitamento materno; h) Educação para a Saúde: o conceito de saúde, história natural das doenças, inter-relação homem-ambiente-agente patogênico (parasitos, vírus e outros causadores de doenças humanas). i) Doenças transmissíveis e infecciosas mais comuns, higiene e profilaxia de doenças e promoção da saúde, orientações e combate a doenças contemporâneas; j) Vigilância Epidemiológica; l) O trabalho em equipe.

5.3.2 - LÍNGUA PORTUGUESA: a) Compreensão e interpretação de texto; b) significação das palavras; c) Pontuação; d) Ortografia oficial. Acentuação gráfica; e) Classes das palavras; f) Concordância nominal e verbal; g) Regência nominal e verbal.

## 6 - DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

6.1 - A prova objetiva será realizada na data inicialmente prevista



de 22 de Fevereiro de 2015.

6.2 - O local e horário da prova objetiva serão comunicados até o dia 13 de Fevereiro de 2015, através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá e divulgado no site da prefeitura: [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br).

6.3 - Ao candidato só será permitida a participação na prova objetiva, na data, horário e local a serem divulgados de acordo com as informações constantes no item 6.2.

6.4 - Não será permitida, em hipótese alguma, realização da prova em outro dia, horário ou fora do local designado.

6.5 - Não será permitido ingresso de candidato no local de realização da prova após o horário previsto para o início da mesma.

6.6 - O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 20 (vinte) minutos do horário previsto para o início da prova, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e original de um dos documentos de identidade a seguir: Cédula Oficial de Identidade; Carteira de Identidade expedida pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social com fotografia; Certificado de Reservista; Passaporte Brasileiro (ainda válido); Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por Lei, valem como documento de identidade ou Carteira Nacional de Habilitação com fotografia (na forma da Lei nº 9.503/97).

6.6.1 - Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

6.6.2 - Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas em formulário próprio.

6.6.3 - Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas.

6.7 - Não haverá, sob pretexto algum, segunda chamada da prova. O não comparecimento acarretará a eliminação automática do candidato, seja qual for o motivo alegado.

6.8 - São vedados: o porte e/ou uso de armas, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como: agendas, telefones celulares, "pagers", microcomputadores portáteis ou similares.

6.9 - Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que: a) chegar ao local de prova após o horário estipulado para início das mesmas; b) durante a realização da prova, for surpreendido em comunicação com outro candidato ou pessoa não autorizada; c) for surpreendido na sala de prova portando armas ou aparelhos eletrônicos; d) não realizar a prova.

## 7 - DOS RECURSOS

7.1 - O recurso do indeferimento das inscrições poderá ser feito após 24 horas da homologação no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no horário das 08:00 às 13:00 horas.

7.2 - A classificação se fará em lista única, divulgada através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá, relacionando os candidatos não eliminados, segundo a ordem decrescente da nota obtida.

7.3 - A divulgação da classificação será dia 24 de Fevereiro de 2015, a partir das 10:00 horas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

7.4 - A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 25 e 26 de Fevereiro de 2015 das 08:00 às 13:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

7.5 - A divulgação da classificação final será dia 02 de Março de 2015, a partir das 10:00 horas através de Edital que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

## 8 - DA CLASSIFICAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

8.1 - Somente será considerado classificado na prova objetiva o candidato que obtiver nota mínima de 60 (sessenta) pontos.

8.2 - Os candidatos serão listados segundo a ordem decrescente da nota final da Prova Objetiva.

8.3 - Em caso de igualdade na nota final de classificação, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que: a) Obteve maior pontuação em Ações de Saúde Pública e Conhecimentos Específicos; b) Tiver maior idade.

8.4 - A classificação dos candidatos no presente Edital de Processo Seletivo Simplificado não gera o direito a firmarem contrato, ficando a critério da Secretaria de Saúde, de acordo com a necessidade do serviço à convocação dos classificados para contratação.

8.5 - O candidato após convocação deverá comparecer para contratação na data e local informado, munido da documentação solicitada no ato da convocação. As demais convocações se houver necessidade, serão realizadas através de Convocação que será afixado no Paço Municipal da Prefeitura de Itapoá.

8.6 - O candidato que for convocado para contratação e não comparecer no local e data divulgada no edital, ou não apresentar qualquer um dos documentos citados no ato da convocação, não terá o direito de assumir o cargo de Agente Comunitário de Saúde, sendo convocado o candidato seguinte da lista de classificação.

8.7 - A aprovação e classificação final no Processo Seletivo Simplificado não asseguram ao candidato o direito de contratação, mas apenas a expectativa de realização de tal ato, segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à oportunidade e conveniência da Secretaria de Saúde.

## 09 - DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - A inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do Processo Seletivo Simplificado.

9.2 - O candidato que, no ato da inscrição, prestar declaração falsa ou inexata ou apresentar documentos adulterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

9.3 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Saúde, observada a legislação vigente.

9.4 - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 19 de Janeiro de 2015.

Cristian Angelo Grassi  
Secretário de Saúde

Marciane Rech  
Coordenadora da Atenção Básica

Joseane Maria Soares de Lima  
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz  
Agente Administrativo II

# Joaçaba

## PREFEITURA

### 214/2015 PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 214/2015/PMJ  
PL 90/2014/PMJ - PP 63/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.  
CONTRATADA: RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA-EPP.  
OBJETO: a prestação, pela CONTRATADA, de serviços radiofônicos com cobertura e abrangência comprovada na região de Joaçaba, visando à veiculação de campanhas de utilidade pública emanadas das Secretarias de Gestão Administrativa e Financeira, bem como, dos eventos e atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação, durante o exercício financeiro de 2015.  
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 146.750,00 (cento e quarenta e seis mil e setecentos e cinquenta reais).  
VIGÊNCIA: 31/12/2015  
DOTAÇÃO: 2.028 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas  
2.029 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas  
2.047 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas  
2.048 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas  
FISCAL DO CONTRATO: Paulo Afonso Rodrigues da Silva.

DATA DE ASSINATURA: 16/01/2015.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

### 66/2015 FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 66/2015/FMS  
PL 37/2014/FMS - PP 25/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.  
CONTRATADA: RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA.  
OBJETO: a prestação, pela CONTRATADA, de serviços radiofônicos com cobertura e abrangência comprovadas na região de Joaçaba, visando a veiculação de quadros informativos de utilidade pública, bem como de inserções diárias de 45 segundos cada, para divulgação de matérias de utilidade pública emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2015.  
VALOR CONTRATADO:  
R\$ 161.055,00 (cento e sessenta e um mil e cinquenta e cinco reais).  
VIGÊNCIA: 31/12/2015  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
2.122 - BLATB - BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA  
3.3.90. - Aplicações Diretas  
2.123 - BLVGS - BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
3.3.90. - Aplicações Diretas  
2.124 - BLMAC - BLOCO DE ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE  
3.3.90. - Aplicações Diretas  
FISCAL DO CONTRATO: Paulo Afonso Rodrigues da Silva  
DATA DE ASSINATURA: 19/01/2015.

MARCOS WEISS  
Secretário Municipal de Saúde  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

### EXTRATO CONTRATO Nº 63/2015/FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 63/2015/FMS  
PL 36/2014/FMS - IN 4/2014/FMS  
PROVENIENTE DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 1/2014/FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.  
CONTRATADA: VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA  
OBJETO: A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.  
VALOR CONTRATADO: O custo total estimado para as contratações é de R\$ 216.465,00 (duzentos e dezesseis mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais).  
VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2015.  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
2.124 - BLMAC: BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 - Aplicações Diretas  
FISCAL DO CONTRATO: MARCIA MARIA Z. MAGRO  
DATA DE ASSINATURA: 15/01/2015.

MARCOS WEISS  
Secretário Municipal de Saúde  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

### EXTRATO CONTRATO Nº 64/2015/FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 64/2015/FMS  
PL 36/2014/FMS - IN 4/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.  
CONTRATADA: SIIM - SERVIÇOS DE INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA.  
OBJETO: A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM CARÁTER DE URGÊNCIA, TERAPIAS E EXAMES DE IMAGEM, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.  
VALOR CONTRATADO: O custo total estimado para as contratações é de R\$ 216.465,00 (duzentos e dezesseis mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais).  
VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2015.  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
2.124 - BLMAC - BLOCO ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 - Aplicações Diretas  
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0038 - Aplicações Diretas  
FISCAL DO CONTRATO: MARCIA MARIA Z. MAGRO  
DATA DE ASSINATURA: 15/01/2015.

MARCOS WEISS  
Secretário Municipal de Saúde  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 36/2014/FMS - IN 04/2014/FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2014/FMS

O Secretário de Saúde Marcos Weiss, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 36/2014/FMS - IN 4/2014 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: Credenciamento de empresa/clínica para a realização de consultas médicas especializadas, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba.

Empresas Vencedoras:

VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA.

SIIM - SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS S/S LTDA.

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: 216.465,00 ( Duzentos e dezesesseis mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais )

FISCAIS: Márcia Maria Z. Magro

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 15 de janeiro de 2015.

Marcos Weiss

Secretario- FMS

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 08/2014-PMJ**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONVÊNIO Nº 08/2014-PMJ

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

CONVENIADOS: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

OBJETO: Cooperação Técnica Financeira PARA PROMOVER O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DA ENTIDADE, COM FUNDAMENTO NA LEI Nº 4.511/2014.

O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO FICA PRORROGADO POR 90 (NOVENTA) DIAS, A CONTAR DE 09 DE JANEIRO DE 2015.

JOAÇABA-SC, 09 DE JANEIRO DE 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

WALDEMAR RONSSSEN JUNIOR

PRESIDENTE

**EXTRATO HOMOL PL 90/2014 PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 90/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2014/PMJ

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 90/2014/PMJ,

- Modalidade: PP 63/2014/PMJ.

Objeto: contratação de serviços radiofônicos, em emissora(s), com cobertura e abrangência comprovadas na região de Joaçaba, visando à veiculação de campanhas de utilidade pública emanadas das Secretarias de Gestão Administrativa e Financeira, bem como,

dos eventos e atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação, em conformidade com as especificações do objeto, durante o exercício financeiro de 2015.

Fiscal do Contrato: Paulo Afonso Rodrigues da Silva.

VENCEDOR:

RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA- EPP

VALOR R\$ 146.750,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 16 de janeiro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske

Prefeito

**EXTRATO PL 02/2015/PMJ - TP 01/2015/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2015/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a locação, incluindo a montagem e desmontagem, de estrutura de arquibancadas destinadas à acomodação do público no evento do Desfile das Escolas de Samba do Carnaval de Joaçaba, na Avenida XV de Novembro, centro do Município. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 06/02/2015, a partir das 14h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 13h30min do dia 06/02/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 19 de janeiro de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**EXTRATO PL 03/2015/PMJ - PP 02/2015/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015/PMJ

Objeto: Contratação de mídia TV - cota para transmissão dos Desfiles das Escolas de Samba do Carnaval de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 02/02/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 02/02/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 19 de janeiro de 2015.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Rafael Laske  
Prefeito

**EXTRATO PL 04/2015/PMJ - TP 02/2015/PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2015/PMJ  
TOMADA DE PREÇO Nº 02/2015/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de sonorização, com locação dos equipamentos e disponibilização de técnicos, auxiliares, veículos e motoristas, destinados ao Desfile de Blocos e das Escolas de Samba do Carnaval de Joaçaba, SC, na Avenida XV de Novembro, centro do Município. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 06/02/2015, a partir das 16h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 15h30min do dia 06/02/2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 19 de janeiro de 2015.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**EXTRATO PL 05/2015/PMJ - PP 03/2015/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015/PMJ

Objeto: Contratação de empresas para locação de sanitários químicos portáteis, destinados à estruturação dos eventos relativos ao Carnaval 2015 do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 03/02/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 03/02/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 19 de janeiro de 2015.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Rafael Laske  
Prefeito

**HOMOaLOG PL 37/2014 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 37/2014/FMS

O Secretário de Saúde Marcos Weiss, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 37/2014/FMS - PP 25/2014 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: contratação de serviços radiofônicos, em emissora(s) com cobertura e abrangência comprovadas na região de Joaçaba, visando à veiculação de quadros informativos de utilidade pública, bem como de inserções diárias de 45 segundos cada, para divulgação de matérias de utilidade pública emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2015.

Empresas Vencedoras:

RADIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA

VALOR R\$ 161.055,00

FISCAIS: Paulo Afonso R. Silva

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 19 de janeiro de 2015.  
Marcos Weiss  
Secretario - FMS

**PORTARIA Nº 3661**

PORTARIA Nº 3.661 DE 19 DE JANEIRO DE 2015  
"EXONERA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. EXONERAR, o (a) Sr. (a) OTAVIO JOSE SCHUEDA, Assessor Administrativo, nível CC-5, com lotação na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 19 de janeiro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 3662**

PORTARIA Nº 3.662 DE 19 DE JANEIRO DE 2015  
"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) OTAVIO JOSE SCHUEDA, Gerente de Eventos, nível CC-3, com lotação vinculado ao Gabinete do



Prefeito Municipal, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 173 de 11 de março de 2009, Lei Complementar n.º 230 de 14 de fevereiro de 2013 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 19 de janeiro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 3663**

PORTARIA Nº 3.663 DE 19 DE JANEIRO DE 2015  
"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o (a) Sr. (a) ADEMIR LAMB, Assessor Administrativo, nível CC-5, com lotação na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e Lei Complementar nº 230 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 19 de janeiro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

### **PORTARIA Nº 3664**

PORTARIA Nº 3.664 DE 19 DE JANEIRO DE 2015  
"RETIFICAR PORTARIA N.º 3.506/2014".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 3.506/2014 na qual INSTAURA "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure o pagamento irregular de regência de classe a professores que não atuam efetivamente no magistério municipal, na forma estabelecida no art. 55 da Lei Complementar n.º 210/2011, conforme documentação encaminhada pela procuradoria jurídica.

Onde lê-se: que se apure o pagamento irregular de regência de classe a professores que não atuam efetivamente no magistério municipal, Leia-se: que se apure o pagamento irregular de regência de classe dos seguintes professores: EMERSON VIEIRA, NEI TESSER e VALERIA TEREZINHA FERREIRA.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos na data de sua publicação, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 19 de janeiro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal



**IMPRES****BALANCETE FINANCEIRO DEZEMBRO/2014****SANTA CATARINA****INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Dezembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	2.246.034,27	Despesa Orçamentária	420.459,87
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	535.039,28	Despesas exceto Intra-orçamentárias	424.065,00
RECEITA PATRIMONIAL	353.144,39	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	625.595,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	19.349,54	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-201.530,34
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAM	1.079.561,04	Despesas Intra-orçamentárias	-3.605,13
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	258.940,02	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-3.605,13
Receita Extra - Orçamentária	530.487,00	Despesa Extra - Orçamentária	1.222.532,43
DEPOSITOS	110.027,13	DEPOSITOS	139.929,71
CONSIGNACOES	110.027,13	CONSIGNACOES	139.929,71
PENSAO ALIMENTICIA	1.959,92	PENSAO ALIMENTICIA	1.959,92
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	40.856,67	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	40.845,55
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	25.681,45	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA I	25.681,45
EMPRESTIMOS	36.146,08	EMPRESTIMOS	66.059,78
OUTROS CONSIGNATARIOS	5.383,01	OUTROS CONSIGNATARIOS	5.383,01
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	655.269,04	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	651.587,01
OBRIGACOES A PAGAR	655.269,04	OBRIGACOES A PAGAR	651.587,01
FORNECEDORES	10.011,58	FORNECEDORES	8.714,07
PESSOAL A PAGAR	7.638,10	PESSOAL A PAGAR	7.638,10
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	9.075,33	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	6.690,81
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	628.544,03	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	628.544,03
Despesas Empenhadas a Liquidar*	-234.809,17	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	431.015,71
		DESINCORPORACOES DE ATIVOS	131.015,71
		OUTRAS BAIXAS DE VALORES	131.015,71
		INCORPORACAO DE PASSIVOS	300.000,00
		INCORPORACAO DE OBRIGACOES	300.000,00
Saldos anteriores	43.184.610,40	Saldos atuais	44.318.139,37
Aplicações do RPPS	43.172.988,99	Aplicações do RPPS	44.305.482,05
BANCO C/ MOVIMENTO	11.621,41	BANCO C/ MOVIMENTO	12.657,32
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	45.961.131,67	Total	45.961.131,67

\*Nota: Os valores da conta "Despesas Empenhadas a Liquidar" referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que ainda não foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

JOACABA, 18/01/2015

PATRICIA CALLEGARI WARKEN  
CONTADORA CRCSC 029205/O-3

ELISABET M. Z. SARTORI  
DIRETORA PRESIDENTE

## RELATORIO CARTEIRA INVESTIMENTO DEZEMBRO/2015 IMPRES


**Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - SC**

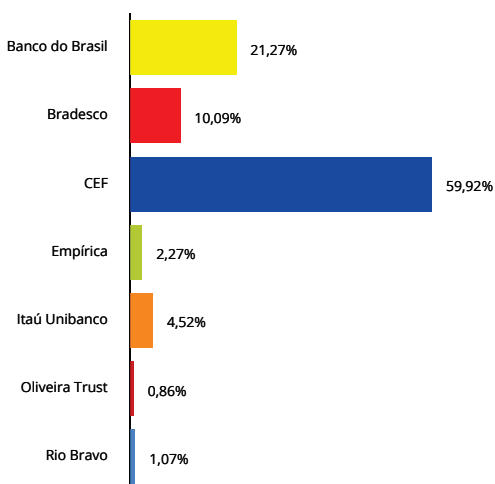
## Relatório da Carteira de Investimentos

DEZEMBRO

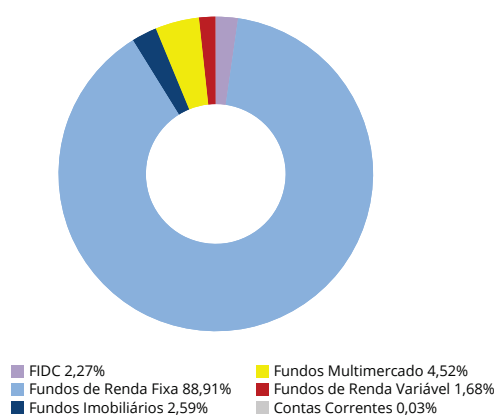
Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

## Distribuição da Carteira por Instituição Financeira



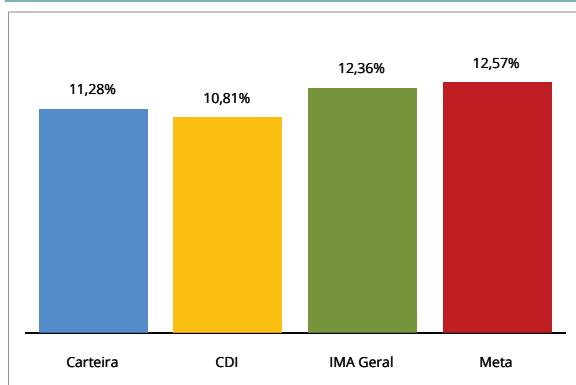
## Distribuição da Carteira por Segmento



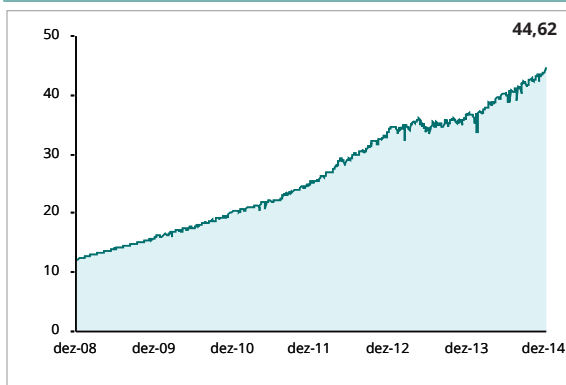
## HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
<b>IMPRES</b>	<b>0,51%</b>	<b>11,28%</b>	<b>11,54%</b>
CDI	0,95%	10,81%	10,77%
IMA Geral	-0,57%	12,36%	12,45%
Meta Atuarial - INPC + 6 %	1,11%	12,57%	12,51%

## Carteira x Indicadores em 2014



## Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)



**Análise de Desempenho:** A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.

SMI Consultoria de Investimentos  
Fone: 48 3037 1001  
[www.smiconsult.com.br](http://www.smiconsult.com.br)

**Lages****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2014 FMAS 2º TERMO ADITIVO**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 061/2014 FMAS.

MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: B & P CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 07.052.006/0001-51, estabelecida na Avenida Armando Pereira de Souza, 101 - sala 2 - Bairro Poço Rico, Otacilio Costa/SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa de Engenharia para a Construção do Espaço Físico para Implantação do CRAS no Bairro Conta Dinheiro.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL**

Ficam adstritos aos respectivos créditos orçamentários anos base 2014. Sua vigência será de 08 (oito) meses, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusula permanecem inalteradas.

Lages, 19 de Dezembro de 2014.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito em Exercício

**Lebon Regis****PREFEITURA****PORTARIA Nº 460/2015 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA No. 0460/2015 de 13 de Janeiro de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

**RESOLVE:**

ART. 1 - AFASTAR, de suas funções a funcionária, ROSELI FERREIRA, ocupante do cargo de SERVENTE, por motivo de doença a qual passa a perceber seus vencimentos pelo INSS por motivo de incapacidade laborativa até 12/03/2015.

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 13 de Janeiro de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

**Leoberto Leal****PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015 - PMLL**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2014, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE KIT DE MATERIAL ESCOLAR, PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO E PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2014.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de janeiro do ano de 2015, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de kit de material escolar, para a Secretaria da Educação, Cultura e Desporto e para os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do Processo Licitatório nº 066/2014.

RSUL LTDA ME

CNPJ: 14.066.477/0001-84

RUA: VENÂNCIO RAMPELOTI, Nº 08, BAIRRO: ESCOLA AGRÍCOLA, CEP: 89.037-805, BLUMENAU/SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de kit de material escolar, para a Secretaria da Educação, Cultura e Desporto e para os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal, conforme Anexo I, a contar da assinatura da presente Ata.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.**

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.**

A proponente registrada para o Lote cotado é a seguinte:

LOTE I - KIT ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 1º AO 5º ANO E 6º AO 9º ANO E AGENDAS ESCOLARES.

Item	Und.	Qt.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
			250 Kit Escolar – Ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano. Contendo: 01 caixa de papelão reciclado, 02 cadernos brochura, 01 caderno de desenho, 01 caderno de caligrafia, 01 lápis preto HB, 01 caneta, 01 régua, 01 caixa de lápis de cor, 01 tubo de cola, 01 apontador e 01 borracha branca. * Caixa de papelão - com 340 X 240 X 080mm, feita em papelão reciclado microondulado onda simples, gramatura de 390 gramas, resistente para o devido acondicionamento do kit. Personalizada com o brasão do Município na parte superior da caixa. Arte, criação e prova print por conta do fornecedor. Marca: Cartonagem Batistense. * Caderno brochura – caderno escolar com as seguintes medidas: aberto 21 X 31cm e tamanho fechado 15,5 X 21cm, miolo com 48 folhas e 96 páginas em off set 63gr. com personalização das páginas. Cor da impressão personalizada do miolo 1 X 1. Capa frente e verso impressão personalizada cor 4 X 1 papel couche 230gr. com laminação Bopp brilho na capa para melhor manuseio. Refilado e 2 grampos. Com arte, criação e prova print do layout todos por conta do fornecedor. No layout deverá ter o brasão do Município na primeira capa, o Hino Nacional na segunda capa, o Hino do Estado na terceira capa e o Hino do Município na quarta capa (última capa). Vedada a colagem de etiqueta, inclusive na amostra. Marca: RSUL.			

\* Caderno de desenho – caderno de desenho com as seguintes medidas: tamanho aberto 30 X 42cm, tamanho fechado 30 X 21cm. Miolo em off set 75gr. cor 0 X 0 – 52 folhas, 104 páginas. Capa em triplex, 230gr., cor personalizada 4 X 1 com verniz UV, total um lado. Acabamento: todas as folhas do miolo deverão ter uma micro serrilha para corte, lombada canoa e dois grampos. Com arte, criação e prova print do layout todos por conta do fornecedor. No layout ter o brasão na primeira capa, Hino Nacional na segunda capa, Hino do Estado na terceira capa e o Hino do Município na quarta capa (última capa). Vedada a colagem de etiqueta, inclusive na amostra. Marca: RSUL.

\* Caderno de caligrafia – caderno escolar com as seguintes medidas: aberto 21 X 31cm e tamanho fechado 15,5 X 21cm. Miolo com 48 folhas e 96 página em off set 63gr. com personalização das páginas. Cor da impressão personalizada do miolo 1 X 1. Capa, frente e verso com impressão personalizada cor 4 X 1, papel couche 230gr. com laminação Bopp, brilho na capa pra melhor manuseio. Refilado e dois grampos com arte, criação e prova print do layout todos por conta do fornecedor. No layout ter o brasão na primeira capa, Hino Nacional na segunda capa, Hino do Estado na terceira capa e o Hino do Município na quarta capa (última capa). Vedada a colagem de etiqueta, inclusive na amostra. Marca: RSUL.

\* Lápis preto – lápis preto HB nº 2 em fibra natural de madeira reflorestada, medida aproximada de 17,5cm, boa qualidade. Produto certificado pelo Inmetro. Personalizado em 01 cor com o brasão do Município, sendo vedada a utilização de etiqueta, inclusive na amostra. Marca: Serelepe.

\* Caneta esferográfica azul – caneta com escrita média e uniforme, tinta azul, corpo em resina termoplástica transparente; formato sextavado, que possibilite a retirada da carga pela extremidade inferior sem rosqueamento; encaixe firme e perfeito da tampa antiasfixiante nas duas extremidade; parte visível da tinta no tubo de carga, medindo no mínimo 0,9cm; Ponta em latão esfera de tungstênio certificada pelo Inmetro. Personalizada em 01 cor com o brasão do Município, sendo vedada a utilização de etiqueta, inclusive na amostra. Marca: BIC.

\* Régua Pet – material reciclado na cor verde, tamanho 30mm de largura X 310mm de comprimento e 30cm de graduação e 2mm de espessura em toda a sua extensão. Impressão cor 2 X 0 no corpo da régua contendo o nome do Município e a frase Feito de Pet reciclado em cor branca e graduação da régua de 0 a 30cm. Na cor preta. Régua de boa qualidade e ótima resistência a queda, que possibilite dobrar a régua encostando as pontas sem quebrar. Vedada a utilização de etiqueta, inclusive na amostra. Marca: Andu.

\* Caixa de lápis de cor – lápis de cor de 12 cores. Caixa nas seguintes medidas: tamanho aberto 20,6 X 21,9cm. Tamanho fechado: 9,02 X 7,7cm. Papel duplex 260gr. Com corte e vinco. Acabamento corte especial, colagem na caixa, produto atóxico com 12 cores de lápis com tamanho de comprimento 175mm X 8mm de diâmetro de boa qualidade. Composição do lápis: madeira, pigmentos, carga inerte, ceras e aglutinantes. Produto com certificação do Inmetro. Marca: Serelepe.



\* Cola branca escolar 90gr. – cola para indicação de colagem em madeiras, papel, papelão e tecido em geral. Atóxico. Composição: PVA disperso em água de cor branca. Média viscosidade e teor sólido de no mínimo 25% certificada pelo Inmetro. Embalada individualmente em saco plástico para evitar o vazamento. Marca: Aplicola.

\* Apontador – apontador de lápis com depósito, em polipropileno virgem atóxico, tamanho 60mm X 29mm X 11mm com depósito (reservatório) de resíduos do lápis com capacidade de 14ml. Impressão do nome do município no depósito do apontado em 1 X 0 cor de impressão, sendo vedada a utilização de etiqueta, inclusive na amostra. Marca: Leonora.

\* Borracha – borracha branca escolar macia, contendo as seguintes medidas 41mm X 28mm X 10mm no formato retangular. Marca: Serelepe.

35 Kit Escolar – Ensino Fundamental do 6º ao 9º Ano. Contendo: 01 caixa de papelão reciclado, 01 caderno universitário de 10 matérias, 01 lápis preto HB, 01 caneta, 01 régua, 01 tubo de cola, 01 apontador e 01 borracha branca.

\* Caixa de papelão - com 340 X 240 X 080mm, feita em papelão reciclado microondulado onda simples, gramatura de 390 gramas, resistente para o devido acondicionamento do kit. Personalizada com o brasão do Município na parte superior da caixa. Arte, criação e prova print por conta do fornecedor. Marca: Cartonagem Batistense.

\* Caderno universitário de 10 matérias (capa dura) – caderno universitário com as seguintes medidas 27,5 X 40cm aberto e 27,5 X 20cm fechado. Miolo com 200 folhas, sendo 20 folhas por matéria e 10 divisores de matérias em papel off set 56gr. com impressão em 1 X 1 cor. Capa e contra capa em papel couche, brilho 150gr. impressa 4 X 1 cor em laminação Bopp, brilho na parte frontal. Envolto em papel cartão 1,7mm com guardas em papel off set 15gr. acabamento: espiral com arte, criação e prova print por conta do fornecedor. Marca: RSUL.

\* Lápis preto – lápis preto HB nº 2 em fibra natural de madeira reflorestada, medida aproximada de 17,5cm, boa qualidade. Produto certificado pelo Inmetro. Personalizado em 01 cor com o brasão do Município, sendo vedada a utilização de etiqueta, inclusive na amostra. Marca: Serelepe.

\* Caneta esferográfica azul – caneta com escrita média e uniforme, tinta azul, corpo em resina termoplástica transparente; formato sextavado, que possibilite a retirada da carga pela extremidade inferior sem rosqueamento; encaixe firme e perfeito da tampa antiasfixiante nas duas extremidades; parte visível da tinta no tubo de carga, medindo no mínimo 0,9cm; Ponta em latão esfera de tungstênio certificada pelo Inmetro. Personalizada em 01 cor com o brasão do Município, sendo vedada a utilização de etiqueta, inclusive na amostra. Marca: BIC.

\* Régua Pet – material reciclado na cor verde, tamanho 30mm de largura X 310mm de comprimento e 30cm de graduação e 2mm de espessura em toda a sua extensão. Impressão cor 2 X 0 no corpo da régua contendo o nome do Município e a frase Feito de Pet reciclado em cor branca e graduação da régua de 0 a 30cm. Na cor preta. Régua de boa qualidade e ótima resistência a queda, que possibilite dobrar a régua encostando as pontas sem quebrar. Vedada a utilização de etiqueta, inclusive na amostra. Marca: Andu.

01	Und.	01	<p>* Cola branca escolar 90gr. – cola para indicação de colagem em madeiras, papel, papelão e tecido em geral. Atóxico. Composição: PVA disperso em água de cor branca. Média viscosidade e teor sólido de no mínimo 25% certificada pelo Inmetro. Embalada individualmente em saco plástico para evitar o vazamento. Marca: Aplicola.</p> <p>* Apontador – apontador de lápis com depósito, em polipropileno virgem atóxico, tamanho 60mm X 29mm X 11mm com depósito (reservatório) de resíduos do lápis com capacidade de 14ml. Impressão do nome do Município no depósito do apontador em 1 X 0 cor de impressão, sendo vedada a utilização de etiqueta, inclusive na amostra. Marca: Leonora.</p> <p>* Borracha – borracha branca escolar macia, contendo as seguintes medidas 41mm X 28mm X 10mm no formato retangular. Marca: Serelepe.</p> <p>250 Agendas Escolares personalizadas permanente com informações diárias das crianças. Contendo: Capa/contracapa dura e revestida com papel couche 115gr. em cor 4 X 0. Envoltio de cartão 1,7mm, miolo com 260 páginas (130 folhas), papel off set 63gr., tamanho fechado 15 X 21cm com 16 páginas/8 folhas iniciais e 16 páginas/8 folhas finais que será personalizado de acordo com a Secretaria Municipal de Educação. Diagramação e correção ortográfica da agenda será por conta da empresa fornecedora; acabamento: plastificação brilho nas capas com elástico na capa com envelope de PVC sarja soldado eletronicamente com espiral plástico. Apresentar amostra personalizada em 3 dias após o certame, não será aceito colagem de etiqueta. Marca: RSUL.</p> <p>100 Agendas Escolares personalizada 1 dia por página. Contendo: Capa/contracapa dura Capa/contracapa dura e revestida com papel couche 115gr. em cor 4 X 0. Envoltio de cartão 1,7mm, miolo com 340 páginas (170 folhas), papel off set 63gr., tamanho fechado 15 X 21cm com 16 páginas/8 folhas iniciais e 16 páginas/8 folhas finais que será personalizado de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. Diagramação e correção ortográfica da agenda será por conta da empresa fornecedora; acabamento: plastificação brilho nas capas com elástico na capa com envelope de PVC sarja soldado eletronicamente com espiral plástico. Apresentar amostra personalizada em 3 dias após o certame, não será aceito colagem de etiqueta. Marca: RSUL.</p>	R\$ 19.100,00	R\$ 19.100,00	RSUL LTDA ME
----	------	----	---	---------------	---------------	--------------

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterà sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

#### CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

#### CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas

na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

#### CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II - multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e

horário das 13:00hs às 19:00hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art.78 acarretará as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.**

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

04.01.12.361.0004.2.004 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 - (31) Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal da Educação - Ensino Fundamental

04.01.12.361.0004.2.004 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019 - (32) Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal da Educação - Ensino Fundamental - FUNDEB

04.01.12.361.0004.2.005 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001 - (49) Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal da Educação - Ensino Infantil

04.01.12.365.0004.2.005 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019 - (50) Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal da Educação - Ensino Infantil

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.**

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou

execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - PUBLICAÇÃO.** Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 16 de janeiro de 2015.  
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN  
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

RSUL LTDA ME  
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:  
1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES 2- LIZANDRO KREUSCH  
CPF: 017.410.949-09 CPF: 023.728.959-82

VISTO:  
ASSESSOR JURÍDICO

## CHAMAMENTO PÚBLICO FORNECEDORES 2015

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

"CONVOCA FORNECEDORES PARA RECADASTRAMENTO EM 2015"

De acordo com o previsto no parágrafo 1º do art. 34 da Lei nº 8.666/93, com as suas alterações posteriores, o Município de Leoberto Leal/SC, comunica que estará recebendo inscrições de novos Fornecedoros e atualização dos já existentes, no Cadastro de Fornecedoros da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Saúde, para efeito de habilitação em licitações e contratos.

Os interessados deverão atentar ao disposto no art. 27 e 35, da supracitada Lei, fornecendo habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.

As inscrições permanecem abertas. Maiores informações junto ao Setor de Licitações, sito à Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 - Centro - Leoberto Leal ou pelo fone (0xx48) 3268 1212. Em 19/01/2015.

Prefeitura Municipal de Leoberto Leal/SC  
JOSÉ JAIR ALEXANDRE  
Prefeito Municipal e.e.

## CONTRATO Nº 006/2015 - FMS

CONTRATO Nº 006/2015

Contrato de prestação de serviço para alimentar, acompanhar e capacitar um servidor municipal nos Programas da Secretaria Municipal da Saúde junto ao Ministério da Saúde e Secretaria Estadual da Saúde.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20,

Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita ROBERTA OTTO, a seguir denominada CONTRATANTE, e a Empresa DEMARCHI INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rodovia João Gualberto Soares, nº 9067, Bairro: São João do Rio Vermelho, CEP: 88.060-000, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 17.981.360/0001-14, neste ato representada pela Senhorita MEIRE KARIANE AMARAL, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, na forma das cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço para alimentar, acompanhar e capacitar um servidor municipal nos Programas da Secretaria Municipal da Saúde junto ao Ministério da Saúde e Secretaria Estadual da Saúde, conforme descrição das atividades relacionadas no Anexo I deste contrato.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Serviços, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO** - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 30/06/2015, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO** - Pelo objeto descrito na cláusula primeira deste Contrato, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor de R\$ 632,00 (seiscentos e trinta e dois reais) mensais, totalizando R\$ 3.792,00 (três mil setecentos e noventa e dois reais), sendo o pagamento realizado em 06 (seis) parcelas.

**I - O pagamento será efetuado de acordo com a apresentação das Notas Fiscais, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente, após prestação dos serviços, através de depósito em conta bancária do fornecedor, mediante a apresentação de Nota Fiscal.**

**II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 10 (dez) dias após a data de sua reapresentação.**

**III - O pagamento poderá ser sustado pelo CONTRATANTE, quando os serviços não estiverem de acordo com o estipulado, ou por inadimplemento de qualquer Cláusula deste Contrato.**

**CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS** - As despesas provenientes da execução do objeto deste Contrato correrão por conta de Dotação Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, e recursos alocados no orçamento: 05 01 10 301 0006 2.015 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002 (06) - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

**CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES** - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

**I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:**

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Refazer os serviços caso não ocorra a aprovação da remessa dos dados;
- 4) Comparecer in-loco a Secretaria Municipal da Saúde, uma vez por mês, ou conforme a necessidade;
- 5) Executar o objeto diretamente, sendo vedada a subcontratação.

**II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:**

- 1) Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;
- 2) Realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;
- 3) Notificar a CONTRATADA por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução deste contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO** - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA MULTA** - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE** - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA NONA - DA HABILITAÇÃO** - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizado a prestar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO** - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus efeitos legais.

Leoberto Leal/SC, 12 de janeiro de 2015.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	DEMARCHI INFORMÁTICA LTDA Meire Kariane Amaral Contratada
--	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	--



## ANEXO I

Descrição das atividades para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal:

- Serviço remoto de manutenção, configuração e demais tarefas que possam surgir referentes aos sistemas SIA (produção ambulatorial enviada ao Ministério da Saúde), SCNES (cadastros dos profissionais de saúde junto ao Ministério da Saúde), BPAMAG (registros de procedimentos), SISCAN (sistemas de câncer de colo de útero e mama), HIPERDIA (sistema de hipertensos), SISPRE-NATAL (sistema para acompanhamento do pré-natal), FPO (orçamento), APAC (registro de procedimentos de alta complexidade), RAAS (registro de procedimentos na área Psicossocial), SISRCAA (captação de informação), TABWIN (tabulador de informações), SIAB (sistema da atenção básica de saúde), TELESÁUDE (diagnóstico médico via internet), PMAQ (Programa de Melhoria da Atenção Básica), SISMOB (Programa de proposta de construção de novas unidades), FNS FUNDO.
- FUNDO (Propostas gerais ao Ministério da Saúde), SARGSUS (Sistema de Relatório anual de gestão) e outros que possam ser solicitados pela municipalidade;
- Serviço remoto de manutenção, configuração e demais tarefas que possam surgir referentes ao sistema de nacional de regulação - SISREG. Com capacitação de usuários do referido sistema em cada unidade de saúde do município, trazendo para o gestor uma proposta de planejamento com educação permanente, visando a melhor utilização do software e consequentemente trazendo resultados melhores nas buscas por acessos a consultas e exames de média e alta complexidade;
- Serviço remoto de manutenção,, configuração e demais tarefas que possam surgir referentes ao sistema E-SUS da Atenção Básica. Com atuação tanto no CDS (Cadastro de Dados Simplificado), quanto no PEC (Prontuário Eletrônico do Cidadão);
- Avaliação mensal sobre o quadro da Maxppi e Sisppi, apontando para o gestor municipal de saúde possíveis soluções para aumento do recurso financeiro mensal do município, além da viabilização de aumento da oferta de vagas em consultas e exames de média e alta complexidade;
- Adequação da estrutura municipal para implantação do sistema SISRCA, apontando necessidades estruturais que irão impactar no cumprimento das exigências impostas pelo Ministério da Saúde;
- Serviço remoto de manutenção, configuração e demais tarefas que possam surgir referentes aos sistemas de Prontuários Eletrônicos existentes no município, com sugestões de implantação dos mesmos, e elaboração de planos operativos que tornem eficazes as ferramentas sejam sistemas vindos de órgãos públicos ou privados.

Leoberto Leal/SC, 12 de janeiro de 2015.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	DEMARCHI INFORMÁTICA LTDA Meire Kariane Amaral Contratada
--	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	--

**DECRETO N.º 002/2015**

DECRETO Nº 002, DE 19 DE JANEIRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

O Prefeito Municipal em exercício de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III, da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014. DECRETA:

Art.1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, na dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6.720,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.720,00
Função	10	Saúde	6.720,00
Sub-função	301	Atenção Básica	6.720,00
Programa	06	Saúde com Exce-lência	6.720,00
Atividade	2.016	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Variável – PABV	6.720,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	6.720,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	6.720,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	6.720,00
Fonte de Recursos	0.3.0038	Programa de Requalificação de UBS- Reformas	6.720,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			6.720,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Programa de Requalificação de UBS- Reformas	0.1.0064.15	6.720,00
TOTAL DO SUPERAVIT		6.720,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de janeiro de 2015.

JOSÉ JAIR ALEXANDRE  
Prefeito Municipal e.e

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2015****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015**

O Município de Leoberto Leal, SC, torna público que estarão abertas, no período de 20.01.2015 a 19.02.2015 das 13h00min as 19h00min, as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de vagas das categorias funcionais constantes do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, a seguir relacionadas, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital.

**I - DOS CARGOS/EMPREGOS DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO**

O Candidato concorrerá às vagas oferecidas para apenas um cargo, conforme o seguinte quadro demonstrativo:

**Quadro I**

CARGO	VENCIMENTO + (ABONO)	HABILITAÇÃO PARA O CARGO	C/H SEMANAL	VAGAS *	TIPO DE PROVA
Auxiliar de Manutenção de Veículos	R\$ 528,75 (329,58)	Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação, categoria AC	40	QR *	Objetiva e Prática
Auxiliar de Manutenção e Conservação	R\$ 528,75 (329,58)	Alfabetizado	40	QR *	Objetiva e Prática
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 528,75 (329,58)	Alfabetizado	40	QR *	Objetiva e Prática
Operador de Equipamentos II – (Retros-cavadeira)	R\$ 1.004,18 (164,79)	Alfabetizado	40	QR *	Objetiva e Prática
Operador de Equipamentos II- (motoniveladora)	R\$ 1.004,18 (164,79)	Alfabetizado	40	QR *	Objetiva e Prática
Operador de Trator de Pneu	R\$ 682,47 (329,58)	Alfabetizado	40	QR *	Objetiva e Prática
Educador Físico para atuar no NASF **	R\$ 1.350,00	Curso Superior na Área de Educação Física e registro no respectivo Conselho Regional.	20	QR *	Objetiva
Fisioterapeuta para atuar no NASF **	R\$ 1.350,00	Curso Superior na Área de Fisioterapia e registro no respectivo Conselho Regional	20	QR *	Objetiva

Fonoaudiólogo para atuar no NASF **	R\$ 1.350,00	Curso Superior na Área de Fonoaudiologia e registro no respectivo Conselho Regional.	20	QR *	Objetiva
Nutricionista para atuar no NASF **	R\$ 1.350,00	Curso superior de Nutrição com inscrição no Respeito Conselho Regional	20	QR *	Objetiva
Enfermeiro	R\$ 2.247,14 (164,79)	Curso superior de Enfermagem com inscrição no Respeito Conselho Regional	40	QR *	Objetiva
Técnico de Enfermagem	R\$ 1.498,10 (164,79)	Curso Técnico de Enfermagem com inscrição no Respeito Conselho Regional	40	QR *	Objetiva
Agente de Proteção e Atendimento Integral a Família	R\$ 852,62	Ensino Médio (com comprovada experiência de atuação em programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais) ***	40	QR *	Objetiva
Motorista – Educação (localidade de Vinte Saltos)	R\$ 682,47 (329,58)	Alfabetizado, Carteira Nacional de Habilitação, categoria D	40	QR *	Objetiva e Prática
Motorista	R\$ 682,47 (329,58)	Alfabetizado, Carteira Nacional de Habilitação, categoria D	40	QR *	Objetiva e Prática

(\*) Vagas a serem preenchidas em caso de vacância ou se forem criadas novas vagas, durante a validade do Processo Seletivo (01 ano), atendendo ao princípio de que o Município deve ter lista de espera para todos os Cargos - uma vez que são proibidas as admissões de servidores sem Concurso Público ou Processo Seletivo.

Obs.: A vacância ou a criação de novas vagas poderá ou não se concretizar.

(\*\*) Quanto as vagas destinadas ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), a contratação será por prazo determinado, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade do município, continuidade do programa, e de acordo com o orçamento vigente.

(\*\*\*) Para a devida comprovação de experiência a que se refere o cargo mencionado, deverá ser apresentado o ato da contratação, Certidão por Tempo de Serviço e/ou Declaração, firmada por Empresa, Entidade ou Órgão Público em que se desenvolveram as atividades solicitadas ou CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) assinada que comprove a experiência exigida.

## II - DA INSCRIÇÃO

Inscrições: Serão realizadas no período de 20.01.2015 a 19.02.2015 das 13h00min às 19h00min, nas dependências da Prefeitura Municipal, - Centro da cidade de Leoberto Leal.

1. O candidato, ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição receberá no ato cartão de identificação com a indicação de seu número.
2. Os documentos de identidade e pessoais do candidato serão devolvidos no ato de apresentação, após as devidas anotações na ficha de inscrição,
3. O candidato, cuja documentação não for considerada em ordem, terá sua inscrição indeferida.
4. Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, a Prefeitura Municipal homologará as inscrições, ocorrendo, após, a publicação no site oficial do Município: [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br), no Diário Oficial dos Municípios - DOM e afixação em local público.
5. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.
6. O candidato terá somente sua inscrição válida se efetivados todos os procedimentos previstos neste Edital.

9. O candidato deverá anexar à Ficha de Inscrição fotocópia dos seguintes documentos:

9.1 . Identidade (Carteira de Identidade Civil ou Profissional ou CNH - modelo novo, com foto);

10. Efetuada a inscrição, não será aceito pedido de alteração no requerimento, exceto o referente ao endereço do candidato.
11. O candidato deverá manter atualizado seu endereço, enquanto estiver participando do Processo Seletivo e no período subsequente, se aprovado. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.
12. A adulteração de qualquer elemento da cópia da cédula de identidade, em relação ao original da mesma ou a não veracidade de declaração apresentada na Ficha de Inscrição em decorrência deste Edital, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição ou na eliminação do candidato do Processo Seletivo Simplificado, se a inscrição já estiver homologada.

## III - DO CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA:

1. Às pessoas portadoras de deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado desde que a deficiência de que são portadoras seja compatível com as atribuições do cargo em provimento.
2. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, serão reservados aos portadores de deficiência 5% (cinco

por cento) do número de vagas oferecidas para cada Cargo ou 01(uma) quando o resultado da aplicação deste percentual sobre o número de vagas for inferior a unidade e o número de vagas igual ou superior a 05(cinco).

3. Consideram-se pessoas portadoras de deficiência aquelas que se enquadrarem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99 e alterações.

4. As pessoas portadoras de deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5. O candidato inscrito como portador de deficiência deverá comunicá-la especificando-a no topo da Ficha de Inscrição em cor vermelho - PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS - e anexar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar a previsão de adaptação da sua prova (solicitação de prova especial Ampliada).

6. Os candidatos que não atenderem os dispositivos mencionados no item 4 e 5, dentro do prazo do período das inscrições, serão considerados como não portadores de deficiência e não terão a prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado, estando impossibilitados de realizar a prova em condições especiais.

7. O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição, não declarar essa condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

8. Não será contratado o candidato cuja deficiência não for configurada ou quando esta for considerada incompatível com a função a ser desempenhada.

9. As inscrições que cumprirem os requisitos aqui exigidos serão homologadas.

10. O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, até a data limite para a realização das inscrições.

11. Os candidatos portadores de necessidades especiais, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma junta médica oficial para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

12. Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização de provas deverão mencionar em declaração anexa a ficha de inscrição, indicando as condições especiais que necessitam para a realização das provas. A decisão desses requerimentos caberá à Comissão do Processo Seletivo Simplificado que poderá solicitar documentos ou exames para fins de comprovação das condições do candidato.

13. O candidato que, no ato da inscrição, se declarar portador de necessidades especiais, se aprovado no Processo Seletivo Simplificado, figurará na listagem específica de classificação de candidatos portadores de necessidades especiais, se conseguir a nota mínima para a prova e dentro do número de vagas reservadas para portadores de necessidades especiais.

## IV - CONDIÇÕES PARA O PROVIMENTO DO CARGO (POSSE).

No ato da posse o candidato deverá apresentar:

1. Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo, representado pelo Diploma e Carteira Nacional de Habitação, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, se for o caso.
2. Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial.
3. Declaração de bens que constituem seu patrimônio.
4. Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública.
5. Cópia dos seguintes Documentos de identificação pessoal,

necessários ao registro funcional no serviço público municipal:

- Prova de identidade;
- Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
- CPF;
- Comprovante de escolaridade exigido para o cargo, no ato da Posse; e comprovante do registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, quando for o caso.
- Título de eleitor e comprovante de que votou na última eleição.
- Comprovar idade mínima de 18 anos.
- Outros documentos exigidos por Lei.

6. O candidato aprovado, em caso de surgimento de vagas, será nomeado, em caráter temporário, para investidura em classe e referência inicial da carreira funcional para a qual concorreu.

7. A desistência após a nomeação será considerada definitiva, sendo o candidato excluído da lista de classificados.

8. O candidato, mesmo aprovado no processo seletivo, será eliminado do mesmo se não apresentar os documentos constantes deste capítulo, no ato da posse.

#### V - DO REGIME EMPREGATÍCIO

Os habilitados e classificados no Processo Seletivo das vagas constantes no Quadro I serão admitidos sob o Regime Estatutário;

#### VI - DAS PROVAS

A Realização das Provas obedecerá aos seguintes critérios:

1. A Prova escrita terá a duração de até 03h00min (três horas). Após a realização da prova o respectivo caderno será liberado ao candidato, desde que, já tenha decorrido 1:00 (uma) hora do início da prova.

1.1. Não haverá provas fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes.

1.2. O Gabarito das provas será publicado até às 19:00 horas do dia útil posterior à realização do Processo Seletivo.

2. Desde já, ficam os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 45 (quarenta e cinco) minutos ao local das provas, munidos de caneta esferográfica azul ou preta.

3. O ingresso na sala de provas, só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade que originou a inscrição e documento de inscrição no Concurso, entregue quando do ato de inscrição.

4. Não será admitido às provas o candidato que se apresentar após o horário estabelecido; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

5. No recinto de provas não será permitida a utilização de equipamentos de rádio tipo "walk-man" ou similar, bem como o uso de telefone celular, máquina calculadora ou qualquer outro aparelho, bem como folha de rascunho.

6. O caderno de prova é o espaço pelo qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO DE RESPOSTAS.

7. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, no cartão de respostas, estiver em desconformidade com as instruções deste Edital, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

8. Na realização da Prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las;

9. O candidato deverá preencher o Cartão de Resposta assinando "X" com caneta esferográfica, tinta azul ou preta, o espaço correspondente à alternativa escolhida. O Cartão Resposta será o único documento válido para efeito de correção da prova, que deverá ser devolvido obrigatoriamente ao final da prova, devendo o mesmo ser colocado dentro do envelope que se encontra sobre a mesa.

10. Em nenhuma hipótese haverá substituição do Cartão Resposta,

por erro do candidato.

11. Não serão atribuídos pontos a questões divergentes do gabarito, que apresentarem rasura, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco.

12. O candidato, ao terminar a prova escrita, colocará o seu cartão resposta dentro do envelope, disponível sobre a mesa, sem auxílio de fiscais.

13. Ao final das provas escritas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, a fim de assinarem o lacre do envelope das provas, juntamente com os fiscais, na coordenação do concurso,

14. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

- For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;

- Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal.

- Usar telefone celular nas dependências dos locais das provas, ou qualquer outro meio de comunicação;

- Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos;

- Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.

15. A Prova Prática, para os cargos de Auxiliar de Manutenção de Veículos, Auxiliar de Manutenção e Conservação, Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista, Operador de Equipamentos II, Operador de trator de Pneus, será realizada no dia 01/03/2015 (mesmo dia da prova Objetiva), a partir das 13h00min, nas dependências da Escola de Educação Básica Bertino Silva, no centro da Cidade de Leoberto Leal. Para a realização das provas práticas haverá deslocamento da Escola de Educação Básica Bertino Silva para locais adequados.

#### a) Provas Escritas

I - CARGOS: Enfermeiro, Técnico em enfermagem, Agente de Proteção e Atendimento Integral à Família, Nutricionista 20 horas NASF, Fonoaudiólogo 20 horas NASF, Educador Físico 20 horas NASF e Fisioterapeuta 20 horas NASF.

Para estes cargos o Processo Seletivo constará somente de Provas Escritas.

1. Será considerado habilitado na prova Escrita, o candidato que obtiver nota igual ou superior a 4,0 (quatro) pontos.

2. Em caso de empate, e havendo empatado candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, terá preferência o candidato mais idoso. Persistindo o empate, a preferência recairá sobre aquele que obtiver a maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos. Se esta não houver, a maior nota na Prova de Língua Portuguesa.

3. No caso de empate entre candidatos com idade inferior a 60 (sessenta) anos, a preferência recairá sobre aquele que obtiver a maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos. Se esta não houver, a maior nota na Prova de Língua Portuguesa. Persistindo o empate, terá preferência o candidato que tiver a maior idade.

4. As provas escritas de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, valendo cada uma 0,40 pontos, abrangerão as seguintes disciplinas:

- Língua Portuguesa - 05 questões;

- Conhecimentos Gerais - 05 questões;

- Matemática - 05 questões

- Conhecimentos Específicos da Profissão - 10 questões

5. Os conteúdos programáticos estão no anexo I - parte integrante deste Edital.

#### b) Provas Escritas e Práticas

Cargo: Auxiliar de Manutenção de Veículos, Auxiliar de Manutenção e Conservação, Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista, Operador de Equipamentos II (retroescavadeira), Operador de Equipamentos II



(motoniveladora) e Operador de Trator de Pneus.

Para estes cargos o Processo Seletivo constará de Provas Escritas, de caráter eliminatório e classificatório, e de Prova Prática, que irá testar o desempenho do candidato nas atividades relacionadas ao cargo.

1. Será considerado habilitado na prova Escrita o candidato que obtiver dois ou mais acertos na prova realizada, obtendo pontuação igual ou superior a 1 (um) ponto.
2. Em caso de empate, e havendo empatado candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, terá preferência o candidato mais idoso. Persistindo o empate, a preferência recairá sobre aquele que obtiver a maior nota na Prova de Língua Portuguesa e por último, a maior nota na prova de Matemática.
3. No caso de empate entre candidatos com idade inferior a 60 (sessenta) anos, a preferência recairá sobre aquele que obtiver a maior nota na Prova de Língua Portuguesa. Persistindo o empate, terá preferência o candidato que tiver a maior idade.
4. A prova escrita será de 20 (vinte) questões de múltipla escolha, valendo cada uma 0,5 pontos, abrangerão as seguintes disciplinas:
  - Língua Portuguesa - 05 questões;
  - Matemática - 05 questões
  - Conhecimentos Gerais - 10 questões.
5. Os conteúdos programáticos estão nos anexos I e II- partes integrantes deste Edital.
6. Será considerado habilitado (aprovado) na prova Prática o candidato que obtiver nota igual ou superior a 7,0 (sete) pontos.
7. Em caso de empate na Nota Final, e havendo empatado candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, terá preferência o candidato mais idoso. Persistindo o empate, a preferência recairá sobre aquele que obtiver a maior nota na Prova Prática.
8. No caso de empate entre candidatos com idade inferior a 60 (sessenta) anos, a preferência recairá sobre aquele que obtiver a maior nota na Prova Prática. Persistindo o empate, terá preferência o candidato que tiver a maior idade.
9. Nas provas práticas que exigirem o emprego de equipamentos de elevado valor, pertencentes ou sob a responsabilidade do Município ou da entidade que realizar o certame, poderá ser procedida, a critério da fiscalização, a imediata exclusão do candidato que demonstre não possuir a necessária capacidade no seu manejo, com risco de danificá-los. As circunstâncias que motivarem a exclusão do candidato, isto é, sua desclassificação do processo seletivo - serão registradas em ata, com assinatura de pelo menos 02 (duas) testemunhas.
10. Haverá um tempo máximo para a realização de cada item da prova, de acordo com a tabela a seguir, considerando a dificuldade e demais aspectos necessários para o desempenho satisfatório dos testes, por parte dos candidatos.
11. No critério da eficiência (para a realização das provas práticas) as tarefas a serem executadas pelos candidatos serão idênticas avaliando-se quem terá realizado a tarefa toda, ou a maior quantidade com relação ao tempo pré-estabelecido ou em menor tempo, com a mesma qualidade.
12. Para a realização da Prova Prática, os candidatos deverão apresentar-se com trinta minutos de antecedência, em trajas apropriados para o teste, portando cédula de identidade, documento de inscrição e Carteira Nacional de Habilitação, para os Cargos de Motorista, Auxiliar de Manutenção de Veículos e Operador de Equipamentos II e de Trator de Pneus.
13. Havendo possibilidade, as provas práticas serão filmadas e/ou fotografadas.

#### VII - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS E PRÁTICAS

Provas: As provas Escritas serão realizadas às 09h00min e as Práticas a partir das 13h00min do dia 01.03.2015, nas dependências da Escola de Educação Básica Bertino Silva, no centro da Cidade de Leoberto Leal. Para a realização das provas práticas haverá

deslocamento da Escola de Educação Básica Bertino Silva para locais adequados.

#### VIII - DOS RECURSOS

1. Serão admitidos recursos das seguintes fases:

- I - do presente edital;
  - II - do não deferimento do pedido de inscrição;
  - III - da formulação das questões;
  - IV - da discordância com o gabarito das provas escritas;
  - V - da classificação;
  - VI - da homologação do resultado do processo seletivo;
2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão no prazo de dois dias, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal.
3. Os demais recursos deverão conter nome do candidato recorrente, número de inscrição, assinatura do mesmo, sua fundamentação e será dirigido à Prefeitura - nos termos do anexo IV - parte integrante deste edital. O protocolo do requerimento deverá ser efetuado na Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.
4. O recurso só será conhecido se protocolado junto à Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, para a abertura do processo, e o prazo para tanto será de 02 (dois) dias úteis, excluído o dia da publicação:
- da listagem dos candidatos inscritos, para o caso de indeferimento de sua inscrição ou de deferimento da inscrição de outro candidato;
  - dos gabaritos, para impugnação de questões formuladas;
  - da lista de classificação dos candidatos, para impugnar a classificação, assim como para a revisão de sua própria prova e notas e para impugnar a homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado.
  - os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente.
5. Findo o prazo para recurso, o processo seletivo será homologado pela Prefeitura Municipal.

#### X - DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A validade do processo seletivo será de 01(um) ano, podendo ser prorrogado por igual período;
- 1.1. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não gera o direito à admissão, mas credencia o aprovado à nomeação durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, de acordo com a necessidade do Município, obedecida a ordem de classificação, computadas as vagas existentes na data do edital, as que decorrerem de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas.
2. A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do Edital de Processo Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor.
3. Caberá à Comissão Especial de Processo Seletivo a anulação de questões.
4. Serão publicados os resultados dos candidatos habilitados que atingirem a nota mínima exigida para cada uma das provas.
5. É vedada a inscrição neste Processo Seletivo de quaisquer membros da Comissão Especial de Processo Seletivo.
6. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado.

Leoberto Leal, em 19 de janeiro de 2015.  
JOSÉ JAIR ALEXANDRE  
Prefeito Municipal e.e

#### ANEXO I DISCIPLINAS / CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA



## FONTES DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA A ELABORAÇÃO DAS QUESTÕES

### 01 – PROVA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO E INCOMPLETO

#### 1.1 – Questões de Matemática e Português.

- Conteúdos básicos que fazem parte do currículo obrigatório de Português e Matemática ensinados até os 8 anos do ensino fundamental e descritos nos livros utilizados.

#### 1.2 – Questões de Conhecimentos Gerais e Atualidades.

- Conteúdos básicos e obrigatório de História, Geografia, Cultura do Brasil ensinados até os 8 anos do Ensino Fundamental e descritos nos livros utilizados para este nível de ensino.

- Conteúdos sobre História, Geografia, Economia, Cultura e Política contidos no site da Prefeitura de Leoberto Leal, IBGE e Folders Institucionais do Município.

- Conteúdos de notícias veiculadas em revistas e jornais de circulação local, regional e nacional nos últimos 6 (seis) meses, sobre Política, Economia, Cultura, Aspectos Sociais de Leoberto Leal e do Brasil.

#### 1.3 – Questões de Conhecimentos específicos.

- Atribuições do Cargo.

- Competências necessárias para o exercício eficiente das atribuições do Cargo.

- Noções de Organização do Trabalho, Relações Humanas, Ética e Cidadania, Qualidade no Trabalho, descritas em apostilas e manuais básicos sobre esses assuntos.

### 02 – PROVA PARA O ENSINO MÉDIO

#### 2.1 – Questões de Português e Matemática.

- Conteúdo básico obrigatório do currículo dessas duas disciplinas ensinado nos três anos do Ensino Médio, e descrito nos livros e apostilas utilizados.

#### 2.2 – Questões de Conhecimentos Gerais e Atualidades.

- Conteúdo básico obrigatório das disciplinas de História, Geografia, Cultura do Brasil, ensinados nos três anos do Ensino Médio, e descritos nos livros e apostilas utilizados.

- Atualidades sobre Política, Economia, Demografia, Cultura e Aspectos Sociais publicados nos meios de comunicação (principais revistas, jornais, sites) nos últimos 6 (seis) meses, envolvendo aspectos relacionados ao município de Leoberto Leal e do Brasil.

- Conteúdo sobre Aspectos Econômicos e Demográficos do Município e do Brasil contidos no IBGE.

#### 2.3 – Questões sobre Conhecimentos Específicos e Legislação Pública Municipal.

- Atribuições (responsabilidades e tarefas) do cargo,

- Competências (conhecimentos e habilidades) necessárias para o exercício eficiente das atribuições do Cargo.

- Competências Humanas (comportamento – Atitudes e Qualidades Pessoais) necessárias para a Boa Convivência e o Bom Relacionamento Humano no Trabalho, considerando as atribuições do cargo.

- Noções de Segurança e Higiene no Trabalho, Planejamento e Organização do Trabalho, Ética e Cidadania, Qualidade e Produtividade, pertinentes às atribuições do cargo e ao posto de trabalho, e descritas em apostilas e manuais básicos que tratam do assunto.

- Legislação específica que regulamenta e normatiza as atribuições do Cargo (nível técnico) quando for o caso.

- Legislação Pública Municipal: Lei Orgânica do Município, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Federal 8.666/93 e Lei 4.320.

### 3 – PROVA PARA O NÍVEL SUPERIOR

#### 3.1 – Questões de Português e Matemática.

- Conteúdos fundamentais das duas disciplinas, obrigatórios nos 3 anos do Ensino Médio e no currículo do Ensino Superior, contidos nos livros, manuais e apostilas utilizados nos dois níveis.

#### 3.2 – Questões de Conhecimentos Gerais e Atualidades.

- Conteúdos fundamentais de História e Geografia, Cultura, Economia e Política do Brasil, ensinados nos currículos do ensino médio e superior e contidos nos livros, manuais e apostilas utilizadas.

- Conteúdos de notícias publicadas nos últimos 6 (seis) meses nos principais jornais, revistas e sites sobre Política, Economia, Cultura, Aspectos Sociais e Demográficos do município e do Brasil.

#### 3.3 – Questões de Conhecimentos Específicos

- Conteúdo sobre as atribuições (responsabilidades e tarefas) do Cargo, e também aquelas que são definidas por lei, quando for o caso.

- Competências (conhecimentos e habilidades) necessárias para o desempenho eficiente das atribuições do Cargo e que fazem parte do conteúdo apresentado no curso de nível superior pertinente.

- Comportamento (atitudes e qualidades pessoais) necessário para o desempenho eficiente das atribuições do cargo e para o bom relacionamento humano no trabalho, descritas nos manuais e apostilas básicas que tratam do assunto.

- Noções básicas de Produtividade e Qualidade pertinentes ao desempenho eficiente das atribuições do Cargo e ao posto de trabalho, contidas em Manuais e Apostilas que tratam do assunto.

- Noções básicas de Planejamento e Organização do Trabalho, contidas nos livros, manuais e apostilas que tratam do assunto, sobretudo aqueles voltados ao posto e setor de trabalho.

- Noções de Ética e Cidadania, necessários para o desempenho eficiente das atribuições do Cargo, e que fazem parte dos princípios e diretrizes fundamentais exigidos e contidos nos manuais do Cargo.

- Noções de Higiene e Segurança do Trabalho, pertinentes ao desempenho das atribuições do cargo, e contidas nos manuais que tratam do assunto.

- Legislação específica sobre o cargo, que define princípios e diretrizes de atuação, que normatiza os procedimentos, e que define as políticas de gestão e de atuação da área de trabalho, sobretudo as áreas de Educação, Saúde, Meio Ambiente, Engenharia, Trânsito, Segurança no Trabalho, quando for o caso.

- Legislação Pública Municipal: Lei Orgânica do Município e Constituição Federal, legislação que define as normas e procedimentos para a gestão municipal, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Federal 8.666/93 e Lei 4.320.

## ANEXO II CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA PRÁTICA

Cargo	Atividades
Operador de Equipamentos II (Retroescavadeira e Motoniveladora)	<p>Executar atividades inerentes ao cargo – operar equipamento rodoviário, de acordo com o Cargo - e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado.</p> <p>Duração da Prova: de 5 a 10 minutos.</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I – Verificação da Máquina (pneus, água, óleo, bateria);</p> <p>II – Habilidades ao operar o equipamento;</p> <p>III – Aproveitamento do Equipamento;</p> <p>IV – Produtividade;</p> <p>V – Técnica/Aptidão/Eficiência.</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 20 pontos – em um total de até 100 pontos para todos os critérios.</p>

Operador de trator de pneus	<p>Executar atividades inerentes ao cargo – operar equipamento agrícola, de acordo com o Cargo - e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado.</p> <p>Duração da Prova: de 5 a 10 minutos.</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I – Verificação da Máquina (pneus, água, óleo, bateria);</p> <p>II – Habilidades ao operar o equipamento;</p> <p>III – Aproveitamento do Equipamento;</p> <p>IV – Produtividade;</p> <p>V – Técnica/Aptidão/Eficiência.</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 20 pontos – em um total de até 100 pontos para todos os critérios.</p>
Motorista	<p>Executar atividades inerentes ao cargo – dirigir veículos de acordo com as normas estabelecidas pelo Código Nacional de Trânsito - e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e seguindo a Ficha de Avaliação utilizada pelo DETRAN/SC, atribuindo-se penalidades graves, médias e leves para cada infração cometida, com perdas de pontos correspondentes.</p> <p>Duração da Prova: de 5 a 10 minutos.</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I – Habilidades ao dirigir de acordo com o Código Nacional de Trânsito;</p> <p>II – Direção defensiva;</p> <p>III – Uso adequado do equipamento.</p>
Auxiliar de Manutenção e Conservação	<p>Executar atividades inerentes ao cargo – capinar e/ou roçar e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e economicidade do material.</p> <p>Duração da Prova: até 20 minutos</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I – Habilidades com ferramentas;</p> <p>II – Eficiência/Qualidade;</p> <p>III – Produtividade;</p> <p>IV – Organização na execução dos Trabalhos/Economia do Material;</p> <p>V – Técnica/Aptidão/Eficiência.</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 20 pontos – em um total de 100 pontos para todos os critérios</p>
Auxiliar de Manutenção de Veículos	<p>Executar atividades inerentes ao cargo – Lavar os veículos e equipamentos rodoviários e auxiliar o mecânico nas atividades da oficina, de acordo com o Cargo – e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado.</p> <p>Duração da Prova: até 20 (vinte) minutos.</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I – Habilidades com os veículos e equipamentos utilizados para manutenção;</p> <p>II – Eficiência/Qualidade/Higiene;</p> <p>III – Produtividade;</p> <p>IV – Organização na execução dos Trabalhos/Economia do Material/Ingredientes;</p> <p>V – Técnica/Aptidão/Eficiência.</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 20 pontos – em um total de até 100 pontos para todos os critérios.</p>

Auxiliar de Serviços Gerais	<p>Executar atividades inerentes ao cargo – Executar trabalhos abrangendo serviços braçais de limpeza e copa - e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e economicidade do material.</p> <p>Duração da Prova: até 20 (vinte) minutos</p> <p>Fatores a serem avaliados:</p> <p>I – Habilidades com utensílios;</p> <p>II – Eficiência/Qualidade/Higiene;</p> <p>III – Produtividade;</p> <p>IV – Organização na execução dos Trabalhos/Economia do Material/Ingredientes;</p> <p>V – Técnica/Aptidão/Eficiência;</p> <p>Cada critério terá a pontuação de até 20 pontos – em um total de 100 pontos para todos os critérios</p>
-----------------------------	--

## ANEXO III

## ATESTADO PARA CARACTERIZAÇÃO DE PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

Atesto, em cumprimento a Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989 e do Decreto nº 3298/99 de 20 de dezembro de 1999, que o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_

, portador do RG nº \_\_\_\_\_, nascido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, foi devidamente avaliado clinicamente enquadrando-se, segundo o Artigo 4º, do Decreto 3298/99, na seguinte categoria:

1. ( ) deficiência física
2. ( ) deficiência auditiva
3. ( ) deficiência visual
4. ( ) deficiência mental
5. ( ) múltipla
6. ( ) Outras. Quais \_\_\_\_\_
7. CID \_\_\_\_\_

8. Especificação das atividades relativas ao cargo compatíveis com a deficiência apresentada: -

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Médico \_\_\_\_\_

Nome do Médico: \_\_\_\_\_

CRM Nº \_\_\_\_\_

Declaro ter recebido cópia deste atestado e autorizo a declaração do CID/ diagnóstico correspondente à minha deficiência.

Assinatura do (a) candidato (a) \_\_\_\_\_

## ANEXO IV

## FORMULÁRIO DE RECURSO

AO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL:

NOME DO CANDIDATO:

CARGO:

Nº de INSCRIÇÃO:

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

( ) ( ) ( ) ( ) ( )	Contra Indeferimento de Inscrição Contra Gabarito da Prova Escrita Contra Resultado Prova Escrita Contra Resultado Prova Prática Contra Resultado Prova Títulos	Ra Nº da questão: _____ Gabarito oficial: _____ Resposta do Candidato: ____
---------------------------------	---	--

Justificativa do candidato - Razões do Recurso

Usar um formulário para cada recurso.

O recurso só será conhecido se protocolado junto à Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, para abertura do respectivo processo.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015

Assinatura do candidato

Protocolo - assinatura do responsável pelo recebimento

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/2015			Nº da Inscrição
Código do Cargo:	Nome do Cargo:		
Nome do (a) Candidato (a):			
Identidade:		Data de Nascimento:	Sexo: M( ) F( )
CPF:	Título Eleitoral:	Estado Civil:	
Fone:	e-mail -		
Portador de Necessidade Especial ( ) Sim ( ) Não		Declaração de Condições Especiais: ( ) Sim ( ) Não	
Endereço:			Bairro:
Município:		Estado:	CEP:
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo Simplificado, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.			
Leoberto Leal, em...../...../.....		Assinatura do Candidato:	

Via da Prefeitura

.....

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 001/2015			Nº da Inscrição
Código do Cargo:	Nome do Cargo:		
Nome do (a) Candidato (a):			
Obrigatória a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta (Preta ou Azul) e chegar 45 minutos de antecedência.			
Leoberto Leal, em ...../...../.....		Assinatura do Responsável pelo recebimento (Prefeitura)	

Via do Candidato

**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015 - FMS**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Divisão de Licitações e Compras  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2015  
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

TIPO: Menor Preço (global) Objeto: Objetivando a contratação de empresa para reforma da cobertura com telhas cerâmicas da Unidade Básica de Saúde Santa Paulina, no Município de Leoberto Leal, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/2015. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 06 de fevereiro de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 19/01/2015.  
ROBERTA OTTO  
Secretária Municipal da Saúde.

**Luzerna****PREFEITURA****CONTRATO PML Nº 011.15**

CONTRATO PML Nº 011.2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2015 - PML  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 - PML

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDIOMETRIA OCUPACIONAL**

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por Prefeito em exercício JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade nº 3.620.613 SSP/SC, residente e domiciliado a Rua Primavera, 303, Bairro Suzana, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE e CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA ADOLFO FELIX MARCA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.828.936/0001-17, situada na Rua Almirante Tamandaré nº 2615, Térreo, Centro, no Município de Catanduvas/SC, CEP 89670-000 neste ato representada por ADOLFO FELIX MARCA, brasileiro, maior, inscrito no CPF/MF sob o nº 009.231.799-50, portador da cédula de identidade 11/R.4.005.238 SSPSC, doravante denominado CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDIOMETRIA OCUPACIONAL, com fundamento no Processo Licitatório nº 004.2015 na Dispensa de Licitação nº 004/2015 de 04/01/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETO**

O objeto deste Contrato é a prestação de serviços de auditoria ocupacional consubstanciado na realização do PCA (Programa de Conservação Auditiva) e de exame de audiometrias ocupacionais (admissional, periódico, demissional, mudança de função e retorno ao trabalho) previdenciário aos servidores do Município e Luzerna/SC durante o ano de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DO PREÇO**

Pela execução do Contrato, a CONTRATADA, receberá R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), que serão pagos em parcela única no valor total da prestação do serviço conforme demonstrativo na tabela a baixo:

UN	Especificação	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
01	Prestação de serviços de auditoria ocupacional consubstanciado na realização do PCA (Programa de Conservação Auditiva) e de exame de audiometrias ocupacionais (admissional, periódico, demissional, mudança de função e retorno ao trabalho) previdenciário aos servidores do Município e Luzerna/SC durante o ano de 2015.	2.200,00	2.200,00

### CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº 0601.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador - Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - 3.3.90.39.50.00 - Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e laboratorial - Reduzido: 018 - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

### CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA, RESCISÃO E INEXECUÇÃO DO CONTRATO

O prazo de vigência do presente Contrato é de 09 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado em conformidade a Lei nº 8.666 e alterações posteriores, art. 57, inciso II, sendo que a inexecução total ou parcial do objeto o CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato com fundamento nas hipóteses previstas nos arts 77 e 78 e pelas formas do art. 79 da Lei Federal 8.666/3 e suas alterações sendo que pela inexecução total ou parcial do contrato fica estipulada multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

### CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. Executar o objeto do presente contrato de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira deste contrato;
- 5.2. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 5.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 5.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666 e alterações posteriores, art. 65, inciso II, letra "d", respeitado o contido nos §§ 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

### CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas.

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

Luzerna/SC, 09 de janeiro de 2015.

JULIANO SCHNEIDER Prefeito de Luzerna em exercício CONTRATANTE	ADOLFO FELIX MARCA CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA ADOLFO FELIX MARCA CONTRATADA
--	---

### TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

### CONTRATO PML Nº 012.15

CONTRATO PML Nº 012.2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2015 - PML

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015 - PML

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por Prefeito em exercício JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade nº 3.620.613 SSP/SC, residente e domiciliado a Rua Primavera, 303, Bairro Suzana, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE e BRANDALISE & PADILHA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA E HIGIENE DO TRABALHO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.665.295/0001-79, situada na Av. XV de novembro, 530, sala 09, Centro, no Município de Joaçaba/SC, neste ato representada por seu sócio-gerente, SIDNEI PADILHA, brasileiro, casado, técnico em segurança do trabalho, inscrito no CPF/MF sob nº 005.059.399-40, portador da cédula de identidade 11/R- 3.157.112, residente e domiciliado na Rua Augustinho Zamboni, 147, Bairro São Francisco, em Luzerna/SC, doravante denominado CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO, com fundamento na Processo Licitatório nº 005/2015 Dispensa de Licitação nº 002/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O objeto deste Contrato é a prestação de serviços de orientação técnica e serviço de segurança e medicina do trabalho, destinado aos servidores do Município de Luzerna durante o ano de 2015.

Prestação de serviço de segurança e medicina do Trabalho, destinados aos servidores do Município de Luzerna durante o ano de 2015, substanciado em:

1. Elaboração Do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
2. Elaboração Do LTCAT – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho.
3. Elaboração Do PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.
4. Realização dos ASO – Atestado de Saúde Ocupacional Admissional, Periódico, Demissional, Mudança de Função e Retorno ao Trabalho.

### CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO

Pela execução do Contrato, a CONTRATADA, receberá R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais), sendo o pagamento efetuado em parcela única no valor total da prestação do serviço.

### CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº 0601.11.332.0007.2009 - Segurança do Trabalhador - Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - 3.3.90.39.05 - Serviços Técnicos Profissionais - Reduzido: 033 - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

### CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA, RESCISÃO E INEXECUÇÃO DO CONTRATO



O prazo de vigência do presente Contrato é de 09 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado em conformidade a Lei nº 8.666 e alterações posteriores, art. 57, inciso II, sendo que a inexecução total ou parcial do objeto o CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato com fundamento nas hipóteses previstas nos art.s 77 e 78 e pelas formas do art. 79 da Lei Federal 8.666/3 e suas alterações sendo que pela inexecução total ou parcial do contrato fica estipulada multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. Executar o objeto do presente contrato de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira deste contrato;
- 5.2. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 5.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 5.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

#### CLAÚSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666 e alterações posteriores, art. 65, inciso II, letra "d", respeitado o contido nos §§ 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas.

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

Luzerna/SC, 09 de janeiro de 2015.

JULIANO SCHNEIDER Prefeito de Luzerna em exercício CONTRATANTE	SIDNEI PADILHA BRANDALISE & PADILHA ASS., COM. EM SEG. E HIGIENE DO TRABALHO LTDA CONTRATADA
--	--

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

#### CONTRATO PML Nº 013.15

CONTRATO PML Nº 013.2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015 - PML  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2015 - PML

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE PRÉDIOS PÚBLICOS

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por

Prefeito em exercício JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade nº 3.620.613 SSP/SC, residente e domiciliado a Rua Primavera, 303, Bairro Suzana, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE e SURDI COMÉRCIO DE REDES E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.553.455/0001-83, situada a Rua Dário Fontana, 255, Centro, no Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, neste ato representada por MATEUS FELIPE SURDI, brasileiro, maior, capaz, inscrito no CPF/MF sob o nº 009.921.489-01, portador da cédula de identidade 5212887, residente e domiciliado a Rua Dário Fontana, 255, Centro, no Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, doravante denominado CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE PRÉDIOS PÚBLICOS, com fundamento no Processo Licitatório nº 006/2015 Dispensa de Licitação nº 003/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O objeto deste Contrato é a contrato de prestação de serviço de lavagem dos prédios da Escola Municipal São Francisco e do Espaço da Primeira Infância do Município de Luzerna/SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO

Pela execução do Contrato, a CONTRATADA, receberá R\$ 6.643,20 (seis mil seiscentos e quarenta e três reais e vinte centavos), sendo pagamento efetuado em parcela única no valor total da prestação do serviço após a emissão da nota fiscal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DA DOTAÇÃO

As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº 08.01.2.030.3.3.90.00.00.00.00 - Manutenção do Ensino Fundamental - Fonte de Recurso 01 - Recursos de Impostos e transferências Impostos.

#### CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA, RESCISÃO E INEXECUÇÃO DO CONTRATO

O prazo de vigência do presente Contrato é até 09 de março de 2015, podendo ser prorrogado em conformidade a Lei nº 8.666 e alterações posteriores, art. 57, inciso II, sendo que a inexecução total ou parcial do objeto o CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato com fundamento nas hipóteses previstas nos art.s 77 e 78 e pelas formas do art. 79 da Lei Federal 8.666/3 e suas alterações sendo que pela inexecução total ou parcial do contrato fica estipulada multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. Executar o objeto do presente contrato de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira deste contrato;
- 5.2. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 5.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 5.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

## CLAÚSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666 e alterações posteriores, art. 65, inciso II, letra "d", respeitado o contido nos §§ 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

## CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas.

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

Luzerna/SC, 09 de janeiro de 2015.

JULIANO SCHNEIDER Prefeito de Luzerna em exercício CONTRATANTE	MATEUS FELIPE SURDI SURDI COM. DE REDES E SERVI- ÇOS DE LIMPEZA LTDA ME CONTRATADA
--	---

## TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

## CONTRATO PML Nº 014.15

CONTRATO PML Nº 014/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 078/2014

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TELEFONISTAS PARA ATENDER AO MUNICÍPIO DE LUZERNA, CONFORME NORMAS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC, representado neste ato por Prefeito em exercício JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade nº 3.620.613 SSP/SC, residente e domiciliado a Rua Primavera, 303, Bairro Suzana, neste Município de Luzerna/SC, de ora em diante denominado CONTRATANTE e ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Dona Leopoldina, nº 26, Centro, no Município de Joinville/SC CEP 89.201-095, inscrita no CNPJ sob o nº 79.283.065/0001-41, neste ato representado por seu representante legal JOSÉ MIGUEL PUNDECK, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº 1.156.870-0 e inscrito no CPF/MF sob o nº 157.139.709-49, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TELEFONISTAS PARA ATENDER AO MUNICÍPIO DE LUZERNA, CONFORME NORMAS E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. O objeto deste Contrato, de acordo com o Processo Licitatório 129/2014, Pregão nº 078/2014, contratação de serviços continuados de telefonistas para atender ao Município de Luzerna, conforme normas e especificações contidas neste Edital e em seus

anexos, e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	Prestação de serviços continuados de telefonistas para atender a Prefeitura Municipal de Luzerna, 4 (quatro) horas diárias; 20 (vinte) horas semanais, conforme detalhado no termo de referência.	Meses	12	2.115,0172	25.380,21
2	Prestação de serviços continuados de telefonistas para atender a Prefeitura Municipal de Luzerna, 6 (seis) horas diárias; 30 (trinta) horas semanais, conforme detalhado no termo de referência.	Meses	12	1.901,6494	22.819,79

1.2. Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser executados segundo os quantitativos e locais correspondentes e a descrição das atividades básicas a serem desenvolvidas, constantes do Termo de Referência (Anexo I).

1.3. Implantar dentro de 10 (dez) dias úteis, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, a mão de obra contratada, nos horários fixados, informando em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite de assumir o posto conforme estabelecido.

1.4. Os serviços serão prestados na Prefeitura Municipal de Luzerna/SC, sita na Av. 16 de fevereiro, nº 151, Centro, Luzerna/SC, em regra, com:

1.4.1. 1 (um) posto de telefonista de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11h45min, com jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais;

1.4.2. 1 (um) posto de telefonista de segunda a sexta-feira, das 13 horas às 19 horas, com jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

1.5. Se necessário for, e a critério do contratante, poderá ser solicitada a execução dos serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, desde que comunicado previamente a CONTRATADA podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida;

1.6. Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aos seus empregados, impondo penalidade àqueles que se negarem a usá-los, bem como mantê-los nas dependências da contratante quando exigido pelas normas de segurança do trabalho;

1.7. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos de controle e demais aplicáveis à espécie.

1.8. Realizar, às suas expensas, sempre que necessário e em função de atualizações tecnológicas e/ou alterações de processos de trabalho, o treinamento e/ou reciclagem dos empregados disponibilizados à contratante, visando manter o nível dos serviços

contratados;

1.9. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da contratante;

1.10. Todos os custos deverão estar inclusos no valor global de sua proposta, de forma a não prejudicar a normal realização dos serviços.

1.11. O não fornecimento e manutenção da prestação dos serviços de forma adequada e suficiente sujeitará a contratada às sanções previstas no edital e no contrato.

1.12. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho. Caberá exclusivamente a CONTRATADA, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade ou colocado à disposição para a execução do objeto.

1.13. Os salários dos profissionais designados para a execução dos serviços deverão, no mínimo, expressar o piso salarial e benefícios da respectiva categoria, firmado em convenção coletiva.

1.14. Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com experiência, contratados pela CONTRATADA, que deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades de forma permanente, conforme as necessidades do Município.

1.15. Os profissionais devem ser educados, apresentar-se corretamente vestidos (uniformizados e obrigatoriamente com crachá de identificação, com foto), ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e ser responsáveis para com as atividades que executam.

1.16. A CONTRATADA será responsabilizada por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem ao Município ou a terceiros, sendo descontado no primeiro pagamento subsequente à ocorrência o valor correspondente ao dano ou prejuízo causado.

1.17. O Município solicitará que seja afastado imediatamente do posto de serviço o profissional que não se portar convenientemente ou que não atender a execução dos serviços, devendo a proponente vencedora providenciar novo profissional em no máximo 24 (vinte e quatro) horas.

1.18. O Município reserva-se o direito de definir e/ou alterar os horários de trabalho dos postos durante a execução do contrato, para melhor atender as suas necessidades.

1.19. Os serviços/itens dessa licitação poderão ter início em datas diversas, conforme será consignado no contrato firmado entre as partes, de acordo com a necessidade do Município.

1.20. Fica estabelecido neste instrumento que a prestação dos serviços somente poderá ser efetuada pela proponente vencedora, vedada, portanto, a sublocação dos mesmos.

1.21. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, conforme o disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso I e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total do contrato a CONTRATADA receberá R\$ 48.200,00 (quarenta e oito mil e duzentos reais);

2.2. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pela CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de

eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

2.9. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

2.10. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

2.11. A CONTRATADA deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

2.12. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

2.13. Os preços não serão reajustados.

2.14. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DA DOTAÇÃO

3.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos seus Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos seguintes termos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Modalidade de Aplicação; Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

Atividade: 0601.04.122.0007.2006– Manutenção do Departamento de Administração

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA:

4.1.1. Executar o objeto da licitação conforme o disposto no item Forma de Execução e Termo de Referência do Edital;

4.1.2. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

4.1.3. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as



obrigações assumidas;

4.1.4. Responsabilizar-se por eventuais danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.5. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados;

4.1.6. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

4.1.7. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, incluída a alimentação ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto do contrato;

4.1.8. Facilitar todas as atividades de fiscalização da execução do contrato;

4.1.9. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vítimas. A inadimplência do Contratado para com estes encargos, não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

4.1.10. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato;

4.1.11. Arcar o fornecimento de TODOS os insumos, ferramentas, EPI's, acessórios, utensílios, materiais de consumo e similares que façam necessários a execução do objeto licitado, os quais são de inteira e exclusiva responsabilidade da proponente, que, portanto, os fornecerá as suas expensas, para o adequado cumprimento do contrato;

4.1.12. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

4.1.13. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato;

4.1.14. Refazer os serviços que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;

4.1.15. Manter seus empregados sob as normas disciplinares da CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer que seja considerado inconveniente pelo representante da CONTRATANTE;

4.1.16. Recrutar, selecionar e encaminhar ao CONTRATANTE os empregados necessários à realização dos serviços;

4.1.17. Realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados;

4.1.18. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;

4.1.19. Coordenar e controlar a execução dos serviços contratadas;

4.1.20. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;

4.1.21. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;

4.1.22. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

4.1.23. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo ao CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência;

4.1.24. Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;

4.1.25. Utilizar na execução dos serviços apenas produtos e materiais de primeira qualidade;

4.1.26. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;

4.1.27. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

4.1.28. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

4.1.29. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

4.1.30. Substituir os equipamentos em até 24 (vinte e quatro) horas quando apresentarem defeitos;

4.1.31. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los;

4.1.32. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tiver sido imposta em decorrência de inadimplência contratual.

4.1.33 Substituir imediatamente, sob pena de multa pela mora, a pessoa designada para a execução do objeto licitado, em qualquer uma, por mais especial que o seja, das hipóteses ou causas de sua ausência (atestado médico, outras faltas justificáveis frente à legislação trabalhista, licenças, férias, falecimento, incapacitações para o trabalho, seja ela temporária ou permanente, etc.).

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo

ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela CONTRATADA da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado a CONTRATADA:

5.8.1. Se o valor a ser pago a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letras "a" e "b" e inciso II, letras "b", "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato poderá ser rescindo nos seguintes casos:

7.1.1. por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art.78 da Lei 8.666/93;

7.1.2. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação vigente;

7.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interposição judicial e/ou extrajudicial;

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

7.4. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.66/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA direito algum de reclamações ou indenização.

#### CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de emissão da Ordem de Serviço inicial, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, art. 57, § 1º, incisos I, II, III, IV e VI.

#### CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 09 de janeiro de 2014.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito de Luzerna em exercício

CONTRATANTE

JOSÉ MIGUEL PUNDECK

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
----------	----------

#### CONTRATO PML Nº 015.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 015/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 139/2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 085/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 12 (doze) dias do mês de janeiro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA/SC, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito JULIANO SCHNEIDER e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna/SC, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - VAGUI CONFECÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Avenida Duque de Caxias, nº 612, Bairro Centro, no Município de Joaçaba/SC, CEP 89609-000, inscrita no CNPJ sob o nº 81.293.003/0001-62, neste ato representado por seu sócio administrador MICHEL CAZELLA SUHNEL, brasileiro, maior, capaz, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/C 3.427.682 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 003.830719-76, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 139/2014, Pregão Presencial nº 085/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive



das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para o fornecimento de uniformes escolares para alunos da rede municipal de ensino, com amostra, conforme especificações contidas no ANEXO I, que é parte integrante do edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	30,00	UN	Camisetas para a educação infantil tamanho 01 camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster(pes)-33% viscose(cv), manga curta, gola redonda, nas cores amarelo com vermelho e bordados em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo, conforme modelo em anexo. Tamanho 01.	7,7953	233,86
2	60,00	UN	Camisetas para a educação infantil tamanho 02 camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster(pes)-33% viscose(cv), manga curta, gola redonda, nas cores amarelo com vermelho e bordados em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo, conforme modelo em anexo. Tamanho 02.	7,7963	467,78
3	60,00	UN	Camisetas para a educação infantil tamanho 04 camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster(pes)-33% viscose(cv), manga curta, gola redonda, nas cores amarelo com vermelho e bordados em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo, conforme modelo em anexo. Tamanho 04.	8,6824	520,94
4	100,00	UN	Camisetas para a educação infantil tamanho 06 camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster(pes)-33% viscose(cv), manga curta, gola redonda, nas cores amarelo com vermelho e bordados em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo, conforme modelo em anexo. Tamanho 06.	8,6824	868,24
5	100,00	UN	Camisetas para a educação infantil tamanho 08 camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster(pes)-33% viscose(cv), manga curta, gola redonda, nas cores amarelo com vermelho e bordados em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo, conforme modelo em anexo. Tamanho 08.	9,3396	933,96
6	20,00	UN	Camisetas para a educação infantil tamanho 10 camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster(pes)-33% viscose(cv), manga curta, gola redonda, nas cores amarelo com vermelho e bordados em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo, conforme modelo em anexo. Tamanho 10.	9,3396	186,79
7	30,00	UN	Camiseta para alunos da educação infantil, manga longa tm.01 - camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster (pes) - 33% viscose (cv), manga longa, gola redonda, nas cores, amarelo com vermelho e bordado em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo. Tamanho 01.	8,6725	260,18
8	60,00	UN	Camiseta para alunos da educação infantil, manga longa tm.02 - camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster (pes) - 33% viscose (cv), manga longa, gola redonda, nas cores, amarelo com vermelho e bordado em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo. Tamanho 02.	8,6725	520,35
9	60,00	UN	Camiseta para alunos da educação infantil manga longa, tm. 04- camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster (pes) - 33% viscose (cv), manga longa, gola redonda, nas cores, amarelo com vermelho e bordado em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo. Tamanho 04.	9,5288	571,73
10	100,00	UN	Camiseta para alunos da educação infantil, manga longa tm 06- camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster (pes) - 33% viscose (cv), manga longa, gola redonda, nas cores, amarelo com vermelho e bordado em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo. Tamanho 06.	9,9669	996,69
11	100,00	UN	Camiseta para alunos da educação infantil, manga longa tm 08 camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster (pes) - 33% viscose (cv), manga longa, gola redonda, nas cores, amarelo com vermelho e bordado em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo. Tamanho 08.	9,9669	996,69

12	20,00	UN	Camiseta para alunos da educação infantil, manga longa tm 10 - camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster (pes) - 33% viscose (cv), manga longa, gola redonda, nas cores, amarelo com vermelho e bordado em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo. Tamanho 10.	10,4647	209,29
13	30,00	UN	Camiseta para alunos da educação infantil, regata tm. 01 - camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster (pes) - 33% viscose (cv), regata, gola redonda, nas cores, amarelo com vermelho e bordado em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo. Tamanho 01.	7,7963	233,89
14	60,00	UN	Camiseta para alunos da educação infantil, regata tm 02 - camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster (pes) - 33% viscose (cv), regata, gola redonda, nas cores, amarelo com vermelho e bordado em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo. Tamanho 02.	7,7963	467,78
15	60,00	UN	Camiseta para alunos da educação infantil, regata tm 04 - camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster (pes) - 33% viscose (cv), regata, gola redonda, nas cores, amarelo com vermelho e bordado em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo. Tamanho 04.	8,782	526,92
16	100,00	UN	Camiseta para alunos da educação infantil, regata tm 06 - camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster (pes) - 33% viscose (cv), regata, gola redonda, nas cores, amarelo com vermelho e bordado em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo. Tamanho 06.	8,782	878,20
17	100,00	UN	Camiseta para alunos da educação infantil, regata tm 08 - camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster (pes) - 33% viscose (cv), regata, gola redonda, nas cores, amarelo com vermelho e bordado em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo. Tamanho 08.	9,2699	926,99
18	20,00	UN	Camiseta para alunos da educação infantil, regata tm 10 - camiseta para os alunos da educação infantil em malha pv- 67% poliéster (pes) - 33% viscose (cv), regata, gola redonda, nas cores, amarelo com vermelho e bordado em vermelho, marrom e amarelo e, estampa em amarelo. Tamanho 10.	9,2699	185,40
19	80,00	UN	Camisetas para alunos do ensino fundamental tamanho 08 camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), manga curta, gola redonda, nas cores branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho, conforme modelo em anexo. Tamanho 08.	9,2699	741,59
20	100,00	UN	Camisetas para alunos do ensino fundamental tamanho 10 camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), manga curta, gola redonda, nas cores branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho, conforme modelo em anexo. Tamanho 10.	9,2699	926,99
21	130,00	UN	Camisetas para alunos do ensino fundamental tamanho 12 camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), manga curta, gola redonda, nas cores branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho, conforme modelo em anexo. Tamanho 12	10,3452	1.344,88
22	150,00	UN	Camisetas para alunos do ensino fundamental tamanho 14 camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), manga curta, gola redonda, nas cores branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho, conforme modelo em anexo. Tamanho 14.	11,0123	1.651,85
23	70,00	UN	Camisetas para alunos do ensino fundamental tamanho 16 camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), manga curta, gola redonda, nas cores branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho, conforme modelo em anexo. tamanho 16.	11,3409	793,86
24	45,00	UN	Camisetas para alunos do ensino fundamental tamanho p camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), manga curta, gola redonda, nas cores branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho, conforme modelo em anexo. Tamanho P.	11,6097	522,44
25	40,00	UN	Camisetas para alunos do ensino fundamental tamanho m camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), manga curta, gola redonda, nas cores branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho, conforme modelo em anexo. Tamanho M.	11,9383	477,53

26	15,00	UN	Camisetas para alunos do ensino fundamental tamanho g camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), manga curta, gola redonda, nas cores branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho, conforme modelo em anexo. Tamanho G.	11,9383	179,07
27	80,00	UN	Camiseta para alunos do ensino fundamental, manga longa 08 - camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), manga curta, gola redonda, nas cores, branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho. Tamanho 08.	9,9669	797,35
28	100,00	UN	Camiseta para alunos do ensino fundamental manga longa 10 - camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), manga curta, gola redonda, nas cores, branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho. Tamanho 10.	10,4647	1.046,47
29	130,00	UN	Camiseta para alunos do ensino fundamental manga longa 12 - camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), manga curta, gola redonda, nas cores, branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho. Tamanho 12.	11,6794	1.518,22
30	150,00	UN	Camiseta para alunos do ensino fundamental manga longa 14 - camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), manga curta, gola redonda, nas cores, branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho. Tamanho 14.	11,8885	1.783,28
31	70,00	UN	Camiseta para alunos do ensino fundamental manga longa 16 - camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), manga curta, gola redonda, nas cores, branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho. Tamanho 16.	12,6353	884,47
32	45,00	UN	Camiseta para alunos do ensino fundamental manga longa p - camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), manga curta, gola redonda, nas cores, branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho. Tamanho P.	13,9197	626,39
33	40,00	UN	Camiseta para alunos do ensino fundamental manga longa m - camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), manga curta, gola redonda, nas cores, branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho. Tamanho M.	13,9197	556,79
34	15,00	UN	Camiseta para alunos do ensino fundamental manga longa g - camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), manga curta, gola redonda, nas cores, branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho. Tamanho G.	15,0747	226,12
35	80,00	UN	Camiseta para alunos do ensino fundamental regata/camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), regata, gola redonda, nas cores, branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho. Tamanho 08.	9,2699	741,59
36	100,00	UN	Camiseta para alunos do ensino fundamental regata/camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), regata, gola redonda, nas cores, branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho. Tamanho 10.	9,2699	926,99
37	130,00	UN	Camiseta para alunos do ensino fundamental regata/camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), regata, gola redonda, nas cores, branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho. Tamanho 12.	10,3353	1.343,59
38	150,00	UN	Camiseta para alunos do ensino fundamental regata/camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), regata, gola redonda, nas cores, branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho. Tamanho 14.	11,0123	1.651,85
39	70,00	UN	Camiseta para alunos do ensino fundamental regata/camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), regata, gola redonda, nas cores, branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho. Tamanho 16.	11,3409	793,86
40	45,00	UN	Camiseta para alunos do ensino fundamental regata/camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), regata, gola redonda, nas cores, branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho. Tamanho p.	11,6097	522,44
41	40,00	UN	Camiseta para alunos do ensino fundamental regata/camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), regata, gola redonda, nas cores, branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho. Tamanho m.	11,9383	477,53

42	15,00	UN	Camiseta para alunos do ensino fundamental regata/camisetas para os alunos do ensino fundamental em malha pv- 67% poliéster (pes)- 33% viscose (cv), regata, gola redonda, nas cores, branco com amarelo e bordado vermelho com marrom e, estampa em vermelho. Tamanho g.	11,9383	179,07
43	30,00	UN	Moletom amarelo bordado vermelho com marrom tamanho 01	15,6673	470,02
44	60,00	UN	Moletom amarelo bordado vermelho com marrom tamanho 02	15,6679	940,07
45	60,00	UN	Moletom amarelo bordado vermelho com marrom tamanho 04	17,8954	1.073,72
46	100,00	UN	Moletom amarelo bordado vermelho com marrom tamanho 06	17,8954	1.789,54
47	180,00	UN	Moletom amarelo bordado vermelho com marrom tamanho 08	20,0474	3.608,53
48	120,00	UN	Moletom amarelo bordado vermelho com marrom tamanho 10	23,1149	2.773,79
49	130,00	UN	Moletom amarelo bordado vermelho com marrom tamanho 12	24,1909	3.144,82
50	150,00	UN	Moletom amarelo bordado vermelho com marrom tamanho 14	26,3901	3.958,52
51	70,00	UN	Moletom amarelo bordado vermelho com marrom tamanho 16	26,3901	1.847,31
52	45,00	UN	Moletom amarelo bordado vermelho com marrom tamanho P	32,0909	1.444,09
53	40,00	UN	Moletom amarelo bordado vermelho com marrom tamanho M	32,0909	1.283,64
54	15,00	UN	Moletom amarelo bordado vermelho com marrom tamanho G	33,9975	509,96
55	4,00	UN	Moletom amarelo bordado vermelho com marrom tamanho GG	33,9975	135,99
56	3,00	UN	Guarda-po em tecido oxford 100%(pes), na cor branca, longo (altura do joelho), sem gola e sem manga, com 05 botoes, com vies nas cavas das mangas, com 02 bolsos inferiores, bordado no peito lateral, esquerdo com a logo da escola municipal São Francisco, tamanhos P	26,04	78,12
57	12,00	UN	Guarda-pó em tecido oxford 100% (pes) m- guarda-pó em tecido oxford 100% (pes), na cor branca, longo (altura do joelho), sem gola e sem manga, com 05 botões, com viés nas cavas das mangas, com 02 bolsos inferiores, bordado no peito lateral, esquerdo com a logo da escola municipal São Francisco, tamanho M.	26,04	312,48
58	12,00	UN	Guarda-pó em tecido oxford 100% (pes) g guarda-pó em tecido oxford 100% (pes), na cor branca, longo (altura do joelho), sem gola e sem manga, com 05 botões, com viés nas cavas das mangas, com 02 bolsos inferiores, bordado no peito lateral, esquerdo com a logo da escola municipal São Francisco, tamanho G.	26,04	312,48
59	10,00	UN	Guarda-pó em tecido oxford 100% (pes) gg - guarda-pó em tecido oxford 100% (pes), na cor branca, longo (altura do joelho), sem gola e sem manga, com 05 botões, com viés nas cavas das mangas, com 02 bolsos inferiores, bordado no peito lateral, esquerdo com a logo da escola municipal São Francisco, tamanho GG.	26,04	260,40
60	5,00	UN	Guarda-pó em tecido oxford 100% (pes) exg - guarda-pó em tecido oxford 100% (pes), na cor branca, longo (altura do joelho), sem gola e sem manga, com 05 botões, com viés nas cavas das mangas, com 02 bolsos inferiores, bordado no peito lateral, esquerdo com a logo da escola municipal São Francisco, tamanho EXG.	26,04	130,20

1.2. O FORNECEDOR 1 - VAGUI CONFECÇÕES LTDA ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 54.773,68 (cinquenta e quatro mil setecentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos);

1.3. Os quantitativos totais expressos no Anexo I, do edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses.

1.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

1.5. Os uniformes deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 20 (vinte) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais;

1.6. Os uniformes deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto;

1.7. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante - não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.8. Os materiais deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.10. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.11. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.12. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos vestuários enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. A proponente vencedora deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para

o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br) .

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

#### CLÁUSULA QUARTA

4.1. Cabe ao FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado no item Forma de Execução;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as



multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por

escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

##### PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade – 0801.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica Fundamental

Atividade – 0801.12.365.0028.2028 – Manutenção da Educação Básica Infantil

#### CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma;

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do §1º do art.65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preços (ARP).

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 12 de janeiro de 2015.

JULIANO SCHNEIDER  
Prefeito de Luzerna em exercício  
CONTRATANTE

MICHEL CAZELLA SUHNEL  
VAGUI CONFECÇÕES LTDA ME  
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

## Mafra

### PREFEITURA

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

##### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 13.236.847/0001-11

LICIMASTER COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Nota Fiscal nº. 1741 R\$ 1.630,00

Nota Fiscal nº. 1742 R\$ 6.800,00

Valor Total: R\$ 8.430,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é uma das responsáveis pelo fornecimento de equipamentos e materiais destinados ao setor de panificação e almoxarifado da alimentação escolar, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 20 de janeiro de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES  
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

# Maracajá

## PREFEITURA

### GABARITO - PROCESSO SELETIVO 003/2014

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014

#### GABARITO SERVENTE DE ESCOLA

QUESTÃO	
01	D
02	A
03	B
04	D
05	D
06	D
07	C
08	D
09	B
10	D
11	C
12	A
13	B
14	C
15	A
16	A
17	A
18	D
19	A
20	B
21	D
22	B
23	C
24	A
25	D
26	D
27	B
28	A
29	B
30	E

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014

#### GABARITO APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO

QUESTÃO	
01	D
02	B
03	A
04	E
05	C
06	D
07	A
08	D
09	A
10	E
11	D
12	B
13	D
14	C

15	E
16	A
17	A
18	A
19	C
20	A
21	C
22	B
23	D
24	D
25	A
26	A
27	A
28	B
29	A
30	D

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014

#### GABARITO ARTES

QUESTÃO	
01	D
02	B
03	A
04	E
05	C
06	B
07	D
08	D
09	B
10	D
11	B
12	E
13	A
14	A
15	D
16	E
17	A
18	B
19	E
20	D
21	A
22	B
23	D
24	C
25	A
26	D
27	B
28	D
29	C
30	B

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014

#### GABARITO AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUESTÃO	
01	D
02	A
03	B

04	D
05	D
06	B
07	D
08	C
09	A
10	E
11	B
12	B
13	E
14	A
15	E
16	E
17	B
18	B
19	A
20	B
21	C
22	A
23	C
24	A
25	E
26	C
27	E
28	C
29	B
30	A

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014

#### GABARITO PROFESSOR DE CIÊNCIAS

QUESTÃO	
01	D
02	B
03	A
04	E
05	C
06	A
07	D
08	A
09	E
10	B
11	A
12	D
13	D
14	A
15	D
16	A
17	A
18	B
19	E
20	C
21	C
22	C
23	D
24	C
25	D
26	B
27	D
28	A
29	E

30	E
----	---

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014

#### GABARITO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

QUESTÃO	
01	D
02	B
03	A
04	E
05	C
06	E
07	E
08	A
09	E
10	C
11	D
12	B
13	D
14	D
15	A
16	D
17	D
18	E
19	E
20	C
21	B
22	B
23	B
24	A
25	A
26	A
27	D
28	C
29	A
30	C

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014

#### GABARITO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

QUESTÃO	
01	D
02	B
03	A
04	E
05	C
06	B
07	A
08	A
09	A
10	A
11	C
12	A
13	A
14	E
15	C
16	D
17	D
18	A

19	B
20	B
21	C
22	C
23	B
24	C
25	D
26	B
27	C
28	E
29	D
30	C

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014

GABARITO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL

QUESTÃO	
01	D
02	B
03	A
04	E
05	C
06	E
07	A
08	D
09	C
10	A
11	A
12	D
13	A
14	C
15	D
16	C
17	A
18	C
19	C
20	D
21	D
22	D
23	C
24	B
25	A
26	D
27	B
28	D
29	C
30	C

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014

GABARITO PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

QUESTÃO	
01	D
02	B
03	A
04	E
05	C

06	B
07	A
08	B
09	E
10	A
11	E
12	D
13	D
14	D
15	C
16	B
17	E
18	A
19	E
20	C
21	C
22	B
23	D
24	B
25	E
26	A
27	B
28	D
29	A
30	B

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014

GABARITO PROFESSOR DE MATEMÁTICA

QUESTÃO	
01	D
02	B
03	A
04	E
05	C
06	D
07	E
08	E
09	C
10	E
11	C
12	A
13	A
14	B
15	E
16	A
17	D
18	D
19	D
20	E
21	B
22	D
23	B
24	D
25	B
26	B
27	D
28	E
29	D
30	A



Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014

GABARITO MERENDEIRA

QUESTÃO	
01	D
02	A
03	B
04	D
05	D
06	C
07	A
08	D
09	A
10	C
11	D
12	A
13	E
14	C
15	C
16	B
17	D
18	A
19	C
20	B
21	C
22	D
23	A
24	B
25	A
26	D
27	A
28	E
29	B
30	A

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014

GABARITO MONITOR DE ÔNIBUS

QUESTÃO	
01	D
02	A
03	B
04	D
05	D
06	A
07	E
08	E
09	C
10	E
11	A
12	A
13	E
14	E
15	D
16	D
17	A
18	D
19	A
20	D
21	A

22	C
23	D
24	D
25	B
26	A
27	D
28	C
29	E
30	B

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014

GABARITO MOTORISTA DE ÔNIBUS

QUESTÃO	
01	D
02	A
03	B
04	D
05	D
06	D
07	C
08	D
09	C
10	A
11	E
12	D
13	A
14	B
15	D
16	A
17	D
18	A
19	B
20	A
21	D
22	B
23	A
24	C
25	B
26	E
27	E
28	E
29	A
30	C

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2014

GABARITO PROFESSOR DE PORTUGUÊS

QUESTÃO	
01	D
02	B
03	A
04	E
05	C
06	A
07	D
08	D
09	E
10	A
11	A

12	A
13	B
14	C
15	B
16	D
17	C
18	A
19	B
20	A
21	B
22	A
23	A
24	D
25	C
26	B
27	B
28	D
29	C
30	B

# Maravilha

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 171/2014

DECRETO Nº 171, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014.

Homologa resultado final do Concurso Público Edital nº 002/2014 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e Edital de Concurso Público nº 002/2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto homologado o Resultado Final do Concurso Público Edital nº 002/2014, conforme segue:

#### CARGO: AGENTE DE COMBATE À ENDEMIAS

Classificação	Nome
1º	MAURICIO LEONIR SONDA
2º	VANESSA STEIN
3º	VANESA VINAGA
4º	FRANCYS JOÃO BALESTRERI
5º	CLEIDE VIVIAN
6º	CRISTIANE NIENOW PUNTEL
7º	ROSANA MARIA DALMOLIN VENDORAME
8º	ANDREIA DA SILVA
9º	CLEDIANE DAROS

#### CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

Classificação	Nome
1º	CASSANDRA GALON
2º	ELIZIONE KRUMENAUER
3º	SILVANA PIZZI
4º	OLAVIO SPOHR JUNIOR
5º	PATRICIA PUHL
6º	DANUBIA LEIDA
7º	DANUZA LAPAZINI

#### CARGO: SECRETÁRIO DE ESCOLA

Classificação	Nome
1º	JEANE ANGELITA RABER
2º	DÉBORA APARECIDA CARLESSO
3º	KELLY THAÍS LUCCA
4º	SANDRA MARIA RIBEIRO
5º	ELIAMARA CANSI

6º	ELISA TALITA ROTAVA
7º	ROSANE ANTUNES ZANELLA
8º	JOICE CRISTIANE DOS SANTOS
9º	VIVIANE ANDREIA ENGELMANN
10º	JULIANA ADELAIDE ENGLER ORTOLAN
11º	JOSIÉLE FRANCISCA DE QUEIRÓZ
12º	SANDRA MARA FERREIRA
13º	JÉSSICA DAIANE LAGO
14º	JOCIANE BECKER
15º	CARLA CRISTIANE BECKER
16º	ÉDINA MARIA BECKER
17º	MARCIA CRISTINA APPELT WEITZ
18º	ELENICE MARIA MORIN
19º	ORDETE SELIG
20º	CATIA AGOSTINI
21º	TATIANE BORDIM

## CARGO: PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Nome
1º	SILETE SCHIMUNECK BEVILAQUA
2º	CAMILA DE OLIVEIRA BACH
3º	ELIZETE FIORENTIN NEU
4º	DIONARA JAQUELINE FREITAG
5º	IVETE KIPPER BOLFE
6º	SIRLENE CORREIA BRUM DE LEMES
7º	CAMILA MAZZOCHI
8º	IDIANE HEMSING NEU
9º	LICIANE LINKE BURATTO
10º	JANAINA FREITAG PANZERA BUFFON
11º	IVANDRA TERESA KARLING
12º	GRASIELE LUIZA ZAMBIASI
13º	ROSELI PREUSS
14º	SIRLENE MARAFON
15º	ADRIANE DOS SANTOS APPELT BAP
16º	EDIANE SAUSEN
17º	CRISTIANE INÊS KUNZLER FÜHR
18º	SERLI TEREZINHA DE LIMA
19º	EVANETE ANTUNES FERREIRA
20º	FABIANE CARLA KUNZLER
21º	MARISTELA BRIXNER KEGLER
22º	MONISE GUBERT KOMINKIEWICZ
23º	SIMONE TONELLO
24º	LENIR CLAIR NEUMANN
25º	ANGELA FÁTIMA DE LIMA

26º	VERONICE ROBERTA SPIECKER
27º	TAIANE BEATRIZ BENDER FARIAS
28º	FRANCIÉLI MAYER
29º	MARCIA MOREIRA DE MELLO
30º	JANE SIRLEI TIMM ANDRETTA
31º	CÁRITA DIAS DE ALMEIDA BUFFON
32º	ROSELENE APARECIDA KELLER CAMARGO
33º	JAQUELINE EBERTZ
34º	CLAIR BECKER STEUERNAGEL
35º	ÂNGELA SIMONE KUNTZ
36º	MARLI LIANE KRAEMER HASLIN- GER
37º	JAQUELINE BEATRIZ TIMM
38º	LIAMARA HART
39º	MAIARA MARCON
40º	MÁRCIA CRISTINA PÁSCOA PREIS
41º	DIRCIANE LUCIA SECCO COMPA- RIN
42º	SANDRA KARINA TEIXEIRA THO- MAS
43º	LUCIANA PASQUALOTTO
44º	FERNANDA BIAZUSSI DE SOUSA
45º	CLEICIANE KELI CISSESKI ONNING
46º	EDIVANIA LUIZA MORANDINI MENEGETTI
47º	VALDETE DEBASTIANI ETGES
48º	CLENIZE MIOR DONATTI BETTIO
49º	JULIANA BOGONI
50º	KATIANE SAVEDRA
51º	SERGIANETE PASQUALOTTO DE BASTIANI
52º	KELLY KARINNE ZANELLA WOLF
53º	LUCIANE REGINA SAN VITO
54º	SINILDA DA SILVA RODRIGUES DREYER
55º	SILVANA STRAPAZZON
56º	RACHEL SIMONE FARIAS
57º	FRANCIÉLI KUTZLIEB
58º	IRACI CLAUDIA FOLLETO
59º	ADRIANE HERPICH REGNER
60º	ROSELEI AHLERT
61º	JEFERSON ROQUE ZAMBIASI
62º	SIRLEI SOLANGE LAUFER
63º	CLARICE LÖSCH ASSMANN
64º	FRANCIELE CRISTINA BRACHT
65º	MÁRCIA JAPPE ZAPPANI
66º	TÂNIA REGINA UEBEL GUARDA
67º	GRAZIANE FRIGO HASLINGER
68º	CLEONICE TERESINHA TURMINA
69º	CLEIDIR MONICA KREUTZ LAZZA- ROTT

70º	LUCILENI SCHIRMANN BAUER
71º	CENELI DE BOER FABRIS
72º	NOELI HOHNSE
73º	VIVIANE BALDIN
74º	IDVIANE ALBANI
75º	JENI RIBEIRO BENETTI
76º	ANGELITA BARBOSA DOS SANTOS MILANI
77º	SOLANGE MARIA BERTOLDO BULEGON
78º	LEDIMAR LUCATELLI DE LEMES
79º	MARIZETE MARAFON GANZER
80º	FABIANA CRISTINA ECKERT DE ASSIS
81º	MÁRCIA ELENA PINTO COUTO
82º	JANICE SOELI TIMM ALBA
83º	JOCELI STURM
84º	ANDRÉIA BADIA
85º	ROSÂNGELA MEZZALIRA
86º	MARILI TERESINHA DE SOUZA SILVEIRA
87º	ALESSANDRA OLIVIA HAMMES STIELER
88º	MARINÊS ELIANE MICHEL BELUSSO
89º	RAQUEL CRISTINA COIMBRA DE PAULA
90º	JOVANESSA ELIZABETE PREUSS
91º	INEZ VENDRAME
92º	CLAURENICE TERESINHA AGOSTINI
93º	RICIELI DALIANA MAYER
94º	KELLY REGINA ANDREOLLA
95º	ELIANE BEVILAQUA
96º	CLEONICE LOSCH CIGOGNINI
97º	ROSANI KAPPAUN ZANINI
98º	AGUIMARI APARECIDA MARCOLAN
99º	SORAIA FRANKLIN DA SILVA POLAZZO
100º	ROSELANE COMPARIN SCAPINI
101º	SHEILA FERNANDA LOPES
102º	GEOVANA GOMES
103º	FRANCIELE PAGOTTO LANGER
104º	GIOMAR DOS SANTOS MEIRA
105º	SONIA PROVIN DEON
106º	MARIVONE ROYER NYELAND
107º	ERANI MADALENA SEIDEL TOCCHETTO
108º	CLAUDETE BEATRIZ HERMES
109º	NOEMI FATIMA RIGO BECKER
110º	TAISA HEYDT
111º	ILIANE ROEDER REINEHR
112º	ANELISE CANZI
113º	ANA PAULA BALDO

114º	ELIZANDRA BISELLO
115º	CRISTINA CONCEIÇÃO PREZOTTO
116º	ENILDA LOPES DE LIMA MARQUES
117º	CAMILA JACOBSEN
118º	VIVIANE ROSINA ORTOLAN STIELER
119º	MARIANE GRAEFF
120º	MAGALI MARIA JOHANN
121º	JANETE DE FREITAS NORONHA
122º	LEILA CARLA RAUCH
123º	CRISTIANE PAULA JUNG
124º	JÉSSICA SPRINGER
125º	MARIZETE PROVIN BILIBIO
126º	SANDRA ANDRÉIA GOETTMS DE BASTIANI
127º	ANGELICA ALVES DA SILVA
128º	SILMARA LÖSCH
129º	ALINE VICESCHI ZATT
130º	LIONARA VOSNHAK
131º	PATRÍCIA DE FREITAS NORONHA
132º	GISLAINE MARTENS KOB
133º	IVÂNIA MARIA KIPPER
134º	MARLENE TEREZA HORN SCHUSTER
135º	ELISANGELA SIMONE CANZI
136º	JAQUELINE KRÜGER SCHMIDT
137º	ELISANGELA BARTZ DOS SANTOS KERKHOFF
138º	PATRICIA SECCHI SOUSA
139º	RAFAELA CARLA TODESCATTO
140º	JANECIRA DETTONI
141º	SHEILA BECKER
142º	EDIVÂNIA GUTH BACH
143º	ANA EMÍLIA GIGLIOLI CAMPANA
144º	ANDRESSA LUCATELI
145º	CATIANE DE BASTIANI
146º	GIANE SCHEIDT
147º	ANDRESE KAPPAUN
148º	LEANDRA LEONICE DE JESUS NUNES
149º	JOSIANE FATIMA ALBANI SCHWAB
150º	SOLANGE PFEIFER SCHITTLER
151º	JUSARA JAPPE
152º	FABIANE VENTURA BORDIN
153º	SANDRA FATIMA ZANELLA
154º	LURDES SALETE ROEDER PULTER
155º	SIMONE MICHELLE DA SILVA BAGGIO
156º	DENISE APARECIDA PRAMIO
157º	LUANA VANESSA KRIESER

158º	ADELAIDE HÜBLER BRUXEL
159º	MAILA P. ROCHA
160º	NADIA FRITZEN SIGNOR
161º	ROSIMERI SAUSEN
162º	CRISTIANE KELI LAGA MATEI
163º	FERNANDA MICHELE BORTH

## CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Classificação	Nome
1º	ELIÉSER FELIPE LIVINALI
2º	RENAN MICHEL HOFF
3º	CARLA NOEMI LYNEBURGER
4º	FABIANE MARIA ENGLER FRANCO
5º	CASSIANA JAQUELINE BEUTLER
6º	FERNANDO NIENOW
7º	MARCELO DARTORA HEINZ
8º	CARLI LUIZ MICHELS
9º	MARCELINA INES VIVIAN HUBERT
10º	ITALO STIEVEN
11º	DAIANE ANDREIZA DE BEM
12º	KEILA DOS SANTOS PEREIRA GARCIA
13º	LEDIANE MARIA PROVENSI LIVI-NALLI
14º	CASSIANE FERRARI
15º	CLAUDIANE SCHEIBE
16º	BENI SAMARONE DE LIMA
17º	FRANCIELI DE LAZARI
18º	RODRIGO FABIANO BELING
19º	LUCAS LUAN ZANCANARO
20º	MARAISA DE VARGAS
21º	EDINA INES DURANTI
22º	VANIA CARLA CONRADO GLIENKE
23º	CLEITON LUIZ TESSARO
24º	ELAINE LUFT
25º	PAULO ROBERTO FERREIRA
26º	MAICON FERNANDO PEDERSETTI
27º	TIEGO HENRIQUE DRUMM
28º	VINÍCIUS DA SILVA PUGLIERO
29º	MAICON CHAVES
30º	ACLÍDIO PÉCOS VALDUGA
31º	DEIWISON FURLANETTO
32º	PATRICIA PAULA IORIS
33º	JULIANE ANDREIA MIORANDO
34º	FERNANDA BORGHETI
35º	LIZABETE CORÁ
36º	MAITÉ MARCÉLI WERMUTH

37º	DOUGLAS WOLFART
38º	DOUGLAS ROBERTO LAGO
39º	ANDRESSA KERKHOVEN
40º	JAQUELINE ANDREIA SCHMITT
41º	RENAN DONATI

## CARGO: PROFESSOR DE INGLÊS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

Classificação	Nome
1º	HELEN CRISTIANE STÜRMER

## CARGO: PROFESSOR ANOS INICIAIS

Classificação	Nome
1º	GESIANE MARIA SECCO
2º	CARLA DEMSKI
3º	GRASIELE LUIZA ZAMBIASI
4º	KELLY REGINA ANDREOLLA
5º	MARISE SCHMIDT
6º	TEREZINHA MARLENE SEBEN
7º	LIAMARA HART
8º	SIRLENE CORREIA BRUM DE LEMES
9º	CAMILA DE OLIVEIRA BACH
10º	JOVANESSA ELIZABETE PREUSS
11º	CAMILA MAZZOCHI
12º	EVANETE ANTUNES FERREIRA
13º	FRANCIELE CRISTINA BRACHT
14º	JEFERSON ROQUE ZAMBIASI
15º	VALDETE DEBASTIANI ETGES
16º	SIMONE TONELLO
17º	LICIANE LINKE BURATTO
18º	CLAIR BECKER STEURNAGEL
19º	LUCILENI SCHIRMAN BAUER
20º	SIRLEI SOLANGE LAUFER
21º	ROSELEI AHLERT
22º	CATIANE WALKER
23º	MARISTELA BRIXNER KEGLER
24º	JANE SIRLEI TIMM ANDRETTA
25º	JANAINA FREITAG PANZERA BUFFON
26º	GIOMAR DOS SANTOS MEIRA
27º	LENIR CLAIR NEUMANN
28º	IVANDRA TERESA KARLING
29º	TAÍS APARECIDA WANDSCHEER DALLA ROSA
30º	ELIZETE FIORENTIN NEU
31º	ADILES SAMOA BONETTO



32º	MARLI JUDITE BALESTRERI
33º	ROSELI MARIA REIMANN
34º	JENI RIBEIRO BENETTI
35º	SHEILA FERNANDA LOPES
36º	CLEICIANE KELI CISSESKI ONNING
37º	LUCIANA PASQUALOTTO
38º	NOILY STECKLING
39º	TAIANE BEATRIZ BENDER FARIAS
40º	CLEONICE TERESINHA TURMINA
41º	VERONICE ROBERTA SPIECKER
42º	JAQUELINE BEATRIZ TIMM
43º	MÁRCIA ROSELI BARON SPIER
44º	ADRIANA APARECIDA PONTEL
45º	ROSELENE APARECIDA KELLER CAMARGO
46º	NOELI HOHNSE
47º	SINILDA DA SILVA RODRIGUES DREYER
48º	ADRIANA APARECIDA LAUFER
49º	ADRIANE DOS SANTOS APPELT BARP
50º	ROSÂNGELA MEZZALIRA
51º	ROSELI PREUSS
52º	MARCLIZETE RADIN VALER
53º	VIVIANE PFLUCK PROVENZI
54º	SIRLENE MARAFON
55º	GRAZIANE FRIGO HASLINGER
56º	ELIANE DA SILVA GHENO
57º	SONIA PROVIN DEON
58º	FABIANA CRISTINA BECKER
59º	CARLA GUTH BACH
60º	ROSANE FATIMA BONAMIGO HONAISER
61º	FRANCIELI KUTZLIEB
62º	ILIZETE HOHNSE
63º	DIRCIANE LUCIA SECCO COMPARIN
64º	JULIANA PONCIANO
65º	CLEONICE LOSCH CIGOGNINI
66º	SERLI TEREZINHA DE LIMA
67º	SILETE SCHIMUNECK BEVILAQUA
68º	SORAIA FRANKLIN DA SILVA POLAZZO
69º	SERGIANETE PASQUALOTTO DE BASTIANI
70º	FRANCIELE PAGOTTO LANGER
71º	MARISLEIDE DULCE BRIXNER WERLANG
72º	EDIANE SAUSEN
73º	CEMIRA DUTRA
74º	SOLANGE MARIA BERTOLDO BULEGON
75º	FABIANE CARLA KUNZLER

76º	MARI DEYSE DE OLIVEIRA
77º	DIONARA JAQUELINE FREITAG
78º	CLEIDIR MONICA KREUTZ LAZZAROTTO
79º	MÁRCIA ELENA PINTO COUTO
80º	RACHEL SIMONE FARIAS
81º	ANDRÉIA BADIA
82º	CÁRITA DIAS DE ALMEIDA BUFFON
83º	AGUIMARI APARECIDA MARCOLAN
84º	IONE RAQUEL MALLMANN
85º	JANICE SOELI TIMM ALBA
86º	JOCELI STURM
87º	CLAUDETE BEATRIZ HERMES
88º	CLAURENICE TERESINHA AGOSTINI
89º	CENELI DE BOER FABRIS
90º	TERESA MULLER
91º	IDVIANE ALBANI
92º	EDIANA CANOVA
93º	SIRLEI MERIGO
94º	SILVANIA FÁTIMA LANG TESSARO
95º	JULIANA BOGONI
96º	REJANE INES KUNRATH
97º	MARINÊS SCHENKEL
98º	MIRIA KLEIN STACKE
99º	TÂNIA REGINA UEBEL GUARDA
100º	SAMARA PUTRICK
101º	NADIA FRITZEN SIGNOR
102º	ANA PAULA BALDO
103º	ELIZANDRA BISELLO
104º	CRISTIANE PAULA JUNG
105º	VIVIANE ROSINA ORTOLAN STIELER
106º	SILMARA LÖSCH
107º	ANA EMÍLIA GIGLIOLI CAMPANA
108º	ANELISE CANZI
109º	MARLENE TEREZA HORN SCHUSTER
110º	RAFAELA CARLA TODESCATTO
111º	MARIANE GRAEFF
112º	JUSARA JAPPE
113º	REJANE SALETE ANTUNES DE OLIVEIRA
114º	SHEILA BECKER
115º	LUANA VANESSA KRIESER
116º	JULIANA APARECIDA MACHRY SCHAFFER
117º	FABRICIA TENUCCI
118º	SIMONE MICHELLE DA SILVA BAGGIO
119º	MARCIA REGINA DA ROCHA

120º	JAQUELINE KRÜGER SCHMIDT
121º	MAGALI GLIENKE
122º	CAMILA JACOBSEN
123º	ELISANGELA SIMONE CANZI
124º	MARISA ELEANDRA FERRAZ
125º	PATRICIA SECCHI SOUSA
126º	ANDRESE KAPPAUN
127º	ANICARLA GLIENKE BIRCK
128º	CRISTIANE REGINA MICHEL SEHNEM
129º	GIANE SCHEIDT
130º	CRISTINA CONCEIÇÃO PREZOTTO
131º	ANGELICA ALVES DA SILVA
132º	REGIANE BRUNETTO
133º	PRECILA POTT
134º	ADEMIR BORTOLOZZO

## CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Classificação	Nome
1º	ROSECLER ROSSETTO
2º	LISANDRA WOLFF HENCHEN
3º	JOICI LILIAN LANZ
4º	DANIELA ARESI
5º	IVANDRO FINARDI

## CARGO: PROFESSOR DE ARTES

Classificação	Nome
1º	SANDRA SOLIVO
2º	DAIANE SCRAMIN
3º	MARLI MARIA KRAEMER DETONI
4º	ANY MICHELI FILIPIN VENDRUS-COLO
5º	FABIANE BORTONCELLO DE SOUZA ZANON
6º	CELSI KESSLER
7º	KARINE ARESI
8º	CARLA SENHOR
9º	DIANGELA STRACK
10º	TAÍS CIDA TATTO
11º	DEISI DRECHSLER BECKER

## CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Classificação	Nome
1º	GEOVANE KERCHER

## CARGO: PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

Classificação	Nome
1º	ROSILEI VASIAK

## CARGO: SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Classificação	Nome
1º	IVETE KIPPER BOLFE
2º	CARLA DEMSKI
3º	MARCIA MOREIRA DE MELLO
4º	ADILES SAMOA BONETTO
5º	JOSIANE FATIMA ALBANI SCHWAB
6º	TEREZINHA MARLENE SEBEN
7º	LURDES SALETE ROEDER PULTER
8º	SILVANA STRAPAZZON
9º	ELONÍ CATARINA CARVALHO DE BITENCOURT
10º	CATIANE WALKER
11º	IVÂNIA MARIA KIPPER
12º	MAGALI MARIA JOHANN
13º	MÁRCIA JAPPE ZAPPANI
14º	CLAUDETE SIMONE HOHNSE
15º	GRACIELI CARLA STUNPF
16º	ROSENEI FUZINATO

## CARGO: PROFESSOR PARA EDUCAÇÃO INFANTIL (Vagas PNE)

Classificação	Nome
1º	CLAIR BECKER STEUERNAGEL
2º	FABIANA CRISTINA ECKERT DE ASSIS

## CARGO: PROFESSOR ANOS INICIAIS (Vagas PNE)

Classificação	Nome
1º	CLAIR BECKER STEUERNAGEL
2º	MARLI JUDITE BALESTRERI
3º	NOILY STECKLING

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 23 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

# Marema

## PREFEITURA

### TESTE SELETIVO 01/2015

EXTRATO DO EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 1/2015,  
DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

Objeto: O MUNICÍPIO DE MAREMA, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 78.509.072/0001-56, com sede administrativa na Rua Vidal Ramos, 357, Centro, Marema, SC, CEP 89860-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor MARCOS PEDRO BATISTEL, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização Processo Seletivo de Provas Escritas e de Títulos, para preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal do Poder Público Municipal. O Processo Seletivo será executado pela empresa ASSessoria e Consultoria Pública e Privada EIRELI - EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dr. Maruri, 1.204, Sala 3, Centro, no Município de Concórdia, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

Das inscrições: As inscrições estarão abertas no período de 16 de janeiro a 16 de fevereiro de 2015, somente pelo site [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br).

Das vagas: Estão disponíveis as seguintes vagas:

Cargos	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração Mensal	Habilitação/ Requisitos mínimos para contratação
Agente Educacional	1	40h	R\$ 1.172,00	Não habilitado: estar cursando Pedagogia, a partir do 5º período
Fisioterapeuta	1	20h	R\$ 2.262,21	Curso Superior em Fisioterapia com registro no Conselho de Classe
Nutricionista	1	20h	R\$ 1.562,18	Curso superior em Nutrição com registro no Conselho de Classe
Professor de Educação Física	1	20h	Não habilitado: R\$ 915,77	Não habilitado: estar cursando o curso de licenciatura na área a partir do 5º período
			Habilitado: R\$ 1.172,61	Habilitado: Licenciatura em Educação Física com registro no Conselho de Classe

Cargos	Nº de vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração Mensal	Habilitação/ Requisitos mínimos para contratação
Professor de Educação Infantil, Anos Iniciais e Ensino Fundamental	1	20h	Não habilitado: R\$ 915,77	Não habilitado: estar cursando o curso de licenciatura na área a partir do 5º período
			Habilitado: R\$ 1.172,61	Habilitado: Curso Superior em Pedagogia com registro no Conselho de Classe
Professor de Inglês	1	20h	Não habilitado: R\$ 915,77	Não habilitado: estar cursando o curso de licenciatura na área a partir do 5º período
			Habilitado: R\$ 1.172,61	Habilitado: Licenciatura em Inglês
Psicólogo	1	20h	R\$ 2.262,21	Curso superior em Psicologia com registro no Conselho de Classe

A íntegra do presente Edital está publicada nos sites [www.assconpp.com.br](http://www.assconpp.com.br) e [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br).

Marema, SC, 15 de janeiro de 2015.  
MARCOS PEDRO BATISTEL  
Prefeito Municipal de Marema, SC

## Morro da Fumaça

### PREFEITURA

#### ERRATA DO EDITAL 012/2015

Município de Morro da Fumaça. ERRATA DO EDITAL 012/2015. altera-se o Objeto para: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS. Data: 23/01/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari  
Secretário de Finanças.

## Navegantes

### PREFEITURA

#### 3ª CHAMADA CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 004/2015

EDITAL DE 3ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SÉRIES INICIAIS E AGENTES DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a terceira chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital do Concurso Público 001/2013 e 001/2014 para o provimento das funções de Professor(a) de Educação Infantil, Professor(a) de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Agentes de educação.

##### 1. Da Chamada

1.1. Serão chamados para o provimento a partir de 18 de fevereiro de 2015 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso nº 001/2013, conforme segue:

##### 1.2.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	03	20	VESPERTINO
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	04	20	MAT/VESP

1.3. Serão chamados para o provimento a partir de 18 de fevereiro de 2015 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso nº 001/2014, conforme segue:

##### 1.4.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
AGENTES DE EDUCAÇÃO – 30 h	01	30	VESPERTINO
AGENTES DE EDUCAÇÃO – 40 h	01	40	INTEGRAL

1.5. A chamada acontecerá no mês de JANEIRO do ano de 2015 na Prefeitura Municipal de Navegantes, sito à Avenida João Emílio, nº 100 Centro, Navegantes.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23/01	14:40 H	PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	23/01	15:00 H	PREFEITURA NAVEGANTES
AGENTES DE EDUCAÇÃO – 30 h	23/01	15:20 H	PREFEITURA NAVEGANTES

AGENTES DE EDUCAÇÃO – 40 h	23/01	15:30 H	PREFEITURA NAVEGANTES
----------------------------------	-------	---------	--------------------------

## 2 . Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, item 5., os seguintes documentos:

a. Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data de posse;

b. 1 Foto 3X4

c. 2 Cópias do documento de identidade;

d. 2 Cópias do CPF;

e. Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp)) ;

f. 2 Cópias do Comprovante de Residência;

g. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

h. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);

i. Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;

j. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;

k. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; conforme data agendada neste edital ,no item 4., na Junta Médica, sito á Rua Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188.

l. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;

m. Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório; O candidato NÃO HABILITADO devesse apresentar o atestado de frequência no ensino superior ORIGINAL.

n. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;

o. Certidão de Nascimento dos dependentes;

p. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;

q. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;

r. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezessete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;

s. 1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição ;

t. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;

u. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação ( se o cargo exigir);

v. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP;

w. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público;

x. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais da Justiça Federal( [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br)), da Justiça Estadual( no Fórum de sua Cidade) e da Justiça Eleitoral([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br))

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Civis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

2.5. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes,

dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

## 3. Dos candidatos a serem chamados

3.1. Cargo: Professor de Educação Infantil - 001/2013 ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Sirlei Terezinha Wolfart
02	Juliana Cristina Dias da Silva
03	Nayara Caldonho

3.2. Cargo: Professor de Ensino Fundamental - 001/2013 ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Jocimara Pereira Mezzon
02	Marisa Correa
03	Daniela Ramos Urbaneti
04	Daniele Carolina de Oliveira Rosa

3.3. Cargo: Agente de educação - (30 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Ticiane da Silva Alves

3.4. Cargo: Agente de educação - (40 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Edilene Neusa de Souza

## 4. Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	27/01	10:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	27/01	10:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTES DE EDUCAÇÃO – 30 horas	27/01	10:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTES DE EDUCAÇÃO – 40 horas	27/01	10:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

## 5. Da entrega de documentos:

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	29/01	14:00h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes



PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	29/01	14:20h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTES DE EDUCAÇÃO – 30 horas	29/01	14:40h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTES DE EDUCAÇÃO – 40 horas	29/01	15:00h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

#### 6. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 16 de janeiro de 2015.

Roberto Carlos de Souza  
Prefeito Municipal

Benilde Perão  
Secretária da Administração e Logística

### 3ª CHAMADA PROCESSO SELETIVO

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 003/2015

EDITAL DE 3ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS PARA OS CARGOS DE PROFESSOR (A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR(A) DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, MONITORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, INSTRUTORES DE INFORMÁTICA E AGENTES DE SERVIÇOS GERAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a TERCEIRA chamada dos candidatos do Processo Seletivo, conforme estabelecido no Edital dos Processos Seletivos nº003/2013 e nº 005/2014 para o provimento das funções de, Professor(a) de Educação Infantil, Professor(a) de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Professor(a) das Series Finais do Ensino Fundamental nas Disciplinas de Geografia, História, Matemática, Língua Portuguesa, Inglês, Instrutor de Informática, Monitores de Educação Infantil e Agentes de Serviços Gerais da Educação.

#### 1. Da Chamada

1.1. Serão chamados para o provimento a partir de 18 de fevereiro de 2015 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Processo Seletivo nº 005/2014, conforme segue:

1.2.

CARGO	QUANTIDADE DE VAGAS	CH	PERÍODO
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	09	20	VESP
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	07	20	MAT/VESP/NOT
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - GEOGRAFIA	02	20	MAT/VESP
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - HISTÓRIA	03	20	MAT/VESP
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - HISTÓRIA	02	10	MAT/VESP
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - INGLÊS	01	20	VESPERTINO
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - MATEMÁTICA	02	10	MAT/VESP
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - MATEMÁTICA	01	20	NOTURNO
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - CIÊNCIAS	01	20	MATUTINO
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - ed.física	02	10	VESPERTINO
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - ed. física	01	20	MATUTINO
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA	01	20	NOTURNO
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	09	30	VESP
INSTRUTORES DE INFORMÁTICA	03	20	MAT/VESP/NOT
INSTRUTORES DE INFORMÁTICA	01	40	INTEGRAL
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	03	40	INTEGRAL

1.3. A chamada acontecerá no mês de JANEIRO do ano de 2015 na Prefeitura Municipal de Navegantes, sito à Avenida João Emílio, nº 100 Centro, Navegantes.

CARGO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23/01/2015	08:00 H	PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	23/01/2015	08:30 H	PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - GEOGRAFIA	23/01/2015	09:00 H	PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - HISTÓRIA	23/01/2015	09:20 H	PREFEITURA NAVEGANTES

PROFESSOR SÉRIES FINAIS - HISTÓRIA	23/01/2015	09:30 H	PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - INGLES	23/01/2015	09:40 H	PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - MATEMÁTICA	23/01/2015	09:50 H	PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - MATEMÁTICA	23/01/2015	10:00 H	PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - CIÊNCIAS	23/01/2015	10:10 H	PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - ed.física	23/01/2015	10:20 H	PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - ed. física	23/01/2015	10:30 H	PREFEITURA NAVEGANTES
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - LINGUA PORTUGUESA	23/01/2015	10:40 H	PREFEITURA NAVEGANTES
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	23/01/2015	10:50 H	PREFEITURA NAVEGANTES
INSTRUTORES DE INFORMÁTICA	23/01/2015	14:00 H	PREFEITURA NAVEGANTES
INSTRUTORES DE INFORMÁTICA	23/01/2015	14:15 H	PREFEITURA NAVEGANTES
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	23/01/2015	14:30 H	PREFEITURA NAVEGANTES

## 1. 2 . Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, item 5., os seguintes documentos:

a. Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data de posse;

b. 1 Foto 3X4

c. 2 Cópias do documento de identidade;

d. 2 Cópias do CPF;

e. Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPublica.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br / Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPublica.asp)) ;

f. 2 Cópias do Comprovante de Residência;

g. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

h. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);

i. Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;

j. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;

k. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; conforme data agendada neste edital ,no item 4., na Junta Médica, sito á Rua Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188.

l. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;

m. Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório; O candidato NÃO HABILITADO devesse apresentar o atestado de frequência no ensino superior

## ORIGINAL.

n. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;

o. Certidão de Nascimento dos dependentes;

p. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;

q. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;

r. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;

s. 1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição ;

t. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;

u. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação ( se o cargo exigir);

v. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP;

w. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público;

x. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais da Justiça Federal( [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br)), da Justiça Estadual( no Fórum de sua Cidade) e da Justiça Eleitoral([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br))

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

2.5. A contratação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

## 3. Dos candidatos a serem chamados

### 3.1. Cargo: Professor de Educação Infantil

Classif.	Candidato
01	Sílvia Nascimento Libório
02	Bruna Kosakoski
03	Cristiane Rosa da Costa
04	Cibele D'ávila Vieira
05	Eliziane Cristina de Oliveira
06	Josiane Pezenti Albuquerque
07	Dinacir Koscianski dos Santos
08	Meliza de Aguiar de Jesus
09	Fabiana Venturi

### 3.2. Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental Disciplina - GEOGRAFIA - ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Vania de Souza Gonçalves
02	Wilson de Oliveira Neto - NH

### 3.3. Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental Disciplina - HISTÓRIA - ( 10 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Mirela Cristina Leite
02	Gabriela dias Blanco

### 3.4. Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental

## Disciplina - HISTÓRIA- ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Patricia Coelho Martins Pereira
02	Maria Leiopoldina Inocencio Camargo da Silva Toledo Cruz
03	Amilton Hentchen

## 3.5. Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental Disciplina - INGLÊS - ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Letícia Gutterres Portalet

## 3.6. Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental Disciplina - LÍNGUA PORTUGUESA - (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Jeane Caroline Theiss

## 3.7. Cargo Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental Disciplina- MATEMÁTICA - (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Joselito Linhares

## 3.8. Cargo: Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental Disciplina- MATEMÁTICA - (10 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Carlos Francisco Mattana
02	Andrea Souza Paes

## 3.9. Cargo Professor de Series Finais do Ensino Fundamental Disciplina - CIÊNCIAS - (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Roberson Carlos Koll

## 3.10. Cargo Professor de Anos Iniciais do Ensino Fundamental ( 20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Marcia Barbara Schizzi Ribeiro de Deus
02	Francielli de Lima
03	Flávia Rodrigues Ferreira
04	Fabiana Regina de Souza Santos
05	Jucelei Pedrozo dos Santos de Siqueira
06	Claudete Aparecida da Silva Lourenço
07	Neuza Maria dos Reis

## 3.11. Cargo: Monitor de Educação Infantil (30 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Kamila Sartiro da Silva
02	Laise Camila Pereira de Souza
03	Tania Wendhausen ramos da Silva
04	Viviane Colla
05	Leonardo José Pereira Ferreira
06	Rafaela Intehurn
07	Gislaine Fernanda Antunes
08	Vanessa caedoso Amaral
09	Geise de Oliveira

## 3.12. Cargo Instrutor de Informática - (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Katiane Batista da Silva Kataoka
02	Clayton Moura Belo
03	Leomar José da Silva

## 3.13. Cargo: Instrutor de Informática ( 40 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Anderson do Rosário

## 3.14.Cargo: Agente de Serviços Gerais da Educação ( 40 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Zeli da Silva
02	Maria Helena Ramos Barreiro
03	Claudinea Schlemper

## 3.15. Cargo: Professor de Series Finais do Ensino Fundamental Disciplina - EDUCAÇÃO FÍSICA - (10 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Pamela Yurie Yamawaki
02	Karin Cristina da Silva

## 3.16. Cargo: Professor de Series Finais do Ensino Fundamental Disciplina - EDUCAÇÃO FÍSICA - (20 horas semanais)

Classif.	Candidato
01	Oberdan Eugenio Saturnino

## 4. Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO	Dia	Hora	Local:
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	27/01	08:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	27/01	08:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - GEOGRAFIA	27/01	08:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - HISTÓRIA	27/01	09:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - HISTÓRIA	27/01	09:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - INGLES	27/01	09:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - MATEMÁTICA	27/01	09:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - MATEMÁTICA	27/01	09:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - CIÊNCIAS	27/01	09:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - ed. física	27/01	09:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - ed. física	27/01	09:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - LINGUA PORTUGUESA	27/01	09:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	27/01	10:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
INSTRUTORES DE INFORMÁTICA	27/01	10:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
INSTRUTORES DE INFORMÁTICA	27/01	10:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	27/01	10:30h	Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

## 5. Da entrega de documentos:

CARGO	Dia	Hora	Local:
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	29/01	08:15h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	29/01	08:45h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - GEOGRAFIA	29/01	09:15h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - HISTÓRIA	29/01	09:20h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - HISTÓRIA	29/01	09:30h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - INGLES	29/01	09:40h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - MATEMÁTICA	29/01	09:50h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - MATEMÁTICA	29/01	09:50h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - CIÊNCIAS	29/01	10:00h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - ed. física	29/01	10:10h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - ed. física	29/01	10:20h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
PROFESSOR SÉRIES FINAIS - LINGUA PORTUGUESA	29/01	10:30h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	29/01	10:40h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
INSTRUTORES DE INFORMÁTICA	29/01	11:20h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
INSTRUTORES DE INFORMÁTICA	29/01	11:30h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	29/01	11:40h	Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

#### 6. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes .

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Navegantes (SC), 16 de janeiro de 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
Prefeito Municipal

Benilde Perão  
Secretária da Administração e Logística

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 03/2015 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DESTINADA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 30/01/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 30/01/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 19 de janeiro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 09/2015 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 30/01/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 30/01/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 19 de janeiro de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### **CONTRATO Nº 361/2014**

Prefeitura de Navegantes/SC  
Contrato nº 361/2014  
Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes  
Contratado: SRA. SANDRA CRISTINA DA SILVA.  
Objeto: Quarto termo aditivo para promover alteração do prazo e valor pactuado no contrato original, de 01/01/2015 a 31/12/2015.  
Valor anual de  
R\$ 194.722,56

Navegantes, 17 de dezembro de 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
Prefeito

### **CONTRATO Nº 379/2014**

Prefeitura de Navegantes/SC  
Contrato nº 379/2014  
Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes  
Contratado: NG NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA.  
Objeto: Primeiro termo aditivo para promover alteração do prazo pactuado no contrato original, de 01/01/2015 a 31/12/2015. Valor anual de  
R\$ 29.400,00

Navegantes, 10 de dezembro de 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
Prefeito

Mor o Schultz consegue a BANDA TIPO EXPORTAÇÃO por 5.000 mais um DJ, mais eu ainda continuo preferindo o Jonas minha opinião né não sei a sua, o que você acha ?

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DESAFETAÇÃO DE ÁREA LOCALIZADA NO BAIRRO PORTO DAS BALSAS**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA  
DESAFETAÇÃO DE ÁREA LOCALIZADA NO BAIRRO PORTO DAS BALSAS

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Governo, torna pública a convocação de todos os cidadãos e entidades representativas da sociedade para a AUDIÊNCIA PÚBLICA de apresentação e debate da proposta de desafetação de áreas públicas que ficarão sem utilidade (Ruas Felipe Inácio, Agenor dos Santos, Manoel Vieira e Moisés dos Santos) localizadas no Bairro Porto das Balsas.

A Audiência ocorrerá no dia 10 de fevereiro de 2015, com início às 18h30min horas e término até as 21h00min, na Creche municipal Nerozilda Pinheiro Ferreira localizada no Bairro Porto das Balsas, neste Município, e consistirá na apresentação de projetos e propostas para a desafetação e futura compensação das áreas desafetadas. Perguntas e outras sugestões que não forem apreciadas durante a audiência, serão respondidas no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a mesma, e ficarão disponíveis na Secretaria de Assistência Social, ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

NAVEGANTES, SC, 19 de janeiro de 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
Prefeito

### **EXTRATO CONTRATUAIS Nº 386/2014.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: 386/2014.  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
Contratada....: INTERATIVA INTEGRADORA DE SOLUÇÕES.  
Vigência ..... : Início: 01/01/2015.Término:31/12/2015.  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.:073/2012.  
Recursos ..... : Dotação: 2.115 3.3.90.00.00.00  
Objeto ..... : Quarto Termo Aditivo ao contrato nº 110/2012,



Tomada de Preços nº 073/2012, referente à cessão de uso de Software para Gestão Operacional Informatizada do Abastecimento de Água do Município de Navegantes, celebrado entre o Município de Navegantes e Interativa Integradora de Soluções.

### EXTRATOS CONTRATUAIS 387/2014 / 388/2014.

Extrato Contratual PMN 387/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Artefatos de Cimentos Santa Terezinha Ltda.

Vigência ..... : Início: 01/01/2015 Término:31/03/15.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 093/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Segundo Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 172/2014, referente à Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de concreto (com fornecimento de materiais) da Rua Eraci Santos Couto, Rua José Elpidio Lobo, Rua Alice Hostins, Rua Leocádio Ferreira Barbosa e Rua Félix Geovanela - Centro e Rua Horácio Júlio da Silva - Marginal Aeroporto, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 093/2014 - Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM - TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Extrato Contratual PMN 388/2014.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Sona Construtora Ltda.

Vigência ..... : Início: 01/01/15 Término: 31/03/15.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 092/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 171/2014, referente à Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de concreto (com fornecimento de materiais) das Ruas Paraguai - Bairro Gravatá, Rua Osmundo Dutra, Rua Maria Carlota Vieira, Rua José Wander Pinheiro, Rua Comendador Pedro F. dos Santos e Rua Orlandino Formigal - Bairro Meia Praia - Conforme Tomada de Preço nº 092/2014 - Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM - TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

### LEI 2965 DISPÕE SOBRE APLICAÇÃO DO PMAQ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N° 2965 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A APLICAÇÃO DO INCENTIVO FINANCEIRO DO PMAQ-AB - PROGRAMA NACIONAL DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA -, DENOMINADO COMPONENTE DE QUALIDADE DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL - PAB VARIÁVEL, TRANSFERIDO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR ADESÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES AO PMAQ-AB. O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A aplicação do Incentivo Financeiro do PMAQ-AB - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica, denominado Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável - PAB Variável, transferido ao Fundo Municipal de Saúde por adesão do Município de Navegantes ao PMAQ-AB, dar-se-á nos termos da Portaria nº 1.654, de 19 de julho de 2011, e seu Manual Instrutivo, do Ministério da Saúde, observadas as disposições desta lei.

Art. 2º São beneficiárias do incentivo financeiro de desempenho na forma desta Lei as equipes de Atenção Básica incluídas no

PMAQ-AB pelo Município, mediante prévia adesão oficial de cada equipe ao PMAQ-AB.

Art. 3º A concessão do incentivo financeiro de desempenho pela participação no PMAQ-AB fica condicionada ao repasse dos recursos correspondentes pelo MS/DAB ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º Para aderir ao PMAQ-AB, instituído pelo Ministério da Saúde com o objetivo de induzir a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica, com garantia de um padrão de qualidade comparável nacional, regional e localmente de maneira a permitir maior transparência e efetividade das ações governamentais direcionadas à Atenção Básica em Saúde, as equipes deverão assinar Termo de Compromisso, em conformidade com as regras da Portaria nº 1.654, de 19 de julho de 2011, e Manual Instrutivo do PMAQ-AB.

Art. 5º Os servidores integrantes das equipes farão jus ao incentivo financeiro, a título de Gratificação PMAQ-AB, pelo desempenho obtido por sua equipe na avaliação externa, realizada por instituição designada pelo Ministério da Saúde, observados os critérios estabelecidos pelo DAB/MS, por meio da Portaria nº 1.654, de 19 de julho de 2011, do Manual Instrutivo PMAQ-AB e da Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, SCNES - Sistema Nacional de Cadastros dos Estabelecimentos de Saúde, SIAB - Sistema Nacional de Informação da Atenção Básica.

§ 1º Os recursos repassados por equipe avaliada ao Fundo Municipal de Saúde pelo Ministério da Saúde serão distribuídos na forma do Anexo I da presente Lei.

§ 2º Na eventual existência de recursos remanescentes provenientes do PMAQ-AB, e não utilizados na forma do caput deste artigo, serão aplicados exclusivamente em ações de investimento e custeio da Atenção Básica do Município de Navegantes.

§ 3º Não será devido o incentivo financeiro de desempenho à equipe que obtiver desempenho insatisfatório, situação que a obriga a celebrar um Termo de Ajuste, em conformidade com a Portaria nº 1.654, de 19 de julho de 2011, e o Manual Instrutivo PMAQ-AB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

Art. 6º O incentivo financeiro de desempenho está desvinculado do reajuste remuneratório dos servidores e será revisto de acordo com os reajustes repassados pelo Ministério da Saúde.

Art. 7º A Comissão Municipal do PMAQ-AB, responsável pelo acompanhamento do repasse dos recursos financeiros e tratativas dos assuntos alusivos ao PMAQ-AB, será composta por:

I - 3 (três) representantes da Secretaria Municipal da Saúde, indicados pelo titular da pasta;

II - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Saúde - CMS;

III - 1 (um) representante dos servidores com formação superior integrante das equipes da Atenção Básica, escolhido pelas Equipes;

IV - 1 (um) representante dos servidores com formação em ensino técnico integrante das equipes de Atenção Básica, escolhido pelas Equipes;

V - 1 (um) representante dos servidores com formação em Ensino Médio ou fundamental integrante das equipes de Atenção Básica, escolhido pelas equipes.

§ 1º Os membros da Comissão Municipal do PMAQ-AB, cujas funções serão exercidas sem ônus para o Município, serão nomeados por ato do Secretário Municipal de Saúde.

§ 2º A Comissão Municipal do PMAQ-AB elaborará o seu Regimento Interno no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da nomeação dos seus membros.

Art. 8 º O servidor participante do PMAQ-AB não fará jus ao incentivo financeiro se não tiver 100% de assiduidade no respectivo mês de trabalho correspondente ao pagamento do benefício.

Art. 9 º Os casos omissos nesta lei serão apreciados pela Comissão Municipal do PMAQ-AB e pelo Secretário Municipal da Saúde.

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogando-se a lei n º 2562 de 30 de dezembro de 2011.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de janeiro de 2015.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

#### ANEXO I DA LEI N º 2965 DE 19 DE JANEIRO DE 2015

CATEGORIA	DESEMPENHO INSATISFATÓRIO	DESEMPENHO MEDIANO OU ABAIXO DA MÉDIA	DESEMPENHO ACIMA DA MÉDIA	DESEMPENHO MUITO ACIMA DA MÉDIA
COORDENADOR	SEM GRATIFICAÇÃO	R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS)	R\$ 640,00 (SEISCENTOS E QUARENTA REAIS)	R\$ 1.200,00 (UM MIL E DUZENTOS REAIS)
DEMAIS MEMBROS DA EQUIPE	SEM GRATIFICAÇÃO	R\$ 100,00 (CEM REAIS)	R\$ 320,00 (TREZENTOS E VINTE REAIS)	R\$ 600,00 (SEISCENTOS REAIS)

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JANEIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## LEI 2966 DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N º 2966 DE 19 DE JANEIRO DE 2015  
DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 º Fica, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder aos servidores públicos municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, ativos e inativos, reajuste dos vencimentos no montante de 8,19 % (oito vírgula dezenove por cento).

Parágrafo Único: O reajuste previsto no caput deste artigo fica estendido aos subsídios dos agentes políticos.

Art. 2 º As despesas com a presente lei correrão à custa do orçamento vigente.

Art. 3 º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º de janeiro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JANEIRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de janeiro de 2015.

Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## LEI COMPLEMENTAR 233 ALTERA LC 223

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N º 233 DE 19 DE JANEIRO DE 2015  
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N º 223 DE 10 DE OUTUBRO DE 2014

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1 º Fica suprimido o § 3 º do artigo 2 º da lei complementar n º 223 de 10 de outubro de 2014.

Art. 2 º O inciso V do artigo 4 º da lei complementar n º 223 de

10 de outubro de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º .....

V - desrespeite o zoneamento quanto ao padrão de incomodidade estabelecido para a macrozona onde está situada a edificação.”

Art. 3º O inciso VII do artigo 5º da lei complementar nº 223 de 10 de outubro de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º .....

VII - Taxa de Permeabilidade.”

Art. 4º O artigo 5º da lei complementar nº 223 de 10 de outubro de 2014 passa a ter o § 3º, com a seguinte redação:

“Art. 5º .....

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º As vagas de estacionamento poderão sofrer uma tolerância de até 50% para salas comerciais.”

Art. 5º Ficam suprimidos o item C e o inciso II do artigo 6º da lei complementar nº 223 de 10 de outubro de 2014 .

Art. 6º O artigo 9º da lei complementar nº 223 de 10 de outubro de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º O Poder Público emitirá o valor da contrapartida financeira para os casos de edificações irregulares, classificadas conforme incisos IV, V e VI do art. 2º da presente lei, sobre a área a regularizar, calculada pelas fórmulas previstas no art. 8º, multiplicando o resultado por 5 (cinco).”

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 7º O artigo 16 da lei complementar nº 223 de 10 de outubro de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 - Os recursos provenientes das contrapartidas financeiras previstas nesta lei complementar serão exclusivamente destinados a área de infraestrutura urbana e viária.

Art. 8º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JANEIRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de janeiro de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## LEI COMPLEMENTAR 234 ALTERA LC 110 E EXTINGUE VAGAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio nº 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 234 DE 19 DE JANEIRO DE 2015  
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 110 DE 19 DE AGOSTO DE 2011, EXTINGUINDO VAGAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica alterado o quadro constante do artigo 1º da lei complementar nº 110 de 19/08/2011, com a EXTIÇÃO da quantidade de vagas de cargos em comissão da Administração Pública Direta, conforme a seguinte relação:

Quantidade	Cargo	Simbologia	Salário
4	Agente Público Municipal I	AP1	R\$ 1.387,50
5	Agente Público Municipal III	AP3	R\$ 932,50
4	Gestor Público Municipal I	GP1	R\$ 1.387,50
7	Gestor Público Municipal III	GP3	R\$ 1.043,50

Art. 2º Esta lei complementa entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JANEIRO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de janeiro de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Trento

## PREFEITURA

### LEI Nº 2.567/2015

Lei nº 2.567/2015

Concede revisão geral anual de que trata o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal no vencimento dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Trento.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revisado em 6,34% (seis vírgula trinta e quatro por cento), equivalente à inflação acumulada medida pelo INPC de novembro de 2013 a outubro de 2014, o valor dos vencimentos vigentes em janeiro de 2015 dos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Trento.

§ 1º A revisão geral anual de que trata esta lei não se aplica ao subsídio dos Vereadores, já contemplados pelo reajuste estabelecido pela Lei nº 2.463/2012.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de janeiro de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário M. Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 003/2015

PORTARIA Nº 003/ 2015  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

#### RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 585/2014 "B", que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 081/2014, MAURI ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 6378, para exercer o cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 01 janeiro de 2015 a 09 de fevereiro de 2015, em substituição ao Titular Marcos Roberto da Silva, afastado por Licença Tratamento de Saúde (aguardando resultado pericial).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 05 de janeiro de 2015  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 05 de janeiro de 2015

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor MAURI ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua João Batista Giacomini, s/n, Bairro Espirado, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 934.463.650-87, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, em substituição ao Titular Marcos Roberto da Silva, afastado por Licença Tratamento de Saúde (aguardando resultado pericial).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 833,13 (oitocentos e trinta e três reais e treze centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 janeiro de 2015 a 09 de fevereiro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as



determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

**CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de janeiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esporte

Mauri Alves de Oliveira

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHA:**

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 020/2015**

PORTARIA Nº 020/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Janeiro/2015, a Servidora Pública Municipal RITA MARIA PIAZZA, matrícula nº 20192, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores desta Prefeitura, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 09 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 021/2015**

PORTARIA Nº 021/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, ROBERT PIVA, matrícula nº 6386, ocupante do cargo de Estagiário, com 20 (vinete) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 01 de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de janeiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 022/2015**

PORTARIA Nº 022/ 2015

Exonera Servidor

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a Servidora Pública Municipal LUCINEI APARECIDA CASSANIGA BERTOLDI, matrícula nº 6262, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Creche Ciranda Cirandinha Claraíba, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 09 de janeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de janeiro de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 09 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 026/2015**

PORTARIA Nº 026/ 2015

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de



04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal MARIA CRISTINA ADAMI DA SILVA, matrícula nº 262, concursada, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 20 (vinte) dias, a contar de 07 de janeiro de 2015 a 26 de janeiro de 2015, conforme resultado pericial datado de 12/01/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de janeiro de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 027/2015**

PORTARIA Nº 027/ 2015  
Concede Licença Para Tratamento de Saúde

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal ELAINE APARECIDA DE SOUZA, matrícula nº 6278, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola de Educação Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 107 (cento e sete) dias, a contar de 29 de novembro de 2014 a 15 de março de 2015, conforme resultado pericial datado de 23/12/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de janeiro de 2015.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 923/2014 "A"**

PORTARIA Nº 923/ 2014 "A"  
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de

acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria nº 286/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 063/2014, MARCOS ROBERTO DA SILVA, matrícula nº 6177, para exercer o cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 28 de outubro de 2014 a 24 de abril de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 28 de outubro de 2014.  
Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 28 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO SP//2014**

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor MARCOS ROBERTO DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Brusque, nº 899, Bairro Espreado, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 817.703.249-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 833,13 (oitocentos e trinta e três reais e treze centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 28 de outubro de 2014 a 24 de abril de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo,

em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 28 de outubro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esporte

Marcos Roberto da Silva

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 28 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### EXTRATO CONTRATUAL Nº 028/2015

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 028/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

Valor ..... : 10.500,00 (dez mil quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 16/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (117) Saldo: 355.572,50

Objeto ..... : A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE

OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DA RETROESCAVADEIRA JCB 4CX,

ANO 2010, FROTA Nº 62, PATRIMÔNIO Nº 4548, DE USO DO DPTO DE

AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC,

conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

Novo Horizonte, 16 de Janeiro de 2015

#### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 010/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº 010/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 16/01/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE

OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO DA RETROESCAVADEIRA JCB 4CX,

ANO 2010, FROTA Nº 62, PATRIMÔNIO Nº 4548, DE USO DO DPTO DE

AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do

edital e seus anexos.

CONTRATADO: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.500,00 (dez mil quinhentos reais)

Novo Horizonte, 16/01/2015

MERCI MOSCHEN DE MACEDO - Prefeita Em Exercício

**Orleans****PREFEITURA****PORTARIA 001/2015 CARGO EM COMISSÃO**

PORTARIA Nº 001/2015  
"NOMEIA EM COMISSÃO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e de acordo com a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e a Lei Complementar nº 2.235, de 19 de dezembro de 2008.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear o Sr. AURIVAM MARCOS SIMIONATTO matrícula nº5264, para exercer as funções do cargo CONSULTOR JURÍDICO ADMINISTRATIVO E CONTENCIOSO, para atuar junto ao Gabinete do Prefeito, com salário previsto na Lei Complementar nº 2.235, de 19 de dezembro de 2008, a partir de 05/01/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 05 de janeiro de 2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS CINCO (05) DIAS DO MÊS DE JANEIRO (01) DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE (2015).

EDUARDO BERTONCINI

Secretario de Administração Interino

**Ouro****PREFEITURA****ESCLARECIMENTO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - SC  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Em resposta ao Ofício Recomendatório nº0001/2015/01PJ/CPZ e Inquérito Civil nº 06.2015.00000058-0 a Secretaria de Educação e a Administração de Ouro - através do Prefeito Municipal Sr. Vitor João Faccin, comunica aos Pais ou responsáveis ou ainda qualquer interessado que matricularam seu filho, tutelado ou curatelado nas Escolas Municipais e Centros de educação Infantil de Ouro e receberam Listas de Materiais Escolares, contendo material de uso coletivo como, bem como com designação de marca do referido material, que desconsidere a lista.

Lembramos que a municipalidade é responsável pelo material básico necessário atendendo assim a Proposta Pedagógica e a necessidade de cada Ano (série) e que possui a nova lista, nos moldes do que dispõe a Lei de regência.

Ainda a título de esclarecimento temos que a Administração até o momento não recebeu nenhum material de uso coletivo que se faça necessário a devolução ao pai/responsável ou ao aluno, além do que não é obrigatória a entrega de materiais, assim denominados como de uso coletivo.

A Secretaria de Educação assim como a Administração Municipal pedem escusas pelas falhas cometidas, mas salienta que está seguindo a Lei.

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### DECRETO Nº2572

DECRETO N.º 2572/2015

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado a pedido, o Servidor Público Municipal Sr. ALBINO FESTA, ocupante do cargo Efetivo de Agente de Construção e Manutenção.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 05 de janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

### DECRETO Nº2573

DECRETO N.º 2573/2015

"ALTERA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NILSON SANTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Inciso VI, do artigo 85, da Lei Orgânica do Município, c/c o artigo 51 da Lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e, suas posteriores alterações;

#### DECRETA:

Art. 1º. Altera Comissão Permanente de Licitações, com a incumbência de realizar a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento e o processamento e julgamento das propostas pertinentes aos processos licitatórios.

Art. 2º Ficam nomeados para comporem a Comissão Municipal Permanente de Licitações os servidores públicos municipais a seguir relacionados, sob a presidência do primeiro:

a) DOUGLAS COSTA CURTA - Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do cargo de Gestor Municipal de Convênios;

b) TERESINHA CAVALHEIRO DA SILVA - Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Almoxarife;

c) RONALDO PRATTO - Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Postura;

d) GETULIO RIBEIRO DE FREITAS - Servidor (a) Público(a)

Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Técnico em Contabilidade;

e) ALMERI LOURDES FESTA - Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Professora;

§ 1º - na ausência do Presidente as sessões transcorrerão normalmente, coordenadas por seus sucessores, conforme determinado no artigo anterior, devendo, porém o Presidente em seu retorno, vistar as atas das sessões em que esteve ausente, ratificando-as e assumindo solidariamente a responsabilidade pelos atos da Comissão.

Art. 3º. Ficam convalidados os atos praticados pela Comissão Municipal Permanente de Licitações, efetuados até a data de publicação do presente Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se às disposições em contrário, em especial o Decreto n. 2545/2014, de 17 de outubro de 2014.

Ouro Verde/SC, 07 de Janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

O presente Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETARIO DE ADM. E GESTÃO

### DECRETO Nº2574

DECRETO N.º 2574/2015

"ATUALIZA UFRM (UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NILSON SANTIN, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal N.º 053/93, em seu Artigo N.º 326, parágrafo Único.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica atualizada a UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), a mesma servirá como base de Cálculo para todos os tributos e Taxas Municipais, para o Ano de 2015, conforme especifica:

- Ano de 2014 em 6,22 % (Seis vírgula vinte e dois por cento)

Art. 2º - O valor da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), instituída pela Lei Municipal, Código Tributário Municipal N.º 053/93 em seu artigo 326, parágrafo Único, passa a vigorar com o valor de R\$ 11,16 (Onze reais e dezesseis centavos).

Art. 3º - O reajuste que trata o Artigo 1.º deste Decreto foi reajustado de acordo com INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), com o acumulado do ano de 2014.

Ouro Verde - SC, em 12 de janeiro de 2015.

NILSON SANTIN

Prefeita Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI  
Secretário de Adm. e Gestão

**ERRATA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

ERRATA

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE VALORES AO CONTRATO Nº. 0009/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: TONNER MAIS LTDA - ME

Objeto: locação de copiadora/impressora com escâner e fax, serviços de assistência técnica completa e manutenção, com fornecimento de todo o suprimento (cartucho de tonner componentes mecânicos/eletrônicos) que forem necessários, menos o papel utilizado para as cópias, em máquinas multifuncional. A onde se lê o valor de R\$:6.912,00 (seis mil novecentos e doze reais), passa a ser o valor de R\$:5.616,00 (cinco mil seiscentos e dezesseis reais).

Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 19 de janeiro de 2015. Nilson Santin- Prefeito Municipal em exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

ERRATA

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE VALORES AO CONTRATO Nº. 0004/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: TONNER MAIS LTDA - ME

Objeto: locação de copiadora/impressora com escâner e fax, serviços de assistência técnica completa e manutenção, com fornecimento de todo o suprimento (cartucho de tonner componentes mecânicos/eletrônicos) que forem necessários, menos o papel utilizado para as cópias, em máquinas multifuncional. A onde se lê Valor de R\$:45.060,00 (quarenta e cinco mil e sessenta reais), passa a ser o valor de R\$:39.444,00 (trinta e nove e mil quatrocentos e quarenta e quatro reais). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 19 de janeiro de 2015. Nilson Santin- Prefeito Municipal em exercício

# Palhoça

## PREFEITURA

**RESULTADO PREGÃO 231-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL  
231/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 231/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preços, que tem como aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS, para o exercício de 2015, para as Unidades escolares, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

BRUTHAN COMERCIAL LTDA foi vencedora do lote 06 totalizando R\$ 30.974,80 (trinta mil, novecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos)

MALVO COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP foi vencedora dos lotes 04 e 05 totalizando R\$2.167.951,25 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, novecentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos)

LUIZ FERNANDO SEBOLD ME foi vencedora do lote 02 totalizando R\$363.997,51 (trezentos e sessenta e três mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e um centavos)

PADARIA E CONFEITARIA DANIPAN LTDA foi vencedora do lote 03 totalizando R\$449.471,25 (quatrocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos)

ROBLO COM. DE ALIMENTOS LTDA foi vencedora do lote 01 totalizando R\$2.316.998,34 (dois milhões, trezentos e dezesseis mil, novecentos e noventa e oito reais e trinta e quatro centavos)

Palhoça, 19 de janeiro de 2015.



**Passos Maia****PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2015**

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0006/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0006/2015  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0006/2015 - Objeto -objeto da presente licitação é o Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA A MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLARES E DO VEÍCULO FORD F-1000 PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC, sendo peças genuínas da marca do veículo/máquinas ou originais de fábrica, ou peças homologadas pelas montadoras, pelo período de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidos nos termos do presente Edital e no Termo de Referência - Anexo I. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até às 11:00 horas, do dia 30 de janeiro de 2015, iniciando-se a sessão pública às 14:00 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 19 de janeiro de 2015.  
IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

**Paulo Lopes****PREFEITURA****PORTARIA Nº 05/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 005/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de C para D, aos Servidores Públicos Municipais efetivos e estáveis: Talita Sousa Mota Rosa, brasileira, portadora do CPF nº 023.856.579-37, matrícula nº 990, ocupante do Cargo de Técnica em Enfermagem, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, Moacir Manoel da Silveira, brasileiro, portador do CPF nº 020.197.409-66, matrícula nº 992, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição na Secretaria Municipal de Educação, Marlene dos Santos Prudêncio Vieira, brasileira, portadora do CPF nº 017.815.309-55, matrícula nº 994, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, Antonio Joao Machado, brasileiro, portador do CPF nº 509.570.589-34, matrícula nº 998, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a disposição da Secretaria Municipal Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de Janeiro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 06/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 006/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de C para D, aos Servidores Públicos Municipais efetivos e estáveis: Nivaldo Manoel Martins, brasileiro, portador do CPF nº 552.318.709-78, matrícula nº 1000, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a disposição da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, Adilio de Souza, brasileiro, portador do CPF nº 897.946.309-00, matrícula nº 1001, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a disposição da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, Antonio Marcelino, brasileiro, portador do CPF nº 594.473.549-04, matrícula nº 1004, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a disposição da Secretaria Municipal de de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, e Pedro Paulo Smaniotto, brasileiro, portador do CPF nº 016.266.469-96, matrícula nº 1005, ocupante do Cargo Auxiliar de Manutenção e Conservação, a disposição da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de Janeiro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 07/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 007/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de C para D, aos Servidores Públicos Municipais efetivos e estáveis: Cléia Maria Silva Vieira, brasileira, portadora do CPF nº 927.569.569-53, matrícula nº 1007, ocupante do Cargo de Fiscal da Vig. Sanit. Epidem. e Ambiental, a disposição, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, Claudia Maria Valetim Nascimento, brasileira, portadora do CPF nº 027.383.289-11, matrícula nº 1008, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo I, a disposição da Secretaria Municipal de Administração, e Carlos Eduardo Moiseis, brasileiro, portador do CPF nº 897.946.309-00, matrícula nº 1001, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo II, a disposição da Secretaria Municipal de Educação.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de Janeiro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 08/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 008/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de B para C, ao Servidor Público Municipal efetivo e estável: Aloncio Pereira, brasileiro, portador do CPF nº 625.683.379-15, matrícula nº 10108, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Educação.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de Janeiro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada

sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 09/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 09/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente Resolve:

DECLARAR ESTÁVEL, o Servidor Público Municipal, efetivo, Lamar-tine Rocha Junior, brasileiro, portador do CPF nº 045.735.929-38, matrícula nº 10721, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 220 horas mensais, nomeada pela portaria nº 001/2012, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, após conclusão do período de estágio probatório de 02/01/2012 à 01/01/2015.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de Janeiro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 10/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 10/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente Resolve:

DECLARAR ESTÁVEL, o Servidor Público Municipal, efetivo, Jose Lourenço de Jesus, brasileiro, portador do CPF nº 560.328.469-20, matrícula nº 10723 ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 220 horas mensais, nomeada pela portaria nº 003/2012, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, após conclusão do período de estágio probatório de 02/01/2012 à 01/01/2015.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de Janeiro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 11/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 11/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente Resolve:

DECLARAR ESTÁVEL, o Servidor Público Municipal, efetivo, Wellington Vieira do Nascimento, brasileiro, portador do CPF nº 014.295.093-92, matrícula nº 10725 ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 220 horas mensais, nomeada pela portaria nº 008/2012, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, após conclusão do período de estágio probatório de 09/01/2012 à 09/01/2015.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de Janeiro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 12/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 12/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de A para B, ao Servidor Público Municipal efetivo e estável, Lamartine Rocha Junior, brasileiro, portador do CPF nº 045.735.929-38, matrícula nº 10721, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Educação.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de Janeiro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 13/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 13/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de A para B, ao Servidor Público Municipal efetivo e estável, Jose Lourenço de Jesus, brasileiro, portador do CPF nº 560.328.469-20, matrícula nº 10723, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de Janeiro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 14/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 14/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de A para B, ao Servidor Público Municipal efetivo e estável, Wellington Vieira do Nascimento, brasileiro, portador do CPF nº 014.295.093-92, matrícula nº 10725, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação.

Município de Paulo Lopes - SC, em 09 de Janeiro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO- EMPREGO PÚBLICO Nº 01/2013 ESF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Concurso Público - Emprego Público nº 01/2013

A Prefeitura Municipal de Penha vem por meio desta, convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 30/01/2015, das 13:00h as 19:00h, conforme cláusula 8 do Edital do Concurso Público 01/2013.

Cargo: SERVENTE MERENDEIRA

CPF

17º. 599.315.745-34

NOME

DULCILEIDE SOARES COELHO DE ARAUJO

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal e incisos XVI e XVII do Art. 27 da Constituição do Estado de Santa Catarina;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme prescrito no Capítulo IV em seu art. 13º da Lei nº. 8.429 de 02 de junho de 1992;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;
- Fotocópia Comprovante de residência no bairro que vai atuar,

conforme inscrição, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, conforme item 1.3 do edital.

u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público - Emprego Público e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 19 de janeiro de 2015.

Rafael Celestino

Secretário da Administração

### DECRETO Nº 2168/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2168/2015

NOMEIA o Sr. GUSTAVO JOÃO DA SILVA, ao cargo em comissão de COORDENADOR ADMINISTRATIVO, do Departamento Administrativo, da Secretaria de Administração, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 19 de janeiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2169/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2169/2015

NOMEIA o Sr. EDSON JOSE FERREIRA, ao cargo em comissão de DIRETOR DE TRIBUTAÇÃO E CADASTRO, do Departamento Tributação e Cadastro, da Secretaria de Fazenda, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 19 de janeiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2170/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2170/2015

EXONERA a Sra. CRISTINA PAULA ORTIZ, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO II, do Departamento Administrativo, da Secretaria de Planejamento, com carga horária de 40 horas semanais, a contar desta data.

Penha/SC, 19 de janeiro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 09/2015**

PORTARIA Nº 09/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, LUCIANO SANTANA, e MANOEL FLÁVIO CUNHA, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, para apurar o fato do relógio ponto instalado na prefeitura (número de patrimônio municipal 13884) ter aparecido danificado, conforme B.O. Nº 00464-2015-00224, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se a Sindicância na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 19 de janeiro de 2015.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze.

RAFAEL CELESTINO  
Secretário da Administração

**PORTARIA Nº 10/2015**

PORTARIA Nº 10/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e MANOEL FLÁVIO CUNHA, para compor a COMISSÃO DE SINDICANCIA OU DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, para apurar o FURTO do compressor do consultório odontológico da Unidade Básica de Saúde do Gravatá, conforme B.O. Nº 00464-2015-00232, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se a Sindicância na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 19 de janeiro de 2015.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze.

RAFAEL CELESTINO  
Secretário da Administração

**RETIFICAÇÃO EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015**

RETIFICAÇÃO Nº 01 DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

O Prefeito do Município de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, conforme legislação vigente e a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público designada pela Portaria nº 07/2015, TORNA PÚBLICO que:

1. No item 8.5, letra k, onde se lê:

"k) Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme prescrito no Art. 32 da Constituição do Estado do Paraná, no Decreto Estadual nº. 4.202 de 30 de maio de 2001, na Lei Estadual nº. 13.047 de 16 de janeiro de 2001 e na Lei nº. 8.429 de 02 de junho de 1992;"

Leia-se:

"k) Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme prescrito no Capítulo IV em seu art. 13º da Lei nº. 8.429 de 02 de junho de 1992;"

2. Ficam confirmadas as demais informações apresentadas no Edital do Concurso Público nº 01/2015.

Penha, 19 de janeiro de 2015.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal



**Peritiba****CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 1-2015**

CONCEDE FÉRIAS A GEOVANE PETTER

Gilberto Maciel, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XXX do Regimento Interno desta Casa.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias ao servidor Geovane Petter, ocupante de cargo efetivo de Contador, no período de 22 de janeiro de 2015 a 10 de fevereiro de 2015, referente ao período aquisitivo de 04/01/2014 a 03/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 19 de janeiro de 2015.

Gilberto Maciel

Presidente da Câmara Municipal

**PORTARIA Nº 2-2015**

CONCEDE FÉRIAS A CÉSAR CLAUDIR DA SILVA

Gilberto Maciel, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XXX do Regimento Interno desta Casa.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias ao servidor César Claudir da Silva, ocupante de cargo efetivo de Técnico Legislativo, no período de 22 de janeiro de 2015 a 10 de fevereiro de 2015, referente ao período aquisitivo de 04/01/2014 a 03/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 19 de janeiro de 2015.

Gilberto Maciel

Presidente da Câmara Municipal

**Pinheiro Preto****PREFEITURA****PORTARIA N. 021, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.**

PORTARIA N. 021, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

DESIGNA SERVIDOR EFETIVO MARCIO MUGNOL OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE MOTORISTA, PARA DESEMPENHAR TEMPORARIAMENTE SUAS FUNÇÕES JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando, o ofício nº 090 da Secretaria da Saúde;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, o servidor efetivo MARCIO MUGNOL, ocupante do cargo de Motorista, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, para desempenhar temporariamente as funções de seu cargo junto a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social. No período de 19 de Janeiro a 19 de Fevereiro de 2015. Findo este prazo o servidor retorna a Secretaria de Transportes e Obras na qual esta lotado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC,  
19 de janeiro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Pomerode****SAMAE****EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 22/2014**

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 019/2014 TIPO PRESENCIAL PROCESSO ADMINISTRATIVO 022/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONFECÇÃO DE MATERIAS IMPRESSOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SAMAE POMERODE

FORNECEDOR: ANNA LENA RIFFEL ME

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 022/2014

Validade: A partir de 10.12. 2014 validade (03 MESES).

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Cartazes Formato A3, impressão somente frente em papel couchê brilho 170 gr. com corte reto.	UNIDADE		100,00000	R\$2,0000	R\$200,0000
5	Banner Formato 80x120 cm impressão frente em lona promocional com madeira roliça e cordão para pendurar.	UNIDADE		30,00000	R\$47,0000	R\$1.410,0000
4	Informativos Formato A4 impressão frente e verso colorido em papel couchê brilho 170 gr. com corte reto.total de 6 modelos, 100 peças de cada - Sendo feito um por mês.	UNIDADE		600,00000	R\$1,8800	R\$1.128,0000
3	Flyer Com picote. Formato 21x11,5 cm impressão frente e verso em papel couchê brilho 210 gr. Com picote 1 via picotada. Incluso 01 picote reto do inicio ao fim da folha. Sem numeração.	UNIDADE		10.000,00000	R\$0,0800	R\$800,0000
2	Flyer / Flyer Supermercado. Formato 15x21 cm impressão frente e verso em papel couchê brilho 170 gr. com corte reto.	UNIDADE		10.000,00000	R\$0,0750	R\$750,0000
1	FOLDER Formato fechado 15x29,7 cm e formato aberto 60x29,7 cm, impressão frente e verso colorida em papel couchê brilho 170 gr. com 3 dobras paralelas. Com total de 8 páginas.	UNIDADE		10.000,00000	R\$0,3500	R\$3.500,0000
Total do Fornecedor:						R\$7.788,0000
Total Geral dos Itens:						R\$7.788,0000

POMERODE (SC), 10 de DEZEMBRO de 2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

# Porto União

## PREFEITURA

### PORTARIA N.º 001/2015 - RH

PORTARIA Nº 001, de 02 de janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Jhony Ringo Pires do Prado das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de janeiro de 2015.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

Em exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### PORTARIA N.º 002/2015 - RH

PORTARIA Nº 002, de 05 de janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Márcia Mazeika das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de janeiro de 2015.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

Em exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### PORTARIA N.º 003/2015 - RH

PORTARIA Nº 003, de 05 de janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art 1º CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA, como Responsável pela Fiscalização Tributária, de 30% (trinta por cento), à servidora efetiva Fernanda Paola Stasiak de Moura Camargo Torma, conforme

Capítulo VI e Anexo V, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 22 de abril de 2014.

Porto União - SC, em 05 de janeiro de 2015.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

Em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### PORTARIA N.º 006/2015 - RH

PORTARIA Nº 006, de 12 de janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Decreto nº 620 de 18 de dezembro de 2014, onde o Município passa a intervir/encampar no Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União para manter a continuidade do serviço público e atender interesse social;

#### RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Marisa Andrzejewski Henkel, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 12 de janeiro de 2015.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

Em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### PORTARIA N.º 007/2015 - RH

PORTARIA Nº 007, de 12 de janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Decreto nº 620 de 18 de dezembro de 2014,

onde o Município passa a intervir/encampar no Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União para manter a continuidade do serviço público e atender interesse social;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Anair do Rocio Serafin, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 12 de janeiro de 2015.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

Em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 008/2015 - RH**

PORTARIA Nº 008, de 12 de janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Decreto nº 620 de 18 de dezembro de 2014, onde o Município passa a intervir/encampar no Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União para manter a continuidade do serviço público e atender interesse social;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Marisa de Assis, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 12 de janeiro de 2015.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

Em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 009/2015 - RH**

PORTARIA Nº 009, de 12 de janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Decreto nº 620 de 18 de dezembro de 2014, onde o Município passa a intervir/encampar no Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União para manter a continuidade do serviço público e atender interesse social;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Neusa Lubejs Jak, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Abrigo de Crianças e Adolescentes de Porto União, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 12 de janeiro de 2015.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI

Prefeito Municipal

Em Exercício

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 010/2015 - RH**

PORTARIA Nº 010, de 12 de janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º REDUZIR A PEDIDO a carga horária da servidora efetiva Adriana Josiek, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico (Pediatra), de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º Revoga a Portaria nº 605, de 02 de maio de 2014.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 12 de janeiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 011/2015 - RH**

PORTARIA Nº 011, de 14 de janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR de 02 a 31 de janeiro de 2015, a carga horária do servidor efetivo Célio Olizar Pereira, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico (Oftalmologista), de 05 (cinco) horas semanais para 15 (quinze) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender demandas de urgência e diversos alunos do Programa Saúde da Escola - PSE.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2015.

Porto União - SC, em 14 de janeiro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

## Pouso Redondo

### PREFEITURA

#### **PROCESSO 002 2015 PMPR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº. 02/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 10:00 Horas do dia 30.01.2015, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PRESENCIAL, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I EDITA.. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 19 de Janeiro de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal



# Rio do Sul

## PREFEITURA

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO - 023/2015 - PROCESSO SELETIVO 010/2014 - ASSISTÊNCIA SOCIAL - ANA CAROLINA DE CASTRO FREITAS SANTOS.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 023/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA CAROLINA DE CASTRO FREITAS SANTOS, portador(a) do CPF nº 047.996.836-59, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua José Ferreira, nº 70 □ Bairro Centro □ Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Assistente Social, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação CREAS, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.617,51 (três mil seiscentos e dezessete reais e cinquenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**Parágrafo único** □ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 20/01/2015 e encerrando-se em 19/02/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**Parágrafo único** - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA:** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto

dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de janeiro de 2015.

GIVANILDO SILVA	ANA CAROLINA DE CASTRO FREITAS SANTOS
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2015**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 019/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) RUDINEI DA CUNHA, portador(a) do CPF nº 046.042.289-81, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Francisco Carvalho, nº 41, apto 03 - Bairro Canoas - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria Municipal de Saúde □ ESF Canoas/Farmácia Popular, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 803,88 (oitocentos e três reais e oitenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**Parágrafo único** □ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 19/01/2015 e encerrando-se em 18/02/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**Parágrafo único** - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 15 de janeiro de 2015.

GIVANILDO SILVA	RUDINEI DA CUNHA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

#### **PORTARIA Nº 0008/RH**

PORTARIA Nº. 0008/RH

JEAN PIER XAVIER DE LIZ, Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 1250/2014/RH de 11/12/2014, a qual nomeia AIDA TERESA CAVA NAZARIO para exercer o cargo de provimento efetivo COZINHEIRO, 40h, em virtude da desistência (em anexo), nos termos do Art. 14, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de janeiro de 2015.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ  
Prefeito Municipal em exercício

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Dr

#### **PORTARIA Nº 0009/RH**

PORTARIA Nº. 0009/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, TEREZINHA SIEBEL, para exercer o cargo de provimento efetivo de COZINHEIRO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de janeiro de 2015.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ  
Prefeito Municipal em exercício

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Dr

#### **PORTARIA Nº 0011/RH**

PORTARIA Nº. 0011/RH

JEAN PIER XAVIER DE LIZ, Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, RODRIGO SIMON RUTZEN para exercer o cargo de provimento efetivo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público nº 001/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de janeiro de 2015.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ  
Prefeito Municipal em exercício

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Dr

#### **TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 009/2014 - ROSELI MACHADO MALKOWSKI**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ROSELI MACHADO MALKOWSKI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Motorista de Caminhão, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 009/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 19 de janeiro de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

#### **TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 - RODRIGO SIMON RUTZEN**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) RODRIGO SIMON RUTZEN, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2014, homologado através do Decreto nº 3.963 de 31/03/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de FISCAL DE OBRAS E POSTURAS - 40

HORAS).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0011/RH de 12/01/2015, publicada em 20/01/2015. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Fiscal de Obras e Posturas	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS

Rio do Sul, 19 de janeiro de 2015.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014 - TEREZINHA SIEBEL**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) TEREZINHA SIEBEL, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>, para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 4.234 de 05/08/2014 e suas retificações posteriores. (Cargo de COZINHEIRO - 40 HORAS).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0009/RH de 12/01/2015, publicada em 20/01/2015. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e

aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1. HEMOGRAMA COMPLETO;
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2. GLICEMIA;
Cozinheiro	3. VDRL;
	4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA;
	5. ECG - 40 ANOS;
	6. CREATININA;
	7. LAUDO DO PSIQUIATRA;
	8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 19 de janeiro de 2015.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **PORTARIA Nº 819/2014**

PORTARIA Nº 819, DE 13 DE JANEIRO DE 2015

Autoriza o Gozo de Férias a Servidora Ivone Wolter Schweder

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc...

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 02 a 16 de fevereiro de 2015, a servidora Ivone Wolter Schweder, Auxiliar Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, referente ao período 2014- 2015, de acordo com a Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O remanescente do período de gozo de férias (15 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 4º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 13 janeiro de 2015.  
JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA  
Presidente da Mesa

Santa Cecilia

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 1/19

Número do Registro de Preços: 3/2015      Data do Registro: 08/01/2015      Válido até: 08/01/2016							
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ALFINETE 50GR Nº24	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	BACCHI	0	5,5100	1
2			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	BACCH	0	5,7000	2
2	APAGADOR PARA QUADRO NEGRO	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	CAGEMA	0	4,2400	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SOUZA	0	4,2500	2
3	APAGADORES PARA QUADRO BRANCO	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	JOCAR	0	6,1900	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SOUZA	0	6,4000	2
4	APONTADOR - DE LÁPIS COM DEPOSITO, EM POLIPROPILENO VIRGEM ATÓXICO TAMANHO 60MM X 22MM X 15MM, COM DEPOSITO(RESERVATORIO) DE RESÍDUOS DO LÁPIS COM CAPACIDADE DE 14ML	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	LEONORA	0	1,8400	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	CIS	0	1,8500	2
5	BALÃO LINGUIÇA: ROXO, AMARELO, MARRON	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	IBB	0	8,5900	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SAO ROQUE	0	8,9000	2
6	BALÕES COLORIDOS - PCT COM 50 TAMANHO 6,5: LARANJA, ROSA, VERDE, BRANCO, PRETO, AMARELO, AZUL	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	IBB	0	4,8900	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SAO ROQUE	0	4,9000	2
7	BARBANTE CRU (GRANDE) Nº98 200GR	RL	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	KOREA	0	5,7600	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	EUROFIOS	0	5,9500	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015**

Página: 2/19

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 08/01/2015		Válido até: 08/01/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	BASTÃO COLA QUENTE - FINO 30CM	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	RENDECOLA	0	0,4900	1
9	BASTÃO COLA QUENTE - GROSSO COM 30CM	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARIPEL	0	0,5000	2
10	BORRACHA BRANCA CX C/40 NR 40	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	REDBOR	0	13,9400	1
11	CADERNO BROCHURÃO - CAPA DURA (60 FOLHAS) - CADERNO ESCOLAR COM AS SEGUINTE MEDIDAS: ABERTO 40 X 27,5 E FECHADO 20 X 27,5 CM. MIOLO COM 60 FOLHAS (120 PAGINAS) EM PAPEL OFFSET 63GR, IMPRESSÃO 1X1. CAPA COM IMPRESSÃO PERSONALIZADA COR 4X0 EM PAPEL COUCHÉ BRILHO 120GR COM LAMINAÇÃO BOPP BRILHO NA PARTE EXTERNA ENVOLTO EM PAPELÃO 1,5 MM E COM GUARDAS EM PAPEL OFFSET 120G. ACABAMENTO DOBRADO E MIOLO COLADO A CAPA	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	INFOPEL	0	7,8900	1
12	CADERNO DE DESENHO GRANDE - 60 FOLHAS, CX COM 10 UNIDADES	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	TILIBRA	0	7,9000	2
13	Caneta esfereográfica cristal azul.Copo hexagonal que assegura o conforto na escrita e transparente para visualização da tinta. Tinta de alta qualidade, que seca rapidamente evitando borrões na escrita. Não contém PVC. Especificações Ponta Fina 0,8mm, largura da linha 0,4mm tampa e plug da mesma cor da tinta. Tampa ventilada em conformidade com padrão ISSO Bola de Tungstênio, estera perfeita e muito resistente. Produto com certificado do Inmetro.	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	CREDEAL	0	77,5000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	CREDEAL	0	78,0000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	BIC	0	0,9900	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	FABER CASTI	0	1,0000	2





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015**

Página: 3/19

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 08/01/2015		Válido até: 08/01/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Caneta esferográfica cristal VERMELHA. Corpo hexagonal que assegura o conforto na escrita e transparente para visualização da tinta. Tinta de alta qualidade, que seca rapidamente evitando borrões na escrita. Não contém PVC. Especificações Ponta Fina 0,8mm, largura da linha 0,4mm tampa e plug da mesma cor da tinta. Tampa ventilada em conformidade com padrão ISO Bola de Tungstênio, estera perfeita e muito resistente. Produto com certificado do Inmetro.	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	BIC	0	0,9900	1
15	CANETA HIDROGRÁFICA ( CONJUNTO, COMPRIDA COM 12 CORES )	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	LEONORA	0	4,0000	1
16	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO A4 - TRANSPARENTE	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	CIS	0	4,0500	2
17	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO A4 PRETA	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	GOODIE	0	0,5700	1
18	CARTOLINA DE DIVERSAS CORES	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	OFFICE	0	0,5800	2
19	CARTOPLEX, VERMELHO, VERDE, AMARELO, AZUL	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	ALLCART	0	0,6500	1
20	CARTUCHO 92 - ORIGINAL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ALOFORM	0	0,6900	2
		UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	REIPEL	0	0,9000	1
		UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	VMP	0	0,9300	2
		UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	HP	0	74,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015**

Página: 4/19

**Número do Registro de Preços: 3/2015**      **Data do Registro: 08/01/2015**      **Válido até: 08/01/2016****Objeto da Compra:** Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	CARTUCHO 93 - ORIGINAL	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	HP	0	74,8800	2
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	HP	0	84,0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	HP	0	84,9600	2
22	CARTUCHO CANON 30 BLACK - ORIGINAL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	HP	0	97,0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	CANON	0	97,8000	2
23	CARTUCHO CANON 31 COLOR - ORIGINAL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	CANON	0	118,0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	CANON	0	119,9000	2
24	CARTUCHO HP 122 BLACK XL - ORIGINAL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	HP	0	46,0000	1
25	CARTUCHO HP 122COLOR - ORIGINAL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	HP	0	58,0000	1
26	CARTUCHO HP 21 BLACK - ORIGINAL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	HP	0	57,0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	HP	0	57,6000	2
27	CARTUCHO HP 60 BLACK -ORIGINAL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	HP	0	63,0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	HP	0	63,3600	2
28	CARTUCHO HP 60 COLOR - ORIGINAL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	HP	0	67,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015**

Página: 5/19

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 08/01/2015		Válido até: 08/01/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	CARTUCHO HP22 COLOR - ORIGINAL		DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	HP	0	67.2000	2
		UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	HP	0	77.0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	HP	0	77.7600	2
30	CDR EM TUBO DE 100 UNIDADES	TB	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	ELGIN	0	84.0000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ELGIN	0	85.0000	2
31	CLIPS Nº 2/0 500 GR	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	NEW	0	10.0000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	BACCH	0	10.9000	2
32	COLA BASTÃO 10GR - CX COM 24 UNIDADES	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	FOSKA	0	17.7000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	ACRILEX	0	2.7900	1
33	COLA BRANCA. ESPECIFICAÇÕES: FRASCO TRANSPARENTE - FEITO 100% DE PET RECICLADO RETANGULAR, COM BICO APLICADOR E TAMPÃO ESPECIAL ANTI-ASFIXIANTE, CONTENDO NO MÍNIMO 100GRS. COMPOSIÇÃO: RESINA DE PVA, ATÓXICA, LAVÁVEL (OBRIGATORIO CONSTAR LAVÁVEL NO ROTULO ORIGINAL DO PRODUTO), PODENDO SER UTILIZADA PARA COLAGENS EM PAPEL, CARTÃO E CARTOLINA. NA EMBALAGEM DEVE CONTER INFORMAÇÕES DO FABRICANTE	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	ACRILEX	0	2.7900	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	TENAZ	0	2.8000	2
34	COLA GLITTER 35 GR - COLA COLORIDA COM GLITTER COM NO MÍNIMO 35G, LAVÁVEL, PARA FAZER COLAGENS, RELEVOS COLORIDOS E PINTAR SOBRE PAPEL, PAPEL CARTÃO E CARTOLINA. NÃO TÓXICO, SOLÚVEL EM ÁGUA, LAVÁVEL, COM ALTA CONCENTRAÇÃO DE GLITTER COM BRILHO INTENSO. COMPOSIÇÃO: RESINA DE PVA, GLITTER E CONSERVANTES. PRODUTO COM SELO COMPULSÓRIO DO INMETRO, PRODUÇÃO NACIONAL. CAIXA COM 6 CORES DIVERSAS	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	ACRILEX	0	13.5000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ACRILEX	0	13.5500	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 6/19

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 08/01/2015		Válido até: 08/01/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	COLA PARA E.V.A CX COM 12 UNIDADES	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	ACRILEX	0	100.0000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	TEKBOND	0	103.0000	2
36	COMPASSO - SEM TIRA LINHAS, COM HASTES EM METAL, SENDO QUE UMA POSSUI FIXADOR COM GRAFITE E A OUTRA AGULHA FIXADORA, TAMPA PLÁSTICA DE SEGURANÇA, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 120 MM. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA.	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	LEONORA	0	3.0000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	CIS	0	3.1000	2
37	DESTACA TEXTO - VERDE LIMÃO	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	JOCAR	0	1.1700	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARIPEL	0	1.1800	2
38	ENVELOPE TAMANHO 11cm x 23cm BRANCO	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	SCRITY	0	0.1200	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SCRITY	0	0.1300	2
39	ENVELOPE TAMANHO 125 MM X 176 MM BRANCO	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	SCRITY	0	0.1200	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SCRITY	0	0.1300	2
40	ENVELOPE TAMANHO 162 MM X 229 MM BRANCO	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	SCRITY	0	0.1600	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SCRITY	0	0.1700	2
41	ENVELOPE TAMANHO 20cm x 28 cm BRANCO	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	SCRITY	0	0.2400	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SCRITY	0	0.2500	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015**

Página: 7/19

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 08/01/2015		Válido até: 08/01/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	ENVELOPE TAMANHO 26cm x 36 cm BRANCO	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	SCRITY	0	0,3100	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SCRITY	0	0,3200	2
43	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO 09MM ATÉ 50 FOLHAS, COM 100 UNIDADES	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	OFFICE	0	11,4000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARES	0	11,4500	2
44	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO 12MM ATÉ 70 FOLHAS, COM 100 UNIDADES	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	OFFICE	0	13,9900	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARES	0	14,0000	2
45	ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO 20MM ATÉ 120 FOLHAS, COM 70 UNIDADES	PCT	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	OFFICE	0	26,0000	1
46	ESQUADRO 45°, TAMANHO APROXIMADO DE 21 X 14,5 CM ESPESSURA DE 2MM, MATERIAL COM GRADUAÇÃO DE ESQUADRO 45 GRAUS X 90 GRAUS X 45 GRAUS E COM MEDIDAS DE 0 A 14 CM.	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	WALEU	0	0,8000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	WALEU	0	0,8200	2
47	ESTILETE GRANDE	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	FOSKA	0	2,3900	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	CIS	0	2,4000	2
48	FITA ADESIVA LARGA TRANSPARENTE 48 MM X 45 M	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	MAKE	0	3,3500	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ADELBRAS	0	3,3800	2
49	FITA ADESIVA PLASTICA 19X50 TRANSPARENTE	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	MAKE	0	1,9900	1





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015**

Página: 8/19

Número do Registro de Preços: 3/2015      Data do Registro: 08/01/2015      Válido até: 08/01/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ADELBRAS	0	2,0000
50	FITA CORRETIVA MANUAL 5X10MTS	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	JOCAR	0	5,5000
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	CIS	0	5,5700
51	FITA CREPE 19 X 50	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	EUROCEL	0	3,9900
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ADELBRAS	0	4,0000
52	GIZ COLORIDO PLASTIFICADO E ANTIALERGICO COM 55 PALITOS	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	DELTA	0	4,6900
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	DELTA	0	4,7000
53	GIZÃO DE CERA - GIZ DE CERA - TRIANGULAR COM 12 CORES BIG , COM PESO MÍNIMO DE 95G, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 10 MM (DIÂMETRO) E 105 MM (COMPRIMENTO), A BASE DE CERAS, CARGAS, MINERAIS INERTES E PIGMENTOS, COMPONENTES TOTALMENTE ATÓXICOS, NÃO PERECÍVEL - FORMATO ANATÔMICO PARA CRIANÇAS, MATERIAS PRIMAS DE ALTA QUALIDADE, NÃO ESFARELA, NÃO MANCHA AS MÃOS, IDEAL PARA USO ESCOLAR, CORES VIVAS QUE FACILITAM SUA IDENTIFICAÇÃO, EMBALAGEM COM SELO DE SEGURANÇA DO INMETRO.	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	ACRILEX	0	3,2400
54	GRAMPEADOR DE FERRO 26/6 PARA 25 FOLHAS	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	JOCAR	0	17,6000
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	GRAMPLINE	0	17,7000
55	GRAMPOS 26/6 CAIXA COM 5000 UNIDADES	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	BRW	0	3,6500
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARIPEL	0	3,7000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 9/19

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 08/01/2015		Válido até: 08/01/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	LAPIS DE COR - COM 12 CORES COM O TAMANHO DE 175MM X 8MM DE DIAMETRO DE BOA QUALIDADE , COMPOSIÇÃO DO LÁPIS: MADEIRA, PIGMENTO, CARGA INERTE, CERAS E AGLUTINANTES. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO.	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	LABRA	0	6,6000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MULTICOLOR	0	6,6500	2
57	LAPIS PRETO GRAFITE N2 - LÁPIS GRAFITE INTEIRO REDONDO Nº 2, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 7,2 MM DE DIAMETRO E COMPRIMENTO DE 175 MM. MINA DE GRAFITE NÚMERO 2 CENTRALIZADA, COM NO MÍNIMO 2 MM DE DIAMETRO, RESISTENTE, QUE DESLIZA FACILMENTE SOBRE O PAPEL. GRADUAÇÃO= B. CORPO COM PINTURA SEMIFOSCO PEROLADO COM VERNIZ NA COR PRETA. ESCRITA MACIA, ESCURA E DE EXCELENTE APAGABILIDADE. FÁCIL DE APONTAR, PRODUZIDO COM MATERIAS TOTALMENTE ATÓXICOS E MADEIRA 100% REFLORESTADA. LÁPIS ECOLOGICAMENTE CORRETO. MAIOR RESISTÊNCIA A QUEBRA DA MINA. NOME DO FABRICANTE E SELO FSC IMPRESSOS NO CORPO DO LÁPIS. CERTIFICADO PELO INMETRO.	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	FABER CASTI	0	0,8400	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	FABER CASTI	0	0,8500	2
58	LIVRO ATA 100 FOLHAS	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	P.B	0	15,4000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SAO DOMING	0	15,4900	2
59	LIVRO PONTO 220X330 COM 100 FOLHAS	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	S.B	0	15,7000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SAO DOMING	0	15,7500	2
60	MARCADOR PARA LAMINA RETROPROJETOR PONTA 1.0 (CINCO CORES)	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	CIS	0	3,4200	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SERTIC	0	3,4500	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015**

Página: 10/19

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 08/01/2015		Válido até: 08/01/2016				
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
61	MarCADOR para quadro branco; corpo anatômico, podendo ser cilíndrico ou cônico, confeccionado em material plástico rígido, inquebrável, tampa removível de pressão ou encaixe; ponta indeformável de fibra sintética apropriada, com extremidade arredondada, garantindo firmeza e uniformidade na espessura do traçado. Deve conter tinta atóxica de secagem rápida quando da aplicação, ser recarregável através de refil de tinta com 5,5ml,com ponta substituíve e de fácil remoção a seco, sem deixar manchas; na cor PRETO.	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	JOCAR	0	5,0000	1	
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	BIC	0	5,0300	2	
62	MarCADOR para quadro branco; corpo anatômico, podendo ser cilíndrico ou cônico, confeccionado em material plástico rígido, inquebrável, tampa removível de pressão ou encaixe; ponta indeformável de fibra sintética apropriada, com extremidade arredondada, garantindo firmeza e uniformidade na espessura do traçado. Deve conter tinta atóxica de secagem rápida quando da aplicação, ser recarregável através de refil de tinta com 5,5ml,com ponta substituíve e de fácil remoção a seco, sem deixar manchas; na cor AZUL.	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	JOCAR	0	5,0000	1	
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	BIC	0	5,2000	2	
63	MarCADOR para quadro branco; corpo anatômico, podendo ser cilíndrico ou cônico, confeccionado em material plástico rígido, inquebrável, tampa removível de pressão ou encaixe; ponta indeformável de fibra sintética apropriada, com extremidade arredondada, garantindo firmeza e uniformidade na espessura do traçado. Deve conter tinta atóxica de secagem rápida quando da aplicação, ser recarregável através de refil de tinta com 5,5ml,com ponta substituíve e de fácil remoção a seco, sem deixar manchas; na cor VERMELHO.	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	JOCAR	0	5,0000	1	
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	BIC	0	5,2000	2	
64	MASSA DE MODELAR - SOFT COM 12 CORES MASSA DE MODELAR CONJUNTO: ESTUJO COM 12 CORES:AZUL COBALTO, AZUL CELESTE, VERMELHO VIVO, VERDE VERONESE, VERDE MUSGO, LARANJA, SALMÃO, BRANCO, PRETO, MARROM, AMARELO, PINK, COM PESO LIQUIDO MÍNIMO DE 180G. A BASE DE CARBOIDRATOS DE CEREJAS, ÁGUA, GLUTEN, CLORETO DE SÓDIO, PROPIL PARABENO, AROMA, ADITIVOS E PIGMENTOS, MASSA COM TEXTURA SUPERMACIA, EXCELENTE CONSISTÊNCIA, CORES VIVAS E MISCÍVEIS, QUE NÃO ESFARELA PRODUTO ATÓXICO, NÃO MANCHA AS MÃOS, PODE SER REAPROVEITADO, INDICADA PARA CRIANÇAS A PARTIR DE 03 ANOS DE IDADE COM VALIDADE DE 24 MESES	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	ACRILEX	0	4,1000	1	
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ACRILEX	0	4,1500	2	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015**

Página: 11/19

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 08/01/2015		Válido até: 08/01/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
65	PAPEL A4 75GR COM 500FOLHAS NAS CORES VERDE, AMARELO, AZUL E ROSA.	RESM	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	TREVO	0	17.9900	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	REPORT	0	18.0000	2
66	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE 25 MTS	RL	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	PLAVITEC	0	80.0000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	VULCAN	0	82.0000	2
67	PAPEL CONTINUO C/3000 1 VIA	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	ALLFORM	0	100.0000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MICROFORM	0	101.0000	2
68	PAPEL DOBRADURA CORES VARIADAS	FLS	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	REIPEL	0	0.4200	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	VMP	0	0.4500	2
69	PAPEL FOTOGRÁFICO CX C/ 50 FOLHAS E GRAMATURA DE 135GR	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	OFFPAPER	0	25.2000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	FILIPAPER	0	25.3000	2
70	PAPEL HECTOGRAFICO	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	HARDCOPY	0	50.0000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	HARDCOPY	0	53.0000	2
71	PAPEL OFÍCIO A 4	CX	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	NOBILY	0	160.0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	SOLCOPY	0	162.2400	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015**

Página: 12/19

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 08/01/2015		Válido até: 08/01/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
72	PAPEL PARDO ROLO GRANDE 1,20 DE ALTURA GRAMATURA DE 80GR E COMPRIMENTO DE 200MTS	RL	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	TRENT0	0	220.0000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SAMPA PAPEI	0	222.0000	2
73	PAPEL PRESENTE ROLO PEQUENO 60X50 - VARIOS MODELOS	RL	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	TRENT0	0	40.0000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	VMP	0	41.0000	2
74	PAPEL VERGE - BRANCO E PALHA A4 (GRAMATURA 120), COM 50 UNIDADES	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	OFFPAPER	0	11.2000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	FILIPAPER	0	11.2500	2
75	PASTA AZ LOMBO ESTREITO	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	POLYCART	0	8.0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	FRAMA	0	8.1100	2
76	PASTA CARTÃO DUPLEX C/ GRAMPO PLASTICO: 335MM X 230MM	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ACP	0	1.5000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	ICL	0	1.5400	2
77	PASTA ELASTICO CRISTAL	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	ALAPLAST	0	1.8000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ACP	0	1.9000	2
78	PERCEVEIOS	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	JOCAR	0	2.3000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	BAXMANN	0	2.3900	2





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2015**

Página: 13/19

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 08/01/2015		Válido até: 08/01/2016				
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
79	PERFURADOR MEDIO 30 FOLHAS	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	JOCAR	0	19.0000	1	
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	CAVIA	0	21.0000	2	
80	PINCEL ESCOLAR - NUMERO 12 CABO DE MADEIRA LONGO AMARELO ( APROXIMADAMENTE 25CM) COM CERDAS BRANCAS E FORMATO CHATO, IDEAL PARA CANTOS, COBERTURAS DE ÁREAS, CONTORNOS, PATINA, PREENCHIMENTO, PINTURAS EM GERAL.	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	CASTELO	0	3.3900	1	
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	TIGRE	0	3.4000	2	
81	PINCEL ESCOLAR - NUMERO 14 CABO DE MADEIRA LONGO AMARELO ( APROXIMADAMENTE 25CM) COM CERDAS BRANCAS E FORMATO CHATO, IDEAL PARA CANTOS, COBERTURAS DE ÁREAS, CONTORNOS, PATINA, PREENCHIMENTO, PINTURAS EM GERAL.	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	CASTELO	0	3.6400	1	
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	TIGRE	0	3.6500	2	
82	PINCEL PERMANENTE NASCORES: AZUL, VERMELHO, PRETO, VERDE	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	JOCAR	0	2.9900	1	
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	BIC	0	3.0000	2	
83	PISTOLA DE COLA QUENTE GRANDE COM POTENCIA DE 80W	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	FORD	0	60.5000	1	
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	CIS	0	61.0000	2	
84	PISTOLA DE COLA QUENTE PEQUENA COM POTENCIA DE 40W	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	CIS	0	21.4500	1	
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	CIS	0	21.5000	2	
85	PLACA DE BORRACHA E.V.A. (DIVERSAS CORES)	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	MAKE	0	1.7900	1	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2015**

Página: 14/19

Número do Registro de Preços: 3/2015      Data do Registro: 08/01/2015      Válido até: 08/01/2016						
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	DUBFLEX	0	1,8000
86	PLÁSTICO TRANSPARENTE ROLO COM 25 METROS	RL	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	DAC	0	34,4000
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	DAC	0	34,5000
87	REFIL DE 5,5ML PARA RECARREGAR MARCADOR DE QUADRO BRANCO	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	JOCAR	0	2,2900
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	RADEX	0	2,3000
88	REGUA TAMANHO APROXIMADO DE 25MM DE LARGURA X 310MM DE COMPRIMENTO E 2MM DE ESPESSURA	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	DELLO	0	1,0000
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SERTIC	0	1,0500
89	TESOURA ESCOLAR - COM PONTAS ARREDONDADAS, LÂMINA EM AÇO INOX, CABO ANATÔMICO PARA FACILITAR O USO E PROPORCIONAR MAIOR CONFORTO, LÂMINA COM TRATAMENTO ANTIFERRUGEM, COMPRIMENTO TOTAL (LÂMINA + CABO) DE 13CM, LÂMINA COM ESPESSURA DE 1,5MM, CABO PLÁSTICO INTERIÇO ATÉ O PARAFUSO DE UNIÃO DAS LÂMINAS GARANTINDO MAIOR DURABILIDADE AO PRODUTO.	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	TRIS	0	3,0400
90	TESOURA GRANDEUNIVERSAL INOXIDÁVEL CABO PLÁSTICO TAMANHO DE 25CM	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	DESART	0	10,0000
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	SERTIC	0	10,3000
91	TINTA GUACHE 15ML CAIXA COM 12 UNIDADES CORES SORTIDAS	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	PIRATININGA	0	7,1000
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	MARIPEL	0	7,3500



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015**

Página: 15/19

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 08/01/2015		Válido até: 08/01/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
92	TINTA PARA PINTURA FACIAL DIVERSAS CORES - CAIXA COM 6 CORES	CX	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	ROSTINHO PI	0	16,1000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	YUR	0	16,2000	2
93	TINTA PARA TECIDO NAS CORES: AMARELO, VERMELHO, AZUL - BISNAGA COM 37ML	UNI	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	ACRILEX	0	3,2400	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	ACRILEX	0	3,2500	2
94	TNT ROLO GRANDE NAS CORES: VERDE, AZUL CELESTE, BRANCO, PRETO, MARRON 1,20 DE ALTURA COM 40GR - ROLO COM 50 METROS	RL	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	SANTAFÉ	0	66,9000	1
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	NOVOTEX	0	67,0000	2
95	TONER 05A - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	AUTHENTIC	0	90,0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	D&A	0	90,2400	2
96	TONER 12A - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	AUTHENTIC	0	78,0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	D&A	0	78,2400	2
97	TONER 35A - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	AUTHENTIC	0	78,0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	D&A	0	78,2400	2
98	TONER 49A - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	AUTHENTIC	0	118,0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	D&A	0	119,0400	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2015**

Página: 16/19

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 08/01/2015		Válido até: 08/01/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
99	TONER CE 3013 A MAGENTA - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	AUTHENTIC	0	134.0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	D&A	0	134.4000	2
100	TONER CE3010 A BLACK - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	AUTHENTIC	0	115.0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	D&A	0	115.2000	2
101	TONER CE3011 A CIANO - AZUL - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	AUTHENTIC	0	134.0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	D&A	0	134.4000	2
102	TONER CE3012 A AMARELO - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	AUTHENTIC	0	134.0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	D&A	0	134.4000	2
103	TONER HP 85A - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	AUTHENTIC	0	75.0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	D&A	0	76.8000	2
104	TONER KYOCERA TK 112 - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	AUTHENTIC	0	100.0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	D&A	0	104.0000	2
105	TONER KYOCERA TK 137 - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME (9093)	AUTHENTIC	0	128.0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP (12140)	D&A	0	129.0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 17/19

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 08/01/2015		Válido até: 08/01/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
106	TONER SAMSUNG ML 2850 - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME	(9093) AUTHENTIC	0	155.0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	(12140) D&A	0	158.4000	2
107	TONER SAMSUNG SCX 4100 - COMPATIVEL	UN	SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME	(9093) AUTHENTIC	0	134.0000	1
			DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	(12140) D&A	0	134.4000	2
108	Transferidor 180° - TRANSPARENTE DE POLIESTIRENO CRISTAL - COM DIVISÃO EM MILÍMETROS DEMARCADA DE FORMA CLARA E PRECISA	UN	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP	(12140) BANDEIRANT	0	1.0000	1





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 3/2015**

Página: 18/19

**Número do Registro de Preços:** 3/2015      **Data do Registro:** 08/01/2015      **Válido até:** 08/01/2016

Número do Registro de Preços:	3/2015	Data do Registro:	08/01/2015	Válido até:	08/01/2016
<b>Objeto da Compra:</b>	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.				

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME	(9093)	0	1,1000	2
				WALEU			



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 3/2015

Página: 19/19

Número do Registro de Preços: 3/2015		Data do Registro: 08/01/2015		Válido até: 08/01/2016	
Objeto da Compra: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais escolares, materiais de expediente e de informática para as escolas da rede municipal de ensino no ano de 2015, conforme anexo I do presente edital.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2015  
PROCESSO Nº 58/2014

(9093) - SF EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME  
(12140) - DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP

Santa Cecilia, 8 de Janeiro de 2015.

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO Nº 010/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 010/2015-PR Nº 010/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos no edital, conforme condições e exigências estabelecidas no Projeto Básico (Anexo I), que faz parte integrante deste edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até as 08h:45min do dia 30 de dezembro de 2015, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 9:00horas do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113. E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 19 de dezembro de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL DE PREGÃO Nº 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 011/2015- PR 011/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Aquisição de 01 (um) Coletor Compactador de Lixo, capacidade volumétrica de 12m3 e capacidade de compactação mínima de 3 x 1. Conforme especificações que integra este edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h:45min. do dia 30 de janeiro de 2015, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14:00 horas do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 19 de janeiro de 2015

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATOS DE CONTRATOS NºS 192 À 206

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 192/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 094/2014

Processo Licitatório nº 41/2014 - CV.

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: SUL GRÁFICA LTDA EPP

OBJETO: O objeto previsto na cláusula primeira do contrato de

origem fica aditado para acrescer os quantitativos unitários, conforme cláusula nona do contrato 094/2014 e nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ R\$ 6.249.33 (Seis mil, duzentos e quarenta e nove reais e trinta e três centavos).

VIGÊNCIA: 18/12/2014 a 31/12/2014.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 193/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2014

Processo Licitatório nº 61/2014 - TP

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

OBJETO: O objeto previsto na cláusula terceira do contrato de origem fica aditado para acrescer os quantitativos unitários, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 57.205.63 (Cinquenta e sete mil duzentos e cinco reais e sessenta e três centavos).

Vigência: 18/12/2014 até 07/02/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 194/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 100/2014-DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC

OBJETO: O presente contrato tem como objeto a cooperação entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar "a promoção da integração ao mercado de trabalho", e a "formação para o trabalho", de acordo com a Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008 e com a Lei n. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através do estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, 40 (quarenta) alunos/mês.

Base Legal: Artigo 24, Inciso XIII, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

VALOR: R\$ 20.160,00 (Vinte mil, cento e sessenta reais).

Vigência: 01/01/2015 até 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 195/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 079/2013

Processo de Licitação Nº 026/2013 - Modalidade: PR

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 05/01/2015 até 31/12/2015, em conformidade com o disposto na Cláusula Segunda, do instrumento original do contrato e nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

Base Legal: Lei 10.520/02 e Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, Art 65.

Valor: R\$ 50.776,60 (Cinquenta mil, setecentos e setenta e seis reais e sessenta centavos).

Vigência: 05/01/2015 até 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 196/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 178/2013

Processo de Licitação Nº 026/2013 - Modalidade: PR

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 05/01/2015 até 31/01/2015, em conformidade com o disposto na Cláusula Segunda, do instrumento original do contrato e nos termos do art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

Base Legal: Lei Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 4.736,96 (Quatro mil setecentos e trinta e seis reais e

noventa e seis centavos)  
VIGÊNCIA: 05/01/2015 a 31/01/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 197/2014  
Processo de Licitação nº 102/2014-DL  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)  
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do município de Santa Rosa do Sul no diário oficial dos municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.  
Base Legal: Com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; no artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07; e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.  
VALOR: R\$ 3.540,00 (Três mil, quinhentos e quarenta reais).  
VIGÊNCIA: 05/01/2015 à 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 198/2014  
Processo de Licitação 101/2014-DL  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)  
OBJETO: Contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos:  
I - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do MUNICÍPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica JUCESC/FECAM nº 20.102/2010-2, celebrado pela JUCESC e Federação Catarinense de Municípios (FECAM), bem como os respectivos módulos adicionais;  
II - Simples Nacional: gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), nos termos do Convênio de Cooperação Técnica e Delegação de Encargos ESTADO / FECAM Nº 001/2010, permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional.  
Base Legal: Com fundamento no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; no artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07; e no artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93  
Valor: R\$ 3.420,00 (Três mil, quatrocentos e vinte reais).  
Vigência: 05/01/2015 até 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 199/2014  
Processo de Licitação 103/2014- Dispensa de Licitação  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE -AMESC  
OBJETO: Fornecimento de Medicamentos, para atendimento nas Unidades de Saúde do Município, para o primeiro semestre de 2015, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMESC, que tem por finalidade exclusivo atendimento aos Municípios da AMESC.  
Base Legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007  
VALOR: R\$ 236.635,29 (Duzentos e trinta e seis mil, seiscentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos)  
VIGÊNCIA: 05/01/2015 a 30/06/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 200/2014  
Processo Licitatório Nº 99/2014 - Convite  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: LEONARDO RODRIGO DA SILVA  
OBJETO: Assessoramento e consultoria jurídica ao poder executivo, extra-judicialmente e judicialmente, acompanhando as ações já ajuizadas, ajuizar as que forem necessárias, mediante procurações com poderes expressos, elaboração de contratos, pareceres, parecer nos processos de licitações, consultas, interpretações, praticar todos os atos atinentes ao conhecimento científico na área da ciência jurídica.  
Base Legal: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993  
Valor: R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais)  
Vigência: 05/01/2015 até 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 201/2014  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 094/2014-PR  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: PRESERVALE SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA  
OBJETO: Contratação de empresa para executar serviços de triagem, armazenamento, transbordo e destinação final de resíduos domiciliares sólidos, orgânicos e inorgânicos produzidos na zona urbana e rural do município de Santa Rosa do Sul, (com capacidade para até 140 toneladas/mês) gerados no município de Santa Rosa do Sul no exercício de 2015.  
Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
VALOR: R\$ 134.064,00 (Cento e trinta e quatro mil sessenta e quatro reais).  
VIGÊNCIA: 02/01/2015 a 31/12/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 202/2014  
Pregão Presencial nº 97/2014 - PL  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: DALBEX COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI EPP  
OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo hospitalar, medicamentos injetáveis e equipamentos para as unidades de saúde do município e SAMU, durante o exercício 2015.  
Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 2.794,19 (Dois mil setecentos e noventa e quatro reais e dezenove centavos).  
Vigência: 05/01/2015 até 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 203/2014  
Pregão Presencial nº 97/2014 - PL  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES EIRELI - EPP  
OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo hospitalar, medicamentos injetáveis e equipamentos para as unidades de saúde do município e SAMU, durante o exercício 2015.  
Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 30.960,07 (Trinta mil novecentos e sessenta reais e sete centavos).  
Vigência: 05/01/2015 até 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 204/2014  
Pregão Presencial nº 97/2014 - PL  
CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul  
CONTRATADA: ISAMED MAT. MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME  
OBJETO: Fornecimento de materiais de consumo hospitalar, medicamentos injetáveis e equipamentos para as unidades de saúde do município e SAMU, durante o exercício 2015.  
Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.  
Valor: R\$ 136.188,22 (Cento e trinta e seis mil cento e oitenta e

oito reais e vinte e dois centavos).  
Vigência: 05/01/2015 até 31/12/2015.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 205/2014**

Pregão Presencial nº 91/2014 - PL

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: REDE FURNAS COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de combustíveis, para uso nos veículos e máquinas da frota municipal, durante o exercício de 2015.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 428.000,00(Quatrocentos e vinte e oito mil reais).

Vigência: 05/01/2015 até 31/12/2015.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 206/2014**

Pregão Presencial nº 91/2014 - PL

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

OBJETO: O presente contrato tem por objeto o fornecimento de combustíveis, para uso nos veículos e máquinas da frota municipal, durante o exercício de 2015.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 326.090,00(trezentos e vinte seis mil e noventa reais).

Vigência: 05/01/2015 até 31/12/2015.

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### DECRETO N. 351, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO N. 351, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

HOMOLOGA JULGAMENTO PROFERIDO PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 816 /2014

MODALIDADE: Convite N. 17/2014.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas que lhe confere a Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94 e alterações:

#### HOMOLOGA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pela Portaria n. 1592014, de 20/05/14, sobre o Processo de Licitação n. 816/2014, Convite N.17/2014, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA, COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO), NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionada (s):

Empresa	Itens	Descrição do Item	Qtde	Valor homologado
JOSE CARLOS GNOATTO ME	1	Serviços de Limpeza Pública, transporte e disposição final de resíduos sólidos urbanos. Define-se como coleta e transporte o recolhimento dos resíduos domiciliares e todos aqueles que se encontram nas vias e logradouros por ocasião da execução dos serviços, encaminhando-os ao seu destino final.	12,00	78.000,00

°Valores expressos em reais

Nome do Fornecedor	Valor Total	
JOSE CARLOS GNOATTO ME	78.000,00	setenta e oito mil reais

°Valores expressos em reais

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso em, 30 de dezembro de 2014.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

Matricula nº 1268/8



# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO 01/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal Nº	01/2015
Contratante	Fundo Municipal de Saúde - FMS
Contratada	CASANOVA, LORENZETTI & CIA LTDA
Objeto	O objeto do presente contrato é a aquisição de combustível para utilização nos veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde - FMS – ÓLEO DIESEL S10.
Vigência	02 de janeiro a 31 de março de 2015.
Valor	R\$ 9.870,00(nove mil oitocentos e setenta reais).
Processo Nº.	29/2014
Pregão Presencial Nº.	26/2014
Santiago do Sul-SC, 02 de janeiro de 2015.	
TADEU PAULO TOAZZA	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

### CONTRATO 01/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal Nº	01/2015
Contratante	Fundo Municipal de Saúde - FMS
Contratada	CASANOVA, LORENZETTI & CIA LTDA
Objeto	O objeto do presente contrato é a aquisição de combustível para utilização nos veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde - FMS – ÓLEO DIESEL S10
Vigência	02 de janeiro a 31 de março de 2015.
Valor	R\$ 9.870,00(nove mil oitocentos e setenta reais).
Processo Nº.	29/2014
Pregão Presencial Nº.	26/2014
Santiago do Sul-SC, 31 de dezembro de 2014.	
TADEU PAULO TOAZZA	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

### CONTRATO 02/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal Nº	02/2015
Contratante	Fundo Municipal de Saúde - FMS
Contratada	AUTO POSTO SANTIAGO LTDA - EPP
Objeto	O objeto do presente contrato é a aquisição de combustível para utilização nos veículos, máquinas e equipamentos rodoviários e agrícolas do Município – GASOLINA COMUM.
Vigência	02 de janeiro a 31 de março de 2015.
Valor	R\$ 16.236,00 (dezesesseis mil duzentos e trinta e seis reais).
Processo Nº.	113/2014
Pregão Presencial Nº.	85/2014
Santiago do Sul-SC, 02 de janeiro de 2015.	
VANDERCI ANTONIO PEDROTTI	
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	

### CONTRATO 02/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal Nº	02/2015
Contratante	Fundo Municipal de Saúde - FMS
Contratada	AUTO POSTO SANTIAGO LTDA - EPP
Objeto	O objeto do presente contrato é a aquisição de combustível para utilização nos veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde - FMS – GASOLINA COMUM.
Vigência	02 de janeiro a 31 de março de 2015.
Valor	R\$ 9.020,00(nove mil e vinte reais).
Processo Nº.	29/2014
Pregão Presencial Nº.	26/2014
Santiago do Sul-SC, 02 de janeiro de 2015.	
TADEU PAULO TOAZZA	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

### CONTRATO 03/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal Nº	03/2015
Contratante	Fundo Municipal de Saúde - FMS

Contratada	BENEFICÊNCIA CAMELIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO BERNARDO
Objeto	Prestação de serviços referente a realização de Plantão Médico/Hospitalar de Urgência, Emergência e Eletivas, Técnico e Profissional pelo período de 12 (doze) meses aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, devendo esses serviços serem prestados na sede do Município ou em Quilombo.
Vigência	02 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.
Valor	R\$ 50.760,00 (cinquenta mil setecentos e sessenta reais).
Processo Nº.	28/2014
Pregão Presencial Nº.	25/2014
Santiago do Sul-SC, 02 de janeiro de 2015.	
TADEU PAULO TOAZZA	
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	

**EDITAL 05/2015**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Principal Nº	01/2015
Contratante	Fundo Municipal de Saúde - FMS
Contratada	CASANOVA, LORENZETTI & CIA LTDA
Objeto	O objeto do presente contrato é a aquisição de combustível para utilização nos veículos, máquinas e equipamentos rodoviários e agrícolas do Município – ÓLEO DIESEL B5 – S500 E ÓLEO DIESEL S10.
Vigência	02 de janeiro a 31 de março de 2015.
Valor	R\$ 127.653,00 (cento e vinte e sete mil e seiscentos e cinquenta e três reais).
Processo Nº.	113/2014
Pregão Presencial Nº.	85/2014
Santiago do Sul-SC, 02 de janeiro de 2015.	
VANDERCI ANTONIO PEDROTTI	
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	

**EDITAL 06/2015**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 06/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 06/2015.
Tipo: Unitário.
Objeto: Prestação de serviço de recapagem de Pneus dos veículos e máquinas do Município.
Entrega dos Envelopes: 10:00 horas do dia 30 de janeiro de 2015.
Abertura dos Envelopes: 10:00 horas do dia 30 de janeiro de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 02 de janeiro de 2015.
VANDERCI ANTONIO PEDROTTI
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0829/2015

DECRETO Nº 0829, DE 16 DE JANEIRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade: 01 - Câmara de Vereadores

Atividade: 2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serviços de Terceiros - P.J.

R\$ 290.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade: 01 - Câmara de Vereadores

Atividade: 2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

3.1.90.11.00.00.00 100 - Vencimentos e Vantagens Fixas - P.C.

R\$ 150.000,00

3.1.90.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais R\$ 80.000,00

3.1.91.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais - Op. Intra-orçam.

R\$ 10.000,00

3.1.90.37.00.00.00 100 - Locação de Mão-de-obra. R\$ 30.000,00

4.4.90.51.00.00.00 100 - Obras e Instalações. R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 0830/2015

DECRETO Nº 0830, DE 16 DE JANEIRO DE 2015.

DEFINE VENCIMENTOS DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA-IPTU E IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS/FIXO, PARA O EXERCÍCIO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

Art. 1º. De conformidade com o artigo 29 da Lei nº 140, de 22 de dezembro de 1997, e suas alterações, as datas para pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, para o exercício de 2015, serão:

I - Para pagamento em cota única com desconto de 14,4% o pagamento será até o dia 10/04/2015;

II - Para pagamento parcelado as datas serão:

- a) Primeira parcela até o dia 10/04/2015;
- b) Segunda parcela até o dia 10/05/2015;
- c) Terceira parcela até o dia 10/06/2015;
- d) Quarta parcela até o dia 10/07/2015;
- e) Quinta parcela até o dia 10/08/2015;
- f) Sexta parcela até o dia 10/09/2015;
- g) Sétima parcela até o dia 10/10/2015; e
- h) Oitava parcela até o dia 10/11/2015;

Parágrafo único. O valor mínimo de cada parcela será equivalente a 05 (cinco) UFM.

Art. 2º. As datas para pagamento do Imposto Sobre Serviços - ISS/FIXO para o exercício de 2015 conforme previsto na Lei Municipal nº 1398 de 27 de setembro de 2005, serão:

I - Para pagamento em cota única com desconto de 4% o pagamento será até o dia 30/04/2015

II - Para pagamento parcelado as datas serão:

- a) Primeira parcela até o dia 30/04/2015;
- b) Segunda parcela até o dia 29/06/2015;
- c) Terceira parcela até o dia 31/08/2015; e
- d) Quarta parcela até o dia 31/10/2015;

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### LISTAGEM PORTARIAS Nº 01/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 7189, de 16 de janeiro de 2015. Demite Empregado Público, a pedido, a partir de 12 de novembro de 2014. Jaqueline da Silveira Menezes da Silva. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 7190, de 16 de janeiro de 2015. Demite Empregado Público, a pedido, a partir de 01 de janeiro de 2015. Maristela Schreiner. Agente Comunitário de Saúde. SEMUS.

Portaria nº 7191, de 16 de janeiro de 2015. Demite Servidor Temporário, a pedido, a partir de 05 de janeiro de 2015. Vanessa Bonnett de Andrade. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 7192, de 16 de janeiro de 2015. Demite Servidor Temporário, por término de contrato em 23 de dezembro de 2014. Leila Franciane Franck Buba. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 7193, de 16 de janeiro de 2015. Demite Servidor Temporário, por término de contrato em 02 de janeiro de 2015. Juliane Wielivick Brito. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 7194, de 16 de janeiro de 2015. Exonera Coordenador de Serviços de Recepção no Centro de Especialidades, a pedido, a partir de 19 de dezembro de 2014. Sheila Katy Baron. SEMUS.

Portaria nº 7195, de 16 de janeiro de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 02 de janeiro de 2015. Wilcilene Maria Kowal Schratzenstaller. Especialista em Assuntos Educacionais. SEMED.

Portaria nº 7197, de 16 de janeiro de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 01 de janeiro de 2015. Sebastiana Schroder. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 7198, de 16 de janeiro de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 19 de janeiro de 2015. Maria Lourdes Schneider Grein. Auxiliar de Serviços. SEMED.

Portaria nº 7199, de 16 de janeiro de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 19 de janeiro de 2015. Analú dos Santos Lopes. Assistente Social. SEMAS.

Portaria nº 7201, de 12 de janeiro de 2015. Exonera Servidor Público, a pedido, a partir de 02 de janeiro de 2015. Sabrina Bollmann Garcia Schwingel. Médico Pneumologista. SEMUS.

Portaria nº 7202, de 16 de janeiro de 2015. Declara Vago Cargo, a partir de 01 de janeiro de 2015, com fulcro no art. 47, inciso V. Valtrudes Meier. Oficial Administrativo - em extinção.

Portaria nº 7203, de 16 de janeiro de 2015. Declara Vago Cargo, a partir de 01 de janeiro de 2015, com fulcro no art. 47, inciso V. Maria Carmem Onghero. Enfermeiro.

Portaria nº 7207, de 16 de janeiro de 2015. Nomeia Chefe de Divisão de Agricultura, a partir de 05 de janeiro de 2015. Vanilson Morgenroth. SEMAN.

Portaria nº 7208, de 16 de janeiro de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, relativa ao triênio 2000/2003. Julio Cesar Vargas. Professor Música III. Fundação Cultural.

Portaria nº 7209, de 16 de janeiro de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, relativa ao triênio 2001/2004. Dulce Mara Tamnini Salles. Professor Educação Infantil. SEMED.

Portaria nº 7210, de 16 de janeiro de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, relativa ao triênio 2001/2004. Miriam Terezinha Roik Lott. Enfermeira. SEMUS.

Portaria nº 7211, de 16 de janeiro de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, relativa ao triênio 2003/2006. Sandro dos Santos. Auxiliar Administrativo. SEMUS.

Portaria nº 7212, de 16 de janeiro de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, relativa ao triênio 2003/2006. Dirce Grein. Professor Anos Finais. SEMED.

Portaria nº 7213, de 16 de janeiro de 2015. Concede Licença Prêmio, em pecúnia, relativa ao triênio 2003/2006. Mario Sergio Monteiro. Motorista. SEMAS.

Portaria nº 7214, de 16 de janeiro de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2006/2009, período de 21/01/2015 a 20/02/2015. Ricardo Moraes Bonetti. Médico Pediatra. SEMUS.

São Bento do Sul, 20 de janeiro de 2015.  
FERNANDO TURECK  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 7196/2015**

PORTARIA Nº 7196, DE 16 DE JANEIRO DE 2015  
Exonera Conselheiro Tutelar

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Exonerar, a pedido, a partir de 01 de janeiro de 2015, ANDREI MARCELO BRIXI, do cargo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 7204/2015**

PORTARIA Nº 7204, DE 16 DE JANEIRO DE 2015  
Revoga Portaria nº 3574/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 19 de janeiro de 2015, a Portaria nº 3574/2013 que designou o servidor LUIS ALBERTO MUHLBAUER para responder interinamente como Diretor do Departamento de Indústria e Comércio, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2015  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 7205/2015**

PORTARIA Nº 7205, DE 16 DE JANEIRO DE 2015  
Nomeia Diretor

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 19 de janeiro de 2015, MARCO AURELIO VILICZINSKI, no cargo de Diretor do Departamento de Indústria e Comércio, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 7206/2015**

PORTARIA Nº 7206, DE 16 DE JANEIRO DE 2015  
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar o servidor LUCIANO TADEU BERALDO, ocupante do cargo de Coordenador de Setor de Manutenção, na Empresa Municipal de Habitação - EMHAB, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais: FORD/Courier, placas MCY 8903 e GM/Corsa, placas MBD 3494.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA: \_\_\_\_\_

**PORTARIAS/SEMED Nº 1286 A 1298/2014**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1286, de 19 de dezembro de 2014. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Adriana de Mira Caldas. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1287, de 19 de dezembro de 2014. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Jaqueline Soraia Amorim Tabert. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1288, de 19 de dezembro de 2014. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Cleia Maria Schneider. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1289, de 19 de dezembro de 2014. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Geomara Schoeffel Sperb. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1290, de 19 de dezembro de 2014. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Ana Paula Silveira Soares. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1291, de 19 de dezembro de 2014. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Araceli Linzmeyer Schwartz. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1292, de 19 de dezembro de 2014. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Laíde Mendes Oliveira Pscheidt. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1293, de 19 de dezembro de 2014. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Monica Piechontcoski dos Santos. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1294, de 19 de dezembro de 2014. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Vera Lúcia Lemos Weiss. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1295, de 19 de dezembro de 2014. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Thamires Roberta Lesnhak. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1296, de 19 de dezembro de 2014. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Simoni de Chaves Ribeiro. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1297, de 19 de dezembro de 2014. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Heloiza Cristina Paes Pereira. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1298, de 19 de dezembro de 2014. Concede Ampliação de Carga Horária. Iracema Schlögl. Professor Anos Finais.

ALCIONE TERESINHA HINKE  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

---

**IPRESBS**

---

**PORTARIA IPRESBS Nº 002/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº. 002/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/02/2015 a 30/05/2015, concedido à servidora CAROLINE PRISCILA MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 203/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/02/2015.

São Bento do Sul, 16/01/2015.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 003/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº 003/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 04/01/2015 a 18/02/2015, ao servidor ADRIANO ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 21/12/2014 a 04/01/2015, compete ao SAMAE.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/01/2015.



São Bento do Sul, 16/01/2015.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

**PORTARIA IPRESBS Nº 004/2015**

PORTARIA IPRESBS Nº. 004/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 18/01/2015 a 20/02/2015, concedido à servidora IVONICE MARIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 308/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/01/2015.

São Bento do Sul, 16/01/2015.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

## São Domingos

**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 007/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 007/2015  
PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 003/2015

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 02 de fevereiro de 2015, estará recebendo as propostas de interessados para a AQUISIÇÃO DE MOBÍLIA, EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA O CENTRO DE EVENTOS E CONVENÇÕES MUNICIPAL, objeto do Termo de Compromisso n. 1013892-13/2013/MTUR/CAIXA. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 06 de janeiro de 2015.  
ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal.

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 019/2015

DECRET O Nº 019/2015

“QUE CANCELA GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA AO  
FUNCIONÁRIO NAZARENO DE OLIVEIRA RODRIGUES”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica CANCELADA a Gratificação correspondente a 60%  
(sessenta por cento), do Piso salarial, conforme Lei Complementar  
Nº 2.301/99, de 24/09/1999, Art. 12, anexo VI, que havia sido  
concedida ao funcionário NAZARENO DE OLIVEIRA RODRIGUES  
pelo exercício da Chefia do Setor de Contabilidade da Secretaria  
Municipal da Fazenda, através do Decreto Nº 134/2013, de  
18/03/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 020/2015

DECRET O Nº 020/2015

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO A  
FUNCIONÁRIA JOSIANE PAULINA CARDOSO GARCIA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido a senhora JO-  
SIANE PAULINA CARDOSO GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo  
de Agente de Serviços Gerais, para o qual havia sido Nomeada  
através do Decreto Nº 122/2013, de 08/03/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 021/2015

DECRET O Nº 021/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor NAZARENO DE OLIVEIRA RO-  
DRIGUES, para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor de Orça-  
mentos e Finanças.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 13 de Janeiro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 022/2015

DECRETO Nº 022/2015

“QUE NOMEIA FUNCIONÁRIA, POR FORÇA DO  
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2014”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a senhora ANDREIA APARECIDA SANTOS  
DA SILVA, para ocupar o Cargo Efetivo de Agente de Serviços Ge-  
rais (servente/faxineira), na Secretaria Municipal da Saúde, Posti-  
nho Girassol, com 40 horas semanais classificada em 59º lugar no  
Concurso Público Nº 001/2014, realizado em data de 13/04/14,  
sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 13 de Janeiro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 023/2015

DECRET O Nº 023/2015

“QUE CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A FUNCIONÁRIA  
MARIA DOS SANTOS VELHO ANDRADE”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que  
lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº  
206, datado de 06/01/2015, e em conformidade com o Art. 149 da  
Lei Municipal Nº 729 de 14/05/1971,; Fica concedido 06 (seis) me-  
ses de LICENÇA PRÊMIO a senhora MARIA DOS SANTOS VELHO  
ANDRADE, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Serviços Ge-  
rais, a referida licença é a contar do dia 14/01/2015 á 12/07/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Janeiro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 024/2015**

DECRET O Nº 024/2015

"QUE REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 297/2014, DE 25/11/2014, QUE AUTORIZA DESMEMBRAMENTO URBANO, REQUERIDO POR JOSÉ ODILON PEREIRA DE FIGUEIREDO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o nº 018, datado de 14/01/2015, Ficam revogados os efeitos do Decreto Nº 297/2014, datado de 25/11/2014, que autoriza Desmembramento Urbano requerido por JOSÉ ODILON PEREIRA DE FIGUEIREDO, por haver saído com incorreções.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 297/2014 de 25/11/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Janeiro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 025/2015**

DECRET O Nº 025/2015

"QUE EXONERA CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica EXONERADA a senhora: - LUCIA SERAFIM DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora do CAIC - Fúlvio Amarante Ferreira, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 016/2013, de 18/01/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 14 de Janeiro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 026/2015**

DECRETO Nº 026/2015

"QUE NOMEIA FUNCIONÁRIA, POR FORÇA DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2014"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a senhora LÚCIA SERAFIM DE SOUZA SILVA, para ocupar o Cargo Efetivo de Assistente Técnico Pedagógico, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, com 40 horas semanais classificada em 6º lugar no Concurso Público Nº 001/2014, realizado em data de 13/04/14, sob o regime estatutário.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Janeiro de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 031/2015**

PORTARIANº 031/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS as seguintes funcionárias: - CLAUDIA ARRUDA SOUZA, ocupante do Cargo de Psicóloga, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 12/01/2015 à 10/02/2015. - DAIANE HUGEN TOMAZ, ocupante do Cargo de Assistente Social (Caps), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 12/01/2015 à 10/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 12 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 15 de Janeiro de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 032/2015**

PORTARIANº 032/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido ao senhor: - TAISE VERONEZI BASCHIROTTO, ocupante da Função de Odontólogo(PSF), na Secretaria Municipal da Saúde, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 402/2013, de 01/11/2013. A referida exoneração é a contar do dia 12/01/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 12 de Janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Janeiro de 2015.

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 033/2015**

PORTARIANº 033/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - MARIZA NUNES OLIVEIRA, ocupante da Função de Psicóloga (Caps), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 19/01/2015 à 17/02/2015. - REGINALDA BORGES PESSOA, ocupante da Função de Técnica em Enfermagem (PSF), referente ao

exercício de 2013/2014, a contar do dia 19/01/2015 à 17/02/2015.  
- CARLOS MARCONI WALTRICK, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Chefe do Gab. do Prefeito, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 19/01/2015 à 17/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 19 de Janeiro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

## São José

### PREFEITURA

#### **CARTA CONVITE Nº 011/2014 - PROCESSO Nº 241/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 011/2014 - Processo nº 241/2014 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE BASES DE CONCRETO PARA INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA EM ACADEMIAS AO AR LIVRE EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 28 de janeiro de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 28 de janeiro de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone/fax: (48) 33810100.

#### **DECRETO Nº 3.608 /2014**

DECRETO Nº 3.608 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ZULEIDE MARCOS PEREIRA DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.609 /2014**

DECRETO Nº 3.609 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora VANESSA ANGELINA DE CAMPOS MELO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.610 /2014**

DECRETO Nº 3.610 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora VANUSA MARLENE COELHO DA COSTA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.611 /2014**

DECRETO Nº 3.611 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora VANESSA HUGEN para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.612 /2014**

DECRETO Nº 3.612 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora TAMIRES REGINA PEDROSO PEREIRA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.613 /2014**

DECRETO Nº 3.613 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora TATIANA LAO SPINDOLA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.614/2014**

DECRETO Nº 3.614/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora TATIANE HEINZ para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352

de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.615/2014**

DECRETO Nº 3.615/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SHIRLEY BACH SCHLEMPER para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.616/2014**

DECRETO Nº 3.616/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SABRINA SCHMITT para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da

Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.617/2014**

DECRETO Nº 3.617/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SILVANA DOS SANTOS TAVARES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.618/2014**

DECRETO Nº 3.618/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica

Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SCHIRLEY TEIXEIRA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.619/2014**

DECRETO Nº 3.619/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SIMONE LIMA AREIAS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.620/2014**

DECRETO Nº 3.620/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SILVIA FERNANDES MACHADO MORAES FREIRE para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.621/2014**

DECRETO Nº 3.621/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SUZANA PACHECO DOS REIS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.622/2014**

DECRETO Nº 3.622/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SIMONE REGINA GUALBERTO DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.623/2014**

DECRETO Nº 3.623/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SUZANA DUK ROSAR para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

#### **DECRETO Nº 3.624/2014**

DECRETO Nº 3.624/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora SANDRA MARA DE SA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

#### **DECRETO Nº 3.625/2014**

DECRETO Nº 3.625/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ROSEMERI CUNHA ZIMERMANN para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei

Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

#### **DECRETO Nº 3.626/2014**

DECRETO Nº 3.626/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora PATRICIA FERNANDES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

#### **DECRETO Nº 3.627/2014**

DECRETO Nº 3.627/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora PATRICIA MARIA DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do



nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.628 /2014**

DECRETO Nº 3.628 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora NILZA MORESCHI SCHMITZ para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.629/2014**

DECRETO Nº 3.629/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica

Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARILENE REGINA DO AMARAL para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.630/2014**

DECRETO Nº 3.630/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARA SIMONE FURTUOSO DOS ANJOS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação



**DECRETO Nº 3.631/2014**

DECRETO Nº 3.631/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARIANA BATISTA ANJOS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.632/2014**

DECRETO Nº 3.632/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARLI DA SILVEIRA SANTANA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.633/2014**

DECRETO Nº 3.633/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARIANA SCHEIDT para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.634/2014**

DECRETO Nº 3.634/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARIA APARECIDA MACHADO HAMES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.635/2014**

DECRETO Nº 3.635/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARIANA DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.636/2014**

DECRETO Nº 3.636/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARIA TEREZA GEVAERD para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal

nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.637/2014**

DECRETO Nº 3.637/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARIA CELENE DA SILVA DE ASSUNÇÃO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.638/2014**

DECRETO Nº 3.638/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MABEL CRISTINA BORB DE

JESUS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.639/2014**

DECRETO Nº 3.639/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MUYARA DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.640/2014**

DECRETO Nº 3.640/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que

lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MANUELA QUADROS DE ARAUJO BAUNGARTEN para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.641/2014**

DECRETO Nº 3.641/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARIANA MENDONÇA PACHECO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.642/2014**

DECRETO Nº 3.642/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARIA DE FATIMA GOMES DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.643/2014**

DECRETO Nº 3.643/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARTA MARA MARTINS BATISTI para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.644/2014**

DECRETO Nº 3.644/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora LARA AMORIM NETTO DO NASCIMENTO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.645/2014**

DECRETO Nº 3.645/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora LETICIA SILVEIRA SEGATA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.646/2014**

DECRETO Nº 3.646/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora LEATRICE FERREIRA MARTINS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.647/2014**

DECRETO Nº 3.647/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora KARINY SOUZA DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei

Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.648/2014**

DECRETO Nº 3.648/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora KELLY THAIS COSTA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.649/2014**

DECRETO Nº 3.649/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora KAREM CLAUDETE MAIA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível



10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### DECRETO Nº 3.650/2014

DECRETO Nº 3.650/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora KAMILA FERNANDES SAGAS CANELA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### DECRETO Nº 3.651 /2014

DECRETO Nº 3.651 /2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica

Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora JULIANE PFLEGER DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### DECRETO Nº 3.652/2014

DECRETO Nº 3.652/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora JULIANE FERREIRA COELHO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.653/2014**

DECRETO Nº 3.653/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora JANE LUCIA MARTINS DA CONCEIÇÃO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.654/2014**

DECRETO Nº 3.654/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora JANAINA ANTONIA DE SOUZA OLIVEIRA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.655/2014**

DECRETO Nº 3.655/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora JANINHA TRENTA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.656/2014**

DECRETO Nº 3.656/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora JANETE DE SOUSA MARQUES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.657/2014**

DECRETO Nº 3.657/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora IZABEL CRISTINA DOS SANTOS HELLMANN para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.658/2014**

DECRETO Nº 3.658/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora GISELE PEREIRA ESPINDOLA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei

Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.659/2014**

DECRETO Nº 3.659/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora GRAZIELA ZENITE DA SILVEIRA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.660/2014**

DECRETO Nº 3.660/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora GLEISY GOULART CARDOSO PRAZERES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala,

referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.661/2014**

DECRETO Nº 3.661/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora GILSEMARA SILVA DA SILVA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.662/2014**

DECRETO Nº 3.662/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica

Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora FABIOLA TEOFILO KINDERMANN BUZZI para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.663/2014**

DECRETO Nº 3.663/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora FABIANA PETRONILHA DA ROSA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação



**DECRETO Nº 3.664/2014**

DECRETO Nº 3.664/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora FLORIPES MARIA DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.665/2014**

DECRETO Nº 3.665/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora FERNANDA GESSER WEBER para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.666/2014**

DECRETO Nº 3.666/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ESTELA CORREA DE MACEDO PRETULA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.667/2014**

DECRETO Nº 3.667/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ELEZIANE DE OLIVEIRA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.



Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.668/2014**

DECRETO Nº 3.668/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora EUNICE ESTEFANINI ROCHA MULLER para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.669/2014**

DECRETO Nº 3.669/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora EVELI CARLA VARGAS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal

nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.670/2014**

DECRETO Nº 3.670/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ELISABETE LAURECI SENHORIZO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.671/2014**

DECRETO Nº 3.671/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ELIANE MARIA SILVEIRA CALDAS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A

do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.672/2014**

DECRETO Nº 3.672/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora DEBORA ZIMMERMANN para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.673/2014**

DECRETO Nº 3.673/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica

Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora DAIANE CRISTINA DE LIMA DOS SANTOS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.674/2014**

DECRETO Nº 3.674/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora DEISI BAZZANA DE FREITAS GONZAGA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.675/2014**

DECRETO Nº 3.675/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora DAIANA PRATES DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.676/2014**

DECRETO Nº 3.676/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora DEZANIRA RODRIGUES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.677/2014**

DECRETO Nº 3.677/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora CASSIANA MARGARIDA DE MELO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.679/2014**

DECRETO Nº 3.679/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora CARLA APARECIDA COSTA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.680/2014**

DECRETO Nº 3.680/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora CARINA AMORIM DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.681/2014**

DECRETO Nº 3.681/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora CARMELITA GREGORIA MARTINS DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de

2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.682/2014**

DECRETO Nº 3.682/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora CLARICE DAIANE ROSA DE LIMA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.683/2014**

DECRETO Nº 3.683/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora BARBARA ONDINA MONTEIRO DE SOUZA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala,



referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.684/2014**

DECRETO Nº 3.684/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora BETANIA EING DE OLIVEIRA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.685/2014**

DECRETO Nº 3.685/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº

2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora CREUZA JERONIMA DA COSTA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.686/2014**

DECRETO Nº 3.686/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ADRIANA FARIAS GREGORIO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação



**DECRETO Nº 3.687/2014**

DECRETO Nº 3.687/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ADRIANA KIVEL VASCONCELOS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.688/2014**

DECRETO Nº 3.688/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ANDREA NAPOLEAO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.689/2014**

DECRETO Nº 3.689/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ANNA CLAUDIA SILVA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal Interina de Educação

**DECRETO Nº 3.690/2014**

DECRETO Nº 3.690/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ANGELA MARIA DOS SANTOS ALVES para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.691/2014**

DECRETO Nº 3.691/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ANA PAULA DE CARVALHO CORREA DE CAMPOS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.692/2014**

DECRETO Nº 3.692/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ANA LUCIA MANCE ELIAS para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal

nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.693/2014**

DECRETO Nº 3.693/2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ALEXANDRA CASTRO STOPASSOLI para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.694 /2014**

DECRETO Nº 3.694 /2014  
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ANDREZZA DAMASCENO FINCO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério

na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **DECRETO Nº 3.695/2014**

DECRETO Nº 3.695/2014

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos Artigos 12º, inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora ANA LUCIA BATISTA para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em concurso público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de dezembro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Municipal Interina de Educação

### **REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2014 - Processo nº 383/2014: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Motivo: Por razões de interesse público.

## **AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV**

### **DECRETO 3333/2014**

DECRETO Nº 3333/2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 21593/2014 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para a servidora MARILÉIA REGINA RODRIGUES SIMAS, matrícula 22463, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, calculados com base na média das contribuições, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de outubro de 2014.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

### **DECRETO 3433/2014**

DECRETO Nº 3433/2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo Provisório nº 04/2014 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 06/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para o servidor JAMIL PAULO ELIAS, matrícula 18-3, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, lotado na Câmara Municipal de São José, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio e adicional de qualificação técnica, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de novembro de 2014.  
SANDERSON ALMECI DE JESUS  
Prefeito Interino

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente SJPREV

**DECRETO 3489/2014**

DECRETO Nº 3489/2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 18915/2014 e com base no artigo 40, §1º, inciso III, "b" da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998,

## DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária por idade, para o servidor VILSON JOSÉ DOS SANTOS, matrícula 1550, ocupante do cargo de Gari, lotada na Secretaria Municipal de Receita, com proventos proporcionais a 75% (setenta e cinco por cento), com base na média dos salários de contribuição, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de novembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**DECRETO 3533/2014**

DECRETO Nº 3533/2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 20513/2014 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal,

## DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para a servidora IRINEIA MARIA LUIZA TEODORO, matrícula 13547, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 36% (trinta e seis por cento), calculados com base na média dos 80% (oitenta por cento) melhores salários de contribuição, não tendo direito à paridade, o benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data do Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de dezembro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de dezembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

**São José do Cedro****PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto do Magistério Municipal, Lei nº 2020, de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

## MOTORISTA

JEFERSON LUIZ WELTER

CLEBERSON KOVALSKI

DANIEL AUGUSTO DILLI

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de Janeiro de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.



**RGF 2º SEMESTRE**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>274.546,00</b>	<b>1.244.276,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	274.546,00	1.244.276,00
Interna	274.546,00	1.244.276,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	274.546,00	1.244.276,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>29.559.162,77</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>1.244.276,00</b>	<b>4,21</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>4.729.466,04</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>4.256.519,44</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>2.069.141,39</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>1.244.276,00</b>	<b>4,21</b>

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/12/2014



**RGF 2º SEMESTRE**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	(36.651,83)	0,00	(36.651,83)
Alienação de Bens destinados a Programas da Educação Básica	26.356,86	0,00	26.356,86
Alienação de Bens destinados a Programas de Saúde	(27.753,79)	0,00	(27.753,79)
Assistência Farmacêutica Básica	26.434,48	0,00	26.434,48
Atenção Básica	186.545,69	67.899,29	118.646,40
Gestão do SUS	27.637,07	0,00	27.637,07
Operações de Crédito Internas para Outros Programas	9.557,08	0,00	9.557,08
Outras Especificações	(27.391,63)	0,00	(27.391,63)
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	(35.491,10)	0,00	(35.491,10)
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	39.978,49	25.550,00	14.428,49
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	4.406,39	0,00	4.406,39
Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE/FNDE	5.460,00	0,00	5.460,00
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	(5.456,39)	0,00	(5.456,39)
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	185,78	0,00	185,78
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	24,92	0,00	24,92
Rec.de Remun.Dep. Banc. - Saúde / Convênios	967,29	0,00	967,29
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Saúde	8.989.048,44	(54.421,83)	9.043.470,27
Salário Educação	2.676,80	0,00	2.676,80
SF - Assistência Farmacêutica Básica	(19.112,89)	0,00	(19.112,89)
SF - Convênios da Saúde	(124.703,82)	905,77	(125.609,59)
SF - Gestão do SUS	(3.323,14)	0,00	(3.323,14)
SF - Outros Recursos do FNDE	(57.376,75)	0,00	(57.376,75)
SF - Transferências de Convênios - Outros	(107.929,39)	0,00	(107.929,39)
Transf. Conv.Munic.S.J.Cedro, Guarujá e Princesa -	13.279,86	0,00	13.279,86
Transferências de Convênios - Assistência Social	(12.829,84)	181.989,87	(194.819,71)
Transferências de Convênios - Educação	47.529,03	0,00	47.529,03
Transferências de Convênios - Outros	1.253.358,49	(607,27)	1.253.965,76
Transferências de Convênios - Saúde	226.601,95	(905,77)	227.507,72
Transferências do Fundeb - 40%	1.725.226,61	(16,28)	1.725.242,89
Transferências do Fundeb - 60%	(1.676.583,90)	4.021,53	(1.680.605,43)
Vigilância em Saúde	180.390,98	2,74	180.388,24
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>10.631.061,74</b>	<b>224.418,05</b>	<b>10.406.643,69</b>
Bolsa Família	4.043,85	0,00	4.043,85
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública - COSIP	193.468,54	0,00	193.468,54
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	(20.897,65)	0,00	(20.897,65)
Convênio Trânsito - Civil	10.335,80	0,00	10.335,80
Convênio Trânsito - Militar	50.737,38	0,00	50.737,38
Convênio Trânsito - Prefeitura	18.233,97	0,00	18.233,97
Fundo Especial do Petróleo	2.232,47	0,00	2.232,47
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	73.255,25	0,00	73.255,25
Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploraç	1.081,19	0,00	1.081,19
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação	(481.612,49)	4.927,89	(486.540,38)
Recursos Ordinários	(6.801.566,16)	28.985,83	(6.830.551,99)

Continua 1/2

31/12/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/2

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
SF - Convênio Trânsito - Militar	(10.412,00)	0,00	(10.412,00)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	(6.961.099,85)	33.913,72	(6.995.013,57)
TOTAL (III) = (I + II)	3.669.961,89	258.331,77	3.411.630,12
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: <sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/12/2014

**RGF 2º SEMESTRE**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2014**

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>1.328.375,35</b>	<b>1.935.817,49</b>	<b>1.769.453,94</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.328.375,35	1.935.817,49	1.769.453,94
Interna	1.328.375,35	1.935.817,49	1.769.453,94
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>3.875.621,85</b>	<b>4.232.881,41</b>	<b>3.669.334,39</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.000.930,64	4.335.248,87	3.669.961,89
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	125.308,79	102.367,46	627,50
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-2.547.246,50</b>	<b>-2.297.063,92</b>	<b>-1.899.880,45</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>25.589.106,65</b>	<b>27.196.429,39</b>	<b>29.559.162,77</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>5,19%</b>	<b>7,12%</b>	<b>5,99%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-9,95%</b>	<b>-8,45%</b>	<b>-6,43%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>30.706.927,98</b>	<b>32.635.715,27</b>	<b>35.470.995,32</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>27.636.235,18</b>	<b>29.372.143,74</b>	<b>31.923.895,79</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>1.328.375,35</b>	<b>1.935.817,49</b>	<b>1.769.453,94</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	34.141,32	9.221,46	25.535,98
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	34.141,32	9.221,46	25.535,98
Previdenciárias	34.141,32	9.221,46	25.535,98
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	1.294.234,03	1.926.596,03	1.743.917,96

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	56.608,49	57.439,59	36.181,66
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.625.142,96	4.136.759,22	1.155.587,91

FONTE:

Continua 1/2

31/12/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b><u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u></b>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

\_\_\_\_\_  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

FONTE:

31/12/2014

**RGF 2º SEMESTRE**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	14.411.944,26	48,76
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	17.735.497,66	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	16.848.722,78	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.899.880,45	-6,43
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	35.470.995,32	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.503.015,81	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	1.244.276,00	4,21
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.729.466,04	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.069.141,39	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respetivos	934.065,30	3.411.630,12

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

\_\_\_\_\_  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/12/2014



**RGF 2º SEMESTRE**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.868.082,66	4.200,00
Pessoal Ativo	13.464.069,61	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	108.132,73	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	295.880,32	4.200,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>13.868.082,66</b>	<b>4.200,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>13.872.282,66</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	<b>29.559.162,77</b>	
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>46,93</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%</b>	<b>15.961.947,90</b>	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%</b>	<b>15.163.850,50</b>	
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%</b>	<b>14.365.753,11</b>	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/12/2014



**RGF 2º SEMESTRE**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (I)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>25.589.106,65</b>	<b>27.196.429,39</b>	<b>29.559.162,77</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>5.629.603,46</b>	<b>5.983.214,47</b>	<b>6.503.015,81</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>5.066.643,12</b>	<b>5.384.893,02</b>	<b>5.852.714,23</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (V)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/12/2014

**RGF 2° SEMESTRE**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	(36.651,83)	0,00	
Alienação de Bens destinados a Programas da	0,00	0,00	0,00	0,00	26.356,86	0,00	
Alienação de Bens destinados a Programas de	0,00	0,00	0,00	0,00	(27.753,79)	0,00	
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	2.687,00	26.434,48	0,00	
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	15.422,08	118.646,40	0,00	
Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	27.637,07	0,00	
Operações de Crédito Internas para Outros Pro	0,00	0,00	0,00	0,00	9.557,08	0,00	
Outras Especificações	0,00	0,00	0,00	0,00	(27.391,63)	0,00	
Outras Transferências de Recursos do Fundo d	0,00	0,00	0,00	3.000,00	(35.491,10)	0,00	
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desem	0,00	0,00	25.550,00	251.450,00	14.428,49	0,00	
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil -	0,00	0,00	0,00	0,00	4.406,39	0,00	
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.456,39)	0,00	
Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE/FNI	0,00	0,00	0,00	0,00	5.460,00	0,00	
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PI	0,00	0,00	0,00	12.803,95	185,78	0,00	
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Esc	0,00	0,00	0,00	0,00	24,92	0,00	
Rec.de Remun.Dep. Banc. - Saúde / Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	967,29	0,00	
Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos	0,00	627,50	0,00	2.071,18	9.043.470,27	0,00	
Salário Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	2.676,80	0,00	
SF - Assistência Farmacêutica Básica	0,00	0,00	0,00	5.175,00	(19.112,89)	0,00	
SF - Convênios da Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	(125.609,59)	0,00	
SF - Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.323,14)	0,00	
SF - Outros Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	(57.376,75)	0,00	
SF - Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	(107.929,39)	0,00	
Transf. Conv.Munic.S.J.Cedro, Guarujá e Prino	0,00	0,00	181.989,87	0,00	13.279,86	0,00	
Transferências de Convênios - Assistência Soc	0,00	0,00	0,00	0,00	(194.819,71)	0,00	
Transferências de Convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	47.529,03	0,00	
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	520.357,75	1.253.965,76	0,00	
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	227.507,72	0,00	
Transferências do Fundeb - 40%	0,00	0,00	0,00	100,00	1.725.242,89	0,00	
Transferências do Fundeb - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.680.605,43)	0,00	

31/12/2014

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	180.388,24	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	627,50	207.539,87	813.066,96	10.406.643,69	0,00
Bolsa Família	0,00	0,00	0,00	0,00	4.043,85	0,00
Contribuição Custeio Serviços Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	12.907,94	193.468,54	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	(20.897,65)	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	866,50	10.335,80	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	50.737,38	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	18.233,97	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	2.900,00	2.232,47	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Capital e de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	73.255,25	0,00
Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira e Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	1.081,19	0,00
Recitas de Impostos e de Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	12.740,57	(486.540,38)	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	13.982,74	91.583,33	(6.830.551,99)	0,00
SF - Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	(10.412,00)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	0,00	0,00	13.982,74	120.998,34	(6.995.013,57)	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	627,50	221.522,61	934.065,30	3.411.630,12	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: \* A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atualia.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/12/2014

RREO - 6º BIMESTRE 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.916.600,61	1.916.600,61	2.449.462,69	127,80	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	763.097,50	763.097,50	763.809,44	100,09	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	202.925,80	202.925,80	368.152,49	181,42	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	544.722,20	544.722,20	733.964,27	134,74	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	349.125,70	349.125,70	497.576,99	142,52	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	8.494,35	8.494,35	6.331,92	74,54	
Dívida Ativa dos Impostos	34.438,47	34.438,47	51.356,71	149,13	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	13.796,59	13.796,59	28.270,87	204,91	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.386.863,52	18.386.863,52	18.084.852,85	98,36	
Cota-Parte FPM	10.010.388,64	10.010.388,64	9.422.896,34	94,13	
Cota-Parte ITR	2.795,31	2.795,31	6.000,90	214,68	
Cota-Parte IPVA	1.205.354,65	1.205.354,65	1.315.395,45	109,13	
Cota-Parte ICMS	7.000.357,82	7.000.357,82	7.200.087,30	102,85	
Cota-Parte IP/Exportação	112.134,79	112.134,79	110.389,46	98,44	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	55.832,31	55.832,31	30.083,40	53,88	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	55.832,31	55.832,31	30.083,40	53,88	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	20.303.464,13	20.303.464,13	20.534.315,54	101,14	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS Provenientes da União Provenientes dos Estados TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.633.207,55	2.633.207,55	2.459.739,29	93,41	
	2.633.207,55	2.633.207,55	2.442.442,92	92,76	
	0,00	0,00	17.296,37		
	45.000,00	45.000,00	249.396,00	555,55	
	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.754.459,55	2.754.459,55	9.806,82	12,86	
			2.719.542,11	98,73	



Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/5

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS CORRENTES	6.521.382,12	8.336.016,58	7.555.783,65	25.355,26	90,94
Pessoal e Encargos Sociais	3.865.433,20	4.842.205,37	4.409.116,76	0,00	91,06
Outras Despesas Correntes	2.655.948,92	3.493.811,21	3.146.666,89	25.355,26	90,79
DESPESAS DE CAPITAL	282.580,40	561.281,86	457.200,95	0,00	81,46
Investimentos	282.580,40	561.281,86	457.200,95	0,00	81,46

Continua 2/5

31/12/2014

Continuação 3/5

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS DE CAPITAL	282.580,40	561.281,86	457.200,95	0,00	81,46
Investimentos	282.580,40	561.281,86	457.200,95	0,00	81,46
<b>TOTAL (IV)</b>	6.803.962,52	8.897.298,44	8.012.984,60	25.355,26	90,35
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Bimestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% ((h+i)/IV(f+g))
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.759.516,86	3.589.044,22	2.886.383,84	23.284,08	36,20
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.641.829,86	3.369.923,05	2.738.306,35	23.284,08	34,36
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	117.687,00	219.121,17	148.077,49	0,00	1,84
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	2.759.516,86	3.589.044,22	2.886.383,84	23.284,08	36,20
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(V(f+g) - V(h+i)]</b>	4.044.445,66	5.308.254,22		5.128.671,94	63,80
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>					
(VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4					24,98
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VI(h+i) - (15 x IIIb)/100]</b>					
					2.048.524,61

Continua 3/5

31/12/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/5

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
Inscritos em 2013	1.787,02	631,00	10.755,46	-8.968,44	0,00
TOTAL	1.787,02	631,00	10.755,46	-8.968,44	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)			
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-		-	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g) % ((f+g)/e)
Atenção Básica	6.563.870,83	8.610.106,75	7.769.251,97	25.355,26 96,97
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	152.900,00	150.500,00	150.500,00	0,00 1,87
Vigilância Sanitária	12.866,16	45.366,16	28.192,86	0,00 0,35
Vigilância Epidemiológica	33.968,22	40.968,22	34.436,11	0,00 0,43
Outras Subfunções	40.357,31	50.357,31	30.603,66	0,00 0,38
<b>TOTAL</b>	<b>6.803.962,52</b>	<b>8.897.298,44</b>	<b>8.012.984,60</b>	<b>25.355,26 100,00</b>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Continua 4/5

31/12/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 5/5

FONTE:

- <sup>4</sup>Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- <sup>2</sup>O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- <sup>3</sup>O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

31/12/2014

**RREO - 6º BIMESTRE 2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.658.957,82	7.988.184,10	1.554.384,80	7.464.961,22	93,45
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE			CANCELADO EM 2014 (n)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00			0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00			0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00			0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS				VALOR	
				FUNDEB (n)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013				141.728,48	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE				4.121.465,94	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE				4.230.465,56	0,00
49.1 Orçamento do Exercício				4.134.635,28	0,00
49.2 Restos a Pagar				95.830,28	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE				15.093,97	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL				47.822,83	0,00

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DEBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do acréscimo do FUNDEB foi de R\$ 13.607,67, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

31/12/2014



**RREO - 6° BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	48.946,61	0,00	48.946,61
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	9.500,00	0,00	9.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	39.446,61	0,00	39.446,61
<b>TOTAL</b>	<b>48.946,61</b>	<b>0,00</b>	<b>48.946,61</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	77.367,89	45.576,00	0,00	31.791,89
Investimentos	77.367,89	45.576,00	0,00	31.791,89
<b>TOTAL</b>	<b>77.367,89</b>	<b>45.576,00</b>	<b>0,00</b>	<b>31.791,89</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	55.692,14	-45.576,00	10.116,14

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/12/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	48.946,61	0,00	48.946,61
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	9.500,00	0,00	9.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	39.446,61	0,00	39.446,61
<b>TOTAL</b>	<b>48.946,61</b>	<b>0,00</b>	<b>48.946,61</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	77.367,89	45.576,00	0,00	31.791,89
Investimentos	77.367,89	45.576,00	0,00	31.791,89
<b>TOTAL</b>	<b>77.367,89</b>	<b>45.576,00</b>	<b>0,00</b>	<b>31.791,89</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	55.692,14	-45.576,00	10.116,14

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/12/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	48.946,61	0,00	48.946,61
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	9.500,00	0,00	9.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	39.446,61	0,00	39.446,61
<b>TOTAL</b>	<b>48.946,61</b>	<b>0,00</b>	<b>48.946,61</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	77.367,89	45.576,00	0,00	31.791,89
Investimentos	77.367,89	45.576,00	0,00	31.791,89
<b>TOTAL</b>	<b>77.367,89</b>	<b>45.576,00</b>	<b>0,00</b>	<b>31.791,89</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	55.692,14	-45.576,00	10.116,14

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/12/2014

**RREO - 6º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>950.000,00</b>	<b>1.244.276,00</b>		<b>-294.276,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	10.711.110,10	4.418.971,21	769.639,75	5.522.499,14
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>10.711.110,10</b>	<b>4.418.971,21</b>	<b>769.639,75</b>	<b>5.522.499,14</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-9.761.110,10</b>	<b>-3.944.334,96</b>		<b>-5.816.775,14</b>

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/12/2014

**RREO - 6º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

\_\_\_\_\_  
 ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
 PREFEITO

\_\_\_\_\_  
 RUDIMAR CESAR WINTER  
 CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
 DÉBORA PAGNO  
 CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/12/2014



## JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

R\$ 1,00

**FONTE:**

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

RREO - 6º BIMESTRE 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014		EM 2013		
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	12.000,00	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	38.591.869,91	5.582.228,67	30.489.601,93	934.692,80	24.624.065,20	1.588.341,56
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-10.145.281,48	432.769,35		-165.724,61		668.138,73
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-		1.388.724,38		0,00
Superávit Financeiro	-	-		1.388.724,38		0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-		0,00		0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						-20.500,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas líquidas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não líquidas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas líquidas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não líquidas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas líquidas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-0
--	--	---

31/12/2014

RREO - 6º BIMESTRE 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

R\$ 1,00					
RECETOAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETOAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
				Até o Bimestre/2013	
RECETOAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECETOAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECETOAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECETOAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECETOAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS EXECUTADAS					
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Em 2014		
			LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
					Até o Bimestre/2014
Até o Bimestre/2013	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Em 2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2014		Em 2013		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre/2013	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014			
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
			Até o Bimestre/2013	
			Até o Bimestre/2013	
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		
Valor	0,00	

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
			Até o Bimestre/2013	
			Até o Bimestre/2013	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

31/12/2014

Continuação 3/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
			Até o Bimestre/2013	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recorta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recostas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recostas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recostas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recorta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recostas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recostas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (X0) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014		Em 2013	
			LICUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LICUIDADAS Até o Bimestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:  
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:  
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.  
SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SII    RUDIMAR CESAR WINTER    DÉBORA PAGNO  
PREFEITO    CONTROLE INTERNO    CONTADOR/CRC/SC 037204/O-4

31/12/2014



## RREO - 6º BIMESTRE 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
		Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>														
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>														
IPTU		2.156,36	0,00	0,00	175.582,29	705.510,53	157.189,36	2.388.723,26	2.567.156,82	2.812.468,80	2.670.908,01	2.772.882,44	3.870.665,32	33.176.133,60
IR-RJ		43.291,03	38.079,70	33.816,55	36.575,69	30.334,68	39.139,24	34.282,51	30.864,82	33.624,32	30.069,88	4.170,93	8.188,34	763.809,44
I.S.S.		54.345,63	42.839,54	55.897,56	60.513,95	71.119,00	60.432,02	68.108,86	58.190,64	56.603,80	72.305,42	68.275,39	65.632,46	733.964,27
I.T.E.D.		24.623,99	22.865,11	31.989,89	19.604,44	38.287,97	10.603,70	10.603,70	15.321,83	41.289,03	63.342,92	18.666,58	41.892,73	388.152,49
Outras Receitas Tributárias		13.004,45	20.908,67	16.881,83	20.154,18	14.046,34	16.719,59	44.696,19	90.021,99	59.290,49	87.832,97	26.861,79	42.451,45	452.839,94
<b>RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES</b>														
RECEITA PATRIMONIAL		36.818,10	35.407,61	38.727,40	53.976,29	34.846,16	35.527,20	37.072,60	37.036,75	37.427,14	0,00	91.238,90	46.865,62	485.003,77
RECEITA AGROPECUÁRIA		18.937,86	19.143,56	16.947,83	17.617,52	19.376,95	18.534,87	19.812,98	7.900,56	15.154,58	10.508,51	15.250,26	17.508,01	196.283,49
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		192.159,46	74.874,75	37.774,01	68.975,38	488.422,58	191.794,35	202.897,42	183.054,95	191.663,20	237.539,35	167.943,59	264.647,80	2.301.776,84
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.306.100,58	2.274.329,57	1.972.468,34	2.253.963,43	2.353.936,20	1.987.316,76	1.975.426,10	2.076.773,41	2.116.394,42	2.103.473,79	2.301.176,26	2.906.560,79	26.541.351,89
Cota-Parte do FPM		991.385,62	1.058.654,63	627.888,62	716.743,51	965.148,65	716.299,98	615.211,05	747.276,76	665.138,22	618.173,08	819.554,76	1.316.176,79	9.840.862,27
Cota-Parte do ICMS		905.694,02	573.412,17	578.716,94	565.595,78	577.591,81	583.437,93	550.629,77	597.783,70	608.663,99	628.244,81	683.382,62	666.694,26	7.200.087,30
Cota-Parte do IPVA		64.163,85	94.735,71	110.998,46	115.760,25	140.617,81	123.390,23	138.951,91	133.444,57	145.452,15	123.295,35	71.968,30	47.026,86	1.316.356,45
Cota-Parte do ITR		54,36	0,00	6,56	0,00	60,63	41,21	0,00	10,00	2.644,69	3.083,98	74,47	15,00	2.795,31
Outras Transferências Correntes		367.395,67	189.457,45	328.596,46	513.995,69	313.693,64	196.790,80	345.909,21	283.470,54	353.517,01	356.670,76	332.375,46	391.613,02	3.971.646,93
Transferências da LC 81/1989		7.589,54	6.425,49	6.276,53	13.641,94	9.294,75	8.852,76	9.094,54	9.374,46	8.837,27	9.447,45	10.948,48	10.704,25	110.388,46
Transferências da LC 87/1996		2.506,95	2.506,95	0,00	2.506,95	2.506,95	2.506,95	2.506,95	2.506,95	2.506,95	2.506,95	2.506,95	5.013,90	55.832,31
Transferências do FUNDEB		357.319,57	349.136,97	322.282,65	324.719,31	355.051,56	335.996,90	311.122,67	332.306,43	339.634,54	354.851,41	370.467,22	368.076,71	4.121.465,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		22.400,09	15.917,56	14.364,04	20.079,96	24.455,80	16.360,22	46.626,09	27.114,96	20.747,67	24.341,81	25.717,12	520.666,18	780.794,72
<b>DEDUÇÕES (II)</b>														
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		332.760,74	345.849,76	263.461,95	287.126,59	337.043,96	286.905,63	263.278,60	292.090,05	284.644,68	276.350,13	319.666,93	325.762,81	3.616.970,83
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		2.471.376,81	2.199.506,31	1.954.476,50	2.303.038,28	3.289.505,26	2.099.817,63	2.246.204,39	2.275.057,77	2.527.823,92	2.392.557,88	2.452.915,51	3.544.892,51	26.559.162,77
FONTE														
SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014														

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITORUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNODEBORA PAGNO  
CONTADOR CRC/SC 037204040

31/12/2014

RREO - 6º BIMESTRE 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+ e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO A EXECUTAR (f- (g + h))	
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		%
						No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	29.536.841,58	10.079.428,33	39.616.269,91	2.996.081,20	32.442.580,55	5.768.922,67	31.507.887,75	934.692,80	81,89	
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	256.559,06	—	—	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	29.536.841,58	10.079.428,33	39.616.269,91	2.996.081,20	32.442.580,55	5.768.922,67	32.699.139,61	82,54	7.173.689,36	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-0
--	--	---

**RREO - 6º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>950.000,00</b>	<b>1.244.276,00</b>		<b>-294.276,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	10.711.110,10	4.418.971,21	769.639,75	5.522.499,14
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>10.711.110,10</b>	<b>4.418.971,21</b>	<b>769.639,75</b>	<b>5.522.499,14</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-9.761.110,10</b>	<b>-3.944.334,96</b>		<b>-5.816.775,14</b>

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/12/2014

**RREO - 6º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art.53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.328.375,35	1.828.777,43	1.769.453,94
DEDUÇÕES (II)	3.875.621,85	3.312.248,59	3.669.961,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.000.930,64	3.372.650,94	3.669.961,89
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	125.308,79	60.402,35	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.547.246,50	-1.483.471,16	-1.900.507,95
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	125.097,51	109.227,33	99.449,64
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-2.672.344,01</b>	<b>-1.592.698,49</b>	<b>-1.999.957,59</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-407.259,10</b>	<b>672.386,42</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>1.570.564,70</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 31 Out 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

\_\_\_\_\_  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

31/12/2014

**RREO - 6º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c) / Total (b + c))	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Legislativa	29.536.841,58	39.616.269,91	2.996.081,20	32.442.580,55	5.768.922,67	31.507.887,75	934.692,80	100,00	81,89
Ação Legislativa	752.200,00	752.200,00	122.449,49	675.649,52	135.027,50	675.649,52	0,00	2,08	89,82
Judiciária	752.200,00	752.200,00	122.449,49	675.649,52	135.027,50	675.649,52	0,00	2,08	89,82
Ação Judiciária	480.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	480.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	2.836.906,76	2.943.552,91	394.602,69	2.815.359,98	513.536,07	2.776.456,49	38.903,49	8,68	95,64
Administração Financeira	2.174.228,76	2.281.352,99	320.659,46	2.188.740,12	417.552,69	2.158.994,78	29.746,34	6,75	95,94
Segurança Pública	662.678,00	662.199,92	73.943,23	626.619,86	95.983,38	617.461,71	9.158,15	1,93	94,63
Policimento	990.454,86	1.274.359,95	33.912,00	589.570,23	67.278,75	587.989,28	1.580,95	1,82	46,26
Defesa Civil	117.118,77	254.655,42	11.664,29	209.420,39	29.722,54	207.839,44	1.580,95	0,65	82,24
Assistência Social	873.336,09	1.019.704,53	22.247,71	380.149,84	37.556,21	380.149,84	0,00	1,17	37,28
Assistência ao Idoso	1.896.034,00	2.399.525,25	85.487,95	750.024,76	152.602,68	734.035,03	15.989,73	2,31	31,26
Assistência ao Portador de Deficiência	1.120.105,84	1.346.552,90	6.061,47	87.717,19	17.738,52	86.253,10	1.464,09	0,27	6,51
Assistência à Criança e ao Adolescente	12.162,00	12.162,00	-1013,50	11.148,50	3.040,50	11.148,50	0,00	0,03	91,67
Assistência Comunitária	120.892,00	251.675,23	14.992,44	227.918,15	36.684,05	224.899,59	3.018,56	0,70	90,56
Saúde	641.874,16	789.135,12	65.447,54	423.240,92	95.139,61	411.733,84	11.507,08	1,30	53,63
Atenção Básica	6.763.605,21	8.846.941,13	1.306.864,38	8.007.736,20	1.601.837,02	7.981.753,44	25.982,76	24,68	90,51
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.563.870,83	8.610.106,75	1.307.911,15	7.794.607,23	1.596.765,83	7.768.624,47	25.982,76	24,03	90,53
Vigilância Sanitária	152.900,00	150.500,00	0,00	150.500,00	3.398,50	150.500,00	0,00	0,46	100,00
Vigilância Epidemiológica	12.866,16	45.366,16	274,81	28.192,86	709,42	28.192,86	0,00	0,09	62,15
Educação	33.968,22	40.968,22	-1.321,58	34.436,11	963,27	34.436,11	0,00	0,11	84,06
Alimentação e Nutrição	6.803.692,82	8.125.023,10	1.066.319,22	7.597.354,17	1.567.526,80	7.320.259,65	277.094,52	23,42	93,51
Ensino Fundamental	214.197,00	225.415,51	-0,90	208.186,62	5.823,58	195.382,67	12.803,95	0,64	92,36
Ensino Médio	4.449.326,69	5.721.294,51	577.624,14	5.278.361,66	1.022.417,48	5.021.121,09	257.240,57	16,27	92,26
Ensino Superior	119.255,15	119.255,15	33.368,00	106.349,80	60.520,60	106.349,80	0,00	0,33	89,18
Educação Infantil	81.600,00	68.944,00	0,00	68.944,00	8.618,00	68.944,00	0,00	0,21	100,00
	1.918.278,98	1.964.318,93	455.307,98	1.910.777,82	465.623,14	1.903.727,82	7.050,00	5,89	97,27

Continua 1/3

31/12/2014



Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ total (b + c))	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Educação	29.536.841,58	39.816.269,91	2.996,081,20	32.442.580,55	5.768.922,67	31.507.887,75	934.692,80	100,00	81,89
Educação Especial	6.803.692,82	8.125.023,10	1.066,319,22	7.597.354,17	1.567.526,80	7.320.259,65	277.094,52	23,42	93,51
Cultura	21.035,00	25.795,00	0,00	24.734,27	4.524,00	24.734,27	0,00	0,08	95,89
Diffusão Cultural	242.441,68	316.122,76	15.860,23	282.372,81	31.300,23	281.632,81	740,00	0,87	89,32
Lazer	147.351,68	139.582,24	9.532,43	114.484,49	22.822,43	114.094,49	390,00	0,35	82,03
Urbanismo	96.090,00	176.560,52	6.327,80	167.888,32	8.477,80	167.538,32	350,00	0,52	95,09
Infra-Estrutura Urbana	760.347,16	866.946,33	81.543,17	841.363,85	182.340,06	838.063,85	3.300,00	2,59	97,05
Serviços Urbanos	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação	735.347,16	866.946,33	81.543,17	841.363,85	182.340,06	838.063,85	3.300,00	2,59	97,05
Habituação Urbana	169.164,22	42.739,86	11.323,61	41.031,65	11.323,61	41.031,65	0,00	0,13	96,00
Saneamento	169.164,22	42.739,86	11.323,61	41.031,65	11.323,61	41.031,65	0,00	0,13	96,00
Infra-Estrutura Urbana	23.500,00	1.335.799,62	202.262,08	1.113.339,39	280.485,70	1.096.151,73	17.187,66	3,43	83,35
Serviços Urbanos	0,00	1.324.250,00	202.262,08	1.102.284,39	280.485,70	1.085.096,73	17.187,66	3,40	83,24
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	8.500,00	11.549,62	0,00	11.055,00	0,00	11.055,00	0,00	0,03	95,72
Controle Ambiental	32.850,00	19.879,72	4.704,63	19.733,34	4.243,01	19.125,34	608,00	0,06	99,26
Ciência e Tecnologia	30.340,00	19.733,34	4.851,01	19.733,34	4.243,01	19.125,34	608,00	0,06	100,00
Tecnologia da Informatização	2.510,00	146,38	-146,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	6.500,00	109.200,00	0,00	109.200,00	0,00	109.200,00	0,00	0,34	100,00
Extensão Rural	6.500,00	109.200,00	0,00	109.200,00	0,00	109.200,00	0,00	0,34	100,00
Comercialização	1.538.728,00	2.488.707,66	119.851,06	2.443.008,04	161.077,67	1.922.104,29	520.903,75	7,53	98,16
Indústria	1.478.728,00	2.488.707,66	119.851,06	2.443.008,04	161.077,67	1.922.104,29	520.903,75	7,53	98,16
Promoção Industrial	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	145.671,20	80.335,95	14.248,73	74.048,07	14.248,73	74.048,07	0,00	0,23	92,17
	128.421,20	80.335,95	14.248,73	74.048,07	14.248,73	74.048,07	0,00	0,23	92,17
	17.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

31/12/2014

Continuação 3/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ Total (b + c))	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Energia	29.536.841,58	39.616.269,91	2.996.081,20	32.442.580,55	5.768.922,67	31.507.887,75	934.692,80	100,00	81,89
Energia Elétrica	361.534,95	465.106,81	105.018,85	429.181,24	92.110,91	416.273,30	12.907,94	1,32	92,28
Transporte	361.534,95	465.106,81	105.018,85	429.181,24	92.110,91	416.273,30	12.907,94	1,32	92,28
Transporte Rodoviário	3.856.255,72	7.248.832,56	-900.158,76	4.659.285,67	567.992,50	4.651.762,67	7.503,00	14,36	64,28
Desporto e Lazer	3.856.255,72	7.248.832,56	-900.158,76	4.659.285,67	567.992,50	4.651.762,67	7.503,00	14,36	64,28
Desporto Comunitário	460.170,00	599.430,69	61.157,34	534.423,00	114.875,56	522.432,00	11.991,00	1,65	89,16
Encargos Especiais	460.170,00	599.430,69	61.157,34	534.423,00	114.875,56	522.432,00	11.991,00	1,65	89,16
Serviço da Dívida Interna	1.405.785,00	1.489.565,61	270.634,53	1.459.918,63	271.115,87	1.459.918,63	0,00	4,50	99,01
Outros Encargos Especiais	979.400,00	1.024.400,00	186.694,00	1.018.285,82	186.694,00	1.018.285,82	0,00	3,14	99,40
Reserva de Contingência 1	426.385,00	465.165,61	83.940,53	441.632,81	84.421,87	441.632,81	0,00	1,36	94,94
Reserva de Contingência	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITORUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNODEBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

31/12/2014

**RREO - 6º BIMESTRE 2014**

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	29.536.841,58	
Previsão Atualizada		—	29.536.841,58	
Receitas Realizadas		6.148.004,79	32.699.139,61	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.388.724,38	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	29.536.841,58	
Créditos Adicionais		—	10.079.428,33	
Dotação Atualizada		—	39.616.269,91	
Despesas Empenhadas		2.996.081,20	32.442.580,55	
Despesas Executadas		5.768.922,67	32.442.580,55	
Liquidadas		5.768.922,67	31.507.887,75	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	934.692,80	
Superavit Orçamentário		—	256.559,06	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.996.081,20	32.442.580,55	
Despesas Executadas		5.768.922,67	32.442.580,55	
Liquidadas		5.768.922,67	31.507.887,75	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	934.692,80	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			29.559.162,77	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.570.564,70	672.386,42	42,81
Resultado Primário		-20.500,00	-165.724,61	808,41
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.625.142,96	27.474,30	1.376.146,05	221.522,61
EXECUTIVO	1.625.142,96	27.474,30	1.376.146,05	221.522,61
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	125.308,79	0,03	125.308,76	0,00
EXECUTIVO	125.308,79	0,03	125.308,76	0,00
TOTAL:	1.750.451,75	27.474,33	1.501.454,81	221.522,61
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		5.422.622,83	25%	25,88
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.349.420,90	60%	80,97
Liquidadas		3.349.420,90		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.244.276,00	-294.276,00	
Despesa de Capital Líquida		5.188.610,96	5.522.499,14	

Continua 1/2

31/12/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	48.946,61
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			45.576,00	31.791,89
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.128.671,94	15,00	24,98	
Liquidadas	5.125.973,26			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	2.698,68			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA  
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER  
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO  
CONTADORA CRC/SC 0372

31/12/2014



## São Miguel da Boa Vista

### PREFEITURA

#### PROCESSO LICITATÓRIO 08/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015.  
MODALIDADE: CARTA CONVITE.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", menor preço por lote, para aquisição de peças e serviços para manutenção de veículos e máquinas da prefeitura municipal, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 10:15 horas do dia 26/01/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n.º 8.666/93, e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 19 de janeiro de 2015.  
GILNEI ANTONIO GUTH  
Prefeito Municipal.

## São Miguel do Oeste

### PREFEITURA

#### EXT. PROC. 11.2015 IL 02.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Inexigibilidade de Licitação

OBJETO: Contratação de prestação de serviço de fornecimento de água potável encanada, segundo previsão de gastos do Município de São Miguel do Oeste-SC para o exercício de 2015.

Contratado: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN

VALOR: 149.750,00.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC , 19 de janeiro de 2015.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal em Exercício

#### EXT. PROC. 16.2015 DL 01.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Dispensa de Licitação

OBJETO: Contratação de serviços de despesas com tarifas bancárias, extratos e demais, para o exercício de 2015, segundo previsão de gastos do Município de São Miguel do Oeste-SC

Contratado: BANCO DO BRASIL S.A

VALOR: 245.000,00.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC , 19 de janeiro de 2015.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal em Exercício



**EXT. PROC. 17.2015 DL 02.2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Dispensa de Licitação

OBJETO: Contratação de serviços de despesas com tarifas bancárias, extratos e demais, para o exercício de 2015, segundo previsão de gastos do Município de São Miguel do Oeste-SC  
Contratado: CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
VALOR: 200.000,00

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 19 de janeiro de 2015.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal em Exercício

**PROC. 14.2015 IL 03.2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Inexigibilidade de Licitação

OBJETO: Contratação de prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, segundo previsão de gastos do Município de São Miguel do Oeste-SC para o exercício de 2015.

Contratado: CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A

VALOR: 2.191.500,00.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 19 de janeiro de 2015.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal em Exercício

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 12/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados aos alunos que apresentam problemas de alergias ou intolerância alimentares para os alunos da Educação Infantil, da Rede Municipal de Ensino, para o período de 06 meses, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 04 de fevereiro

de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 19 de janeiro de 2015.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal em Exercício

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 13/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar para os alunos da Rede Municipal, da Educação Infantil, creches (PNAC), alunos do Ensino Fundamental (PNAC), (PNAE) do Convênio n. 880706, alunos do Projeja, Escolas do Campo, para o período de 06 meses, de acordo com as quantidades e especificações constantes no anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 05 de fevereiro de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 19 de janeiro de 2015.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal em Exercício

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 15/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, lei n. 11.917 do FNDE, conforme Convênio n.º 880706, para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para o período de 06 meses, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 04 de fevereiro de 2015.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 19 de janeiro de 2015.  
WILSON TREVISAN  
Prefeito Municipal em Exercício.

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº228/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
[www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br)

#### DECRETO Nº228/2014

FICA CANCELADO OS RESTOS A PAGAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal.

#### DECRETA:

Art.1º - Fica cancelado os Restos a Pagar do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionados:

#### 11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### 2.051 - FUNC. E MANUT. DA COORDENADORIA DE SAÚDE

Empenho nº903/2013 - DIMACI/MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA no valor de R\$260,00 Duzentos e reais).  
Motivo: Não entrega de medicamentos conforme CI nº48/2014.

Empenho nº904/2013 - DIMACI/MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA no valor de R\$810,00 (Oitocentos e dez reais).  
Motivo: Não entrega de medicamentos conforme CI nº48/2014.

Empenho nº910/2013 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA no valor de R\$74,92 (Setenta e quatro reais e noventa e dois centavos).  
Motivo: Não entrega de medicamentos conforme CI nº48/2014.

Empenho nº976/2013 - ODONTO PRIME EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS no valor de R\$80,00 (Oitenta reais).  
Motivo: Não realização do serviço conforme CI nº60/2014.

Empenho nº1221/2013 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA no valor de R\$301,80 (Trezentos e um reais e oitenta centavos).  
Motivo: Não entrega de medicamentos conforme CI nº48/2014.

Empenho nº1223/2013 - DIMACI/MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA no valor de R\$600,00 (Seiscentos reais).  
Motivo: Não entrega de medicamentos conforme CI nº48/2014.

#### 2.053 - FUNC. E MANUT. DA COORD. DE SAÚDE - ASS. FARMACÊUTICA

Empenho nº990/2013 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA no valor de R\$12,00 (Doze reais).  
Motivo: Não entrega de medicamentos conforme CI nº48/2014.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2014.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e.

**PORTARIA N.º 036/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 036/2015  
Concede licença para tratamento de saúde a servidora CAMILA ALBINO SIEGEL, ocupante do cargo de Enfermeira do ESF.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora CAMILA ALBINO SIEGEL, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de 15/12/2014, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15/12/2014.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de janeiro de 2015.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 037/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 037/2015  
Concede Licença Gestação a servidora JOSELAINE CRISTINA STEIN, ocupante do cargo de Odontologa ESF, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 103 e suas alterações da Lei Complementar nº 05/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder licença gestação a servidora JOSELAINE CRISTINA STEIN, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de 14/01/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de janeiro de 2015.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 038/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 038/2015

Designa o servidor DANIEL SILVEIRA a exercer as funções do cargo de Secretário da Indústria, Comércio e Turismo.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto da Lei 19/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Designar o servidor DANIEL SILVEIRA a exercer voluntariamente as funções do cargo de Secretário da Indústria, comércio e Turismo.

Art. 2.º- Pelo exercício no cargo de Secretário da Indústria, Comércio e Turismo, o servidor acima citado não receberá nenhuma remuneração ou subsídio, devido a este cargo, conforme tabela constante da Lei Municipal n.º 19/1997.

Art. 3.º- O servidor DANIEL SILVEIRA receberá unicamente a remuneração referente ao cargo de Engenheiro Agrônomo.

Art. 4.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de janeiro de 2015.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 039/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 039/2015

Concede férias a servidora MARIZE PAITER HOFFMANN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIZE PAITER HOFFMANN, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - ESF, férias por 30

dias que gozará a partir de 19/01/2015 a 17/02/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de janeiro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

#### **PORTARIA N.º 040/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 040/2015

Concede férias ao servidor JÂNIO DA SILVA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor JÂNIO DA SILVA, ocupante do cargo de Motorista II, férias por 30 dias que gozará a partir de 20/01/2015 a 18/02/2015, referente ao período aquisitivo de 2013/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de janeiro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

## Schroeder

### PREFEITURA

#### **CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. GABRIELA GOLFETTO, inscrita no CPF sob nº. 014.980.920-47, aprovada em 2º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 28 de janeiro de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 19 de janeiro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

#### **CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LILIAN KLAUMANN RENKAVESKI, inscrita no CPF sob nº. 080.132.599-43, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 28 de janeiro de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 19 de janeiro de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer



**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
003/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. VANESSA STACK DO AMARAL, inscrita no CPF sob nº. 010.739.439-17, aprovada em 4º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 28 de janeiro de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 19 de janeiro de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
003/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JESSY HELLEN MIQUELETO, inscrita no CPF sob nº. 085.022.449-73, aprovada em 3º lugar no Processo Seletivo nº. 003/2014-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA B - EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 28 de janeiro de 2015, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 19 de janeiro de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JOÃO CARLOS NASCIMENTO, inscrita no CPF sob nº. 012.255.421-38, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de AUX. DE SERVIÇOS GERAIS, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder,

no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 26 de dezembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 17 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº.  
004/2014-SECEL/PMS**

Convocação Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. IVANA PEREIRA DE SOUZA, inscrita no CPF sob nº. 044.251.679-70, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 26 de dezembro de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 17 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK  
Prefeito MunicipalMaykel Roberto Laube  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 02/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 02/2015-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 16/2014-PMS - Processo nº. 234/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: KERLING FABIANE HORNBERG BAESSO, inscrita no CPF sob o nº. 047.380.029-29 e portadora da Carteira de Identidade nº. 4.532.731-SSP-SC, residente e domiciliada na Rua Jorge Lacerda, nº 67, Centro, neste Município de Schroeder/SC.

Objeto: contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviço de Engenharia Florestal ou Agronomia para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio Turismo do Município de Schroeder/SC, para o exercício de 2015.

Valor do contrato: R\$ 35.129,60 (Trinta e cinco mil, cento e vinte e nove reais e sessenta centavos), sendo R\$ 49,90 (quarenta e nove reais e noventa centavos) a hora.

Data da Assinatura: 15/01/2015 - Vigência: 31/12/2015

Oswaldo Jurck  
Prefeito Municipal



**TERMO ADITIVO Nº. A01/2015 – FMS**

TERMO ADITIVO Nº. A01/2015 - FMS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 81/2014 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0004-91, estabelecida na Rua da Saudade, nº. 45A, Campo da Mogiana, na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, CEP: 37.701-331, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Walter Prochnow Junior, inscrito no CPF sob o nº 139.498.468-59, portador da Carteira de Identidade nº 22.636.117-2-SSP-SP.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 81/2014-FMS, celebrado em 01 de julho de 2015, proveniente do Processo de licitação nº. 39/2014-FMS, Pregão Presencial Registro de Preços nº. 08/2014-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos da farmácia básica e especial, estabelecida pela Lei Municipal nº 1696/2008, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando o pedido de reajuste do item 32 pela empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.706.251/0001-98, e de acordo com Parecer da Procuradoria nº 064/2014-PROJUR.

Considerando que a segunda colocada para o item 32 é a empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, não aceitou entregar o objeto licitado no mesmo valor ofertado na etapa de lance.

Considerando que a terceira colocada para o item 32 é a empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, aceitou entregar o objeto licitado no mesmo valor ofertado na etapa de lance. Onde a administração possui um saldo de 10.000 (dez mil) comprimidos, no valor unitário no valor unitário de R\$ 0,15 (quinze centavos), totalizando o valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição", sendo aditivado o item 32, a quantidade 10.000 (dez mil) unidades, no valor unitário de R\$ 0,15 (quinze centavos), totalizando o valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÕES	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	SALDO LICITADO	VALOR R\$ TOTAL
32	CEFALEXINA 500MG CAPSULA EMBALAGEM HOSPITALAR	COMP	0,15	10.000	1.500,00

Cláusula 2ª - Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta "do valor total do contrato" aditivado ao contrato o valor de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais), passando a ser o valor total

do contrato de R\$ 24.130,00 (vinte e quatro mil, cento e trinta reais).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 81/2014-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 19 de janeiro de 2015.

CONTRATADA:

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

Walter Prochnow Junior

CPF sob o nº 139.498.468-59

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

#### T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 16/2014-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 16/2014-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 16/2014-PMS, PROCESSO Nº. 234/2014-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviço de Engenharia Florestal ou Agronomia para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio Turismo do Município de Schroeder/SC, para o exercício de 2015.

Vencedora: KERLING FABIANE HORNBERG BAESSO, inscrita no CPF sob o nº. 047.380.029-29 e portadora da Carteira de Identidade nº. 4.532.731-SSP-SC, residente e domiciliada na Rua Jorge Lacerda, nº 67, Centro, neste Município de Schroeder/SC.

Valor da proposta vencedora: R\$ 35.129,60 (Trinta e cinco mil, cento e vinte e nove reais e sessenta centavos), sendo R\$ 49,90 (quarenta e nove reais e noventa centavos) a hora.

Data da Assinatura: 15/01/2015 - Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 008/2014

DECRETO Nº 008/2015 DE 16 DE JANEIRO DE 2015.

"Dispõe sobre Lotação de Veículos equipamentos rodoviários e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

#### DECRETA:

Art. 1º. Os veículos e equipamentos rodoviários de propriedade da Prefeitura Municipal de Serra Alta-SC, ficam lotados nas Secretarias, conforme relação a seguir:

#### 1. GABINETE DO PREFEITO

VEÍCULO CITROEN C4 PALLAS20EXA

PLACA EBI0342

CHASSI 8BCLDRFJ28G557091

RENAVAN 971253536

ANO 2008

MODELO 2008

COMBUSTÍVEL GASOLINA

COR PRATA

PATRIMONIAL 2980

#### 2. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

VEÍCULO FIAT/SIENA

PLACA MDB9057

CHASSI 9BD197163F3219354

RENAVAN 1205054330

ANO 2014

MODELO 2015

COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA

COR BRANCA

PATRIMONIAL 4595

VEÍCULO PALIO FIRE

PLACA MLP4637

CHASSI 9BD17102LF5967017

RENAVAN 152449

ANO 2014

MODELO 2015

COMBUSTÍVEL GASOLINA/ALCOOL

COR BRANCA

PATRIMONIAL 4596

VEÍCULO VW/GOL 1.6 POWER

PLACA MHB6151

CHASSI 9BWCB05W88T180476

RENAVAN 953938611

ANO 2008

MODELO 2008

COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA

COR BRANCA

PATRIMONIAL 118

#### 3. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

VEÍCULO CELTA 4P SPIRIT

PLACA MFY1102

CHASSI 9BGRX48907G110495

RENAVAN 882679015

ANO 2006

MODELO 2007

COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA

COR BRANCA

PATRIMONIAL 1614

VEÍCULO ÔNIBUS

PLACA QHE5965

CHASSI 93ZL68C01E8456326

RENAVAN 1027566720

ANO 2013

MODELO 2014

COMBUSTÍVEL DIESEL

COR AMARELA

PATRIMONIAL

VEÍCULO ÔNIBUS

PLACA MLF6377

CHASSI 93ZL68C01D8445948

RENAVAN 505908638

ANO 2012

MODELO 2013

COMBUSTÍVEL DIESEL

COR AMARELA

PATRIMONIAL 4071

VEÍCULO ÔNIBUS

PLACA MLF9107

CHASSI 93ZL68C01D8446323

RENAVAN 509077897

ANO 2012

MODELO 2013

COMBUSTÍVEL DIESEL

COR AMARELA

PATRIMONIAL 4072

VEÍCULO ÔNIBUS

PLACA MLF9097

CHASSI 93ZL68C01D8446149

RENAVAN 509072976

ANO 2012

MODELO 2013

COMBUSTÍVEL DIESEL

COR AMARELA

PATRIMONIAL 407

VEÍCULO FIESTA HATCH FLEX

PLACA MKN 0274

CHASSI 9BFZF55P5E8015407

RENAVAN 544324315

ANO 2013

MODELO 2014

COMBUSTÍVEL ALCOOL/GASOLINA

COR BRANCO ARTICO

PATRIMONIAL 4101

#### 4. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VEÍCULO FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX

PLACA MJZ8154

CHASSI 9BFZF54P4D8372786

RENAVAN 474410080

ANO 2012

MODELO 2013

COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA

COR BRANCA

PATRIMONIAL 3442

VEÍCULO CAMINHONETE/ AMBULÂNCIA

PLACA MKJ9443 CHASSI 93W245H34D2094913  
RENAVAN 470089490  
ANO 2012  
MODELO 2013  
COMBUSTIVEL DIESEL  
COR BRANCO  
PATRIMONIAL 3441

VEÍCULO MICROONIBUS  
PLACA MIB0278  
CHASSI 93W245H34B2061022  
RENAVAN 257614389  
ANO 2010  
MODELO 2011  
COMBUSTIVEL DIESEL  
COR PRATA  
PATRIMONIAL 2454

VEÍCULO SPIN LTZ  
PLACA MLL9242  
CHASSI 9BGJC75ZOE224132  
RENAVAN 1000246229  
ANO 2013  
MODELO 2014  
COMBUSTIVEL FLEX/ ALCOOL E GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 4468

VEÍCULO UNO MILLE ECONOMY  
PLACA MLM5813  
CHASSI 9BD15822AD6862895  
RENAVAN 1001039952  
ANO 2013  
MODELO 2013  
COMBUSTIVEL FLEX/ ALCOOL E GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 4552

#### 5. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

VEÍCULO CORSA/CHEVROLET-CLASSIC-LS  
PLACA MLL1426  
CHASSI 9BGSU19FOEB195914  
RENAVAN 586883347  
ANO 2013  
MODELO 2013  
COMBUSTIVEL FLEX-ALCO/GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 4598  
OBS: CEDÊNCIA

#### CONSELHO TUTELAR

VEÍCULO FIAT/UNO MILLE WAY ECON  
PLACA MGL9827  
CHASSI 9BD15844AA6365318  
RENAVAN 178650129  
ANO 2009  
MODELO 2010  
COMBUSTIVEL ALCO/GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 2724

#### 6. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

VEÍCULO CAMINHÃO CARGO 1719  
PLACA EM REGISTRO  
CHASSI 9BFYEAGB2EBS71614

RENAVAN 337903  
ANO 2014  
MODELO 2014  
COMBUSTIVEL OLEO S10  
COR BRANCO ARTICO  
VEÍCULO HONDA/CG 125 FAN ESD  
PLACA MLM5863  
CHASSI 9C2JC4160ER020645  
RENAVAN 1001044948  
ANO 2014  
MODELO 2014  
COMBUSTIVEL GASOLINA  
COR VERMELHA  
PATRIMONIAL 4547

VEÍCULO CAMINHÃO CARGO 2622  
PLACA MEV2294  
CHASSI 9BFZC9V88BB12029  
RENAVAN 966346491  
ANO 2008  
MODELO 2008  
COMBUSTIVEL DIESEL  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 2374

VEÍCULO MOTONETA C100 BIZ ES  
PLACA MEBO792  
CHASSI 9C2HA07104R021335  
RENAVAN 824055861  
ANO 2004  
MODELO 2004  
COMBUSTIVEL GASOLINA  
COR AZUL  
PATRIMONIAL 2221

EQUIPAMENTO ROLO COMPACTADOR DINAPAC CA-15  
ANO 1991  
COMBUSTIVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 2259

EQUIPAMENTO TRATOR DE RODAS VALMET 68  
ANO 1992  
COMBUSTIVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 2255

EQUIPAMENTO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA KOMATSU  
ANO 2012  
MODELO 2012  
CHASSI KMTPC202K51B10018  
COMBUSTIVEL DIESEL 97HP  
PATRIMONIAL 3290  
COR AMARELA

VEÍCULO CAMINHÃO/BASCULANTE  
PLACA MKM0161  
CHASSI 9BFZEA6V6CBS94424  
RENAVAN 457812664  
ANO 2011  
MODELO 2012  
COMBUSTIVEL DIESEL  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 3333

EQUIPAMENTO TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU- D51E  
ANO 2013  
MODELO 2013  
CHASSI KMT0D080E51B13677  
COMBUSTIVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 4469

COR AMARELA

EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA CASE 845B  
ANO 2013  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 4703  
COR CASTANHO  
CHASSIS HBZN0845LEAF03402  
MOTOR 1204951

EQUIPAMENTO MINI CARREGADEIRA GEHL  
ANO 2014  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
MODELO 4240E  
COR AMARELA  
MOTOR DIESELDE 46 HP2.600RPM  
CHASSI GHL04240F0000645-K3505  
PATRIMONIAL 4554

VEÍCULO PA CARREGADEIRA DE RODAS WA200  
CHASSI KMTWA052H51B12374  
ANO 2013  
MODELO 2013 WA200-5  
COR AMARELA  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 4546  
VEÍCULO CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL  
ANO 2008  
MODELO 2008  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMÔNIO 2247

EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA RANDON RD 406  
ANO 2014  
MODELO 2014  
CHASSI 9AD406AELE0005785  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR AMARELA  
PATRIMONIAL 4590

VEÍCULO CAMINHONETE/AB/C.DUPL  
PLACA JVL3448  
CHASSI 9BG138HJ08C416673  
RENAVAN 940014815  
ANO 2007  
MODELO 2008  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR PRATA  
PATRIMONIAL 4593

VEÍCULO CAMINHÃO MERCEDES BENZ  
PLACA QHB8885  
CHASSI 9BM693388EB962917  
RENAVAN 1013557830  
ANO 2014  
MODELO 2014  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 4594

EQUIPAMENTO RETRO ESCAVADEIRA CAT 416 E  
CHASSI CAT0416ECMF08509  
ANO 2013  
MODELO 2013  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 4419  
COR AMARELA

7. SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

VEÍCULO FIAT/UNO MILLE ECONOMY  
PLACA MGH6715  
CHASSI 9BD15822AA6276800  
RENAVAN 152685510  
ANO 2009  
MODELO 2010  
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 2418

EQUIPAMENTO RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB110  
ANO 2011  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 2258

EQUIPAMENTO TRATOR DE RODAS NEW HOLLAND 7630  
ANO 2008  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 997

VEÍCULO TRATOR AGRICOLA NEW HOLLAND 7630 CHASSI  
ZDCA02565  
ANO 2013  
MODELO 7630 4X4  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR AZUL  
PATRIMONIAL 4074

EQUIPAMENTO ROLO COMPACTADOR SEM 8218 S 220  
CHASSI N A1303002  
ANO 2013  
MODELO SEM 8218  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
PATRIMONIAL 4373

VEÍCULO TRATOR AGRICOLA MASSEY FERGUSON 4275  
CHASSI AAAT0003UDC021273  
ANO 2013  
MODELO 4275 / 4  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR VERMELHA  
OBS: CEDÊNCIA PATRIMONIO 4599

VEÍCULO FIAT/UNO MILLE ECONOMY  
PLACA MKC1620  
CHASSI 9BD15822AD6900187  
RENAVAN 597511640  
ANO 2013  
MODELO 2013  
COMBUSTÍVEL ALCO/GASOLINA  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 4573  
OBS: CEDÊNCIA

VEÍCULO CAMINHÃO CARGO  
PLACA MML6622  
CHASSI 9BFZEAMD5EBS62920  
RENAVAN 1085182999  
ANO 2014  
MODELO 2014  
COMBUSTÍVEL DIESEL  
COR BRANCA  
PATRIMONIAL 4531

EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555-3  
ANO 2014  
MODELO 2014  
COMBUSTÍVEL DIESEL

PATRIMONIAL 4597  
COR AMARELO

## 8. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando o Decreto N.º 195/2014 DE 195/2014 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014. E demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de janeiro de 2015.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretario de Administração

### DECRETO Nº 009/2015

DECRETO Nº 009/2015 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

“PUBLICAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO MUNICIPAL, EDITAL Nº. 001/2014. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica publicado o Gabarito Preliminar do Processo Seletivo Municipal, Edital nº 001/2014, o qual segue em anexo.

Art. 2º. - O resultado final se dará após transcorrido o prazo legal para intervenção de recurso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Janeiro de 2015.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal De Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

### GABARITO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº. 001/2014

Ques- tão N.º	Agente de Saúde	Agente Educativo	Aux. de En- ferma-gem	Aux. de Serviços Gerais	Coordena- dor de PETI	Professor de Artes	Prof. De Artesanato	Prof. Educa- ção Física	Prof. Ed. infantil	Prof. Séries Iniciais	Prof. Inglês	Segundo Professor
1	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
2	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
3	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
4	B	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
5	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
6	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
7	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
8	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
9	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
10	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
11	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
12	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
13	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
14	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
15	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
16	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
17	C	C	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A



18	B	A	B	C	B	B	B	B	B	B	B	B
19	D	B	A	B	B	B	B	B	D	B	B	B
20	C	D	B	B	C	C	B	C	A	C	C	D
21	A	B	B	A	C	D	D	D	B	D	D	C
22	A	D	B	B	C	B	D	B	D	B	B	B
23	D	A	D	D	C	D	D	A	A	D	D	C
24	D	C	A	A	B	A	A	D	C	D	D	D
25	C	B	A	B	D	A	B	A	A	C	C	A

Serra Alta - SC, 19 de janeiro de 2015

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta/SC

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### DECRETO N° 010/2015

DECRETO N° 010/2015 DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

"PUBLICAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL, EDITAL N°. 002/2014. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica publicado o Gabarito Preliminar do Concurso Publico Municipal Edital n° 002/2014, o qual segue em anexo.

Art. 2º. - O resultado final se dará após transcorrido o prazo legal para intervenção de recurso.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Janeiro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal De Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

### GABARITO PRELIMINAR DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL EDITAL N°. 002/2014

Questão N.º	Agente Educativo	Auxiliar de Serviços Gerais	Farmacêutico	Fisioterapeuta	Motorista	Operador de Máquinas	Professor de Artes	Professor de Educação Física	Professor de Educação Infantil	Professor de Séries Iniciais	Psicólogo	Servente de Escola	Tesoureiro
1	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
2	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
3	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
4	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
5	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
6	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
7	A	C	A	A	C	C	A	A	A	A	A	C	A
8	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
9	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
10	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
11	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B
12	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
13	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
14	C	A	C	C	A	A	C	C	C	C	C	A	C

15	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
16	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
17	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
18	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
19	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
20	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C
21	C	D	D	A	C	C	A	A	B	A	A	D	C
22	A	A	A	C	D	D	B	B	D	B	A	A	A
23	A	D	C	B	B	B	C	D	A	D	A	D	C
24	D	C	C	A	B	B	C	A	C	A	D	C	C
25	A	B	B	C	C	C	B	C	A	A	D	B	A

Serra Alta - SC, 19 de janeiro de 2015

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta/SC

Registrado e publicado em data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 006/2015**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	006/2015
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	CLAUDEMIR MARTINELI ME.
Objeto.....	A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços conforme os itens nº 01 e 02 que objetivam a Contratação de serviços de hora máquina para a confecção de silagem para atender aos agricultores do município de Serra Alta através da Secretaria Municipal de Agricultura, em conformidade com o que autoriza a Lei nº 1013/2014 que dispõe sobre o Programa de Incentivo Agropecuário. O serviço será realizado nas propriedades rurais conforme agendamento prévio com trator de pneu traçado acoplado com carretão basculante com ensiladeira de 1 e 2 linhas, em bom estado de conservação;
Valor.....:	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelo objeto licitado o preço total proposto estimado em R\$ 215.800,00 (Duzentos e quinze mil e oitocentos reais) relativo a 400 horas estimadas, sendo que o valor unitário por hora corresponde a importância de R\$ 127,00 (Cento e vinte e sete reais) a hora com ensiladeira de 2 linhas e R\$ 110,00 (Cento e dez reais) relativo a 1.500 horas estimadas com ensiladeira de 1 linha.
Vigência....	20/01/2015 á 31/12/2015.
Dotação.....	Orçamento vigente: 07.01.2.010.33.90.00 DR 0001 – Despesa 62.
SERRA ALTA/SC, 20 de janeiro de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

## Siderópolis

### PREFEITURA

#### 02 2015 INEXIGIBILIDADE REPETIDORA

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMS Nº. 02/2015  
PROCESSO PMS 02/2015

O Município de Siderópolis, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que estará realizando inexigibilidade de licitação em conformidade com o art. 25, inciso I da Lei 8.666/93 para:

OBJETO: Locação de equipamentos para retransmissão de sinais de TV, homologado de acordo com nova redação da Resolução n.242, da ANATEL.

Contratado: Elizandro Bressan ME.

VALOR GLOBAL: até R\$ 10.800,00.

VIGÊNCIA: da assinatura do contrato até 31/12/2015, podendo ser prorrogado em conformidade com o artigo 57 da Lei 8.666/93.

Siderópolis, 19 de janeiro de 2015.

HÉLIO ROBERTO CESA.

Prefeito Municipal.

#### 03 2015 PUBLICAÇÃO DISPENSA INTELLI BR

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº. 03/2015  
DISPENSA DE LICITAÇÃO PMS 01/2015

O Município de Siderópolis, em conformidade com o art. 24 inciso II da Lei Federal Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação subsequente comunica que estará realizando Dispensa de Licitação para Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrado, compreendendo sistemas de: cadastro de unidades escolar; matriz curricular; fórmulas de avaliação; calendário escolar; ensino infantil; ensino regular; gestão de recursos humanos; consulta, estatístico e gerencial (web); e portal do aluno (web), bem como serviços de implantação e treinamento nos referidos sistemas, para exercício de 2015, sendo que a proposta mais vantajosa foi decorrente de uma prévia pesquisa de mercado e verificação quanto a regularidade da documentação. Assim sendo, a escolha recaiu na empresa:

CONTRATADA: INTELLIBR SISTEMAS LTDA;

VIGÊNCIA: 12 meses.

VALOR: R\$ 600,00 mensais.

Siderópolis, 19 de janeiro de 2015.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

## Timbé do Sul

### PREFEITURA

#### DECRETO 08/2015

DECRETO Nº 08, de 15 de janeiro de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VINGENTE NO EXERCÍCIO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais):

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes

2.025 - Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo

3.3.90.00.00.00.00.0080(84) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

07.01 - Secretaria de Obras e Transportes

2.025 - Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo

4.4.90.00.00.00.00.0080(86) - Aplicações Diretas. R\$ 25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 15 de janeiro de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

#### DECRETO 09/2015

DECRETO Nº. 09, DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida Cassia Lizandra Lorentz, Matrícula nº 2959, do Cargo de Assistente Social, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 15 de janeiro de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

**EXTRATO DO CONTRATO 01/2015**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 01/2015  
Contratante: Município de Timbé do Sul  
Contratado: Alcides Stecanella  
Objeto: Prestação de serviço de Engenheiro Civil, para atuar junto ao departamento da estrutura organizacional do Município, para o exercício de 2015.  
Valor: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensal  
Vigência: de 02/01/2015 a 31/12/2015

**EXTRATO DO CONTRATO 02/2015**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 02/2015  
Contratante: Município de Timbé do Sul  
Contratado: Maria das Graças Conti Fagundes ME  
Objeto: Prestação de serviços de apoio administrativo e assistência técnica na área de Compras, Licitações, Contratos e Convênios da Prefeitura Municipal e seus Fundos, para o exercício de 2015.  
Valor: R\$ 3.950,00 (três mil, novecentos e cinquenta reais) mensal  
Vigência: de 02/01/2015 a 31/12/2015

**EXTRATO DO CONTRATO 03/2015**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 03/2015  
Contratante: Município de Timbé do Sul  
Contratado: Bigotur Transporte e Turismo Ltda  
Objeto: Transporte coletivo de trabalhadores do município de Timbé do Sul para as empresas sediadas no município de Turvo, conforme Lei Municipal nº 1.354 de 22/02/2006.  
Valor: R\$ 3,74 (três reais e setenta e quatro centavos) por km rodado  
Vigência: de 02/01/2015 a 31/12/2015

**EXTRATO DO CONTRATO 04/2015**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 04/2015  
Contratante: Município de Timbé do Sul  
Contratado: Protásio Goulart Junior  
Objeto: Prestação de serviços de serviços de assessoramento, bem como executar os serviços na área de pessoal (departamento de RH), nas contratações, remanejamento, elaborações de Leis, e tudo o que diz a respeito de recursos humanos, na área de Tributos e área financeira da Prefeitura Municipal e seus Fundos, para o ano de 2015.  
Valor: R\$ 4.580,00 (quatro mil, quinhentos e oitenta reais), mensal  
Vigência: de 02/01/2015 a 31/12/2015

**EXTRATO DO CONTRATO 09/2015**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 09/2015  
Contratante: Município de Timbé do Sul  
Contratado: WG Sistemas Ltda ME  
Objeto: Locação de software para o gerenciamento e agendamento de controle das Secretarias Municipais de Timbé do Sul - SC, para o exercício de 2015.  
Valor: R\$ 547,00 (quinhentos e quarenta e sete reais) mensal  
Vigência: de 02/01/2015 a 31/12/2015

**EXTRATO DO CONTRATO 10/2015**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 10/2015  
Contratante: Município de Timbé do Sul  
Contratado: Portabilis Tecnologia Ltda  
Objeto: Prestação de serviços técnico especializado para manutenção, hospedagem e suporte técnico do sistema de gestão escolar i-Educar aos usuários da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.  
Valor: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensal  
Vigência: de 02/01/2015 a 31/12/2015

**EXTRATO DO CONTRATO 11/2015**

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 11/2015  
Contratante: Município de Timbé do Sul  
Contratado: Pietsch e Menegaro Ltda ME  
Objeto: Prestação de serviços de telecomunicações necessários (gerenciamento de rede e locação de antena distribuidora) para a conexão e acesso a Internet, pela NETVALE, para os computadores da Administração Municipal.  
Valor: R\$ 666,50 (seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) mensal  
Vigência: de 02/01/2015 a 31/12/2015

# Timbó

## PREFEITURA

### AVISO CARTA CONVITE N.º 01 2015 FUMTRAN - CURSO AGENTES DE TRÂNSITO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Convite p/ Compras e Serviços Nº 01/2015 - FUMTRAN

OBJETO: contratação de empresa especializada para realização de curso de formação e capacitação de 10 (dez) servidores para atuar como Agentes Municipais de Trânsito e Transporte, conforme edital de homologação do concurso público n.º 001/2014. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 28 de janeiro de 2015. ABERTURA: dia 28 de janeiro de 2015 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br)

TIMBO (SC), 19/01/2015

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

### DECRETO Nº 3727, DE 02 DE JANEIRO DE 2015

DECRETO Nº 3727, DE 02 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre o índice de revisão geral anual 2015 na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, e Lei Complementar nº 413, de 26 de dezembro de 2011.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V e VII, c/c art. 70, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no artigo 1º e 3º da Lei Complementar nº 413, de 26 de Dezembro de 2.011, e

Considerando o índice do IPCA/IBGE acumulado no período de janeiro de 2014 a Dezembro de 2014 a ser considerado como índice oficial para a revisão geral para o ano de 2015 aos servidores públicos municipais de Timbó, nos termos do inciso X do Art. 37 da Constituição Federal, atingiu a marca de 6,41% (seis vírgula quarenta e um por cento),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em 6,41% (seis vírgula quarenta e um por cento), o índice de revisão geral anual para o exercício de 2015, aos agentes públicos municipais de que trata o §2º do art. 1º da Lei Complementar nº 413 de 26 de dezembro de 2011.

§1º O índice fixado no caput deste artigo tem por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE acumulado no período de janeiro/2014 a dezembro/2014.

§2º A revisão de que trata o presente artigo, se aplica a partir de 01/01/2015, aos subsídios dos agentes políticos, fixados pelas Leis nº 2.587 e 2.588, ambas de 25 de junho de 2012.

Art. 2º Com a aplicação do índice de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam retificadas as tabelas de referência salarial do poder executivo da administração direta e indireta.

§1º O valor da bolsa de estudo de que trata o inciso I, do art. 3º, da Lei nº 2.521 de 12/07/2011, passa a ser de:

- a) R\$ 563,17 (quinhentos e sessenta e três reais e dezessete centavos), para estágio de Nível Superior;
- b) R\$ 450,54 (quatrocentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos), para estágio de Ensino Técnico Profissionalizante; ou anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;
- c) R\$ 321,83 (trezentos e vinte e um reais e oitenta e três centavos), para estágio de Ensino Médio ou da Educação Especial.

§2º O subsídio dos Conselheiros Tutelares de que trata o inciso I, do §2º, do Art. 20 da Lei nº 1.375, de 01 de julho de 1992, com redação dada pela Lei nº 2.608, de 19 de dezembro de 2012, passa a ser de R\$ 1.439,21 (um mil quatrocentos e trinta e nove reais e vinte e um centavos).

Art. 3º Caberá ao Departamento de Recursos Humanos ou setor equivalente da Administração Direta e Indireta, a aplicação dos índices estabelecidos neste Decreto aos vencimentos, salários, proventos, pensões e/ou subsídios dos agentes públicos que tiverem direito, nos moldes disciplinados nos artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 413, de 26 de dezembro de 2011.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos financeiros ao dia 1º de janeiro de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de janeiro 2015; 145º de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### EXTRATO DE DISPENSA N.º 01 2015 PMT - CHAMADA PÚBLICA (LEITE)

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2015

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó - Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Cooperativa Agroindustrial Rio dos Cedros - COOPERCEDROS

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (leite) destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 38/2009, alterada pela Portaria nº 25 de 04 de julho de 2012 pelo período de janeiro a dezembro de 2015, conforme Chamada Pública n.º 01/2015.

PREÇO TOTAL: R\$ 127.492,95 (cento e vinte e sete mil quatrocentos e noventa e dois reais e noventa e cinco centavos).

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 1,95 (um real e noventa e cinco centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: janeiro a dezembro de 2015.

Timbó, 16 de janeiro de 2015

SERGI MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

### EXTRATO DE DISPENSA N.º 02 2015 PMT - CHAMADA PÚBLICA (IOGURTE)

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 02/2015

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó - Secretaria de Educação.

CONTRATADO: Cooperativa de Produção Agropecuária de Jaraguá do Sul - COPAJAS



OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (iogurte) destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 38/2009, alterada pela Portaria nº 25 de 04 de julho de 2012 pelo período de março a dezembro de 2015, conforme Chamada Pública n.º 01/2015.

PREÇO TOTAL: R\$ 32.595,00 (trinta e dois mil quinhentos e noventa e cinco reais).

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 4,10 (quatro reais e dez centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: março a dezembro de 2015.

Timbó, 16 de janeiro de 2015

SERGI MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

#### **EXTRATO DE DISPENSA N.º 03 2015 PMT - CHAMADA PÚBLICA (REPOLHO E CENOURA)**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 03/2015

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó - Secretaria de Educação.

CONTRATADO: RODRIGO KERTISCHKA.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (repolho orgânico e cenoura orgânica) destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 26/2013 pelo período de fevereiro a dezembro de 2015, conforme Chamada Pública n.º 01/2015.

PREÇO TOTAL: R\$ 19.999,61 (dezenove mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e um centavos).

PREÇO UNITÁRIO CENOURA: R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos).

PREÇO UNITÁRIO REPOLHO: R\$ 3,67 (três reais e sessenta e sete centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: fevereiro a dezembro de 2015.

Timbó, 16 de janeiro de 2015

SERGI MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

#### **EXTRATO DE DISPENSA N.º 04 2015 PMT - CHAMADA PÚBLICA (REPOLHO E BATATA DOCE)**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 04/2015

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó - Secretaria de Educação.

CONTRATADO: ALAIDE SATIRO.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (repolho orgânico e batata doce orgânica) destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 26/2013 pelo período de fevereiro a dezembro, e fevereiro a julho de 2015, respectivamente, conforme Chamada Pública n.º 01/2015.

PREÇO TOTAL: R\$ 9.255,50 (nove mil duzentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos).

PREÇO UNITÁRIO BATATA DOCE: R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos).

PREÇO UNITÁRIO REPOLHO: R\$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: fevereiro a dezembro de 2015.

Timbó, 16 de janeiro de 2015

SERGI MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

#### **EXTRATO DE DISPENSA N.º 05 2015 PMT - CHAMADA PÚBLICA (COUVE FLOR)**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 05/2015

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó - Secretaria de Educação.

CONTRATADO: MARCIANO GIOVANELLA.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (couve-flor) destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 38/2009, alterada pela Portaria nº 25 de 04 de julho de 2012 pelo período de fevereiro a dezembro de 2015, conforme Chamada Pública n.º 01/2015.

PREÇO TOTAL: R\$ 6.451,20 (seis mil quatrocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos).

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: fevereiro a dezembro de 2015.

Timbó, 16 de janeiro de 2015

SERGI MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

#### **EXTRATO DE DISPENSA N.º 06 2015 PMT - CHAMADA PÚBLICA (BANANA CATURRA)**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 06/2015

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó - Secretaria de Educação.

CONTRATADO: CÉLIO PASQUALI.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (banana caturra) destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 26/2013 pelo período de fevereiro a dezembro de 2015, conforme Chamada Pública n.º 01/2015.

PREÇO TOTAL: R\$ 18.162,00 (dezoito mil seiscentos e sessenta e dois reais).

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 1,20 (um real e vinte centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: fevereiro a dezembro de 2015.

Timbó, 16 de janeiro de 2015

SERGI MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

#### **EXTRATO DE DISPENSA N.º 07 2015 PMT - CHAMADA PÚBLICA (BANANA BRANCA)**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 07/2015

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó - Secretaria de Educação.

CONTRATADO: LEOPOLDO PASQUALI.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (banana branca) destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 26/2013 pelo período de fevereiro a dezembro de 2015, conforme Chamada Pública n.º 01/2015.

PREÇO TOTAL: R\$ 7.560,00 (sete mil quinhentos e sessenta reais).

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 1,80 (um real e oitenta centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: fevereiro a dezembro de 2015.

Timbó, 16 de janeiro de 2015

SERGI MENGARDA

Secretário Municipal de Educação

**EXTRATO DE DISPENSA N.º 08 2015 PMT - CHAMADA PÚBLICA (MAÇÃ)**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2015

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó - Secretaria de Educação.  
CONTRATADO: CLENIO SEIFERT.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (maçã) destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 26/2013 pelo período de fevereiro a dezembro de 2015, conforme Chamada Pública n.º 01/2015.

PREÇO TOTAL: R\$ 9.429,90 (nove mil quatrocentos e vinte e nove reais e noventa centavos).

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: fevereiro a dezembro de 2015.

Timbó, 16 de janeiro de 2015  
SERGI MENGARDA  
Secretário Municipal de Educação

**EXTRATO DE DISPENSA N.º 09 2015 PMT - CHAMADA PÚBLICA (MAÇÃ)**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2015

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó - Secretaria de Educação.  
CONTRATADO: MARCELO NUNES SEIFERT.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (maçã) destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 26/2013 pelo período de fevereiro a dezembro de 2015, conforme Chamada Pública n.º 01/2015.

PREÇO TOTAL: R\$ 19.780,00 (dezenove mil setecentos e oitenta reais).

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: fevereiro a dezembro de 2015.

Timbó, 16 de janeiro de 2015  
SERGI MENGARDA  
Secretário Municipal de Educação

**EXTRATO DE DISPENSA N.º 10 2015 PMT - CHAMADA PÚBLICA (MAÇÃ)**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2015

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó - Secretaria de Educação.  
CONTRATADO: SEBASTIÃO NUNES SEIFERT.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios (maçã) destinados ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), de acordo com a Lei n.º 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n.º 26/2013 pelo período de fevereiro a dezembro de 2015, conforme Chamada Pública n.º 01/2015.

PREÇO TOTAL: R\$ 19.780,00 (dezenove mil setecentos e oitenta reais).

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 4,30 (quatro reais e trinta centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: fevereiro a dezembro de 2015.

Timbó, 16 de janeiro de 2015  
SERGI MENGARDA  
Secretário Municipal de Educação

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013.35 SAMAE**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/35

LOCATÁRIO: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

LOCADOR: Jurandir Arthur Bonin.

OBJETO: Locação de dois imóveis, que consistem em dois galpões de alvenaria para o armazenamento das peças artísticas produzidas a partir de material reciclável, pelo projeto Natal Mais Encantado.

PRAZO: Prorrogado até 28/02/2015.

DATA DA ASSINATURA: 18/12/2014.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente do SAMAE

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 03-2015

EXTRATO DE CONTRATO 03/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: AUTO ELITE LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de um veículo, 02 (dois) lugares, tipo caminhonete, carroceria aberta, para atender a necessidade do Município de Treze Tílias, conforme Anexo I.

PROCESSO LICITATÓRIO: 75/2014.

VIGÊNCIA: 19/01/2015 a 05/02/2015

VALOR: R\$: \$39.900,00 (Trinta e nove mil e novecentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Serão empregados os recursos do financiamento junto ao BNDS (PMAT), (cinquenta mil reais), através da dotação orçamentária prevista para 2015: 03.01.2003.44.90.00.00.00.00.

DATA ASSINATURA: 19/01/2015.

TREZE TÍLIAS, 19 de Janeiro de 2015.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 04-2015

EXTRATO DE CONTRATO 04/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços e fornecimento de forma parcelada de materiais destinados à manutenção das redes de iluminação pública do município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações descritas no anexo I.

PROCESSO LICITATÓRIO: 77/2014.

VIGÊNCIA: 19/01/2015 a 31/12/2015

VALOR: R\$: R\$ 38.898,48 (Trinta e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.02.2217.33.90.00.00.00.00.00.

DATA ASSINATURA: 19/01/2015.

TREZE TÍLIAS, 19 de Janeiro de 2015.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 05-2015

EXTRATO DE CONTRATO 05/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: FRAI VEST INDUSTRIA E COMÉRCIO DE VESTUÁRIO LTDA

OBJETO: Aquisição de uniformes escolares para os alunos matriculados na Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander do município de Treze Tílias, para o ano letivo de 2015, conforme Anexo I do edital

PROCESSO LICITATÓRIO: 79/2014.

VIGÊNCIA: 19/01/2015 a 31/12/2015

VALOR: R\$: 19.020,80 (Dezenove mil, vinte reais e oitenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.02.2203.33.90.00.00.00.00.00.00.19.

DATA ASSINATURA: 19/01/2015.

TREZE TÍLIAS, 19 de Janeiro de 2015.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 06-2015

EXTRATO DE CONTRATO 06/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: HARMONIZE INDUSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de uniformes escolares para os alunos matriculados na Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander do município de Treze Tílias, para o ano letivo de 2015, conforme Anexo I do edital

PROCESSO LICITATÓRIO: 79/2014.

VIGÊNCIA: 19/01/2015 a 31/12/2015

VALOR: R\$: 20.615,30 (Vinte mil, seiscentos e quinze reais e trinta centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.02.2203.33.90.00.00.00.00.00.00.19.

DATA ASSINATURA: 19/01/2015.

TREZE TÍLIAS, 19 de Janeiro de 2015.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 07-2015

EXTRATO DE CONTRATO 07/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: BAZAR E CONFECÇÕES TIROLESA LTDA ME

OBJETO: Aquisição de uniformes escolares para os alunos matriculados na Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander do município de Treze Tílias, para o ano letivo de 2015, conforme Anexo I do edital

PROCESSO LICITATÓRIO: 79/2014.

VIGÊNCIA: 19/01/2015 a 31/12/2015

VALOR: R\$: 3.770,00 (Três mil, setecentos e setenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.02.2203.33.90.00.00.00.00.00.00.19.

DATA ASSINATURA: 19/01/2015.

TREZE TÍLIAS, 19 de Janeiro de 2015.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 59/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 59/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: ALEXSANDRA DOS SANTOS - ME.

OBJETO: Prestação de serviços de gestão dos projetos do interesse da municipalidade consistindo na sua elaboração, acompanhamento, prestação de contas e demais atividades necessárias, com o objetivo de promover obras e serviços para o município de Treze Tílias sempre em conformidade com as normas e sistemáticas estabelecidas pelos diversos órgãos dos entes convenientes na esfera federal e estadual, conforme descrição constante no Anexo I.

1. Fica prorrogado o prazo de vigência para até 31/12/2015 dias a contar de 01/01/2015.

2. Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas.

PROCESSO LICITATÓRIO: 32/2014 - Pregão Presencial..

DATA ASSINATURA: 19/12/2014

TREZE TÍLIAS, 19 de Dezembro de 2014.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 61/2013.**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 63/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS  
CONTRATADO: INTERLEX CONSULTORIA E ASSESSORIA

1. OBJETO: Este Termo Aditivo de Contrato tem origem no edital de Pregão Presencial nº 38/2013 no qual, a contratada, como vencedora, se compromete na prestação de serviços técnicos profissionais especializados de Consultoria e Assessoria Administrativa, Patrimonial, Financeira, Contábil e Tributária
2. Fica prorrogado o prazo de vigência para até 31/12/2015 dias a contar de 01/01/2015.

3. Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas.  
PROCESSO LICITATÓRIO: 38/2013 - Pregão Presencial..

DATA ASSINATURA: 19/12/2014  
TREZE TÍLIAS, 19 de Dezembro de 2014.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 61/2014.**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 65/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS  
CONTRATADO: LUIZ INORI BIAGENTINI-ME

1. OBJETO: A presente licitação tem por objeto a prestação de serviços elétricos e hidros sanitários especializados de revisão, manutenção e de atendimento emergencial para as secretarias municipais e nos eventos realizados pelo município.
2. Fica prorrogado o prazo de vigência para até 31/12/2015 dias a contar de 01/01/2015.

3. Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas.  
PROCESSO LICITATÓRIO: 36/2014 - Pregão Presencial..

DATA ASSINATURA: 19/12/2014  
TREZE TÍLIAS, 19 de Dezembro de 2014.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 65/2014.**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 65/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS  
CONTRATADO: TRANSPORTES JERRY ANSILIEIRO LTDA

1. OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a execução dos serviços de transporte de pessoas no município de Treze Tílias, de segunda feira a sábado, e em dias especialmente estabelecidos pela Administração Municipal, (inclusive feriados), em conformidade com as condições estipuladas no edital e seus anexos
2. Fica prorrogado o prazo de vigência para até 31/12/2015 dias a contar de 01/01/2015.

3. Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas.  
PROCESSO LICITATÓRIO: 35/2014 - Pregão Presencial..

DATA ASSINATURA: 19/12/2014  
TREZE TÍLIAS, 19 de Dezembro de 2014.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 96/2014.**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 96/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS  
CONTRATADO: T.O.S OBRAS SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

1. OBJETO: Contratação de empresa especializada, em regime de empreitada global, para prestação de serviços de engenharia sanitária de limpeza pública, compreendendo os serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais do perímetro urbano e dos resíduos, provenientes dos serviços de saúde, todos do Município de Treze Tílias.
2. Fica prorrogado o prazo de vigência para até 31/12/2015 dias a contar de 01/01/2015.

3.  
4. Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas.  
PROCESSO LICITATÓRIO: 61/2014 - Tomada de Preço..

DATA ASSINATURA: 19/12/2014  
TREZE TÍLIAS, 19 de Dezembro de 2014.

**PORTARIA N 009/2015**

PORTARIA Nº 009/15 DE 16 DE JANEIRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - SUBSTITUIR junta médica composta pelo Sr. José Léo Gonçalves, CPF nº 056.192.549-68, conforme portaria nº 044/13 de 14 de janeiro de 2013, pela servidora Sr. Caroline Biazolo CPF 054.677.259-55, a fim de efetuar as avaliações médicas dos candidatos a cargo público, bem como analisar os exames médicos apresentados pelos mesmos, pelo período que o Sr. José Léo Gonçalves se encontra em férias.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 16 DE JANEIRO DE 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças



# Trombudo Central

## PREFEITURA

### DECRETO 169/14

DECRETO 169/14 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014  
HOMOLOGA O EDITAL 013/2014 PARA ADMISSÃO DE PROFESSORES E AUXILIARES DE SALA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA

O ANO LETIVO DE 2015 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TROMBUDO CENTRAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Edital 013/2014, para admissão em caráter temporário de Professores e Auxiliares de Sala, ano letivo de 2015, conforme abaixo descrito:

EDUCAÇÃO INFANTIL  
PERÍODO DE FÉRIAS

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	PONT. FINAL	IDADE	CLASSIF
TATIANA DA SILVA ZWICKER	141,2	64	205,2		1ª
CRISNEIDE POLICARPO DA CUNHA DOS SANTOS	140,2	52	192,2		2ª
JOSIANE VENÂNCIO	134	56	190		3ª
LUCIANE GAMBETA PASSIG	135,4	44	179,4		4ª
DEBORA DE SOUZA KLAUMANN	145,6	32	177,6		5ª
NEZI KOERICH BRUCH	136,2	36	172,2		6ª
DIUVANA CORRÊA	139,4	32	171,4		7ª
ROSIANI DE LOURENZI	126,2	40	166,2		8ª
CARMELITA DE SOUZA	119	40	159		9ª
ARCIA DE OLIVEIRA	110,8	48	158,8		10ª
KATIANI DE BRITO	56,4	44	100,4		11ª
NILZA LUZIA LEMOS DA CRUZ	34,6	44	78,6	32	12ª
JULIA HASSE	26,6	52	78,6	19	13ª
BRUNA CHAIENE ALVES	34	40	74		14ª
TAÍNA KUSTER	37,4	36	73,4		15ª
VIVIANE REGINA EIDT	30,4	40	70,4		16ª
LAÍS HÜBNER	25,8	44	69,8		17ª
MÁRCIA REGINA DA SILVA	01	64	65		18ª
CRISLAINI CARLA VALENTE FUCK	25	36	61		19ª
JANETE ALVES	12	48	60		20ª
CRISTIANE SOMMERFELD	05	48	53	34	21ª
FRANCIELI APARECIDA LORENCINI PEREIRA	05	48	53	29	22ª
JAQUELINE BÜCHLING	15	28	43		23ª
FABILA ALINE CUNHA PONTIZELLI	6,6	36	42,6		24ª

MARCONDES SILVEIRA DE SOUZA CARVALHO	09	32	41		25ª
MATEUS PEYERL	02	36	38		26ª
DAIANY FERNANDA ZACARIAS DESCHAMPS	DESCCLASSIFICADA – NÃO COMPARECEU NA PROVA ESCRITA.				
JULIETE NOIHAUS	DESCCLASSIFICADA – NÃO COMPARECEU NA PROVA ESCRITA.				

### EDUCAÇÃO INFANTIL

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	PONT. FINAL	IDADE	CLASSIF
TATIANA DA SILVA ZWICKER	141,2	64	205,2		1ª
CRISNEIDE POLICARPO DA CUNHA DOS SANTOS	140,2	52	192,2		2ª
LUIZA CAROLINA SAMAGAIA	151	40	191		3ª
JOSIANE VENÂNCIO	134	56	190		4ª
SIRLANGE ESSER ROSA	148,4	32	180,4		5ª
LUCIANE GAMBETA PASSIG	135,4	44	179,4		6ª
CARLA ROSANE HENN THOLL	134	44	178		7ª
DEBORA DE SOUZA KLAUMANN	145,6	32	177,6		8ª
SILVANA APARECIDA CORREA DA COSTA FREITAS	155,2	20	175,2		9ª
NEZI KOERICH BRUCH	136,2	36	172,2		10ª
DIUVANA CORRÊA	139,4	32	171,4		11ª
KEROLIN DUANE BILK	145,4	24	169,4		12ª
ROSIANI DE LOURENZI	126,2	40	166,2		13ª
DILVANA DILMARA BÖLL	130,3	32	162,3		14ª
SUELI DOS SANTOS	120	40	160	56	15ª
JUCÉLIA DOS SANTOS DA SILVA	120	40	160	43	16ª
SILVANA JORDINA GOEDERT DE SOUZA	78,2	56	134,2		17ª
LEONI SCHUSTER DE DEUS	68	48	116		18ª
TERESINHA PASSAURA LIMA	75,4	36	111,4		19ª
KATIANI DE BRITO	56,4	44	100,4		20ª
SORAIA SCHMIDT	36	64	100		21ª
DANIELI DUARTE DA SILVA	40	52	92		22ª
SANDRA MARA MATTEUSSI	38,4	52	90,4		23ª
ROSIMERI XAVIER	29,4	60	89,4		24ª
KÁTIA REGINA JEREMIAS KRAMBECK	38	48	86		25ª
MARLI MARIA FERNANDES PASOLD	45	36	81		26ª
LARIZA DA SILVA	32	48	80		27ª
NILZA LUZIA LEMOS DA CRUZ	34,6	44	78,6	32	28ª
JULIA HASSE	26,6	52	78,6	19	29ª



MARINÊS STEUCK	34	44	78		30 <sup>a</sup>
ELIANE DOS SANTOS SOUZA	34,6	40	74,6		31 <sup>a</sup>
BRUNA CHAIENE ALVES	34	40	74		32 <sup>a</sup>
JANELIZE OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA	33,8	40	73,8		33 <sup>a</sup>
TAÍNA KUSTER	37,4	36	73,4		34 <sup>a</sup>
ROSEMERY EGER CACHOEIRA	38,6	32	70,6		35 <sup>a</sup>
VIVIANE REGINA EIDT	30,4	40	70,4		36 <sup>a</sup>
SABRINA IOLANDA JEREMIAS KOLM	37,8	32	69,8	21	37 <sup>a</sup>
LAÍS HÜBNER	25,8	44	69,8	19	38 <sup>a</sup>
MÁRCIA REGINA DA SILVA	01	64	65		39 <sup>a</sup>
ANDREIA KRIECK FARIAS	22	40	62		40 <sup>a</sup>
CRISLAINI CARLA VALENTE FUCK	25	36	61		41 <sup>a</sup>
JANETE ALVES	12	48	60		42 <sup>a</sup>
CARLANE GOEDE	23	36	59		43 <sup>a</sup>
CRISTIANE SOMMERFELD	05	48	53	34	44 <sup>a</sup>
FRANCIÉLI APARECIDA LORENCINI PEREIRA	05	48	53	29	45 <sup>a</sup>
PATRÍCIA FRANCISCONI WALZBURGER	24	28	52		46 <sup>a</sup>
SILVANA APARECIDA UESSLER	12	32	44		47 <sup>a</sup>
JAQUELINE BÜCHLING	15	28	43		48 <sup>a</sup>
FABILA ALINE CUNHA PONTIZELLI	6,6	36	42,6		49 <sup>a</sup>
MARCONDES SILVEIRA DE SOUZA CARVALHO	09	32	41		50 <sup>a</sup>
MATEUS PEYERL	02	36	38		51 <sup>a</sup>
CRISTIANE VALENTE FUCK	05	28	33		52 <sup>a</sup>
DAIANY FERNANDA ZACARIAS DESCHAMPS	DESCCLASSIFICADA – NÃO COMPARECEU NA PROVA ESCRITA.				
DAYANA ARNDT	DESCCLASSIFICADA – NÃO COMPARECEU NA PROVA ESCRITA.				
JULIETE NOIHAUS	DESCCLASSIFICADA – NÃO COMPARECEU NA PROVA ESCRITA.				

## ANOS INICIAIS

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	PONT. FINAL	IDADE	CLASSIF
CRISNEIDE POLICARPO DA CUNHA DOS SANTOS	140,2	60	200,2		1 <sup>a</sup>
LUIZA CAROLINA SAMAGIA	151	48	199		2 <sup>a</sup>
SIRLANGE ESSER ROSA	148,4	48	196,4		3 <sup>a</sup>
TATIANA DA SILVA ZWICKER	141,2	48	189,2		4 <sup>a</sup>
DIUVANA CORRÊA	139,4	48	187,4		5 <sup>a</sup>

SILVANA APARECIDA CORREA DA COSTA FREITAS	155,2	32	187,2		6 <sup>a</sup>
CARLA ROSANE HENN THOLL	134	52	186		7 <sup>a</sup>
DEBORA DE SOUZA KLAUMANN	145,6	40	185,6		8 <sup>a</sup>
SILVANA JORDINA GOEDERT DE SOUZA	128,2	56	184,2		9 <sup>a</sup>
LUCIANE GAMBETA PASSIG	135,4	44	179,4		10 <sup>a</sup>
SCHIRLEY MARILEIA BELL	110,6	68	178,6		11 <sup>a</sup>
ROSIANI DE LOURENZI	126,2	48	174,2		12 <sup>a</sup>
ELQUI GRAHL	129,6	40	169,6		13 <sup>a</sup>
TERESINHA PASSAURA LIMA	125,4	44	169,4		14 <sup>a</sup>
DALVA DA ROCHA	102,6	52	154,6		15 <sup>a</sup>
LEONI SCHUSTER DE DEUS	118	32	150		16 <sup>a</sup>
DIUVANA DILMARA BÖLL	80,3	44	124,3		17 <sup>a</sup>
DANIELI DUARTE DA SILVA	40	64	104		18 <sup>a</sup>
MARINÊS STEUCK	34	56	90		19 <sup>a</sup>
ROSIMERI XAVIER	29,4	60	89,4		20 <sup>a</sup>
MARLI MARIA FERNANDES PASOLD	45	40	85		21 <sup>a</sup>
SORAIA SCHMIDT	36	48	84		22 <sup>a</sup>
SABRINA IOLANDA JEREMIAS KOLM	37,8	44	81,8		23 <sup>a</sup>
SANDRA MARA MATTEUSSI	38,4	40	78,4		24 <sup>a</sup>
KÁTIA REGINA JEREMIAS KRAMBECK	38	40	78		25 <sup>a</sup>
JULIA HASSE	26,6	48	74,6		26 <sup>a</sup>
BRUNA CHAIENE ALVES	34	40	74		27 <sup>a</sup>
JANELIZE OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA	33,8	40	73,8		28 <sup>a</sup>
TAÍNA KUSTER	37,4	36	73,4		29 <sup>a</sup>
LARIZA DA SILVA	32	40	72		30 <sup>a</sup>
KÁTIA ADELAIDE ALBINO LOFFHAGEN	17,6	52	69,6		31 <sup>a</sup>
ROSEMERY EGER CACHOEIRA	38,6	28	66,6		32 <sup>a</sup>
ROSANGELA DIAS DE QUADRA	10	56	66		33 <sup>a</sup>
CATIANE ALVES DA LUZ	37,2	28	65,2		34 <sup>a</sup>
CRISLAINI CARLA VALENTE FUCK	25	40	65		35 <sup>a</sup>
PATRÍCIA FRANCISCONI WALZBURGER	24	40	64		36 <sup>a</sup>
CRISTIANE VALENTE FUCK	05	52	57		37 <sup>a</sup>
CARLANE GOEDE	23	32	55		38 <sup>a</sup>
FABILA ALINE CUNHA PONTIZELLI	6,6	36	42,6		39 <sup>a</sup>
MATEUS PEYERL	02	36	38		40 <sup>a</sup>
JULIETE NOIHAUS	DESCCLASSIFICADA – NÃO COMPARECEU NA PROVA ESCRITA.				

## PROFESSOR II

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	PONT. FINAL	CLASSIF
ELQUI GRAHL	129,6	40	169,6	1ª
KATIANI DE BRITO	56,4	52	108,4	2ª

## INFORMÁTICA

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	PONT. FINAL	CLASSIF
REGIANE SANTOS STINGHEN	28	48	76	1ª
GUILHERME PASSERO	01	64	65	2ª
CLEVERTON HOFFMANN	6,9	56	62,9	3ª

## LÍNGUA PORTUGUESA

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	PONT. FINAL	CLASSIF
MARIA ROSILDE RAMOS DA CUNHA SILVA	16	60	76	1ª

## LÍNGUA INGLESA

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	PONT. FINAL	CLASSIF
NÃO HOUVE CANDIDATOS INSCRITOS				

## MATEMÁTICA

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	PONT. FINAL	IDADE	CLASSIF
SCHIRLEY MARILEIA BELL	16,6	68	84,6		1ª
CLEVERTON HOFFMANN	13,9	56	69,9		2ª
DIOGO DE OLIVEIRA BROD	2,2	60	62,2		3ª
REGIANE SANTOS STINGHEN	25	36	61		4ª
JANETE ALVES	17	40	57	38	5ª
GUILHERME PASSERO	01	56	57	22	6ª
SERGIO BEZERRA DA SILVA	DESCCLASSIFICADO – NÃO COMPARECEU NA PROVA ESCRITA.				

## HISTÓRIA

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	PONT. FINAL	CLASSIF
BIANCA SCHULTZ	144,6	64	208,6	1ª
JOSÉ ADEMIR FONSECA	116,4	48	164,4	2ª

## GEOGRAFIA

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	PONT. FINAL	CLASSIF
JOSÉ ADEMIR FONSECA	22,4	48	70,4	1ª

## CIÊNCIAS

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	PONT. FINAL	CLASSIF
-----------	------------------	---------------	-------------	---------

DIOGO DE OLIVEIRA BROD	5,2	60	65,2	1ª
MARIA ROSILDE RAMOS DA CUNHA SILVA	01	60	61	2ª

## EDUCAÇÃO FÍSICA

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	PONT. FINAL	CLASSIF
VITOR HENRIQUE KNISS	04	44	48	1ª
RAFAEL LIMA	1,6	40	41,6	2ª
REGIANE CAROLINA VALENTE DE LIZ	08	32	40	3ª
SIMESIO MIRANDA	DESCCLASSIFICADO – NÃO COMPARECEU NA PROVA ESCRITA.			

## ARTES

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	PONT. FINAL	CLASSIF
BIANCA SCHULTZ	50,6	64	114,6	1ª
DALVA DA ROCHA	8,6	52	60,6	2ª
REGIANE CAROLINA VALENTE DE LIZ	01	32	33	3ª
SERGIO BEZERRA DA SILVA	DESCCLASSIFICADO – NÃO COMPARECEU NA PROVA ESCRITA.			

## ENSINO RELIGIOSO

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	PONT. FINAL	CLASSIF
NÃO HOUVE CANDIDATOS INSCRITOS				

## AUXILIAR DE SALA

CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA ESCRITA	PONT. FINAL	IDADE	CLASSIF
JOSIANE VENÂNCIO	57	36	93		1ª
VIVIANE REGINA EIDT	30,2	56	86,2		2ª
MARCIO DE SOUZA	35	48	83		3ª
ROSANGELA DIAS DE QUADRA	29,6	48	77,6		4ª
ELIANE DOS SANTOS SOUZA	29,6	36	65,6		5ª
MARCONDES SILVEIRA DE SOUZA CARVALHO	29	36	65	37	6ª
NILZA LUZIA LEMOS DA CRUZ	05	60	65	32	7ª
LAÍS HÜBNER	05	56	61		8ª
RAFAELA ALMEIDA	05	52	57		9ª
KÁTIA ADELAIDE ALBINHO LOFFHAGEN	05	48	53	36	10ª
LUCIMARA VIEIRA	05	48	53	33	11ª
FRANCIELI APARECIDA LORENCINI PEREIRA	28,8	24	52,8		12ª
GESSI LUANA KOGLIN	7,4	44	51,4		13ª
MÁRCIA REGINA DA SILVA	05	44	49	31	14ª
PRISCIANE GOMES DE OLIVEIRA	05	44	49	30	15ª
CRISTIANE SOMMERFELD	29,8	16	45,8		16ª
SILVANA APARECIDA UESSLER	05	40	45	29	17ª

SUELIN BORMANIERI	29	16	45	23	18ª
TAINARA SANDRINI RUSSI	05	36	41		19ª
JULIANA BARCHFELD	9,8	28	37,8		20ª
GLAUCIA EGER HOFMANN	07	28	35		21ª
NAIARA ANDRESSA APO-LINÁRIO FILIPPI	05	24	29		22ª
JAQUELINE BÜCHLING	6,6	20	26,6		23ª
TATIANE SCHÄFER	DESCCLASSIFICADA – NÃO COMPARECEU NA PROVA ESCRITA.				
CRISLEI GIANI ZICKHUR	DESCCLASSIFICADA – NÃO COMPARECEU NA PROVA ESCRITA.				
DAIANY FERNANDA ZACARIAS DESCHAMPS	DESCCLASSIFICADA – NÃO COMPARECEU NA PROVA ESCRITA.				
GRACIELI PRIM	DESCCLASSIFICADA – NÃO COMPARECEU NA PROVA ESCRITA.				
ALINE LUCHTENBERG	DESCCLASSIFICADA – NÃO COMPARECEU NA PROVA ESCRITA.				

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de Dezembro de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS  
Secretária da Educação e do Esporte

### DECRETO 170/14

DECRETO 170/14 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.  
AUTORIZA AJUSTE DE VALORES DE BENS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas Na Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964 e Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de Março de 2000 (LRF);

CONSIDERANDO: o Decreto Municipal nº 023/13 de 07 de Fevereiro de 2013, que autoriza ajuste contábil patrimonial;

CONSIDERANDO: a Lei Municipal 1776 de 14 de Maio de 2013, que autoriza receber mercadorias por doação;

CONSIDERANDO: a Lei Municipal 1841 de 09 de Julho de 2014 alterada pela Lei Municipal 1857 de 21 de Outubro de 2014, que autoriza o Poder Executivo a proceder baixas do patrimônio do Município e dá outras providências;

#### DECRETA:

Art. 1º - Autoriza o ajuste contábil de bens patrimoniais públicos de Trombudo Central, pela superestimativa na avaliação para alienação por meio de leilão público, conforme tabela abaixo descrita:

Descrição do Bem	Nº Patrimônio	Conta Contábil	Valor Patrimônio	Valor de Venda	Ajuste (+/-)
PAS/MICRO HYUNDAI H-100 GL	3478	58204	15.040,00	2.900,00	(12.140,00)
PAS/MICRO BETA GS GRAND	2867	58204	30.000,00	5.600,00	(24.400,00)
VW. KOMBI	2829	58204	7.700,00	3.500,00	(4.200,00)
CAMINHÃO FORD 11.000	2793	58200	23.633,00	10.500,00	(13.133,00)
ONIBUS SCANIA K-112 CL	5500	58200	40.000,00	20.000,00	(20.000,00)
PATROLA 140 DM	2840	58200	80.000,00	5.100,00	(74.900,00)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de Dezembro de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO 171/14

DECRETO 171/14 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ESTABELECE RECESSO ADMINISTRATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO a comemoração das festividades natalinas e de ano novo;

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica DECRETADO RECESSO ADMINISTRATIVO nas repartições públicas do Município de Trombudo Central, no período compreendido entre 22 de Dezembro de 2014 a 02 de Janeiro de 2015.

Art. 2º - No período supracitado, ficam mantidos os serviços em regime de plantão e os considerados de natureza essencial, bem como os serviços administrativos internos que forem considerados necessários para o encerramento do exercício financeiro.

Art. 3º - Havendo necessidade, poderão ser convocados os servidores para a execução de suas tarefas, não havendo para tanto qualquer pagamento de adicionais de qualquer título.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 15 de Dezembro de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume e na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK  
Secretária de Administração e Finanças

**DECRETO 172/14**

DECRETO 172/14 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.  
NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (CMMA).

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e, com base no Art. 4º na Lei Municipal 1481 de 24 de novembro de 2006, alterada pela Lei Municipal 1866 de 18 de Dezembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA), representado pelo Poder Público e Sociedade Civil Organizada, por membros titulares e suplentes, para o mandato de 02 (dois) anos conforme nominata abaixo descrita:

**REPRESENTAÇÃO DO PODER PÚBLICO****1) Representantes do Poder Executivo Municipal**

Titular: Silvio Venturi  
Suplente: Zulnei Luchtenberg

**2) Representantes da Secretaria do Planejamento Urbano.**

Titular: Wilson Hobus  
Suplente: Elienai da Silva

**3) Representantes da Secretaria da Educação e do Esporte**

Titular: Sônia da Veiga Correa  
Suplente: Eduardo Brandl

**4) Representantes da Secretaria da Agricultura e meio Ambiente**

Titular: Leirson Vicente  
Suplente: José Dirceu Bombílio

**REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA****5) Representante das Associações de Piscicultores**

Titular: Aristeu Venturi  
Suplente: Odi Vicente

**6) Representantes da Associação Empresarial de Trombudo Central**

Titular: José da Silva  
Suplente: Maicon Sergio Poffo

**7) Representantes dos Sindicatos.**

Titular: Vilmar da Silva  
Suplente: Celso Marcelino

**8) Representantes da Associação de Agricultores de Trombudo Central**

Titular: Alcides de Lourenzi  
Suplente: Max Krüger

Art. 2º - A nova diretoria do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA), ficou assim constituída:

Presidente : Silvio Venturi  
Vice-Presidente: Leirson Vicente  
Secretário: Wilson Hobus

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no lugar de costume, na data supra.

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK  
Secretária de Administração e Finanças

**DECRETO 173/14**

DECRETO 173/14 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DO-  
TAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 37.522,41 (trinta e sete mil, quinhentos e vinte e dois reais e quarenta e um centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

**04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE**

04.13 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHARLOTTE ILSE SCHINDLER

04.13.12.365.0004.2.016-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 620,34

04.07 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CINDERELA

04.07.12.365.0004.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 11.000,00

04.06 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA EGINOLF BELL

04.06.12.361.0004.2.009-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 1.097,50

04.09 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGUINHO DE GENTE

04.09.12.365.0004.2.012-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 16.271,51

04.06 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA EGINOLF BELL

04.06.12.361.0004.2.009-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 2.533,06

**08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

08.02 DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO BÁSICA

08.02.08.244.0012.2.046-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 6.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias e do excesso de arrecadação:

**04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE**

04.09 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGUINHO DE GENTE

04.09.12.365.0004.2.012-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 7.085,99

04.07 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CINDERELA

04.07.12.365.0004.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 3.723,59

04.06 CENTRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA EGINOLF BELL

04.06.12.361.0004.2.009-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 3.630,56

04.13 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHARLOTTE ILSE SCHINDLER

04.13.12.365.0004.2.016-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 620,34  
04.07 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CINDERELA  
04.07.12.365.0004.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 5.000,00  
04.09 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGUINHO DE GENTE  
04.09.12.365.0004.2.012-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 9.185,52  
04.07 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CINDERELA  
04.07.12.365.0004.2.010-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 2.276,41

08 SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO  
08.02 DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO BÁSICA  
08.02.08.244.0012.2.046-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 6.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de Dezembro de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

#### **DECRETO 174/14**

DECRETO 174/14 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - RESERVA DE CONTINGÊNCIA NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE  
04.03 DEPARTAMENTO DE ESPORTES  
04.03.27.812.0004.2.018-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 4.000,00

05 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
05.01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS  
05.01.15.452.0006.2.031-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 3.000,00  
05.02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS  
05.02.26.782.0006.2.028-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 8.000,00

06 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
06.01 DEPARTAMENTO DE FOMENTO A AGRICULTURA  
06.01.20.601.0007.2.034-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 25.000,00

09 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO URBANO  
09.01 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO  
09.01.04.127.0013.2.043-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 8.000,00

10 SECRETARIA DA CULTURA E DO TURISMO  
10.01 DEPARTAMENTO DA CULTURA  
10.01.13.391.0011.2.039-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias e do excesso de arrecadação:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
03.01.28.846.0010.2.038-9.9.99.00.00.00.00.00. - reserva de contingência R\$ 68.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de Dezembro de 2014.  
SILVIO VENTURI  
Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

#### **DECRETO 175/14**

DECRETO 175/14 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

07 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
07.01 DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA  
07-01.10.301.0005.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 130.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

07 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
07.01 DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA  
07-01.10.301.0005.2.027-3.1.71.00.00.00.00.00. - transferências a consórcios públicos R\$ 1.000,00  
07-01.10.301.0005.2.027-3.3.50.00.00.00.00.00. - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos R\$ 8.200,00  
07-01.10.301.0005.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 35.000,00  
07-01.10.301.0005.2.027-3.3.93.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 18.000,00

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 67.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Trombudo Central, 29 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

#### **DECRETO 176/14**

DECRETO 176/14 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04-01.12.361.0004.2.002-4.6.90.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 2.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

#### **DECRETO 177/14**

DECRETO 177/14 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 15.440,54 (quinze mil, quatrocentos e quarenta reais e cinquenta e quatro centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03-01.04.122.0003.2.003-3.3.50.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 15.440,54

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03-01.04.122.0003.2.003-3.1.71.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 6.395,00

03.01.04.122.0003.2.003-3.3.71.00.00.00.00. - transferências a consórcios públicos

R\$ 7.637,50

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

#### **DECRETO 178/14**

DECRETO 178/14 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 2.920,40 (dois mil novecentos e vinte reais e quarenta centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

07 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.302.0005.2.051-3.3.90.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 2.920,40

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 2.920,40

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 29 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

**DECRETO 179/14**

DECRETO 179/14 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 2.133,11 (dois mil, cento e trinta e três reais e onze centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

**07 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE****07.01 DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA**

07-01.10.301.0005.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 2.133,11

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

**07 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE****07.01 DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA**

07-01.10.301.0005.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 2.133,11

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 31 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

**DECRETO 180/14**

DECRETO 180/14 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

**04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE****04.03 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

04-02.12.361.0004.1.005-4.4.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 7.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

**04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE****04.03 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

04-02.12.361.0004.1.005-4.4.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 31 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

**DECRETO 181/14**

DECRETO 181/14 DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADACÃO NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2014.

SILVIO VENTURI, Prefeito do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei 1808/13 de 21 de Novembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 22.510,00 (vinte e dois mil, quinhentos e dez reais) para a seguinte dotação orçamentária:

**03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****03.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

03-01.04.122.0003.2.003-3.3.50.00.00.00.00.00. - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos R\$ 510,00

03-01.04.122.0003.2.003-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 2.000,00

**05 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS****05.03 DEPARTAMENTO DE LIMPEZA PÚBLICA**

05-03.17.512.0006.2.029-3.3.90.00.00.00.00.00. - aplicações diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o Artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária e do excesso de arrecadação:

Subtrair excesso de arrecadação R\$ 22.510,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 31 de Dezembro de 2014.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no lugar de costume, na data supra.

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015 PMTC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO PMTC Nº 01/2015

DATA: 19/01/2015

OBJETO: Locação de imóvel não residencial, localizado na Rua Jorge Lacerda, nº26, com área total de 126 m², destinado a instalação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

VALOR TOTAL: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

CONTRATADA: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trombudo Central

EMBASAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso X, Da Lei Federal 8666/93, E Demais Alterações Posteriores.

Trombudo Central, 19 de janeiro de 2015.

Hanelore Hedler

Prefeita Municipal em exercício

**PREGÃO PRESENCIAL 03/2015 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 03/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal em exercício Srª. Hanelore Hedler, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal nº 003/2015 e 004/2015, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 03/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR LOTE, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 16:00h. do dia 30 de janeiro de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: [licita@trombudocentral.sc.gov.br](mailto:licita@trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 16 de janeiro de 2015

Hanelore Hedler

Prefeita Municipal em exercício

**PREGÃO PRESENCIAL 04/2015 PMTC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 04/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal em exercício Srª. Hanelore Hedler, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 e do Decreto Municipal nº 003/2015 e 004/2015, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 04/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR LOTE, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, CULTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRANSPORTES E OBRAS, UNIDADES ESCOLARES E CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as

08:30h. do dia 30 de janeiro de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através do email: [licita@trombudocentral.sc.gov.br](mailto:licita@trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 16 de janeiro de 2015

Hanelore Hedler

Prefeita Municipal em exercício

**TOMADA DE PREÇOS 01/2015 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

TOMADA DE PREÇO FMS Nº 01/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal em exercício Srª Hanelore Hedler, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO FMS Nº 01/2015, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PEDIATRIA, GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h. do dia 04 de fevereiro de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da home page: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 19 de janeiro de 2015.

Hanelore Hedler

Prefeita Municipal em exercício

**TOMADA DE PREÇOS 01/2015 PMTC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

TOMADA DE PREÇO PMTC Nº 01/2015

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Srª Hanelore Hedler, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO PMTC Nº 01/2015, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução UNITÁRIO, visando a LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL, LOCALIZADO NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL, COM METRAGEM IGUAL OU SUPERIOR A 115M², SEM OBSTACULOS (COLONAS) NA SALA PRINCIPAL, COM NO MÍNIMO 02 BANHEIROS, PARA UTILIZAÇÃO PELO GRUPO DE DANÇAS DA SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 14:00h do dia 04 de fevereiro de 2015, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:00 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br).

Trombudo Central, 19 de janeiro de 2015.

Hanelore Hedler

Prefeita Municipal em exercício

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### DECRETO 1671/2015

Decreto 1671/2015 de 20 de janeiro de 2015.

Nomeia os membros da Comissão para análise das solicitações encaminhadas do Programa Pró-Casa, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 1.120/2013 de 24 de maio de 2013,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para análise das solicitações encaminhadas pelos mutuários para o Programa Pró-Casa, composta pelos seguintes membros: Franciele Staub, Pedro Baumgratz, Scheila Schmitz, Ivete Orth e Sheila Inês Bieger.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,  
Em, 20 de janeiro de 2015.

VOLMIR PEDRO LAWISCH

Prefeito em Exercício.

Este Decreto foi publicado  
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em Controladoria Interna.

#### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2015

Edital de Pregão Presencial nº 05/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, destinados para os veículos da SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. Entrega das propostas até às 8h15min do dia 02 de Fevereiro de 2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).  
Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

## Turvo

### PREFEITURA

#### CONVENIO FMS 01/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 001/2015

CONVENIADA: Hospital São Sebastião de Turvo.

OBJETO: Ajuda financeira por parte do Fundo Municipal de Saúde ao Hospital São Sebastião de Turvo objetivando o pagamento de despesas com medicamentos, folha de pagamento de seus funcionários, produtos alimentícios, energia, telefones, informatização, material de limpeza e higienização, pequenas reformas de mobiliário e estrutural.

VALOR: R\$ 360.000,00

VIGÊNCIA: De Janeiro a Dezembro de 2015.

#### DECRETO 01/2015

DECRETO Nº 001/15, de 09 de janeiro de 2015.

INSTITUI PERCENTUAL DE ANTECIPAÇÃO DE REAJUSTE DO VENCIMENTO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO E DEMAIS SERVIDORES NA FORMA DAS LEIS COMPLEMENTARES Nº 009/11, Nº 010/11 E DEMAIS, INSTITUI A FORMA DE PAGAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica concedido o percentual de 6,22%, de reajuste a todos os Profissionais da Educação e demais Servidores, ativos e inativos observada a proporcionalidade do regime de trabalho e dos proventos de aposentadoria.

Parágrafo único. A vantagem pecuniária prevista neste artigo será retroativa a 1º de janeiro de 2015, sendo o pagamento efetuado ao final do mesmo mês.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias do Município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 09 de janeiro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.



**PORTARIA 003/2015**

PORTARIA Nº 003/15, de 02 de Janeiro de 2015.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 02.01.2015 a 31.01.2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

0971 Sonia Beatriz Gava Martignago 01.03.2012 a 28.02.2013  
 0431 Admir Maffioletti 02.05.2012 a 01.05.2013  
 1043 Cleonice Lima Silvano 02.01.2013 a 01.01.2014  
 1019 Jose de Oliveira Pinguello 01.08.2012 a 31.07.2013  
 1886 Claiton Sidnei R. Borges 08.05.2012 a 07.05.2013  
 1436 Natalina Berti 16.01.2013 a 15.01.2014  
 0492 Rosangela Teixeira 14.05.2013 a 13.05.2014  
 0733 Elaine Maria Fassini 18.02.2013 a 17.02.2014  
 0034 Maria Jose Teixeira Rocha 01.07.2013 a 30.06.2014  
 0789 Sandra Regina Pescador de Souza 27.05.2013 a 26.05.2014  
 0081 Olindina Pereira dos Reis 01.01.2011 a 31.12.2011  
 0120 Bernardete Girardi Warmiling 28.12.2012 a 27.12.2013  
 1978 Elenita Scarabelot Pazini 01.12.2013 a 30.11.2014  
 0100 Marizete da Silva Giusti 01.01.2014 a 31.12.2014  
 1211 Roseli Carmen Santa Helena 01.03.2013 a 28.02.2014  
 1873 Silvani Cadorin Ferreira 07.05.2012 a 06.05.2013  
 0288 Edilia Dal Toé Nazário 01.02.2012 a 31.01.2013  
 0751 Veronice Gabriel da Silva 18.02.2012 a 17.02.2013  
 0044 Angela Maria Velho Marcon 20.02.2012 a 19.02.2013  
 1877 Roseni Salvador Tonetto 07.05.2013 a 06.05.2014  
 0744 Maria Ines Rosso da Rocha 18.02.2013 a 17.02.2014  
 0187 Roberta Ferreira 14.11.2013 a 13.11.2014  
 0453 Roseli Aparecida Figueredo 10.10.2013 a 17.10.2014  
 1205 Maribel Maragno 01.03.2013 a 28.02.2014  
 1058 Maria Ivete F. Pescador 21.02.2013 a 20.02.2014  
 1252 Cristina Ranacoski da Rosa Toretti 02.07.2013 a 01.07.2014  
 0747 Adriana Cadorin 18.02.2013 a 17.02.2014  
 1048 Patricia Manfredini 20.02.2012 a 19.02.2013  
 1209 Gizele Estevam Baesso 01.03.2012 a 28.02.2013

0364 Angela Burigo 31.05.2013 a 30.05.2014  
 1977 Jamile de Bona 01.12.2013 a 30.11.2014  
 1257 Edina Constante Simão 30.06.2013 a 29.06.2014  
 0121 Ivanir Fermo Carvalho 27.12.2012 a 26.12.2013  
 1260 Maria Isolete Alexandre 01.07.2013 a 30.06.2014  
 0041 Maria Cladir Dal Pont Favaro 28.02.2013 a 27.02.2014  
 0048 Valdete Cordeiro 01.03.2012 a 28.02.2013  
 1208 Ediana Pizzolo Bordignon 21.01.2012 a 20.01.2013  
 0122 Rosangela Serafim Menegaro 01.01.2013 a 31.12.2013  
 1216 Elisabete Ferreira Londero 10.03.2012 a 09.03.2013  
 0724 Susana Barbosa de Oliveira 18.02.2013 a 17.02.2014  
 0763 Maria de Lourdes Matilde 02.01.2014 a 01.01.2015  
 1090 Marieti Monteiro Rodrigues 01.04.2013 a 31.03.2014  
 1052 Neusa Manfioleti Mendes 04.02.2013 a 03.02.2014  
 1055 Zelia de Lima Boeira 21.02.2013 a 20.02.2014  
 1240 Maria Elisabete dos Santos Américo 03.05.2013 a 02.05.2014  
 0988 João de Toledo 01.03.2012 a 28.02.2013  
 0799 José Dalcione Casteller 01.07.2013 a 30.06.2014  
 0760 Valmir Rodrigues 01.03.2010 a 28.02.2011  
 1098 Dino Rogério P. Candido 31.05.2013 a 30.05.2014  
 0272 João da Silva Tomé 04.01.2012 a 03.01.2013  
 1934 Joanderson Morgerot Farias 22.07.2013 a 21.07.2014  
 0208 Eliane Regina Bretz Arceno 04.05.2012 a 03.05.2013  
 1283 Adriana Rovaris de Estefani 01.03.2011 a 28.02.2012  
 2143 Dalva Meister Possamai 23.07.2013 a 22.07.2014

0970 Valcir da Silva 01.04.2012 a 28.02.2013  
 2141 Luizinha Correia Zilli Pasini 23.07.2013 a 22.07.2014  
 1105 Ligia Nara Dandolini Vitto 21.05.2013 a 20.05.2014  
 2137 Vanessa Fornaza Silvestre 23.07.2013 a 22.07.2014  
 2946 Angela Pagnan Gabriel 08.07.2013 a 07.07.2014  
 1897 Maria Rosa Schons 14.05.2012 a 13.05.2013  
 0155 Saudi Caetano 08.02.2012 a 07.02.2013  
 0679 Eliani Cesário da Rosa 01.04.2013 a 31.03.2014  
 2956 Lorena Meister 01.08.2013 a 31.07.2014  
 1237 Cristiane Valnier 13.05.2013 a 12.05.2014  
 2497 Rosa Maria Patrício Tonetto 06.06.2013 a 05.06.2014  
 2148 Monica de Araujo Santos 23.07.2013 a 22.07.2014  
 2945 Ranielli Zilli Souza 08.07.2013 a 07.07.2014  
 0108 Agenor Antonio Simon 02.05.2012 a 01.05.2013  
 1431 Kelly de Oliveira Tomé Farias 29.12.2013 a 28.12.2014  
 1859 Maximo Cirico da Silva 06.05.2013 a 05.05.2014  
 2475 Claudia Visentin 01.03.2012 a 28.02.2013  
 2861 Taise Lazzarin Daros 25.02.2013 a 24.02.2014  
 1310 Lucilena Zavariz 21.02.2013 a 20.02.2014

0087 Valdete Bordignon 01.01.2014 a 31.12.2014  
 1951 Dione Maria Ricken 16.09.2013 a 15.09.2014  
 1207 Graziela Gabriel Pezente 01.03.2013 a 28.02.2014  
 1883 Vanilda de Aguiar Warmiling 07.05.2013 a 06.05.2014  
 1029 Claudionor Venceslau Custódio 03.09.2010 a 02.09.2011  
 1215 Janete Silveira Custodio 01.03.2013 a 28.02.2014  
 1878 Elisangela Pagnan P. Machado 07.05.2013 a 06.05.2014  
 1057 Marlene da Silva Ferreira 21.02.2012 a 20.02.2013  
 0204 Carmen Marina Scarabelot Bardini 01.01.2013 a 31.12.2013

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de janeiro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 004/2015**

PORTARIA Nº 004/15, de 02 de Janeiro de 2015.

DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Art. 1º - Designar a Servidora DENISE LIMA DE SOUZA MATTOS, CPF nº 024.983.639-47, matrícula nº 1222, para responder pela Secretaria de Saúde do Município de Turvo, ficando responsável perante o CNPJ nº 80.991.094/0001-47, do Fundo Municipal de Saúde, em substituição a Secretária CLEONICE LIMA SILVANO no período de 02 de Janeiro de 2015 a 31 de Janeiro de 2015 por motivo de Férias.

Parágrafo Único. A Servidora designada no caput deste artigo, não receberá subsídios para exercer as funções do cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 02 de janeiro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal



Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

#### **PORTARIA 005/2015**

PORTARIA Nº 005/15, de 12 de Janeiro de 2015.  
EXONERA, A PEDIDO, AGENTE COMUNITÁRIO DE CARGO PERMANENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante do Cargo Permanente de Agente Comunitário, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

SERVIDORA CPF MATRICULA  
Juliana Malgarisi Aguiar 863.069.109-30 0867

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de janeiro de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

#### **PORTARIA 006/2015**

PORTARIA Nº 006/15, de 12 de Janeiro de 2015.  
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 13.01.2015 a 11.02.2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO  
0664 Talis Giovanni Fagundes 01.02.2010 a 31.01.2011  
1044 Sandra Maria Farias Figueiredo 18.01.2010 a 17.01.2011  
0510 Nestor Reco 13.01.2005 a 12.01.2006  
1114 Mauro Cesar dos Reis 02.12.2009 a 01.12.2010  
1041 Roberto Bardini 07.12.2008 a 06.12.2009  
2866 Marta Elisabete Ribeiro Avila 25.02.2013 a 24.02.2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 12 de janeiro de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

#### **PORTARIA 007/2015**

PORTARIA Nº 007/15, de 13 de Janeiro de 2015.  
FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Nomear o Servidor BRUNO MIRANDA MANENTI, CPF nº 057.257.469-09, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de janeiro de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

#### **PORTARIA 008/2015**

PORTARIA Nº 008/15, de 14 de Janeiro de 2015.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE**

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 15.01.2015 a 13.02.2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.  
MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO  
1254 Clodoaldo Coelho Luiz 02.07.2012 a 01.07.2013

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 14 de janeiro de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

#### **PORTARIA 009/2015**

PORTARIA Nº 009/15, de 16 de Janeiro de 2015.  
ADMITE VIGIA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Admitir o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Vigia, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Wanderlei Maciel	369.556.470-91

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 17 de Janeiro de 2015 e encerrará em 16 de Junho de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de janeiro de 2015.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 010/2015**

PORTARIA Nº 010/15, de 16 de Janeiro de 2015.

ADMITE OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA E OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Admitir o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Operador de Trator Agrícola, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Ivair dos Santos	725.944.209-30

Art. 2º - Admitir o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Operador de Equipamentos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME	CPF
Moacir Maragno	552.336.009-00

Art. 3º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionados nos art. 1º e 2º desta Portaria, iniciará em 19 de Janeiro de 2015 e encerrará em 16 de Junho de 2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de janeiro de 2015.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**Urussanga****PREFEITURA****AVISO PR 06/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 06/2015/PMU

Objeto: aquisição parcelada de peças e serviços para manutenção de veículos escolares. Recebimento dos envelopes: até às 09h do dia 04/02/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 09h do dia 04/02/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br Rosane Zatta-Pregoeira

**CONTRATO N. 83/2015/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 83/2015/FMS

Data de assinatura: 16/01/2015

Processo de Licitação: 38/2014/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: GESTÃO SAÚDE LTDA

CNPJ/CPF: 05.556.416/0001-04

Objeto: prestação de serviços de consultoria especializada no SUS - Sistema Único de Saúde.

Valor Global: R\$ 68.400,00

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015**

EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Urussanga, instituída e constituída por meio da Resolução nº 16/2014, no exercício de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Credenciamento, nos seguintes moldes:

BASE LEGAL: Artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/1993, com respaldo nos Prejulgados do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº 1537/2004, 1788/2006 e 1994/2009

OBJETO: Contratação de Rádio AM ou FM, com abrangência no Município de Urussanga, no período de fevereiro a dezembro de 2015, para transmissões, ao vivo, das Reuniões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes da Câmara Municipal de Urussanga, obedecidas integralmente as especificações e exigências previstas no Edital de Credenciamento nº 001/2015

DATA: 29/01/2015 (quinta-feira)

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Até às 10:00h

HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10:00h

LOCAL: Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Urussanga, situada à Travessa da Imigração, nº 63, 2º andar, CEP:

88.840-000, Centro, no Município de Urussanga - SC  
AQUISIÇÃO DO EDITAL: Site [www.camaraurussanga.sc.gov.br](http://www.camaraurussanga.sc.gov.br)  
(Ícones "Editais" ou "Licitações" - coluna de navegação rápida),  
ou no endereço supramencionado  
INFORMAÇÕES: (48) 3465-1149

## Vargeão

### PREFEITURA

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2015**

EXTRATO DE CONTRATO nº 014/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: FORESTI INSTRUTORIA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de instrutória e orientação de boas práticas de fabricação de produtos de origem animal, prestados aos produtores rurais do município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 6.960,00 (seis mil novecentos e sessenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 014/2015.

Vargeão, SC, 13 de janeiro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2015.**

EXTRATO DE CONTRATO nº 015/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO OESTE CATARINENSE - APACO

OBJETO: Prestação de serviços de orientação técnica aos agricultores do município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 7.896,02 (sete mil oitocentos e noventa e seis reais e dois centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 015/2015.

Vargeão, SC, 19 de janeiro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2013**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 002/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

QUARTO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: EDITORA POSITIVO LTDA

OBJETO: Atualização de valores, conforme INPC do período, alterando o valor contratado para R\$ 69.679,25 (sessenta e nove mil seiscentos e setenta e nove reais e vinte e cinco centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 002/2013.

Vargeão, SC, 16 de janeiro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2014**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 006/2014  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
SEGUNDO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: ASCENCE CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA  
OBJETO: Atualização de valores, conforme IGP-M do período, alterando o valor contratado para R\$ 68.422,20 (sessenta e oito mil quatrocentos e vinte e dois reais e vinte centavos).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 006/2014.

Vargeão, SC, 16 de janeiro de 2015.

Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2013**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 007/2013  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
QUARTO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: INTELLIBR SISTEMAS LTDA  
OBJETO: Atualização de valores, conforme INPC do período, alterando o valor contratado para R\$ 2.747,06 (dois mil setecentos e quarenta e sete reais e seis centavos).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 007/2013.

Vargeão, SC, 16 de janeiro de 2015.

Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 92/2011**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 92/2011  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
SÉTIMO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA ESPINOSA LTDA  
OBJETO: Atualização de valores, conforme IGP-M do período, alterando o valor contratado para R\$ 1.149,60 (um mil cento e quarenta e nove reais e sessenta centavos) mensais.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 92/2011.

Vargeão, SC, 16 de janeiro de 2015.

Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015**

Aviso de Retificação de Edital  
RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
Altera-se o descritivo dos itens 1 e 2 do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 01/2015.  
O item 1 passa a ter a seguinte redação:

Leite em pó Fórmula Infantil, acrescida de óleos vegetais, maltodextrina e enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Lactantes - de 0 (zero) a 6 (seis) meses - LATA de 400gr.

O item 2 passa a ter a seguinte redação:

Leite em pó, fórmula infantil de seguimento, acrescida de óleos vegetais, maltodextrina e enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Lactantes - a partir de 6 (seis) meses - LATA de 400gr.

Diante disto, fica alterada a data referente à licitação Pregão Presencial nº 01/2015, sendo:

Recebimento das Propostas: até 30 de janeiro de 2015;

Horas: até as 14h20min;

Abertura das Propostas: 30 de janeiro de 2015;

Horas: 14h30min;

As demais informações permanecem inalteradas.

Vargeão, SC, 19 de janeiro de 2015.

Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

## Vargem Bonita

### PREFEITURA

#### PROCESSO 006/2015 PR 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015  
PREGÃO Nº 006/2015

OBJETO: Contratação sob demanda e de forma parcelada, de serviços de Recapagem de Pneus, para uso na frota de veículos automotores, ônibus, caminhões e máquinas da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC, durante o exercício de 2015.

Abertura dos Envelopes: 30 de janeiro de 2015, às 09h00min.  
INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, Rua Coronel Vitório, 966 – Centro – fone 49 3548-3000; e-mail compras@vargembonita.sc.gov.br

Vargem Bonita, 19 de janeiro de 2015.  
Lélis Camilo Fiório  
Prefeito em Exercício

#### PROCESSO 007/2015 PR 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015  
PREGÃO Nº 007/2015

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de Cestas Básicas para distribuição gratuita a pessoas carentes, cadastradas no serviço social do Município.

Abertura dos Envelopes: 30 de janeiro de 2015, às 14h00min.  
INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, Rua Coronel Vitório, 966 – Centro – fone 49 3548-3000; e-mail compras@vargembonita.sc.gov.br

Vargem Bonita, 19 de janeiro de 2015.  
Lélis Camilo Fiório  
Prefeito em Exercício

## Vidal Ramos

### PREFEITURA

#### DECRETO COMISSÃO DE LICITAÇÃO 2015

DECRETO Nº. 2.433/2015, de 05 de Janeiro de 2015.  
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LAÉRCIO DA CRUZ, Prefeito Municipal de Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

#### DECRETA:

Art. 1º. - Ficam designados os cidadãos Wagner Will, Ana Maria Schmitz Schlistinchg e André Luiz Preis Domingos, para integrem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, que procederá ao recebimento, a abertura o julgamento dos Processos de Licitação que envolve a Prefeitura Municipal de Vidal Ramos e Fundos Municipais, nas modalidades de Tomada de Preço, Carta Convite e Pregão Presencial.

Art. 2º. - A comissão nomeada pelo presente ato, exercerá seu mandato até 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, 05 de Janeiro de 2015.  
LAÉRCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, nesta Secretaria e nos locais de costume em 05 de Janeiro de 2015.



# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.467/15

DECRETO Nº 11.467/15, DE 13 DE JANEIRO DE 2015.  
Exonera, a pedido, Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 193/2015,

#### RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, ANA CLÁUDIA CAGNIN, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, admitida pela Portaria nº 0822/08.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de janeiro de 2015.

Videira, 13 de janeiro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 13 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretária de Administração

### DECRETO Nº 11.470/15

DECRETO Nº 11.470/15, DE 14 DE JANEIRO DE 2015.  
Torna sem efeito o Decreto nº 11.449/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Termo de Desistência de Concurso Público constante do Processo Administrativo nº 240/2015,

#### RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.449/14, que nomeou DANIELI JULIANE BERTI PANIGAZ, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 14 de janeiro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 14 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 0011/15

PORTARIA nº 0011/15

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10, e a vista do que consta no Mem 005/15 DEPLD, do Departamento Pessoal;

#### RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora FRANCIELLE DOS SANTOS ATT, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 07 de janeiro de 2015 até 06 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 07 de janeiro de 2015.

Videira, 08 de janeiro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 0012/15

PORTARIA nº 0012/15

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 7564/2014, nomeada pela Portaria nº 1338/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

#### RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 10 de janeiro de 2015, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 7564/14.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 10 de janeiro de 2015.

Videira, 08 de janeiro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0013/15**

PORTARIA nº 0013/15

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE**

Art. 1º Designar RAQUEL BRUSCHI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 021.413.429-61, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMV246, Processo Administrativo Licitatório nº 181/2014, Tomada de Preços nº 16/2014, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO E ALARGAMENTO PARA ACOSTAMENTO COM C.A.U.Q, EM PARTE DA RUA LUIZ VIECELI - SANTA GEMA/CETREVI, CONFORME PROJETO EXECUTIVO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, nesta cidade de Videira, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0014/15**

PORTARIA nº 0014/15

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE**

Art. 1º Designar RAQUEL BRUSCHI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 021.413.429-61, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT14PMV255, Processo Administrativo Licitatório nº 188/2014, Tomada de Preços nº 17/2014, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DA CRECHE/ESCOLA INFANTIL PROINFÂNCIA TIPO C NO BAIRRO SESI, ATRAVÉS DO CONVÊNIO Nº 700074/2011 FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INCUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, nesta cidade de Videira, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0015/15**

PORTARIA nº 0015/15

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE**

Art. 1º Designar NADIR BIZZOTTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 061.067.029-85, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT256/2014, Processo Administrativo Licitatório nº 208/2014, Tomada de Preços nº 18/2014, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA RECUPERAÇÃO E ALARGAMENTO DAS PONTES DA LINHA PAULINA, LINHA GEMELLI E ANTA GORDA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, nesta cidade de Videira, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0016/15**

PORTARIA nº 0016/15

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE**

Art. 1º Designar NADIR BIZZOTTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 061.067.029-85, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT05/2015, Processo Administrativo Licitatório nº 209/2014, Tomada de Preços nº 19/2014, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA GETÚLIO J. BRUSCHI, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, nesta cidade de Videira, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0017/15**

PORTARIA nº 0017/15

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE**

Art. 1º Designar NADIR BIZZOTTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 061.067.029-85, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT06/2015, Processo Administrativo Licitatório nº 209/2014, Tomada de Preços nº 19/2014, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA HUGO BRUNS, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, nesta cidade de Videira, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos,

transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de janeiro de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de janeiro de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

# Xavantina

## PREFEITURA

### **CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2015 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015 PMXV**

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2015 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro deste Município, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2015 PMXV, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015 PMXV.

Xavantina/SC, em 20 de janeiro de 2015.  
MAURO JUNES POLETTI,  
Prefeito Municipal.

### **PP 06/2015 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 PMXV

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição de material esportivo, premiação e serviços de arbitragem, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 16:00 horas do dia 30/01/2015.

Abertura: dia 03/02/2015, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 20 de janeiro de 2015.  
MAURO JUNES POLETTI,  
Prefeito Municipal.

### **TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015 PMXV**

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 01/2015 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa OK EVENTOS E MONTAGEM LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 08.448.072/0001-08, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. ROQUE LUIZ COLLE, portador do CPF nº 526.601.099-15, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 01/2015 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que

passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira - Do objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a Possível contratação de empresa especializada para locação, montagem e desmontagem de estrutura metálica e locação de sanitários para utilização na 3ª Expo Xavantina, conforme Lei 1.413, de 09 de dezembro de 2014.

ITEM	QTDE	UNID	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
1	1,00	UN	315,19	SISTEMA PIRAMIDAL DE 10,00M X 10,00M COM PÉ DIREITO DE 3,00M EM ESTRUTURA METÁLICA COM COBERTURA DE LONA NA COR BRANCA, ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA. (PORTAL DE ENTRADA).
2	1,00	JG	2.036,63	BRINQUEDOS INFLÁVEIS SENDO: 4 CAMAS ELÁSTICAS; 1 JOÃO BOBO; 1 - GUERRA DE COTONETE; 1 PISCINA DE BOLINHA E 1 TRIPLOGAN BABE.
3	1,00	UN	3.636,85	SISTEMA PIRAMIDAL DE 20,00M X 25,00M, COM PÉ DIREITO DE 3,00M EM ESTRUTURA METÁLICA, COM CALHAS LATERAIS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA E COBERTURA DE LONA NA COR BRANCA (ESTRUTURA PARA O PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO).
4	4,00	UN	533,40	BOX DE ALIMENTAÇÃO DE 3X3M EM OCTANORM COM BALCÃO FRONTAL E UMA CUBA PLÁSTICA.
5	1,00	UN	2.279,10	SISTEMA PIRAMIDAL DE 10,00M X 30,00M COM PÉ DIREITO DE 3,00M EM ESTRUTURA METÁLICA COM CALHAS LATERAIS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA E COBERTURA DE LONA NA COR BRANCA (ESTRUTURA PARA O GADO).
6	3,00	UN	533,40	SISTEMA PIRAMIDAL DE 5,00M X 5,00M COM PÉ DIREITO DE 2,50M EM ESTRUTURA METÁLICA, GRADE E BALCÃO DE E COBERTURA DE LONA NA COR BRANCA.
7	4,00	UN	218,21	BILHETERIAS EM ESTRUTURA METÁLICA MEDINDO 1,5 X 1,0 X 2,20M.
8	20,00	UN	266,70	BANHEIRO QUÍMICO DE 1,0M X 1,0M X 2,0M COM PRODUTO DE LIMPEZA, SUCCÃO E PAPEL HIGIÊNICO. COM REGISTRO NA FATMA/SC. IDENTIFICAÇÃO MASCULINO/FEMININO. REGISTRO DOS CAMINHÕES DE TRANSPORTE, COM IDENTIFICAÇÃO DE CARGA PERIGOSA, COM HIGIENIZAÇÃO NO PERÍODO DO EVENTO, FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E PAPEL HIGIÊNICO, SUCCÃO DE DEJETOS E DESPEJO EM LOCAL DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELA FATMA.
9	100,00	JG	16,97	MESAS PLÁSTICAS NA COR BRANCA COM 4 CADEIRAS PLÁSTICAS NA COR BRANCA PARA CADA MESA.



10	50,00	UN	193,97	STANDS DE 3X3M, EM OCTANORM COM PÉ DIREITO DE 2,20M E TESTEIRA DE 2,55M COM PAINEL DE IDENTIFICAÇÃO EM MDF DE 50 X 90CM COM NOME DO EXPOSITOR EM UMA COR, CARPE COR CINZA, 01 TOMADA, 2 SPOT. (PARA EXPOSIÇÃO DE ARTESANATO E PRODUTOS AGRÍCOLAS).
11	1,00	UN	3.394,40	STAND DE 9,00M X 4,00M EM OTAC-NORM SENDO 2 SALAS COM AR CONDICIONADO, UM PISO DECK DE 6,00 X 9,00M, 01 UMA PIRÂMIDE DE 10,00 X 10,00M EM ESTRUTURA METÁLICA E COBERTURA DE LONA NA COR BRANCA COM 01 UM FECHAMENTO EM RAFITEC NA COR BRANCA.
12	15,00	UN	218,21	SISTEMA PIRAMIDAL DE 4,00M X 4,00M COM PÉ DIREITO DE 2,50M EM ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA DE LONA NA COR BRANCA.
13	20,00	UN	436,42	SISTEMA PIRAMIDAL DE 5,00M X 5,00M COM PÉ DIREITO DE 2,50M EM ESTRUTURA METÁLICA COBERTURA DE LONA NA COR BRANCA.

#### Cláusula Segunda - Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira - Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 01/2015 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 19 de janeiro de 2015.

OK EVENTOS E MONTAGEM LTDA ME Roque Luiz Colle	MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.
---	--

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA 04/2015

#### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE DISPENSA, A SABER:  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015  
HOMOLOGAÇÃO: 19/01/2015  
CONTRATADO: MADEIREIRA PERUZZO LTDA ME – CNPJ 08.618.730/0001-62  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM  
OBJETO: COMPRA DE MADEIRA EUCALIPTO PARA REFORMA DE PONTE NO INTERIOR DE XAXIM – SC.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.564,48 (SETE MIL QUINHENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS)  
VIGÊNCIA: 19/03/2015  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

XAXIM, 19/01/2015  
LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES  
Prefeito Municipal em Exercício

### AVISO DE DISPENSA 05/2015 - PM

#### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XAXIM ATRAVÉS DE SEU PREFEITO COMUNICA A PRESENTE DISPENSA, A SABER:  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2015  
HOMOLOGAÇÃO: 19/01/2015  
CONTRATADO: MITRA DIOSESANA DE CHAPECO – CNPJ 83.314.930/0040-53  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE XAXIM  
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, DESTINADO A ATIVIDADES DIVERSAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 41.800,00 (QUARENTA E UM MIL E OITOCENTOS REAIS)  
VIGÊNCIA: 31/12/2015  
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações.

XAXIM, 19/01/2015  
LUIS FELIPE DINIZ FAGUNDES  
Prefeito Municipal em Exercício

### AVISO DE PREGÃO 004/2015 - PM

MUNICIPIO DE XAXIM  
PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO N. 004/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 007/2015

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se, aberto o processo licitatório acima especificado objetivando o registro de preço para contratação de Quilometragem livre para viagens de estudos para alunos e professores conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 30 de janeiro de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br)



maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 16 de janeiro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito em Exercício

### **AVISO DE PREGÃO 005/2015 - PM**

MUNICIPIO DE XAXIM

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO N. 005/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 010/2015

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se, aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de divulgação e locação de som, em shows, palestras, seminários, reuniões, audiências públicas e eventos ligados a festividades do município, dentre outros eventos, conforme descrição completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 02 de fevereiro de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 19 de janeiro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito em Exercício

### **DECRETO 028**

DECRETO Nº028/2015

Extingue o contrato de nº 0084/2001, firmado com a Leitur Transportes e Turismo - Ltda., oriundo da Concorrência nº 0014/2001 e dá outras providências.

Luis Felipe Diniz Fagundes, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando que, um dos princípios que regem a Administração Pública é a eficiência, conforme dispõe o art. 37, 'caput' da Constituição Federal;

Considerando que, o interesse público prepondera sobre o particular, não sendo, possível a manutenção da concessão que não vem ocorrendo;

Considerando que, compete à Municipalidade, conforme dispõe o inciso V, do art. 30, da Constituição Federal, "V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;"

Considerando que, posto da forma que está, o contrato seria inexecutável, gerando desequilíbrio contratual e prejuízo à própria contratada;

Considerando o art. 38, § 1º, III da Lei 9.789-95, eis que verifica-se a ausência da prestação do serviço;

Considerando a incontroversa não operação da concessão nos últimos anos (inadimplência), fica dispensada a formalidade prevista no § 2º, do art. 38 da Lei 9.789-95, eis que a conclusão não seria outra, senão quanto à caducidade;

DECRETA:

Art. 1º. Fica extinto o Contrato nº 0084/2001, firmado com a empresa Leitur Transportes e Turismo Ltda - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 01.589.437/0001-75, em vista de ter-se operado a caducidade da concessão para exploração dos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de Xaxim.

Art. 2º. Dê-se ciência a então contratada.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas eventuais disposições em contrário.

Xaxim, em 16 de janeiro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e publicado em data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador-Geral do Município

### **DECRETO 031**

DECRETO Nº 031/2015.

Dispõe quanto às atividades do PROCON nos dias 22 e 23 de janeiro de 2015.

Considerando o disposto na Constituição Federal, no art. 5º, XXXII: "o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;" e no art. 170: "A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: [...] V - defesa do consumidor;"

Considerando que, conforme convênio firmado com o Estado de Santa Catarina, o Município de Xaxim está em vias de implantar o SINDEC, programa que beneficiará de forma significativa o atendimento do cidadão;

Considerando que, em homenagem ao princípio da economicidade, apenas um profissional que presta serviços no PROCON, deslocou-se à capital do Estado para receber treinamento, fazendo com que desta forma, não houvesse gastos extras com o deslocamento de outros Servidores;

Considerando que, em homenagem ao princípio da eficiência, todos os profissionais que laboram em dado setor, para o primoroso atendimento ao cidadão, necessitam receber treinamento técnico para tanto;

DECRETA:

Art. 1º. Nos dias 22 e 23 de janeiro do ano corrente, respectivamente quinta e sexta-feira, o expediente no PROCON dar-se-á exclusivamente de forma interna, tendo em vista a necessidade de que os Servidores Municipais recebam treinamento para colocação em prática do SINDEC.

Parágrafo único. Nenhum atendimento ocorrerá nestes dias, sob pena de instauração de processo administrativo.

Art. 2º. Dê-se ampla divulgação na imprensa.

Art. 3º. Este entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Xaxim, 16 de janeiro de 2015.

Luis Felipe Diniz Fagundes

Prefeito Municipal e.e.

Publicado e registrado em data supra

Fabio José Dal Magro  
OAB/SC 20.041 - Procurador-geral

## PARECER

### PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL

(Objeto:Regulamentação do Serviço de Táxi -  
Processo Administrativo nº 1373/2014)

Considerando que, do que viu-se da documentação acostada, os possíveis concessionários, acreditasse, não compreenderam a real ideia da juntada de documentos, eis que alguns trouxeram apenas documentos básicos, sem prova alguma de que laboram em dada atividade;

Considerando que, decidir o processo administrativo da forma que esta posta, poderia gerar prejuízos significativos aos mesmos, o que não é razoável, até porque, informalmente sabe-se que muitos deles de fato exercer a função há décadas;

Considerando que, mesmo sendo de conhecimento público que exercem a função há muitos anos, não pode a administração valer-se de tal para outorgar a concessão, eis que é regida pelo princípio da legalidade;

Considerando que, mesmo havendo o regramento, Marçal Justen Filho, leciona que os princípios são a viga-mestra da Administração Pública, e nada melhor do que adotar o princípio da razoabilidade para dar prosseguimento ao presente;

[...] o direito não estabelece uma conduta determinada como obrigatória, vedada ou facultada. A escolha da conduta a ser adotada dependerá das circunstâncias, o que não equivalerá a consagrar a liberdade para o agente escolher como bem entender. Nessas situações, pode haver alguma autonomia de escolha quanto ao meio a adotar, e os princípios serão o instrumento normativo adequado para evitar escolhas inadequadas. [...] Com algum exagero, poder-se-ia afirmar que os princípios possuem influencia mais significativa no direito administrativo do que no direito privado. (JUSTEN FILHO, 2012, p. 108) (Grifamos)

Salvo melhor juízo, pela derradeira oportunidade, abra-se novamente o prazo do presente processo para a colheita de documentação que entenderem convenientes, fazendo prova do exercício da função de taxista, sob pena de indeferimento em definitivo, até o dia 31 de janeiro de 2015.

Xaxim, 19 de janeiro de 2015.

Daniel Toniazzo  
Pedro Rui Rodrigues  
Juliano Sorgatto  
Juvenal Martinazzo  
Edimar Baggio

## PORTARIA 062

PORTARIA Nº062/2015.

Prorroga o prazo do Processo Administrativo nº 1373/2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim em exercício - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI e IX do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que, não haverá tempo hábil para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial que trata sobre o serviço de táxi no Município;

Considerando que, entre os dias 22 de dezembro e 04 de janeiro, houve recesso no Executivo Municipal, e muitos servidores se utilizaram destes dias, para organizar e planejar estratégias para o ano corrente;

Considerando que, extinguir pelo decurso do prazo o Processo Administrativo, violaria o princípio da eficiência, da economicidade e da razoabilidade;

### RESOLVE:

Art. 1º. Prorroga o prazo para a conclusão do processo administrativo nº 1.373/2014, por 30 (trinta) dias úteis.

Parágrafo único. O prazo terá seu início em 26 de janeiro do corrente ano.

Art. 2º. Esta entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia mencionado no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º. Revogam-se eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 09 de dezembro de 2014.

Luis Felipe Diniz Fagundes  
Prefeito Municipal.e.

Comunique-se, Publique-se e Registra-se.

Fabio José Dal Magro  
Procurador-geral - OAB/SC 20.041

# Associações

## EGEM

### BALANÇO DE ENCERRAMENTO ANUAL\_2014 - EGEM

20/01/2015

[https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/1421690597\\_balano\\_patrimonial\\_2014.txt](https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/1421690597_balano_patrimonial_2014.txt)

ESCOLA DE GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - EGEM

Pagina: 1

CNPJ : 08.940.383/0001-90

Balanço Patrimonial em 01/01/2014 a 31/12/2014

Codigo	Classificacao	Nome
Saldo anterior	Saldo atual	
-----		
17	1	A T I V O
414.013,96D		
23	1.1	ATIVO CIRCULANTE
263.249,81D		
30	1.1.01	DISPONIBILIDADES
21.643,07D		
52	1.1.01.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO
21.643,07D		
3018	1.1.01.02.004	Bco Brasil Sa
17.827,78D		
6459	1.1.01.02.021	Sicredi
3.815,29D		
2836	1.1.02	BCO CTA MOVIMENTO
227.749,90D		
98	1.1.02.01	APLICACOES DE LIQUIDEZ IMEDIATA
227.749,90D		
5851	1.1.02.01.006	Banco Brasil - Fundo de Investimento
6.617,26D		
6378	1.1.02.01.007	Sicredi - C/I Pos Fixado em CDI
88.213,60D		
11452	1.1.02.01.012	Sicredinvest - C/I Flex CDI
132.919,04D		
2860	1.1.04	CREDITOS A COMPENSAR
5.866,84D		
218	1.1.04.01	CREDITOS A COMPENSAR
5.866,84D		
8699	1.1.04.01.017	Adiantamento de Ferias
5.866,84D		
2879	1.1.06	CLIENTES
7.990,00D		
141	1.1.06.01	CLIENTES
7.990,00D		
3530	1.1.06.01.001	Clientes Diversos
7.990,00D		
2887	1.1.07	ADIANTAMENTOS
0,00		
187	1.1.07.01	ADIANTAMENTOS
0,00		
4154	1.1.07.01.004	Adiantamento de Ferias
0,00		
336	1.2	ATIVO NAO-CIRCULANTE
150.764,15D		
342	1.2.01	INVESTIMENTOS
15.101,00D		
6246	1.2.01.01	INVESTIMENTOS
15.101,00D		
6521	1.2.01.01.002	Investimentos - Cota Capital C/C
101,00D		
6254	1.2.01.01.001	Titulo de Capitalizacao -
15.000,00D		

[https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/1421690597\\_balano\\_patrimonial\\_2014.txt](https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/1421690597_balano_patrimonial_2014.txt)

1/2

20/01/2015

[https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/1421690597\\_balano\\_patrimonial\\_2014.txt](https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/1421690597_balano_patrimonial_2014.txt)

388	1.2.02	IMOBILIZADO
135.663,15D	137.343,15D	
2747	1.2.02.01	IMOBILIZADO
135.663,15D	137.343,15D	
402	1.2.02.01.005	Aparelhos/Instrumentos/Maq Digital
8.646,81D	8.646,81D	
419	1.2.02.01.003	Computadores e Perifericos
42.517,83D	42.517,83D	
3867	1.2.02.01.007	Equip. de Informatica/Tv/Tela Projecao
5.012,21D	5.012,21D	
2372	1.2.02.01.002	Maquinas, Instalacoes e Utensilios
2.221,00D	2.221,00D	
394	1.2.02.01.001	Moveis e Utensilios
22.116,00D	23.796,00D	
454	1.2.02.01.004	Veiculos/Pecas Automotivas
55.149,30D	55.149,30D	
521	2	P A S S I V O
414.013,96C	528.414,91C	
1070	2.3	PATRIMONIO LIQUIDO
414.013,96C	528.414,91C	
2704	2.3.03	LUCROS E PREJUIZO ACUMULADOS
414.013,96C	528.414,91C	
2712	2.3.03.01	LUCROS E PREJUIZO ACUMULADOS
414.013,96C	528.414,91C	
3735	2.3.03.01.003	Superavit/Deficit Acumulados
414.013,96C	528.414,91C	

-----  
-----  
MAURO ROGER PINTO  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Contador  
Presidente  
CRC : 1.SC-020357/0  
CPF : 705.686.189-04  
CPF : 627.175.029-04

-----  
-----  
ESCRITORIO : PARCERIA ASSESSORIA CONTABIL LTDA  
SCI - Visual Sucessor

19/01/2015 - 14:53:56

[https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/1421690597\\_balano\\_patrimonial\\_2014.txt](https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/1421690597_balano_patrimonial_2014.txt)

2/2

**FECAM****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015 – COMITRA**  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015 - COMITRA

O presidente do CONSELHO DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS INTEGRADOS AO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO, FABIO CAMPOS DA SILVA, no uso de suas atribuições, CONVOCA os membros titulares e/ou suplentes para a 10ª Reunião Ordinária do COMITRA.

Data: 28 de janeiro de 2015.

Hora: 8h00min às 12h00min.

Local: Hotel Brüggemann, localizado à Rua Santos Saraiva, nº 416, Estreito - Florianópolis/SC - CEP: 88.070-101. Tel.: (48) 3244-2344.

Ordem do dia:

1. JARI Estadual - Debate sobre o trâmite dos processos julgados no ESC;
2. JARI Municipal - Debate sobre a padronização na regulamentação municipal;
3. Dados estatísticos de trânsito - Debate sobre a coleta de dados estatísticos e acidentes de trânsito a nível municipal e instituição de metodologia própria;
4. Distribuição da planilha de levantamento de informações gerais dos órgãos integrados ao sistema nacional de trânsito no ESC;
5. Projeto de Lei Estadual nº 271/2014, aprovado pela ALESC no dia 16 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o exercício da atividade de Agente de Trânsito no âmbito do Estado de Santa Catarina e cria o Fundo de Aperfeiçoamento dos Profissionais do Trânsito - FAPT;
6. Planos Municipais de Mobilidade Urbana - Palestra com o Secretário de Planejamento Urbano do Município de Blumenau, Sr. Alexandre Gevaerd;
7. Debate sobre a realização de campanha intermunicipal de educação para o trânsito durante a semana nacional do trânsito;
8. Municipalização do trânsito - divulgação da segunda fase do projeto executado em parceria com o Conselho Estadual de Trânsito - CENTRAN;
9. Debate sobre a realização de curso de capacitação para o segundo semestre de 2015;
10. Assuntos diversos.

Florianópolis/SC, 18 de janeiro de 2015.

FABIO CAMPOS DA SILVA Presidente do COMITRA	PAULO RODRIGO SESTREM Vice-Presidente do COMITRA
DIOGO BEPLER Secretário Geral	

**Consórcios****AGIR****AVISO DA CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2015 - AGIR**  
AVISO DA CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2015

O Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, Dr. Heinrich Luiz Pasold e a Presidente do Comitê de Regulação da AGIR a Sra. Dra. Maria de Fátima Martins, no uso das atribuições legais, vêm, com fundamento no artigo 47, da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, no Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, inciso II c/c art. 158 e seus parágrafos, do Regimento Interno da AGIR, tornar pública a realização da Consulta Pública nº 001/2015, tendo como objetivo a apresentação relativa a matéria que deu origem ao Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau - SC, firmado pelo SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE e ODEBRECHT AMBIENTAL - BLUMENAU S.A., como resultado do pedido de reequilíbrio econômico financeiro, da revisão contratual ordinária e decisão do Incidente Processual nos autos do Procedimento Administrativo nº 010/2011.

A Consulta Pública sobre o Quarto Termo Aditivo, seus anexos e demais documentos iniciar-se-á às 08:00 horas do primeiro dia útil após o 5º (quinto) dia ao da publicação deste aviso no DOM/SC (art. 158, § 1º do RI), qual seja dia 26 de janeiro de 2015 e terminarão 15 (quinze dias) após esta data, às 17:00 horas do dia 10 de fevereiro de 2015, mediante intercâmbio de documentos e sugestões através do site <http://www.agir.sc.gov.br> ou mediante a entrega pessoal junto a sede da AGIR na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, das 8:30 horas até às 12:00 horas e das 14:00 horas até às 17:00, mediante protocolo, junto a Direção Geral da AGIR, no 2º andar.

O regulamento e a documentação da Consulta Pública nº 001/2015 podem ser obtidos no endereço eletrônico <http://www.agir.sc.gov.br> ou na sede da AGIR localizada na Rua: Alberto Stein, nº 466 - Bairro: Velha, CEP: 89-036-200 - Blumenau/SC, ou através do e-mail: [agir@agir.sc.gov.br](mailto:agir@agir.sc.gov.br).

Blumenau (SC), em 19 de janeiro de 2015.  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Presidente do Comitê de Regulação da AGIR.

**REGULAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2015 - AGIR**

REGULAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2015

O Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR e a Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, no uso das atribuições legais, vêm, com base no Regimento Interno da AGIR, estabelecer as regras para a Consulta Pública nº 001/2015, tendo como objeto a matéria que deu origem ao Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau - SC, firmado pelo SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE e ODEBRECHT AMBIENTAL - BLUMENAU S.A., como resultado do pedido de reequilíbrio econômico financeiro, da revisão contratual ordinária e decisão do Incidente Processual nos



autos do Procedimento Administrativo nº 010/2011.

## 1. OBJETIVOS

A Consulta Pública de que trata este Regulamento, tem por objetivo recolher dos interessados as contribuições, opiniões e sugestões sobre o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário do Município de Blumenau - SC, firmado pelo SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE e ODEBRECHT AMBIENTAL - BLUMENAU S.A., como resultado do pedido de reequilíbrio econômico financeiro, da revisão contratual ordinária e decisão do Incidente Processual nos autos do Procedimento Administrativo nº 010/2011.

A consulta pública busca interagir com os cidadãos, os prestadores de serviços e a sociedade civil organizada (usuários), contribuindo para a melhor análise e discussão da matéria pela AGIR. A realização desta consulta pública coaduna com um dos princípios fundamentais estabelecidos na Lei nº 11.445/2007, que trata da transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados.

## 2. INÍCIO E ENCERRAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA

A Consulta Pública sobre o Quarto Termo Aditivo, seus anexos e demais documentos iniciar-se-á às 08:00 horas do primeiro dia útil após o 5º (quinto) dia ao da publicação deste aviso no DOM/SC (art. 158, § 1º do RI), qual seja dia 26 de janeiro de 2015 e terminarão 15 (quinze dias) após esta data, às 17:00 horas do dia 10 de fevereiro de 2015, mediante intercâmbio de documentos e sugestões através do site <http://www.agir.sc.gov.br> ou mediante a entrega pessoal junto a sede da AGIR na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, das 8:30 horas até às 12:00 horas e das 14:00 horas até às 17:00, mediante protocolo, junto a Direção Geral da AGIR, no 2º andar.

O regulamento e a documentação da Consulta Pública nº 001/2015 podem ser obtidos no endereço eletrônico <http://www.agir.sc.gov.br> ou na sede da AGIR localizada na Rua: Alberto Stein, nº 466 - Bairro: Velha, CEP: 89-036-200 - Blumenau/SC, ou através do e-mail: [agir@agir.sc.gov.br](mailto:agir@agir.sc.gov.br).

Todas as sugestões e contribuições serão devidamente analisadas pela equipe técnica da AGIR.

## 3. FORMA DE PARTICIPAÇÃO

Qualquer pessoa física ou jurídica pode participar e contribuir no processo de Consulta Pública, sempre através do endereço eletrônico <http://www.agir.sc.gov.br> onde existirá formulário para preenchimento do interessado.

Não será admitido o uso ou a utilização de palavras ou expressões ofensivas ou injuriosas, sendo descartadas as contribuições que possuírem tal conteúdo. Todas as sugestões e contribuições devem ser identificadas com o nome completo, CPF, endereço e profissão do interessado. Caso o interessado seja pessoa jurídica, deve ser fornecida a razão social, o respectivo CNPJ e o endereço da sua sede.

Ainda, toda sugestão ou contribuição deve se referir a um tema/artigo específico dos documentos disponibilizados. É permitida a sugestão ou contribuição de qualquer tema/artigo específico dos documentos disponibilizados, devendo ser preenchido o formulário tantas vezes quanto for o número de sugestões ou contribuições. Não há limite de sugestões ou contribuições. Ao final todas as sugestões e contribuições serão publicadas no sítio eletrônico da AGIR, sendo devidamente identificadas, após análise da AGIR, para que possam auxiliar nas decisões a serem tomadas.

Blumenau (SC), em 19 de janeiro de 2015  
HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Presidente do Comitê de Regulação da AGIR.

## RESOLUÇÃO Nº 001/2015 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 001/2015

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

### RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de procedimento administrativo cujo objeto é o reajuste do Contrato de Concessão nº 195/2003 firmado entre a Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda e o município de Brusque/SC, o qual possui como objeto a concessão dos serviços de engenharia sanitária de limpeza, urbana do município de Brusque/SC, para execução dos serviços públicos de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 15 de janeiro de 2015.

HEINRICH LUIZ PASOLD  
Diretor Geral da AGIR.

## ARIS

## DECRETO Nº 001/2015

Decreto/ARIS nº 01/2015

Altera os membros da Comissão de Licitação, o Pregoeiro e os Membros da Equipe de Apoio.

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista do disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993,

### RESOLVE:

Art. 1º Nomear as seguintes pessoas para exercício das funções de Comissão de Licitação, Pregoeiro e da Equipe de Apoio:

I - Comissão de Licitação: Ricardo Martins (Diretor de Regulação da ARIS), na condição de Presidente; Clarice Teresinha Lenz (Coordenadora Contábil da ARIS) e Luis Aurélio de Oliveira (Ouvidor da ARIS), na condição de membros da comissão.

II - Pregoeiros: Ricardo Martins (Diretor de Regulação da ARIS) e Luis Aurélio de Oliveira (Ouvidor da ARIS);

III - Equipe de Apoio: Clarice Teresinha Lenz (Coordenadora Contábil da ARIS), Rafael Andrin Crestani (Coordenador de Fiscalização da ARIS) e Ciro L. Rocha (Coordenador Normatização da ARIS).

Art. 2º Este Decreto revoga o Decreto nº 04/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 07 de janeiro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Presidente da ARIS

Prefeito de Corupá

## CIMVI

### CONTRATO Nº 018/2013 - TERCEIRO TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 018/2013

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 004/2013, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 018/2013 e a seus Termos Aditivos firmados em 14/08/2013 e 31/12/2013;

Considerando-se a necessidade de manutenção dos serviços para o próximo exercício, a disponibilidade do profissional da CONTRATADA, a existência de dotações orçamentárias consignadas na proposta orçamentária 2015 e a previsão de prorrogação e/ou renovação do Contrato, conforme item 3.1 de sua Cláusula Terceira e art. 57, II, da Lei nº 8.666/93;

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, Hartwig Persuhn, CPF 382.825.699-68, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado ROGÉRIO PEREIRA LOPES ME, pessoa jurídica de direito privado registrada no CREA/SC sob nº 120.571-2, inscrita no CNPJ sob nº 05.267.742/000100, com sede à Estrada Ribeirão do Ouro, s/nº, Bairro Ribeirão do Ouro, Município de Botuverá - SC, representada por seu Diretor Eng.º de Minas Rogério Pereira Lopes, registro no CREA/SC nº 56.277-3, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2013, firmado em 14/08/2013, já alterado pelo TERMO ADITIVO firmado em 31/12/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

1.1 - O Contrato Administrativo nº 018/2013, firmado em 14/08/2013, já alterado pelos Termos Aditivos firmados em 14/08/2013 e 31/12/2013, fica renovado, por este Termo, para igual objeto no exercício de 2015.

1.2 - O prazo de vigência e de execução de que trata a Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 018/2013, firmado em 14/08/2013, já alterado pelos Termos Aditivos firmados em 14/08/2014 e 31/12/2013, fica alterado por este Termo, aditando-se em mais 01 (um) ano o prazo de execução e estendendo-se a vigência do Contrato até 31/12/2015, prorrogáveis mediante Termo Aditivo, em conformidade com a Lei nº 8666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis.

1.3 - O valor da prestação de serviços de que trata o item 2.1 da Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 018/2013, firmado em 14/08/2013, renovado para o exercício de 2014 pelo Segundo Termo Aditivo firmado em 31/12/2013, fica mantido em R\$ 4.670,00 (quatro mil, seiscentos e setenta reais) mensais ou R\$ 56.040,00 (cinquenta e seis mil e quarenta reais) para o exercício

de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

2.1 - As demais cláusulas e condições do contrato primitivo, com as alterações decorrentes dos Termos Aditivos firmados em 14/08/2013 e 31/12/2013, ficam inalteradas e ratificadas.

E assim, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó, 30 de dezembro de 2014.

CONTRATANTE

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí

CONTRATADA

Rogério Pereira Lopes ME

Testemunhas:

Ademir Winkelhaus

463.356.099-91

Valter Conrado de Araújo

379.549.389-72

### LICITAÇÃO Nº 007/2014 - ATA DE CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DA CARTA CONVITE Nº. 007/2014 - CIMVI

Às oito horas, do décimo nono dia, do mês de janeiro de dois mil e quinze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015, sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Eduardo Espíndola, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório - Carta Convite nº 007/2014 - CIMVI, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de líquidos percolados (chorume) gerados no aterro sanitário situado na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Bairro Araponguinhas, Timbó/SC.

Tendo em vista a decisão do recurso administrativo interposto pela empresa PRESERVE AMBIENTAL LTDA., a qual foi exarada pelo Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, a Comissão de Licitação, leva ao conhecimento dos interessados que a sessão pública de abertura dos envelopes nº 02 - Proposta de Preços, se realizará no dia 23 de janeiro de 2015, às 09:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO Presidente	ANDREA TAISE FRANZ Secretária	EDUARDO ESPÍN- DOLA Membro
--	-------------------------------------	----------------------------------

**LICITAÇÃO Nº 008/2014 - ATA DE CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTA DA CARTA CONVITE Nº. 008/2014 - CIMVI

Às oito horas e trinta minutos, do décimo nono dia, do mês de janeiro de dois mil e quinze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015, sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Eduardo Espíndola, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório - Carta Convite nº 008/2014 - CIMVI, que tem por objeto a aquisição e instalação de balança rodoviária eletrônica do tipo sobre o piso, com capacidade de 80.000 kg, divisão de 10kg, plataforma de pesagem com o mínimo de 20m de comprimento por 3m de largura, com sistema de gerenciamento.

Tendo em vista que, o prazo estabelecido na Ata de Habilitação de 18/12/2014 transcorreu sem a interposição de recursos, a Comissão de Licitação leva ao conhecimento dos interessados que a sessão pública de abertura do envelope nº 02 - Proposta de Preços da empresa habilitada, se realizará no dia 23 de janeiro de 2015, às 11 horas na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nos termos do item nº 8.2.4.2 do Edital, o envelope de proposta da empresa inabilitada estará disponível para ser retirado junto ao CIMVI no prazo de até 15 (quinze) dias após a adjudicação, findo o qual será o mesmo inutilizado.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO Presidente	ANDREA TAISE FRANZ Secretária	EDUARDO ESPÍN- DOLA Membro
--	-------------------------------------	----------------------------------

---

**CIS/AMOSC**

---

**EXTRATO MÊS DE NOVEMBRO**

MÊS DE NOVEMBRO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 36/2014

PRESTADOR: UROFETUS SERVIÇOS MEDICOS S/S LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Consulta em Urologia

VIGÊNCIA: A partir de novembro de 2014

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 37/2014

PRESTADOR: DAIANE CASSIA BERTUOL

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de Fisioterapia.

VIGÊNCIA: A partir de novembro de 2014

TERMO ADITIVO Nº: 11/2014

PRESTADOR: LABORATIVA MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento Terapia em Psicologia

VIGÊNCIA: A partir de novembro de 2014

TERMO ADITIVO Nº: 12/2014

PRESTADOR: AIRTON - CLINICA KANNENBERG

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento exame de Ecodoppler

VIGÊNCIA: A partir de novembro de 2014

**EXTRATO MÊS DE OUTUBRO**

MÊS DE OUTUBRO

TERMO DE ADITIVO Nº: 10/2014

PRESTADOR: CLINICA ODONTOMEDICA PONTE SERRADA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de ultrassonografia obstétrica e Ecodoppler.

VIGÊNCIA: A partir de outubro de 2014

---

**CIS/AMUREL**

---

**RESOLUÇÃO AG-CIS Nº 01**

RESOLUÇÃO AG-CIS Nº 01, DE 15 DE JANEIRO DE 2015.

Dispõe sobre a revisão geral anual dos salários para o exercício de 2015 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL, no uso de suas atribuições e de acordo com o § 1º do art. 66 do Protocolo de Intenções do CIS AMUREL, resolve editar a presente resolução, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica fixado em 6,23% (seis vírgula vinte e três por cento), o índice de revisão geral anual dos salários para o exercício de 2015, dos servidores efetivos, contratados ou comissionados do quadro de pessoal do CIS AMUREL.

Art. 2º O Anexo Único do Protocolo de Intenções do CISAMUREL, fica atualizado pelo referido índice geral anual (INPC) definido no artigo 1º desta Resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2015.

Tubarão (SC), 15 de janeiro de 2015.

JORGE LEONARDO NESI

Prefeito Municipal de Gravatal

Presidente do CISAMUREL